DEODORO

a Espada contra o Império

★

VOLUME I

O APRENDIZ DE FEITICEIRO

(da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Prêto)

• BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SÉRIE 5.ª ★ BRASILIANA ★ VOL. 12

(GRANDE FORMATO)

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Exemplar Nº 4224

1957

Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S/A. — São Paulo, Brasil

R. MAGALHÃES JÚNIOR

(*da Academia Brasileira*)

DEODORO

a Espada contra o Império

VOLUME I

O APRENDIZ DE FEITICEIRO

(*da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Prêto*)

EDIÇÃO ILUSTRADA

Bibl. Cauca

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

OBRAS DO MESMO AUTOR

BIOGRAFIA E HISTÓRIA:

O Império em chinelos — Editora Civilização Brasileira S. A. — no prelo.

D. Pedro II e a Condessa de Barral (através da correspondência íntima do imperador, comentada e anotada) — Editora Civilização Brasileira S. A., 1956.

Três panfletários do Segundo Reinado (Sales Tôrres Homem e "O Libelo do Povo" — Justiniano José da Rocha e "Ação; reação; transação" — Ferreira Viana e a "Conferência dos Divinos") — Série "Brasiliana" Companhia Editora Nacional, 1956.

O Capitão dos Andes (História pitoresca de um caudilho) — Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1956

Artur Azevedo e sua época — (segunda edição, ilustrada) — Livraria Martins Editora, 1955.

Machado de Assis desconhecido (segunda edição, aumentada) — Editora Civilização Brasileira S. A.

CRÔNICAS E VIAGENS:

Janela Aberta — Editôra "A Noite", 1946.

Europa 52 — Livraria José Olympio Editôra, 1954.

CONTOS:

Impróprio para menores — Editôra Record, 1934.

Fuga e outros contos — Editôra "A Noite", 1936.

LITERATURA INFANTIL:

O Album de Toninho (com dez canções de Custódio Mesquita e ilustrações de Hilde Weber) — Rio, 1955.

Chico Vira Bicho e outras histórias — Editôra Globo — Pôrto Alegre, 1943.

TEATRO:

"Carlota Joaquina" — "Vila Rica" — "A Família Lero-Lero" — "Novas Aventuras da Família Lero-Lero" — "A mulher que todos querem" — Criações de Jaime Costa e sua companhia.

"Mentirosa" e "O imperador galante" — Criações da companhia Dulcina-Odilon.

"O homem que fica" — "Casamento no Uruguai" — "Palmatória do Mundo" — "Essa mulher é minha" — Criações da Companhia Procópio Ferreira.

"Trio em lá menor" — Criação de Cacilda Becker, Laura Suarez e outros.

"Canção dentro do pão" — Criação da Companhia Dramática Nacional, com Sérgio Cardoso, Nídia Lícia, Leonardo Vilar e outros: "Prêmio Governador do Estado", na capital paulista, e laureada com o "Saci" do jornal "O Estado de São Paulo" como a melhor peça nacional de 1954.

ANTOLOGIAS:

Idéias e Imagens de Machado de Assis — Editora Civilização Brasileira S. A.

Panorama do Conto Carioca — Editora Civilização Brasileira S. A.

Sátira e Humorismo (De Gregório de Matos a Millor Fernandes) — No prelo.

Antologia de Poetas Franceses — Gráfica Tupi, 1950.

BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE DO BRASIL
SEÇÃO REGISTRO
ANO 1957 Nº 380

ÍNDICE

(Do Volume I)

	Pág.
Antes do livro	7
Origens de Deodoro	11
Da Escola Militar ao Batismo de Fogo	23
De Tenente a Capitão	41
Deodoro na Guerra do Paraguai	50
Osório Conduz à Vitória e Mitre Leva ao Desastre	64
Sob o Mando de Caxias	72
A Caminho de Assunção	82
A Campanha da Cordilheira	101
Ao Sôpro das Idéias Republicanas	122
Do Recrutamento "A Dente de Cachorro" ao Sorteio Militar	143
Deodoro, Marechal de Campo	173
Ascende ao Poder o Barão de Cotegipe	190
Surge a "Questão Militar"	206
O Agravamento da Crise	215
Frente a Frente com o Imperador	235
A Surra de Bacalhau	247
Tempestade no Senado	259
O "Senatus-Consulto"	273
Deodoro Como Bandeira de Luta	287
"O Exército não é de Capitães-do-mato"	302
A Deportação Dissimulada	321
Deodoro em Mato Grosso	345
Clima de Insurreição na Capital do Império	365
Apêndice ao volume I	383
a) Cartas da Princesa Isabel	385
b) Deodoro Perante o Supremo Tribunal de Justiça	388

ANTES DO LIVRO

O MARECHAL MANUEL DEODORO DA FONSECA *é, sem dúvida, uma das figuras brasileiras de maior relêvo histórico. Sua espada encerrou um ciclo da nossa história, rompendo com uma tradição monarquista velha de mais de sessenta e cinco anos. Contudo, até hoje não se animaram os nossos biógrafos e historiadores a traçar-lhe a biografia, fielmente documentada e imparcialmente escrita. O que existe, a respeito, são trabalhos de natureza fragmentária e algumas vêzes de caráter meramente louvaminheiro, aos quais falta não apenas espírito crítico, mas até mesmo ordenação cronológica. Procuramos, neste trabalho, fazer um levantamento da vida de Deodoro, à luz de documentos pouco conhecidos e, em alguns casos, inteiramente inéditos. Não seria possível, porém, historiar a sua vida, sem historiar a evolução da campanha abolicionista e da idéia republicana, as quais, juntamente com a chamada "questão militar", precipitaram a queda da instituição monárquica no Brasil, a despeito das qualidades do segundo imperador, estimado pela tolerância e pelos sentimentos, mais de um burguês, conformado em exercer o papel de chefe de uma monarquia, do que de um soberano realmente convencido de suas prerrogativas imperiais. Não será exagerado dizer que Deodoro da Fonseca tinha mais atributos para o exercício do papel de D. Pedro II do que êste mesmo. Homem de rara bravura pessoal, capaz de expor-se com o maior destemor às mais perigosas situações, aliando a mais intransigente honestidade à total despreocupação pelos bens materiais, era marcial, autoritário, cioso*

de suas prerrogativas, dotado de um temperamento narcisista, que o levava por vêzes a atitudes de arrebatamento e obstinação. Quando dizemos narcisista, não queremos atribuir a êste vocábulo um sentido vulgar, que muitos lhe emprestam, de zêlo pela aparência exterior, cuidado exagerado pelo físico e pelas roupas, mas o que lhe dão os estudiosos da psicanálise moderna, alguns dos quais o classificam como uma "inflação do eu". Seu amor-próprio, sua autoconfiança, o sentimento de dignidade e de superioridade, mosaicos que compunham o caráter de Deodoro, prepararam o ilustre soldado para a missão histórica que lhe coube realizar, convertendo-o em símbolo de sua própria classe, defensor extremado de seus melindres, desafiando primeiro Cotegipe e, depois, indo além, o próprio imperador, em cujas prerrogativas de chefe da Nação se investiu revolucionàriamente. O caráter de Deodoro só conhecia momentos de hesitação quando ainda o afligia o traumatismo moral da infância, superado, com um gesto decidido e radical, a 15 de novembro de 1889. Tôda a sua vida foi uma preparação para êsse momento. No seu narcisismo, aceitou Deodoro fazer a República, e a fêz. Êsse mesmo narcisismo levou-o a romper violentamente com seus antigos companheiros de jornada e a colocar-se acima da própria Constituição, que meses antes jurara cumprir e manter. É provável que o próprio narcisismo o tivesse impedido de macular sua passagem pelo govêrno, fôsse com atos menos probos, fôsse com uma tentativa para reter o poder, com derramamento de sangue, em novembro de 1891. Preferiu, então, modelar a figura do herói perfeito, pai de um regime, desinteressado até à renúncia, ferido pelo que interpretava como a mais funda das ingratidões dos companheiros de armas, mas que a história sancionaria como uma necessidade imperiosa para a preservação da República. É essa vida que vamos contar neste livro.

"... combien le cœur de l'homme de guerre serait plus léger encore dans sa poitrine, s'il sentait en lui deux hommes, dont l'un obéirai à l'autre; s'il savait qu'après son rôle tout rigoureux dans la guerre il aurait droit à un grade déterminé, il avait droits d'élections; si, après avoir été longtemps muet dans les champs, il avait sa voix dans la Cité; s'il était exécuteur, dans l'une, des lois qu'il aurait faites dans l'autre, et si, pour voiler le sang de l'épée, il avait la toge. Or, il n'est pas impossible que tout cela n'advienne un jour".

ALFRED DE VIGNY — *Servitude et Grandeur Militaires*, cap. I, LIVRO II.

"... nem a alma de um homem é tão estreita que não caibam nela coisas contrárias..."

MACHADO DE ASSIS

*

"A striving for admiration may be a powerful motor toward achievement, or toward developing qualities which are socially desirable or which make a person lovable, but it involves the danger that everything will be done with both eyes on the effect it has on others. An individual of this type chooses a woman not for her own sake but because her conquest would flatter him or add to his prestige. A piece of work is done not for its own sake but for the impression it might make. Brilliancy becomes more important than substance. Hence the danger that superficiality, showmanship, opportunism will choke productivity. Even if the individual succeeds in winning prestige this way, he rightly feels that it cannot last, though he is hot aware of the reasons for his uneasiness about it. The only available means for silencing his uneasiness is to reinforce the narcissistic trends: to chase for more success and to build up more inflated notions about himself. Sometimes a baffling capacity is developed to transform shortcomings and failures into something glorious. If his writings are not recognized sufficiently it is because he is far ahead of his time; if he cannot get along with his family or friends it is because of their shortcomings. —"

"Concept of Narcissism", *in New Ways Psychoanalysis*, de KAREN HORNEY.

"A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com êles é impossível governar".

JOAQUIM NABUCO

Origens de Deodoro

Pai pernambucano e mãe alagoana — Manuel Mendes da Fonseca, soldado de infantaria — Sufocando revoluções republicanas — Alferes aos 38 anos — O casamento, aos 40 — Ingresso na política conservadora — Um ato de rebeldia — Prisão e julgamento — A anistia salvadora — Absolvição e reforma — Vida de sacrifícios na Côrte — Petição ao imperador.

Os pais de Deodoro foram Manuel Mendes da Fonseca Galvão e sua espôsa, D. Rosa Maria Paulina da Fonseca, — celebrada como verdadeira heroína pelos nossos cronistas militares. Por uma razão qualquer, descartara-se Manuel Mendes do nome Galvão, retendo o de Fonseca, que lhe viera do ramo materno. Com isso, livrara-se de uma cacofonia que também poderia ter sido evitada com a eliminação do nome Fonseca, o que nos faz supor que o motivo não era apenas eufônico. Teria provàvelmente preponderado em tal decisão um desgôsto de família. Foi Manuel Mendes da Fonseca figura bastante curiosa, se bem que tenha ficado quase totalmente na obscuridade, pois D. Rosa Paulina, sua espôsa, absorveu as atenções da história, com o estoicismo com que se houve durante a guerra do Paraguai. É pouco o que se sabe sôbre o pai de Deodoro e o melhor levantamento que se pode fazer de sua vida ainda é o que nos proporciona o exame de sua fé de ofício, existente no arquivo do Ministério da Guerra. Por essa fé de ofício, ficamos sabendo que êle nasceu na antiga Capitania de Pernambuco no ano de 1785 e que, aos vinte e um anos de idade, sentou praça no Regimento de Infantaria de Linha, então sediado no Recife. Foi a 25 de setembro de 1806 que se deu o seu ingresso na carreira das armas. Estava o Brasil

ainda reduzido à condição de vice-reino, regido pela autoridade de D. Fernando José de Portugal. Só dois anos depois, fugindo à invasão do exército napoleônico, sob o comando de Junot, aportaria às nossas plagas a família real portuguêsa, tendo à frente a figura do príncipe regente, o futuro D. João VI. A carreira militar de Manuel Mendes da Fonseca alcançou, portanto, quatro fases distintas da nossa vida política: o vice-reinado, o Brasil reino, o império sob Pedro I e o período da Regência, ligando-se a uma série de acontecimentos dos mais expressivos em nossa história na primeira metade do século XIX.

A 1.° de abril de 1807, exatamente sete meses depois de assentar praça, passava Manuel Mendes da Fonseca a anspeçada. Daí para diante, porém, o caminho seria mais difícil. Só em fins de 1811, era promovido a cabo. E, nesse pôsto, foi mandado, em 1813, para a guarnição da ilha de Fernando de Noronha, de onde voltou no ano seguinte, o de sua promoção a furriel, — pôsto correspondente, hoje, ao de terceiro sargento. Vida dura deve ter sido a sua, nesse árduo princípio, em que não tínhamos fôrça militar verdadeiramente organizada, mas simples arremêdo de Exército, em que o grosso da tropa era constituído de recrutas pegados à fôrça, para corretivo de desordens ou de vadiagem, em longos períodos de serviço compulsório! Mesmo os voluntários, os que se engajavam por vocação militar ou por circunstâncias outras, não podiam deixar as fileiras antes de oito anos cumpridos na caserna.

A partir da promoção a furriel, a vida militar de Manuel Mendes da Fonseca se tornou mais intensa e agitada. Em 1815, fêz parte de um corpo militar mandado às Alagoas, para abafar uma rebelião de escravos que ali ameaçava repetir o episódio de Palmares. Era a tropa de linha, fazendo papel semelhante ao dos capitães-do-mato e defendendo, assim, a propriedade dos grandes senhores rurais. Mais tarde, quando o frêmito dos ideais republicanos e dos anseios de independência do povo começou a sacudir o Norte, lá estava êle de novo em ação. Assim foi em 1817, quando a 6 de março rebentou, em Recife, o movimento dirigido por Domingos José Martins, que ali constituiu uma junta revolucionária de que participavam, além dêle, o padre João

Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, o capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, o desembargador José Luís de Mendonça e o proprietário rural Manuel Correia de Araújo. O movimento se estendera logo à Paraíba e, a fim de levantar a Bahia, para ali seguira José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o "Padre Roma", que lá foi prêso e logo mandado fuzilar pelo governador, Conde dos Arcos.

Da Bahia, como das Alagoas e do Rio de Janeiro, foram mandadas tropas que depressa abafaram a insurreição, resultando serem treze cabecilhas condenados à morte. Quando o general Luís do Rêgo Barreto desembarcou no Recife, à frente das tropas mandadas pelo rei, D. João VI, já estava a insurreição pràticamente derrotada, no combate travado, a 15 de maio, no Trapiche de Ipojuca. Seu trabalho foi mais o de dar caça aos chefes da insurreição e começar a fazer executar as sentenças de morte, nas fôrcas mandadas levantar para tal fim no Recife. Depois de ajudar a combater os republicanos de Pernambuco, o fiel soldado da coroa Manuel Mendes da Fonseca foi, mais uma vez, mandado para a ilha de Fernando de Noronha, que estivera nas mãos dos rebeldes. De então até 1822, sua vida militar entra numa fase de tranqüilidade, sem nada de importante a assinalar, a não ser sua promoção a sargento, no ano de 1818, sem dúvida como prêmio aos bons serviços prestados no ano anterior.

Há quem diga que Manuel Mendes da Fonseca, antes de ter sido dado por D. Pedro I o grito do Ipiranga, publicara um manifesto a favor da independência. Nada encontramos que autorize tal suposição, tanto mais descabida quanto é certo que, soldado profissional, simples sargento, fiel cumpridor de ordens, sem nenhuma ligação com os políticos que preponderaram naquele movimento, dificilmente poderia êle ter-se antecipado em assunto de natureza tão grave, quando o próprio príncipe regente ainda hesitava. O que realmente se passou foi isto: chegada ao Recife, onde então se encontrava, a notícia da proclamação da Independência, o Regimento de Infantaria de Linha foi formado e o comando, assim como a tropa, fizeram juramento de fidelidade ao imperador. Coube-lhe, com o desenvolvimento da luta, entre o Exército Imperial e as fôrças portuguêsas,

uma importante missão. Travavam-se, na Bahia, os encontros decisivos, em Itaparica e Pirajá, entre as fôrças brasileiras, comandadas pelo general Pedro Labatut, e as portuguêsas, chefiadas pelo general Madeira, enquanto o almirante Cochrane fazia o bloqueio marítimo das costas baianas. Deram, em Recife, ao então primeiro sargento Manuel Mendes da Fonseca, grande conhecedor dos caminhos das Alagoas, a incumbência de conduzir, por terra, um comboio de armas e munições, para refôrço das tropas imperiais. Saiu-se tão bem dessa missão que, logo em seguida, mais armas e munições lhe foram confiadas, para que organizasse novo comboio e fôsse levá-las às fôrças de Labatut.

Derrotados definitivamente os portuguêses, a cooperação de Manuel Mendes da Fonseca não foi esquecida: a 1.° de outubro de 1823 era promovido a alferes e transferido para o Corpo de Infantaria de Linha da Província das Alagoas. O pôsto de alferes correspondia ao de segundo tenente nos dias de hoje. Alcançava, assim, o oficialato aos trinta e oito anos de idade e dezesseis anos depois de haver sentado praça. Num Exército novo, que se ampliara pelas necessidades das lutas da independência e em cuja oficialidade havia grandes claros a preencher, as promoções iam se tornar, agora, bem mais fáceis. Pouco mais de dois meses depois, o alferes era promovido a capitão, numa nova prova de reconhecimento do comando imperial. A comissão que então recebe é a de ajudante de ordens do comandante das armas da província de Alagoas.

Aí se fixa o novo capitão, que em Anadia conhece uma jovem alagoana, Rosa Maria Paulina, por quem se apaixona apesar da grande diferença de idade entre os dois. Em verdade, podia a moça ser sua filha. Beirava êle os quarenta anos e ela mal passava dos vinte. Solteirão mais pelas exigências da vida militar do que por inclinação, sente-se tentado, agora, a constituir família.

Decidido o casamento, outra vez tem de pegar em armas, ajudando a esmagar um novo movimento republicano. Até Alagoas haviam chegado os reflexos da nova insurreição pernambucana, a de 1824, com Manuel Pais de Andrade e Frei Caneca à frente. As vilas de Atalaia e Anadia, assim como a povoação de São Miguel, caíram em mãos dos

republicanos, manifestando-se adeptas da Confederação do Equador. A quem caberia a missão de reduzir aquêles focos de rebelião contra o poder imperial? Ao capitão Manuel Mendes da Fonseca, pernambucano de nascimento, mas sempre imune aos movimentos de rebeldia do Recife, cumpridor do seu dever de soldado de D. Pedro I com a mesma devoção com que, em 1817, cumprira seu dever de soldado de D. João VI.

Enquanto Cochrane bloqueava o Recife com a esquadra imperial, o capitão Manuel Mendes da Fonseca formava entre os que, por terra, procuravam aniquilar os rebeldes. Tanto em São Miguel como em Anadia, enfrentou o capitão Fonseca vigoroso fogo dos confederados. Mas venceu ali a resistência dos rebeldes e submeteu as vilas alagoanas à autoridade do imperador.

De então por diante, até 1831, sua vida foi calma e sem incidentes. Nesse ano, a 7 de abril, dá-se a abdicação de Pedro I, em face de movimento armado que pretendia forçá-lo a destituir o ministério "corcunda"(*). Quando a notícia chega a Alagoas, Manuel Mendes da Fonseca, que se batera pela independência e que, portanto, lutara para colocar no trono do Império o príncipe regente deixado no Brasil por D. João VI, não pode esconder o seu desgôsto e a sua revolta. Começa a entabular negociações com o intuito de restaurar no trono o imperador renunciante.

Tal atitude provoca a reação dos membros da Sociedade Federal de Maceió, que contra êle representam. Manda o juiz ordinário daquela vila abrir devassa, na qual figuram como réus, além dêle, o coronel Francisco Manuel Martins Ramos, o tenente José Dias da Costa e o alferes João Batista de Carvalho.

Diz Moreno Brandão, no seu "Esbôço da História de Alagoas": "Manuel Mendes da Fonseca teve um castigo de sua dedicação ao imperador destronado — a suspensão do comando que exercia no 11.º Batalhão, sendo em seguida pronunciado. Tal suspensão foi ordenada pelo conselho do govêrno". Não consta êste incidente da fé de ofício do pai de Deodoro, existente nos arquivos do Ministério da Guerra.

(*) Nome depreciativo dado à facção conservadora portuguêsa, em luta com os sentimentos nativistas dos políticos brasileiros.

Se punição houve, o rigor não deve ter sido excessivo, pois o mesmo historiador alagoano nos informa que, por decreto de 10 outubro de 1831, fôra dispensado do comando das armas da Província de Alagoas Miguel Veloso da Silveira Nóbrega de Vasconcelos, sendo nomeado para substituí-lo Manuel Mendes da Fonseca. Estava reintegrado não apenas em seu pôsto militar, mas na própria confiança do govêrno.

Ao seu redor, crescia a prole, cujos varões seriam, sem exceção, destinados à carreira das armas. A 11 de setembro de 1824, um ano depois do casamento, nasce o primeiro filho: Hermes Ernesto da Fonseca. Daí por diante, a intervalos regulares, de dois em dois anos, surgem novos rebentos. A 8 de novembro de 1825, o segundo, Severiano Martins da Fonseca. A 5 de agôsto de 1827, o terceiro, Manuel Deodoro da Fonseca. A 6 de junho de 1829, o quarto, Pedro Paulino. A 13 de agôsto de 1831, o quinto, Hipólito Mendes da Fonseca. A 24 de junho de 1833, o sexto, Eduardo Emiliano. A 27 de maio de 1835, o sétimo, João Severiano. Só depois de sete varões, nasce a primeira filha, Emília Rosa, a 26 de fevereiro de 1837, e dois anos depois a segunda e última, Amélia Rosa, a 20 de março de 1839. Como uma exceção à regularidade dos dezoito primeiros anos, mais de um lustro depois vem ao mundo o décimo e último rebento do prolífico casal: Afonso Aurélio, a 13 de setembro de 1845. Quando lhe nasce o último filho, tinha êle 61 anos de idade e a espôsa 43. Aquela regularidade que parecia programada segundo as prescrições de um ginecologista, aquêle nascer de um filho cada dois anos, não se alterou senão devido a motivos de grande relevância e que influíram não apenas na vida conjugal de Manuel Mendes da Fonseca, mas na sua vida política e militar e, através destas, naquela.

Constituindo família nas Alagoas, prendendo-se à terra que era a de sua jovem espôsa e passara a ser também a de seus filhos, Manuel Mendes da Fonseca foi tomando cada vez maior interêsse pelos assuntos daquela província. Em breve, como tantos militares do seu tempo, começava a participar das lutas partidárias locais, formando nas hostes conservadoras. Foi eleito vereador na capital da província, que era, então, a cidade de Alagoas. Terminado o mandato

foi reeleito e exerceu outras funções políticas, como as de juiz de paz, chefe de Polícia, etc.

Em 1839, o govêrno imperial ordenara a transferência da Tesouraria da Fazenda para a vila de Maceió, atendendo ao fato de que aí se achava localizada a Alfândega e de que, por êsse pôrto, é que se fazia a exportação dos produtos das Alagoas, principalmente de madeiras. Aquela medida era o prelúdio da transferência da capital da província, recomendada ao presidente de então, Dr. Agostinho da Silva Neves. Como era natural, os interêsses locais ameaçados se excitaram. Os proprietários e os comerciantes de Alagoas compreenderam que a mudança da capital seria para êles um duro golpe, afetando a vida econômica da cidade, desvalorizando bens imóveis, trazendo perturbações de tôda ordem. Dirigiram-se, por isso, em memoriais e em comissões tão numerosas quanto insistentes ao presidente Agostinho da Silva Neves, rogando-lhe *de joelhos*, como dizia textualmente uma dessas representações, que sustasse a mudança da Tesouraria. Respondeu o presidente que, infelizmente, nada poderia fazer. Teria, quer gostasse, quer não, de cumprir as ordens do govêrno imperial, de que era simples delegado. A oposição popular cada vez mais e mais se exacerbava. Dentro em pouco, estava a cidade inteira amotinada. Falhando o presidente, lembraram-se todos de recorrer ao então major Manuel Mendes da Fonseca, para que êste interpusesse o prestígio de sua pessoa e de sua espada no sentido de anular o que todos interpretavam, agora, como sendo o resultado de um capricho pessoal do presidente.

O major Fonseca, que também se achava irritado, aceitou impulsivamente o comando do motim. Foi ao quartel e seduziu a tropa, trazendo-a para a rua. Houve imediata confraternização entre a soldadesca e o povo. Reduzido à condição de prisioneiro dentro do próprio palácio do govêrno, o presidente Silva Neves não tem como possa reagir. Enquanto a Câmara Municipal se reúne, a fim de proclamar a sua destituição do govêrno, como se tivesse poderes para tanto, consegue fugir o presidente, em lombo de cavalo, e vai buscar abrigo, depois, a bordo do patacho "Dois Amigos", que se coloca prudentemente a uma milha de distância da terra. O povo da cidade de Alagoas oferece, então, o govêrno a um

dos notáveis da terra, o Dr. José Tavares Bastos(*), que nêle se empossa e, por dois dias, exerce o mandato inesperado sem qualquer objeção. Surge, porém, a essa altura, um homem preparado para as circunstâncias: o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, que mais tarde seria agraciado com o título de visconde e alcançaria a maior projeção na vida política, vindo a ser o futuro chefe de um dos gabinetes liberais do Império (o de 1874). Era êle, então, o primeiro vice-presidente da Província das Alagoas. Foragido Silva Neves, assume Cansansão de Sinimbu o govêrno em Maceió e organiza a resistência, ao mesmo tempo que despacha emissários, a fim de pedir a ajuda das guarnições militares convizinhas. Graças a êsse auxílio, que não se faz esperar, a insurreição, começada no fim de outubro, está inteiramente abafada a 15 de novembro de 1839. O presidente Agostinho da Silva Neves é reposto no govêrno e trata imediatamente de fazer votar, pela Assembléia Provincial, a lei n.º 11, de 9 de dezembro de 1839, em que a maioria liberal decide em definitivo a transferência da capital de Alagoas para a vila de Maceió, que é, pela mesma lei, elevada à categoria de cidade.

O Barão do Rio Branco, nas suas "Efemérides Brasileiras", com data de 9 de dezembro de 1839, faz o resumo dêstes acontecimentos, mas não menciona, de forma alguma, o papel que nêles teve o pai de Deodoro, que foi o chefe militar do motim. Tal papel, porém, se acha perfeitamente caracterizado nos têrmos da fé de ofício do então major Manuel Mendes da Fonseca.

Terminada melancòlicamente a insurreição, viu-se o major obrigado a fugir precipitadamente para Sergipe, deixando em Alagoas a espôsa e os nove filhos menores, dos quais o mais velho, Hermes, tinha quinze anos e o mais novo, Amélia Rosa, tinha apenas meses. Manuel Deodoro estava, então, com onze.

Em Sergipe, embarca o major para a Côrte. Antes de sua chegada e apresentação no Ministério da Guerra, era êle, em ordem do dia de 15 de novembro de 1839, declarado

(*) Pai do publicista e parlamentar Aureliano Cândido Tavares Bastos, foi depois deputado geral e presidiu a Província de São Paulo, de outubro de 1866 a outubro de 1867.

ausente e logo em seguida submetido a Conselho de Investigação, na cidade de Alagoas, como réu de desobediência e sedição, acusado de ter utilizado a tropa para se opor à transferência da Tesouraria para Maceió.

Na Côrte, vinha tentar o major a justificação dos seus atos. Mal chegou, foi apresentar-se, a 20 de dezembro, ao Ministério da Guerra, sendo logo mandado recolher à Fortaleza de Villegaignon. Mas, a 9 de abril de 1840, foi mandado, prêso, para a Província de Alagoas, a fim de responder ao Conselho de Guerra, com base no Conselho de Investigação realizado em sua ausência. Entretanto, sabendo de sua prisão na Côrte, o presidente da Província decidira encaminhar os autos ao Ministério da Guerra, para que se procedesse ao julgamento no Rio. Quando o réu viajava para o Norte, os autos do processo viajavam para o Sul...

Por novo aviso, decidiu o Ministério da Guerra fazer voltar o major, sob prisão, para ser submetido ao julgamento do Conselho de Guerra a 22 de agôsto de 1840. Nesse meio tempo, a política andara a trabalhar para suavizar os efeitos da repressão ao motim, cujas conseqüências tinham sido incruentas. A 6 de agôsto de 1840, fôra aprovada uma lei que perdoava os crimes de primeira e segunda deserção simples. O Conselho de Guerra, apegando-se a isso, declarou que não tinha o que julgar, pois que a deserção do major não seria levada em conta, em face daquela lei, e não era competente para tomar conhecimento do crime de sedição, da alçada do Conselho Supremo Militar. Levado o assunto ao conhecimento dêste órgão, aprovou o mesmo a decisão do Conselho de Guerra e deliberou que o major Mendes da Fonseca devia responder a júri, pelo crime de sedição, na própria cidade de Alagoas.

Ora, na cidade de Alagoas, não haveria quem o considerasse culpado. Era, para todos, um herói, que obrigara o presidente a fugir como um poltrão. O júri o absolveu e o major Mendes da Fonseca logo fêz extrair certidão do julgamento e fôlha corrida, mostrando que nenhuma outra acusação constava contra êle. Assim, por aviso do Ministério da Guerra, de 11 de setembro de 1840, foi mandado pôr em liberdade e reintegrado em seu pôsto.

Incompatibilizado com a política local, tivera de transferir-se para a Côrte, com quase tôda a família, — excetuados, apenas, os filhos internados, com grande sacrifício, em colégios da Bahia (*). Uma vez no Rio de Janeiro, foi residir, com a família, à rua das Flôres n.º 11, casa 22, na Freguesia de Santana. Sua carreira militar encerrou-se a 11 de agôsto de 1842, com a sua passagem para a 3.ª classe do Exército na graduação de tenente-coronel.

No ano seguinte, Deodoro iniciaria a vida militar, seguindo o exemplo dos irmãos Hermes e Severiano, que já se encontravam nas fileiras. Apenas oito anos mais de existência teria o tenente-coronel Fonseca após o seu afastamento da caserna. As aventuras de rebelde de 1839 devem ter impressionado fortemente o menino Manuel Deodoro. A fuga do pai, a prisão, a angústia materna, as peripécias do julgamento, tudo isso marcou-lhe, decerto, o espírito infantil. Talvez encontremos aí, nas lembranças adormecidas, já um tanto difusas, do passado turbulento do pai, as razões psicológicas da indecisão de Deodoro, nos dias anteriores ao 15 de novembro, indecisão que muitos atribuem tão sòmente ao seu respeito e veneração pelo imperador. É possível que tais fôssem também os seus sentimentos, mas a êstes juntava-se a recordação do insucesso paterno, das humilhações por que passara o pai e do ambiente de drama no lar, só atenuado pela energia da verdadeira matriarca, que foi dona Rosa Maria Paulina da Fonseca.

O conhecimento da vida do tenente-coronel Manuel Mendes da Fonseca ajuda, sem dúvida, a compreensão da psicologia do filho ilustre e das hesitações de Deodoro, na hora històricamente decisiva para o Império como para a República.

Guarda o Museu Imperial, de Petrópolis, o original de uma petição, dirigida por Manuel Mendes da Fonseca ao imperador Pedro II, acompanhada das cartas de alguns credores que o perseguiam para que pagasse, com juros, velhas dívidas que ainda não pudera ressarcir. Uma das

(*) MELO MORAIS, no *Brasil Histórico*, publicou um escôrço biográfico de Manuel Mendes da Fonseca e seus filhos, e aí declara que o tenente-coronel chegou a 12 de abril de 1842 ao Rio de Janeiro, onde já se encontravam Hermes e Severiano, os dois filhos mais velhos, tendo viajado no transporte de guerra "Triunfo Contra a Inveja" (III tomo da 2.ª série, 1868).

cartas, escrita por Fortunato da Rocha Silva, em nome de seu pai, José Antônio Pereira da Silva, cobra-lhe a 9 de julho de 1852 uma letra de 226$485, vencida a 13 de fevereiro do mesmo ano. Outra, de João Pinto Leite, datada da Bahia, a 26 de outubro de 1853, cobra-lhe a quantia de 1:520$776. Credor cruel, êste, pois que começa insistindo em que, "como um senhor que tendo 68 anos de idade, como diz, não deve estar longe da sepultura", o melhor mesmo é saldar a dívida, "acabar e de maneira que v. s. não manche naquilo sua honra, que tem sabido e podido sustentar perante o público". Esta última dívida, referia-se aos suprimentos de dinheiro fornecidos por Caetano Pinto Leite, na cidade de Salvador, a filhos de Manuel Mendes da Fonseca que ali estudavam, na importância de 600$000 e que, com os juros acumulados, ascendia em setembro de 1854, a 2:000$654.

Confessa Manuel Mendes que seu sôldo mal dá para pagar a casa em que mora, e que a família passaria fome se não estivesse recebendo pequeno auxílio pecuniário dos filhos que já serviam ao Exército. Na petição que endereçou ao imperador, a 24 de setembro de 1854, estão já residindo no Campo da Aclamação n.º 127, Manuel Mendes da Fonseca suplica a concessão de um auxílio pecuniário, que lhe permita saldar suas dívidas e com o qual "se não interrompam os estudos em que estão empenhados" os seus três filhos mais jovens. Declara que a situação em que vive, sob a pressão dos credores, "no leito da decrepitude rouba-me o sono e o necessário descanso". Alude ao seu casamento, que lhe proporcionara uma "fortuna das mais convenientes ao Estado, as virtudes de uma mulher", que logo lhe foi legando filhos, "dez que estão vivos". Depois de falar do cêrco dos seus credores, cujas cartas remete ao soberano, acrescenta a propósito das vicissitudes e aperturas de sua vida doméstica: "Minha família, coitada, sempre mantida pelo apertado repuxo, já não de justas economias, mas de dolorosas misérias, nunca comeu mais que o necessário para não morrer de fome, nunca trajou luxo, ainda não viu as paredes internas de um teatro, nunca foi mesmo a um baile dos muitos concorridos nesta Côrte, onde vivemos há quinze anos, em nímio rigor da vida". O apêlo do velho oficial é verdadeiramente patético.

Como não existe, na petição, despacho algum do imperador, não sabemos se encontrou eco na apregoada magnanimidade do monarca. Se não logrou o resultado desejado teve, ao menos, um merecimento: o de legar à posteridade um depoimento dramático, sincero e, ainda que mesclado de natural constrangimento, nem por isso menos espontâneo, do pai de Deodoro, desaparecido a 24 de agôsto de 1859 (*), sôbre as condições de verdadeira penúria em que mais vegetava que vivia, na Côrte Imperial, a família dos Fonseca.

Foi em ambiente de privações, de dificuldades, de vida dura e amarga, que Manuel Deodoro da Fonseca se preparou para o ingresso na vida militar. Seguia o impulso de uma vocação, mas ao mesmo tempo buscava uma carreira que pudesse, desde logo, emancipá-lo financeiramente, aliviando o precário orçamento paterno.

(*) A situação da família estava mais desafogada, um lustro depois daquele apêlo, quando desapareceu o seu chefe aos 74 anos de idade. Três dos filhos eram já capitães: Hermes, Severiano e Deodoro. Três outros, Pedro Paulino, Hipólito e Emiliano estavam engajados no Exército. João Severiano acabara de terminar o curso de medicina. Uma das filhas estava casada, outra noiva, e o filho menor, Afonso Aurélio, com 14 anos, fazia os estudos necessários para ingressar, pouco depois, na carreira das armas.

Da Escola Militar ao Batismo de Fogo

Cadete aos 16 anos — Praça voluntária do 4.º Batalhão de Artilharia a Pé — Rebenta em Pernambuco a Rebelião Praieira — Objetivos e chefes dêsse movimento — O despotismo dos senhores de engenho — A nacionalização do pequeno comércio — Queda dos liberais — Declínio da Praia — O concurso do bandido Vicente de Paula aos conservadores pernambucanos — Deodoro é mandado para Recife — Sua participação no combate da Soledade — Morte de Nunes Machado e fuga de Pedro Ivo — O fim do bravo capitão da Praia.

DEPOIS DE DECLARAR a filiação e a data do nascimento de Deodoro, a fé de ofício do proclamador da República, existente no arquivo do Ministério da Guerra, acrescenta a seguinte informação: "A 25 de fevereiro de 1845 assentou praça voluntária no 4.º Batalhão de Artilharia a Pé. Reconhecido cadete de 1.ª classe a 18 de abril de 1845". À primeira vista, parece têr sido aquela data, 25 de fevereiro de 1845, a do ingresso de Deodoro na carreira das armas. Entretanto, já vestia farda desde 6 de março de 1843, quando se matriculou na Escola Militar do Rio de Janeiro, para onde o mandara o pai. Os filhos dos membros da nobreza imperial, barões, viscondes, condes, marqueses, tinham preferência para o ingresso na escola e bem assim os filhos dos oficiais do Exército, no que seguia a tradição portuguêsa o estabelecimento fundado pelo príncipe regente D. João, a 4 de dezembro de 1810, com o nome de Academia Militar. Valeu-se Deodoro de tais franquias tão cedo quanto pôde. Mas por que, inscrito na Escola Militar, fôra assentar praça, voluntàriamente, no 4.º Batalhão de Artilharia a Pé? É que,

naquela época, ainda não se contava, para o efeito de promoções por antiguidade, o tempo que os oficiais tinham gasto nos bancos da Escola Militar. Logo depois de ter assentado praça, apresentou Deodoro certidões de que fôra aprovado plenamente no primeiro ano da Escola Militar e simplesmente no segundo ano. Ficou adido a três diferentes unidades, enquanto continuava os estudos, até terminar o curso de artilharia. Foi designado, então, para servir no 4.º Batalhão de Artilharia a Pé e, em dezembro de 1848, mandado servir na Província de Pernambuco, onde se iniciara a rebelião praieira, um dos movimentos que tiveram mais forte adesão popular entre os que assinalaram o Segundo Reinado.

* * *

Na quinta década do século XIX, — a primeira do reinado de D. Pedro II, — foi o Brasil agitado por uma série de movimentos armados, que exprimiam ao mesmo tempo a intensidade das paixões políticas e dos protestos contra a opressão das facções dominantes. Em 1840, ainda lavrava e continuaria a lavrar, no Rio Grande do Sul, a revolução farroupilha, de colorido republicano, sob a chefia de Bento Gonçalves e com a colaboração do famoso caudilho italiano Giuseppe Garibaldi. Só em 1845, viria a terminar tão longa e tão sangrenta luta. Antes disso, em 1842, rebentaria em Minas Gerais e São Paulo, a revolução liberal à cuja frente surgiam as figuras do padre Diogo Antônio Feijó, do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, Teófilo Otôni e outros. O barão de Caxias haveria de contar entre suas vitórias o esmagamento dessa revolução, cujo combate final, o de Santa Luzia, iria incorporar ao nosso dicionário político uma alcunha depreciativa. Daí por diante, os liberais passariam a ser desdenhosamente chamados os "luzias", isto é, os derrotados, retribuição à alcunha de "saquaremas" dada por aquêles aos conservadores (o chefe ostensivo dêstes, Rodrigues Tôrres, Visconde de Itaboraí, tinha grande propriedade em Saquarema, na Província do Rio de Janeiro).

Após a pacificação do Rio Grande do Sul, gozara a nação apenas três anos de tranqüilidade. Os liberais tinham

voltado ao poder em fevereiro de 1844, com o gabinete chefiado por Almeida Tôrres (Visconde de Macaé), e nêle ficaram até fins de 1848, com uma série de governos fracos: em cinco anos, cinco ministérios. Em maio de 1846 subiu o gabinete do Visconde de Albuquerque, em maio de 1847 o de Alves Branco (Visconde de Caravelas), em março de 1848 voltou Almeida Tôrres e, finalmente, em maio do mesmo ano, subiu o de Paula Sousa, que cairia a 29 de setembro. Não se resignaram os liberais de Pernambuco em entregar a situação aos adversários e daí o movimento armado, que ficaria conhecido pelo nome de "rebelião praieira" e que teve como principais chefes os deputados Joaquim Nunes Machado, grande orador e líder popular, Felipe Lopes Neto, Jerônimo Vilela Tavares, Félix Peixoto de Brito, e mais o jornalista Borges da Fonseca, além de outras figuras de projeção, como Henrique Pereira de Lucena (*), Antônio Joaquim da Costa Rêgo Monteiro, Joaquim Francisco de Faria, general José Inácio de Abreu e Lima, etc. Vejamos como se originara e quais os seus objetivos. Era a Praia uma ala avançada, quase radical, do Partido Liberal. Êsse nome fôra cunhado pelos adversários dessa ala, apelidados "gabirus", — ratazanas em vocabulário tupi. Fôra Sebastião do Rêgo Barros quem, por escárnio, se referira pela primeira vez aos "praieiros" e à gente da Praia, porque um dos jornais radicais, "Diário Novo", estava localizado na rua dêsse nome, em Recife. Mal sabia que estava cunhando, nesse momento, uma expressão que se tornaria popular e passaria à história. No número 35, de 13 de fevereiro de 1844, o "Diário Novo" retrucava: "Os jornais da polícia, tôdas as vêzes que nos querem combater, nos denominam *oposição praieira*, e também a algumas pessoas temos ouvido em particular essa denominação. Se nos chamam oposição da praia só para nos darem um cognome derivado da situação em que se acha a tipografia oposicionista, nós não o rejeitamos, uma vez que serve êle de fazer-nos conhecidos" (**). Daí por diante, usa o "Diário Novo" o epíteto como se fôra uma honra e não um motejo, falando no "triunfo

(*) Pai do Barão de Lucena, que estaria, mais tarde, intimamente ligado a Deodoro.

(**) Citado por AMARO QUINTAS, em "O sentido social da Revolução Praieira" (Ensaio de Interpretação), Recife, 1946.

da praia", no "vitorioso exército da praia", etc. Tal a origem do nome. Quanto à do movimento, nascera êste de causas a um tempo políticas e econômicas.

As simples divisões entre "luzias" e "saquaremas" não pareciam ter cabimento em Pernambuco. O liberalismo "luzia" era dominado pelos ricos proprietários, os Holanda, os Rêgo, os Barros, os Cavalcanti, e o conservantismo "saquarema" por um grupo afim, os quais acabaram se fundindo, numa comunhão de interêsses, nos "gabirus", para enfrentar a ala radical, constituída pela Praia. Foi a esta que deu mão forte o presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama, que exerceu o govêrno de 11 de julho de 1845 a 26 de abril de 1848. Durante êsse período de domínio dos gabinetes liberais, a Praia investiu contra os privilégios dos "gabirus", encontrando sempre a mais viva resistência, além da promessa de represálias futuras.

Nessa fase de dominação praieira, vários grandes engenhos foram invadidos, a mando do govêrno da província, que ia nêles buscar criminosos acoitados e impunes, ou escravos roubados. Impostos atrasados eram reclamados aos contribuintes faltosos, mas tudo isso era irrogado à conta de perseguição política. Os "gabirus" esperneavam.

Era a Praia, como reconheceu Joaquim Nabuco em "Um Estadista do Império", — embora seu pai, biografado nesse livro, tivesse sido adverso ao movimento praieiro, — "a encarnação da alma, do sentimento, da aspiração popular" de Pernambuco. Duas eram as principais idéias que sustentava e que obtinham a completa adesão do povo da província. Uma delas era a do acesso às terras agricultáveis, o direito ao trabalho agrícola em condições justas e humanas. Outra era a da nacionalização do comércio a retalho. É Joaquim Nabuco quem declara: "O povo acreditava ter dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: êsses inimigos eram os portuguêses, que monopolizavam o comércio das cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior". Em verdade, na orla litorânea, comprimiam-se então, na mais aflitiva situação econômica, três quartas partes da população da província. No interior, não era possível encontrar terras de agricultura, em pequenos lotes, e o trabalho escravo dali expulsava o tra-

balho livre. Os grandes proprietários, ciosos de suas terras, orgulhosos da extensão dos seus domínios, não os vendiam, nem arrendavam o que lhes sobrava. Quando muito os ofereciam para ocupações precárias, em condições as mais onerosas de parceria e de nenhum modo garantidas por prazo determinado. A revista "O Progresso", que, dirigida por Antônio Pedro de Figueiredo, o *Cousin fusco* de Recife, muito contribuiu para a difusão das idéias socialistas que a Praia acabou por adotar, publicava a respeito de tal situação: "... a maior parte dos engenhos possui vastas extensões de terrenos incultos, terrenos que seriam eminentemente próprios para a pequena cultura, e que, se fôssem cultivados, bastariam para fornecer com abundância farinha, feijão, milho, etc., para tôda a população da província e das províncias vizinhas, e até para exportação. Ora, os proprietários se recusam a vender êstes terrenos, e até a arrendá-los. Se possuirdes trinta ou quarenta contos, então podereis comprar um engenho; mas se sois pobre, e quiserdes comprar ou arrendar algumas jeiras de terra, não achareis! É isso o que faz que a população improdutiva da cidade, a classe dos solicitadores de empregos públicos se aumente todos os dias, que os crimes contra a propriedade se tornem mais freqüentes e o país se empobreça dia a dia, em conseqüência do aumento do número de consumidores, no entanto que o dos produtores permanece estacionário, ou ao menos cresce em proporção muito mais lenta. Mas, dizem os grandes proprietários, estamos longe de recusar, como dizeis, à gente pobre, as terras que ela precisa para cultivar; apresentem-se, e mediante um fôro módico, e às vêzes até por nada, nós lhe daremos não só a terra para plantar, mas madeiras para construir as habitações. É verdade, mas êste gôzo que lhe proporcionais, só se dá enquanto vos praz. No momento, porém, em que vos dá vontade, por um capricho vosso, ou porque êles se recusam a votar na vossa chapa nas eleições, ou a executar uma ordem que lhes destes, despejai-os sem remissão. Como é que quereis que êstes infelizes plantem, se êles não têm a certeza de colhêr? Que incentivo há aí que os induza a beneficiar um terreno do qual podem ser despejados de um instante para outro? Nas vossas terras, êles não gozam direito algum político, porque a sua opinião

deve ser por fôrça a vossa; para êles, vós sois a polícia, os tribunais, a administração, tudo, numa palavra e, afora o direito e a possibilidade de vos deixarem, a sorte dêsses infelizes em nada difere da dos servos da meia-idade". É claro que havia, a par do problema social, o problema partidário. Não era sem razão que Nabuco frisava, em "Um Estadista do Império": "Um dos principais ataques da Praia era contra o "feudalismo" dos senhores de engenho. Forte na capital, sentia ela dificuldade em avançar no interior, fechado pela grande propriedade, a cuja sombra viviam as pequenas povoações, semeadas em suas cercanias; daí a guerra que ela movia à grande propriedade, superior á justiça pública". Não bastava soltar queixas contra os principais latifundiários, os Cavalcanti, que simbolizavam êsse formidável poder rural, em versos como êstes:

"Quem viver em Pernambuco,
Deve estar desenganado,
Que ou há de ser Cavalcanti,
Ou há de ser cavalgado..."

O remédio que a Praia apontava como capaz de reduzir êsse despotismo ao mesmo tempo econômico e político era a aplicação do impôsto territorial progressivo, que obrigaria os grandes proprietários a se despojarem das terras que lhes eram inúteis. A outra grande bandeira da Praia era, como já dissemos, a da nacionalização do pequeno comércio. Em Pernambuco, tanto o grande como o pequeno, eram dominados por estrangeiros. Segundo os dados de "A Folhinha de Algibeira" (*) em 1844 havia no Recife 77 grandes comerciantes, dos quais menos de um têrço era constituído de filhos do país. As nacionalidades assim se distribuíam: brasileiros, 23; inglêses, 20; franceses, 9; portuguêses, 8; norte-americanos, 3; dinamarquês, 1; holandês, 1; suíços, 2; alemães, 10. Todos os não brasileiros eram arrolados sob a designação

(*) "A Folhinha de Algibeira ou Diário Eclesiástico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas" — Apud AMARO QUINTAS, em *O Sentido Social da Revolução Praieira.*

depreciativa de "marinheiros". Tais dados se referem apenas aos comerciantes por atacado, ou de "grosso-trato", como então se dizia. Em matéria de comércio a varejo, veja-se o que informava, a 28 de janeiro de 1848, o redator de "A Voz do Brasil", Inácio Bento de Loiola (*): "Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco, e tôdas elas de estrangeiros; assim: — lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçado, funileiros, tanoeiros, e tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 e 4 caixeiros, todos portuguêses; calculemos, porém, a dois, e teremos doze mil caixeiros, com seis mil patrões, dezoito mil portuguêses que nos excluem do comércio. Os fundos com que êles comerciam são nominais, que êles tôdas as compras fazem aos negociantes de grosso trato a prazos. Se, pois, êsse direito fôsse exclusivo dos brasileiros, direito que se guarda religiosamente nas outras nações, não estariam acomodados dezoito mil pernambucanos?"

Joaquim Nabuco, embora tendo proclamado que "provàvelmente a Praia representava a queixa de uma população adiantada de instintos contra a sua triste condição", população que "sentia a necessidade de elevar-se e as condições da província não o permitiam", declara em uma das passagens do seu magistral estudo, com alguma injustiça, que "a Praia só tinha um programa conhecido em todo o país: a idéia retrógrada da nacionalização do comércio, idéia que, se fôsse levada a efeito, significaria o retrocesso do Brasil ao estado em que se achava antes da abertura dos portos por D. João VI". Não foi o eminente publicista feliz na comparação. Bem diversas são a nacionalização do pequeno comércio interno e a franquia dos portos, o livre exercício do grande comércio, o de importação e exportação. Além disto, é forçoso convir que a idéia que naquele momento lhe parecia tão retrógrada era um imperativo de natureza econômica, uma reivindicação não apenas regional, mas verdadeiramente nacional.

(*) Cit. por FERNANDO SEGISMUNDO, em *História Popular da Revolução Praieira*.

Quem leia as comédias de Martins Pena, anteriores à revolta praieira, encontrará nelas o mesmo protesto contra a falta de oportunidade para os nacionais, acossados, por um lado, pela concorrência do elemento servil, nas profissões braçais e por outro, com a dos "maquinistas" estrangeiros, mais experientes e mais habilitados, em tudo quanto exigisse conhecimentos de ordem técnica. Veja-se, por exemplo, êste breve diálogo de "O Caixeiro na Taverna", peça aplaudida pelas platéias do Rio de Janeiro nos teatros populares. Diz um personagem:

— "Ora, dize-me, que pode fazer um pobre funileiro do país, quando a rua do Ouvidor está cheia de latoeiros e lampistas franceses? ... Meu caro, se não fôssem as seringas que fazemos para os moleques brincarem o entrudo, não sei o que seria de nós ...

— Se vocês trabalhassem tão bem quanto êles! — exclama o outro.

— É um engano!... — observa o primeiro. — É uma mania!... e todos vão com ela... é obra estrangeira, e basta!... Não se vê por esta cidade senão alfaiates franceses, dentistas americanos, maquinistas inglêses, médicos alemães, relojoeiros suíços, cabeleireiros franceses, estrangeiros de tôdas as seis partes do mundo... e resistam os artistas do país, se são capazes, a essa torrente!"

Nisso, Sílvio Romero via um "sestro", uma "ojeriza", assim como Joaquim Nabuco via apenas uma idéia retrógrada. É que, a ambos, escapava o aspecto social, o problema de ordem econômica. A reação, no Rio de Janeiro, se ampliava aos estrangeiros, em geral. Mas, nas províncias, era sobretudo antilusitana, nascendo precisamente daquele monopólio do pequeno comércio, fundado em parte em capitais trazidos por alguns de Portugal e, em parte, no senso de economia, no espírito de poupança, graças ao qual os portuguêses podiam desdobrar os seus negócios, dando-se as mãos, socorrendo-se uns aos outros, prestando ajudas mútuas, com o sentimento de solidariedade reforçado pelo exílio comum. Na época das lutas de Pernambuco, um periódico do Rio de Janeiro, "O Cascalho", republicava (*) êstes versos saídos originalmente em "O Vulcão", de São Luís do Maranhão:

(*) Col. da Biblioteca Nacional. Edição de 4 de maio de 1849.

"Sou bandalho refinado,
Safado, vil e garôto
Do mundo sou a escória,
Sou PORTUGUÊS, *sou maroto* (*).

Sou marinheiro,
Alambazado,
Ladrão, patife
E descarado.

E que fazem os moleques
Da aleluia ao romper,
Que as tripas dos marinheiros
Não fazem o povo ver?

Eia, rapazes,
Preparar paus;
Um não escape,
São todos maus.

Que diferença há dum Judas
Para um monstro português?
Aquêle matou a um Cristo,
Êste mataria a três.

Tenham os judas
Hoje alegria,
Morram marotos
Só neste dia".

É um violento incitamento à malhação dos *marinheiros,* uma demonstração de agudo e agressivo nacionalismo, decerto condenável, mas que apesar disso correspondia a uma realidade social existente, na época, em várias partes do Brasil: em São Luís do Maranhão, como no Rio de Janeiro e no Recife. Não menos inflamada era a linguagem de outros

(*) "Maroto" era sinônimo de "galego", "portuga", ádvena vindo por mar.

versos, transcritos em "O Fuzil" (*), que se publicava na capital do Império:

"Há pouco mais de três meses
Têm abordado o Brasil
Sem da sorte ter reveses,
Dessa escória mais de mil
De sebosos portuguêses.

Vêm ao cheiro dos formosos
Argentinos patacões;
De nada são vergonhosos;
Trazem chulé nos calções
Os labregos invejosos.

Logo arrimo, lhes vão dando
Essa corja já ricaça;
E dos Zés o torpe bando
Em tristíssima desgraça
Nossos filhos vão lançando.

. . . . . .

Geração d'alta nobreza
Pretendem sempre inculcar;
Contra as leis da natureza
Os marotos vêm roubar
Do Brasil tôda a riqueza.

Acham de pronto agasalho,
Inda que porcos e rotos;
Não se faz mister trabalho
Pra dar cabo dos marotos:
Basta ponta de vergalho."

Era natural que, dentro do quadro da época, a campanha da Praia pela nacionalização do pequeno comércio inflamasse os espíritos, fôsse, como foi, objeto de vibrantes dis-

(*) Col. da Biblioteca Nacional. Edição de 4 de julho de 1849.

cursos, de apelos à Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco, de artigos repetidos dos jornais praieiros. O desembargador Nunes Machado fizera alguns dêsses discursos, prometendo levantar na Câmara dos Deputados do Império essa bandeira, que lhe deu popularidade até mesmo na Côrte. Era um parlamentar experimentado. Começara sua atuação no início da legislatura de 1838 a 1841, a que votou a maioridade do imperador, e voltara em 1843, como suplente de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, depois Visconde de Camaragibe, quando a Praia ainda não tinha tomado impulso e êle próprio era ainda um liberal moderado. Na legislatura seguinte, a de 1845–1847, Nunes Machado passara a fazer parte, efetivamente, da bancada pernambucana, convertendo-se numa de suas mais altas expressões. Reeleito em 1848, cumpriu a promessa de sua última campanha eleitoral, apresentando o seguinte projeto:

"Artigo único — É privativo do cidadão brasileiro o comércio a retalho. O govêrno marcará um prazo razoável, depois do qual não poderão continuar as casas estrangeiras atualmente existentes. Revogam-se as disposições em contrário". Além de Nunes Machado, assinaram êsse projeto outros deputados ligados à Praia, também pernambucanos: o bacharel Felipe Lopes Neto, o professor de direito Jerônimo Vilela de Castro Tavares, o padre Joaquim Francisco de Faria, o magistrado José Francisco de Arruda Câmara e, ainda, o deputado pelo Rio Grande do Norte, Casemiro José de Morais Sarmento. Mas a reivindicação pacífica da Praia foi veementemente combatida. Sepultou o projeto, forçando-lhe a rejeição, uma declaração do ministro dos Estrangeiros, alegando que contrariava os tratados internacionais firmados pelo Império, assecuratórios da liberdade de comércio. Teve Nunes Machado que se contentar com a apresentação de nova proposição, segundo a qual "em cada casa comercial estrangeira devia haver pelo menos um caixeiro nacional". O próprio teor dêsse projeto serve para mostrar a que ponto chegara a prepotência econômica e o desprêzo pelo trabalho livre nacional. Pois a legislatura chegou ao seu têrmo imprevistamente, com o decreto de dissolução, a 19 de fevereiro de 1849, sem que o novo projeto de Nunes Machado tivesse sido sequer votado...

Além da nacionalização do comércio e da divisão das terras, a Praia tinha outras idéias, como a da substituição de vários impostos então existentes pelo "impôsto sôbre rendimentos", o estabelecimento de medidas contra a usura (pois chegavam a ser cobrados juros de 20 e até 25%, não ao ano, mas ao mês!), o federalismo, que desse às províncias a desejada autonomia, a ampla liberdade de pensamento, o direito ao trabalho para todos os brasileiros e a substituição gradual do trabalho servil pelo trabalho livre.

* * *

As primeiras manifestações de violência, originadas pelas paixões que a Praia estimulava, entre os seus adeptos, que eram, para os adversários, os cinco mil molambentos, a ralé de Recife, ocorreram em junho de 1847, quando praieiros armados, depois de um conflito de rua, saíram pela cidade aos gritos de "mata-marinheiro". Grupos foram à Assembléia Legislativa pedir a decretação da expulsão dos portuguêses e a nacionalização do comércio, só não se registrando então conflitos de graves conseqüências em razão da intervenção dos elementos mais moderados do Partido Liberal. Quando a Praia começava a se sentir mais segura do terreno em que pisava, é que ia chegar, na verdade, o momento do seu declínio. As notícias vindas de Pernambuco alarmavam os liberais de tendência menos avançada. Mais uma vez iria se provar o dito de que "nada mais parecido com um *saquarema* que um *luzia* e vice-versa". A Praia era um fenômeno puramente regional, olhado com desconfiança pela parte emperrada do partido. É esta que influi no sentido da demissão de Chichorro da Gama. Depois de uma breve interinidade de Vicente Pires da Mota, assume a presidência de Pernambuco o desembargador Antônio da Costa Pinto, homem neutro, quase um adversário, visto com reservas e desconfianças pelos praieiros. Êste, porém, só governará de 15 de julho a 17 de outubro de 1848, pois deixará o poder com a ascensão dos "saquaremas". A situação se torna alarmante, para os praieiros, quando caem os liberais e voltam ao poder os conserva-

dores. É que o jovem imperador chama para organizar o gabinete precisamente um dos elementos ultra-reacionários de Pernambuco, Pedro de Araújo Lima, então visconde e mais tarde Marquês de Olinda. Êste nomeia presidente da Província de Pernambuco o então deputado conservador pelo Pará, Herculano Ferreira Pena (*), que toma posse a 17 de outubro. Seria êle, ao ver de todos, o instrumento das vinganças, o executor das represálias, o homem através de quem o novo presidente do Conselho iria reduzir a Praia a destroços. Os elementos mais exaltados não se contêm. Entendem que é preciso reagir, por todos os meios, ainda, ou principalmente, pelos meios violentos. Nunes Machado se inquieta com a situação, considera uma loucura qualquer movimento armado e parte para Pernambuco, para dissuadir os companheiros. "Tão puras eram as suas intenções, tanto estava a revolta fora de suas vistas e esperanças — escreve Urbano Sabino Pessoa de Melo, em "Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco", — que nos assomos da surprêsa lançou imprecações contra seus amigos e aliados, e partiu na firme resolução de desarmar o partido".

Entretanto, ao chegar a Alagoas, onde desembarcou, foi informado de que tal atitude era mal compreendida. Havia quem o apontasse como um aproveitador de situações, um vulgar demagogo pronto a recolher votos e a retrair-se nas horas difíceis e perigosas. Não era sem razão que dêle havia dito Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês de Paraná: "Nunes Machado tem tôdas as coragens, menos a de resistir aos amigos". O modo que encontrou de desmentir os que o acusavam foi o de ceder aos seus pontos de vista, envolvendo-se numa luta que condenava e que acabaria por custar-lhe a vida. Principalmente, sabia Nunes Machado que a luta era vã, representando Pernambuco um foco isolado de insurreição, sem ligações com quaisquer outros pontos do Império.

Foi a 7 de novembro, — quarenta dias depois da ascensão de Araújo Lima ao govêrno, — que estalou a revolta, na

(*) Êste político do Império, além da de Pernambuco, exerceu a presidência de mais oito províncias, desde o Amazonas a Minas Gerais e Mato Grosso.

comarca de Iguaraçu. Daí a rebelião vai se estendendo a outros lugares, depois de sangrentos encontros com as tropas imperiais. O vacilante presidente Herculano Ferreira Pena despacha, incontinenti, emissários às províncias vizinhas e à capital do Império, em busca de socorro. O ministro da Guerra, coronel Manuel Felizardo de Sousa Melo, – alcunhado Feliz-Asno pelos pasquins liberais — determina o embarque, para Recife, em princípios de dezembro de 1848, do 4.º Batalhão de Artilharia a Pé, de que fazia parte o segundo tenente Manuel Deodoro da Fonseca. No mesmo cenário das lutas travadas pelo pai em 1817 e 1824, iria receber o batismo de fogo.

A principal figura militar da Praia era o capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, do 2.º Batalhão de Artilharia a Pé. Exercia êste o comando do destacamento militar de Água Preta e, com a ascensão dos conservadores, fôra demitido do cargo, comprometendo-se, então, com a Praia, a tomar a frente da insurreição pernambucana. O movimento armado se comunica a Olinda, às 10 horas da noite do dia 7 de novembro de 1848, e se estende ràpidamente a Jaguarão, Nazaré, Bonito, Rio Formoso, Serinhaem, Água Preta, Pajeú das Flôres, Boa Vista, etc., incorporando uma massa de aderentes não inferior a vinte mil pessoas. As fôrças do govêrno, enviadas para dispersar os rebeldes, encontraram tenaz resistência e foram rechaçadas em vários encontros. Elevado ao pôsto de brigadeiro, no comando das fôrças da Praia, — duas brigadas constituídas por ato do conselho diretor da rebelião, — Pedro Ivo as conduziu de refrega em refrega, a caminho da capital da província.

Araújo Lima nomeia, logo, um novo presidente para a província conflagrada: Manuel Vieira Tosta, futuro visconde e depois Marquês de Muritiba, homem enérgico, de mão de ferro e sem maiores escrúpulos, tanto que, para combater os praieiros, não hesita em convocar um famoso bandoleiro, Vicente Ferreira Tavares Coutinho, mais conhecido como Vicente de Paula. Era êste um "cabano" que se tornara irredutível e à frente de um grupo armado praticava tôda a sorte de estrepolias nas Alagoas. Perseguido da justiça, foi, no entanto, convidado por Vieira Tosta a "ajudar a acabar com os anarquistas de Água Preta", principalmente auxi-

liando-o prender, "já e já, êsse Pedro Ivo, inimigo do nosso adorado imperador" (*). Serviu de intermediário nos entendimentos entre o bandoleiro e o presidente o padre Pinto de Campos, que, mais tarde, surgiria no cenário político como uma figura representativa da facção conservadora de Pernambuco...

Incorporado às fôrças governamentais, comandadas pelo general José Joaquim Coelho, futuro Barão da Vitória, Deodoro aguardava o momento de entrar em ação. Tinha pouco mais de vinte e um anos e fazia apenas doze meses que terminara os seus estudos na Escola Militar. A tropa de que fazia parte, em vez de desencadear a ofensiva, esperou que os rebeldes o fizessem, numa tentativa ousada para assenhorear-se da sede do govêrno. A 2 de fevereiro de 1849, tomou Pedro Ivo essa decisão. Investiu contra Recife pelo lado sul, avançando, sem encontrar maior oposição, até o bairro de Santo Antônio. Entretanto, daí para diante, as fôrças praieiras viram com surprêsa que o govêrno oferecia a mais encarniçada resistência. Ao aproximar-se do palácio presidencial, enfrentaram o fogo cerrado das tropas de José Joaquim Coelho. Tendo já alcançado a rua do Sol, foram os rebeldes forçados a retroceder, tomando novas posições nos largos do Carmo, Livramento, Penha e na rua do Rosário. A batalha continuou, intensa, crepitante, sem minuto de trégua. Novo recuo dos bravos praieiros, para as ruas da Ribeira, Concórdia e Augusta, onde Pedro Ivo fêz esforços inauditos para animar seus soldados e voltar à ofensiva. Tudo em vão, porém. Nunes Machado, de armas nas mãos, lutando como um bravo, tombara no encontro, sob o fogo adverso, ficando o seu nome envolvido numa legenda de heroísmo. Cadáveres juncavam as ruas do Recife. Pedro Ivo reagrupou os seus homens, cruzou o Capiberibe e tomou o rumo do sertão. Estava selado o destino da rebelião praieira, grito de desespêro contra as formas mais odiosas e desumanas de opressão econômica e política. As tropas imperiais continuaram a perseguir Pedro Ivo pelo sertão a dentro. Dispunha êste de novos batalhões, formados por voluntários, mas não lhe sobrara tempo para bem treiná-los, nem armamentos e munições que bastassem.

(*) Carta citada pelo escritor Carlos Pontes, em artigo no "Jornal do Comércio".

Revelando sangue frio e bravura, participou Deodoro de mais dois combates contra as fôrças da Praia. Em julho de 1849, Manuel Vieira Tosta foi substituído na presidência da província. A marcha dos acontecimentos em Pernambuco fêz com que Araújo Lima se retraísse, uma vez que sua ascensão ao poder era apresentada como a causa principal da deflagração da luta, e em outubro cedeu o seu pôsto, de presidente do Conselho, a José da Costa Carvalho, então visconde e, depois, Marquês de Monte-Alegre. O substituto de Manuel Vieira Tosta era um dos maiores vultos políticos do Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná e artífice da política de conciliação dos partidos. Homem brando e tolerante, sua função principal era a de impedir os excessos da reação. Desde logo, repeliu Carneiro Leão o concurso do bandoleiro Vicente de Paula às fôrças do govêrno, cancelando os ajustes feitos pelo seu antecessor, através do padre Pinto de Campos. Havia, porém, de ser muito criticado por ter pôsto a prêmio a cabeça de Pedro Ivo. É verdade que fêz anunciar que pagaria três contos a quem o apresentasse morto, mas declarara pagar o dôbro dessa quantia se o bravo capitão fôsse apresentado vivo. E, no primeiro caso, segundo explicação dada pelo ministro da Justiça à Câmara dos Deputados (*), era exigida prévia e completa justificação da resistência à prisão, de modo a excluir a hipótese de um assassinato. A resistência de Pedro Ivo irritava os conservadores e desprestigiava o govêrno. O intrépido guerrilheiro das matas parecia invencível, embora tantas vêzes rechaçado. Como que, a cada revés, cobrava novo alento para a luta. Ainda na fala do trono lida na abertura da Assembléia Geral, a 1.º de janeiro de 1850, dizia o imperador que lhe era "penoso ter de anunciar os desgraçados acontecimentos que ocorreram recentemente na Província de Pernambuco". E acrescentava: "Homens dominados por paixões violentas perturbaram a tranqüilidade e a ordem pública, e tentaram alterar as instituições do Brasil". Falava na repressão enérgica da Guarda Nacional, do Exército e da Marinha, mas dizia que a província ainda não estava de todo pacificada, pois "homens perdidos, que surdos à voz da minha imperial clemência se retraíram às

(*) Discurso de Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, citado por Joaquim Nabuco em nota ao capítulo III de *Um Estadista do Império*.

matas para persistirem na carreira de seus crimes, procuram novamente perturbar a tranqüilidade pública".

Um jornalzinho radical, em 1849, já reconhecendo a derrota, acha que só há um remédio para quem vive em Pernambuco: emigrar, ir para fora do Império. O seu título é "O Vapor da Califórnia" e, nestes versinhos, exprime o seu desalento:

"Meus amigos, paciência,
Já voltou a idade córnia:
Ou servos dos Cavalcanti,
Ou seguir pra Califórnia."

A justiça imperial processou os principais dirigentes do movimento, figurando no libelo acusatório do promotor Francisco Xavier Pais Barreto os ex-deputados Lopes Neto, Vilela Tavares, padre Faria, Antônio da Costa Rêgo Monteiro e mais o jornalista Antônio Borges da Fonseca, todos êles como "cabeças da rebelião", sendo apontados ainda como co-réus e aliciadores do povo vinte e cinco outros cidadãos. Dêstes, quase todos, a não ser alguns que lograram fugir, foram mandados para a ilha de Fernando de Noronha. Pedro Ivo, "o filho do povo", "o gênio das pelejas", "o leão sangrento que rugia", segundo os versos em que o estro generoso de Álvares de Azevedo para êle reclamava anistia ao imperador, — abateu, por fim, a bandeira da luta e deixou Pernambuco, por mar, indo para a Bahia, onde se entregou ao presidente dessa província, que o trouxe, com outros companheiros, para a Côrte. O resto é conhecido: a prisão na Fortaleza da Laje, os têrmos rigorosos da anistia oferecida por Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, ministro da Justiça do gabinete conservador presidido por Costa Carvalho (sucessor de Araújo Lima), anistia que impunha aos rebeldes "residir fora do Império por espaço de seis anos em lugar aprovado pelo govêrno," a fuga preparada por Teófilo Otôni e Sales Tôrres Homem, na madrugada de 20 de abril de 1851 e, depois, a morte, em águas de Pernambuco, a bordo de um navio em que embarcara para Gênova e do qual seu corpo foi lançado ao mar. Tinha Pedro Ivo apenas quarenta anos, mas as provações da luta e os maus tratos na prisão o haviam convertido num morto-vivo.

O trágico balanço dessa luta, feito por Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, autor da "Crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849", apresenta os seguintes dados: Lado do govêrno — 10 oficiais mortos e 21 feridos; 303 praças de pré mortas e 492 feridas; Lado dos rebeldes — 502 mortos e 1.188 feridos. Foi, sem dúvida, uma das mais sangrentas lutas civis daqueles tempos. Assim, nessa campanha contra a Praia, contra seus líderes e suas fôrças irregulares, foi que o jovem segundo tenente de artilharia a pé, Manuel Deodoro da Fonseca, conheceu pela primeira vez o impacto das operações de guerra (*). Iniciou a vida militar participando de uma luta fratricida, uma refrega entre irmãos. Não lhe competia discernir se a causa contra a qual lutava era boa ou má. Provàvelmente, não estava, sequer, informado da natureza do movimento pernambucano, movimento nacionalista, por excelência, esmagado, por ironia da sorte, pela tropa comandada por um português de nascimento, um "maroto", o general José Joaquim Coelho, anos mais tarde elevado a Barão da Vitória... Para Deodoro, o que importava era o dever a cumprir, a obediência que, como soldado profissional, devia aos superiores. Quarenta anos depois, sendo um chefe, êle já não pensaria assim e se apresentaria como um rebelado aos olhos do país. Singular contraste o desta vida de soldado: começou a carreira militar ajudando a sufocar uma rebelião e encerrou-a colocando-se à frente de uma revolução! Só uma coisa distingue, aliás, as rebeliões das revoluções. São rebeliões as revoluções que não vingam. São revoluções as rebeliões que triunfam...

(*) Na luta contra os rebeldes da Praia também tomou parte seu irmão, o segundo tenente Hermes Ernesto da Fonseca, elogiado pela participação que teve no combate do Pau-Amarelo, a 13 de fevereiro de 1849.

De Tenente a Capitão

Período de tranqüilidade para o Império — Rotina de quartel — Cinco prisões disciplinares — Casamento, em Mato Grosso — Política brasileira no Uruguai — Deodoro no corpo expedicionário contra Aguirre — Passeata triunfal a Montevidéu — Incorporado às fôrças em operações contra Solano Lopez — Rumo à fortaleza do Sêrro.

Em 1851, liquidada, internamente, a Revolução Praieira e ultimada, com a vitória de Monte Caseros, a campanha contra os caudilhos Manuel Oribe, do Uruguai, e Juan Manuel Rosas, da Argentina, o Brasil entra numa fase de calmaria que se prolonga por mais de um decênio. A derrota do tirano argentino amortecera por longo tempo as agitações do Prata. Reinava no Império uma tranqüilidade aparente, nascida menos da satisfação geral do que do desânimo, conseqüente ao malôgro de tôda uma série de insurreições regionais, que traduziam, antes de tudo, a veemente reação contra a centralização adotada pela monarquia e o profundo anseio de autonomia das províncias, sentimento que encontraria depois um meio pacífico de expansão na campanha dos republicanos como dos monarquistas liberais em prol da Federação. Quase quinze anos da vida militar de Deodoro vão se desenrolar num ambiente desfavorável à afirmação de suas qualidades guerreiras. Depois do batismo de fogo na campanha contra a revolta praieira, fôra êle promovido a segundo tenente, participando, nesse pôsto, de um dos combates finais, o da barra de Natuba, na Província da Paraíba. Retornou a Recife, daí foi mandado à Província da Bahia e, depois, à Côrte. Mas, em 1851, tinha de regressar

a Pernambuco, onde, depois de ter conseguido promover a contagem do seu tempo de praça desde 6 de março de 1846, data em que se matriculara na Escola Militar, logrou ser promovido a primeiro tenente. Dá-se, então, um singular desajustamento entre o jovem oficial e a disciplina da caserna. Êle, que era disciplinado, bravo, zeloso, cumpridor exato de seus deveres militares, foi prêso nada menos de cinco vêzes, no espaço de menos de dois anos! O motivo das prisões era puramente disciplinar. O comandante do 4.º Batalhão de Artilharia a Pé prendeu-o, pela primeira vez, a 2 de agôsto de 1852, por não ter apresentado a ordem do dia. Foi sôlto no mesmo dia. Mas, a 17 de outubro, o mesmo comandante de novo o prendeu, por lhe ter faltado com o cumprimento e por lhe ter mandado a ordem do dia por um inferior. A punição, dessa vez, foi mais severa: dois dias de prisão. Outra vez foi prêso a 29 de dezembro do mesmo ano, por ter deixado de transmitir ordem do Quartel-General para o embarque de um destacamento para a ilha de Fernando de Noronha. Teve essa terceira prisão a duração de quatro dias, pois que só foi sôlto a 1.º de janeiro de 1853. De sua fé de ofício, arquivada no Ministério da Guerra, consta que foi de novo prêso pelo comando das armas, no Forte do Buraco, a 2 de junho, por falta de cumprimento dos seus deveres, sem especificar detalhadamente de que se tratava. Nove dias permaneceu Deodoro dessa vez na prisão, passando o resto do ano sem nenhuma outra falta grave. Ainda não estava de todo emendado o jovem tenente. A 25 de fevereiro, era ainda uma vez prêso, — e acusado então de infração bem mais séria: a de ter insultado o comandante da 7.ª Companhia, pelo fato de haver êste representado contra êle pela maneira por que detalhava o serviço. Não só ficou prêso uma semana, — foi sôlto a 4 de março, — mas ainda, com ofício do comandante das armas, com essa mesma data, foi mandado adir ao 9.º Batalhão de Infantaria, "por conveniência do serviço e da disciplina". Pode-se dizer que foi êsse o período crítico de sua carreira: o dos vinte e quatro aos vinte e seis anos, em que teve de lutar contra si mesmo, contra o seu temperamento rebelde, contra as estreitezas e mesquinharias de um regulamento militar severíssimo, moldado, ainda, no rigorismo do Conde de Lippe.

Deve ter provocado escândalo a sua conduta, pois que foi chamado à Côrte, e por isso, ficou desligado do 9.º Batalhão de Infantaria, passando a fazer parte do 1.º Batalhão de Artilharia a Pé. Aí parece ter encontrado mais simpatia e mais compreensão, ou soube dominar melhor os seus impulsos, tornando-se mais controlado e mais atento, tanto assim que mereceu, no mesmo ano, um elogio em seus assentamentos pelo bom desempenho de suas obrigações na Fortaleza de Santa Cruz. Novos elogios recebeu ao ser desligado daquela unidade e transferido, a 24 de abril de 1855, para o Batalhão de Engenheiros. Reconheciam-lhe agora "zêlo, prontidão, boa vontade e dedicação", além de "capacidade e inteligência no desempenho de todos os deveres". Estava reabilitado de suas manifestações de rebeldia. A 24 de dezembro de 1856, recebia um presente de Natal por certo imprevisto, mas que bem procurara merecer no esfôrço dos últimos dois anos: a promoção ao pôsto de capitão. Com essa promoção, foi despachado para preencher um dos claros existentes na 8.ª Companhia do 4.º Batalhão de Artilharia a Pé em Recife e tomou, pela terceira vez, o caminho de Pernambuco. Desde então, até 1864, sua atividade militar cifrou-se no cumprimento de obrigações rotineiras da vida de caserna em tempo de paz.

* * *

"Le combat est la vie de l'Armée", escreveu Alfred de Vigny, e ninguém o sabe melhor que os soldados...

Para os homens educados para a guerra, êsses períodos de calma, de tranqüilidade interna e externa, são períodos ingratos, de estagnação e de monotonia. São períodos que não fazem história. Não houve, na vida do Império, período mais tranqüilo do que êsse, de quase três lustros, — da sufocação do movimento praieiro, em Pernambuco, e da queda de Rosas, até nossa intervenção no Uruguai. A vida de Deodoro teria sido, então, despida de maior interêsse, limitando-se à simples troca de quartéis e de unidades militares, de uma província para a Côrte e, logo, para outra província, se um acontecimento de natureza íntima não a tem então marcado. Servia Deodoro nessa época em Mato Grosso, à disposição do presidente da província. Era êste

o tenente-coronel Antônio Pedro de Alencastro, a quem o gabinete conservador de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, tinha, em outubro de 1859, confiado, ao mesmo tempo, o comando das armas e a tarefa de governar aquela distante região. Mais de vinte anos antes, de 1834 a 1836, aquêle militar havia governado Mato Grosso. Mas, nesse novo período, tornou-se Alencastro famoso pelas suas violências, uma delas, a prisão, na própria igreja de Cuiabá, onde proferia um sermão, do padre liberal Ernesto Camilo Barreto, confinado, primeiro num quartel, depois no forte de Coimbra e, por último, pôsto a bordo do navio "Marquês de Olinda", que o levou para a Côrte. Terminou o episódio com o regresso do padre e a demissão do presidente, nos primeiros dias do ano de 1862. Deodoro não se arrependeu, entretanto, dos dois anos que então passou em Mato Grosso, ao lado do terrível presidente Alencastro. Chegando a Cuiabá, conheceu alguém que o impressionou vivamente: Mariana Cecília de Sousa Meireles, que, embora nascida na Côrte, ali modestamente vivia em companhia da mãe, viúva de um capitão do Exército. Talvez já conformada com a perspectiva de permanecer solteira, pois alcançara uma idade em que as moças só raramente encontravam quem as cortejasse com intenções matrimoniais, alvoroçou-se ela ao conhecer o ajudante de ordens do presidente da província.

Deodoro, que até então se conservara imune às tentações amorosas, sem revelar inclinações para o casamento, sentiu-se fortemente atraído por aquela figura de mulher, tão terna e tão modesta, tão recatada e tão simples. A paixão mútua foi súbita e lavrou com tal veemência que ambos concordaram em que deviam casar-se o mais cedo possível. Deodoro não deu importância alguma ao fato de que sua eleita tivesse um ano a mais do que êle. Para que o casamento mais depressa se realizasse, o noivo pediu e obteve, do bispo de Cuiabá, a dispensa dos proclamas. E o próprio prelado, D. José Antônio dos Reis, celebrou a cerimônia nupcial, no Palácio Diocesano, às 19 horas do dia 16 de abril de 1860, na presença do presidente da Província e do coronel Inocêncio Eustáquio Ferreira de Araújo, os quais serviram como testemunhas. A certidão, apresentada por

Deodoro, mais tarde, ao Ministério da Guerra, para que constasse dos seus assentamentos, dava a idade do noivo, 33 anos, e da noiva, 34, — ela filha legítima do finado capitão Feliciano de Sousa Meireles e de Dona Henriqueta Júlia de Sousa Meireles, e natural da Côrte do Rio de Janeiro. Em Dona Mariana encontraria Deodoro a companheira exemplar de sua vida.

Dois anos depois de casado, vinha êle para a Côrte com a espôsa, que bem cedo teria de experimentar duras provações em sua vida matrimonial. Não que o homem a quem se ligara não a cercasse da maior consideração e carinho. Mas é que, antes de quatro anos de casada, teria o marido que dizer-lhe adeus, para só reaparecer depois de transcorrido mais de um lustro. Foram de tortura os dias que ela passou, à espera de notícias do espôso distante, sofrendo as angústias de uma ausência que se prolongava indefinidamente, entre sustos constantes e perigos crescentes. Ela se casara sem sequer pensar em guerras e batalhas, e êle, oficial ambicioso, ávido de merecer promoções, não apenas tinha que cumprir o dever de bem servir à Pátria, mas ainda via, naquela luta, uma oportunidade para galgar, um a um, os altos postos da carreira militar. Despedindo-se de um capitão de 37 anos de idade, ela veria chegar em casa, de regresso, seis anos depois, um austero coronel curtido de sol e com o peito coberto de medalhas, tão diferente do seu Manuel de outrora que a êle se agarraria em soluços, sem encontrar uma palavra com que pudesse exprimir o tropel de suas emoções...

A separação deu-se em fins de 1864. No princípio do ano anterior, estivera Deodoro alguns meses afastado das fileiras, com licença, de favor, isto é, com sôldo e etapa, para tratar da saúde, afetada por uma bronquite renitente. Ao regressar, curado, fôra designado instrutor dos guardas-nacionais destacados na Fortaleza de Santa Cruz, merecendo elogios pelo asseio com que, em março de 1864, apresentou sua tropa numa revista em ordem de marcha. É então designado para um dos batalhões que vão formar a Brigada Expedicionária despachada da Côrte para o Rio da Prata. Passa o Natal em companhia da espôsa, da mãe e das irmãs. E, a 26 de dezembro, parte, com sua tropa, ao encontro do perigo. Dona Mariana Cecília Meireles da Fonseca fica sob

a guarda da matriarca espartana, Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca, juntamente com suas cunhadas, Emília Rosa e Amélia Rosa, e mais tarde as concunhadas, espôsas de irmãos de Deodoro que também cedo partiriam para os campos de batalha, alguns para não voltar. A casa da viúva do tenente-coronel Manuel Mendes da Fonseca ficou, assim, povoada quase apenas de saias, pois que um único de seus filhos então não pegaria em armas para a defesa da pátria (*).

Ao partir, Deodoro tinha a impressão de que breve estaria de regresso. Era questão de algumas semanas, no máximo de alguns meses, — o tempo necessário para pôr em ordem os assuntos do Uruguai, onde caudilhos inimigos do Brasil estavam criando dificuldades e suscitando reclamações dos fazendeiros dos nossos territórios fronteiriços. Mas aquilo não seria um simples passeio ao Prata. Era o início de uma guerra dura e encarniçada, que exigiria do Brasil os màiores sacrifícios materiais e enormes perdas de vida...

* * *

O Uruguai, no século passado, constituiu um motivo de constantes preocupações da política exterior do Império, nem sempre bem orientada. Para que a Argentina não o absorvesse, entramos em luta e o anexamos ao nosso território, com o nome de Província Cisplatina. Mas não conseguimos sopitar os anseios de independência do seu povo. Fomos de novo à luta, em 1828, e sofremos sérios reveses, em conseqüência dos quais o perdemos. Dessa vez, conquistou o Uruguai sua autonomia. Nem seria argentino, nem brasileiro. Fêz-se país independente. Contudo, ainda não estaria livre da interferência do govêrno imperial: para afastar, mais

(*) Lemos alhures que êsse filho, Pedro Paulino da Fonseca, segundo tenente reformado, fôra pelo imperador dispensado do serviço das armas, para que a mãe, viúva, não ficasse sòzinha. Não houve tal consideração. Pedro Paulino da Fonseca assentou praça, como voluntário, a 6 de julho de 1846 e obteve, em 1847, matrícula na Escola Militar. Cursava o quinto ano quando, a 14 de março de 1853, foi promovido a 1.º sargento. No ano seguinte, em dezembro, passou a 2.º tenente, indo servir, não na tropa, mas como amanuense da Repartição do Ajudante-General. Casou-se em 1857 com D. Francisca Catarina Pecini Franklin. Foi diretor de uma escola elementar do 1.º Batalhão de Artilharia a Pé, sendo desligado a 22 de julho de 1861, por ter sido "julgado incapaz para o serviço ativo pela junta de saúde militar, por sofrer de tuberculose pulmonar, moléstia incurável", conforme consta de sua fé de ofício. Exerceu, depois, no Império, o cargo de vedor da Casa de Correção.

uma vez, a ameaça de vir a ser absorvido pela Argentina, em 1854, a pedido de um govêrno fraco, ocupamo-lo militarmente, enviando para Montevidéu o general Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, à frente de uma divisão de 4.000 homens. A facção política uruguaia que melhor se entendia com o Brasil era o Partido Colorado, ao qual, em tôdas as oportunidades, dávamos mão forte. Daí a antipatia que nos votavam os homens do Partido Blanco. Quando no poder, êstes não perdiam ensejo de nos hostilizar. E era isso o que ocorria quando, em 1864, governava o Uruguai o presidente Bernardo Prudêncio Berro. Estancieiros brasileiros com propriedades no território uruguaio e na zona fronteiriça tiveram seus animais requisitados para a cavalaria dos "blancos" e seus peões foram recrutados para o serviço militar. Se havia alguma oposição, a represália era o saque e o espancamento. A tal ponto chegara a situação, que do Rio Grande do Sul o general Antônio de Sousa Neto enviou uma intimação ao govêrno imperial: ou protegia o Império os seus súditos humilhados, assaltados e perseguidos, ou êstes se organizariam como fôrça irregular, tomariam armas e estabeleceriam sua própria defesa. Viu-se o gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos forçado a agir com rapidez e energia. O conselheiro José Antônio Saraiva foi mandado ao Uruguai em missão especial. Ao mesmo tempo, o então Barão de Tamandaré permanecia nas águas do Prata à frente de uma divisão naval, capitaneada pela corveta a vapor "Niterói", e o general João Propício Mena Barreto reunia na fronteira um pequeno exército. Ao desembarcar Saraiva em Montevidéu, já o presidente Berro tinha deixado o poder, passando-o a seu sucessor, Anastásio Aguirre. Apresentou o plenipotenciário brasileiro ao novo governante severa reclamação na qual o govêrno imperial exigia a destituição das autoridades responsáveis pelos abusos cometidos contra os interêsses brasileiros, a punição dos autores dos saques e chacinas, a indenização dos prejuízos causados e a imediata libertação dos nossos concidadãos recrutados para o serviço militar na nação uruguaia. A resposta de Aguirre, por intermédio do seu ministro do Exterior, Juan José Herrera, foi sobranceira. Em lugar de dar satisfações, por sua vez acusou o govêrno brasileiro, juntamente com o argentino, de fomen-

tar a insurreição no Uruguai, com o fornecimento de armas e recursos financeiros ao caudilho "colorado", general Venâncio Flôres. Em face disto, Saraiva partiu para Buenos Aires, de onde, a 4 de agôsto de 1864, de acôrdo com as instruções do govêrno imperial, enviou a Aguirre um "ultimatum" no qual marcava prazo ao Uruguai para cumprir o que lhe fôra exigido. Tal "ultimatum" foi-lhe devolvido, ao cabo de cinco dias, por ser tido como inaceitável. Era a guerra que ia começar...

* * *

As operações contra o govêrno de Aguirre começaram com a intervenção de Tamandaré, bloqueando o pôrto de Paisandu, que se encontrava sob o assédio de Venâncio Flôres. Com êste, entendeu-se o comando militar brasileiro, marchando desde então, lado a lado, suas fôrças irregulares e as fôrças imperiais. Já lavrava durante mais de dois meses a luta, quando Deodoro da Fonseca teve ordem de embarque. Fazia parte do Batalhão Expedicionário, mandado da Côrte, para reforçar as tropas que já se encontravam em operações. A 3 de janeiro de 1865, pisava êle território uruguaio, em Fray Bento. Dali seguiu para Santa Luzia, onde passou a pertencer à 2.ª Brigada do Exército em operações. O combate decisivo tinha já sido travado, de 31 de dezembro a 2 de janeiro, pela posse de Paisandu, sendo as fôrças atacantes comandadas pelos generais João Propício Mena Barreto e Venâncio Flôres, — êste desde logo reconhecido como beligerante pelo nosso govêrno. Mais de 4.000 projetis tinham sido disparados pela artilharia brasileira, comandada pelo tenente-coronel Mallet, contra aquela praça, quando o comandante "blanco", Leandro Gomez, deliberou render-se, pois que lhe restavam apenas setecentos homens, contra uma fôrça muito superior e poderosamente armada. Nesse cêrco, os brasileiros tiveram 519 homens fora de combate e os "colorados" 150. Terminou êsse episódio da luta com uma cena bárbara: a execução do comandante vencido a mando de um dos oficiais "colorados". Com a tomada de Paisandu, a luta estava pràticamente no fim. E o resto seria quase que uma

simples passeata triunfal, desgastada como se achava a resistência dos adversários, baixa a sua moral e completa a impossibilidade de reorganização de suas fôrças.

A 1.º de janeiro, a divisão naval brasileira, sob o comando de Tamandaré, dava início ao bloqueio de Montevidéu, após fazer a devida comunicação ao corpo diplomático e aos comandantes das estações navais estrangeiras. Enquanto que onze navios de guerra mantinham êsse bloqueio, oito mil homens marchavam por terra contra a capital uruguaia. Nessa ocasião, foi dado um prazo de quinze dias ao govêrno de Aguirre para fazer evacuar a cidade, ameaçada de bombardeio, caso não capitulasse. José Maria da Silva Paranhos, que substituíra Saraiva como plenipotenciário, aceitou uma solução diferente da que havia sido estabelecida no "ultimatum" dêste: a renúncia de Aguirre ao poder, transferindo êle o mando ao presidente do Senado, Tomás Vilalba. Entretanto, Tamandaré protestou e o govêrno imperial deulhe mão forte. Vilalba teve de transmitir o poder a Venâncio Flôres, que, em nota entregue a Paranhos, se comprometeu a cumprir tudo quanto o Brasil exigira do Uruguai. O mesmo diplomata firmou, logo a seguir, o tratado de aliança brasileiro-uruguaio. Participou Deodoro do cêrco de Montevidéu, até à capitulação dessa praça, a 20 de fevereiro de 1865. Terminada a luta em terras do Uruguai, não pôde sequer pensar em voltar à pátria. A 24 do mesmo mês, marchou com a 1.ª Divisão do Exército e foi acampar junto à Fortaleza do Sêrro, ficando incorporado, desde logo, às fôrças em operações contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez...

Deodoro na Guerra do Paraguai

Solano Lopez solidário com Aguirre — Represálias paraguaias contra o Brasil — A apreensão do "Marquês de Olinda" e prisão de Carneiro de Campos — Invasão de Mato Grosso pelas fôrças de Lopez — O tratado da Tríplice Aliança — Situação do Exército — Criação dos Voluntários da Pátria — Movimentam-se as fôrças brasileiras para o novo teatro das operações — A verdadeira história de um sonêto — A "ratoeira" de Uruguaiana.

DEODORO COSTUMAVA DIZER que "fizera a guerra do Paraguai de fio a pavio". Realmente, assim sucedera. Poucos oficiais poderiam gabar-se de tal mérito. Mesmo os comandantes em chefe das operações foram três: Osório, Caxias e o Conde d'Eu, êste na etapa final, já pràticamente vencida a guerra, que de então por diante passara a ser apenas uma guerrilha. Reconstituamos, em rápido bosquejo, os antecedentes dessa luta, a maior e mais longa que sustentamos contra uma potência estrangeira no século passado.

Governava o Paraguai, desde 1862, o jovem general Francisco Solano Lopez, filho de Carlos Antônio Lopez, sucessor do famoso Dr. Gaspar Rodrigues Francia. Ao contrário dêste, que mantivera o Paraguai isolado das outras nações, hostil aos estrangeiros, cultivando um nacionalismo ultramontano, Carlos Antônio Lopez abrira o seu país ao comércio internacional, fizera com o Brasil tratado de navegação permitindo a passagem dos nossos navios pelo rio Paraguai, contratara oficiais brasileiros para colaborar no plano de fortificações do seu país e na melhoria da instrução

militar do seu Exército (*). Como Francia, Carlos Antônio Lopez governou até o dia de sua morte, e, no leito em que se encontrava moribundo, redigiu o seu testamento político, nomeando vice-presidente da República seu filho Francisco. Êste era, então, ministro da Guerra e da Marinha e tinha pouco mais de trinta anos. Não sirva isso de espanto a ninguém, pois, entrando para o Exército com quinze anos, era aos dezoito, por um capricho do pai, brigadeiro-general e comandante das fôrças de terra do Paraguai. Depois de feito general tão ràpidamente, o pai dera-lhe a chefia de uma embaixada especial. Visitou o Rio de Janeiro, onde foi recebido pelo imperador D. Pedro II no Paço de São Cristóvão (**), de regresso da Inglaterra e da França, onde consta ter caído na simpatia da imperatriz Eugênia e merecido de Napoleão III a deferência de comandar uma das fases de uma parada militar. Homem galante, já sendo pai de alguns filhos, na cidade de Assunção, embora sendo solteiro, trouxe Solano Lopez da Europa a senhora Elisa Alicia Lynch de Quatrefages, nascida na Irlanda e casada com um francês, de quem se separara.

A viagem deu-lhe sonhos de grandeza e, quando no poder, intentou realizá-los, ampliando as fronteiras do Paraguai à custa do Brasil, que mal povoara e pior guarnecera a enorme vastidão do seu território ocidental. A oportunidade surgia com a intervenção brasileira no Uruguai. Tinha Solano Lopez assumido um compromisso de solidariedade com o govêrno "blanco", em tratado por êle próprio negociado em vida do pai. Entendia o govêrno paraguaio que o Uruguai era o caminho natural para o Paraguai e que a ocupação daquela república comprometeria a sua própria segurança. A impressão reinante no Paraguai era a de que, ocupado o Uruguai, o Império tentaria também a sua imediata ocupação, para obter pela fôrça a solução das questões de limites ainda a resolver. É o que se infere da leitura de autores paraguaios, como Juan E. O'Leary e outros. Diz êste: "Por aquêle tratado, o Paraguai havia se comprometido a

(*) Carlos Antônio Lopez mandou um dos filhos, Benigno Lopez, então com 16 anos, matricular-se, em 1851, na Academia de Marinha do Rio de Janeiro.

(**) Francisco Solano Lopez foi levado ao Paço pelo Visconde de Abaeté, a 24 de dezembro de 1854. Ver, sôbre o assunto, "O Império em chinelos".

sustentar a independência do Uruguai, considerando "casus belli" a ocupação de uma parte qualquer do seu território". A guerra com o Paraguai se iniciou simultâneamente com a campanha do Uruguai. Quando Saraiva apresentara o "ultimatum" brasileiro ao govêrno de Anastásio Aguirre, Solano Lopez, disto informado, dirigira uma nota ao ministro brasileiro em Assunção, a 30 de agôsto de 1864, convidando o Brasil a não tornar efetivas as ameaças contidas naquele documento, pois seu govêrno não poderia consentir na ocupação militar do território uruguaio uma vez que tal fato atentaria contra "o equilíbrio do Rio da Prata", que interessava ao Paraguai como garantia de sua segurança. Não dera o Império importância a tal objurgatória. Com o desenvolvimento da campanha contra Aguirre, entendeu Lopez que era o momento de romper as hostilidades...

* * *

As tropas de João Propício Mena Barreto e a esquadra de Tamandaré ainda estavam em ação no Uruguai quando as represálias de Lopez começaram a se fazer sentir. Na segunda semana de novembro de 1864 (*), faz o ditador paraguaio capturar, à passagem por Assunção, o navio brasileiro "Marquês de Olinda", prendendo sua tripulação e passageiros, entre os quais o coronel Frederico Carneiro de Campos, que, recém-nomeado presidente da Província de Mato Grosso, ia assumir o seu pôsto. Foi o início das hostilidades. O govêrno imperial protesta e Lopez, como resposta, apresenta-nos uma formal declaração de guerra, ao mesmo tempo que ordena às suas tropas a invasão e ocupação de Mato Grosso. Com essa guerra, surge para muitos dos nossos oficiais a oportunidade de provar sua bravura e competência, e um dos que sabem aproveitar-se de todos os ensejos que a campanha lhe oferece é Manuel Deodoro da Fonseca, que, aos trinta e sete anos, ainda é capitão. Solano Lopez, com apenas um ano mais de idade, há vinte anos que é brigadeiro e agora, por lei especial do arremêdo de Congresso

(*) É difícil precisar o dia certo: dia 11, segundo GUSTAVO BARROSO, em *História Militar do Brasil;* 12, diz RIO BRANCO, nas *Efemérides Brasileiras;* 14, diz JUAN E. O'LEARY em *El mariscal Solano Lopez.*

existente no Paraguai, é declarado generalíssimo. A diferença está em que Deodoro não teve um pai poderoso, que lhe servisse de protetor. Seu protetor será, não um amigo prestigioso, ou um pai indulgente, mas o próprio chefe dos exércitos inimigos, como êle próprio, anos depois, vem a proclamar. Em Mato Grosso, as tropas de Lopez fizeram rápidos progressos. Eram quase oito mil homens, bem armados, bem municiados, bem adestrados, marchando contra uma vastidão territorial quase deserta, desprotegida, ao abandono. Apesar da viva resistência das escassas tropas brasileiras, comandadas pelo bravo tenente-coronel Hermenegildo Pôrto-Carrero, o forte de Nova Coimbra foi ocupado pelos paraguaios, e sucessivamente Corumbá, Albuquerque, Bela Vista, Ponta Porã, Miranda, Nioac (*). Até então as legiões de Lopez pareciam invencíveis. Mas só o seriam na primeira fase da campanha. Com a capitulação de Montevidéu e a passagem do poder a Venâncio Flôres, êste firma entendimentos com o Brasil. Lopez tenta atrair a solidariedade da Confederação Argentina e se dirige a Mitre, pedindo-lhe que, pelo menos, permita a passagem de tropas paraguaias pelo seu território, a fim de atacar o Brasil pelo Sul. O principal argumento para convencer a Mitre era o de que, em 1855, a Argentina permitira a passagem, pelo Prata, da esquadra brasileira de Pedro Ferreira que forçara o govêrno de seu pai a admitir a navegação do rio Paraguai, o que foi, posteriormente, objeto de um tratado. Mitre, entretanto, não acedeu a tais desejos, entendendo que a Argentina violaria a sua neutralidade, se o permitisse. Já estava o govêrno de Mitre sob suspeitas dos paraguaios, segundo os quais a esquadra de Tamandaré se abastecia em Buenos Aires e recebera dos arsenais argentinos as munições que empregara contra Aguirre. Irritado, Lopez cometeu o maior dos seus erros: o de invadir a província argêntina de Corrientes, para através dela marchar contra o Rio Grande do Sul. Fácil se tornou, então, ao plenipotenciário brasileiro, conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, entabular, em Buenos Aires, para onde se dirigiu também Venâncio Flôres, as negociações diplomáticas de que resultou o Tratado da Tríplice Aliança, que convertia

(*) A expedição mandada pelo govêrno imperial, por terra, em socorro de Mato Grosso, só atingiria essa longínqua província dois anos depois.

Brasil, Uruguai e Argentina em nações aliadas "contra o govêrno do Paraguai", empregando os meios de que dispusessem e assumindo o compromisso de não depor as armas senão de comum acôrdo e depois de terem derrubado do poder o governante inimigo. Estabelecia o tratado, de modo bem claro e preciso, que a guerra não era contra o povo paraguaio, mas contra o seu govêrno, e que seria respeitada quer a soberania, quer a integridade territorial do Paraguai.

Por êsse tratado, de incontestável alcance, ficara antecipadamente selado o destino de Lopez. Tinha êste, contudo, em seu favor, uma poderosa organização militar e um povo disposto a segui-lo, a despeito de todos os sacrifícios que o ditador viria a impor-lhe nessa luta inglória. O próprio Solano Lopez agravara as condições da luta, provocando a Argentina, inimigo poderoso, que poderia cortar-lhe o caminho para o mar, necessário à importação de material bélico. Tamanha imprudência só se explica pela exagerada confiança depositada pelo ditador paraguaio nos elementos descontentes da política argentina, que lhe prometiam sublevá-la contra Mitre, repetindo agitações anteriores, e nos "blancos" do Uruguai, que se levantariam, se tivessem ajuda, contra Venâncio Flôres. É o que deixa bem claro Juan E. O'Leary, ao escrever: "Seu plano era dirigir-se resolutamente ao Uruguai, à frente de um poderoso exército, para salvar o govêrno de Montevidéu, aliar-se depois com êle e levar a guerra ao Brasil, contando com a prometida cooperação de Urquiza e com a manifesta boa vontade das províncias argentinas" (*). Tudo, porém, saiu-lhe às avessas. Não abandonou o território paraguaio. Cedendo aos conselhos de seus áulicos, mandou um corpo de exército, que foi incapaz de executar o plano elaborado. A guerra fortificou a autoridade de Mitre, contribuindo para a unificação argentina, e as fôrças paraguaias, não conseguindo atingir o Uruguai, deixaram de criar ali, na oportunidade prevista, o clima de insurreição contra Flôres, convertido no novo chefe militar da nação, e Carlos de Castro, o presidente que o representava no poder nominalmente, graças ao acôrdo propiciado pela diplomacia brasileira.

* * *

(*) *El mariscal Solano Lopez*, 2.ª edição, Madri, 1925, páginas 146-7.

As hostilidades surpreendiam o Brasil com uma fôrça militar reduzida, em proporção com as responsabilidades que íamos assumir na luta. Que era então o Exército? Depõe Nelson Werneck Sodré, militar e historiador: "Era quase uma ficção. Não existia como organização permanente. Os quadros eram formados e preenchidos pela população civil, ingênua nos manejos militares e inapta para o adestramento desde que não constituía isso a preocupação de primeira urgência. As fileiras abriram-se a um recrutamento sem organização e sem princípios fundamentais". O general Paula Cidade, fazendo o levantamento histórico da situação do Exército no período imperial, afirma que êle se alimentava de voluntários, recrutados à fôrça e engajados. E acrescenta: "Os voluntários eram relativamente escassos, embora as vantagens consignadas em lei e religiosamente pagas: o prêmio e a gratificação especial. Acorriam aos quartéis não raros desocupados, muitas vêzes para se livrarem das perseguições de um inspetor de quarteirão ou de outra pequena autoridade policial, muitos filhos de oficiais e praças, que por vocação adotavam a profissão paterna, um certo número de jovens pobres e inteligentes, que queriam estudar e que muitas vêzes só se serviam do Exército como ponto de apoio para galgar posições elevadas na vida civil, enfim, os "filhos família" mal comportados, que por uma tradição portuguêsa os pais alistavam no Exército, com o fim único de os corrigir e dobrar. Dêsse modo, os corpos viviam desfalcados em seus efetivos. O serviço policial a que se entregava o Exército exigia muita gente. As faltas levantavam queixas e recriminações. Nesses apuros, recorria-se ao recrutamento forçado. Vinham então para os quartéis as maltas de vagabundos, que só eram mantidas em respeito pelo rigor disciplinar, inclusive o castigo corporal, abolido em 1874, mas que continuou vigorando até nossos dias".

Nem a passagem de generais como Polidoro, Beaurepaire Rohan, Caxias e Osório pela pasta da Guerra conseguiria modificar êsse estado de coisas. Impunha-se, ao estalar a guerra, uma providência imediata, para aumentar os desfalcados quadros das fôrças de terra. Daí ter o presidente do Conselho de Ministros, Francisco José Furtado, proposto ao imperador a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria.

Estando a Câmara dos Deputados em recesso, — seus trabalhos se encerravam, ordinàriamente, a 12 de setembro, depois de votada a lei de meios, e se reabriam no ano seguinte, a 6 de maio, — o imperador e o Conselho de Ministros se investiram de funções legislativas, "atendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se achava o país e à urgente e indeclinável necessidade de tomar providências para a sustentação, no exterior, da honra e da integridade do Império". Os Corpos de Voluntários da Pátria estariam abertos aos jovens maiores de dezoito anos e aos cidadãos menores de cinqüenta, os quais, além do sôldo dos voluntários do Exército, receberiam mais 500 réis diários, a gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no fim da guerra e "um prazo de terras de 22.500 braças quadradas, nas colônias militares e agrícolas". Teriam também tôdas as promoções a que fizessem jus por bravura, sem a perda daquelas vantagens, e se invalidados receberiam meio sôldo. Os que perecessem deixariam pensão com meio sôldo a quem indicassem como beneficiário. O prazo para apresentação de voluntários da pátria na Côrte foi de 60 dias, a partir da publicação do decreto (datado de 7 de janeiro de 1865) e, nas províncias mais remotas, de quatro meses. Fôsse pelas vantagens oferecidas, fôsse por simples impulso de patriotismo, em face do perigo que ameaçava o Império, — e a imprensa contribuiu para a formação dêsse ambiente, pintando Solano Lopez como a encarnação do próprio satanás, — milhares e milhares de cidadãos acorreram aos quartéis e, depois de sumário treinamento, lá seguiram, de mochila às costas, a caminho dos campos do Paraguai. À frente de tais tropas, aguerridas, mas improvisadas, estariam Deodoro da Fonseca e seus irmãos, como tantos outros oficiais, durante o longo período da guerra.

* * *

Não podemos acompanhar os passos de Manuel Deodoro da Fonseca nessa luta, prolongada e difícil, em terra estranha, contra inimigo tenaz e obstinado, fixando apenas as ações em que pessoalmente tomou parte. Faz-se mister traçar,

ainda que esquemàticamente, nas suas linhas essenciais, o quadro geral dos acontecimentos, numa seriação dos seus principais episódios. Tentaremos sintetizar o desenvolvimento da guerra, focalizando a ação de Deodoro com o apoio nos principais documentos existentes, que são: a sua própria fé de ofício, arquivada no Ministério da Guerra; o "Diário do Exército", contendo o relato das operações, dia a dia (*); as referências de vários autores que se ocuparam da personalidade do ilustre soldado e, finalmente, 14 documentos, constituídos por partes de comandantes e subcomandantes de unidades militares, algumas do próprio Deodoro, referentes a combates e batalhas em que teve destacada atuação (**). Assinala a fé de ofício, logo depois de aludir à capitulação de Montevidéu: "Marchou com a 1.ª Divisão do Exército a 24 de fevereiro de 1865 e acampou junto à Fortaleza do Sêrro e ficou pertencendo ao Exército em Operações contra o Ditador do Paraguai; embarcou a 26 e desembarcou em São Francisco a 30 de maio, tornou a embarcar a 31 do dito mês e desembarcou em Dayman a 1.º de julho; transpôs o rio Paraná a 30 e desembarcou junto à cidade de Concórdia, no Estado Argentino, tudo em 1865. Marchou com o Exército para a Província de Entre Rios com direção à República do Paraguai".

Nessa época, aos 20 anos de idade, partia para o campo da luta o sétimo oficial da família Fonseca, o alferes Afonso Aurélio, incorporado ao 34.º Batalhão de Voluntários. Só não seguira o tenente Pedro Paulino, reformado por ter contraído tuberculose. "A Semana Ilustrada", atenta ao fato, publicou então uma alegoria, em que figurava D. Rosa Paulina, ao centro, cercada por seus sete filhos a serviço da pátria. Embaixo da alegoria, que cobria meia página da revista, no número de 20 de agôsto de 1865, era estampado êste sonêto anônimo, que buscava interpretar a emoção da mãe daqueles bravos:

(*) Trechos dêsse documento constam do livro *Deodoro* (Notas de um repórter — Subsídios para a história), de ERNESTO SENA.

(**) Dêsses quatorze documentos, pertencentes ao Arquivo Nacional, obtivemos cópias graças à cooperação de seu ilustre diretor, Sr. Vilhena de Morais, a quem rendemos os nossos melhores agradecimentos.

"Cala-te, amor de Mãe, quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado.
Amor da pátria, vívido, elevado
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior do que o perigo;
Pede-te a Pátria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minh'alma,
Vai tôda aí, convosco repartida
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.

Oh! não te assuste o horror da márcia lida;
Colhe no verde campo a melhor palma:
Ou morte honrada ou gloriosa vida".

O autor era, sem dúvida, um dos redatores da "Semana Ilustrada". Entre êsses havia vários poetas: Machado de Assis (*), Ernesto Cibrão, Pedro Luís, Joaquim Serra, Bruno Seabra, etc. Mas o sonêto passa indevidamente por ser de D. Rosa Paulina, decerto senhora de poucas letras, como a maioria das de então. É que foi reproduzido em poliantéias organizadas confusamente, sem citação alguma a respeito da fonte em que aparecera originalmente. Era hábito da "Semana Ilustrada" enaltecer heróis da guerra em versos e às vêzes sem êles. Homenagem igual, em proporção, mereceram, em desenho, os cinco irmãos Tamborim, Antônio, Sebastião, Miguel, Secundino e Emiliano, os quais iam de furriel a capitão (Ver edição de 12 de janeiro de 1867). Como quer que seja, cumpriram-se os votos que o autor daquele sonêto exprimiu em nome da mãe dos Fonseca. Os que teriam de tombar, morreriam como bravos. Os que estavam destinados a sobreviver, retornariam aureolados pela glória das batalhas. Voltemos, porém, ao exame da trajetória de Manuel Deodoro da Fonseca. O trecho do documento que transcre-

(*) É por Machado de Assis que nos inclinamos, pois em versos ao general Pinheiro Guimarães, herói da guerra, usou expressões coincidentes, como "márcio estrépito" e "eternas palmas".

vemos pouco antes mostra-nos a lentidão e a cautela com que se ia deslocando o Exército em operações. Concórdia fôra o ponto escolhido para a concentração das tropas que o comando geral lançaria contra o Paraguai quando julgasse oportuno. Ali vão ter o general Mitre, presidente da Argentina, que passa o govêrno ao vice-presidente Marcos Paz, o general Osório, comandante supremo das fôrças brasileiras, e o almirante Tamandaré, comandante em chefe da esquadra. Cabe às fôrças navais realizar as primeiras incursões, para além das fronteiras inimigas. Em terra, a primeira fase da guerra é puramente defensiva para os aliados. Solano Lopez tomou a iniciativa, nos primeiros meses da luta, para logo depois perdê-la definitivamente. Na invasão da Argentina, empregara uma fôrça de 30.000 homens, sob o comando do general Wenceslau Robles, e desta fôrça uma parte se destacara, sob as ordens do coronel Antônio Estigarríbia, logo em seguida à ocupação da Província de Corrientes, transpondo o rio Uruguai e indo atacar São Borja. Na primeira investida, encontraram os paraguaios resistência e tiveram de retroceder. Mas, ao desferirem a segunda, já estava a vila pràticamente deserta. A população fôra evacuada. As fôrças que a defendiam, compostas de elementos da Guarda Nacional e de Voluntários da Pátria, se tinham retirado. Retraíam-se as nossas linhas, ao mesmo tempo que o inimigo, pouca ou nenhuma resistência encontrando, afoitamente avançava pelo nosso território, seguindo a linha do rio Uruguai, com a impressão de que obtinha uma sucessão de vitórias quando, na verdade, marchava ao encontro de um desastre. Nesse avanço, afastava-se cada vez mais de suas bases, assumia a responsabilidade da guarda de enormes áreas em que suas tropas cada vez mais se rarefaziam e, conseqüentemente, se tornavam mais vulneráveis. Quando Estigarríbia se apercebeu que tinha caído numa armadilha, numa ratoeira, segundo as expressões do autor paraguaio Juan E. O'Leary, era tarde demais para retificar os seus planos imprudentes. Quando, com os seus 6.000 homens, alcançou a cidade de Uruguaiana e forçou-a a render-se, sua retaguarda foi hàbilmente cortada e sua fôrça isolada, submetida a um longo cêrco, que se apertava como um círculo de fogo, tanto por terra como pelas barrancas do rio Uruguai, patrulhadas dia

e noite pelas embarcações sob o comando direto de Tamandaré. Impossível receber reforços ou suprimentos. Em pouco, esgotavam-se inteiramente os víveres e os ginetes da cavalaria começaram a ser imolados, para saciar a fome dos ocupantes de Uruguaiana. Por fim, começaram a escassear munições. A situação era insustentável. As fôrças de Robles, que poderiam vir em auxílio de Estigarríbia, eram por sua vez batidas e tinham de retroceder. Para Solano Lopez, não havia escusas para o fracasso. Ou os seus comandantes venciam, ou eram tidos por traidores. Essa foi a acusação que pesou sôbre Robles, fuzilado, por ordem do ditador, por não ter conservado Corrientes em seu poder e não ter invadido o Uruguai, conforme os planos que lhe cabia executar, fôsse como fôsse. O cêrco de Uruguaiana terminaria com uma vitória expressiva mas essa vitória não seria a primeira obtida pelas nossas armas nas operações contra o Paraguai. O primeiro dos nossos triunfos seria o de Riachuelo, antecipado pela intervenção da divisão naval sob o comando do almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, o futuro Barão do Amazonas.

Nesse encontro, celebrado, ainda hoje, como o maior feito da Marinha de Guerra Brasileira, empregou Barroso nove navios, armados com 59 canhões, contra oito navios paraguaios e seis chatas, artilhados com 47 peças. Além disto, tinham os paraguaios mais 30 canhões, colocados nas barrancas, além de vários batalhões de infantaria, que sustentavam fogo, de terra, contra os nossos soldados e marujos. Exortando cada brasileiro a cumprir o seu dever, Barroso assinalou a primeira grande vitória das nossas armas. Perdera um de seus navios, mas apreendera quatro ao inimigo, — um dêstes o "Marquês de Olinda", que voltava às nossas mãos, armado em vaso de guerra, — e tôdas as chatas artilhadas. Dois meses depois, conquistavam as armas aliadas uma nova e grande vitória, a da rendição do inimigo em Uruguaiana, onde se entregaram 5.515 dos paraguaios de Estigarríbia. Foi essa rendição, — a 18 de setembro, — um acontecimento tão significativo que se reuniram, para entrar na cidade, triunfalmente, os presidentes da Argentina e do Uruguai, o imperador do Brasil, e mais o marechal Caxias, o almirante Tamandaré e o Conde d'Eu. E numa sucessão de novas vitórias, os paraguaios vão sendo rechaçados do

Rio Grande do Sul e da província argentina de Corrientes. Enquanto isso a fôrça de que Deodoro fazia parte se encontrava em posição meramente defensiva, em território argentino, de onde só deslocaria, para assumir a ofensiva, em princípios de 1866. Os recursos materiais, armas, munições, cavalhada, alimentos e soldados, estavam sendo cautelosamente acumulados para a realização de um desembarque seguro no território inimigo. Era preciso deslocar para o Paraguai, vencendo os obstáculos naturais constituídos pelos grandes rios, uma fôrça que de tal modo se impusesse, numèricamente, que ao inimigo se tornasse impossível repeli-la ou expulsá-la de seu território. Uma vez conquistada uma cabeça de ponte inexpugnável, Brasil, Argentina e Uruguai continuariam a melhorar suas posições com a constante remessa de novas tropas, ferindo de morte o poderio de Solano Lopez dentro de suas próprias fronteiras. Ao Brasil, como a nação mais populosa e mais próspera, na época, tocou a partilha maior dos sacrifícios então feitos. Quando a fôrça de invasão foi julgada apta para a tarefa que lhe estava destinada, o comando geral expediu a ordem do ataque, que seria efetuado, como realmente foi, às primeiras horas da manhã do dia 16 de abril de 1866.

* * *

A evocação dêste feito interessa, particularmente, a esta narrativa, pois que, em tal ação militar, de excepcional envergadura e decisiva importância no curso da guerra, o major Manuel Deodoro da Fonseca teve singular destaque. O comando geral das fôrças brasileiras estava nas mãos do marechal Manuel Luís Osório, cujo nome era mencionado, nessa qualidade, no próprio texto do Tratado da Tríplice Aliança.

Soldado de excepcionais qualidades, de uma bravura que não conhecia limites, Osório nunca foi um general de retaguarda. Participava de tôdas as ações, correndo os mesmos riscos que seus oficiais e soldados, querendo a todos oferecer o estimulante exemplo do desdém pelo perigo e da indiferença com que se expunha às balas inimigas. "Batia-se como um

cadete", escreveu um historiador militar. Assim, desconhecia o que fôsse prudência ou cautela. Na ocasião em que se deu o primeiro desembarque aliado em terras paraguaias fêz questão de figurar no primeiro grupo, entre os que primeiro pisaram o solo inimigo. Desde a madrugada, a artilharia dos navios da esquadra preparava o desembarque, martelando o Forte do Itapicuru e as fortificações de Passo da Pátria, no rio Paraná, onde tinha Solano Lopez o seu quartel-general. Mas o caminho que tomam as fôrças de invasão é o do rio Paraguai, onde reconhecimento anterior havia determinado a escolha de uma praia segura e acessível.

Dos cinqüenta mil homens, de três nacionalidades, acumulados metòdicamente para a invasão, 37.870 eram brasileiros. Atravessam, nesse dia 16 de abril, para o Paraguai, dez mil dos nossos soldados. Osório tem como subcomandantes, cada um dêles à frente de uma divisão, os generais Sampaio e Argôlo. Nessa tropa, está integrado o Segundo Corpo de Voluntários da Pátria, pelo qual responde o então major comissionado Manuel Deodoro da Fonseca. Treze vapôres, rebocando numerosas chatas e lanchões, protegidos pelo fogo da esquadra, transportaram as tropas, em várias viagens, na última das quais, já à noite, vêm os argentinos de Mitre. Quando, como o primeiro entre os primeiros, Osório desembarcou, temeràriamente, tinha a seu lado apenas seus ajudantes de ordem e um piquête de doze lanceiros. Apesar disto, logo avançou por um banhado adentro, em direção da Laguna Sirena, junto à qual pretendia acampar. Saem-lhe à frente tropas paraguaias, de uma coluna comandada pelos oficiais Hermosa e Venega. Teria sido Osório envolvido, perdendo as fôrças brasileiras o seu comandante em chefe, que assim se expunha, se logo não acode, em sua defesa, o major Deodoro, com os soldados de diversos corpos, já desembarcados, para dar combate aos paraguaios. A vinda de novos reforços leva os inimigos de vencida e assim podem as fôrças invasoras progredir sem maiores tropeços até a Laguna Sirena, onde acampam, para ali mesmo, logo no dia seguinte, 17 de abril, travar novo combate, contra uma fôrça de 4.000 paraguaios, repelida com 500 baixas.

A fé de ofício de Deodoro assinala com o espírito de síntese peculiar a tais documentos: "Foi especialmente feli-

citado por Sua Excelência, o senhor General Comandante em Chefe do Exército, em ordem do dia de 25 do mesmo mês, pelo sangue-frio, valor e atividade que patenteou, dirigindo com denôdo a vanguarda composta de frações de diferentes corpos, que já haviam desembarcado, no momento em que o piquête de Sua Excelência, o Senhor General Comandante em Chefe, se achava em luta com o inimigo no desfiladeiro do Banhado, avançando intrèpidamente em apoio do mesmo piquête e obrigando o inimigo a bater em retirada, no que prestou relevantíssimos serviços na proteção ao desembarque da fôrça do Exército". As primeiras intervenções de Deodoro na luta do Paraguai se deram em momento crítico e estabeleceram, desde logo, um vínculo direto entre êle e o comandante em chefe, vínculo não apenas de solidariedade, em face do perigo, mas de respeito e admiração recíproca.

Osório Conduz à Vitória e Mitre Leva ao Desastre

Avançam as fôrças aliadas — Triunfos em Estero Bellaco, Tuiuti, Boqueirão Sauce — Osório deixa o comando — Sob as ordens do general Polidoro — Morte de alferes Afonso Aurélio — Solano Lopez quer negociar uma "paz honrosa" — Conferência com Mitre em Itaiti-Corá — O desastre de Curupaiti — Perece o capitão Hipólito Mendes da Fonseca — Estoicismo de Dona Rosa.

ESTAVAM AS FÔRÇAS ALIADAS definitivamente fixadas em solo paraguaio. Agora, tinham os exércitos da Tríplice Aliança de enfrentar a resistência do inimigo, oferecendo-lhe implacável assédio, não lhe dando tréguas, mantendo-o sob pressão constante e irresistível. Cumpria ganhar terreno sem perda de tempo, levar de vencida o inimigo, desalojá-lo dos seus bastiões, tomar-lhe as posições fortificadas, conduzir as tropas aliadas ao coração do Paraguai e forçar Solano Lopez a reconhecer a derrota. Uma vez efetuado o desembarque e agrupadas as fôrças de invasão, começaram a movimentar-se as colunas aliadas, a princípio sem encontrar oposição. A 2 de maio, porém, numerosa fôrça paraguaia tenta embargar-lhes a marcha, no lugar denominado Estero Bellaco. É o primeiro grande combate, depois do afortunado desembarque e das pequenas ações que se lhe seguiram. Venâncio Flôres, o presidente provisório do Uruguai, e Osório, comandante em chefe das fôrças brasileiras, foram os generais que estiveram à frente das tropas invasoras. De novo, enfrentara Deodoro o fogo inimigo. Ao fim da peleja, os paraguaios eram repelidos, com a perda de cêrca de 2.500 soldados, entre mortos e feridos. Os aliados

tinham 1.560 baixas, orçando as brasileiras em 1.103. Êsse combate encarniçado não era, porém, senão o prelúdio da primeira grande batalha terrestre da guerra, que iria ferir-se vinte e dois dias mais tarde. Aí também estaria Deodoro, firme no seu pôsto, cumprindo sem hesitação o seu dever. A 24 de junho, um exército aliado de 32.000 homens enfrenta em Tuiuti cêrca de 25.000 paraguaios. Êstes, embora em inferioridade numérica, tinham a vantagem das posições que ocupavam, e fizeram perigar sèriamente o exército aliado, atacado com fúria sem precedentes. O pêso do ataque inimigo recai, principalmente, sôbre a infantaria de Sampaio, que se adianta para deter a todo custo o avanço paraguaio. A artilharia sob o comando geral de Mallet dá-lhe cobertura, canhoneando incessantemente o adversário. Mesmo sob a carga de cinco mil cavalarianos paraguaios, a brava infantaria não recua. Ferido duas vêzes, o general Sampaio recebe, no seu pôsto, um recado de Osório, pelo ajudante de ordens do comandante em chefe, alferes Francisco Correia de Melo. O recado é para que mantenha a posição, quaisquer que sejam os sacrifícios, a fim de dar tempo ao desenvolvimento de uma manobra defensiva já em curso. A resposta de Sampaio é:

— Diga ao general que estou cumprindo o meu dever. Mas como já recebi dois ferimentos e estou perdendo muito sangue, seria conveniente que mandasse substituir-me.

Nesse mesmo instante, nova bala paraguaia o fere, sem, no entanto, derrubá-lo. E êle acrescenta, ao despedir-se o alferes:

— Diga ao general que êste é o terceiro...

Dêstes ferimentos, morreria ao ser evacuado para um hospital de sangue, na Argentina. Eram desta têmpera férrea os soldados que lutavam sob a nossa bandeira nos campos do Paraguai.

Cinco horas durou a batalha, em que quase sessenta mil homens se empenharam, com o concurso da artilharia, cavalaria e infantaria. Não cabem aqui os pormenores desta batalha. Fixemos, no entanto, os seus resultados finais. As perdas paraguaias foram catastróficas: 6.000 mortos, 7.000 feridos, 370 prisioneiros. As perdas aliadas se elevaram a 3.913 mortos e feridos. Incluíam-se 62 oficiais, entre os mortos,

e 169 entre os feridos, sendo um dêles o próprio Osório. Deodoro, que participara de tôda a ação, saiu novamente ileso. Pelo concurso prestado em Estero Bellaco e Tuiuti, seria êle promovido por Osório ao pôsto de major, em que já se achava comissionado desde o ano anterior.

* * *

Logo depois da batalha de Tuiuti, Osório, achando-se enfêrmo, pedira para ser substituído no comando em chefe das fôrças brasileiras. Agravando-se os seus padecimentos, transferiu essa responsabilidade ao general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, embarcando no transporte "Jaguaribe", a caminho do Brasil. A luta continuou com a mesma intensidade. As tropas de Lopez se haviam entrincheirado a pequena distância de Tuiuti, no Boqueirão Sauce, onde tinham sido cavadas trincheiras e colocados embasamentos para a artilharia. Feito o reconhecimento dessas posições inimigas, o general Polidoro deu a 16 de julho a ordem de assalto, executado pelas colunas sob o comando dos generais Argôlo, Guilherme de Sousa e Vitorino Monteiro. Nesse combate, de que saímos vitoriosos, com 1.894 baixas, contra 2.500 dos paraguaios, perderam êstes um dos seus comandantes, o general Aquino. Depois de um dia de pausa, as fôrças atacantes prosseguiram, avançando do Boqueirão para o Potreiro Sauce e o Potreiro Pires, mas daí não conseguiram desalojar o inimigo, que recebera poderosos reforços. Custou aos aliados êsse segundo combate mais de 2.600 baixas, das quais 1.723 nas fileiras brasileiras. A resistência paraguaia se tornava terrìvelmente encarniçada, obrigando os aliados a lançar mão de reservas cada vez maiores. O presidente da Argentina, general Bartolomé Mitre, exercendo a competência de comandante em chefe dos exércitos aliados, que lhe atribuíra o Tratado da Tríplice Aliança, formulava planos de ataque e distribuía responsabilidades. Por sua decisão, o Segundo Corpo do Exército, sob o comando do general Manuel Marques de Sousa, então Barão de Pôrto Alegre, marcha contra as posições paraguaias de Curuzu. Era a nossa fôrça constituída de 8.300 homens e a fortaleza inimiga

tinha a defendê-la uma guarnição de 3.000 soldados. Como sucedera com tantas outras operações às margens do rio Paraguai, o assalto foi apoiado pelas fôrças navais. Mas a resistência inimiga excedeu a expectativa. O combate durou todo o dia 2 de setembro, em que foi travado, e só se decidiu em nosso favor no dia 3, não sem grandes perdas para as nossas armas, inclusive a do navio "Rio de Janeiro", pôsto destramente a pique pela artilharia paraguaia. Ao todo, subiram as nossas perdas a 941 homens. Quando a carga final foi ordenada, um dos moços oficiais que intrèpidamente conduziram seus soldados às muralhas de Curuzu era o alferes do 34.º Batalhão de Voluntários da Pátria, Afonso Aurélio da Fonseca. Incitando os seus comandados a segui-lo, galga o alferes um paredão da fortaleza paraguaia. Gesticula aos soldados para que o acompanhem e vai se precipitar ao encontro do inimigo, quando as balas paraguaias o alcançam. Afonso Aurélio tomba do paredão ferido de morte, enquanto, em ondas sucessivas, os companheiros avançam, para tomar o lugar dos que vão caindo, mortos ou feridos, no sangrento encontro... É o primeiro dos Fonseca a pagar tributo de sangue nesta guerra brutal, sacrificando à pátria sua vida de moço, que não chegara, ainda, a completar 21 anos. Dos cinco anos que durou a campanha, foi o de 1866 o mais cruel, o mais trágico (*). Cada ação em que as nossas fôrças se empenhavam representava para o Brasil enormes sacrifícios humanos.

* * *

Solano Lopez começava a verificar a inutilidade dos seus esforços. Não podia enfrentar as fôrças conjugadas do Brasil, Argentina e Uruguai. Suas perdas enormes, tanto nas ações

(*) Quando D. Rosa Maria Paulina da Fonseca perdeu seu segundo filho, o govêrno imperial passou a pagar-lhe uma pensão de 36$000 mensais. Entretanto, a pensão chegou a sofrer impugnação no Parlamento, porque a certidão de nascimento do alferes Afonso Aurélio mostrava ter êle apenas 12 anos de idade. Dos Anais da Câmara dos Deputados consta êste trecho que poderia iludir a muita gente: "A mesa, com o desígnio de provocar esclarecimentos sôbre a circunstância, que pode ser de alguma importância para a história da atual guerra do Paraguai, poderá acrescentar uma única observação. A observação vem a ser a de que, da certidão de idade do alferes Afonso Aurélio da Fonseca, que, como inocente, recebeu os santos óleos em 14 de dezembro de 1854, deve depreender-se que êle marchou para a guerra na idade de 13 ou 14 anos. Êste fato não seria novo na história do Brasil". A ninguém havia ocorrido, então, que o padre que extraiu a certidão tivesse trocado a colocação dos dois últimos algarismos do ano, escrevendo 1854, em vez de 1845...

terrestres, como nas fluviais, valiam como uma indicação positiva do irremediável desastre futuro. Uma tentativa diplomática foi por êle então realizada, para encaminhar a solução da guerra, não a dos campos de batalha, que esmagaria o Paraguai, mas a da paz negociada, capaz de trazer-lhe condições mais favoráveis. Conhecia Lopez os têrmos do Tratado da Tríplice Aliança e as condições estatuídas na sua cláusula 6.ª. Apesar de secreto, êsse instrumento fôra comunicado, por indiscrição do presidente provisório do Uruguai, Carlos de Castro, um de seus signatários, ao ministro inglês em Montevidéu. Êste o mandara por cópia ao Foreign Office e acabara sendo divulgado na imprensa inglêsa. Quebrado o segrêdo, de resto inútil, a imprensa argentina e a uruguaia foram autorizadas a publicá-lo e acabou sendo integralmente reproduzido pelo próprio jornal de Lopez, "El Semanario", em Assunção, na edição de 11 de agôsto de 1866. A estipulação da cláusula 6.ª era a de que os aliados não deporiam as armas, nem negociariam com o inimigo, a não ser em conjunto. Sem embargo disso Solano Lopez enviou ao general Bartolomé Mitre um parlamentário, com uma carta de seu próprio punho, convidando-o para uma conferência. Tal fato se deu a 11 de setembro de 1866. O presidente argentino comunicou o convite a Polidoro, substituto de Osório, e a Venâncio Flôres, instando os dois comandantes a também comparecer. Recusou Polidoro, pois que o convite se endereçava exclusivamente a Mitre. Flôres concordou em ir à conferência, realizada em Itaiti-Corá, no dia seguinte ao convite, mas logo se retirou por se julgar ofendido, ficando apenas Mitre, que ouviu longamente as razões do ditador paraguaio. Apesar do Tratado da Tríplice Aliança, fêz Lopez apelos a Mitre para que desprezasse êsse ajuste e fizesse a paz em separado, afirmando que a Argentina, nàquela guerra, estava apenas servindo aos interêsses do Brasil, que lhe eram contrários. Mitre, entretanto, não cedeu a tais argumentos. E nada o prova melhor do que a própria ata da conferência, lavrada por Solano Lopez: "Sua excelência, o marechal Lopez, presidente da República do Paraguai, convidou sua excelência, o general Mitre, presidente da República Argentina, a buscar meios conciliatórios e igualmente honrosos para tôdas as partes beligerantes, para ver se o sangue até aqui vertido não pode

ser considerado suficiente para lavar as mútuas querelas, pondo têrmo à guerra mais sangrenta da América, por meio de satisfações mútuas e igualmente honrosas e equitativas, garantindo um estado permanente de paz e sincera amizade entre os beligerantes. Sua excelência, o general Mitre, limitando-se a ouvir, respondeu que comunicaria a seu govêrno e submeteria o assunto à decisão dos aliados, de acôrdo com seus compromissos. Nada me deteve ante a idéia de realizar por minha parte a última tentativa de conciliação que ponha têrmo à torrente de sangue que vertemos na presente guerra e me assiste a satisfação de ter dado assim a mais alta prova de patriotismo para com meu país, de consideração para com os inimigos que o combatem e de humanidade para com o mundo imparcial que nos contempla". É possível que a proposta de paz de Solano Lopez, recusada pelos aliados, tenha dado a êstes a crença de que a guerra estava perto do fim, podendo ser resolvida, talvez, em questão de semanas. Tal interpretação foi, porém, demasiado otimista. Os paraguaios estavam condenados à derrota, mas nos fariam pagar muito caro pela vitória final. Antes dela, ainda sofreríamos um duríssimo revés, — o da batalha de Curupaiti, o maior desastre da nossa história militar.

* * *

Lutando em seu próprio território, utilizando bem os acidentes topográficos e as fortificações construídas para a emergência de uma guerra, os paraguaios defendiam encarniçadamente cada palmo de terreno e nos infligiam pesadas baixas, sempre que os nossos movimentos não eram calculados com inteligência e tato. Foi o que aconteceu com o malfadado ataque a Curupaiti, do qual assumiu a responsabilidade o general Mitre. A 22 de setembro, lançaram-se contra aquela posição as fôrças aliadas, constituídas de 9.000 argentinos, diretamente comandados por Mitre, e 10.000 brasileiros, chefiados pelo general Pôrto Alegre, êste na dependência do presidente argentino. A esquadra de Tamandaré deu todo o apoio à ofensiva, bombardeando desde as 7 horas da manhã a praça forte paraguaia. O ataque, por terra, foi

desfechado meia hora depois do meio-dia e durou apenas duas horas. Duas a três horas depois, via-se Mitre forçado a ordenar a retirada, que se iniciou pela dos soldados argentinos. Eis o que agravou ainda mais a derrota aliada: um exército de 19.000 homens enfrentara uma guarnição de 6.000 paraguaios e tivera baixas correspondentes a mais de uma quinta parte do seu efetivo! Os argentinos acusavam em suas fileiras 2.082 baixas e os brasileiros 2.011, sendo que 35 destas entre os homens da esquadra. Quanto aos paraguaios tiveram apenas 54 mortos e 196 feridos, no total de 250 baixas. É que os paraguaios tinham, em seu favor, a superioridade de uma posição fortificada de primeira ordem, em tôrno da qual tinham sido realizadas obras complementares, de emergência, que ainda mais a aperfeiçoaram, e o assalto fôra empreendido sem um reconhecimento prévio e sem os preparativos que as circunstâncias impunham.

* * *

Nessa desastrosa operação foi que morreu, lutando com a maior bravura, o jovem capitão Hipólito Mendes da Fonseca, do 36.º Batalhão de Voluntários da Pátria. Brutal era o golpe reservado ao coração de dona Rosa Maria Paulina, no curso dêsse ano, fatídico para ela como para tantas outras mães brasileiras. A morte heróica do alferes Afonso e a do capitão Hipólito foram comunicadas, ao mesmo tempo, à espartana matriarca. Recebeu a trágica notícia comovida, mas de olhos enxutos. Quis saber se os filhos tinham morrido com glória, varonilmente, com a face voltada para o inimigo. O oficial mandado à sua casa, em nome do imperador e do ministro da Guerra, declarou-lhe que tinham, ambos, cumprido dignamente o dever de soldados. Quanto ao alferes, poderia precisar, pelas comunicações recebidas, que já havia galgado, resoluto, a muralha das fortificações paraguaias em Curuzu, quando fôra mortalmente ferido, rolando embaixo.

— O meu Afonso! — exclamou, emocionadíssima.

Reprimiu o pranto até despedir-se o emissário, como que envergonhada de dar a alguém o espetáculo de sua dor de mãe, quando tantas outras sofriam as mesmas angústias e o

mesmo luto. Mas quando se retirou o oficial, abraçou-se, em pranto, com a nora, dona Guilhermina Dutra da Fonseca, agora também viúva. Esta chorava convulsivamente a perda do jovem espôso, o capitão Hipólito. Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca chorava pelos dois filhos mortos, pela nora que enviuvara e pelos outros, que, naquele instante, enfrentavam o inimigo nos campos do Paraguai: Hermes, Severiano, Deodoro, João Severiano, Eduardo Emiliano... Espôsa de militar, mãe de soldados profissionais, compreendia, no entanto, que era esta a exigência inexorável, a implacável lei da guerra. Por isso, vendo-os partir, um após outro, só tivera palavras de estímulo aos filhos, para que cumprissem o dever, calando as apreensões, por maiores que elas fôssem.

Sob o Mando de Caxias

Rumores de paz em seguida ao desastre — Um rasgo de Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca — O império recusa a a mediação dos Estados Unidos e de outras repúblicas — A epopéia da Laguna — Ascensão do gabinete Zacarias — Escolhido o Marquês de Caxias para o comando supremo — Reorganização do exército — Libertação de Mato Grosso — Recrudesce a guerra — Os combates de Potreiro Obella e Taji — Deodoro, promovido, citado e condecorado por atos de bravura — A segunda batalha de Tuiuti.

ANTE A REPERCUSSÃO DO DESASTRE de Curupaiti e considerando os sacrifícios de sangue dos beligerantes, houve um movimento de solicitude, por parte de várias nações vizinhas, que, no sentido de promover a paz, se ofereciam para mediadoras entre as potências da Tríplice Aliança e o Paraguai. Peru, Chile, Equador e Bolívia, — esta dirigida, na ocasião, pelo pitoresco e sanguinário caudilho Manuel Mariano Melgarejo, um dos maiores tiranos que já regeram uma nação dêste hemisfério, — fizeram idênticos oferecimentos ao Brasil, ao Uruguai e à Argentina. E os Estados Unidos logo em seguida os renovaram. Ante a paralisação quase total das operações e os rumores em tôrno dessas interferências amigáveis, correram boatos de que se negociava a paz. Houve certa indignação. Nesse momento é que Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca teria dito, num rasgo de patriotismo, a que seu nome ficou até hoje vinculado:

— Prefiro não ver mais meus filhos! Que fiquem antes todos sepultados no Paraguai, com morte gloriosa, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria!

Foram os boatos tão insistentes e tão insidiosos, que o imperador se viu forçado a mencionar o assunto, na sua fala do trono, proferida na abertura da sessão legislativa de 1867, a fim de oferecer-lhes desmentido. Afirmou que "os aliados, agradecendo os oferecimentos, não puderam, contudo, aceitá-los, porque não o consentia o pundonor nacional". A Assembléia Geral Legislativa aplaudiu-lhe a decisão no voto de graças apresentado a 27 do mesmo mês.

Nem o govêrno, nem o povo, queriam uma paz que nos humilhasse. Entretanto, a longa hostilidade não correspondia ao juízo antecipado pela opinião pública, no momento em que Solano Lopez dera início à guerra. Tão rápidas haviam sido a campanha contra Rosas, — iniciada em fins de 1851 e terminada em princípios de 1852, — e a recente campanha do Uruguai contra Aguirre, que em face da concentração das fôrças da Tríplice Aliança, destinada a enfrentar o Paraguai sòzinho, quase ninguém duvidava de que o conflito estaria findo antes de seis meses. Entretanto, a realidade era bem outra. Precários tinham sido os resultados alcançados, principalmente em face do otimismo anterior. Daí o ambiente de agitação política, em meados de 1866, e embora os liberais não sejam alijados do poder nesse momento, cai o gabinete chefiado pelo ex-conservador Araújo Lima, a quem sucede Zacarias de Góis e Vasconcelos. Êste organiza um govêrno que prima pela eficiência. As pastas militares estão nas mãos de civis: a da Guerra, nas do Barão de Uruguaiana e, em seguida, de João Lustosa da Cunha Paranaguá, e a da Marinha nas mãos de Afonso Celso, o futuro Visconde de Ouro Prêto. Zacarias e seus ministros, no poder de 13 de agôsto de 1866 a 16 de julho de 1868, — o período crítico da campanha do Paraguai, — tudo fazem para aparelhar o Exército e a Esquadra, a fim de que melhor possam cumprir a sua missão. É êsse gabinete liberal que vai buscar o Marquês de Caxias, grande soldado do Império, mas político conservador, para entregar-lhe o comando supremo das fôrças brasileiras, esquecendo, nesse momento grave, as divergências e os melindres partidários. Quando se iniciara a guerra com o Paraguai o imperador insistira com o chefe do gabinete liberal, senador Francisco José Furtado, para que o comando das fôrças brasileiras fôsse logo cometido ao Marquês de Caxias.

Entretanto, os interêsses da política contrariaram a imperial decisão. Muito embora o Senado do Império fôsse considerado uma câmara de resfriamento das paixões partidárias e o ilustre soldado, como senador, estivesse em teoria acima da política, faltava boa vontade a ambas as partes. O próprio Caxias, que não queria ser estorvado, em sua ação, por autoridades civis, exigiu que lhe fôsse dada, a par daquele comando, a presidência da Província do Rio Grande do Sul, que já exercera antes, quando fôra pacificar os rebeldes do movimento de 1835. O general Beaurepaire Rohan, futuro visconde, que então exercia o cargo de ministro da Guerra e era amigo pessoal de Caxias, empenhou-se para que êste aceitasse o comando, mas não conseguiu fazer com que o gabinete atendesse às exigências do marquês. Logo em seguida, as negociações ficavam em definitivo encerradas. O general Beaurepaire Rohan deixava a pasta da Guerra, nela substituído pelo Visconde de Camamu (general José Egídio Gordilho de Barbuda), sabidamente desafeto de Caxias. Ao cair, agora, o gabinete do Marquês de Olinda, a situação era mais grave do que antes. O imperador lembra de novo o nome de Caxias, como uma medida de salvação pública, entendendo que levantaria, desde logo, o moral da população civil como da tropa. Zacarias de Góis e Vasconcelos, o novo chefe do gabinete, vai procurar o marquês, em sua casa, na Tijuca. Desta vez, não estaria em causa a Província do Rio Grande do Sul, pois que o estado-maior de Caxias teria de ser estabelecido no próprio território paraguaio. Nem se lembrou o vencedor de Monte Caseros de renovar a exigência anterior, que seria, já agora, despropositada. Havia, porém, um ponto de atrito. É que Caxias não se entendia bem com o novo ministro da Guerra, o senador Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, mas êste, por doente (*), deixa o cargo, a 7 de outubro, passando-o a Paranaguá, também senador. Na entrevista com Zacarias, dissera o marquês:

— Sou, sobretudo, militar. Só imponho ao govêrno uma condição: a da mais inteira confiança...

— Vossa Excelência a terá, senhor marquês, — é a resposta do presidente do Conselho.

(*) Faleceu em Petrópolis, a 18 de janeiro de 1867.

— E, em conseqüência, — prossegue o velho soldado, — espero que me sejam facultados todos os meios com que deve contar um general que tem a plena confiança do govêrno.

— Por sua elevada posição no Senado e no Exército, — responde Zacarias, — Vossa Excelência sabe perfeitamente quais são os recursos de que o govêrno pode dispor. Pois de tudo isso Vossa Excelência disporá.

Zacarias sela o pacto com um apêrto de mão e se despede. Anuncia depois, no Senado, que "o nobre Marquês de Caxias teve o grande mérito de sopitar as intrigas" e que assim procedendo "foi um grande serviço que prestou ao país".

A nomeação de Caxias é publicada, com a data de 10 de outubro de 1866. A 29 do mesmo mês o substituto de Osório parte do Rio de Janeiro no vapor "Arinos". Passa por Montevidéu e Buenos Aires, sobe o rio Paraguai e desembarca em Itapiru, para receber o comando. A 18 de novembro chega a Tuiuti, onde não esconde o seu dissabor e a sua grande decepção. Não encontrava um exército, pròpriamente, mas um acampamento de ciganos, onde lavrava a indisciplina, o desânimo, a confusão... Tinha a tropa não só o moral baixo, em conseqüência do recente desastre, como ainda se ressentia do desconfôrto de uma longa campanha ao desabrigo, castigada pelas intempéries, ora as soalheiras inclementes, ora as chuvas torrenciais. A disenteria debilitava grande parte da tropa e, por fim, como se já não bastassem tantas dificuldades, surge também o cólera, sob forma epidêmica, ceifando vidas e fazendo com que centenas de soldados baixassem aos hospitais. A tarefa de Caxias não era pequena. Tinha que pôr à prova não só o valor do guerreiro, mas a capacidade do administrador. Tinha de agir com rapidez e decisão para reorganizar as nossas fôrças e colocá-las, outra vez, em condições de enfrentar vantajosamente o inimigo. Nessa tarefa de reorganização, não quis Caxias dispensar a colaboração de Osório, nem mesmo estando êste doente. Fêz-lhe um apêlo para que preparasse, no Rio Grande do Sul, um novo corpo de Exército, capaz de reforçar, quando necessário, as tropas que já vinham combatendo desde a invasão do Paraguai, senão desde a campanha do Uruguai. Dispunha, já, de uns 15.000 homens, mas não julgava bastante. Queria mais. Osório, com a pressa que

as circunstâncias exigiam, preparou êsses reforços, no total de 5.400 homens, e os conduziu, êle próprio, ao teatro das operações, ao qual retornou no mês de maio de 1867. E a guerra recomeça... Introduz Caxias balões cativos, como postos de observação das linhas paraguaias, com excelentes resultados, obrigando os inimigos, ao fim de algum tempo, a dissimular suas posições com a fumaça de fogueiras de lenha verde.

A esquadra, que mudara também de comando, com a retirada do Visconde de Tamandaré e a nomeação de Joaquim José Inácio, o futuro Visconde de Inhaúma, foi também dotada de novos elementos, constituídos por pequenos e velozes monitores, mais adequados à navegação fluvial do que os pesados encouraçados construídos para a guerra no mar. Ao assumir o comando em chefe, Caxias se entendera com Mitre e lhe fizera certas exigências, que visavam evitar novos desastres para as nossas fôrças, advindos não de movimentos ordenados por seus próprios chefes, mas de deliberações tomadas à revelia, ou contra o ponto de vista dêstes. O Tratado da Tríplice Aliança conferira a Mitre o comando supremo das fôrças aliadas, mas a responsabilidade que lhe coubera no desastre de Curupaiti fêz com que o general argentino condescendesse em abrir mão de umas tantas prerrogativas. Dificuldades internas na Argentina e no Uruguai acabariam fazendo com que Mitre e Flôres se afastassem do teatro das operações, o primeiro temporàriamente, o segundo definitivamente, pois acabaria assassinado em Montevidéu pelos "blancos", no mesmo dia em que, às mãos dos "colorados", também morreria o antigo presidente Bernardo Prudêncio Berro. Tais dificuldades sobrevinham quando as fôrças de Lopez não podiam dar a menor ajuda aos rebeldes uruguaios e argentinos, recalcadas, como já se encontravam, dentro do seu território, cuja parte sul se achava sob ocupação.

Enquanto Caxias reorganizava as fôrças invasoras, Solano Lopez procurara também aumentar suas reservas, recrutando todos os homens válidos para o serviço das armas, e tentando melhorar suas fortificações. O ditador paraguaio confiava na invencibilidade de Humaitá, crismada, pelos paraguaios, como "a Sebastopol americana". Supunha que as muralhas de

Angostura seriam intransponíveis. E que as grossas correntes de ferro, colocadas de uma a outra margem do rio Paraguai, à altura de Humaitá, poderiam fechar o caminho fluvial, paralisando os nossos cruzadores. Cedo, porém, havia de compreender o seu engano.

* * *

No início do ano de 1867, a atividade militar se transfere dos pantanais do Paraguai para os de Mato Grosso. Levara dois anos para ali chegar a expedição militar, constituída por 3.000 homens, mandada de Minas Gerais e São Paulo, em socorro da província invadida. Fôra verdadeira odisséia sua marcha penosa, vadeando rios, penetrando florestas, atravessando pantanais. A caminho, perecem os oficiais mais graduados: o brigadeiro José Antônio da Fonseca Galvão e o coronel Manuel Pedro Drago. As doenças, a fome e o cansaço dizimam a expedição, reduzida, ao chegar a Mato Grosso, a um têrço do seu efetivo. Mas apesar de tudo o coronel Carlos de Morais Camisão consegue concentrar, em Nioac, uma coluna de 1.300 homens, com a qual pretende expulsar do território daquela província os invasores paraguaios. Inteiramente isolada, sem comunicação com o resto do Império ou com as fôrças em operações do Paraguai, a coluna heróica arremete contra o inimigo, consegue ultrapassar a fronteira, indo além de Laguna, mas é obrigada, finalmente, a retroceder, empreendendo uma retirada sob as mais adversas condições.

A 11 de maio, os paraguaios desfecham, em Bela Vista, um ataque de surprêsa contra a brava coluna, já em retirada. Respondem os comandados do coronel Camisão com o maior vigor e os atacantes são obrigados a retroceder, deixando mais de 80 mortos no campo da luta. A coluna tivera sòmente 41 baixas, — 19 mortos e 22 feridos. Logo em seguida, declara-se o cólera, que ceifa mais vidas, entre os soldados em retirada, do que as próprias balas paraguaias. A situação não podia ser mais dramática. O comandante enfrenta então um terrível dilema: ou abandona os coléricos à sua própria sorte ou sacrifica tôda a coluna, colocando-a à mercê do inimigo. Os enfermos são, assim, deixados no caminho, para

que a marcha prossiga. Dias depois, o próprio comandante, coronel Camisão, e o vice-comandante, tenente-coronel Juvêncio de Meneses, sucumbem ao cólera. Morre também o guia Francisco Lopes. Mas, apesar de tudo, a marcha prossegue, incessantemente, entre rasgos de heroísmo, empurrando aquêles homens exaustos pesadas carrêtas com peças de artilharia, conduzindo suas bandeiras, levando feridos, amparando enfermos e estropiados. Quando a retirada, começada em maio em Laguna, termina a 11 de junho com a chegada a Pôrto Canuto, à margem do Aquidauana, sobrevive apenas um punhado daqueles bravos, comandados pelo major Tomás Gonçalves, que na sua ordem do dia de 12 de junho, escreve estas palavras expressivas: "Soldados, honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras". Êste episódio de lances tão patéticos encontrou um cronista militar capaz de descrevê-lo admiràvelmente na pessoa do capitão Alfredo d'Escragnolle Taunay, participante da trágica jornada (*).

* * *

Depois do desastre, as baterias de Curupaiti não cessaram de hostilizar as posições brasileiras de Curuzu. A 20 de novembro, quando Caxias ali se apresentou, para assumir o comando, a bateria brasileira deu uma salva, sobressaltando o inimigo, o que determinou, como resposta imediata, um bombardeio da nossa base pelos canhões paraguaios. Houve mortos e feridos. Passou a esquadra, desde então, a hostilizar, também, a fortaleza inabordável, em constantes incursões. O primeiro dêsses ataques foi a 24 de dezembro de 1866 e, no ano seguinte, rara era a semana em que não era desfechado um ataque contra a praça forte inimiga. Mas Curupaiti continuava a resistir sobranceiramente, respondendo ao fogo de Curuzu e ao da esquadra. São poucas, nessa fase, as ações de envergadura em que tomam parte as fôrças de terra. Um dos raros combates dêsse ano é o do Arroio Hondo, travado a 3 de agôsto, pelas tropas comandadas pelo general Andrade Neves. Numa carga bem

(*) *Retirada da Laguna*, escrita diretamente em francês, traduzida para o nosso idioma por SALVADOR DE MENDONÇA e editada em 1872.

sucedida, consegue êle, com os cavalarianos da Guarda Nacional, derrotar uma coluna paraguaia, que dispersa e persegue, dizimando-a impiedosamente. É assim, em bombardeio entre fortalezas e pequenas ações esporádicas, sem maiores conseqüências, que se vai escoando, na frente do Paraguai, o terceiro ano da guerra. Só no fim do ano, nos últimos dias de outubro, adquire a luta maior intensidade.

Reunidas as suas reservas, reorganizado o exército, afastada a ameaça do cólera, Caxias ordenou que as tropas marchassem de Tuiuti, não para atacar frontalmente o inimigo, mas para que, descrevendo um semicírculo, fôssem surpreendê-lo mais à retaguarda, muito além de Humaitá. A fôrça destacada para tal missão, que marcaria o reinício da luta, depois de uma trégua de quase um ano, inclui a unidade a que pertence o major Manuel Deodoro da Fonseca, o 24.º Batalhão de Voluntários da Pátria. Na execução da tarefa que lhe fôra imposta, a coluna brasileira, comandada pelo general João Manuel Mena Barreto, deve levar de vencida o inimigo no Potreiro Obella, — nome que é traduzido por alguns dos nossos cronistas militares como Potreiro Ovelha. Aí se acha um batalhão paraguaio, fortemente entrincheirado, atrás de três ordens de fossos e parapeitos, dominando uma estreita picada. Apesar de tôdas estas vantagens, os paraguaios foram dali desalojados, com 87 mortos e 56 prisioneiros. As baixas brasileiras foram bem maiores: 85 mortos e 310 feridos. A coluna prosseguiu em marcha, rumo ao objetivo principal, a posição de Taji, tomada em combate de 2 de novembro. Fizeram os atacantes, com essa vitória, um dente no sistema de fortificações do inimigo, às margens do rio Paraguai, que as nossas fôrças passaram a dominar. A nossa artilharia, colocada na barranca do rio Paraguai, pôs a pique o navio "Olímpio" e uma chata, além de incendiar o "25 de Mayo" e partir a roda do "Igurei", que ficou desgovernado. 16 canhões são tomados ao inimigo. 1.500 paraguaios foram aí destroçados, ficando 900 fora de combate. A conseqüência mais importante de tal ação foi a de que, desde então, ficaram definitivamente cortadas as comunicações fluviais dos paraguaios entre Humaitá e Assunção. Neste combate, ao lado de Deodoro, tomou parte seu irmão mais velho, o tenente-coronel Hermes Ernesto da Fonseca,

que também muito se distinguiu. A ordem do dia do comando em chefe, n.º 152, de 9 de novembro e referente a êsse episódio da campanha, diz:

— "Os Srs. tenentes-coronéis Hermes Ernesto da Fonseca, Francisco de Lima e Silva e major Deodoro da Fonseca, comandantes dos três (*), 8.º, 9.º e 24.º, contornando o flanco esquerdo, atravessando com alguns oficiais e praças seus comandados, profundos e extensos banhados, surpreenderam pela retaguarda as fôrças do inimigo, que combatiam encobertas pelo parapeito da fortificação, e entremeados com êles, travaram renhida luta a arma branca e conseguiram assenhorear-se da posição, matando a maior parte dos que a defendiam, inclusive o comandante de tôda a fôrça e fazendo 50 prisioneiros, entre os quais se conta um oficial". Estas duas últimas ações, a de Potreiro Obella e a de Taji, valeram a Deodoro não apenas elogios de Caxias em ordem do dia, "pela perícia e denôdo com que se houve, patenteando a bem merecida reputação de que goza", mas ainda a promoção a tenente-coronel, por atos de bravura, conjuntamente com sua designação para o comando do 1.º Batalhão de Artilharia a Pé, para o qual fôra transferido desde a promoção anterior. Na mesma ocasião, recebeu do govêrno imperial sua terceira condecoração. Em maio de 1865 recebera a medalha de prata da campanha do Uruguai, em agôsto de 1866 fôra condecorado com a insígnia de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e, pelo papel que desempenhou naquelas ações em 1867, foi-lhe dada a de oficial da Ordem da Rosa.

* * *

A ação de Taji foi prelúdio da segunda batalha de Tuiuti, travada no dia 3 de novembro de 1867. Os paraguaios tomaram a iniciativa, lançando contra as posições defendidas pelo Segundo Corpo do Exército, sob as ordens de Pôrto Alegre, uma fôrça de cavalaria e infantaria de 9.000 homens. O

(*) Omitida a palavra "batalhões".

Segundo Corpo de Exército era constituído por 7.800 homens e tinha a cooperação de um contingente argentino de 700 soldados. Mas essa fôrça estava distribuída pelos entrincheiramentos de Passo da Pátria, Potreiro Pires e Tuiuti, sendo que, neste setor, estava Pôrto Alegre com apenas 2.700 homens. Os atacantes tiveram, portanto, as vantagens da superioridade numérica e da surprêsa. Tomaram, logo de início, as posições defendidas pelos argentinos e um fortim ocupado pelos brasileiros, aprisionando aí todo o 4.° Batalhão de Artilharia. Precipitaram-se, então, contra o reduto de Pôrto Alegre, onde a resistência foi tenaz. Com o ruído do canhoneio e da fuzilaria, vieram em socorro das fôrças brasileiras as tropas que guarneciam o Passo da Pátria e uma coluna que marchava para Tuju-Cuê, onde Caxias tinha o seu pôsto de comando. Quando a luta já durava quase quatro horas e os paraguaios começavam a sentir o pêso da derrota, chegam novos reforços, constituídos por uma fôrça de cavalaria de 1.300 homens, que Caxias enviara de Tuju-Cuê, sob as ordens do general Vitorino Monteiro, e logo em seguida mais cavalarianos argentinos. Encerrou-se a batalha com 4.000 baixas dos paraguaios e 2.045 dos aliados, sendo que dêstes 1.818 eram brasileiros. Em seguida aos reveses de Taji e Tuiuti, Lopez toma uma canoa e deixa Humaitá, transferindo-se para a margem direita do rio Paraguai. É nas terras do Chaco que vai estabelecer as suas novas linhas de defesa.

A Caminho de Assunção

Ambiente derrotista nas nações da Tríplice Aliança — Regresso de Mitre à Argentina — Dificuldades com Urquiza — Revolta no Uruguai — Incompatibilidade entre Caxias e o Ministério Liberal — A famosa sessão do Conselho de Estado — O voto de Tôrres Homem — Queda do gabinete Zacarias — — O "plano inclinado" do império — A queda de Humaitá — Conspiração contra Lopez - Começa a grande ofensiva — As ações de Estabelecimento, Angostura e Itororó — Morte de Eduardo Emiliano — Hermes e Deodoro, feridos pelas balas inimigas — Lomas Valentinas — Lopez intimado a render-se — Ocupação da capital paraguaia — Caxias deixa o comando.

NÃO SÓ NO BRASIL se refletira profundamente o desastre de Curupaiti. Também na Argentina essa derrota impressionou vivamente a opinião pública, havendo pressão popular contra o govêrno para que fizesse a paz, embora sendo mínimos, em confronto com as perdas brasileiras, os sacrifícios que Mitre impusera a seu país. A guerra, que arruinava o Brasil, enriquecia ao mesmo tempo a Argentina, que, à conta do Império, fornecia tôda espécie de suprimentos aos exércitos, desde a cavalhada ao gado em pé, ao charque e outros produtos alimentícios. Imediatamente após o desastre, teve Mitre que se retirar para Buenos Aires, com parte de suas fôrças, a fim de acalmar os ânimos. De fevereiro a julho de 1867, durante a longa pausa nas operações, enquanto se reorganizaram as exaustas fôrças beligerantes, estêve Mitre ausente do teatro da guerra. Voltou em julho daquele ano, para regressar em janeiro de 1868, em razão de novas dificuldades políticas, surgidas com a morte do vice-presidente Marcos Paz. Não deu Mitre uma

ajuda decisiva à campanha contra Lopez, em grande parte devido à má vontade dos elementos que o cercavam. Dera ordem ao general Justo José Urquiza, o patriarca de Entre-Rios, governador permanente dessa província, para que mobilizasse sua famosa cavalaria. Êste chegou a reunir e adestrar alguns milhares de lanceiros, concentrados em Basualdo. Mas, no momento crítico, Urquiza dissolveu essa tropa, em vez de fazê-la marchar para a luta. É que se tratava de um admirador e amigo pessoal de Solano Lopez, o qual, agindo como mediador diplomático nas lutas internas argentinas, promovera um acôrdo que lhe preservara a autoridade, não de simples governador, mas de verdadeiro ditador regional. Homem riquíssimo, dono de grandes posses de terra e um imenso rebanho de gado, dando festas que duravam semanas inteiras com milhares de convidados que comiam, bebiam e dançavam até a exaustão, era um poder que Mitre preferia não hostilizar, tolerando que permanecesse de braços cruzados enquanto a nação estava em guerra. No Uruguai, produzira o desastre de Curupaiti efeitos igualmente depressivos. Aos "blancos", parecera chegado o momento de sublevar o país, contra Flôres e seus delegados. Sob a inspiração do antigo presidente Bernardo Prudêncio Berro, estalou um movimento sedicioso, mas bastou um batalhão para sufocá-lo. O cabeça da sedição foi recolhido à prisão. Êsse acontecimento atraiu Venâncio Flôres a Montevidéu. Ali se achando, colocou-se ao alcance dos inimigos, organizados num "complot" para assassiná-lo. Eliminado Flôres, a 12 de fevereiro de 1868, um de seus adeptos foi à prisão, onde se encontrava o ex-presidente Berro, abatendo-o com um tiro na testa. Terminou assim, em lances de tragédia, a luta entre "blancos" e "colorados" que se iniciara em 1864, tendo Berro e Flôres como protagonistas, e que dera causa à guerra do Paraguai. Vinham êstes acontecimentos tarde demais, quando não mais poderiam servir de ajuda a Lopez ou influir no curso da luta. Os "colorados", apesar da morte de Flôres, continuariam no poder e não desmentiriam o compromisso do caudilho assassinado para com o Brasil e a Argentina.

* * *

Ao escrever o estudo de história política "O Ocaso do Império", Oliveira Viana declara que, antes de tudo, resolvera procurar um ponto de espaço histórico que lhe permitisse, sem penetrar as origens remotas do grande acontecimento, fixar e isolar as causas mais aparentes que determinaram a queda do regime monárquico. E assevera ter encontrado êsse ponto no pequeno período que vai da queda do gabinete Zacarias, em 1868, ao manifesto republicano, de 1870. Aí declara estar o ponto de partida de todo aquêle movimento político que haveria de epilogar-se no dia 15 de novembro. Na verdade, a conclusão de Oliveira Viana não difere da de vários outros dos nossos publicistas, entre os quais o erudito Carlos Pontes, autor da biografia de Tavares Bastos e dos "Motivos e Aproximações". É uma conclusão apoiada nos fatos e no exame objetivo dos acontecimentos políticos daquela época, que foi, também, não só caracterizada pelo desvirtuamento das prerrogativas do Poder Moderador pelo imperador, como ainda a da desagregação do Partido Liberal, cindido em grupos que se combatiam furiosamente. "No interior, a luta, entre as duas facções do Partido Liberal, era rancorosa e violenta, — escreve Joaquim Nabuco em "Um Estadista do Império". Lavrava ódio contra Zacarias e êle parecia deleitar-se em provocá-lo". Com seu espírito polêmico e sarcástico, Zacarias às vêzes alvejava a Câmara dos Deputados com expressões que não podiam deixar de causar alguma irritação. Chamou-a, por exemplo, de "confraria de pedintes", em razão do assédio dos deputados que lhe exigiam favores e mais favores em troca dos votos de apoio ao gabinete. Sua ação parlamentar era quase sempre contundente. É ainda Joaquim Nabuco quem depõe: "Independente pela fortuna, aristocrata por seleção de hábitos e altivez de maneiras, o prazer de Zacarias na vida parecia resumir-se em preparar tôdas as noites os golpes certeiros com que havia, no dia seguinte, de tirar sangue do contendor. Era-lhe preciso uma sessão cada dia para esgotar os epigramas, as alusões ferinas, os quinaus humilhantes que levava na algibeira. Falava no Senado diàriamente, como o jornalista escreve o artigo de fundo, com a maestria, a indiferença, a versatilidade que dá o hábito de qualquer profissão. Mesmo no ministério, o oposicionista mal se disfarçava; de

fato o ministro não era, nêle, senão um oposicionista à oposição que o combatia, à maioria que o acompanhava e à própria coroa. Uma palavra assim penetrante, vitriólica, desdenhosa, dissolvia tôdas as vaidades no ridículo, corroía todos os prestígios, e naturalmente exasperava os adversários, como Cristiano Otôni, que possuía, em escala também excepcional, a faculdade do vitupério". E, adiante, acrescenta: "Zacarias tinha a paixão da vivissecção, o gênio e o instinto cirúrgico; sentia o gôzo, como que profissional, de revolver as vísceras para procurar o tumor oculto". A ascensão de homem com êsse temperamento, pela terceira vez, em poucos anos, à posição de presidente do Conselho, tinha de produzir reações não apenas entre os adversários, mas entre seus próprios companheiros. O espírito de cisão cresce no Partido Liberal e muitos começam a beirar o republicanismo, achando que é a única via aberta para êles, uma vez que não poderiam, jamais, tender para o reacionarismo dos conservadores. Começa o que Nabuco chama "o plano inclinado do Império". Zacarias, êsse Vulcano parlamentar, forjador de raios, um dia haveria de acabar envolvido por grandes tempestades.

Os conservadores não lhe dão tréguas. Declaram o govêrno incapaz de suscitar os sentimentos patrióticos do povo. Acusam-no de engrossar as fôrças brasileiras com escravos comprados nas Províncias do Norte e incorporados ao Exército sob a promessa de alforria (*). Um grupo de próceres liberais, do qual fazem parte figuras como Teófilo e Cristiano Otôni, Pedro Luís, Limpo de Abreu e outros, lança um manifesto contra o próprio govêrno de Zacarias, no qual denunciam a incorporação de presidiários, cumprindo penas com trabalhos forçados, às tropas enviadas para o Paraguai. E dizem: "Em vez de tocar a fibra nacional,

(*) Veja-se, por exemplo, esta notícia publicada, sob o título de *Desapropriação de escravos*", na edição de "A Opinião Liberal", de 13 de dezembro de 1867:

"Foi resolvida em Conselho de Ministros a desapropriação de 30 mil escravos para formarem um novo exército libertador do Paraguai. Fechadas as Câmaras meter-se-á mãos à obra com a urgência que o caso exige. Com um tal exército espera o govêrno salvar a honra do país, e desagravá-lo das ofensas recebidas. A conseguir êsse resultado o gabinete Zacarias, que deve sua existência ao elemento servil, terá de registrar mais um grande motivo de gratidão a êsse elemento. Limitamo-nos a consignar tão importante notícia; aguardamos por ora os comentários".

apelando para o alistamento de voluntários... chegou ao ponto de atirar ao seio do Exército, como para salvar o pavilhão brasileiro, uma centena de galés de Fernando de Noronha!". Vê-se que, chefiando um govêrno com as responsabilidades de conduzir uma dura guerra, tinha Zacarias de enfrentar a crítica de uma parcela da representação do seu próprio partido na Câmara e no Senado, bem como de uma parte da imprensa liberal. Alguns dos órgãos liberais eram avêssos ao prosseguimento da luta, assumiam uma atitude de puro derrotismo, queriam a paz a qualquer custo, não desejavam senão que tivesse um fim o "imperialismo brasileiro" no Prata. Para que se tenha uma idéia da atitude dessa parte da imprensa, basta a transcrição, aqui, de um dos editoriais de "A Opinião Liberal", órgão da ala avançada do partido, dirigido por F. Rangel Pestana e Limpo de Abreu, êste um dos filhos do Visconde de Abaeté. Eis como se manifestava aquêle jornal, em sua edição de 28 de fevereiro de 1868:

"Paz, Paz! É o brado íntimo de um povo oprimido. A guerra converteu-se em desastre, a sua prolongação trará o cataclismo. O capricho imperial improvisou uma série de desatinos desde o Estado Oriental, e êsses desatinos têm pesado como um flagelo sôbre o povo inocente. Promover a felicidade dos governados, é a missão única dos governos: o imperialismo brasileiro, ao contrário, perscruta no aumento da desgraça pública! Incapaz, ou fatalmente infeliz, as raras vantagens da guerra, sempre equívocas, transformam-se imediatamente em calamidades. Conservando mutilado pelo inimigo o território nacional, erige-se em invasor, quando ainda o humilha o papel de invadido. Como invasor estaca diante do inimigo, como invadido abandona a defesa do solo sagrado! E há quatro anos que esta guerra de inércia devora a população brasileira, vítima de um recrutamento feroz! E há quatro anos despejam-se no estrangeiro os dinheiros públicos, e multiplicam-se os gravames sôbre a nação. Visìvelmente inclina-se o país para o abismo. A viuvez e a orfandade estendem-se tristemente nos lares da miséria. A crescente falta de recursos, e a bancarrota iminente condenam a duras privações desde nós, até os nossos netos. Todavia a origem do mal permanece! Depois de tantos anos de

constantes reforços de vítimas, com um exército eternamente incapaz para assaltar uma fortaleza, de posse apenas de alguns charcos mefíticos, insiste-se ainda em conquistar o país inimigo! Oh! "Triste coisa é recalcitrar contra o aguilhão"! Suspendei, louco e fatal imperialismo! Não compreendestes, nem fôstes capaz de defender a honra nacional, e *teimais* ainda em pensar que é honra precipitar inglòriamente o país nos horrores da bancarrota e da miséria! Tornastes abominável esta guerra de fornecedores e vivandeiros, por amor da qual rebaixais os guerreiros, e honrais os vaidosos e os traficantes. Ouvi: Hoje nem um partido, nem um gabinete, seja qual fôr a sua feição, é capaz de realizar os fins da guerra. Embora se presumam com prestígio os ambiciosos de poder, não falam senão a linguagem da lisonja. Continuar a guerra é matar bàrbaramente o país. A guerra está completamente abandonada pela opinião. Êsses que por aí proclamam o contrário, não o fazem com sinceridade e desinterêsse pessoal. Os sinceros partidários da guerra compreendem que o seu lugar não é na redação dos jornais, nem nos cafés e no ócio. O lugar dêstes é em frente ao inimigo, nas fileiras dos combates. E, demais, a honra que se entrega aos cuidados de galés e pretos minas não é honra, é uma mentira! É, pois, o capricho imperial o único partidário decidido da guerra, e de joelhos em tôrno a êsse capricho os mendigos do poder repetem a ladainha da lisonja: GUERRA, senhor! GUERRA, GUERRA!"

Êsses "mendigos do poder", a que se referia "A Opinião Liberal", tanto podiam ser Zacarias e os membros do seu gabinete, como os conservadores que aspiravam subir, de novo, às oposições perdidas, com o apoio da espada prestigiosa de Caxias. O grande general conservador partira para o Paraguai, atendendo aos apelos do gabinete sob pressão do imperador, mas já não escondia sua má vontade, em permanecer subordinado a um gabinete liberal, a uma política cujos fios eram movidos pelos seus adversários, e perseguindo uma vitória militar que, uma vez obtida, não faria senão fortalecer nas posições de mando os seus piores inimigos. Criticado desabridamente pela imprensa liberal, que ia aos extremos do desvario, negando-lhe até mesmo a capacidade profissional e pondo-lhe apelidos degradantes, Caxias não escon-

dia, por sua vez, o desapreço em que tinha o chefe do gabinete, o famoso Zacarias. O choque dessas duas fortes personalidades, em tudo por tudo antagônicas, era inevitável. Em princípios de 1868, essa tensão se torna de tal modo flagrante que a crise mal contida afinal irrompe. O Marquês de Caxias, no teatro da guerra, exaspera-se com a lentidão com que são satisfeitas as exigências que faz, no interêsse do prosseguimento das operações. Entende o comandante em chefe que o próprio gabinete cria obstáculos à sua ação, dificultando-lhe os movimentos. Não se entende bem com Zacarias e acaba anunciando o propósito de abandonar a direção das operações, a menos que se modifiquem as condições em que vem servindo. A questão é colocada em bases tais que se arma o dilema: ou Caxias, ou Zacarias. É de tal modo grave a situação que o Conselho de Estado se reúne, especialmente para deliberar sôbre se devia ser concedida a demissão do general ou a do chefe do gabinete. A reunião do Conselho de Estado ocorre a 22 de fevereiro, sob a presidência do imperador. Zacarias faz uma breve exposição, escrita, na qual diz, depois de outras considerações:

— Quando, em outubro de 1866, o govêrno convidou o Marquês de Caxias para ir tomar o comando das fôrças brasileiras no Paraguai e êle aceitou o convite, sem outra condição que a plena e inteira confiança do govêrno em sua pessoa, eu declarei-lhe, em conversa, que ao govêrno parecia tão necessária que, se êle houvesse recusado a comissão e nos parecesse que a sua recusa vinha da repugnância em servir conosco, estávamos dispostos a deixar o poder, porque, para nós, a guerra não era questão de partido, e o essencial era acabá-la honrosamente, estivesse quem estivesse no poder. O govêrno pensa hoje, como em 1866, que a presença do Marquês de Caxias é da maior conveniência no Paraguai, e pois que o general se mostra persuadido, aliás sem razão, de que o Govêrno lhe tira a fôrça moral, o ministério antes quer retirar-se do que usar do direito de pedir a exoneração do general, desfazendo com êste ato as suas infundadas apreensões.

Encerra as considerações, realmente, pedindo demissão. O Conselho de Estado, em deliberação quase unânime, manifesta-se contra a demissão, quer do gabinete, quer de Caxias.

Mas o imperador não se contenta. Insiste em que se tome uma decisão. Formula a questão de outro modo, querendo saber que é que o Conselho de Estado julga ser o menor mal: a demissão de Caxias ou a demissão do ministério? O Conselho, "impulsivamente", segundo a expressão de Joaquim Nabuco, "se pronuncia contra a primazia da espada", mesmo em se tratando do maior general do Império. Contudo, há contra Zacarias três votos de conservadores, — Paranhos, Muritiba e Tôrres Homem, — e de um liberal e governista, Nabuco de Araújo. Quando êsses votos foram anunciados o imperador teria respirado melhor.

No voto de Tôrres Homem, no Conselho de Estado, — voto dado por escrito (*), tal a importância do pronunciamento, — podemos encontrar um dos motivos da visceral incompatibilidade entre Zacarias e o futuro Visconde de Inhomirim. Vai aqui transcrito, na íntegra, êsse interessante documento, até agora inédito, segundo o resumo do próprio punho do autor do voto:

"O Conselheiro Tôrres Homem principiou por ponderar que a grave questão, que V. M. I. se dignou ouvir o seu Conselho d'Estado, pode ser dividida em duas. A primeira é se a desinteligência ocorrida entre o ministério e o Marquês de Caxias, e que serviu de fundamento ao pedido de demissão dêste general, pode ou não ser aplanada e removida satisfatòriamente. A segunda questão vem a ser se na hipótese de tornar-se inexeqüível o emprêgo de qualquer meio conciliatório e próprio a desvanecer as suspeitas, de que se acha preocupado o Marquês de Caxias, qual dos dois expedientes será preferível, a demissão do ministério, ou a do general. Quanto à primeira, abstraindo dos sentimentos de dignidade pessoal e de brio militar, digo, que há uma condição essencial de fôrça moral de que não pode jamais prescindir um general em chefe no interêsse mesmo do bom desempenho de sua grande missão. Essa condição é a confiança do govêrno, que lhe entregou o comando das fôrças. A guerra, sendo por sua natureza sujeita aos lances da fortuna, e aos acidentes imprevistos que decidem da sorte das batalhas derrotando às vêzes os melhores planos, o general, que teme a má vontade do govêrno, trepida diante da responsabilidade dos reveses,

(*) Ms. 7.046 do Arquivo Imperial, Museu Imperial, Petrópolis.

contando com a perseguição em vez do apoio, qualquer que possa ser o mérito real de suas operações. Esta apreensão é incompatível com a liberdade da acção, com as inspirações próprias do gênio aventureiro da guerra; e o general cai desde então nos excessos da prudência e da segurança, excessos não menos prejudiciais que a temeridade. Ora, sem entrar na apreciação das razões alegadas pelo Marquês de Caxias para solicitar a demissão, depreende-se delas de que está persuadido de que essa condição indeclinável, a que me referi, não existe para êle, e de que conseqüentemente não podia deixar de dar o passo que deu. Mas se o ministério entende que são infundados os receios do general, então nada mais fácil, mais simples e natural de que êle mesmo fazer-lhe ver a inconsistência de suas suspeitas, e reiterar-lhe as expressões de confiança, que o tranqüilizem. Dêste modo terminar-se-ia a presente questão, tratando-se de um general, que não exigiu nem aceitou condição alguma política para ir cumprir o árduo dever de que se incumbiu sem hesitação; e que na sua longa carreira militar nunca deu pretexto para duvidar-se de sua lealdade e patriotismo. Pelo que respeita à segunda questão, é opinião minha que a demissão do atual comandante do exército no Paraguai seria uma calamidade, seria uma medida cheia de inconvenientes e perigos com relação à guerra, sôbre a qual a retirada do gabinete não poderia exercer a mínima influência. O Marquês de Caxias tem um merecido prestígio no exército e na população; nêle concentram-se as esperanças do país para o próximo têrmo desta luta desastrosa; em suas mãos está depositada a direção suprema da guerra, limitando-se as funções aliás importantes do ministério a fornecer os elementos necessários para sustentar um exército em operações. A tarefa do gabinete poderia ser preenchida por outro qualquer; o mesmo não se poderia afirmar a respeito da do Marquês de Caxias, nas presentes circunstâncias. Por outro lado justa, ou injustamente, o atual gabinete é impopular; a oposição à sua política e a seus atos é quase geral. Como é que neste estado de enfraquecimento poderia êle demitir um general prestigioso e rodeado da confiança pública, sem exacerbar de um modo incalculável os espíritos, e levar ao auge o descontentamento público? Em conclusão o meu voto é que (o) ministério procure dissipar

as apreensões do Marquês de Caxias; e que no caso de não ser isso possível, o general deve ser conservado".

É um modêlo de concisão e de habilidade política. Não há dúvida que a incompatibilidade entre Caxias general e político conservador, com o gabinete liberal de Zacarias, criava, no Império, a primeira "questão militar", embora até aqui os historiadores tenham desdenhado de assim conceituá-la. Joaquim Nabuco, entretanto, quase o fêz, ao acentuar que fôra o conselheiro Nabuco de Araújo quem abrira a D. Pedro II "a porta de comunicação com a barraca do general em chefe". Ficaria o imperador com esta minoria que tomara o partido de Caxias e iria, na primeira oportunidade, embora por motivo aparentemente diverso, proceder contra o alvitre do Conselho de Estado, alijando o gabinete de Zacarias e chamando os conservadores ao poder. A crise continua a existir, subterrâneamente, aguardando apenas a ocasião de manifestar-se, o que acontece três meses e meio depois.

Nas eleições para as vagas abertas no Senado, muito cobiçadas por serem vitalícias, os conservadores concentram todos os seus esforços, procurando infligir derrotas ao govêrno, sem todavia o conseguirem. Fere-se, porém, uma dessas eleições na Província do Rio Grande do Norte. Um dos candidatos é o chefe do Partido Liberal naquela província, deputado em mais de uma legislatura, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. Contra êste, os conservadores lançam a candidatura de Tôrres Homem. Amaro Bezerra coloca-se em primeiro lugar na lista, mas vem, em segundo, o nome do autor de "O Libelo do Povo".

O imperador poderia, em razão do dispositivo constitucional que regulava a matéria, escolher até mesmo o terceiro da lista, que era o conselheiro Rafael Arcanjo Galvão. O normal era, porém, que, governando um gabinete liberal, escolhesse o primeiro da lista, por ser um elemento vinculado ao gabinete, ao qual dava o seu apoio na Câmara dos Deputados. Entretanto, D. Pedro II resolveu preterir Amaro Bezerra e propiciar a ascensão, ao Senado, de seu adversário de outrora. Comunicou tal resolução a Zacarias, que, depois de ouvidos os seus companheiros, lhe declarou considerar a

escolha *não acertada*. O imperador insistiu e o gabinete se demitiu, a 13 de julho de 1868, chamando o imperador os conservadores ao poder.

A queda de um gabinete, em tais condições, por divergência com o imperador e não por falta de apoio ou confiança da Câmara dos Deputados, era um fato novo, um acontecimento sem exemplo, um episódio sem precedentes. Viram muitos dos elementos liberais, na intervenção do imperador, uma simples manifestação de arbítrio, uma desfiguração das prerrogativas do Poder Moderador, uma ameaça à autonomia dos partidos. No Senado, foi o próprio Zacarias quem explicou as razões da queda do gabinete. Na Câmara, quem as deu foi Martim Francisco, ministro da Justiça do ministério decaído. Fundamentou a demissão do ministério, sustentando que os ministros eram solidários com os atos do poder moderador. E que, neste caso, não desejavam ser, porque não lhes parecera *escolha acertada* a do senador pelo Rio Grande do Norte. A sessão foi tempestuosa. Dois veementes discursos foram então proferidos, um por José Bonifácio, o moço, e outro por Saldanha Marinho. Êste chegou a qualificar a maneira pela qual os conservadores subiam ao poder, pela simples vontade do imperador, de verdadeira *chantage* política. José Bonifácio declarou que então se via, de um lado, um gabinete, — o de Itaboraí, — representante de idéias condenadas pela imediata representação do povo, um gabinete que saíra das sombras sem que ninguém soubesse como; do outro lado, o govêrno decaído, em face de uma maioria parlamentar que não praticara ato algum que autorizasse a mudança da política por ela sancionada; e, no centro, o país, estupefato e pasmo, presenciando êste novo cenário, que em rápida e misteriosa mudança, de súbito se aparelhava, substituindo um sistema a outro. Foi José Bonifácio quem apresentou a moção de desconfiança ao novo gabinete, nos têrmos que se seguem: "Requeiro que se lance na ata a seguinte declaração: A Câmara viu com profundo pesar e geral surprêsa o estranho aparecimento do atual gabinete, gerado fora de seu seio e simbolizando uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda de seu antecessor. Amiga sincera do sistema representativo e da monarquia constitucional, a Câmara lamenta êste fato

singular, não tem e não pode ter confiança no govêrno". A moção, aprovada, determinou, como revide, a dissolução da Câmara, segundo a prática constitucional da época. Tais foram as condições dramáticas em que, no curso da guerra, alicerçado ainda por uma considerável maioria parlamentar, caiu o terceiro gabinete de Zacarias, às vésperas de completar o segundo ano de exercício do poder. O Senado anulou a eleição de Tôrres Homem, que outra vez concorreu, já sob domínio dos conservadores, vindo em primeiro lugar na lista. De novo nomeado pelo imperador, afinal tomou posse pacìficamente. Quanto a Saldanha Marinho, que havia sido eleito senador pela Província do Ceará, na vaga do Marquês de Abrantes, teve sua eleição também anulada, depois de nomeado pelo imperador. Sofreu, assim, o castigo de sua rebeldia e não ousou concorrer, novamente, em situação de desprestígio, com os adversários dominando o cenário político nacional. Condenado ao ostracismo, o antigo presidente de Minas Gerais e de São Paulo, o deputado em várias legislaturas, em que exercera papel destacado, não se conteve mais dentro dos quadros liberais. Arrastando a ala radical do partido, a parte mais moça, mais combativa, mais aguerrida, passou a constituir uma das figuras centrais do movimento republicano, ainda embrionário, mas que, em breve, iniciaria uma intensa pregação antimonarquista.

* * *

Quando, em 1868, tomam impulso as operações de guerra, Deodoro participa das mais importantes ações a cargo das fôrças de terra. O dia 19 de fevereiro caracteriza-se por uma atividade bastante intensa. Nesse dia, é forçada a passagem fluvial de Humaitá, por seis encouraçados brasileiros, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Delfim Carlos de Carvalho, que, logo, será almirante e Barão da Passagem. Reduto-Cierva, também chamado "Estabelecimento", foi atacado e tomado por ordem de Caxias, que assim iniciava o grande movimento destinado a envolver a fortaleza de Humaitá. A artilharia, à qual estava incorporado o 1.º Batalhão, sob o comando do tenente-coronel Deodoro, exerce

um papel de relêvo nesse assalto, cumprindo as ordens de Mallet. A infantaria avança heròicamente, expondo-se embora a grandes perdas. E a cavalaria de Andrade Neves, futuro barão do Triunfo, ajuda a levar de roldão o inimigo. Com a tomada daquela posição e a passagem dos navios brasileiros, que, colocando-se além da fortaleza de Humaitá, poderiam contribuir para que cedo fôsse a mesma isolada, viu-se Lopez na contingência de transferir o seu estado-maior para San Fernando, a fim de estabelecer aí uma nova linha de defesa. Pelo papel que desempenhou na tomada do reduto paraguaio, de tão expressivas conseqüências, foi Deodoro citado, mais uma vez, em ordem do dia.

Era a primeira referência que merecia do novo comandante em chefe. Obtendo o pleno domínio das águas paraguaias, parte da divisão de Delfim Carlos de Carvalho subiu o Paraguai até Assunção, bombardeando a cidade, sem encontrar resistência. Não levava, entretanto, fôrça de desembarque, para tentar a ocupação da capital inimiga. A presença dos navios brasileiros deu ensejo a uma conspiração militar, em que se envolveram o irmão de Solano Lopez, Benigno, o bispo Palácios, o seu cunhado, general Barrios, o coronel Fernandez e o antigo ministro das Relações Exteriores José Berges, desejosos de alijar o ditador e abreviar a luta, negociando a capitulação. Solano Lopez conseguiu, contudo, esmagar a conspiração, que anunciou ter sido financiada pelo Marquês de Caxias, e fêz condenar à morte cabecilhas, inclusive o próprio irmão. O general Barrios tentou suicidar-se, abrindo a garganta com uma navalha, mas foi socorrido, curado, para vir a ser fuzilado por ordem de Lopez, em Ita-Ibaté. Tais acontecimentos constituíam uma prova segura de que o moral do povo paraguaio estava abatido, com as repetidas derrotas e os grandes sacrifícios de sangue que o ousado ditador lhe impusera. Entretanto, embora sabendo que o fazia condenado a uma derrota irremissível, Lopez continuava a lutar encarniçadamente, sem pensar em depor as armas.

O inimigo já fôra, então, desalojado do território brasileiro. Lopez vinha chamando oficiais e soldados das fôrças que haviam ocupado uma parte de Mato Grosso, para lançá-los nos combates travados no sul. O resto dessas tropas se retrai

quase totalmente e vem, a seu chamado, reforçar as linhas periclitantes ante a ameaça da ofensiva de Caxias. Torna-se fácil bater os seus remanescentes, ficando livre, por fim, da presença inimiga, o solo do Império. A vitória final, porém, ainda está longe. A guerra havia de continuar por muitos meses ainda...

Não são os soldados paraguaios os únicos inimigos dos brasileiros: há também o clima inclemente, sobretudo o do verão, os mosquitos, as febres, as chuvas torrenciais, a falta de higiene que predomina numa enorme concentração humana abrigada em simples barracas, em bivaques que hoje estão aqui, amanhã além. Não só os velhos oficiais, como Osório, como Polidoro, se ressentem e dão parte de doentes. Os moços também baixam aos hospitais, nem sempre por ferimentos recebidos em combate, mas por outras indisposições. A 10 de março de 1868, Deodoro dá parte de doente, sendo desligado do comando do seu batalhão e licenciado para tratamento. Menos de trinta dias depois, no entanto, de novo se apresenta ao comando superior, declarando-se apto para o serviço ativo. "Pronto de doente", como diz a fé de ofício. No mesmo dia, assume o comando do 24.º Corpo de Voluntários da Pátria. Seis meses decorrem sem que essa fôrça participe de qualquer ação importante. Mantém suas posições, em atitude defensiva, à espera de que Caxias decida utilizá-la. Movimentando outros elementos, Caxias apertara o cêrco de Humaitá, progredindo em direção à fortaleza, já agora quase inteiramente envolvida. Sem fôrça naval com que possam enfrentar a esquadra brasileira, cujos encouraçados resistem galhardamente aos tiros dos velhos canhões paraguaios, com suas balas esféricas que mal conseguem amolgar-lhes a couraça, tentam os soldados e marujos de Lopez uma ação desesperada, no sentido de se apoderarem de um ou mais dêsses navios, numa operação de abordagem, realizada com inexcedível heroísmo, mas repelida com perdas numerosíssimas pelos brasileiros.

Temendo o cêrco que está prestes a completar-se, os paraguaios abandonam a fortaleza de Humaitá. Disso só se apercebe o comando brasileiro a 25 de julho de 1868. As observações mandadas proceder por Caxias e Osório pareciam indicá-lo claramente. Contudo, a esquadra avança cautelo-

samente e não menor é a prudência das fôrças de terra, ao mando do coronel José Antônio Correia da Câmara, futuro Visconde de Pelotas. O baluarte paraguaio está deserto de inimigos. Ali não há senão alguns feridos brasileiros, numa enfermaria abandonada. Retirara-se o inimigo, deixando duzentos canhões nos parapeitos de Humaitá.

O Exército de Caxias continua a fazer progressos. Adiante, há outra fortaleza importante, justamente onde o rio Paraguai se faz mais profundo e mais estreito, donde a denominação dada ao local: Angostura. Na madrugada de 12 de outubro, o comando em chefe ordena uma operação de reconhecimento, de que resulta um combate em que nossas fôrças têm perto de duzentas baixas. A divisão da esquadra comandada por Delfim Carlos de Carvalho força a passagem de Angostura, sob o fogo de suas baterias, e bombardeia violentamente, não só essa fortaleza, mas ainda as fortificações de Piquissiri, para onde Lopez se retirara. Inhaúma vai se juntar a êle, com sua flâmula de comandante em chefe içada a bordo da canhoneira "Belmonte".

Tropas de terra se adiantam, estabelecendo contacto com o inimigo. O 24.º Corpo de Voluntários da Pátria está entre as fôrças que tomam parte nessa refrega. O tenente-coronel Deodoro da Fonseca é designado para cooperar com a cavalaria de Andrade Neves. E recebe do Quartel-General do Comando da 2.ª Divisão de Cavalaria, em ordem do dia, elogios "pelo valor e atividade que demonstrou no referido combate". A 6 de dezembro do mesmo ano, participa de novo combate, na passagem do arroio Itororó. Estêve então a sua vida por um fio. Depois de Tuiuti e Curupaiti, foi essa, sem dúvida, a maior batalha da guerra.

Caxias desembarcara, na margem direita do rio Paraguai, no território do Chaco, o grosso das fôrças brasileiras em operações, no total de 22.000 homens. Sua intenção era envolver e isolar as fôrças de Lopez, de Piquissiri e Lomas Valentinas, atacando-as pela retaguarda. Dias depois, ordenava Caxias a tomada da ponte sôbre o arroio de Itororó, de importância decisiva para a realização de seus planos. A 6 de dezembro, feriu-se a terrível e sangrenta batalha, em que tanto brasileiros como paraguaios lutaram encarniçadamente. Defendiam a posição 5.000 paraguaios, com onze

canhões. Argôlo, com 5.000 homens sob o seu comando, devia atacar no momento em que Osório tivesse efetuado uma manobra destinada a alcançar a retaguarda do inimigo, mas a manobra não se desenvolveu com a rapidez imaginada, e assim precipitou a ofensiva quando ainda não era chegado o momento oportuno. Em razão disso, a luta foi renhida e prolongada. O que teria sido uma vitória fácil, em razão da superioridade numérica das nossas fôrças e do hábil plano traçado, custou-nos grandes sacrifícios de sangue. A ponte de Itororó, depois de estar em nossas mãos, voltou às mãos dos paraguaios. E assim foi tomada e retomada sucessivas vêzes, até ficar finalmente em nosso poder. Quando, no fragor da batalha, parecia indecisa a sorte da luta, Caxias lançou nela quase tôdas as reservas de que dispunha e investiu, êle próprio, para a ponte, num gesto heróico que galvanizou para a resistência tôdas as energias dos seus comandados. A espada em punho, esporeando o ginete, apesar dos seus 65 anos, o velho guerreiro avançou pela ponte, por entre a metralha, gritando aos seus soldados:

— Sigam-me os que forem brasileiros!

No aceso da luta, em que se empenhava à frente do 24.º Batalhão de Voluntários da Pátria, os padioleiros se precipitam para transportar os feridos para a retaguarda. Deodoro vê que dois dêles conduzem, numa maca, um oficial coberto de sangue. Um pano cobre-lhe o rosto. Mas pelas divisas, no braço pendente, nota que é um major. Pergunta se sabem quem seja. E a resposta é a confirmação do que tanto temia. O moribundo era seu irmão Eduardo, — o major Eduardo Emiliano da Fonseca, comandante do 40.º de Voluntários da Pátria. Sua fisionomia se anuvia, os olhos faíscam, os músculos se contraem. Atira-se para a frente levando seus homens ao encontro do inimigo. Outro irmão, Hermes Ernesto, comandante da 8.ª Brigada, tombara igualmente, ferido numa das pernas por uma bala paraguaia, sendo forçado a passar o comando. Por fim, é o próprio Deodoro quem tomba, atingido no baixo ventre por uma bala de fuzil que, felizmente, não traspassa senão as camadas musculares, Nenhum dêles foi poupado... Não houve um só dos oficiais da família Fonseca presentes à batalha de Itororó que não pagasse tributo de sangue. As nossas baixas são de 1.864

homens, dos quais 149 são oficiais. Um dêstes, era o general Hilário Gurjão, que morreu em conseqüência dos ferimentos então recebidos.

Um dos cunhos de festividade, com que eram marcadas as nossas vitórias, consistia na iluminação das fachadas das casas, ornadas de guirlandas e bandeirolas. Assim também se procederia na Côrte, ao ser divulgada a notícia da decisão favorável às nossas armas na batalha de Itororó. E com maior razão ainda, porque tal notícia significava, antes de tudo, a aproximação do fim da guerra. Na casa de dona Rosa Maria Paulina da Fonseca, êsses preparativos eram feitos, como de costume, quando ali chega um emissário do Ministério da Guerra, que em nome do imperador vem trazer pêsames à estóica viúva pela morte heróica de seu filho Eduardo Emiliano. E, mais ainda: acrescenta que há dois outros feridos, no hospital de sangue, em vias, porém, de recuperação. Imediatamente retraem-se tôdas as pessoas da família, que preparavam a decoração festiva da casa. Mas dona Rosa Maria Paulina da Fonseca ordena que continuem os preparativos.

— O que importa é a vitória alcançada pela nossa Pátria, que êles foram defender...

E a fachada continuou iluminada, embora ela e as filhas, lá dentro, chorassem a morte de Eduardo Emiliano, e as espôsas de Hermes e Deodoro, dona Rita e dona Mariana, rezassem entre lágrimas aos santos de sua devoção pela volta de seus maridos...

* * *

Caxias não dá tréguas ao inimigo. Cinco dias depois, saindo em perseguição às fôrças paraguaias, as tropas brasileiras travam a batalha do Avaí, para mais uma vez desbaratar a resistência do inimigo. O comandante paraguaio, general Caballero, é sem dúvida um bravo. Mas que pode fazer com 5.000 homens e 18 peças de artilharia contra um corpo de exército de mais de 20.000 homens, dos quais só a cavalaria tem 4.100 soldados, além de 26 canhões? Se estivessem em posições vantajosas, bem fortificados, como em Curupaiti, ainda poderiam fazer face aos adversários. Mas em campo raso, sem fortificações, numa luta a descoberto,

todo o heroísmo paraguaio era inútil. Ofereciam-se cinco mil soldados a um verdadeiro massacre. Formando um quadrado, resistiram valorosamente, pelejando com insuperável heroísmo, mas foram implacàvelmente aniquilados. Apenas o general Caballero e o general Valois Rivarola, êste ferido, e uns cem soldados, puderam retirar-se, alcançando o acampamento de Solano Lopez. 3.600 paraguaios foram mortos e 1.400 feitos prisioneiros, sendo que dêstes 600 estavam feridos. Tivemos 1.729 baixas, sendo 279 mortos. 96 dos oficiais ficaram feridos, um dêstes o general Osório, atingido em pleno rosto. Em conseqüência desta ação, as fôrças brasileiras foram ocupar Vileta, à margem do rio Paraguai. No mês de dezembro, ante a esmagadora ofensiva aliada, Solano Lopez perdera, até então, 7.000 homens. Suas fôrças se exauriam. Não dispunha, agora, senão de cêrca de 13.000 homens, ocupando as posições de Piquissiri, Angostura, Lomas Valentinas. 10.000 a 12.000, diz Juan E. O'Leary, historiador paraguaio, acrescentando que êstes eram, em grande parte, velhos, meninos e feridos ainda em convalescença. É uma declaração que não faz senão agravar a situação de Lopez, querendo mover guerra a uma fôrça numerosa com os frangalhos de um exército aniquilado por sucessivas derrotas. É preciso abreviar a guerra, já prolongada demais, e Caxias lança seus 19.415 homens, com vinte e seis canhões, contra os remanescentes do poderio militar de Lopez em Lomas Valentinas. Precisamente no dia em que se vai ferir essa batalha é que Solano Lopez faz executar seu irmão Benigno e os conspiradores a êle ligados. Escapa apenas um, o coronel Martinez, que se oferece, depois, aos brasileiros e serve de guia às nossas fôrças na última fase da guerra. Na ausência dêste, Lopez manda fuzilar-lhe a espôsa, Juliana Insfrán de Martinez, que é acompanhada, no seu sacrifício, por duas outras senhoras, Dolores Recalde e Maria de Jesus Egusquiza, também ligadas a elementos suspeitos. Em Lomas Valentinas, perecem alguns dos melhores oficiais de Lopez, entre os quais Valois Rivarola, ferido em Avaí, mas forçado a voltar ao seu pôsto de comando. Nessa batalha, o próprio Lopez assumiu a direção das operações, tentando incutir mais confiança às suas tropas, e viu cair feridos e mortos, a seu lado, alguns dos seus ajudantes. Batalha tão desigual

não podia terminar senão com a derrota das fôrças paraguaias, que tiveram de bater em retirada. Entretanto, lutaram durante três dias seguidos, só abandonando o campo da luta na tarde de 23 de dezembro. Os paraguaios perderam 8.000 homens. As perdas brasileiras subiram a 5.805. Na madrugada de 24 de dezembro, um emissário brasileiro, arvorando bandeira branca, levou às linhas paraguaias uma intimação assinada conjuntamente por Caxias, o general argentino Gelly y Obes e o general uruguaio Enrique Castro, intimando Solano Lopez a depor as armas. Davam-lhe uma trégua de doze horas para decidir-se.

Respondeu Lopez com uma nota na qual dizia: "Vossas excelências não têm o direito de acusar-me perante a República do Paraguai, minha pátria, porque eu a defendi, defendo e defenderei sempre. Ela me impôs êsse dever, e eu me glorifico por cumpri-lo até ao último extremo, pois quanto ao mais, legando à história os meus feitos, só a Deus devo dar conta. E se ainda deve correr sangue, Êle tomará conta daquele sôbre quem tenha pesado a responsabilidade. Eu, por minha parte, estou até agora disposto a tratar da terminação da guerra em bases igualmente honrosas para todos os beligerantes. Mas não estou disposto a ouvir uma intimação de deposição das armas". Terminou dizendo que, por sua vez, convidava os generais aliados a tratar da paz, o que fazia por humanidade, respeito à religião e à civilização.

Recebida essa resposta quixotesca, a fuzilaria recomeçou, aniquilando as últimas resistências paraguaias, enquanto Lopez e seu estado-maior se retiravam para Cerro-León. A 30 de dezembro, rendia-se Angostura, onde havia quase 2.000 homens, — 130 oficiais e 1.777 inferiores, dêstes 421 feridos, ali isolados pela hábil manobra de Caxias. A 1.° de janeiro, uma brigada de infantaria, sob o comando do coronel Hermes da Fonseca, ocupa a cidade de Assunção, sem encontrar resistência, e a 5 ali dá entrada Caxias, à frente do Exército vitorioso. Chegava ao fim de sua jornada. Velho e enfêrmo, sofre um desmaio durante o Te-Deum celebrado em Assunção pela ocupação da cidade. E daí, em breve, regressará ao Brasil.

UNIVERSIDADE DO BRASIL
SEÇÃO DE REGISTRO
BIBLIOTECA CENTRAL
Bibl. Central

A Campanha da Cordilheira

Caxias dá por finda a guerra — Nomeação do Conde d'Eu para o comando em chefe — Elevação de Caxias a duque — Perseguição aos remanescentes do exército de Lopez — O triunvirato de Assunção — Abolição do cativeiro no Paraguai — Opinião sincera sôbre três "excelências"... — Negócios ferroviários de Quintino Bocaiúva — Quando os republicanos transigiam — Prontos, até, para aceitar o Conde d'Eu como imperador... — Ações em que Deodoro se distinguiu — A batalha de Campo Grande — Morte do ditador em Cerro-Corá — Como se deu o trágico episódio.

COM A FUGA DE Solano Lopez para a região montanhosa do Paraguai e com a ocupação de Assunção, o comandante em chefe das fôrças brasileiras, Marquês de Caxias, firmou a convicção de que a guerra estava terminada e de que sua missão se encerrara. Expediu, a 14 janeiro de 1869, a ordem do dia n.° 272, em que fazia estas declarações: "Os importantíssimos acontecimentos e vitórias as mais completas por nós alcançadas, durante os memoráveis vinte e cinco dias do mês de dezembro próximo passado, puseram têrmo, em minha opinião, à guerra do Paraguai. O ditador Lopez foge atônito e espavorido diante dos nossos soldados triunfantes, até que possa efetuar, se lhe fôr possível, sua fuga para fora do Paraguai. Nas condições críticas em que nossas manobras e a intrepidez de nossos soldados o colocaram, restar-lhe-ia a pequena guerra, de recursos, se a República do Paraguai não estivesse, como está, completamente exausta dêles." Por fim, declarava o ilustre chefe militar: "A guerra chegou ao seu têrmo, e o Exército e a esquadra brasileira podem ufanar-se de haver combatido pela mais justa e santa de tôdas as causas".

Era a despedida de Caxias, que, cansado da longa e dura campanha, e com a saúde abalada, passa em seguida o comando e embarca de regresso ao Brasil.

Para a Tríplice Aliança, contudo, a guerra não estava finda. As três nações, unidas pelo pacto de 1865, longe de aceitar a ocupação da capital do Paraguai é a fuga do ditador como o fim da guerra, haviam decidido impor a capitulação a Francisco Solano Lopez e ao resto de suas fôrças, ainda em número bastante elevado. Para a região a leste de Assunção, transferira o ditador a fábrica de pólvora e a fundição em que eram fabricados canhões para o seu exército, além de outros elementos valiosos para a continuação da luta, entre os quais depósitos de armas e munições. O govêrno imperial, aceitando a demissão de Caxias, elevou-o, a 23 de março de 1869, como prêmio aos seus serviços, à dignidade de duque, honra pela primeira vez concedida a um filho do país. Na véspera, isto é, a 22 de março, apesar dos protestos e das lágrimas da princesa Isabel, que de nenhum modo queria separar-se do seu querido Gaston, o imperador nomeava o marechal Conde d'Eu, para substituí-lo no comando das fôrças brasileiras. Não era o genro de D. Pedro II inteiramente jejuno nas artes da guerra. Ao contrário, trazia alguma experiência, adquirida no exército colonial espanhol, nas lutas de Marrocos, contra o sultão Muley-Abbas, precisamente no gênero de operações que o Duque de Caxias qualificava de "pequena guerra". Fôra ajudante de ordens do vencedor da batalha de Tetuan. Estudara na Escola Militar de Segóvia, mostrando-se sempre interessado, no Brasil, pelos assuntos militares. Ao chegar ao Paraguai, para assumir o seu pôsto, procurou, desde logo, os conselhos dos chefes militares de maior experiência, entre os quais o Visconde de Herval, Manuel Luís Osório, que, em breve, seria elevado a marquês. Não lhe faltavam, porém, qualidades de mando e bravura pessoal, do que deu provas no curso da "campanha da Cordilheira".

Um dos seus primeiros cuidados foi organizar dois corpos de exército, entregando o comando de um dêles a Osório e o outro ao general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, futuro Visconde de Santa Teresa. Ambos se retirariam antes de terminada a campanha, transferindo a homens mais moços

e, de melhor saúde as responsabilidades que lhes pesavam sôbre os ombros. Ao lado dêstes ilustres subcomandantes, distinguiam-se o marechal Victorino José Carneiro Monteiro, futuro Barão de São Borja, os brigadeiros José Antônio Correia da Câmara (futuro Visconde de Pelotas), João Manuel Mena Barreto, José Antônio Mena Barreto, José Auto da Silva Guimarães, Emílio Luís Mallet (futuro Barão de Itapevi), êste no comando da artilharia. E um grupo de coronéis, entre os quais Manuel Deodoro da Fonseca, Herculano Sancho da Silva Pedra, Hermes Ernesto da Fonseca, Manuel de Oliveira Bueno, Vanderlei Lins, Francisco Lourenço de Araújo, o tenente-coronel Floriano Peixoto, e muitos outros, de igual patente e de graduação inferior.

A intenção de Solano Lopez estava longe de ser a de uma "fuga para fora do Paraguai", se possível, como Caxias assinalara em sua famosa ordem do dia. A remoção, para a sua capital provisória, da fábrica de pólvora e da fundição de peças de artilharia denotava o intuito de permanecer no território paraguaio e de resistir aos exércitos da Tríplice Aliança. Se sua intenção fôsse simplesmente a de fugir, não lhe teria sido, talvez, impossível alcançar o território da Bolívia, onde ainda se mantinha no poder seu amigo e admirador entusiástico, o ditador D. Manuel Mariano Melgarejo, por quem seria, decerto, muito bem acolhido. Sua verdadeira intenção não era, senão, a de recorrer à guerrilha, numa resistência desesperada, para que os adversários escolhessem uma destas soluções: ou ignorá-lo, deixando que ficasse homiziado em seu reduto montanhês, como uma ameaça potencial, ou acossá-lo até a capitulação incondicional ou o completo extermínio. Coube principalmente às fôrças brasileiras essa tarefa, em que também colaboraram, em escala menor, com destacamentos quase simbólicos, as fôrças argentinas, sob o comando do general Emílio Mitre, e as uruguaias, sob o comando do general Enrique Castro.

Chegando a Assunção, o primeiro cuidado do Conde d'Eu foi organizar as fôrças aliadas para lançar a ofensiva final. Antes disso, porém, as operações de reconhecimento prosseguiram, incessantemente. A 25 de maio, fôrças paraguaias foram surpreendidas, em Cerro-Léon, por uma coluna comandada pelo coronel Manuel Cipriano de Morais, da

Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. Depois de breve combate, o inimigo, com 60 baixas, entre mortos e feridos, teve de bater em retirada, abandonando numerosos prisioneiros, entre os quais o ex-sargento Cirilo Rivarola, inimizado com Solano Lopez e que viria a ser, pouco tempo depois, um dos membros do govêrno provisório paraguaio. No dia seguinte, duas foram as ações que se verificaram. A primeira, em Paraguari, resultou de um encontro entre a cavalaria comandada pelo coronel Vasco Alves Pereira e uma fôrça paraguaia. A segunda foi um reconhecimento às posições inimigas, nas imediações de Piraju, por uma coluna comandada pelo coronel Manuel Deodoro da Fonseca e formada pela 8.ª Brigada de Infantaria e a 8.ª Brigada de Cavalaria, juntamente com duas baterias do 2.º Corpo de Artilharia a Cavalo. Deodoro descreve, em documento oficial, o que foi êsse contacto: "Ao aproximar-se a coluna reconhecedora, fôrça inimiga, descendo do alto da montanha, parecia que vinha recebê-la. Impossível foi calcular seu número, porque fazia seus movimentos por dentro da mata e apenas se podiam ver as partes que operavam nos claros da mata, foram vistas três extensas linhas de infantaria e dois grupos de cavalaria. Preparada a coluna para receber o inimigo e para penetrar no seu acampamento, conforme quisesse ou não dar combate no campo que existe contíguo ao acampamento, foi o inimigo retirando-se, dando lugar sòmente a que os nossos atiradores de cavalaria tiroteassem; a artilharia, em posição conveniente, fêz diferentes tiros, naturalmente proveitosos pela boa direção de seus projetis. Penetramos em seu acampamento sem a menor resistência e nossas linhas avançadas se estenderam junto à fralda da montanha, onde se ocultou o inimigo, que poucos tiros de fuzil nos dirigiu. Não nos quis dar o prazer de mais uma vitória para as armas brasileiras."

O resto dêsse documento se limita a descrever a natureza do terreno e as picadas existentes, além de uma tortuosa estrada de carrêta. A 30 de maio, verifica-se o combate de Tupium, em que as fôrças do brigadeiro Câmara derrotam uma divisão paraguaia, comandada pelo coronel Manuel Galeno. Foi uma ação importante, em que se registraram 800 baixas nas fileiras do inimigo, entre mortos e feridos, e

126 baixas nas nossas fileiras. A 8 de junho, o general João Manuel Mena Barreto se apodera das trincheiras inimigas em Sapucaí e derrota as fôrças do tenente-coronel Berval. A 8 de julho, o general Portinho obriga os paraguaios a abandonar as barrancas do Piraporaru e atravessa resolutamente êsse rio. Suas fôrças, a 20 do mesmo mês, alcançam Passo-Xará, no Tebicuari, e entram em contacto com a divisão paraguaia comandada pelo mesmo Berval, derrotando-a, no dia 21, em Bare-Cuê. Tivemos 67 baixas e os paraguaios, 140. No dia 1.º de agôsto, as posições paraguaias de Ascurra e Cabanas são reconhecidas pelas tropas brasileiras e as de Pedrosa pelos argentinos. A 5 de agôsto, o coronel Francisco Lourenço de Araújo, da Guarda Nacional da Bahia, à frente de uma coluna, toma duas trincheiras e duas bôcas de fogo, no desfiladeiro do Sapucaí. A 6 do mesmo mês, as fôrças do coronel Vanderlei Lins ocupam a picada de Castapuen, na subida de Valenzuela, obrigando os paraguaios a uma nova retirada. A 10 de agôsto, o coronel Manuel de Oliveira Bueno, em Barrero Grande, põe em fuga uma coluna paraguaia. Não são ações importantes, mas vão forçando o inimigo a ceder terreno, a abandonar posições, a retrair suas linhas e, finalmente, a aceitar combates de maior envergadura, como o de 12 de agôsto, em Peribebuí.

Nesta importante ação, a última de que participou o general Osório, Visconde do Herval, perderia a vida um dos mais bravos oficiais brasileiros, — o general João Manuel Mena Barreto, vencedor dos combates de São Borja, Potrero Obella, Jacaré e Taji. O 1.º e o 2.º Corpo de Exército participaram dêsse sangrento encontro. As nossas fôrças tiveram 557 baixas, 33 das quais por morte, ao passo que as tropas inimigas foram verdadeiramente destroçadas, elevando-se suas perdas a 700 mortos e 1.100 prisioneiros, dos quais 300 feridos.

Em Peribebuí, Solano Lopez tinha instalado sua capital provisória. Estabelecido o sítio, houve preparação pela artilharia, nos dias 10, 11 e 12 de agôsto, sendo finalmente lançado o ataque. Ainda que simples coronel, nessa ação Deodoro teve sob suas ordens uma brigada, composta por corpos do 1.º, do 10.º e do 16.º Batalhões de Infantaria. Pela parte assinada por Deodoro e por êle encaminhada ao seu superior, o coronel Pedra, comandante da divisão provisória de infan-

taria, vê-se bem o que foi sua atuação e da fôrça sob o seu comando. Eis o que diz essa parte — "Ilmo. Sr. Me é grato participar a V. Sa. que a brigada de meu comando, composta dos corpos 1.° (que me foi apresentado em substituição do 24.° de voluntários), 10.° e 16.° de infantaria, fazendo a testa da coluna no assalto de hoje sôbre o entrincheiramento da Vila de Peribebuí, cumpriu o seu dever em conseqüência do entusiasmo e valor de que, ainda esta vez, deram provas êsses corpos. Dispostos êles, conforme se me determinou, um em linha logo em seguida aos atiradores, e os outros dois em coluna cobrindo os flancos da linha, esperou a brigada o sinal de avançar. Dado êsse sinal seguiram os atiradores a passo acelerado sôbre o entrincheiramento, postando-se junto à contra-escarpa do fôsso, a fim de, com especialidade, ofender os serventes artilheiros que pretendiam metralhar nossas tropas; as duas bôcas de fogo que se achavam colocadas na cortina por onde assaltou a brigada só tiveram tempo de dar cada uma dois tiros, um ao avançar das tropas e o outro quase que à queima-roupa. Em seguida os atiradores, dignamente comandados pelos capitães Israel Bezerra de Meneses, do 16.° de infantaria, e João Pereira de Castro, do 27.° de voluntários, avançaram brilhante e distintamente, em linha, o 10.° batalhão, sob o comando do major Pedro Alves de Alencar, e em coluna o 1.° e o 16.°, êste comandado pelo major Felizardo Antônio Cabral e aquêle pelo tenente-coronel José Ângelo de Morais Rêgo. Avançar e penetrar no entrincheiramento foi coisa de pouco tempo para êsses bravos comandantes, que cônscios da grande vantagem em não demorar movimentos de tal natureza, dirigiram seus corpos de maneira a confirmar a boa reputação de que gozam. Havendo espaço suficiente na direita da linha do 10.° batalhão, o 16.° para com a máxima velocidade deitar maior número de praças dentro do entrincheiramento, fêz o assalto por alas, cabendo ao seu fiscal o major Heliodoro Francisco de Meneses ocasião de apear-se do cavalo para com denôdo galgar as trincheiras com a da ala de seu comando ao mesmo tempo que aquêles comandantes; aí, batendo-se a arma branca com o inimigo, matou um e feriu outro. O capitão Israel Bezerra de Meneses, dotado de muita atividade e valor, batendo-se da mesma maneira, teve a sorte de

ser lanceado pelo inimigo. Na ocasião do assalto fiz apear o capitão Joaquim Mendes Ourique Jacques, tenente Inácio Antônio Gomes de Oliveira e alferes Lopo de Almeida e Henrique Botelho de Melo, todos do meu estado-maior, para galgarem as trincheiras com os demais assaltantes. O cabo de esquadra Sabino Gregório da Costa e os soldados Manuel Francisco da Silva e Luís Paulo de Miranda, do 10.º batalhão de infantaria, com dedicação, valor e calma, colocaram-se junto a uma das bôcas de fogo e com tiros certeiros fizeram cair quatro dos artilheiros, inutilizando assim o serviço dessa bôca de fogo e prestando serviços dignos de menção. Antes de terminar devo fazer patente a minha gratidão aos soldados do 10.º batalhão Maximiano Bispo dos Anjos, Marcolino José de Oliveira e Francisco da Conceição pelo serviço particular que em combate me prestaram. A brigada teve 1 oficial e 4 praças de pré mortas; 2 oficiais e 69 praças feridas; 1 oficial e 4 praças contusas e uma praça extraviada. Deus guarde a V.ª S.ª — Acampamento da 8.ª brigada de infantaria em Peribebuí, 12 de agôsto de 1869. Ilmo. Sr. Coronel Herculano Sancho da Silva Pedra, comandante da divisão provisória de infantaria. — O Coronel Manuel Deodoro da Fonseca".

É evidente que êsse documento nos dá uma visão parcial, limitada, de apenas um setor da luta. Oferece, contudo, uma idéia perfeita de sua intensidade, mostrando que só na brigada de Deodoro se registraram mais de 80 baixas.

* * *

Coubera a José Maria da Silva Paranhos, um dos mais ilustres políticos da grei conservadora, a missão de substituir Francisco Octaviano de Almeida Rosa como delegado do Brasil no Prata. Francisco Octaviano regressara e fôra premiado, pelo imperador, com uma cadeira de senador, mandato vitalício, em 1867, e com a queda dos liberais era natural que um conservador assumisse a importante função diplomática por êle anteriormente desempenhada. José Maria da Silva Paranhos era o ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete chefiado pelo Visconde de Itaboraí, sucessor de

Zacarias de Góis e Vasconcelos e, assumindo o título de ministro plenipotenciário em missão especial, passou a pasta, interinamente, ao Barão de Cotegipe, e seguiu para Buenos Aires e, logo depois, para Assunção. Sua missão era organizar um govêrno provisório no Paraguai, de modo a preservar-lhe a independência. Com efeito, a 15 de agôsto de 1869, instalava-se, em Assunção, o govêrno organizado por iniciativa do Brasil e sob a tutela, como não podia deixar de ser, da Tríplice Aliança. Tal govêrno era constituído por um triunvirato de cidadãos que se declaravam simpáticos às nações vencedoras e dispostos a trabalhar em favor da reconstrução da pátria guarani, devastada por quase cinco anos de guerra e por uma longa e desapiedada ditadura. Carlos Loizaga, Cirilo Rivarola e José Diaz de Bedoya eram os nomes dos cidadãos que receberam a incumbência de governar o Paraguai, com as restrições impostas por um regime que era, ainda, de ocupação militar.

Não deixa de ser curioso que, pouco mais de um mês depois da instalação dêsse govêrno, tivesse o Conde d'Eu tomado a iniciativa de propor, — quase diríamos de impor, — à nação paraguaia a adoção de uma lei, sem dúvida progressista e humanitária, que no Brasil, todavia, ainda não vigorava: a da abolição da escravatura. O longo ofício do Conde d'Eu, datado de 12 de setembro de 1869, declarava o seguinte:

"Senhores: — Sôbre diversos pontos do território desta República, que já percorri à frente das fôrças em operações contra o ditador Lopez, aconteceu por vêzes de encontrar indivíduos, dizendo-se escravos de outros e entre êles numerosos dirigiram-se a mim, para pedir-me de lhes conceder a liberdade e de fornecer-lhes um verdadeiro motivo de se associarem à alegria, que experimentava a nação paraguaia vendo-se libertada do govêrno que a oprimia. Conceder-lhes o objeto de seu pedido fôra para mim uma doce ocasião de satisfazer os impulsos de meu coração, se tivesse eu poder para fazê-lo. Mas o govêrno provisório, do qual estão Vossas Excelências encarregadas estando felizmente constituído, é a êle a quem incumbe de decidir tôdas as questões, que interessam à administração civil do país. Não posso, pois, melhor agir do que dirigindo-me a Vossas Excelências, como o faço,

para chamar vossa atenção sôbre a sorte dêsses infelizes no momento exatamente em que se trata da emancipação para todo o Paraguai. Se lhes concedeis a liberdade, que êles imploram, rompereis solenemente com uma instituição, que foi desgraçadamente legada a vários povos da livre América por muitos séculos de despotismo e de deplorável ignorância. Tomando esta resolução, que pouco influirá sôbre a produção e recursos materiais dêste país, Vossas Excelências inaugurarão dignamente um govêrno destinado a reparar todos os males causados por uma longa tirania, e a conduzir a nação paraguaia pelo caminho da civilização que felicita os outros povos do mundo. Deus guarde a Vossas Excelências. — Gastão d'Orléans".

Todos êsses conceitos seriam aplicáveis ao Brasil, que desgraçadamente mantinha a instituição oriunda de muitos séculos de despotismo e de deplorável ignorância, recusando-se a trilhar o caminho da civilização que felicita os outros povos, apontado à nação ocupada pelo Conde d'Eu. As três "Excelências" que governavam o Paraguai, se tivessem alguma independência e pudessem falar-lhe de igual para igual, poderiam ter retorquido com suma ironia, perguntando por que razão o Brasil não dera ainda tal passo, ou afirmando que estariam prontos a declarar extinta a escravidão no Paraguai no mesmo dia em que o Brasil o fizesse... Mas as três "Excelências" não podiam, senão, se considerar muito honradas com a sugestão recebida e, assim, dias depois, a 2 de outubro de 1869, era firmado pelo triunvirato o decreto que declarava ficar "desde hoje totalmente extinta a escravidão em todo o território da República".

Vejamos, agora, qual a opinião íntima, o conceito real, porque secreto, em que o Conde d'Eu tinha as três "Excelências" que constituíam o Govêrno Provisório da República do Paraguai. Enquanto lhes prestava homenagens na correspondência oficial, assim se exprimia na sua correspondência particular, em carta que, a 29 de setembro de 1869, dirigia ao imperador: "Dos três membros do Govêrno Provisório o mais decente era o Bedoya, estabelecido há longos anos como estancieiro na Província de Buenos Aires; já não conhece quase nada o seu país. O Loizaga, que foi aceito por exigência dos argentinos, é um velho estúpido que se

emborracha diàriamente e o Rivarola era o sargento das fôrças de Lopez que guarneciam Cerro-Léon e foi aprisionado a 25 de março de 1869, quando se ocupou Piraju. Mandou fazer uma farda de brigadeiro para passar em Trindade uma revista ridícula da Legião Paraguaia".

Ou não haveria, então, muito o que escolher, no Paraguai, ou os homens de algum valor se escusavam ao triste mister de fazer parte do govêrno colaboracionista...

No Brasil, a repercussão da abolição da escravatura no Paraguai seria grande. Choveriam críticas de todos os lados. Os escravagistas, descontentes, veriam naquele ato um precedente perigoso, um passo dado imprudentemente pelo príncipe consorte, uma barretada aos radicais e um atentado que, ferindo a propriedade privada, ameaçaria desorganizar, senão mesmo arruinar as fôrças econômicas do país. Os abolicionistas, entre os quais já havia um Castro Alves, mas que não eram, ainda, muitos e organizados, reclamavam, insatisfeitos, contra a política de dois pesos e duas medidas, perguntando se a escravidão era execrável e infame no Paraguai e nobre e defensável no Brasil... A contradição entre um Brasil abolicionista no exterior e escravagista no interior era tão flagrante e as críticas a tal respeito tão procedentes que, aí, sem dúvida, encontraremos um dos motores ocultos que impulsionaram o gabinete conservador de José Maria da Silva Paranhos a apresentar, no Parlamento do Império, o projeto que se converteu na lei de 28 de setembro de 1871, — a do "ventre livre", segundo a qual não nasceriam mais escravos no Brasil. Note-se que o futuro Visconde do Rio Branco regressara, pouco antes, de sua missão diplomática especial no Paraguai.

Na capital do Império Brasileiro, os acontecimentos políticos vinham tomando feição nova. Os liberais, que haviam soltado o grito: "Reforma, ou revolução!", pretendiam forçar os adversários a reconhecer os direitos da oposição a se fazer representar condignamente na Câmara temporária. Queriam uma nova lei eleitoral, que garantisse e respeitasse a minoria, abolindo o triste espetáculo das câmaras unânimes. É bem verdade que até então o Partido Liberal só advogava com firmeza essas reivindicações quando no ostracismo. No poder, procedia exatamente como o par-

tido adverso, monopolizando os postos de govêrno e de representação em favor de seus correligionários, sem deixar à oposição a menor vantagem. O momento era de provação e, como era natural, os liberais se agitavam, fundando, em princípio de abril de 1869, o Clube da Reforma, no qual pretendiam amalgamar as duas correntes em que se cindira o partido, — a dos históricos e a dos progressistas. Servidos por um novo jornal, "A Reforma", em que se distinguiam as penas de Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Prêto; Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, Joaquim Serra, José Cesário de Faria Alvim e outros, assestavam rijos golpes contra o govêrno conservador, chefiado pelo Visconde de Itaboraí. Contudo, não reconquista o Partido a unidade. A ala extremada havia criado também o seu clube, — o Clube dos Radicais.

* * *

Por singular conjunto de circunstâncias, estariam no Paraguai, no período da guerra, embora sem vinculação e talvez mesmo sem qualquer contacto, os principais atôres do episódio que, dezenove anos após aquela campanha, marcaria o fim da monarquia: Manuel Deodoro da Fonseca, que faz a guerra de fio a pavio; Floriano Peixoto, que não apenas igualmente a fêz do princípio ao fim como ainda foi um dos últimos oficiais a se retirar de Assunção; Benjamin Constant, professor que, durante algum tempo, foi combatente no corpo de engenharia, mas acabou deixando a frente por motivos de saúde; e, ainda, Quintino Bocaiúva, que seria o principal elemento civil na articulação da conspiração que conduziu ao 15 de Novembro.

Cabe aqui uma palavra, em particular, sôbre a sua presença no Paraguai. Era Quintino Bocaiúva um homem inquieto, farejador de negócios, pleiteador de concessões, que por vêzes obteve, do Império, através de governos liberais. Muitos brasileiros de algum prestígio costumavam valer-se de tais concessões, menos para explorá-las diretamente, que para passá-las a terceiros, com lucros. Assim fêz Quintino Bocaiúva algumas vêzes. Mas um dos negócios êle o explorou diretamente, — e êste consistiu no arrendamento de uma estrada

de ferro, no Paraguai, com finalidade lucrativa, durante a guerra (*). Foi uma maneira que encontrou de procurar para si uma parte dos proventos que couberam aos fornecedores do exército em operações.

Entretanto, não chegou a embolsar os lucros que desejava obter, e foi-lhe sumamente difícil obter a liquidação de contas, pelas quais respondia o govêrno. Nomeou Quintino Bocaiúva um advogado, para promover a liquidação dessas contas, e êsse advogado foi Francisco Xavier da Cunha, seu futuro companheiro na redação de "A República" e, em 1890, ministro plenipotenciário do Brasil junto ao Reino da Itália.

Francisco Xavier da Cunha tentou obter do Conde d'Eu, sucessor do Duque de Caxias no comando do exército imperial em operações contra Lopez, a regularização daquelas contas. Dirigiu-lhe, nesse sentido, uma longa carta, que é um singular documento político. O original se encontra no arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis. E mostra até que ponto os republicanos, antes do manifesto de 1870, eram tíbios em sua ação e se mostravam dispostos a transigências com a monarquia. Francisco Xavier da Cunha, advogando com fervor a causa do seu amigo, chegava a acenar ao Conde d'Eu com a sua futura consagração como imperador! O trecho da carta, sôbre matéria política, vai aqui transcrito: "Falam neste momento a Vossa Alteza dois jornalistas. Temos antecedentes, que prezamos, na imprensa do nosso país, e convicções com as quais não transigimos. Seria feio para nós e guardaríamos um intolerável pêso em nossa consciência, se acaso Vossa Alteza por um momento pudesse formar um juízo menos favorável dos nossos caracteres. Tenho pressa, Senhor, em dissipar a sombra dêsse juízo. Além de tudo, exercemos para com Vossa Alteza uma lealdade. Ouça Vossa Alteza as nossas opiniões políticas. As monarquias constitucionais são uma engenhosa combinação de dois elementos de govêrno: autocracia e democracia, elementos antagônicos,

(*) Nas *Memórias*, do Visconde de TAUNAY, recentemente reeditadas, lê-se que ao rancho dos oficiais, em Valenzuela, "costumavam aparecer Quintino Bocaiúva, Jarbas Muniz Barreto e Fortinho, que pleiteavam diversos contratos de fornecimento". Taunay acrescenta: "O primeiro arrendara, em companhia do Ferreirinha, a estrada de ferro entre Assunção e Paraguari, do que tiravam bem magros proventos. Desde aí, pois, conheci Quintino e sempre o vi republicano, fôrça é confessar, empertigado e correto nos gestos e modos" (páginas 343-344, Edição Melhoramentos).

por isso que derivam de origens opostas: um nasce do privilégio, privilégio, é certo, arraigado nas profundezas do passado, o outro do direito. A dificuldade dêstes governos está em que o elemento autocrático, que representa a unidade do poder e, por conseqüência, a fôrça, se resigne à órbita que lhe está traçada; é de sua velha natureza o domínio absoluto e daí a fatal tendência para exorbitar. O elemento democrático, cioso de suas conquistas, penosamente alcançadas, e impulsado fatalmente à ampliação de todos os direitos, é por sua natureza suspicaz e reacionário. Os melhores reis são os que, cedendo com prudência aos impulsos democráticos, acompanham a onda, simulando, no entanto, dominá-la e dirigi-la. Nós acreditamos que as nações civilizadas marcham para a forma democrática pura irresistìvelmente; porque ela é a manifestação do direito no govêrno das sociedades. No entanto, aplicando a nossa crença ao Brasil, achamos que seria útil à nossa nação um bom período de aprendizagem política sob o regime monárquico constitucional. Seria uma prudente preparação para a forma mais perfeita a que aspiramos. Nestas idéias *a monarquia constitucional teria o nosso apoio*, modelando-se, por exemplo, pelas monarquias inglêsa e belga; isto é, o predomínio do elemento democrático sôbre o monárquico. Vossa Alteza, por sua posição política, está ìntimamente enlaçado aos destinos da nação brasileira. Ou Vossa Alteza se absterá inteiramente dos negócios, como o príncipe Alberto ou o rei Fernando; ou influirá indiretamente no govêrno como consorte da Imperatriz; *ou por um voto de nação assumirá diretamente o govêrno*, em homenagem aos grandes e relevantes serviços que Vossa Alteza tem prestado nesta guerra e às eminentes qualidades para o govêrno que tem revelado. *Qualquer que seja o caminho que Vossa Alteza adotar nas suas relações com a nação nos encontrará, humildes, pequenos, insignificantes, mas firmes, apoiando Vossa Alteza nas sendas que conduzirem às liberdades públicas.* Tais são, em resumidos têrmos, as nossas opiniões, no que elas possam relacionar-se com a entidade política de Vossa Alteza. Depois desta leal expansão, estou mais a gôsto, renovando o pedido do comêço desta carta. Termino pedindo outra coisa a Vossa Alteza, mas essa ùnicamente relativa a mim: é que Vossa Alteza tolere

e releve a linguagem, talvez demasiado livre, desta carta. Me animo a esperar que o faça; porque julgo o ilustre general Gastão de Orléans muito acima dos prejuízos com que de ordinário a lisonja estraga o caráter dos melhores príncipes. Sou, com o maior respeito, de Vossa Alteza, concidadão e criado atencioso. — *Francisco Xavier da Cunha.* Assunção, 31 de janeiro de 1870" (*). Os grifos são nossos...

* * *

Novamente a imprensa brasileira entra a clamar pela paz. Queria que se desse por terminada a guerra, mesmo com Solano Lopez e o resto do seu exército internados na região montanhosa do Paraguai. O "Jornal do Comércio", com o pêso de seu incontestável prestígio, assumia, nessa ocasião, papel semelhante ao de "A Opinião Liberal" no ano interior. A guerra estava cansando a nação, exaurindo-lhe os recursos, aniquilando a economia do Império. Aumentava a nossa dívida para com os banqueiros londrinos, Rothschild & Sons, — e mal terminada a guerra, teríamos de correr à Inglaterra, para negociar novo empréstimo. E por que não haveria de pensar assim a imprensa da capital do Império, se o próprio Conde d'Eu, comandante em chefe das fôrças em operações, por vêzes se manifestava da mesma forma, fatigado de correr ao encontro de um adversário fantasma, sempre esquivo e escorregadio, empenhado mais em evitar o combate do que em aceitá-lo? Numa de suas cartas, ao então Barão de Muritiba, ministro da Guerra, escrevia o Conde d'Eu, meses depois do início da campanha: "Se assim fôr, talvez não baste um ano para remover para aquêle lado a base de operações e pròver o exército em marcha. Há de se manter durante tão longo tempo o estado de guerra? Há de se continuar a dizer no

(*) Francisco Xavier da Cunha, (cujo irmão, Félix da Cunha, era uma das figuras mais esperançosas do Partido Liberal, que representara na Câmara dos Deputados do Império na legislatura de 1861-1864, como um dos membros da bancada do Rio Grande do Sul), depois de ter escrito artigos vitriólicos em vários jornais, entre os quais "A República", acomodara-se por mercê de um gabinete liberal no regaço de boa sinecura. A 13 de agôsto de 1889, a "Gazeta de Notícias" publicava, na primeira página a seu respeito, a seguinte notícia: "Consta-nos que vai ser nomeado cônsul do Brasil em Salto o Sr. Francisco Xavier da Cunha, atualmente administrador da ilha das Flôres". Com a República, porém, é que o diretor da Hospedaria de Imigrantes, cargo dado a Paula Ney, passou realmente para o serviço diplomático.

mundo que o Brasil sustenta uma guerra infinda contra uma espécie de cacique selvagem, oculto num canto do próprio território brasileiro? Não o julgo útil a nenhum respeito". Imaginava o príncipe consorte a possibilidade de embrenhar-se Lopez nas regiões desertas do sul de Mato Grosso, para fugir ao assédio das nossas fôrças. Ou se acoitaria na serra de Maracaju ou penetraria na Bolívia. Raciocínio, afinal, semelhante ao de Caxias, quando dera a guerra por terminada. Dois dias depois, em carta a Paranhos, o Conde d'Eu dizia: "Por isto, estou resolvido, quando tiver chegado a Curuguati, a consultar ao govêrno imperial se não quer declarar a guerra por finda com a tomada desta quarta capital. Pois do contrário, se não se aproveita êste ensejo, é muito de recear que acabe um dia ou outro pela confissão de nossa impotência".

São muito significativas essas palavras, porque, melhor do que quaisquer outras, mostram o estado de exasperação do jovem marechal ante o inimigo que, com assombrosa mobilidade, se deslocava para o interior cada vez mais remoto, conduzindo famílias, prisioneiros, gado, munições, estabelecimentos industriais militares, carrêtas com mantimentos, hoje aqui, amanhã ali, depois além, obrigando os adversários a exaustivas jornadas e a enfrentar privações, cada vez mais distanciados de sua base. Chegava a comparar a campanha da cordilheira com a ocupação da Argélia, trabalho para vinte anos. Era preciso encerrar a guerra, escrevia ao imperador, ponderando: "Do contrário, será uma guerra que cairá no ridículo: eis qual a recompensa de tantos sacrifícios". Mas nem o imperador, nem o seu ministro da Guerra, o severo e tenaz Barão de Muritiba, se deixaram convencer, quer pelas razões da imprensa, quer pelas do genro de D. Pedro II. A guerra tinha mesmo que continuar... E continuou, avançando as nossas fôrças através de picadas ínvias, de desfiladeiros, de terrenos alagadiços, em jornadas intermináveis e extenuantes...

Depois de ocupada a vila de Peribebuí, tinham as nossas tropas avançado, sem perda de tempo, em perseguição ao inimigo, convencidas de que o grosso das fôrças de Lopez não devia estar longe. A 16 de agôsto verificava-se uma das mais importantes batalhas dessa fase da guerra, a de Nhuguaçu, ou Campo Grande, que inspirou um dos quadros

guerreiros do pintor Pedro Américo. Com a tomada de Peribebuí, cortada completamente a linha de retirada que o inimigo preparara, as fôrças aliadas tinham investido contra Caacupé, a fim de tomar pela retaguarda as posições adversas. Seria um golpe mortal, um desastre que poria fim desde logo à guerra, se os paraguaios, reagindo ràpidamente, não procurassem desde logo inutilizar o plano aliado. Enviou o comando paraguaio uma fôrça de cavalaria para embargar os passos do exército do Conde d'Eu nas estreitas picadas que levavam a Caacupé, e ao mesmo tempo decidiu fazer precipitadamente uma retirada, das posições que ocupava, para as de Ascurra e Saneja-hu. Só por Caraguataí poderia escapar-se o inimigo e disto se deu conta o Conde d'Eu, que fêz o 2.º Corpo de Exército contramarchar e ocupar Barrero Grande.

À frente do 1.º Corpo de Exército, o Conde d'Eu ia no encalço do inimigo, enquanto que uma coluna argentino-brasileira, comandada pelo general Emílio Mitre, procurava atacar os paraguaios pelo flanco esquerdo. Em Caacupé, onde chegou em marcha forçada, o Conde d'Eu encontrou o grande hospital de sangue paraguaio, com seiscentos feridos, a fundição de artilharia de Solano Lopez, depósitos de víveres e artigos bélicos, além de 58 prisioneiros brasileiros. Uma pequena fôrça inimiga foi ainda alcançada, sendo feitos vários prisioneiros, além de mortos e feridos. No dia 16 de agôsto, o 2.º Corpo do Exército se encontrou com os paraguaios. O ribombar da artilharia serviu de aviso ao 1.º Corpo de Exército, que avançou, por sua vez, em marcha acelerada. Pouco depois, a vanguarda sob o comando do brigadeiro Vasco Alves Pereira avistava o inimigo, em linha de batalha, no vasto campo de Nhu-guaçu. Os paraguaios tinham estendido um extenso cordão de atiradores, que cobria tôda a frente, protegido por colunas de segunda linha e tendo uma reserva na extrema esquerda, escondida pelo mato. O cordão de atiradores era reforçado por peças de artilharia, distribuídas em tôda a extensão da linha. Faltava aos paraguaios tropa de cavalaria e o flanco esquerdo de suas fôrças se apoiava no arroio Peribebuí.

Coube à 2.ª Brigada de Infantaria, comandada pelo coronel João Antônio de Oliveira Valporto, estender a pri-

meira linha de atiradores, para enfrentar o fogo inimigo. Entraram também desde logo em ação quatro peças do 2.º Regimento de Artilharia a Cavalo, comandadas pelo capitão Luís Carlos Mourão Pinheiro. A essas fôrças, vieram reunir-se, engrossando-as, a 2.ª Brigada de Infantaria, comandada pelo coronel Francisco Lourenço de Araújo, e o resto do 2.º Regimento de Artilharia a Cavalo, comandado pelo coronel Manuel d'Almeida Gama Lôbo d'Eça. A 8.ª Brigada, comandada por Deodoro e reforçada pelo 4.º Batalhão de Infantaria, ficara na retaguarda, para garantir a estrada. No aceso da luta, recebe ordem de avançar, para envolver a direita do inimigo. Deodoro, deixando dois batalhões de reserva, seguiu com outros dois para executar o que lhe tinha sido determinado. Não cabe aqui uma descrição minuciosa de todos os movimentos que marcaram essa importante ação militar. O que importa é assinalar que, hàbilmente envolvido, o inimigo sofreu enormes perdas, batido de todos os lados e tendo, por fim, centenas de soldados largado as armas e fugido para os matos. Já estava selada a derrota dos paraguaios, quando chegaram, ainda, a 2.ª Divisão de Cavalaria, comandada pelo brigadeiro Câmara, e o 9.º e 13.º Batalhões do 2.º Corpo do Exército, que ajudaram a perseguir o inimigo já em retirada. Durara a ação cinco e meia horas, perdendo os paraguaios três mil e trezentos homens: 2.000 mortos, 800 feridos e 500 prisioneiros. Depois, mais de 1.000, perdidos nos matos, vieram entregar-se. As fôrças aliadas apreenderam 42 carrêtas de munições e armamento, 23 peças de artilharia e muitas bandeiras e, além disso, libertou numerosas famílias, mantidas prisioneiras pelo inimigo. A parte oficial dessa batalha faz menção especial de alguns oficiais. Deodoro é mencionado em seu período final: "A 3.ª divisão de infantaria lutou dignamente com o inimigo, animada pelo exemplo do seu distinto comandante, o intrépido brigadeiro Herculano Sanches da Silva Pedra que ia sendo vítima de sua arrojada dedicação, pois foi ligeiramente ferido por lança num dos movimentos mais renhidos da peleja. Foi êle valorosamente coadjuvado pelos respectivos comandantes de brigada, os valentes coronéis Manuel Deodoro da Fonseca, João Antônio de Oliveira Valporto e Francisco Lourenço de Araújo".

Na batalha de Nhu-Guaçu, o comando do 1.º Corpo de Exército, por decisão do Conde d'Eu, passara a ser exercido interinamente pelo brigadeiro José Luís Mena Barreto, pois que, tendo se agravado os padecimentos de Osório, permitira o príncipe que o Visconde do Herval se retirasse para a cidade de Assunção.

Daí por diante, durante seis meses, repetiram-se, a intervalos, os choques entre as fôrças aliadas e os remanescentes do outrora poderoso exército de Lopez. Guiado por perfeitos conhecedores do terreno, o ditador paraguaio conseguia retardar o desenlace da luta e, de quando em quando, ocasionava algumas baixas nas fileiras adversas, sem, todavia, poder alimentar qualquer esperança de vitória. Para Lopez, a luta era uma série de longos e acidentados recuos, entrecortada de escaramuças e emboscadas. Para os aliados era um avanço lento, mas seguro e implacável. Depois de Nhu-Guaçu, deu-se o encontro de Caaguatu, a 20 de setembro, no qual o coronel Hermes Ernesto da Fonseca, à frente do 6.º Batalhão de Infantaria, se apoderou de um desfiladeiro, com apenas doze baixas, duas por morte e dez por ferimentos. Graças a isso, as tropas transpuseram a serra de Caaguatu e ocuparam a povoação de São Joaquim. A 13 de outubro, chegava a Santo Estanislau o grosso das nossas fôrças em operações. A marcha prosseguiu até Potrero-Capivari, onde chegaram a 15. Foi aí estabelecido o quartel-general, de 17 de outubro a 2 de dezembro. Representou êsse período uma das fases críticas da campanha, menos pelo assédio do inimigo, do que pelas deficiências de abastecimento. Tão grande foi a demora na remessa de víveres que os soldados chegaram a passar fome durante alguns dias, dando isso lugar a veemente protesto do Conde d'Eu contra o mal organizado serviço de abastecimento e desídia dos fornecedores do exército. A 18 de outubro, o coronel João Nunes da Silva Tavares, futuro Barão de Itaqui, comandando uma vanguarda das fôrças do brigadeiro Câmara, desalojou os paraguaios do Passo Acapitigó, e a 19 derrotava, em Passo Maraujaí, parte de uma divisão paraguaia, comandada pelo coronel Cañete. Êste bateu em retirada, com 900 homens, mas foi-lhe ao encontro o brigadeiro Câmara, que os desbaratou no Passo Itapitanguá. Dois canhões,

três bandeiras, oitenta mortos e cento e noventa e cinco prisioneiros foram as perdas paraguaias, contra apenas quatro mortos e vinte e sete feridos nas hostes brasileiras. No mesmo mês, a 25, foram os paraguaios batidos em Passo-Itá, por um contingente comandado pelo major da Guarda Nacional, Francisco Antônio Martins. A 10 de novembro, êsse mesmo major, à frente do 21.º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, derrotou em Sanguina-Cuê as fôrças inimigas do coronel Cañete. A 28 de novembro, eram batidos os paraguaios em Jejui-guaçu, avançando em seguida as nossas fôrças, sob o comando do coronel Fidélis Pais da Silva, até a vila de Iguatemi. Foi destruída a fábrica de pólvora dos paraguaios em Itanerã e cêrca de quatro mil prisioneiros, encontrados naquela vila, foram postos em liberdade.

Solano Lopez quase fôra surpreendido em Itanerã. Apenas três dias antes tinha o ditador levantado o seu acampamento, seguindo para Panadero. Ante tal notícia, o Conde d'Eu resolveu transferir o seu quartel-general, de Potrero-Capivari, para a vila de Curanguati, mais próxima do novo centro das operações. Entre 25 e 28 de dezembro, o brigadeiro Câmara, por sua vez, estabelecera também contacto com o inimigo, acossando-o em sua retirada e causando-lhe baixas, sob um calor abrasador, tão inclemente que vários dos nossos soldados pereceram de insolação. Outras ações menores, de que participou a cavalaria da Guarda Nacional, tiveram também resultado frutuoso. O inimigo enfraquecia, cada vez mais, e a vitória final se aproximava.

O mês de dezembro nada assinalou de importante. Mas já no dia 2 de janeiro de 1870, as fôrças comandadas pelo coronel Silva Tavares tomavam as trincheiras que os paraguaios tinham ocupado às margens do rio Verde, e no dia seguinte era igualmente tomado o reduto de Cambaceguá pelas fôrças sob o comando do coronel Joaquim José de Magalhães. A 11, registrava-se o combate de Lomaruguá, em que as fôrças do brigadeiro Câmara derrotavam as do coronel paraguaio Inácio Genes. Além dos mortos e feridos, foram feitos 154 prisioneiros. Os valentes soldados de Solano Lopez, curtidos por tôda a sorte de privações, desalentados, sem esperança de vitória, contagiados, sem dúvida, pela desmoralização dos seus chefes, entregavam-se agora cada vez com maior faci-

lidade. As sucessivas derrotas fazem com que Solano Lopez e seus homens se internem cada vez mais nas regiões inóspitas, a nordeste do Paraguai. Torna-se difícil, daqui por diante, entrar em contacto com os fugitivos.

Os últimos dias de janeiro e todo o mês de fevereiro transcorrem sem nenhuma ação importante a assinalar. Mas as fôrças do brigadeiro Câmara avançam cada vez mais. Só na manhã de 1.º de março de 1870, — quase sete meses depois de lançada a campanha da cordilheira, — a vanguarda daquelas fôrças se encontram, finalmente, com as do inimigo, comandadas pessoalmente por Solano Lopez. As margens do Aquidabã foram testemunhas do último ato da tragédia paraguaia. Travou-se curto e intenso combate. Logo se tornou evidente a derrota. Fazendo-se acompanhar por dois ou três dos seus oficiais, o marechal Lopez empreende a fuga, em direção às matas de Aquidabã-Mingui. Lançam-se em sua perseguição o major José Simeão de Oliveira e mais dois soldados de cavalaria da Guarda Nacional (*).

A certa altura, Lopez se apeou do cavalo que montava e se embrenhou no matagal. O brigadeiro Câmara alcança o major, que lhe indica o rumo tomado pelo ditador. Sem perda de um minuto, o brigadeiro segue na direção indicada. Os dois soldados, que encontra logo adiante, lhe declaram que Lopez parecia estar ferido.

— Acompanhem-me! Vamos! — ordena o brigadeiro.

Pouco depois, confirma-se o que lhe haviam dito as duas praças. O marechal paraguaio é encontrado, caído, na margem esquerda do Aquidabã-Mingui, bem junto ao rio. Apoiava o corpo sôbre o braço esquerdo e tinha, na mão direita, a espada desembainhada. Ao seu lado, também de espada em punho, estavam os dois soldados que o acompanhavam.

— Sou o brigadeiro Câmara, comandante da fôrça brasileira. Considere-se prisioneiro, marechal Lopez, e lhe garantirei a vida.

(*) Acompanhamos na descrição dêste episódio, com o maior rigor, a versão escrita a 8 de março de 1880 pelo já então marechal Câmara, Visconde de Pelotas, e publicada pela imprensa, como contestação ao relato do conselheiro Luís Schneider. Esta versão foi reproduzida na "Gazeta de Notícias", de 23 de março daquele ano.

— Não me rendo! Morro com minha pátria! — foi a resposta de Lopez, que, com uma cutilada, tentou alcançar o brigadeiro.

O oficial que se encontrava à direita do ditador paraguaio imitou-lhe o exemplo, tentando ferir o chefe militar brasileiro. Mas um dos soldados que a êste acompanhavam fêz fogo e prostrou-o sem vida. O outro oficial tentou fugir e foi igualmente morto.

— Renda-se, marechal! — intimou de novo o brigadeiro Câmara.

— Não me rendo! Morro com minha pátria!

— Tirem-lhe a espada! — gritou o brigadeiro a um soldado do 9.º Batalhão de Infantaria, que chegava.

Obedecendo, o soldado segurou o punho da espada, tentando arrebatá-la ao ferido. Nesse momento, dada a posição em que se encontrava, o ditador paraguaio caiu no rio, ficando o seu corpo submerso. Com esfôrço, logrou, ainda, levantar a cabeça, mas de novo submergiu e dessa vez expirou. Recolhido o cadáver, verificou-se que Solano Lopez tinha sido mortalmente ferido no baixo ventre. Tal ferimento impedira a sua fuga. Foi o corpo do malogrado ditador conduzido para o acampamento que, pouco antes, êle havia ocupado. E o entêrro se realizou, sob as vistas de sua velha mãe e de suas duas irmãs, que haviam acompanhado o exército em fuga. Com a morte de Lopez, que soube, ao menos, desaparecer como um bravo, no campo da luta, estava encerrada, finalmente, a áspera guerra que lavrava desde o início de 1865.

Ao Sôpro das Idéias Republicanas

Regressam as fôrças vitoriosas na guerra do Paraguai — Reflexos no Brasil dos acontecimentos exteriores — Os liberais batem-se pela reforma eleitoral — "A República" e o manifesto de 1870 — Deodoro e a homenagem ao Marquês do Herval — Primeira tentativa de sedução de Deodoro — O ataque à redação do jornal republicano — Ferreira Viana defende a liberdade de opinião — O congresso republicano.

É FATO INCONTESTÁVEL que a guerra com o Paraguai favoreceu a ascensão social e política de uma fôrça nova, representada pelos militares, prestigiados pelo triunfo nos campos de batalha e fortalecidos por laços de solidariedade que se desenvolveram sob o estímulo da luta contra o inimigo comum (*).

A 23 de fevereiro de 1870 desembarcaram, na cidade do Rio de Janeiro, de regresso dos campos de batalha do Paraguai, os primeiros batalhões de Voluntários da Pátria. A recepção não foi apenas festiva, mas apoteótica. As ruas estavam apinhadas de populares, que aplaudiam os soldados vitoriosos, em seu desfile pelo centro da cidade. De quando em quando, havia uma pausa no desfile, para que se fizessem

(*) Segundo OLIVEIRA LIMA, o govêrno pressentira o perigo da formação de um forte espírito de caserna. O chefe do gabinete, Visconde de Itaboraí, e seu ministro da Guerra, o então Visconde de Muritiba, chegaram a pensar em medidas que fizessem esfriar o entusiasmo das tropas vitoriosas. Diz aquêle historiador: "Preocupava-o especialmente a volta dos voluntários e imaginou despi-la de tôda pompa, fragmentando as unidades, dissimulando os estandartes, abafando as músicas. Foi o comandante em chefe, Conde d'Eu, quem protestou e ameaçou resignar seu cargo se se insistisse no que êle denominava, numa carta particular escrita ao então Visconde de Lajes, "uma traição para com seus companheiros d'armas". Oliveira Lima diz ter tido em mãos essa carta, graças a uma gentileza do Dr. Sebastião de Carvalho, filho do Conde de Lajes (*O Império Brasileiro*, pág. 146).

ouvir oradores. Um dêstes foi o poeta Luís Guimarães Júnior, que recitou, entusiasmado:

"Voltais tão cheios de glória,
Vejo-vos tanto crescer,
Que o livro da nossa História
Não pode mais vos conter!

Eis-vos, enfim! São tão grandes
Vossos vultos imortais,
Que compará-los aos Andes
Fôra abaixá-los demais!"

Na Praça da Constituição, o orador é Alfredo Braga, que lê versos igualmente arroubados. Na rua Sete de Setembro, fala Alberto Costa, por delegação da Euterpe Comercial Tenentes do Diabo. Mais adiante é Franklin Dória, o futuro Barão de Loreto, que lê uma poesia muito pobre de inspiração poética, porém rica de patriotismo, na qual celebra o Conde d'Eu, da seguinte forma:

"Tu, de Orléans descendente,
Tu, bravo de Tetuão,
Colheste um laurel virente
Da pátria na defensão".

Não contente com isto, faz ler à noite, pelo ator Furtado Coelho, no Teatro São Luís, uma poesia ainda mais longa, com fartos elogios ao Conde d'Eu e ao exército vitorioso. Em todos os teatros há homenagens desta espécie. Na Fênix Dramática, o poeta Otaviano Hudson celebra Osório, "o colosso dos pampas", e os voluntários do Norte, em longa poesia neste tom:

"São filhos do Norte, do Norte brasílio,
Da terra sagrada por tantos guerreiros,
São filhos do Norte, são bravos da pátria,
São filhos do Norte, heróis brasileiros"

Poesia de circunstância, mal alinhavada, mas que nem por isso deixava de suscitar vigorosos aplausos. No meio de tudo isso, como uma nota humana e expressiva, de animação ao abolicionismo, a revista "Vida Fluminense" publicava um desenho, de página inteira, mostrando um herói negro, que voltava da frente de batalha livre e com o peito cheio de condecorações, e encontrava, em sua terra, ao voltar, os irmãos no tronco, sob o rêlho do feitor... Êsse desenho é um documento muito significativo do espírito da época. Tendo a guerra exercido um papel igualitário, principalmente em relação aos negros que lutaram menos para defender o Império, a que não deviam a menor lealdade, que pela conquista de sua própria liberdade, viria a influir na expansão das idéias republicanas e no recrudescimento da campanha em prol da supressão do cativeiro, campanha que imporia, logo em seguida, em 1871, a "lei do ventre livre".

Entretanto, outras causas concorreram poderosamente para impulsionar a marcha para a República. Os nossos historiadores em geral se preocupam apenas com os acontecimentos internos, sem atentar nos reflexos que aqui tiveram, como não podiam deixar de ter, acontecimentos externos que apaixonaram vivamente a opinião pública do nosso país. Tais acontecimentos trouxeram um alento considerável à propaganda republicana e fizeram com que o manifesto de 1870 tivesse uma repercussão que por si só não alcançaria, principalmente nos têrmos em que fôra vazado.

No ano de 1867, tinha sido liquidada a aventura imperial de Maximiliano, no México. Causa antipática, contra a qual se levantara a opinião de todo o continente, tivera, no entanto, a solidariedade de D. Pedro II, que se apressara a reconhecer a autoridade de seu primo, o Habsburgo empregado por Napoleão III. O trágico desfecho de Queretaro parecia uma nova indicação da vocação republicana do continente americano. Benito Juarez convertera-se para o nosso povo em símbolo de patriotismo e de bravura, o que explica o batismo de centenas de meninos brasileiros com tal nome. Em 1870, Napoleão III é, por sua vez, apeado do poder e reduzido à prisão e ao exílio. Renasce a República na França, sob a égide de Gambetta e de Thiers. Ao mesmo tempo, o movimento republicano espanhol toma impulso, pela voz de um

grande tribuno, Emílio Castelar, que levanta a bandeira da abolição da escravatura nas colônias americanas da Espanha, estigmatizando, com ferro em brasa, as condições desumanas da exploração do braço negro em Pôrto Rico. Conduziria êsse movimento à instituição do regime republicano, embora efêmeramente, sôbre as facções desavindas da monarquia espanhola, cindida pelas ambições de dois pretendentes ao trono. E chegavam ainda ao Brasil os últimos ecos da epopéia garibaldina, que, embora unindo a Itália sob a casa de Savóia, destronara reis e varrera dinastias, desafiando, por fim, os próprios poderes do Papa...

Tal era o panorama do mundo latino quando o imperador Pedro II compareceu, a 6 de maio de 1870, ante a Assembléia Geral, para inaugurar a sessão legislativa e ler a fala do trono em que anunciava a vitória das armas brasileiras. Foi com estas palavras que, em ambiente de grande vibração, marcado pouco antes pelos festejos populares com que eram recebidos, de regresso, os primeiros batalhões de Voluntários da Pátria, o imperador começou a sua alocução aos senadores e deputados: — "Possuído do mais vivo júbilo por achar-me rodeado da representação nacional, rendo graças ao Todo-Poderoso, e congratulo-me convosco pela feliz e gloriosa terminação da guerra que sustentamos, durante cinco anos, sempre com honra para as nossas armas, contra o ex-presidente da República do Paraguai. Realizou-se a fundada esperança que manifestei na abertura da passada sessão legislativa, de ver os nossos valentes soldados conduzidos à vitória final sob o comando do meu muito amado e prezado genro, o marechal Conde d'Eu. A confiança que depositei na firmeza e patriotismo dos brasileiros foi amplamente justificada; e a história atestará em todos os tempos que a geração atual mostrou-se constante e inabalável no pensamento unânime de desagravar a honra do Brasil. O regozijo de tôda a população do Império pelos gloriosos sucessos que puseram têrmo a tão nobres sacrifícios, o entusiasmo com que tem demonstrado seu reconhecimento aos Voluntários da Pátria, à Guarda Nacional, ao Exército e Armada, são homenagens devidas ao heroísmo, e recompensa merecida da dedicação que provaram à causa nacional. A valiosa cooperação de nossos bravos aliados muito concorreu para os

resultados obtidos na longa e porfiada luta em que nos empenhamos. Se o Brasil lamenta a perda de muitos de seus briosos filhos, resta-lhe a memória dos feitos que praticaram, preclaros exemplos de civismo e denôdo."

Como sempre acontecia, a Assembléia Geral parafraseou as palavras do soberano, na apresentação do voto de graças, subscrito por Ferreira Viana, Oliveira Junqueira e Andrade Figueira, acrescentando algumas expressões amáveis sôbre a era de paz que se iniciava e que viria dar maior impulso a todos os melhoramentos internos. Parecia que o Império ganhara, nessa luta, energias novas. A divergência entre conservadores, então no poder, e liberais, dêle alijados em 1868, sempre fizera parte do jôgo normal da política do Império, que consistia em manter, a intervalos irregulares, a rotação dos partidos tradicionais, segundo aconselhavam as circunstâncias ou as preferências do imperador. Entretanto, tomava corpo o novo movimento, de feição nìtidamente republicana, a que vinham ligar-se, desiludidos das fórmulas gastas em que se processava a política do Império, os elementos dissidentes do Partido Liberal. Vinculando-se a Quintino Bocaiúva e a Salvador de Mendonça, — que em breve seria atraído pelo imperador em troca de um bom lugar na diplomacia, — Saldanha Marinho consegue congregar nesse movimento vultos ilustres de políticos militantes, antigos deputados e ex-presidentes de províncias. Desde logo, pensam êles em criar uma imprensa republicana, sem a qual seria dificílimo, senão impossível, realizar qualquer trabalho eficiente de proselitismo.

Por sua vez, os homens do Partido Liberal, que no famoso manifesto de 1869, haviam lançado o brado intimativo: "Reforma ou Revolução!" através do seu órgão, "A Reforma", desfechavam vigorosa campanha em prol da Federação e contra o regime de fraude e compressão que prevalecia nas eleições, em que a representação dita nacional quase não passava de simples manipulação das oligarquias dominantes nas províncias, à sombra do poder imperial e dos gabinetes que ocasionalmente detinham a máquina do Estado. Longas tinham sido as proscrições dos liberais do govêrno, desde a queda de Paula Sousa em 1848 até à constituição do primeiro gabinete de Zacarias em 1862, com intervalo

apenas do período de trégua política do gabinete de concentração de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Agora, teriam de suportar, de 1868 a 1878, dez anos mais de predomínio total dos conservadores. Antes impacientes com a falta de oportunidade, irritados com a demora em serem chamados ao poder, sentindo-se esbulhados polìticamente, os liberais tinham algumas vêzes apelado para o recurso das armas, mas o insucesso das revoluções de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, lhes aconselhara outro caminho, o da campanha em prol da emancipação política das províncias e da reforma da lei eleitoral. No combate ao predomínio conservador, havia, assim, uma convergência de esforços dos republicanos e dos liberais, sendo muitas vêzes usados por aquêles contra a monarquia os argumentos que êstes, no ostracismo, lançavam contra os conservadores, que a representavam no poder.

Republicanos e liberais concordavam principalmente na necessidade de instituir-se, em lugar do Estado unitário, que prevalecia no Império, uma Federação de Estados, em que se converteriam as províncias ao adquirirem o direito de organizar, através do voto, os seus próprios governos, cassada ao soberano a prerrogativa que então tinha de nomear os seus presidentes, magistrados, autoridades e até mesmo os bispos e vigários. A diferença estava apenas nisto: se a insatisfação liberal gritava "prende", o radicalismo republicano acrescentava: "enforca!". Os liberais queriam reduzir o imperador a uma figura decorativa, — "o rei reina, mas não governa". Os republicanos achavam melhor suprimi-lo. O desencanto de muitos liberais os conduziu à República. Saldanha Marinho foi o primeiro. Rui Barbosa havia de ser o último.

* * *

Deodoro embarca a 14 de julho, em Humaitá, com destino ao Rio de Janeiro, juntamente com o 1.º Batalhão de Artilharia a Pé. Passa por Montevidéu a 1.º de agôsto e a 14 do mesmo mês desembarca na Côrte, para rever a espôsa e a mãe depois de uma ausência de seis anos! Não há depoimentos em que possamos nos apoiar para descrever êste

encontro. Entretanto, não é difícil imaginar-se quanto esta cena doméstica deve ter sido tocante: a espôsa para quem tinham terminado os longos dias e as longas noites de incerteza; a velha mãe espartana, de olhos sempre enxutos no momento das más notícias, mas talvez com lágrimas, naquela hora, por poder apertar de novo, em seus braços, o filho que voltava; o olhar triste da viúva de seu irmão Hipólito, tombado nos campos de batalha; o desconsôlo e a inveja do irmão Pedro Paulino, que devia ter sonhado com aquêles galões, com aquelas medalhas, com aquelas glórias, com aquêles ferimentos e aquelas citações, mas fôra obrigado, pelas precárias condições de saúde, a ficar como um guardador de saias, como o "homem da casa" ... Como compensação pelos longos anos de dura vida de acampamento, Deodoro vai ter agora, durante algum tempo, o aconchego do lar, a pacatez da rotina, a tranqüilidade de uma vida quase sem incidentes, enquanto aguarda a promoção ao generalato, a que, decerto, já fazia jus. Por decreto de 6 de setembro de 1870, é transferido da artilharia a pé para a artilharia montada, mas continua a fazer parte da guarnição da Côrte. É, talvez, com viva estranheza que, pouco tempo depois, vê iniciar-se a publicação de um novo órgão de imprensa cujo título é, nada menos, que "A República". Nada tem Deodoro com a política, até então. Menos ainda, com êsses turbulentos que, no próprio título de sua fôlha, estavam pregando a subversão do regime, a derrocada da monarquia, a supressão do trono!

Publica-se o novo jornal três vêzes por semana, como órgão de um vago Clube Republicano (*), que, então, se transforma em partido. No primeiro número, a 3 de dezembro de 1870, dá publicidade a um longo e veemente documento, com o título de "Manifesto do Partido Republicano". Começa com estas palavras: "É a voz de um partido que se alça hoje para falar ao país. E êsse partido não carece demonstrar sua legitimidade". O fundamento dessa legitimidade, segundo

(*) Além da publicação do trissemanário, o Clube Republicano desenvolvia um programa de conferências doutrinárias, as primeiras das quais foram feitas por Quintino Bocaiúva, Freitas Coutinho, Miguel Vieira Ferreira e Salvador de Mendonça. O melhor conferencista era o primeiro, possuidor de dons oratórios, e o pior o último, que logo desistiu de exercer tal missão.

o manifesto, reside no fato de que a reforma, alteração ou revogação da carta outorgada em 1824 nela própria está prevista.

A crítica ao regime então vigente é devastadora, cerrada, violenta, apoiada, antes de tudo, em manifestações dos próprios estadistas do Império. Excertos de Eusébio de Queirós, citações de Nabuco de Araújo, sentenças de Francisco Otaviano, frases de Saião Lobato, padre Pinto de Campos, Silveira da Mota, Cotegipe, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Barão de São Lourenço e outros, ilustram a análise impiedosa da estrutura política vigente. Os partidos estão mortos, sem fôrças e sem prestígio. As províncias entregues ao desalento, perdida a fé no govêrno do Império. Proclama a necessidade da convocação de uma Assembléia Constituinte, "com amplas faculdades para instaurar um novo regime", mas a sua idéia central, a grande bandeira que levanta, é menos a da República, de possibilidade remota, do que a da Federação, regime "baseado na independência recíproca das províncias, elevando-se à categoria de Estados próprios, ùnicamente ligados pelos vínculos da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interêsses da representação e da defesa exterior".

Segundo o manifesto, no Brasil "encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo", pois que "a topografia do nosso território, as zonas diversas em que êle se divide, os climas vários, as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar o govêrno local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território". O redator dêsse documento político fôra Quintino Bocaiúva, que acabara de voltar de uma viagem ao exterior, abrangendo países tão diversos e tão distantes quanto os Estados Unidos, a Argentina e o Paraguai. Nos Estados Unidos e na Argentina, observara instituições republicanas em funcionamento e testemunhara, com entusiasmo, o progresso de ambas as nações sob a égide de tal regime. Estava dominado pela idéia fixa de que o Brasil podia e devia ser também uma República, adotando, assim, o rumo seguido por todos os demais povos do continente, no qual continuava a ser uma exceção. Quem primeiro

assinara o manifesto fôra Saldanha Marinho. Seguiam-se cêrca de sessenta assinaturas, algumas mais, outras menos conhecidas. Entre aquelas estavam as de mais seis antigos deputados e do antigo presidente das províncias do Maranhão e do Ceará. Alguns, porém, não tardariam a converter-se, outra vez, em monarquistas... (*).

* * *

Pouco tempo depois do regresso do Paraguai, os oficiais que tinham servido sob as ordens de Osório tiveram a idéia de promover uma homenagem ao antigo chefe. Organizou-se uma comissão, sob a presidência de Deodoro, sendo passadas listas para que cada oficial contribuísse com determinada

(*) Eram êstes os signatários do manifesto de 1870 e as suas profissões e antecedentes políticos:

Dr. Joaquim Saldanha Marinho, advogado, ex-presidente de Minas e São Paulo, ex-deputado por Pernambuco; Dr. Aristides da Silveira Lôbo, advogado e ex-deputado por Alagoas; Cristiano Benedito Otôni, engenheiro, ex-deputado por Minas; Dr. Flávio Farnese, advogado e jornalista; Dr. Pedro Antônio Viana, advogado, ex-presidente do Ceará e Maranhão; Dr. Bernardino Pamplona, fazendeiro; João de Almeida, jornalista; Dr. Pedro Bandeira de Gouveia, médico; Dr. Francisco Rangel Pestana, advogado e jornalista; Dr. Henrique Limpo de Abreu, advogado e ex-deputado por Minas; Dr. Augusto César de Miranda Azevedo, médico; Elias Antônio Freire, negociante; Joaquim Garcia Pires de Almeida, jornalista; Quintino Bocaiúva, jornalista; Dr. Joaquim Maurício de Abreu, médico; Dr. Miguel Vieira Ferreira, engenheiro; Dr. Pedro Rodrigues Soares de Meireles, advogado; Dr. Júlio César de Freitas Coutinho, advogado; Alfredo Moreira Pinto, professor; Carlos Americano Freire, engenheiro; Jerônimo Simões, negociante; José Pereira Leitão, professor; João Vicente de Brito Galvão; Dr. José Maria de Albuquerque Melo, advogado, ex-deputado pelo Rio Grande do Norte; Gabriel José de Freitas, negociante; Joaquim Heliodoro Gomes, empregado público; Francisco Antônio Castorino de Faria, empregado público; José Caetano de Morais e Castro; Otaviano Hudson, jornalista; Dr. Luís de Sousa Araújo, médico; Dr. João Batista Laper, médico; Dr. Antônio da Silva Neto, engenheiro; Dr. Antônio José de Oliveira Filho, advogado; Dr. Francisco Peregrino Viriato de Medeiros, médico; Dr. Antônio de Sousa Campos, médico; Dr. Manuel Marques da Silva Acauã, médico; Máximo Antônio da Silva; Dr. Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, advogado, ex-deputado por Sergipe; Dr. Salvador de Mendonça, jornalista; Eduardo Batista R. Franco; Dr. Manuel Benício Fontenele, advogado, ex-deputado pelo Maranhão; Dr. Félix José da Costa e Sousa, advogado; Paulo Emílio dos Santos Lôbo; Dr. José Lopes da Silva Trovão, médico; Dr. Antônio Paulino Limpo de Abreu, engenheiro; Macedo Sodré, negociante; Alfredo Gomes Braga, empregado público; C. de Brício; Manuel Marques de Freitas; Tomé Inácio Botelho, capitalista; Eduardo Carneiro de Mendonça; Júlio V. Gutierres, negociante; Cândido Luís de Andrade, negociante; Dr. José Jorge Paranhos da Silva, advogado; Emílio Rangel Pestana, negociante; Antônio Nunes Galvão e Dr. Galdino Emiliano das Neves.

quantia, para a aquisição de um presente. Decidiu a comissão que êsse presente devia ser uma "espada de honra", com o nome do herói de Tuiuti na lâmina, gravado em letras de ouro. Devia tudo estar pronto para que o oferecimento pudesse ser feito no dia 10 de maio de 1871, quando Osório completaria 63 anos de idade. Entretanto, houve atraso no recolhimento das contribuições e, por isso, só pôde se realizar a homenagem a 6 de agôsto daquele ano. O presidente da comissão, coronel Deodoro da Fonseca, obtém sua transferência para Pôrto Alegre, onde se encontrava Osório, expressamente para fazer a oferta, em nome de seus camaradas. A oficialidade da capital da Província, convidada a participar da cerimônia, deu-lhe caráter festivo. Coube a Deodoro fazer, na ocasião, breve discurso, exprimindo os sentimentos dos manifestantes. Nada lhe era mais grato do que poder testemunhar o seu aprêço e o de seus camaradas pelo ilustre chefe militar sob cujas ordens combatera em tantas refregas sangrentas e cujo valor vivamente admirava. Suas palavras foram poucas mas eloqüentes:

— Os oficiais que, no Exército Imperial, tiveram a fortuna de servir sob as vossas ordens na campanha contra o govêrno do Paraguai, reuniram-se por voto do mesmo Exército para que vos fôsse dado um duradouro sinal que patenteasse a amizade e a admiração condignas de vossas ações. A história dessa grandiosa campanha, onde vosso nome faz lembrar os fastos militares de Passo da Pátria, Tuiuti, Humaitá, Avaí e outros; onde a vossa espada abria o caminho da glória e guiava os soldados da Aliança; onde a vossa intrepidez e o valor calmo e refletido davam aos combates vitoriosos resultados; onde os vossos feitos, em tempo algum excedidos, levaram à posteridade um nome, — Osório — que, por si só, muito quer dizer na vida militar; essa história, general, está escrita em letras de ouro no mimo que aqui vêdes e que bem exprime uma guerra e suas conseqüências vitoriosas, a par do nome — Osório — verdadeiro emblema do sublime e heróico militar. Tudo isso, general, deu lugar aos sentimentos de amizade e de admiração consagrados por vossos comandados e a honra e o prazer de hoje entregar-vos esta oferta, como prova do muito que vos querem: recebei-a, general, que é de coração.

Osório, profundamente emocionado, recebeu a espada que Deodoro lhe apresentava. E, no breve discurso de agradecimento, afirmou que, entre tôdas as homenagens que recebera, quer no govêrno do Império, quer das nações aliadas, nenhuma lhe fôra mais grata ao coração de soldado do que aquela, — tributada pelo valoroso Exército que tivera a sorte de comandar. À bravura inexcedível e ao patriotismo dêsse Exército reconhecia dever tôdas as vitórias que alcançara. O Exército conhecia melhor do que qualquer outro juiz os serviços prestados à causa nacional nas ásperas campanhas das planícies e serras do Paraguai. E terminou com êste período, dirigido diretamente a Deodoro:

— É por isso que me acho em extremo penhorado pelo quinhão com que generosamente me brinda o vitorioso Exército brasileiro na partilha de glórias que conquistou em tão dura guerra, e peço-vos, sr. coronel que, como um dos heróis, que fôstes, desta guerra, aceiteis, para transmitir a vossos camaradas, a manifestação da profunda gratidão que voto ao heróico Exército vingador das injúrias à Pátria, e os sentimentos que me inspiram o seu valor, o seu devotamento e incomparável abnegação.

Registram as crônicas que a admiração de Osório pela bravura pessoal de Deodoro era transbordante. Ao voltar do Paraguai e ao apresentar-se ao Imperador, no Paço de São Cristóvão, o ex-comandante em chefe do Exército em operações teria sido saudado pelo monarca com esta expansão de entusiasmo:

— Oh! O bravo dos bravos!

— Não, Senhor, — teria respondido Osório. — O bravo dos bravos é um só. E êsse é Deodoro.

É difícil, senão mesmo impossível, apurar se realmente se registrou êste episódio ou se foi apenas criação amável de entusiastas para melhor entretecer a coroa de glórias de Deodoro da Fonseca. Pode-se afirmar, entretanto, que a ficção, se era êste o caso, fôra engendrada com visos de verossimilhança, pois não poderia haver mais valiosa e mais autorizada testemunha dos atos de bravura de Deodoro do que o alquebrado e encanecido herói a quem o antigo comandado entregara, em agôsto de 1871, "a espada de honra"

oferecida pelos seus antigos oficiais em nome do Exército nacional.

Em 1872, ainda em Pôrto Alegre, o coronel Deodoro da Fonseca vê o seu nome surgir, pela primeira vez, numa intriga política, cujo objetivo é o de desprestigiar o presidente da Província do Rio Grande do Sul, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (*), nomeado em outubro de 1871, pelo gabinete conservador chefiado pelo Visconde do Rio Branco. Nas colunas d'"A Reforma", de Pôrto Alegre, Francisco Cunha escreveu longa matéria, de fundo nìtidamente republicano, criticando as festas com que, a 25 de março de 1872, fôra solenizado em Pôrto Alegre o aniversário da Constituição do Império "pelo delegado imperial". Como parte dos festejos, houve uma grande parada. Tudo é descrito de forma pitoresca e depreciativa pelo jornalista. Mas o tópico final, sôbre o comandante do desfile militar, dizia o seguinte:

"D E O D O R O

Doeu-nos profundamente ver êste valente e benemérito oficial comandando a parada do desfrutável cortesão que nos mandaram governar. Filho do povo, elevado ao pôsto de coronel, de tenente (sic) que era ao começar a guerra do Paraguai, Deodoro não tem jeito para áulico, nem para bajulador. O que será sempre é um soldado, no rigoroso valor da palavra, bravo e arrojado diante do inimigo, subordinado às ordens superiores, mas abrigando no coração todos os sentimentos nobres e tôdas as aspirações de liberdade e grandeza para a sua envilecida pátria. Damos pêsames ao bravo coronel pelo papel que lhe coube na mascarada do sr. Figueira. Acreditamos que o leão das pelejas terá rugido ìntimamente de cólera e de pejo. Tenha paciência. A época é dos truões. Esperemos que o bom senso e a dignidade voltem a êste país. Então um Deodoro não será *malbaratado* no comando de paradas burlescas".

(*) Era o chefe de Polícia de Pernambuco durante a revolta praieira. Foi deputado pelo Ceará nas legislaturas de 1861–1864 e de 1869–1872. Governou as províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul, deixando esta para tomar posse da cadeira de senador vitalício pelo Ceará.

O namôro dos republicanos com Deodoro, — pode-se dizer, — nascia nesse dia de 1872. Note-se, no breve trecho transcrito, quantas lisonjas foram prodigalizadas ao "valente" e "benemérito" coronel, "filho do povo", "leão das pelejas", "bravo" e "arrojado". A sentença final, essa, então, tem o valor de uma autêntica profecia. O redator da "A Reforma" de Pôrto Alegre devassava o futuro. Parecia ter diante de si os acontecimentos que daí a dezessete anos iriam abalar o país ...

* * *

Sendo uma fôlha bem feita, de opinião livre e desabusada, "A República" desde logo conquistou o interêsse dos leitores. Surgindo um financiador, na pessoa do Dr. Luís Barbosa da Silva, o órgão republicano deixou de circular apenas dia sim, dia não, para ser, a partir de 1.º de setembro de 1871, publicado diàriamente. Era êsse jornal uma continuação de "A Opinião Liberal", transformada já na sua última fase em órgão republicano e transferida, por seus antigos donos, a Limpo de Abreu e Lafaiete Rodrigues Pereira. "A República" não era a única fôlha republicana do país, no seu tempo. De 1870 a 1872, surgiram nada menos de vinte e um jornais com a mesma tendência, do norte ao sul do Império: o "Argos", no Amazonas; "O Futuro", no Pará; "O Amigo do Povo", no Piauí; "O Voluntário da Pátria", na Paraíba; "A República Federativa", "O Seis de Março" e "O Americano", em Pernambuco; "A República", em Alagoas; "O Horizonte", na Bahia; "O Correio Paulistano", a "Gazeta de Campinas" (onde escreveu Campos Sales), "O Paulista", "Comércio de Santos", "O Ipanema" e "O Sorocabano", todos em São Paulo; "O Jequitinhonha" e "O Farol", em Minas; "O Antonina", no Paraná; "Democracia" e "O Tempo", no Rio Grande do Sul. O grande órgão republicano da Côrte, na sua primeira página, quase só publicava matéria informativa, inteiramente neutra: movimento da bôlsa, cotações cambiais, chegadas e saídas dos navios, atos do govêrno imperial, o que era de interêsse do comércio e dos leitores em geral. Em sua terceira página, habitualmente a página editorial, é que a monarquia era causticada por

todos os meios e modos. Proclamava-se abertamente que a monarquia era a desgraça do Brasil e que D. Pedro II dava aos brasileiros um presente podre e imundo. O folhetim de Emile Gaboriau, "Desmoronamento", traduzido, sem dúvida, por Salvador de Mendonça, que a êsse tempo já trabalhava para a Livraria Garnier, não era um simples romance. Era uma sátira ao reinado de Napoleão III, que aparecia como personagem da intriga, juntamente com Eugênia de Montijo. Transcrevia "A República" os folhetins de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, n'"As Farpas", de tendência socialista e antimonarquista. Outro folhetim era constituído por matéria doutrinária, sob a rubrica "O Livro do Povo". Tratava-se do "Manual Republicano", de Júlio Barni. Igualmente em folhetim, aparecia "O Processo dos Césares", de Beulé, historiando e condenando o despotismo dos imperadores romanos. Tudo quanto pudesse ferir e desmoralizar a idéia da realeza era transferido para as páginas de "A República".

Dava o jornal notícia de seu crescente prestígio, com o aumento do número de assinantes. Meses depois de ter passado a diário, dizia que as assinaturas já atingiam a 8.296. Mais tarde, sobem a doze mil e o jornal anuncia que será obrigado a adquirir novas máquinas, pois está em dificuldades para imprimir o número de exemplares necessários para atender aos assinantes e à venda avulsa. Entretanto, os assinantes não são atraídos apenas pelas excelências da fôlha. "A República" é quase uma loteria: sorteia avultadas quantias entre os seus leitores, a intervalos, com primeiro, segundo e terceiro prêmio. Eleva-se, uma dessas vêzes, a treze contos, quantia fabulosa para a época, o total dos prêmios em dinheiro oferecidos ao público.

É nas colunas de "A República" que começa a campanha pela ereção de uma estátua a Tiradentes, símbolo do patriotismo, mas igualmente de ardor republicano e de rebeldia contra os Braganças, então personificados pela bisavó de Pedro II. A impressão que causa o desenvolvimento da idéia republicana é tal que, no Senado (*), ao criticar a resposta à fala do trono, o senador Zacarias de Góis e Vasconcelos diz que os homens do govêrno querem se iludir,

(*) "Anais do Senado do Império", ano de 1873.

mas não iludem a nação, quando apregoam que o regime vigente está fazendo a grandeza e a felicidade do Brasil, cercado do respeito geral. Entendia que a excelência das instituições vigentes estava mais do que nunca em litígio, pois os liberais reclamavam a eleição direta e os republicanos a transformação do regime, e ainda assim a fala do trono e a resposta que lhe era dada pretendiam ignorar tais movimentos.

Quanto à propaganda republicana, diz o velho político: "O Partido Republicano do Brasil, fazendo a propaganda de suas doutrinas e apregoando as suas convicções sinceras, exerce um direito e, desde que não ataca a ordem pública, está no caso de ser respeitado. O Partido Republicano surgiu em nosso país, justamente num momento em que a degeneração do sistema representativo chegava ao seu auge. É uma conseqüência lógica da deturpação da nossa forma de govêrno e filho, portanto, dos abusos da monarquia". Tal pronunciamento foi glosado com o maior entusiasmo nas colunas de "A República", ressalvando o jornal republicano, nos seus editoriais, as restrições que fizera, sempre, aos erros políticos do senador Zacarias, e das quais não abria mão naquele momento.

O jornal era pugnaz e irritava os adversários. No editorial "Trono e altar", preconiza a fórmula "A Igreja livre no Estado livre". Procura combater a tendência de muitos para a contemporização com o imperador, os que ponderavam "a República, sim, mas depois que Pedro II morresse"... Diz, num editorial de 3 de janeiro de 1871: "Um homem, fôsse êle, embora, o mais perfeito dos homens, não bastaria nunca para sancionar e dar virtude a um sistema falho e iníquo pela circunstância acidental de ser êle, ou poder ser, um devoto da verdade, um amante da justiça, um caráter honesto e brando. A questão é de princípios e *não de pessoas*". Reflete, em suas colunas, o que publicam de melhor, de mais ousado, de mais vivaz, as diversas fôlhas republicanas do país.

É nas colunas de "A República" que vamos encontrar as primeiras tentativas de ligação do movimento republicano com a classe militar, pois que os seus redatores defendem os interêsses e interpretam os anseios das fôrças armadas. Trazia

uma seção que lhes era diretamente dirigida: "À Classe Militar". Para que se avalie o alcance de tal seção, aqui transcrevemos o conteúdo de uma dessas notas, em que "A República" examina as causas que contribuem para a degradação da profissão dos militares:

"O castigo corporal, ainda subsistente, é que é de si só o testemunho vivo da degradação da classe; a manutenção do Código draconiano do conde de Lippe, como base da legislação militar portuguêsa e brasileira, código bárbaro e monstruoso que no seu próprio excessivo rigor encontra o primeiro obstáculo à sua fiel e íntegra execução; a infidelidade na execução dos contratos de engajamento, infidelidade levada pelo govêrno imperial até o crime, sendo a má fé do govêrno a mais ativa e poderosa fôrça de desmoralização do Exército; os constantes abusos do govêrno com relação à liberdade pessoal dos militares e a ineficácia, quando não a compressão, dos tribunais aonde essa liberdade devia encontrar o mais forte escudo — as injustiças constantes do govêrno imperial, na apreciação dos serviços militares, ora graduando a covardia e a inépcia, ora preterindo a capacidade e o valor; finalmente, a mediocridade do salário compensador de tantos sacrifícios, salário que nem corresponde às necessidades elementares do cidadão que se fêz soldado nem lhe permite amparar da miséria, nem a si, nem aos seus".

Era assim que os republicanos buscavam, nos meios militares, encontrar eco e suscitar adesões que seriam valiosas. "A República", falando nesse tom, deixava os oficiais recém-vindos da guerra do Paraguai impressionados com sua campanha. Após a queda da França na luta contra a Prússia, Quintino Bocaiúva, Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnese, Lafaiete Rodrigues Pereira, Aristides Lôbo e Salvador de Mendonça assinam um manifesto, de apêlo à imprensa, para que se abra uma subscrição nacional em favor da nação derrotada.

É que a França era, agora, uma República. Ao apêlo correspondem "A Reforma", o "Diário do Rio de Janeiro", o "Diário de Notícias" e "O Guarani".

Seus redatores redigem editoriais em que se empregam todos os recursos dialéticos de que podiam lançar mão. Entendem que a idéia da República é uma idéia vitoriosa e que todos

os que a combatem só o fazem sob a alegação, não de que não é boa, ou necessária, mas prematura: "A República há de vir, mas para outros tempos; por enquanto, acomodemo-nos com o regime atual. Esta a linguagem de muita gente. A objeção não versa sôbre a verdade teórica e prática da idéia republicana. O que está em questão é a oportunidade. A idéia é boa, é a que todos desejam, a única que pode fazer a felicidade do Brasil, mas por enquanto está fora de sazão, não é oportuna. Colocada nestes têrmos a questão, perguntaremos por nossa vez: Por que razão não é oportuna? Por que razão é precoce a idéia republicana?" E assim prossegue, dando razões em favor da República.

Afirma, porém, que não prega a transformação do regime por meios violentos: "Para estabelecê-la, não precisamos derramar sangue irmão. Pretendemos, é certo, operar no país uma grande revolução, mas uma revolução de idéias. As únicas armas que empregamos são as do raciocínio e da experiência". Bate-se vivamente pela Federação, que era um ideal também de monarquistas: "Governem-se as províncias como entenderem melhor para os seus interêsses; disponham livremente, sem tutela, dos seus recursos; sejam verdadeiros estados autonômicos, ligados pelos laços da Federação e a união brasileira cada vez mais se fortificará. Atadas como se acham à capital do Império, a separação é um fato necessário e que não se fará esperar por muito tempo. Para nós e para o nosso partido a República é a — Federação."

Defende a imigração como um elemento de substituição do braço escravo, mostrando que os Estados Unidos estão canalizando as correntes imigratórias da Europa e que o mesmo faz o Prata. Num editorial mais audacioso, sob o título de "Proclamemos a República", diz o número 6: "As províncias definham, acham-se devoradas por um cancro e não têm tido coragem para empreender uma operação". Volta à tese predileta, a da Federação, e conclui: "Cada província, transformada numa República, terá suas leis especiais, as que mais lhe convierem, e é certo que por essa forma tôdas terão de prosperar. Unamo-nos; — façamos proclamar a República"..

Evidentemente, os conservadores, então no poder, deviam ralar-se com tantas provocações. E, quando já se achava em

seu terceiro ano de circulação, teve "A República" a redação assaltada, precisamente no momento em que a fôlha republicana comemorava festivamente a transitória queda da monarquia na Espanha.

Teve intensa repercussão na opinião pública o ataque à redação daquele órgão, em cujo edifício tinha a sua sede o Clube Republicano, onde se reunia o estado-maior da nova corrente de opinião, e onde morava, também, a família de Quintino Bocaiúva. A tolerância do imperador e dos governos conservadores, em 1870 o do Visconde de São Vicente e, de 1871 em diante, o do Visconde do Rio Branco, tinha qualquer coisa de desdenhosa e de sobranceira. Era como se vissem, naquilo, apenas uma aventura de moços, uma extravagância, uma atitude romântica de pequeno grupo de visionários. Muitos dêsses, os menos resistentes e de incontestável valor intelectual, iriam sendo atraídos, a seu tempo, pela monarquia, com a oferta de altas posições, com as mais sedutoras propostas. Seria o caso de Lafaiete, de Cristiano Otôni, de Salvador de Mendonça, de Fontoura Xavier, republicanos ardentes que não resistiriam aos acenos do poder. Mas essa tática só veio a ser executada mais tarde, por homens do Partido Liberal, mais identificados com os que vinham formando no incipiente movimento republicano. Menos transigente, mais violento em seu modo de agir, o ministro da Justiça do gabinete do Visconde do Rio Branco, deputado Manuel Antônio Duarte de Azevedo, convenceu-se, um dia, de que as proezas dos rapazes de "A República" estavam passando da conta. Veio, então, a repressão estarrecedora, contrastando flagrantemente com a tolerância anterior.

Acabara de chegar ao Rio de Janeiro a notícia da destituição do rei Amadeu e da constituição do govêrno republicano espanhol, chefiado pelo famoso tribuno Emílio Castelar. A redação de "A República", localizada em plena rua do Ouvidor, entre as ruas Gonçalves Dias e Uruguaiana, colocou grande cartaz em sua fachada, anunciando o acontecimento, e requereu à companhia do gás iluminação especial para o quarteirão. À noite, haveria, com autorização do chefe de polícia, Ludgero Gonçalves da Silva, uma passeata com banda de música e uma espécie de comício republicano, para festejar a transformação política ocorrida na Espanha.

Essa foi a noite de 27 de fevereiro de 1873. Realmente, vários oradores falaram, das sacadas daquele órgão, exaltando Emílio Castelar e o seu feito, profetizando a próxima queda do regime imperial brasileiro, afirmando que não haveria salvação para o Brasil fora da República, que só esta realizaria o velho ideal da Federação.

Cessado o rumor das manifestações, já a horas mortas, foi a redação de "A República" atacada, a pedradas e a tiros, por agentes de polícia e por soldados. O pretexto para o ataque, a que o govêrno pretendeu emprestar um cunho de desagravo à bandeira do Império, era o fato de ter sido içado à frente do edifício de "A República" um estandarte verde e amarelo, mas sem as armas imperiais, símbolo da monarquia!

Na noite seguinte, desta vez com o concurso da cavalaria, renovaram-se os ataques à redação da "A República", sendo, inclusive, surpreendidos indivíduos que pretendiam colocar nas oficinas e nas escadas chumaços de aguarrás, em razão do que foram prudentemente evacuadas tôdas as pessoas que moravam nos altos do edifício. Além das críticas candentes à conduta do govêrno publicadas em "A Reforma", o grande órgão da oposição liberal, levantaram-se na Câmara dos Deputados vozes condenatórias, entre as quais a principal foi a do conservador dissidente Ferreira Viana, que fêz longo e veemente discurso, mostrando que o govêrno, tão sòmente o govêrno, é que era responsável pelo ataque ao jornal republicano. Não queria discutir se êsse órgão estava ou não dentro da lei, porque sua existência era um fato. E proclamava:

— Para mim, a liberdade de pensamento tem por limite e corretivo a responsabilidade dos abusos. Êsse fato, ou fôsse legal, como penso, ou sòmente tolerado, como entende o nobre ministro da Justiça, é certo que não suscitou reclamações e nem procedimentos dos cidadãos ou dos agentes públicos incumbidos da execução das leis. O "Diário Oficial" do govêrno transcreveu por vêzes notícias e opiniões da "A República". O órgão republicano tinha entrado livremente na circulação e era reputado na imprensa como representante de uma opinião radical. O que serve para demonstrar que "A República" já não podia assustar a opinião dominante

como uma surprêsa e nem servir de provocação o rompimento material das noites de 27 e 28 do mês passado. O govêrno, que enchia colunas da grande e pequena imprensa com artigos laudatórios ao gabinete de 7 de março (*), deixava correr sem contestação doutrinas republicanas sustentadas com talento e constância. "A República" renunciou os meios práticos, proscreveu a ação e intervenção na política militante, não solicitou votos nem mandato popular; apresentou-se como órgão de propaganda pacífica, discutindo o problema abstrato das formas de govêrno. Pura idealidade, sem relação alguma com a prática...

Êsse tópico do discurso de Ferreira Viana é muito significativo, porque mostra, ao mesmo tempo, a atitude anterior do govêrno imperial em relação ao órgão republicano, assim como a conduta que até então vinha mantendo "A República", em campo exclusivamente doutrinário (**). Demonstrou Ferreira Viana que a atitude dos curiosos que se haviam aglomerado na rua do Ouvidor, atraídos pela iluminação festiva e pela fachada embandeirada de "A República" fôra pacífica, senão mesmo de alguma simpatia. Haveria tal ardor monarquista, que levasse o povo a protestar espontâneamente contra a deformação da bandeira, como afirmava o ministro da Justiça? Para Ferreira Viana, que se confessava descrente do regime republicano, preferindo "suportar governos toleráveis que cerquem de suficientes garantias as pessoas e a propriedade a correr os riscos das revoluções", absolutamente não.

(*) Alude ao gabinete chefiado pelo Visconde do Rio Branco, que subira ao poder a 7 de março de 1871.

(**) Embora a propaganda republicana se declarasse pacífica e prometesse agir dentro da legalidade, começou desde logo o aliciamento de elementos militares, que iam sendo secretamente alistados nas fileiras do partido. Segundo depoimento de Salvador de Mendonça, a 8 de junho de 1913, no "O Imparcial", onde escrevia suas memórias sob o título de "Coisas do meu tempo", era o oficial Pompílio de Albuquerque quem se incumbia dêsse alistamento. Salvador, que assinara o manifesto de 1870 e fôra membro do diretório do Partido Republicano, além de diretor de "A República", diz que Pompílio apresentara aos dirigentes republicanos um plano de captura da cidade do Rio de Janeiro, em 1871, antes da partida do imperador para a Europa. D. Pedro II, a família imperial e altas autoridades, seriam detidos num dia de gala, quando estivessem todos reunidos, e levados para a Fortaleza de Villegaignon, enquanto duas baterias colocadas nos morros lançariam o pânico na cidade. Aliás, um republicano espanhol chegou a dar uma aula de organização revolucionária aos seus correligionários brasileiros, caindo logo no ridículo por ter começado assim: "Antes de todo, hay que pensar en los medios de escape..."

— Quais as causas da indignação e da justiça dos furores populares? Ver arvorada uma bandeira que não tinha a coroa imperial. Seria uma bandeira ou um estandarte do clube republicano? Decididamente não era uma bandeira nacional, porque lhe faltava um dos seus símbolos. Mas, senhores, essa bandeira ou estandarte não continha nenhum ultraje à honra e dignidade da pátria. Eu não a vi, porque não passei pelo edifício em que estava arvorada, mas tenho ouvido que nela brilhavam as côres nacionais. A omissão da coroa é lógica, porque está de acôrdo com os princípios professados pùblicamente pelo clube republicano. Se é um ultraje arvorar aquêle pendão, notai que maior tem sido levantar o dístico "A República", publicar o jornal e lançá-lo na circulação. A tolerância dos governos e da opinião pública denunciam o ultraje, que é um pretexto convencionado para justificar a violência. Exigir que "A República" arvorasse em sua manifestação ao recente triunfo da democracia espanhola a bandeira com o símbolo da monarquia seria impor-lhe a apostasia; arriar a que arvorara, um capricho. Neguem embora a manifestação das opiniões, porém não levem o suplício até obrigá-los à incoerência. Seria o requinte da tirania...

Dias depois, "A República", que havia deixado de circular, passou a imprimir alguns boletins, exprimindo o seu protesto, até que, afinal, voltou à circulação, no dia 15 de abril, para suspender definitivamente a publicação em fevereiro de 1874. No anó anterior, isto é, em julho de 1873, celebrou-se, no Rio de Janeiro, um Congresso Republicano, — e então juntamente com Saldanha Marinho, foram eleitos para a direção do movimento Bandeira de Gouveia, Francisco Cunha e Quintino Bocaiúva, que, logo, propôs a constituição de uma União Republicana Federal, composta de clubes e outras organizações que se quisessem articular para uma ação comum.

Do Recrutamento "a Dente de Cachorro" ao Sorteio Militar

A questão religiosa — Campanha pela separação entre a Igreja e o Estado — A prisão dos bispos — A situação das fôrças armadas nas "falas do trono" — Morte de D. Rosa da Fonseca — Sorteados isentos a trôco de dinheiro — Ascensão do Duque de Caxias — Anistia aos prelados — Queda dos conservadores — Irrupção do positivismo no Brasil — O gabinete Sinimbu — Deodoro no comando das armas da Bahia — "Não passo de um verdadeiro comandante superior de guarda nacional da roça" — Morte de Caxias e Osório — O "motim do vintém" — Sobe ao poder o gabinete Saraiva — A nova lei eleitoral — A "canoa do Pai Martinho" — Uma voz republicana no Parlamento do Império.

O GABINETE CHEFIADO PELO Visconde do Rio Branco, depois de promover a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, tornando livres os filhos das escravas, passara a gozar de incontestável popularidade, principalmente na Côrte, embora alguns proprietários rurais se considerassem esbulhados numa "propriedade legítima", na expressão dos que tinham ousado combater aquela medida. Uma questão rumorosa ia surgir, porém, dentro em pouco, comprometendo sèriamente a posição do gabinete e o prestígio da monarquia. Essa foi a "questão religiosa", ou a "questão dos bispos". Além de ser a católica a religião oficial, os padres e mesmo os mais altos dignitários da Igreja dependiam do imperador, como verdadeiros funcionários do Estado, que eram. Cabia ao soberano a nomeação dos bispos, sendo todo o clero estipendiado pelos cofres da nação, bem como os seminários. Era um clero de costumes soltos, tão soltos que, quando regente, Diogo Antônio Feijó, que era sacerdote, além de senador do Império, pensara em extinguir o celibato dos padres, como uma medida necessária à moralização de seus

costumes, e expedira instruções severas para que houvesse maior rigor na escolha dos indivíduos destinados a servir ao culto católico. Desde o início da vida política do Império, os padres atuavam na política, militando uns nas fileiras liberais, como o padre Belchior, o padre Custódio Dias, o cônego Marinho, outros nas conservadoras, como o padre Martiniano de Alencar, o padre Pinto de Campos, o padre João Manuel, etc. As regalias dos padres tinham levado muitos dêles a se filiar à maçonaria, que foi, principalmente durante o primeiro reinado, um instrumento de ação política (*). No reinado de D. Pedro II, havia ainda muitos padres maçons. Justamente quando, em 1872, se comemorava o primeiro aniversário da "lei do ventre livre", no Grande Oriente do Brasil, com a presença do Visconde do Rio Branco, o padre Almeida Martins fêz o discurso oficial, em louvor do imperador, da princesa Isabel (que assinara a lei na ausência do pai), e do chefe do gabinete. O bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, nomeado poucos anos antes pelo imperador, reagiu prontamente, intimando-o, sob pena de suspensão, a abjurar a maçonaria. Os maçons se revoltaram e o padre, desobedecendo ao bispo, oficiou ainda uma missa mandada celebrar por uma loja maçônica. Tinha o padre as costas quentes, porque o Visconde do Rio Branco era o grão-mestre do Grande Oriente da Maçonaria Brasileira.

Na verdade, desde 1864, fôra a maçonaria condenada pelo papado. Pio IX assim procedera numa encíclica que, entretanto, para ter efeito no Brasil, dependia do beneplácito do imperador. Era êste quem decidia o que convinha ao caso particular do Império e não o Sumo Pontífice... D. Pedro de Lacerda recuou de sua atitude, sem efetivar a punição com que ameaçara o padre Almeida Martins, mas o jovem bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, frade capuchinho, tomou a peito pôr em vigor a decisão papal em sua diocese. Intimou os padres maçons a abjurarem e dois dêles, que se recusaram, foram suspensos. Igual atitude teve o bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa. Irritou-se o chefe do gabinete e mais que êste o imperador, que se sentiu

(*) Ver a relação de padres ilustres filiados à maçonaria em "Três Panfletários do Segundo Reinado", volume 286 de "Brasiliana" de formato comum.

ferido nas suas prerrogativas, uma vez que as bulas contra a maçonaria não tinham sido placitadas. Sentia que os bispos estavam usurpando os seus poderes. Teve, como Joaquim Nabuco tão bem disse, "uma crise de majestade". Os bispos foram presos, processados e julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça, que os condenou a quatro anos de prisão com trabalho. Esta exigência da sentença foi relaxada. O caso apaixonou vivamente a opinião pública e causou as mais desencontradas reações.

A opinião de todos os partidos se dividiu: havia liberais a favor e contra os bispos, conservadores contra e a favor, embora conservador fôsse o govêrno. Esta era a atitude de Ferreira Viana, que defendeu em juízo o bispo do Pará, e de Cândido Mendes, Paulino de Sousa e outros. As reações dos próprios republicanos foram desencontradas. Saldanha Marinho, o primeiro signatário do manifesto de 1870, sendo também um alto dignitário maçom, colocara-se ao lado do Visconde do Rio Branco e do imperador, defendendo-lhes a autoridade com o maior ardor, ao ponto de sustentar a legalidade da deportação dos bispos "como estrangeiros", por estarem "submetidos a uma potência estrangeira". "A República" viu com uma atitude menos apaixonada e mais clara êsse dissídio, porque o que nêle encontrava de mais censurável era a existência de uma religião oficial, era a Igreja submetida ao Estado, ou tendo de entrar em conflito com êste, em pontos de tão delicada natureza, por falta de autonomia. Citava o exemplo dos Estados Unidos, "onde ninguém sabe o que quer dizer — direito eclesiástico, nem o tesouro público afrouxa um ceitil para côngruas ou palácios episcopais". Sustentava "A República", que "o remédio para tudo isto está na imediata separação entre a Igreja e o Estado".

Mas o imperador queria satisfazer a sua "crise de majestade" sem chegar a tais extremos. Despachou o ilustre diplomata Carvalho Moreira, Barão de Penedo, em missão especial ao Vaticano, a fim de arrancar do papa uma censura aos bispos. Penedo deu por finda a sua missão quando o cardeal Antonelli, secretário de Estado do Vaticano, acedeu em escrever a carta de repreensão, na qual teria êle próprio visto a expressão latina *"Gesta tua non laudantur"*. A carta

não tinha exatamente essa expressão, mas outra, que o próprio bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, assim traduziu: "Sua Santidade de modo algum pode louvar os meios por vós empregados para atingirdes ao fim a que vos propúnheis". Conflitos vários estalaram nas Províncias, de populares contra frades, ou contra maçons, insuflados pela intolerância religiosa. Nas Províncias do Nordeste, como protesto contra os novos pesos e medidas, resultantes da adoção do sistema métrico decimal, estalou a revolta dos "quebra-quilos", açulada, de início, por alguns vigários e ferozmente reprimida pelo govêrno. Os ataques da imprensa liberal e republicana se extremavam cada vez mais. Já a popularidade do gabinete do Visconde do Rio Branco começava a desaparecer. E o imperador, contudo, o prestigia, porque, como nota Joaquim Nabuco, êsse gabinete "fôra a expressão fiel da monarquia brasileira, das idéias, tendências, preconceitos e aspirações do imperador, como talvez nenhum outro".

* * *

De regresso do Rio Grande do Sul, Deodoro vai preenchendo funções administrativas compatíveis com o seu pôsto. Comanda, no Rio de Janeiro, o 1.º Regimento de Artilharia Montada, do qual só virá a ser desligado no ano de 1874. Quando exerce êsse comando, na Côrte, é que o destino lhe desfere o mais duro dos golpes, o que vem privá-lo do carinho materno. Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca não viveria o bastante para ver o bravo filho ostentar os galões de general. A 11 de junho de 1873, com quase setenta e um anos de idade, desaparecia a valorosa matrona, celebrada como verdadeira heroína, pela contribuição que dera ao Exército Brasileiro e pelo estoicismo com que suportara os reveses da guerra do Paraguai. Pouco mais de um ano depois, por decreto de 14 de outubro, publicado na ordem do dia n.º 1895, era Deodoro promovido a brigadeiro, pôsto que tem hoje a denominação de general de brigada. Em dezembro, por outro decreto, é mandado para um dos postos da fronteira do Rio Grande do Sul, isto é, para o comando das guarnições de Quaraim

e de Santana do Livramento. Mas ali pouco se demora, porque logo vem à Côrte, prestar informações sôbre o estado em que se encontra a zona fronteiriça. As condições em que vivia então o Exército estavam longe de ser boas: regulamentos e leis anacrônicos, soldos exíguos, principalmente os inferiores, instalações as mais precárias nos quartéis, a maioria dos quais desprovidos de banheiros e instalações sanitárias. Os próprios governos o reconheciam e, de ano para ano, as "falas do trono" do imperador o proclamavam, num refrão monótono. Em 1855: "Recomendo-vos as medidas indispensáveis para melhorar as condições do Exército". Em 1857: "O Exército e a Armada carecem de medidas que melhorem a sua disciplina e de uma legislação criminal e de processo que afiance a certeza de pronta punição e justiça dos julgamentos". Em 1858: "O ônus do serviço militar exige que se reforme o atual sistema de recrutamento. Uma boa lei de promoções continua a ser uma das necessidades da Marinha de Guerra". Em 1859: "O Exército e a Armada, não obstante as atenções especiais que vos têm merecido e ao meu govêrno, carecem ainda de alguns melhoramentos. É sobretudo sensível a falta de códigos penal e de processo mais conformes às luzes do século, de disposições que suavizem o recrutamento, sem torná-lo ineficaz, e de uma lei que estabeleça novas normas de acesso aos oficiais da Armada". Em 1861: "A reforma da legislação do Exército e da Armada, no que toca ao recrutamento e à justiça militar, deve merecer-vos especial atenção. A Armada carece, igualmente, de uma lei de promoções mais conforme às exigências do serviço naval". Em 1862: "Releva melhorar a legislação do Exército e da Armada no que se refere à administração da justiça. É de urgência a promulgação de uma lei que remova os graves inconvenientes do atual sistema de recrutamento: em vossa solicitude não deixareis por certo de atender a uma medida há tanto tempo e tão geralmente reclamada. Há manifesta conveniência na criação de um montepio que, assegurando às suas famílias modesta subsistência, venha a isentar o Tesouro dos encargos resultantes das pensões de meio sôldo, que nem a todos cabem. Espero que vos seja possível nesta sessão tratar do projeto de lei concernente às promoções da Armada, medida sujeita à vossa aprovação

e uma das primeiras necessidades da nossa Marinha de Guerra". Em 1864: "Augustos e digníssimos senhores representantes da nação, recorrendo à vossa dedicação à causa pública, espero que vos ocupareis com esmêro do melhoramento da legislação relativa ao Exército e à Armada, etc." Em 1865: "Invocando o vosso amor pelo bem público, estou certo de que, habilitando o govêrno para a guerra de honra que devemos sustentar, cuidareis também com esmêro da reforma eleitoral, da judiciária, da organização das administrações provincial e municipal, da reforma da guarda nacional, do melhoramento do clero e da instrução pública, da legislação relativa ao exército e à armada", etc. Em 1867: "Entre as medidas reclamadas pelo serviço do exército sobressaem as de uma lei de recrutamento e de códigos penal e do processo militar. A experiência mostra ser urgente alterar o quadro dos oficiais da armada. Também se há reconhecido na prática a conveniência de modificar a organização da guarda nacional, principalmente no sentido de mais mobilidade em circunstâncias extraordinárias". Em 1868: "Uma lei de recrutamento e um código penal e do processo militar continuam a ser lacuna sensível em nossa legislação, como é indispensável a reforma da lei de 1841 (*) e da guarda nacional". Em 1869: "A reforma eleitoral, o melhoramento da administração da justiça, uma nova organização municipal e da guarda nacional, e bem assim uma lei de recrutamento e um código penal e do processo militar são, entre outras, necessidades há muito sentidas, e a que urge atender". Em 1870: "Confio que prestareis desvelada atenção a êstes assuntos, e bem assim à reforma eleitoral, ao melhoramento da administração da justiça, à organização da guarda nacional, à decretação de meios para levar-se a efeito o recenseamento de tôda a população do Império, à lei do recrutamento e ao código penal e do processo militar". Em 1871: "A lei da guarda nacional e a do recrutamento carecem também de ser reformadas. O serviço que a primeira exige dos cidadãos não deve privá-los do tempo necessário ao trabalho industrial, nem ser convertida em arma de perseguição política. O recrutamento, pelo sistema atual, exclui do Exército os cidadãos mais idôneos para o nobre serviço das armas, ao

(*) Refere-se ao Código Penal.

passo que se presta a ilegalidades e vexames, contra os quais nem sempre é eficaz a ação repressiva do govêrno". Em 1872, a princesa Isabel, que, em razão da primeira viagem do imperador à Europa, assumira a regência, se pronuncia no mesmo sentido, na "fala do trono": "O recrutamento, pelo sistema que ainda hoje vigora, presta-se a iguais, senão maiores vexames, impedindo ao mesmo tempo que o Exército adquira o grau de instrução e disciplina, que tanto lhe aumenta a fôrça moral e lhe dá maior brilho". O tempo dêstes últimos verbos está em contradição com o resto... Seria exaustivo e inútil alinhar aqui novas expressões, colhidas sôbre o mesmo assunto em tantas outras falas do trono. As palavras eram quase as mesmas, eram as mesmas as sugestões, mas entrava ano, saía ano, sem que o Parlamento atendesse aos apelos do soberano. Êste recitava, por desencargo de consciência, sua arenga de sempre, dando-se por satisfeito(*). O regime não funcionava. Os desejos expressos pelo monarca eram letra morta. O Parlamento só cuidava dos interêsses puramente partidários ou do que mais de perto lhe tocava, e o gabinete, por seu lado, só executava aquilo em que tinha mais vivo empenho e correspondia aos objetivos imediatos do partido dominante. Nas colunas da imprensa as críticas eram constantes ao sistema de recrutamento. Veja-se o que dizia, por exemplo, "A República":

"A cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, côrte do imperador, sofre nestes momentos atroz e aviltante violência. Um bando de agentes policiais, derramados em tôdas as direções, disfarçados com trajes civis, ou com seus habituais uniformes, invade tôdas as ruas e reuniões públicas, com autorização de recrutar. No trânsito, no teatro, no passeio, na igreja, por tôda a parte o habitante desta grande cidade está à mercê do primeiro beleguim que lhe bater no ombro e disser-lhe: "Acompanha-me". Depois de afirmar que não há garantia para ninguém, acrescenta: "Todos os homens moços estão sob a mão insolente e audaz do primeiro esbirro, a quem as autoridades imperiais deram o direito de os perturbar na sua liberdade individual, na sua liberdade de loco-

(*) Não seria por outra razão que Ângelo Agostini costumava caricaturar o imperador quando lia as "falas do trono" como um papagaio real, em seu manto de papos de tucano...

moção. Fazem-se cercos em sítios de reuniões públicas, *arrebanha-se* o povo, cercam-no de sabres e, aí, amontoados como gado vil, são depurados os indivíduos, que no alto e arbitral critério de um preposto do chefe de Polícia são julgados aptos para soldados ou marinheiros. Os mais felizes são os que podem exibir o empenho, ou a proteção dos donos da terra, daqueles que consideram a lei um freio para a canalha e um escudo para resguardá-los. Os que não têm patrono da casa imperial não têm direito, não têm atenções, não têm lei que os favoreça, não têm alegações que valham, nem queixas que procedam. Há para êsses uma qualificação genérica que os abrange a todos e que dispensa tôdas as considerações; os agentes da polícia imperial receberam ordem de designá-los pelo epíteto de — vagabundos. Dá-se caça ao homem moço, como perseguem os caçadores uma fera bravia. Todos os deserdados do empenho e do patronato são *encerrados* no calabouço como criminosos ou facínoras, apanhados em flagrância de crime inafiançável. Nessas imundas pocilgas são arrojados como desprezíveis animais, sem cômodos, sem alimentos, sem leito, amontoados, respirando um ar fétido, sorvendo exalações mórbidas. Dêstes são os mais felizes aquêles que possuem um parente ou amigo que se inquiete por sua ausência, ou a quem pode chegar um aviso e um brado de socorro. Então apresentam-se papéis, promovem-se justificações e, como peça principal da isenção, o infalível pedido de um figurão com crédito no paço imperial. Os que não têm elementos para pôr em jôgo êstes meios não se libertam das garras da polícia imperial, senão vestindo o uniforme de recrutado do Exército ou da Marinha".

Assim é que eram constituídas as fôrças armadas durante o Império... A carga da "A República" é feita contra o "govêrno imperial", a "polícia imperial", mas poderia ter sido dirigida contra os dois partidos tradicionais, o Conservador e o Liberal, um dêles prestigiado pela ação política de Caxias, outro pela de Osório, mas absolutamente indiferentes a tal estado de coisas. Que se poderia esperar, em matéria de disciplina, de fôrças armadas assim constituídas? A guerra do Paraguai, que sacrificara as vidas de tantos oficiais e soldados, que submetera os sobreviventes a tantas provações, exaltara o sentimento de classe e fizera com que

muitas vozes se erguessem, nos próprios meios militares, clamando por melhorias e reformas que dessem aos servidores das fôrças armadas uma existência mais digna. A indiferença dos "casacas", isto é, dos políticos, das autoridades civis, era um fator de irritação para muitos espíritos.

O próprio Caxias, de ordinário tão discreto, ao escrever a Osório, de regresso do Paraguai, tivera uma dessas explosões, reveladoras do descontentamento latente nos meios militares em relação aos políticos da monarquia: "Aqui cheguei no dia 15, à noite, com boa viagem, e um pouco melhor dos meus incômodos. Vim para êste sítio, para ficar mais longe dos foguetes e músicas da cidade acompanhados de longos discursos que é coisa com que os casacas pagam aos militares que têm a fortuna de não morrer na guerra".

Só ao fim de sua longa atuação como presidente do Conselho, viria o Visconde do Rio Branco a volver os olhos para a situação do Exército, aprovando a 27 de fevereiro de 1875 o novo regulamento do recrutamento para as fôrças de terra e de mar (decreto 5.881), e a 8 de março o regulamento disciplinar do Exército em tempo de paz (decreto 5.886).

É curioso assinalar que, em razão da tendência dos legisladores, no sentido de fazer leis principalmente em benefício dos grupos econômicos privilegiados, das classes dirigentes, as fôrças armadas se tornavam, na sua base, uma expressão popular, por excelência. Quem tinha dinheiro, não precisava servir no Exército ou na Armada, porque um dos artigos, o de n.º 69, estabelecia que era permitido ao sorteado isentar-se por meio de contribuição pecuniária, marcada por lei, desde que demonstrasse não ter sido capturado por falta de comparecimento, estar servindo como empregado no comércio, bancos, indústrias e atividades agrícolas, ter indústria ou ocupação útil, estudar ciência ou arte liberal, tendo sido aprovado em alguma dessas matérias. Só não era permitido servir *em dinheiro* depois de verificado o assentamento de praça. Também era permitido ao sorteado fazer-se substituir por outro indivíduo, logo depois do sorteio, ou dentro de um ano de praça, desde que o substituto tivesse mais de 17 anos e menos de 30. Muitos entregavam escravos, para que servissem, alforriando-os para tal fim, ou pagavam a terceiros para que por êles se apresentassem.

O tempo de serviço era de seis anos, para os voluntários, os substitutos e os sorteados, e de oito, para os "refratários" ou "insubmissos", como hoje se diz. As isenções eram numerosas: excluíam-se os portadores de defeitos físicos e de enfermidades, os graduados e os estudantes das escolas superiores, os seminaristas e os eclesiásticos, os que eram arrimo de irmãs solteiras ou irmãos menores de 19 anos, de mãe viúva e de pai decrépito ou valetudinário. Era também excluído, em cada família, o filho mais velho, ou o que o pai ou a mãe escolhesse (cláusula que não se aplicaria já havendo outro isento por outro motivo), e em não havendo filhos o genro, ou o neto. Excluía-se ainda o viúvo, na idade do recrutamento, isto é, menor de 30 anos, com filhos legítimos ou legitimados. Isso em tempo de guerra. Em tempo de paz, as isenções eram ainda mais amplas. Estavam excluídos: os que já tivessem irmão em serviço efetivo do Exército ou da Armada, os pescadores de alto mar, os tripulantes dos navios, os proprietários, administradores ou feitores das fábricas, os maquinistas das estradas de ferro, o filho único de lavrador, ou tendo êste mais filhos um à sua escolha, um vaqueiro, feitor ou capataz de fazenda de gado que produzisse mais de 50 crias por ano, um caixeiro de cada casa comercial que se presumisse com dez contos de capital ou mais, etc.

As juntas de alistamento era constituídas pelos juízes de direito, delegados de polícia e presidentes das Câmaras Municipais, com a assistência dos promotores públicos. Cada ano, no dia 15 de junho, às 10 horas da manhã, far-se-ia o sorteio dos alistados. Além dêste meio de ir preenchendo as vagas nas fileiras do Exército, havia outro: o dos prêmios em dinheiro aos voluntários e as vantagens do artigo 140: "Os cidadãos que, independentemente de sorteio, se oferecerem para o serviço do exército, bem como os designados (sorteados) que comparecerem no devido tempo, têm direito, no fim de vinte anos de praça, a uma remuneração de 1:000$000 (um conto de réis) e à reforma com o respectivo sôldo por inteiro". Era melhor que o recrutamento a dente de cachorro, mas não era, ainda, o ideal. Mesmo um monarquista impenitente, como Oliveira Lima, havia de reconhecer: "O modo de recrutamento do Exército constituía um defeito básico e é o responsável pela sua organização defeituosa.

Não existindo o serviço obrigatório, que depois nobilitou o exército argentino, procedia-se por meio de alistamento, que só se efetuava entre as classes inferiores da sociedade. Nas fileiras do Exército como nas tripulações da Esquadra só se viam negros e mestiços de vários tons, além de brancos dos sertões, que todos bem sabiam morrer de armas nas mãos, inexcedíveis na coragem e na indiferença ao sofrimento físico, mas oferecendo uma matéria-prima de crassa e brutal ignorância para o manejo político".

O govêrno, advertido de que se formava uma mentalidade pouco conformista dentro das classes militares, do que surgiam provas, de quando em quando, nas colunas da imprensa partidária, tentou pôr um freio a tais manifestações, através do decreto n.° 5884, aprovando o regulamento disciplinar para o Exército em tempo de paz. Nessa lei, eram consideradas transgressões disciplinares, entre outras, as seguintes: autorizar, promover ou assinar petições coletivas; usar do direito de representação em têrmos não comedidos, ou, em vez de recorrer a êsse meio legal, censurar o seu superior por quaisquer escritos, ou impressos; provocar pela imprensa conflitos ou rixas com os seus camaradas; dirigir qualquer petição em objeto de serviço, ou queixar-se contra o superior sem ser pelos trâmites legais, ou dar queixa caluniosa; publicar qualquer representação que tenha feito contra seu superior, sem permissão da autoridade a quem a mesma representação foi dirigida, etc. Êsse regulamento abolia os açoites e determinava como castigos corporais às praças a supressão de umas tantas refeições, a diminuição das rações nas refeições conservadas e a carga de armas, um suplício que consistia em ter sôbre os ombros, durante duas horas, o pêso de seis espingardas de adarme 17 (*). Se tivesse de ser infligido êsse castigo mais de uma vez, seria obrigatório o intervalo de quatro horas entre uma e outra aplicação.

(*) A propósito dêste castigo corporal, veja-se como o descreve o general F. DE PAULA CIDADE, na memória "O Exército em 1889": A carga de armas era igualmente usada ainda há pouco tempo. Geralmente era aplicada pelos comandantes de companhia, às vêzes combinada com a palmatória. Punham-se dois fuzis aos ombros do soldado, que os segurava pelo cano, tendo por conseqüência os coices para trás. Sôbre êsses dois fuzis, atravessavam os outros, distribuindo-se a carga. Era proibido empregar mais de seis armas, mas na prática êsse número era em regra excedido" ("A República Brasileira", coletânea editada pela Biblioteca Militar, 1939, págs. 277-278).

É fácil verificar, pelo texto parcialmente transcrito, que o maior interêsse do govêrno era silenciar as críticas nascidas da insatisfação de uma oficialidade mais do que nunca decidida a fazer valer direitos e não apenas a cumprir deveres.

Meses depois de aprovadas essas leis, o Visconde do Rio Branco resolve demitir-se, "fatigado de tão extenso govêrno, mortificado pelas injustiças que sofreu, desgostoso talvez do próprio Ministério, que não oferecia o mesmo aspecto compacto e unido de 1872", como nota Joaquim Nabuco, em "Um Estadista do Império".

* * *

Para constituir o novo gabinete chama o imperador outro conservador, — e nenhum com maior soma de serviços ao Império. O escolhido é o velho Duque de Caxias, que traz como uma das figuras principais de seu gabinete, quase um vice-"premier", o velho parlamentar João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, senador desde 1856 e deputado desde 1843. Caxias tinha uma missão como político e outra como chefe de govêrno. A do político era unificar o Partido Conservador, em que havia grupos desavindos. A do chefe de govêrno era apagar os ressentimentos causados pela atuação enérgica de seu antecessor. Apresentando o gabinete, num discurso dos mais curtos de que há exemplo na vida parlamentar do Império, nada prometeu desde logo, limitando-se a afirmar: "Seremos moderados e justos". Mas assumira o poder, a 25 de junho de 1875, já com a intenção deliberada de anistiar os bispos. A anistia era uma tradição no Império e tinha beneficiado até os que, de armas na mão, tinham lutado para destruir a monarquia. Mais ainda: era uma tradição do próprio Caxias. O imperador, porém, resistiu às primeiras sugestões do velho soldado.

Numa exposição ao imperador, diz o presidente do Conselho: "Esta, portanto, a situação: grande perturbação nas consciências, anarquia no regime eclesiástico, o cisma em começo de manifestação, desordem entre a Igreja e o Estado. As conseqüências podem ser funestas. Sem falar na ten-

dência inconveniente para a separação dos dois Poderes, continua a fornecer aos aventureiros e especuladores matéria para desvairarem a população, máxime em uma quadra climatérica tal como a das eleições, agravada pela reforma do processo e especialmente pelo novo sistema de alistamento militar, pelo recenseamento. Urge pôr têrmo a êsse estado de coisas; e o meio mais profícuo, conforme dita-nos a consciência da própria responsabilidade, é a anistia. O bem do Estado e a humanidade aconselham o emprêgo de tão salutar providência". Apesar de tudo, o imperador ainda continua a reagir.

Em vez de dar resposta, embarca para São Paulo. Na volta, Caxias propõe um dilema: ou a anistia, ou a retirada do gabinete. Afinal, cede D. Pedro II, mas cede contrariado, deixando, por escrito, as suas dúvidas quanto ao resultado da medida: "Essa questão é grave, e por isso reservo ao menos o meu modo de pensar sôbre ela. Faço votos para que as intenções do Ministério sejam compensadas pelo resultado do ato de anistia, mas não tenho esperanças disto". (*) Na mesma data da carta do imperador, isto é, a 17 de setembro de 1875, em nome do gabinete, o senador Diogo Velho, futuro Visconde de Cavalcanti, assina o decreto n.º 5.993, concedendo anistia aos eclesiásticos das dioceses de Olinda e do Pará, envolvidos "em conflito religioso", ficando em perpétuo silêncio os respectivos processos. O bispo do Pará aceitou de bom gôsto a anistia. Mas o de Olinda, quando se abriram os portões da Fortaleza de São João, onde cumprira pena, fêz uma profecia agoureira sôbre o destino do Império: "Êsse, vai rolando, precípite, pelo declive escorregadio de um plano inclinado. Já tem descido muito; continua a descer, a descer sempre! Irá certamente esboroar-se, no fundo do abismo, se na carreira vertiginosa em que se despenha, não o detiver expressa a mão de Deus!"

Ressentido e intransigente, D. Vital partiu para a Europa. Tornou ao Brasil e, depois, se recolheu ao convento dos Capuchinhos, de Versalhes, onde morreu em 1878, aos 34 anos de idade. A repercussão dêste episódio teria quinze anos depois decisiva importância na atitude do Govêrno

(*) Cf. "Caxias", do general Afonso de Carvalho.

Provisório, chefiado por Deodoro da Fonseca, ao regular as relações entre a Igreja e a República.

Caxias, nos primeiros meses de govêrno, tivera alguma preocupação com os problemas militares, e precisamente para proceder com mais desembaraço deliberara ficar, êle próprio, com a pasta da Guerra. A 29 de setembro de 1875, assinava o decreto mandando contar em dôbro o tempo de serviço em campanha, para reforma dos oficiais e praças de pré, do Exército e da Armada. No ano seguinte, a 15 de novembro, assinava outro decreto, aprovando o regulamento para a disciplina e serviços internos dos corpos arregimentados do Exército em quartéis fixos. A 28 de dezembro, ainda de 1876, seu ministro da Marinha, o deputado Pereira Franco, criava o Colégio Naval, suprimindo o Externato da Marinha. Pelo mesmo titular, foi reformado o regulamento do corpo de maquinistas da Armada. Por fim, a 29 de dezembro de 1877, Caxias aprovou o regulamento para a Escola de Infantaria e Cavalaria, do Rio Grande do Sul, tomando ainda outras medidas no setor da administração militar. O velho soldado andava já pela casa dos 75 anos, com a saúde abalada e extremamente fatigado. Sentia-se sem fôrças para continuar à testa do govêrno. Escreve a D. Pedro II uma carta, pedindo demissão. Sua intenção era a de se fazer substituir na presidência do Conselho pelo Barão de Cotegipe, ficando de pé o gabinete e, com êste, o predomínio do Partido Conservador. A resposta de D. Pedro II foi para êle desconcertante: o monarca aceitava a demissão, não de Caxias sòmente, mas de todo o ministério, anunciando-lhe a intenção de entregar o poder aos liberais. É o próprio Duque de Caxias quem, a 1.º de janeiro de 1878, chama à Côrte Cansansão de Sinimbu, que se achava fora do Rio de Janeiro, em telegrama em que lhe pede compareça à presença do imperador, em São Cristóvão. Há quem diga que, desde então, magoado, Caxias começou a morrer, no seu retiro da Fazenda de Santa Mônica. Contudo, o telegrama por êle mesmo passado a Sinimbu é o de quem, habituado a contemplar o revezamento dos partidos, encarara a inversão da situação política como coisa perfeitamente natural e, assim, cumpria a praxe de transmitir o convite imperial ao sucessor.

* * *

Alguns anos depois da publicação do manifesto republicano de 1870, começava a tomar corpo, no Brasil, um movimento de idéias que representava alguma coisa de realmente novo em nosso meio. Era, ainda, embrionário, insinuando-se primeiro através do ensino da matemática superior e só depois passando ao terreno filosófico e político, o surto do positivismo, ideado por Augusto Comte e definido por um dos seus corifeus, Miguel Lemos, como "um sistema dotado do caráter de certeza peculiar às ciências já constituídas e abrangendo em sua coordenação os fenômenos políticos e morais". A doutrina de Comte se fêz sentir de modo difuso, entre os professôres de matemática, até que um dêstes, o Dr. Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, repetidor do Colégio de D. Pedro II, tentou a 1.º de abril de 1876 (*) fundar o primeiro núcleo organizado dos adeptos da filosofia positiva. Eram pouquíssimos os seus membros e quando Oliveira Guimarães desaparece, em janeiro de 1878, chega a ficar reduzido a apenas quatro. São êstes, com outros aderentes, que a 5 de setembro de 1878 fundam, sob a presidência do Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, como continuação da anterior. Na ata da fundação, aparece o nome de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, investido num dos cargos de diretoria, o de bibliotecário. Êste jamais seria um positivista ortodoxo. Tomaria, no futuro, muitas posições contrárias à própria doutrina de cuja divulgação fôra um dos precursores em nosso meio. O real impulso do positivismo brasileiro, — que nunca passou, mesmo no período de maior desenvolvimento, de umas duas centenas de prosélitos, uma minoria altamente intelectualizada e atuante, — só se daria com o regresso, da França, dos antigos estudantes da Escola Politécnica, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, os quais exerceram função verdadeiramente apostolar, numa pregação constante das idéias comtistas. Em breve, iam se tornando vulgarizados, senão a doutrina, em si, pelo menos alguns de seus "slogans": o do altruísmo, — *"viver para outrem"*; o que sustenta o primado da humanidade sôbre o

(*) Conforme TEIXEIRA MENDES, *Resumo Cronológico da Evolução do Positivismo no Brasil*, pág. 23. *Apud* João Cruz Costa, "Contribuição à História das Idéias no Brasil", no n.º 83, pág. 168.

indivíduo: *"o homem se agita e a humanidade o conduz;"* e outros, tais como: *"os vivos são cada vez mais governados pelos mortos"* e *"o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim"*. Era a Religião da Humanidade, em substituição "à mistura pueril da teologia e da metafísica ensinada nos colégios", conforme a expressão de Miguel Lemos. Logo depois do regresso de Paris, escreve êste uma carta de adesão à Sociedade Positivista do Rio de Janeiro e, com o seu ardor de neófito, começa a desenvolver uma atividade infatigável, que cedo o colocará à testa do movimento. Glorificando Camões, comemorando a morte de Comte, lançando manifestos contra a escravatura, o positivismo representa uma fôrça ativa de propaganda antimonárquica, pregando também a República, mas a República à sua maneira, baseada na ditadura, uma ditadura esclarecida e patriótica, que colocasse acima de tudo o bem do povo e promovesse a incorporação do proletariado à sociedade. Quando estavam ligados ao republicanismo puro e simples, o que nascera do manifesto de 1870, de sentido eminentemente liberal, os positivistas eram os primeiros a estabelecer a linha divisória entre uma e outra atitude, asseverando: "temos uma organização própria, idéias próprias, e métodos próprios; temos o nosso sistema político, a nossa disciplina, e até a nossa hierarquia, tudo isto fundado em doutrinas inteiramente diferentes das adotadas pela maioria do Partido Republicano" (*).

Particularmente em relação ao imperador, o positivismo, humanitário, altruísta, imbuído de idéias de amor ao próximo, tinha uma atitude ao mesmo tempo sentimental e ingênua. Pretendia pela fôrça de sua propaganda, pela tenaz pregação das idéias de Comte, levá-lo à convicção de que devia, êle mesmo, proclamar o regime republicano, desvestindo-se das insígnias imperiais. Ou, então, esperar que chegasse ao fim o seu longo reinado e, uma vez morto o soberano, a nação se constituiria em República, sem a violação dos seus direitos e apenas deixando de aceitar a princesa Isabel como imperatriz... A ortodoxia positivista, como já foi notado, entre outros, por Vicente Licínio Cardoso, não viria a ter uma

(*) Carta ao diretor da "Gazeta da Tarde", citada por JOÃO CRUZ COSTA, em *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, nota 156, pág. 195.

influência decisiva na preparação da República. Mas aos elementos heterodoxos, como Benjamin Constant, estaria reservado um papel de singular relêvo no quadro dêsses acontecimentos. Êste foi, na frase feliz de Cruz Costa, um *formador de homens*. Sem encarar o positivismo sob o aspecto religioso, sem querer exercer um sacerdócio ou apostolado, foi um divulgador da filosofia comtista e propagou a aversão à monarquia, mas acima de tudo preparou o seu próprio espírito para o papel que, mais tarde, seria chamado a desempenhar. É interessante notar que, enquanto o positivismo tomava impulso, o movimento republicano parecia entrar em súbito declínio. O progresso do novo partido não era o que se esperava. Desaparecida "A República", tinha não só perdido uma tribuna como um elemento de aglutinação. Um dos principais redatores daquele órgão tinha sido afastado do Brasil, com a oferta de um excelente pôsto diplomático, primeiro no consulado de Baltimore e, logo, no de Nova York: Salvador de Mendonça. O jornalista republicano consultara três dos seus correligionários mais graduados, antes de aceitar o pôsto; Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Lafaiete Rodrigues Pereira. "Os três consultados, — escreveria êle, um dia, justificando-se das críticas de apostasia, — responderam-me uniformemente que, no regime que vigorava, os cargos administrativos não pertenciam ao imperador, mas ao gabinete responsável; que os republicanos não podiam ser dêles excluídos; que não era sequer lugar de confiança política o que me era oferecido e que, conseguintemente, não haveria quebra nem derrogação do credo republicano em aceitá-lo" (*). Depois disto, era o próprio Lafaiete quem viria a ser atraído, não com um emprêgo qualquer, mas com uma pasta ministerial, ao ascender ao poder o Partido Liberal, após dez anos de duro ostracismo. Ausente dos altos postos desde o último gabinete de Zacarias, voltava sob o comando de João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, futuro visconde, que antes de tudo procura recompor o destroçado partido, chamando para junto de si, como demonstração dêsse desejo, um elemento da ala extremada de outrora, que fizera praça de seu republicanismo. Escreveu Ferreira de Araújo, em seu

(*) SALVADOR DE MENDONÇA, *Ajuste de Contas*, datado de 1899-1904, Tip. do "Jornal do Comércio", pág. 21.

livro "Coisas Políticas", que foi tal a surprêsa de Lafaiete, ao ser convidado para a pasta da Justiça, que respondeu, incrédulo, com uma gargalhada desconcertante, pensando que se tratasse de uma pilhéria... Tal escolha colocava os republicanos diante de um problema sério. Até então liberais e republicanos, sob provações comuns, curtindo as durezas do ostracismo, eram aliados naturais. Em várias eleições, republicanos tinham figurado em chapas liberais, — sem grande sucesso, é verdade, — para a vereança de várias cidades e para as cadeiras das assembléias provinciais. Agora, que subiam os liberais ao poder, viam-se diante desta alternativa: deviam romper abertamente com os antigos aliados, acusando-os de desfalcar as suas fileiras de valores dos mais representativos, ou admitir a possibilidade de uma colaboração republicana, com a monarquia, o que seria absurdo. No primeiro caso, havia ainda a considerar a atitude pessoal de Lafaiete. Era êste ou não um traidor? Se era, devia ser expulso, anatematizado, ferreteado.

Os republicanos de São Paulo tomaram a dianteira, reunindo-se para deliberar sôbre o assunto. E acabaram assinando uma declaração em que, embora reconhecendo a excelência dos motivos que tinham influído Lafaiete a aceitar o pôsto no gabinete, para o fim de colaborar na reforma eleitoral, recusavam apoio ao novo govêrno liberal. "Mantendo-nos firmes em nossos postos, — dizia o documento, — esperamos que o ministério se apresente perante as Câmaras e exponha suas idéias e medidas governamentais, para deliberarmos então se poderemos apoiar as reformas que facilitem a vitória da idéia capital do nosso programa — a República Federativa. Antes disso, porém, não nos é permitido, por nossos próprios intuitos políticos, prometer apoio aos atos do govêrno, que nem sequer disse ainda ao país ao que veio. Apreciando assim a situação e os acontecimentos anteriores, julgamos conveniente, como necessidade de ocasião, aconselhar aos nossos correligionários que se organizem por tôda parte e permaneçam firmes, guardando com vigor sua completa autonomia em face dos partidos monárquicos" (*).

(*) *Apud* GEORGE C. A. BOEHRER, *Da Monarquia à República* (História do Partido Republicano do Brasil) (1870–1889), edição do Serviço de Documentação, do Ministério da Educação e Cultura, pág. 88.

Não fôra essa atitude prudente e cautelosa, ter-se-ia dissolvido o nascente movimento republicano. Ao próprio Saldanha Marinho, tentou Sinimbu absorver, promovendo, através do Partido Liberal, a sua volta à Assembléia Geral do Império, como deputado pelo Amazonas, na legislatura de 1878–1881. O entendimento havido explica a frouxidão da conduta de Saldanha Marinho nessa legislatura: estava comprometido com a situação liberal. Continuou, porém, inassimilável. E foi pôsto de parte, retornando ao ostracismo e à franca propaganda das idéias republicanas. Para o fim do domínio liberal já estavam os republicanos em entendimentos com os conservadores, em cujas chapas passavam a figurar os seus candidatos, notadamente na Província de São Paulo. Alijando os conservadores e chamando ao poder Sinimbu, é mais do que evidente que o imperador teve em vista golpear o republicanismo com o fortalecimento da unidade do Partido Liberal, principal viveiro de neo-republicanos. Mais, ainda: dar-lhe-ia a incumbência de propor a reforma eleitoral há longo tempo reclamada por aquela facção e que servia para robustecer a campanha desferida contra a monarquia e os proclamados abusos do Poder Moderador. É com a ascensão de Sinimbu que o Partido Republicano entra no seu período mais crítico e desalentador. As deserções impressionaram de tal forma que Aristides Lôbo julgara necessário opor-lhes um dique, ou pelo menos armar ao efeito, com intuitos de propaganda. Daí o Têrmo de Compromisso e o Têrmo de Adesão, o primeiro de 20 de setembro de 1877 e o segundo a 27 de outubro, hipotecando fidelidade e adesão ao manifesto de 1870. Aí aparecem as assinaturas de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, ambos ainda sem os compromissos da ortodoxia positivista, que os havia de afastar do republicanismo liberal. E também a de um senador vitalício, Francisco de Paula da Silveira Lôbo, tio de Aristides Lôbo e antigo militante liberal. A esta adesão, haveria de responder, em breve, o astuto Sinimbu, com a elevação, à Câmara vitalícia, de um liberal "recuperado", o ex-republicano Cristiano Benedito Otôni... A observação de José Maria dos Santos, de que os têrmos de fidelidade e adesão eram antes uma confissão de fraqueza que de fôrça do movimento republicano, é inteiramente procedente. Não podia

deixar de ser assim, de vez que o movimento adquirira tôda a sua fôrça propulsora através da queda brusca do Partido Liberal, pela intervenção do imperador, que, a fim de chamá-los ao poder, agora afastava do mesmo modo os conservadores.

A reversão da situação iria, paradoxalmente, conduzir os conservadores a alianças com os republicanos, mais extremados que os liberais e que liberais em muitos casos tinham sido...

Ao assumir o poder, Sinimbu prometera a reforma da lei eleitoral, frisando que a iniciativa partira do próprio imperador (*). "Sua Majestade, — dissera, ao expor o seu programa, — tendo reconhecido a oportunidade de se fazer a reforma eleitoral direta, informado da opinião do país, que não vê hoje nisto uma questão de partido, mas de interêsse geral, e depois de ouvidos os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, entendeu, e no meu parecer mui lògicamente, que devia caber a realização desta reforma ao partido que primeiro a reclamou, e sempre sustentou como ponto principal de seu programa. Honrado com a confiança da coroa, não podia desconhecer nem a dificuldade da missão que me era incumbida, nem as graves circunstâncias em que se achava nosso país. Entendi, porém, que não devia declinar dessa honra, porque não me parece lícito a nenhum cidadão recusar à coroa os seus serviços, quando entende que êles podem ser proveitosos à causa pública. Tratava-se, além disso, de uma idéia pela qual eu, como todos os meus amigos, tinha sempre propugnado com a maior insistência; e incorreria em grave responsabilidade se, achando ocasião oportuna para promover a sua realização, a isso me negasse". É a idéia capital, quase única, do gabinete de 5 de janeiro de 1878.

Sinimbu procurava colocar a questão com habilidade, de modo a tornar menos falsa a posição de Lafaiete Rodrigues Pereira, como ministro da Justiça. Do gabinete faziam parte duas outras figuras das mais ilustres da política do Império: uma, Gaspar Silveira Martins, grande tribuno, então deputado,

(*) D. Pedro II, em carta à Condessa de Barral, diz que não se fêz senão o que quiseram os partidos e que êle mesmo não acreditava na eficácia da reforma eleitoral...

que ocupou a pasta da Fazenda. E, na pasta da Guerra, o senador Marquês do Herval, a quem Deodoro salvara de ser capturado quando da invasão do território paraguaio. Um gabinete que sucedia ao do Duque de Caxias, que vinha de ocupar a pasta da Guerra, não podia colocar um deputado qualquer, paisano e sem títulos de glória, na cadeira que tinha ficado vaga com a demissão do grande soldado. Assim como Caxias era o grande general conservador, Osório era o grande general liberal. Embora velho e doente, teve êle de assumir o pôsto, além das obrigações que já tinha como senador.

Nos papéis de Osório, que se encontram no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico, se acham alguns documentos que atestam o aprêço e o bom conceito em que êle tinha Deodoro. A atitude dêste era, como já vimos, a da maior veneração por Osório. Num bilhete que, de Recife, lhe manda, pedindo-lhe exemplares das ordens do dia do Exército que operou no Paraguai, de recente publicação, Deodoro assina-se "respeitador amigo e criado obrigado".

Em 1879, surge um incidente desagradável, entre o presidente da Província da Bahia, Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, e o comandante das armas, brigadeiro Barros Falcão. Ali se encontrava Deodoro, no exercício da função de inspetor. É o homem para quem Osório imediatamente apela.

Comunica-se, desde logo, com o presidente da Província, em telegrama reservado, a 21 de junho de 1879, dizendo-lhe: "Sendo nesta data dispensado do comando das armas dessa Província o brigadeiro Barros Falcão, determine V. Ex.ª que imediatamente assuma o mesmo comando o brigadeiro Manuel Deodoro da Fonseca, devendo aquêle brigadeiro recolher-se, em objeto de serviço, a esta Côrte. O major Tude Soares Neiva, também com urgência deve recolher-se a esta Côrte. Se V. Ex.ª entender que algum oficial dessa guarnição é inconveniente em aí continuar, mande-o recolher-se a esta Côrte".

Também em telegrama, dirige-se o Marquês do Herval a Deodoro: "Por urgência de serviço, é V. Ex.ª nomeado para assumir interinamente o comando das armas dessa Província e estimaria que aceitasse o comando efetivo. Responda-me, que lhe convier? (sic). Assumindo o comando,

parece conveniente nomear novo secretário, se julgar necessário". Repete a recomendação já dada ao presidente sôbre a transferência para a Côrte dos oficiais insubordinados e conclui: "Providencie como julgar conveniente no sentido de estabelecer a boa ordem e a disciplina nos corpos da guarnição". O telegrama de Osório é muito expressivo. Vale como uma carta branca, demonstrando a sua grande confiança em Deodoro, em cujo critério se arrimava.

Não menos interessante é a carta que Deodoro escreve a Osório, quase um mês depois de ter assumido o comando das armas da Bahia. É que demonstra principalmente duas coisas: o estado da desorganização do Exército Nacional sob o Império, e, de outra parte, o senso moral de Deodoro. Vai aqui na íntegra êsse curioso documento: "Bahia, 17 de julho de 1879. Ilmo. Exmo. Sr. Marquês do Herval. Marcho em paz no comando das armas, porém contrariado e aborrecido, tanto mais quanto me faltam os meios para fazer-se alguma coisa. Não passo de um verdadeiro comandante superior de Guarda Nacional da roça. Declaro a V. Ex.ª que os corpos da guarnição têm falta de oficiais e de praças de pré, peço que me ajude mandando recolher:

Ao 16.º de infantaria — os tenentes Manuel Feliciano Pereira dos Santos, agente da escola de tiro: é fácil a sua substituição — Joaquim de Freitas Júnior, adido ao 15.º Batalhão — João Francisco Guimarães — não apresentado. Alferes Manuel Antônio da Silva, em diligência no Paraná.

9.º Batalhão — Alferes Jerônimo França, não apresentado. Alferes Luís Ferreira França, não apresentado. José Lopes Ferreira, em diligência na Paraíba. Francisco de Sousa, em Pernambuco, adido ao 14.º por ordem de V. Ex.ª: é um vadio de 1.ª classe, que por causa de negócios com títulos de voluntários da pátria, coisa escandalosa naquela província, não deve ali servir.

Outro pedido. Da companhia de operários militares do Arsenal de Guerra foram transferidas para os corpos do Exército algumas praças, entre elas os soldados João Ferreira Martins e Conrado José de Almeida, que, incluídos no 9.º Batalhão por ordem de V. Ex.ª, foram agora chamados à Côrte por V. Ex.ª; são músicos, ainda que principiantes,

e fazem falta à música do 9.°. V. Ex.ª permite que êles voltem ao batalhão?

Mais outro pedido. O soldado Francisco Antônio Ferreira, adido ao 9.° Batalhão, requereu transferência para êsse batalhão na qualidade de efetivo. V. Ex.ª o atenderá? Terei muitas vêzes de incomodar a V. Ex.ª com estas coisinhas, que são próprias do comando das armas, e portanto digne-se desculpar ao — De V. Ex.ª amigo reverente e criado, — *Manuel Deodoro da Fonseca*".

Não só o comandante das armas se ocupava de miudezas e de coisinhas. O próprio ministro da Guerra também, mesmo sendo o portador de uma espada gloriosa como a do Marquês do Herval...

* * *

A morte veio surpreender no mesmo mês e no mesmo ano dois dos ministros do gabinete Sinimbu. Um dêles Domingos de Sousa Leão, Barão de Vila Bela, antigo deputado provincial, deputado geral em três legislaturas e presidente de Pernambuco, quando se dera a queda do gabinete Zacarias. Muito doente, foi pouco tempo depois substituído interinamente no Ministério dos Estrangeiros por Carlos Leôncio de Carvalho e, depois, por Sinimbu e, por fim, por Antônio Moreira de Barros. Morreu a 18 de outubro de 1879. Quatorze dias antes, a morte do Marquês do Herval representaria um grande desfalque, para o Exército, como para o Partido Liberal. Numa sucessão rápida e impressionante, vão desaparecendo, um a um, os grandes vultos das nossas fôrças de terra. Em janeiro de 1879, já havia desaparecido o general Polidoro, aos 77 anos. Agora, Osório, aos 71. Menos de um ano depois, a 7 de junho de 1880, chegaria a vez de Caxias, aos 77 anos. Figuras novas teriam de surgir, dentro do Exército, para tomar-lhe a liderança, para falar em seu nome, para representar as classes armadas em seus momentos de crise ou em suas aspirações insatisfeitas. O Visconde de Pelotas seria uma delas. Deodoro da Fonseca, outra. Êste brigadeiro é um homem de confiança, sempre utilizado em inspeções. Quando deixa o comando das armas da Bahia, vai fiscalizar tropas e quartéis do Rio Grande do

Sul, de onde manda relatórios e mais relatórios à Repartição do Ajudante-General. Volta, depois, a Pernambuco e, desta vez, tem que estender sua ação também à guarnição de Fernando de Noronha, por onde já andara nos idos da rebelião praieira. Entra ano, sai ano, e o brigadeiro Deodoro não esquenta lugar. Ainda não há vaga que possibilite nova promoção. Em 1880, vem inspecionar, na Côrte, o Laboratório Pirotécnico de Campinho. Só se livra, temporàriamente, das inspecções, quando, em 1882, é nomeado membro da comissão de promoções do Exército, em substituição a seu primo, o brigadeiro Rufino Enéias Galvão, então Barão de Maracaju. Se nada mais fizesse, daí por diante, a não ser cumprir as obrigações da rotina, já agora bem mais suaves, galgaria os últimos postos da carreira. Para isto, bastária ter paciência e vida. Da política, nunca precisara. Muito menos havia de precisar, agora. Era militar e só militar. Entretanto, já devia estar sob a mira dos conservadores. Não tardaria a política a atraí-lo, a tentá-lo, a buscar capitalizar o prestígio de seu nome ilustre e de sua nobre espada, como já havia utilizado, no passado, o de Caxias, Pôrto Alegre, Polidoro e Osório...

* * *

Desfalcado pela morte de dois titulares, o gabinete de Sinimbu, com o correr do tempo, vai se renovando quase inteiramente. Só duas pastas não terão mais de um ocupante: a da Justiça, entregue a Lafaiete, e a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, exercida pelo próprio presidente do Conselho. Quando Silveira Martins, entrando em choque com Sinimbu, deixa a pasta da Fazenda, fornecendo aos dicionários de neologismos um verbete novo, — a designação de "gasparinhos" dada às frações de bilhetes de loteria, cuja venda regulamentara, — assumiu aquêle pôsto Afonso Celso de Assis Figueiredo, o antigo ministro da Marinha do gabinete de Zacarias e futuro Visconde de Ouro Prêto. Nessa passagem pela pasta das Finanças, ia o ilustre homem de Estado conquistar uma parte da carga de impopularidade

que lhe dificultaria, sobremaneira, a ação futura, como chefe do último gabinete da monarquia. Preocupado com a precária situação financeira do país, tomou Afonso Celso uma série de medidas, tôdas elas tendentes a melhorar a arrecadação nacional. Numerosos impostos foram aumentados, através de regulamentos e decretos, expedidos a pretexto de disciplinar a matéria. Entre outros, o impôsto do sêlo, o impôsto sôbre vencimentos, foros e laudêmios sôbre propriedades urbanas e rurais, arrecadação da taxa sôbre escravos, cobrança de armazenagem, impostos sôbre docas e faróis, impôsto sôbre o fumo, etc. Por fim, veio o decreto n.º 7.565, de 13 de dezembro de 1879, que mandava executar o regulamento para a arrecadação da taxa sôbre transportes: no valor de vinte réis sôbre cada passagem de bonde. Essa taxa, logo apelidada "o impôsto do vintém", tornou-se extremamente impopular e valeu ao gabinete os mais desabridos ataques, em que se conjugaram, desta vez, a imprensa republicana e a imprensa conservadora. O líder dessa campanha de oposição, a figura que logo tomou a frente do povo, foi o jornalista e agitador republicano Lopes Trovão. No seu pequeno e virulento jornal, a "Gazeta da Noite", desfechou intensa campanha contra o govêrno e, particularmente, contra o ministro da Fazenda, pregando abertamente a insurreição. "Só por meio de uma revolução, — escrevia, — o povo conseguirá chamar o poder ao cumprimento dos seus deveres". Conferências em teatros, comícios de rua, passeatas de protesto, manifestações aos jornais antigovernistas, com discursos bombásticos às sacadas, — e êsses jornais na verdade eram quase todos, da "Gazeta de Notícias" a "O Cruzeiro", constituindo exceção única o morigerado e quase sempre governamental "Jornal do Comércio", — criaram um ambiente de grande excitação na cidade. Formou-se uma comissão popular, constituída pelos Drs. Lopes Trovão, Ferro Cardoso e Joaquim Pedro da Costa, para elaborar um memorial que, ao fim de um comício, êles próprios deviam levar ao Paço Imperial de São Cristóvão. Para lá encaminhou-se uma multidão de alguns milhares de pessoas, com êsses três personagens à frente, depois de inflamado comício, mas a Polícia impediu que entrassem nos terrenos da Quinta da Boa Vista. O imperador mandou depois ordem para que

passassem tão-sòmente os chefes da comissão (*), mas êstes recusaram, e a agitação continuou. No dia marcado para o início da cobrança do novo impôsto, o povo, insuflado pela imprensa, descarrilou e incendiou bondes, arrancou trilhos no largo de São Francisco e na rua Uruguaiana, o que determinou a intervenção de fôrça militar comandada pelo tenente-coronel Antônio Enéias Gustavo Galvão, — primo de Deodoro e futuro Barão do Rio Apa. Êste, atingido por uma pedrada, perdeu a calma e mandou a tropa descarregar as armas contra o povo, do que resultaram vários mortos, aliás quase todos estrangeiros, e número maior de feridos. O govêrno dominou o motim. Contudo, a repressão violenta teve a pior repercussão, impopularizando de tal forma o gabinete que o imperador só não lhe deu imediata demissão para não desmoralizar o princípio da autoridade. A cobrança do impôsto foi relaxada, para aliviar a tensão reinante. E a 28 de março de 1880 chamava o imperador o senador José Antônio Saraiva para organizar novo gabinete. Saía do poder Cansansão de Sinimbu sem ter cumprido a principal promessa de seu programa: dar ao país, com a nova lei eleitoral, pela primeira vez, as eleições diretas.

Caberia a José Antônio Saraiva essa modificação da maior importância na vida política do país. Procurou o chefe do novo gabinete impulsionar a tramitação de um projeto, na Câmara dos Deputados, e, depois, no Senado, logrando vê-lo aprovado nas duas casas legislativas ainda no ano de 1880. A 9 de janeiro de 1881, era publicada a nova lei, sob o n.° 3.029, com a assinatura do imperador e a do ministro do Império, Barão Homem de Melo. A 29 do mesmo mês, é expedido o decreto n.° 7.981, que manda observar as instruções para o primeiro alistamento de eleitores destinado a

(*) "Disse-se aos diretores do *meeting* que eu os receberia se quisessem falar-me sem aparência tumultuária como a todos ouço em audiência; porém não voltaram", escreveu D. Pedro II (carta à Condessa de Barral a 28 de dezembro de 1879). A 2 de janeiro, sôbre os mesmos acontecimentos: "Difícil é a posição de um monarca nesta época de transição. Muito poucas nações estão preparadas para o sistema de govêrno para que se caminha, e eu decerto poderia ser melhor e mais feliz presidente da república que imperador constitucional. Não me iludo; porém não deixarei de cumprir, como até aqui, com meus deveres de monarca constitucional". A 6, depois de dizer que passeou na cidade e encontrou tudo calmo: "Eu só não admito populaça em *ar de ameaça*, como sucedeu domingo atrasado". (Vide, *D. Pedro II e a Condessa de Barral*, publicação por nós organizada para a Civilização Editora).

prevalecer no novo regime eleitoral. Essa reforma vinha ampliar um pouco mais o direito de voto, além de dividir as províncias em vários distritos, segundo a sua população. Assim, o Amazonas passou a ter dois distritos, o Pará três, o Maranhão seis, o Piauí três, o Ceará oito, o Rio Grande do Norte dois, a Paraíba cinco, Pernambuco treze, Alagoas cinco, Sergipe quatro, Bahia quatorze, Espírito Santo dois, Rio de Janeiro (incluindo a Côrte) doze, São Paulo nove, Paraná dois, Santa Catarina dois, Rio Grande do Sul seis, Minas Gerais vinte, Goiás dois e Mato Grosso dois.

Saraiva aplicou a lei com tal isenção que, — caso único na história do Império, — dois dos ministros de Estado que mais brilho davam ao seu gabinete, o Barão Homem de Melo, titular da pasta do Império, e Pedro Luís Pereira de Sousa, titular da pasta dos Estrangeiros, foram derrotados nas províncias em que disputaram lugares na Câmara dos Deputados. O presidente do Conselho portou-se como um verdadeiro liberal, no sentido, não puramente partidário, mas léxico, da expressão. Em algumas províncias, o govêrno obteve vitória total, como no Rio Grande do Sul, mas em outras fêz apenas metade da representação e, no Pará, os adversários lhe infligiram completa derrota. Os deputados paraenses eram todos conservadores! E todos três tomaram posse de suas cadeiras pacìficamente. Na Paraíba, a maioria foi de conservadores: três, contra dois deputados liberais. E dos doze representantes da Província do Rio de Janeiro (incluindo a Côrte), dez eram adversários do govêrno, entre êles alguns da maior combatividade, como Duque Estrada Teixeira, o mais votado de todos, Paulino Soares de Sousa, Andrade Figueira e Ferreira Viana. Em Minas Gerais, escapam cinco conservadores, entre os vinte deputados. Pelo vigésimo distrito de Minas vem o mais jovem deputado da legislatura, o bacharel Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, que embora tenha sido eleito pela chapa do Partido Liberal, dentro em pouco surpreenderá a Câmara dos Deputados com uma profissão de fé republicana. Não importa que, mais tarde, por devoção filial, revoltado com as humilhações e ataques ao pai, se tivesse convertido à monarquia, — a verdade é que foi a dêle a primeira voz republicana a se fazer ouvir, sem rebuços, na Câmara dos Deputados, na

década fatal para a realeza. Seu discurso de estréia foi a 28 de fevereiro de 1882. Nêle declarou:

— Representante da nova geração, sou republicano, adotando o manifesto de 3 de dezembro de 1870, cujos signatários disseram não querer convulsionar a sociedade, mas esclarecê-la; não conspirar, mas discutir, provocando, não dissensões e discórdias, porém simplesmente a reconstrução, promovendo reformas complexas que possam abranger todo o mecanismo social. Aspirando a tais reformas, quero consegui-las legalmente, por meio da luta pacífica, como partidário da propaganda ativa, mas evolucionista e, sobretudo, obediente à lei.

Mas em novos discursos foi um pouco além. Chegava a dizer que acima do imperador existia "a vontade do povo, o qual da mesma sorte que salvara a monarquia abandonada às ondas borrascosas de uma revolução, rasgando a lei fundamental para colocar a coroa sôbre a fronte de uma criança impaciente, também poderia, num ímpeto de legítima cólera, num arremêsso de indignação, fazer rolar tantas das instituições anacrônicas que ainda tolerava, mas que estavam destinadas a cair pela simples evolução dos acontecimentos". Por fim, noutro discurso, tempos depois, sustentava a necessidade de se ir preparando francamente o terreno para outra forma de govêrno.

O período de Saraiva se estende de março de 1880 a janeiro de 1882. O gabinete estava esfacelado. Buarque de Macedo, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, falecera repentinamente, quando acompanhava o imperador numa viagem ao interior de Minas Gerais. O ministro da Guerra, Visconde de Pelotas, se demitira em meados de maio de 1881. O Barão Homem de Melo e Pedro Luís Pereira de Sousa, derrotados nas urnas, tinham perdido a expressão política que determinara a escolha de ambos e haviam sido obrigados a abandonar o poder. Saraiva acha que a sua tarefa estava terminada, com a implantação do novo regime e solicita demissão, chamando o imperador, — que tantas vêzes havia afirmado o empenho de ver solucionada a questão servil! — o deputado Martinho de Campos, o quinto mais votado de Minas Gerais e que timbrava em opor-se, violentamente, à campanha abolicionista, confessando-se "escra-

vocrata da gema". Dizia, mais, que para êsses "salteadores", êsses inimigos da propriedade alheia, êle tinha sempre pronto um argumento: o seu revólver cheio de balas... Quando faz a apresentação do seu gabinete, conquista para êste, desde logo, uma alcunha popular, — "a canoa do Pai Martinho". Em verdade, em seu discurso, faz um apêlo à colaboração dos adversários, nestes têrmos:

— No nosso país nós temos já feito muitos progressos em matéria política. Já antes da reforma eleitoral um grande progresso se fêz, a chamada política de conciliação. Nós somos todos perfeitamente tolerantes, quanto às opiniões dos adversários. Hoje é que se pode dizer como o finado Visconde de Albuquerque — são duas coisas muito parecidas um liberal e um conservador, — e podia mesmo acrescentar-se — um republicano, porque têm todos os mesmos ares de família...

Parecia ensaiar-se para uma política de congraçamento geral, ao estilo do Marquês de Paraná. E acentuava:

— Vivemos às mil maravilhas na mesma canoa e não temos dificuldades quanto às opiniões. Mas, desgraçadamente, os homens têm sempre a mesma natureza, as paixões e os interêsses bons e maus que os unem e desunem. Esta tolerância perfeita de opiniões, que já temos a fortuna de ver reinar no Brasil há muitos anos, ainda não a pudemos conseguir de ambos os lados em relação às pessoas dos adversários. Toleramos neste recinto as opiniões. Temos visto mesmo os conservadores mostrarem grande amor pelas opiniões e terem feito reformas liberais. Mas o que não conseguimos dêles nem de nós é êsse acôrdo quanto à pessoa dos adversários. Entretanto, não podemos dizer que somos uma nação livre, enquanto não tiver cada um o seu lugar de cidadão nesta terra; enquanto os brasileiros não puderem dizer, como eu dizia outrora, talvez sem razão: "Nós somos os cristãos da Turquia". O que eu dizia há anos, sem razão nenhuma, querem hoje os conservadores repetir. Mas a reforma eleitoral alterou as condições de vida e de composição do Parlamento Brasileiro. Nenhum govêrno tem fôrça mais no Brasil para introduzir neste recinto a peste das Câmaras unânimes...

Salienta que a presença dos adversários na Câmara não é uma dificuldade. É, antes, um estímulo. E serve para fortalecer a união dos liberais. Mas faltava ao presidente do Conselho a sedução de um Paraná. Seis meses depois soçobra a "canoa ministerial do Pai Martinho"... A 3 de julho de 1882, sobe ao poder o gabinete chefiado pelo então Visconde de Paranaguá, mais tarde marquês. O novo presidente do Conselho é um áulico, elevado a tal posição menos pelo seu prestígio de senador do que pela estima pessoal do soberano. O ministro da Guerra, por êle escolhido, é o deputado Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão de Afonso Celso de Assis Figueiredo, agora senador por Minas Gerais (*). Sôbre êste desabará a tormenta, em breve, quando tiver de impor com mão de ferro a disciplina, no caso Frias Vilar.

(*) O futuro Visconde de Ouro Prêto fôra nomeado senador em 1879, pouco antes do "motim do vintém".

Deodoro, Marechal de Campo

Os estopins da questão militar — Carlos Afonso e o incidente com Frias Vilar — A dança dos gabinetes liberais — Lafaiete no poder — O assassinato de Apulco de Castro e a conduta do imperador — Abolida a escravidão no Ceará — Festa ao jangadeiro Nascimento na Escola de Tiro de Campo Grande — Franco de Sá, ministro da Guerra, censura o tenente-coronel Sena Madureira — Passam pelo poder os senadores Dantas e Saraiva — O conservador Ferreira Viana combate o "César Caricato" e denuncia os "quarenta anos de mentira e de perfídia".

NOS PRIMEIROS DIAS do ano de 1883, quando Carlos Afonso de Assis Figueiredo era o ministro da Guerra do gabinete chefiado pelo então Visconde de Paranaguá, ocorria, na Côrte, um incidente que seria o primeiro de uma série de episódios destinados a estabelecer profundo dissídio entre os elementos militares e políticos que representavam os partidos monárquicos e governavam a nação em nome do imperador. Ocorreu tal incidente com o coronel Alexandre Augusto de Frias Vilar. Tratava-se, notòriamente, de um turbulento, rebelde ao regime da caserna, já processado antes por atos de indisciplina. Frias Vilar se indispusera com Carlos Afonso logo que êste tomara posse como ministro da Guerra. Antes, na administração de Afonso Pena (*), tentara receber gratificações especiais, por uma comissão que desempenhara no norte do Império, durante a gestão de Franklin

(*) O futuro presidente da República embarcara na "canoa do Pai Martinho" como ministro da Guerra. Depois da queda de Martinho de Campos, voltou a ser ministro com Lafaiete, na pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e com Saraiva, na pasta da Justiça.

Dória. Indeferido o requerimento, por falta de apoio legal, quisera que o novo ministro reformasse o despacho anterior, sem apresentar novos documentos e razões. Valeu-se de empenhos políticos e foi procurar o ministro em sua própria casa, para receber mais uma negativa. Pouco depois, deu-se uma vaga de brigadeiro no Exército. Entendeu Frias Vilar que devia ser êle o novo general. O regulamento das promoções permitia escolha que não obedecesse, rigorosamente, à ordem numérica dos coronéis classificados. Frias Vilar era o 23.º na lista de promoções. O govêrno preferiu, porém, o coronel Floriano Peixoto, que se encontrava em 10.º lugar. "Sua promoção foi qualificada esplêndida por quantos sôbre ela se pronunciaram", — disse, numa justificação, o ministro Carlos Afonso, — "porque o Sr. Floriano Peixoto é um oficial tão distinto pela sua bravura como pela sua vasta ilustração, relevantes serviços e nobilíssimo caráter". Pronto o decreto que promovia o novo brigadeiro, irrompeu na Secretaria da Guerra o coronel Frias Vilar, que, aos brados, declarou:

— Consta na rua do Ouvidor que o promovido é o coronel Floriano Peixoto! Se semelhante notícia vier a ser confirmada, irei ao paço de São Cristóvão levar o meu pedido de reforma ao imperador. Êle terá que recebê-lo com suas próprias mãos, para ouvir meia dúzia de palavras muito significativas e ver o que é o luzir de trezentas baionetas nas ruas do Rio de Janeiro!

Não se limitava o coronel a proferir tais palavras em presença do diretor da Secretaria da Guerra. No quartel do 7.º Batalhão de Infantaria, que comandava, nas ruas e outros lugares públicos, também se manifestava desabridamente contra o govêrno, "de modo inqualificável e escandaloso", segundo expressões do ministro. Carlos Afonso entendeu que não convinha sua permanência no comando daquela unidade e ordenou, verbalmente, ao Quartel-General, que o fizesse embarcar para a Província do Rio Grande do Sul, onde aguardaria ordens. Ao receber o aviso, Frias Vilar mandou tirar cópias do mesmo e as distribuiu à imprensa, declarando, em seguida, que não cumpriria tal ordem. No dia seguinte, apresentou requerimento pedindo reforma. Mandou o ministro submetê-lo a exame de saúde. Julgado incapaz para o serviço ativo, mas em condições de viajar,

deu o ministro providências para que a ordem de embarque fôsse cumprida. Frias Vilar, ainda uma vez, desobedeceu à intimação. Foi, então, compelido a embarcar debaixo de prisão. "Ordenei que a prisão se efetuasse no próprio quartel do 7.º Batalhão, — explicou o ministro, isto é, no meio das trezentas baionetas com que o coronel ameaçava a capital do Império e para que, de uma vez por tôdas, ficasse sabendo que, neste país, só podem invocar as baionetas as autoridades legìtimamente constituídas em nome da lei e da sua execução". Prêso, foi recolhido, a 1.º de fevereiro de 1883, à Fortaleza de Santa Cruz, para no dia 3 do mesmo mês ser embarcado para Rio Grande. A 13 de fevereiro, o Comando das Armas o mandou pôr em liberdade e, por decreto de 20 do mesmo mês, publicado a 21, foi reformado e excluído do efetivo do 7.º Batalhão de Infantaria.

A muitos, pareceu uma inútil exibição de fôrça, um luxo de autoridade, além de criar uma despesa desnecessária para a nação, enviar o govêrno, truculentamente, para uma distante província, um oficial que já havia sido dado como incapaz para o serviço militar e cuja enfermidade, decerto, contribuía para mantê-lo nervoso e irritadiço (*).

Cioso de sua autoridade pessoal, querendo impor exemplos de rija e férrea disciplina, dos quais, no seu entender, andavam os meios militares carecidos, o ministro Carlos Afonso atraiu para si os mais violentos ataques da imprensa conservadora e republicana, ao mesmo tempo que a mais viva impopularidade nos meios militares. Essa impopularidade ainda mais se agravaria, como adiante veremos, ao responder êle, já sem a pasta de ministro, aos que se regozijavam com a sua queda. Tal foi o rumoroso incidente, desenrolado quando no poder um gabinete liberal e quando ministro da Guerra o irmão do futuro Visconde de Ouro Prêto, comparado, pelos caricaturistas, ao famoso Conde de Lippe, o homem da disciplina inamolgável.

(*) ... "foi julgado sofrer de cicatriz regular, resultante de ferida contusa na região dorsal, comprometendo a apófise espinhosa da 4.ª vértebra, e eczema dartioso crônico na parte interna das nádegas, estendendo-se à abertura anal complicado de retite crônica com exsudação mucosa purulenta, moléstias incuráveis que o tornam incapaz, para o serviço do Exército, podendo viajar para a Província do Rio Grande do Sul, uma vez que tenha os meios necessários para o curativo e asseio do seu mal", — dizia o laudo de inspeção de saúde do Ministério da Guerra.

Pouco depois dêsse episódio, por decreto de 3 de março de 1883, referendado pelo conselheiro Carlos Afonso, era Deodoro, ainda no pôsto de brigadeiro, nomeado pela primeira vez comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul, comissão que teria, no futuro, importância decisiva em sua carreira militar e política. Entretanto, ali se demorou pouco, dessa vez, porque, caindo o gabinete Paranaguá, que o enviara para aquêle pôsto, o novo presidente do Conselho, Lafaiete Rodrigues Pereira, que subiu ao poder a 24 de maio de 1883, logo substituiria o presidente da Província (*), e, com êle, o comandante das armas.

Despojado da pasta ministerial, Carlos Afonso não quis deixar passar a oportunidade de justificar-se, em discurso, da atitude que assumira no caso Frias Vilar. E logo, na sessão de 29 de maio, cinco dias depois da queda do gabinete Paranaguá, surgia na tribuna o ex-titular da Guerra, para fazer um discurso verdadeiramente sensacional, menos como defesa de seu ato do que como um libelo contra o estado de desorganização em que se encontrava o próprio Exército. Na sua longa e veemente oração, além de historiar miùdamente o caso Frias Vilar, Carlos Afonso se referiu, ainda, ao escândalo dos fornecimentos e a outros casos menores. Levara-o à tribuna um discurso do deputado pelo Pará, o engenheiro Guilherme Francisco Cruz, que atacara o seu ato e afirmara que tal fôra a truculência do ex-ministro da Guerra, que o oficial deportado para o Rio Grande do Sul não tivera, a bordo, meios sequer de fazer a barba. Carlos Afonso, que era um espírito sarcástico, contemplando a barba cerrada do representante paraense, fêz esta observação que provocou hilaridade no plenário:

— Se é esta uma circunstância agravante, há de me permitir o nobre representante pela Província do Pará que estranhe tal observação, partindo, como parte, de um homem tão barbado como o ilustre colega...

Declarou que preferia não discutir os méritos pessoais de Frias Vilar, mas uma vez que se via arrastado a isso,

(*) Exercia a presidência José Antônio de Sousa Lima, mais tarde Barão de Sousa Lima, tendo sido nomeado por Lafaiete para substituí-lo outro liberal, José Júlio de Albuquerque Barros, futuro Barão de Sobral.

seria, bem a seu pesar, obrigado a trazer ao conhecimento da Câmara fatos que desejaria que ficassem em silêncio. Afirmou que talvez não houvesse, em todo o Exército, pior fé de ofício e piores notas que as do coronel Frias Vilar.

— Se recorrermos aos assentamentos antigos, acharemos alguns que absolutamente não abonam sua conduta, — disse textualmente o ministro da Guerra, — acharemos alguns que dizem, por exemplo, que é relaxado, que tem pouco brio...

Houve exclamações de surprêsa. Estimulado por um aparte contrário do deputado e militar Taunay, o ministro leu vários papéis oficiais. Pintou Frias Vilar como um vaidoso, um empavonado. Alegou que o oficial rebelde costumava exagerar o papel que tivera na guerra com o Paraguai e, principalmente, na batalha de Itororó. Disse ter lido as partes referentes a essa importante ação militar. E acrescentou:

— Nelas, com efeito, se fala no Sr. Frias Vilar, mas de uma maneira muito mais honrosa e encomiástica se mencionam muitos outros oficiais, aos quais ninguém ainda se lembrou de adjudicar a glória de salvar o Exército, o seu general em chefe e suas bandeiras. Faz-se menção muito mais honrosa dos Srs. Hermes Ernesto da Fonseca, Deodoro, Miranda Reis, Barreto, Enéias, Herculano Martins da Rocha, Antônio Gomes Pimentel e outros. A respeito do Sr. Frias Vilar se diz que, em certa ocasião, o batalhão 51.°, de seu comando, fêz um nutrido fogo contra o inimigo. Ora, Sr. presidente, eu acho que o menos que um batalhão pode fazer no campo de batalha, diante do inimigo, é um nutrido fogo sôbre êsse inimigo e não há nisso que admirar desde que haja cartuxame nas patronas...

Prosseguindo nesse tom irônico, qualificou Frias Vilar de "pobre homem, cujo defeito principal é ser muito ignorante e dado à fatuidade". Em vários pontos, o discurso do ex-ministro da Guerra não foi apenas irônico. Chegou a ser cáustico e desabusado. Uma vez, quando se referiu ao desvio de verbas nas administrações militares das províncias, em razão do que determinara a suspensão de quaisquer compras de medicamentos, passando todos os remédios a serem adquiridos diretamente na Côrte, qualificou de "fabuloso" o preço

do quinino adquirido no Pará. Declarou, ainda, que vidros de remédios, como o "Alcatrão de Guyot", que custavam 1$500 ou 2$000 em qualquer parte do Império, não saíam para o Exército por menos de 7$000, 8$000 ou 10$000. As contas fantásticas chegavam ao absurdo.

— Nas enfermarias militares, — declarou, — havia praças do Exército que agüentavam cem sanguessugas a 800 réis de aluguel cada uma, três, quatro e cinco vêzes durante o mês! Havia oficiais do Exército que recebiam mensalmente em medicamentos o dôbro da totalidade dos seus vencimentos. E, o que é mais, nas contas dos fornecimentos dos hospitais e enfermarias militares, figuravam dúzias e dúzias, centenas de que, senhor presidente? De mamadeiras e colares elétricos (*hilaridade*), como se os soldados assentassem praça antes da dentição e fôssem tê-la naqueles estabelecimentos! (*Riso*). Foram tôdas estas misérias que influíram no espírito do govêrno para modificar o sistema do fornecimento.

Outro ponto bastante forte do discurso do deputado mineiro que respondera pela pasta da Guerra foi o que se referia à atitude do Visconde de Pelotas (*), que, em carta publicada na imprensa, criticara desfàvoràvelmente as medidas por êle tomadas, medidas que pareciam ao vencedor de Lopez em Cerro-Corá violentas e injustas. O ministro silenciara. Não lhe dera resposta. Não tinha havido, por parte do general Visconde de Pelotas, uma quebra da disciplina, igual à de Frias Vilar, dando cópia à imprensa de um aviso ministerial e fornecendo, às fôlhas da oposição, elementos de combate ao govêrno, na pessoa do então ministro da Guerra?

Carlos Afonso, ao justificar-se, atacou vivamente o Visconde de Pelotas:

— Sr. presidente, é verdade que deixei impune a publicação dessa carta que irrogava censuras a atos meus. Tive, porém, duas razões para isso.

E, continuando:

— Em primeiro lugar, duvidei da autenticidade daquela carta. Eu sabia que o Sr. Visconde de Pelotas estava grave-

(*) O marechal José Antônio Correia da Câmara recebeu êsse título a 17 de março de 1870 e foi nomeado senador no ano de 1880.

mente enfêrmo, prostrado num leito de dores e quase incapaz de refletir sôbre qualquer assunto. Além disso, Sr. presidente, eu me persuadi de que aquêle oficial, por isso mesmo que é senador do império e uma das mais elevadas patentes do Exército, devia ser o primeiro a enxergar nas imunidades, de que se acha escudado, novo e poderoso incentivo para os exemplos de disciplina em que sempre se mostrou exigente e severo para com os seus subordinados. Recordo-me de um fato. O capitão Firmino Âncora é um oficial distinto, de excelente conduta e muito bons serviços, mas extremamente míope. Atravessava certa ocasião uma rua de Pôrto Alegre, quando do lado oposto passava à paisana o Sr. Visconde de Pelotas. O oficial deixou de cumprimentá-lo. O general chamou-o e exigiu explicações, enfurecido. Desculpou-se o capitão quanto pôde, alegando a fraqueza da vista, a impossibilidade de conhecer o Visconde na distância que os separava. Afinal o Sr. Pelotas pôs têrmo ao incidente exclamando por três vêzes, com tôda a arrogância: "Sr. oficial, eu sou um homem muito conhecido, sou um homem muito conhecido". O pobre capitão julgou terminada ali a ocorrência, que só se podia atribuir a um momento de mau humor, aliás muito freqüente, segundo dizem, no Sr. Pelotas. No dia seguinte, porém, teve ordem de embarque dentro de 24 horas e foi remetido para esta Côrte como insubordinado!! Ora, sr. presidente, sabendo eu dêste e de outros precedentes do Sr. Visconde de Pelotas, não podia acreditar que S. Ex.ª se abalançasse a publicações contrárias à disciplina, só para ter o gôsto de firmar com seu nome três ou quatro chatas banalidades acêrca da administração da Guerra...

Intervieram nesse debate os deputados liberais Taunay, César Zama, Adriano Pimentel e os conservadores Luís Joaquim Duque Estrada Teixeira e Andrade Figueira. O conde Afonso Celso, que participou do debate, apoiando o tio, registrou no livro "Oito Anos de Parlamento": "Defendeu-se Carlos Afonso cabalmente e a oposição não insistiu". Defendeu-se cabalmente, mas principalmente atacou, — e quando já não era mais ministro e não tinha um pôsto a conservar. Feriu fundo o Visconde de Pelotas, excitou melindres nos meios militares e, com suas ironias, com seus rasgos de

franqueza, aprofundou, inconscientemente, o fôsso que começava a separar a monarquia do Exército.

* * *

Seria breve e tormentosa a passagem de Lafaiete Rodrigues Pereira pelo poder, como presidente do Conselho. Os acontecimentos conspiravam contra o ex-liberal que voltara ao aprisco. Deodoro era, então, um observador distante e, talvez, pouco interessado, das mutações políticas que se sucediam, a breves intervalos, principalmente quando estava o poder nas mãos dos liberais, menos unidos, mais propensos às lutas entre si, do que os conservadores. Como pretexto para a sua retirada de Pôrto Alegre, recebera Deodoro incumbência de terminar algumas inspeções iniciadas pelo então brigadeiro Barão de Maracaju: as do Depósito de Aprendizes Artilheiros, da Fortaleza de Santa Cruz, e das guarnições militares das Províncias de Santa Catarina, São Paulo e Paraná. No desempenho dessas tarefas consumiu todo o ano de 1883. No último trimestre dêsse ano, verifica-se um rumoroso episódio, que compromete, ao mesmo tempo, a estabilidade do gabinete, a disciplina militar e a própria posição do imperador, que excede os limites da discrição a que devia estar obrigado, como chefe do Estado. Êsse episódio é o da eliminação do jornalista verrineiro Apulco de Castro, por um grupo de oficiais do 1.º Regimento de Cavalaria, em defesa de um de seus colegas, difamado pelo jornal de escândalos "Corsário" (*). Consumara-se o fato à plena luz do dia, quando o diretor do célebre pasquim deixava a Repartição de Polícia, onde fôra pedir garantias de vida. A opinião pública ficou extremamente chocada com a brutalidade do atentado. Gerou-se uma crise no seio do govêrno, pois Lafaiete lançou as culpas sôbre a fraqueza do seu ministro da Guerra, conselheiro Rodrigues Júnior, exigindo que êste deixasse a pasta, em violenta carta na qual dizia não estar êle preparado para a função. Para maior gravidade do episódio, o imperador, que era também muito atacado pelo "Corsário", inclusive com alusões às suas relações com a Condêssa de Barral, foi três dias depois visitar o quartel do

(*) Ver, a êste respeito, o capítulo "A trágica aventura de Apulco de Castro", em nosso livro *O Império em chinelos*, há pouco editado pela Civilização Brasileira.

1.º Regimento de Cavalaria, embora dali sabidamente tivessem saído os autores do atentado. O deputado conservador Andrade Figueira reprovou-lhe veementemente a conduta, afirmando: "Essa visita do imperador é a humilhação da coroa perante a rebelião militar vitoriosa!" Franco de Sá, substituto de Rodrigues Júnior, dando explicações, disse que o Exército não podia ser responsabilizado pelos atos de dez ou doze desvairados. Contudo, apenas quatro foram indiciados, como autores do crime, o mais graduado dêles o capitão Moreira César, que morreria, já na República, como coronel, na luta de Canudos. Nenhum chegou, porém, a ser pronunciado. Dêsse episódio resultaria a queda de Lafaiete.

Antes, porém, dessa queda, outro incidente, não menos grave, — pelas repercussões futuras, — marcaria o govêrno do republicano convertido à monarquia. A 25 de março de 1884, com a libertação dos últimos escravos, estava feita a extinção total do cativeiro na Província do Ceará. Começara a libertação em 1883, pelo município de Acarape, hoje Redenção, a 1.º de janeiro, seguindo-se Pacatuba e São Francisco, a 2 de fevereiro; Icó e Baturité, a 25 de março; Maranguape e Mecejana, a 20 de maio; Aquirás, a 23, e Fortaleza, a 24 de maio de 1883. Antecipando-se a tôdas as outras províncias, oferecia a do Ceará um exemplo e recebia os louvores entusiásticos da imprensa e das organizações abolicionistas. José do Patrocínio, num arroubo de oratória, glorifica-a como a "terra da luz". O exemplo cearense, varrendo a nódoa do cativeiro por etapas, de município em município, faz com que um grupo de professôres da Escola Politécnica suscite a idéia de se fazer a mesma coisa na Côrte, limpando-a de rua em rua, de beco em beco, de travessa em travessa, de praça em praça. Incumbem-se, êles próprios, de libertar os escravos existentes em tôdas as casas do largo de São Francisco de Paula, que circunda a Politécnica. São êles os professôres Benjamin Constant, André Rebouças, Paulo de Frontin e Álvaro de Oliveira, fundadores do Centro Abolicionista da Escola Politécnica, em que interessam os alunos e, através dêstes, suas famílias e suas amizades.

No movimento abolicionista do Ceará, destacara-se singularmente uma figura de homem do povo, o jangadeiro

Francisco do Nascimento, cognominado pelos seus admiradores "O Dragão do Mar". Era simples trabalhador, levando e trazendo cargas dos navios, ancorados a distância, por falta de condições de atracação no pôrto. Liderando os seus companheiros, êle decretara: "Aqui não embarcam nem desembarcam mais escravos". Ficara, assim, o Ceará fechado ao tráfico de negros, exportados dali, antes disso, para outras províncias. Quando se ultimou a libertação dos escravos no Ceará, os abolicionistas da Côrte tiveram a idéia de convidar o jangadeiro Nascimento a vir ao Rio, para receber homenagens, o que serviria de grande incentivo à propaganda pela imediata abolição da escravatura em todo o território do Império.

Estava Franco de Sá no exercício da pasta da Guerra, quando, em 1884, chegou ao Rio de Janeiro, triunfalmente, o jangadeiro Nascimento. Depois das manifestações populares por ocasião do desembarque, das homenagens nos teatros e nas sociedades abolicionistas, das visitas aos jornais que se empenhavam no combate à escravidão, surgiu a lembrança de se fazer levar o jangadeiro a instituições militares, a quartéis, a escolas.

Existia, na ocasião, em Campo Grande, nos arredores da Côrte, uma Escola de Tiro, sob a direção de um oficial que muito se distinguira na guerra do Paraguai, Antônio de Sena Madureira (*), e que era entusiàsticamente favorável à abolição. Havendo resistência em outros meios militares, onde os comandos temiam incorrer em quebra de disciplina, foi Nascimento levado à Escola de Tiro de Campo Grande, que o recebeu festivamente. A imprensa registrou o aconteci-

(*) Antônio de Sena Madureira nasceu em Pernambuco, no ano de 1841, e antes de sentar praça no Exército cursara, durante um ano, a Escola de Marinha. Especializando-se no ramo de artilharia, bacharelou-se em matemática e ciências físicas e, como tenente, foi mandado à Europa, estudar comunicações, em 1863. Em 1865, foi elogiado por ter desistido da comissão e regressado, para incorporar-se às fôrças em operações. Ferido na cabeça por um tiro de fuzil, foi promovido por bravura e recebeu o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem do Cruzeiro. Ao termino daquela guerra, recebeu também a Ordem da Rosa. De 1872 a 1874, foi professor de Direito Internacional Marítimo, na Escola de Marinha. Era, portanto, um oficial com uma fé de ofício brilhantíssima. Nota curiosa: quando morreu Sena Madureira, em janeiro de 1889, ainda respondendo a Conselho de Investigação, Luís de Andrade, grande figura do abolicionismo, escreveu na "Revista Ilustrada", sob o pseudônimo de Júlio Verim, um artigo no qual fêz a revelação de que o tenente-coronel Sena Madureira não estava presente na Escola de Tiro de Campo Grande, quando ali foi recebido e festejado o jangadeiro Nascimento. Assumiu, contudo, a responsabilidade, como se ali estivesse, para evitar que fôssem punidos seus subordinados e por ser, convictamente, abolicionista.

mento em seu noticiário, frisando a significação de tal pronunciamento em favor da abolição. Franco de Sá, cioso das suas prerrogativas de ministro da Guerra, baixou um aviso, censurando o diretor daquele estabelecimento militar. Êsse incidente, na aparência insignificante, cinco anos depois voltaria à tona, adquirindo um relêvo imprevisto e levando Deodoro a pronunciamentos decisivos. Seria o segundo estopim da "questão militar". Na ocasião oportuna, examinaremos os seus reflexos na vida de Deodoro e no próprio ambiente militar da época, tempestuoso e agitado.

* * *

Espreitando o poder, sem dêle participar, os conservadores começavam a se irritar com o período de ostracismo, que se prolongava, para além de um lustro. Caindo o gabinete do Duque de Caxias, em 1878, em conseqüência da demissão do velho soldado e por não ter querido o imperador manter o gabinete sob a presidência de Cotegipe, ou de outro qualquer membro do Partido Conservador, êstes haviam passado a constituir minoria na Câmara temporária, embora, numa reação vigorosa, tivessem no pleito de 9 de janeiro de 1881 conseguido eleger mais de quatro dezenas de representantes. Um dêsses era Antônio Ferreira Viana, mais uma vez eleito pelo município neutro e pela Província do Rio de Janeiro. O panfletário de "A Conferência dos Divinos", liberal que ingressara no Partido Conservador através da ação de jornalista no "Diário do Rio de Janeiro", mas que não se subordinava estritamente à disciplina partidária, combatia com desusada veemência o poder pessoal do soberano (a quem nunca concedia tal título), ao mesmo tempo que se batia em favor de maior autonomia às províncias e aos municípios, propósitos que não eram seguidos pela maioria dos seus correligionários. Nunca cessou Ferreira Viana de protestar contra o arbítrio do imperador, contra a concentração de poderes que tinha êste nas mãos, contra a anulação do Parlamento e dos políticos, em geral, diante da vontade do monarca. Pode-se dizer que foi, assim, um autêntico vanguardeiro da República, pois que ensinava o desapreço à pessoa do imperador. Afonso Celso, que surgiu na Câmara

do Império como um liberal evoluído, um aliado natural dos republicanos, — embora, depois, derrubada a monarquia, se inclinasse para esta, — frisa o que foi a ação de homens como Ferreira Viana, numa passagem expressiva de seu livro "Oito anos de Parlamento": "Alguns conservadores me apoiaram naquelas manifestações, ou se expressavam de tal modo a respeito das instituições monárquicas e do imperador que fortemente abalavam essas instituições e desprestigiavam o monarca. Ferreira Viana pronunciou, a 31 de julho de 1884, verdadeiro libelo contra o Sr. D. Pedro II, aplaudido pelos conservadores presentes, discurso qualificado pelo orador como de protesto contra o *príncipe conspirador*".

Naquele dia, fêz o tribuno conservador um dos mais devastadores discursos, entre todos os que proferiu, contra o regime monárquico. Feriu, como sempre, a tecla da "onipotência imperial".

— As sucessões contínuas de ministérios, — perguntou, — a intriga fácil que pode ser feita entre os ciúmes e as invejas daqueles que se julgam com habilitações para ser presidentes do Conselho; a obra paciente e longa de dominar e estragar os poderes do Estado e, principalmente, os partidos políticos; tudo isso não está na consciência de todos os que me ouvem? Há alguém satisfeito diante desta onipotência, que abate e sufoca, e que a ninguém exalta, senão depois da humilhação? Senhor presidente, esta situação desgraçadamente é do país, e todos nós temos sido vítimas. Do fundo das minhas desilusões, tenho a grande satisfação de levantar um grito, um grito não de guerra, porque estou velho, mas de protesto e de indignação. É uma situação do país e dela devemos sair com o concurso do país inteiro. Liberais e conservadores, republicanos, homens honestos de tôdas as seitas reunidas em tôrno do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir êste jugo da onipotência usurpadora e ilegal, que tem estragado as fôrças vivas da nação, e que não posso representar melhor do que dizendo: ela é o *deficit* e o *deficit* é ela!

E acrescentava:

— Não tenho mais mêdo senão de Deus! Não temo mais nada, nem receio do senhor do império, nem da condenação

do meu partido, porque lhe digo a última palavra de adeus nesta ocasião solene: nem tampouco das murmurações dos meus adversários, porque sei que são em meu benefício. Se a consciência falasse, eu teria grande maioria, senão unanimidade nesta casa. (*Apoiados*). Portanto, nem mêdo, nem interêsse. Mas o meu espírito, já o disse tantas vêzes! — carece de outras nutrições. Estou cansado de representar nesta comédia política. É uma decoração tristíssima, onde só há espectros e uma única realidade: êste poder onipotente e só, que me aflige, me irrita, e quero, por minha parte, escapar a tôdas as tentações. Não, revolucionário, nunca! Porque, por mim, não se há de derramar o sangue de um só homem...

No final do discurso, declama:

— Quarenta anos de opressões, de onipotência e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião do país desorganizada; quarenta anos de desfalecimentos, de sujeições, de murmurações, de tímidos protestos; quarenta anos de usurpações bem sucedidas, de liberdade constitucional quase suprimida, terão animado talvez o poder a afrontar a opinião do país e a desferir sôbre a Câmara o golpe da dissolução. Sôbre as ruínas do princípio popular, o novo César caricato ousa encorajar os que vacilam ou temem, repetindo: *Quid times? Caesarem non vehes!*

Oliveira Lima declara, em seu livro "O Império Brasileiro": "Os protestos suscitados pela objurgatória injuriosa que anunciara esta expressão não o intimidaram, antes lhe forneceram o impulso de que carecia. A Câmara, ora surprêsa, ora tripudiante, teve que ouvir até o fim essa filípica, mais precursora da República do que os artigos estudados de Quintino Bocaiúva ou os discursos declamatórios de Silva Jardim".

A insatisfação política continuava, quer entre conservadores, quer entre liberais. Embora a lei Saraiva as tivesse liberalizado um pouco mais, as eleições estavam longe de corresponder à realidade. O imperador *fingia* governar um povo livre... Ninguém com mais felicidade do que Rui Barbosa retratou o sistema político no Império: "Govêrno parlamentar, monarquia constitucional, apêlo à nação, entre

nós, são formas emprestadas, ociosas, mentidas, inaclimáveis, talvez, sob as quais a única realidade é a exploração do Estado por uma comandita política, em que a família imperial interessa alternativamente os partidos. Dissolvendo a Câmara dos Deputados, o poder moderador não recorre das maiorias parlamentares para a opinião pública: opera solenemente a falsificação dela, vedando às opiniões oposicionistas o acesso ao Parlamento. As dissoluções são alvarás régios da interdição temporária, verdadeiros decretos de incapacidade parlamentar, fulminados contra idéias malquistas à coroa. Nos dois partidos constitucionais tem Sua Majestade dois escravos e dois carrascos. Nenhum dos dois, quando empunha o tagante imperial contra o outro, cogita na sova da véspera, ou na sova de amanhã. Fustigados, ou fustigadores, dão graças aos deuses, quando lhes é permitido passarem da primeira à segunda condição, e supõem-se glorificados, logo que o senhor comum lhes põe sal nos gilvazes, entregando-lhes nas mãos o instrumento das desforras do soberano" (*). Dizia Rui que "no jôgo do nosso falso parlamentarismo não havia senão simulacros, biombos rotos", e que "a tôdas as dissoluções o país respondia invariàvelmente *sim*", não por sua vontade, mas "graças aos artifícios com que a intolerância das autoridades manipulava a eleição". Não era outra coisa o que, da tribuna do Parlamento, tantas vêzes proclamara Joaquim Nabuco, relembrando, na frase do Visconde de Inhomirim, que "o nosso sistema eleitoral era *uma comédia cheia de episódios trágicos.*" Depois da lei Saraiva, que tentara ampliar, nas suas conseqüências, para dar o direito de voto a um número maior de cidadãos, proclamava Nabuco, em discurso de 24 de julho de 1885: "O que nós temos neste país não é um govêrno representativo, nem é um govêrno nacional. Não é um govêrno representativo porque, infelizmente, nunca pudemos apurar o fato de uma eleição contra um partido. Não é um govêrno nacional porque o censo atual reduz a 180 ou 200.000 os cidadãos que têm o direito de tomar parte na direção política do país. Não é também um govêrno de gabinete, porque nós todos sabemos como os presidentes de Conselho organizam os seus minis-

(*) Artigo no "Diário de Notícias", reproduzido em "A Queda do Império".

térios, em que êles imperam quase sem contraste. Não é um govêrno ministerial, porque os ministros nem nomeiam nem governam livremente, e não é nas chamadas conferências ministeriais que se decide da sorte dêste país, mas sim nos despachos imperiais". O regime continuava a ser uma comédia de equívocos...

* * *

Ao inaugurar-se a sessão legislativa, em maio, o conselheiro Rodrigues Júnior conseguia voltar contra Lafaiete grande parte dos seus correligionários do Partido Liberal, ao apresentar-se como candidato à presidência da Câmara dos Deputados. Rigorosamente, o govêrno estava derrotado, pois Rodrigues Júnior só não foi eleito porque os ministros, que eram deputados, jogaram na balança os seus próprios votos para assegurar a precária maioria de apenas dois sufrágios. Em face de um resultado tão desfavorável, Lafaiete apressou-se a enviar ao imperador seu pedido de demissão. Subiu ao poder outro gabinete liberal, o de Manuel Pinto de Sousa Dantas, em junho de 1884.

O senador Dantas não quis deixar passar a oportunidade em que exercia o govêrno sem adiantar a obra iniciada pelo Visconde do Rio Branco, no sentido de extinguir a escravidão (*). Entrou em conflito com a Câmara, dissolveu-a, procedeu a novas eleições, mas a maioria liberal lhe foi, ainda, adversa, forçando-o, por meio de um voto de desconfiança, a apresentar sua demissão. Ao senador Dantas, e ao seu ministro da Guerra, o deputado Cândido Luís Maria de Oliveira, ficaria Deodoro devendo a assinatura do decreto que o promoveu a marechal de campo.

Desde 9 de janeiro de 1884, tinha êste passado a fazer parte da Comissão de Promoções do Exército, como substituto do marechal de campo Antônio Pedro de Alencastro. Aos 57 anos de idade, tendo participado de duras campanhas, em que provara o seu valor militar e a sua bravura pessoal,

(*) Projeto apresentado pelo conselheiro Rodolfo Dantas, fôra, contudo, redigido por Rui Barbosa.

chegara Deodoro, a 30 de agôsto, ao antepenúltimo pôsto da carreira iniciada no ano de 1843. Serve ao Exército há 41 anos, mas ainda tem diante de si dois degraus a escalar: o de tenente-general e o de marechal de Exército. No seu novo pôsto, aguarda-o uma nova e importante comissão: [por aviso de 10 setembro é nomeado, conjuntamente com outros oficiais generais, para elaborar um projeto de regulamento para o serviço das tropas em campanha, "no qual se discriminarão as obrigações de cada autoridade, aproveitando-se para êsse trabalho o que existir mais recentemente a êsse respeito na França e na Alemanha". Uma das finalidades de tal projeto era o de bem definir as atribuições das Repartições de Ajudante-General e de Quartel Mestre General dos Corpos do Exército de Observação ou de Operações. Aquelas repartições tinham sido criadas pelo decreto n.º 2038, de 25 de novembro de 1857. Seus títulos são pouco explicativos. Mas a primeira tinha atribuições que correspondem, hoje, às do Estado-Maior do Exército, sendo o seu titular, isto é, o ajudante-general, a primeira autoridade militar do Império, como imediato executor das ordens do ministro da Guerra, cabendo-lhe ainda a iniciativa da elaboração dos planos de campanha. A segunda abrangia atribuições que hoje pertencem à Intendência e à Diretoria do Material Bélico. O quartel mestre general era também figura de grande importância e, embora subordinado, para determinados fins, ao ajudante-general, podia despachar e entender-se diretamente com o ministro da Guerra.

Nesse trabalho, na redação do relatório e na inspeção extraordinária, que faz no 10.º Batalhão de Infantaria e no Depósito de Aprendizes Artilheiros, consome Deodoro o ano de 1884. No ano de 1885, por decreto de 23 de maio, é nomeado para o lugar de quartel mestre general. Essa nomeação fôra feita pelo novo ministro da Guerra, conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, que viria a ser, no futuro, um dos seus mais rancorosos inimigos e que se empossara no cargo a 6 de maio, como um dos membros do segundo gabinete chefiado pelo senador José Antônio Saraiva. Tido como intransigente escravocrata, a nova passagem do velho senador baiano pelo poder seria ainda mais breve que a de 1880, quando dera impulso à reforma da lei eleitoral.

Não conseguindo os liberais equilibrar-se no govêrno, D. Pedro II chama os conservadores ao poder. E, a 20 de setembro de 1885, inaugura-se o ministério do Barão de Cotegipe, destinado a prolongar-se até 1888, apesar de tôdas as dificuldades que teria de enfrentar. Novamente muda o govêrno da Província do Rio Grande do Sul. E novamente, por decreto de 26 de dezembro de 1885, é Deodoro mandado para Pôrto Alegre, como comandante das armas.

Ascende ao Poder o Barão de Cotegipe

Campanha em favor da federação, às vésperas da dissolução da Câmara dos Deputados — "Simples patacoada eleitoral", na expressão de Andrade Figueira — Liberais que deixaram de assinar o projeto descentralizador de Joaquim Nabuco — Os republicanos Prudente de Morais e Campos Sales denunciam a incompatibilidade entre a monarquia e o federalismo — Deodoro, o grande general conservador do futuro — Promessa de um baronato — Sua amizade com o futuro Barão de Lucena — Pelotas desfia as queixas do Exército — O caso do general Arredondo — A atitude de Deodoro e os comentários da imprensa — Deixa o Ministério da Guerra o senador Junqueira — A "questão naval" e a reforma do almirante Jaceguai.

A Câmara dos Deputados, que o Barão de Cotegipe encontrou, resultante da eleição de 1.º de dezembro de 1884, tinha uma maioria liberal de quase trinta deputados sôbre os conservadores e viria a ser, por isso mesmo, dissolvida, por exigência do novo gabinete, a 26 de setembro de 1885. Nela haviam tido assento, pela primeira vez, representantes do Partido Republicano eleitos diretamente por esta organização: os de São Paulo, Prudente José de Morais Barros e Manuel Ferraz de Campos Sales, e o de Minas Gerais, Álvaro Botelho. Já às vésperas da dissolução, Joaquim Nabuco, que fôra eleito na vaga do seu correligionário Antônio Epaminondas de Melo, falecido a 18 de março daquele ano (*), e tomara posse de sua cadeira a 3 de julho,

(*) Joaquim Nabuco fôra eleito, nessa oportunidade, em primeiro escrutínio, por 366 votos dos 632 eleitores que compareceram às urnas. Mesmo depois da reforma de Saraiva, bastavam pouco mais de três e meia centena de votos para fazer um representante à Assembléia Geral do Império, naqueles tempos de eleitorado restrito, em conseqüência do critério seletivo adotado pela lei que dispunha sôbre o alistamento.

entendeu que seria absurdo que o Partido Liberal, depois de vários anos de predomínio, deixasse o poder às mãos do Partido Conservador, sem tentar, de modo algum, realizar a velha aspiração federalista. Levantando essa bandeira, Joaquim Nabuco procurava suscitar, nas províncias, uma reação dos sentimentos autonomistas, favorável ao seu partido, nas eleições que já eram contempladas para um próximo futuro. Elaborou, assim, um projeto, para o qual procurou colhêr o maior número de assinaturas, e o enviou à mesa. Tinha o projeto um artigo único e a seguinte redação:

"A Assembléia Geral Legislativa resolve:

Artigo único — Os eleitores de deputados à próxima legislatura darão aos seus representantes poderes especiais para reformarem os artigos da Constituição que se opuserem às proposições seguintes:

O govêrno do Brasil é uma monarquia federativa.

Em tudo que não disser respeito à defesa externa e interna do Império, à sua representação exterior, à arrecadação dos impostos gerais, e às instituições necessárias para garantir e desenvolver a unidade nacional e proteger efetivamente os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros, os governos provinciais serão completamente independentes do poder central.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1885".

Era uma forma de converter a legislatura seguinte em Assembléia Nacional Constituinte, com um escopo limitado: o da transformação do sistema unitário, centralizado, em tudo por tudo dependente da vontade do imperador e do gabinete que se encontrasse no poder, no sistema federativo, em que novas franquias fôssem concedidas ao eleitorado, no campo provincial.

Além de Joaquim Nabuco, assinaram êsse projeto os seguintes representantes: Carlos Afonso de Assis Figueiredo, João Penido, Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, Cândido Maria de Oliveira, Sebastião Gonçalves da Silva Mascarenhas, Ernesto Pio dos Mares Guia, da bancada de Minas Gerais; Sátiro Dias e Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, da bancada do Amazonas; José Viana Vaz e Manuel Bernardino da Costa Rodrigues, da bancada do

Maranhão; Tomás Pompeu de Sousa Brasil, da bancada do Ceará; Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e José Moreira Brandão Castelo Branco, da bancada do Rio Grande do Norte; Segismundo Antônio Gonçalves, José Mariano, Joaquim Tavares de Melo Barreto, da bancada de Pernambuco; Aristides Spíndola César Zama, Juvêncio Alves de Sousa e João dos Reis Dantas Filho, da bancada da Bahia; Duarte Paranhos Shutel e Manuel da Silva Mafra, da bancada de Santa Catarina; André Augusto de Pádua e José Leopoldo de Bulhões Jardim, da bancada de Goiás; Egídio Barbosa de Oliveira Itaqui, José Francisco Diana, Joaquim Pedro Salgado e Joaquim Pedro Soares, da bancada do Rio Grande do Sul; Francisco de Paula e Silva Primo, da bancada da Paraíba do Norte; Joviniano Romero, da bancada de Sergipe; Alfredo Camilo Valdetaro e Carlos Antônio da França Carvalho, da bancada do Rio de Janeiro, etc. À exceção de São Paulo e do Piauí, estavam aí representadas tôdas as províncias. É verdade que nem todos os representantes liberais assinaram o projeto de Nabuco. Deixaram de fazê-lo algumas das figuras mais ilustres do partido, homens que tinham exercido pastas ministeriais, como Franklin Dória, Rodrigues Júnior, Francisco Prisco de Sousa Paraíso, Afonso Pena, etc. A abstenção de São Paulo tem uma explicação interessante: a bancada era quase maciçamente conservadora; dispunha apenas de dois votos liberais, os de Moreira de Barros e Martim Francisco; tantos quantos os votos republicanos. É curioso, sem dúvida, que tanto êstes como aquêles pusessem timbre em não subscrever o projeto federacionista do ilustre parlamentar pernambucano. Os motivos, a que obedeceram, é que certamente não seriam os mesmos. A exemplo do que acontecera com os paulistas, o republicano mineiro Álvaro Botelho também recusaria a sua assinatura.

No discurso em que fêz a apresentação do projeto, Joaquim Nabuco lembrou que, desde o ano de 1831 (*), o

(*) Justiniano José da Rocha, em "Ação; reação; transação" (ver nosso livro *Três Panfletários do Segundo Reinado*, coleção "Brasiliana", n.º 286, página 178), via de forma diversa êsse impulso federacionista de 1831: "O povo estava no campo, dois sentimentos o dominavam, os dois sentimentos que haviam alimentado a luta contra o govêrno imperial; 1.º, a suscetibilidade nacional, eivada de aversão contra os nascidos em Portugal; 2.º, a ardente aspiração para a república, sob o véu aparente da federação, e que, na política ativa e de combate, se havia substituído ao pensamento liberal". Via, pois, confundidas, as idéias de federação e república.

Partido Liberal sustentara, no projetò que servira de base à elaboração do Ato Adicional, a necessidade de ser instituída a federação. Na ilusão de que seria possível adotá-la sob o regime monárquico, e pretendendo que a adoção da República fôsse sinônimo de desmembramento, de esfacelamento da unidade nacional, o que na verdade fêz foi uma crítica veemente contra o sistema vigente, não sem algumas acerbas ironias ao telescópio do imperador e seu gôsto ingênuo de se fazer passar por astrônomo. Sem embargo de terem passado eventualmente pelo govêrno das províncias alguns dos homens mais eminentes da política do Império, como o Visconde do Uruguai, o Visconde de Itaboraí, o Visconde de Sepetiba, Zacarias, João Alfredo, Cotegipe, Dantas, Muritiba, Nabuco de Araújo, Saraiva, Lafaiete, Paraná, Caravelas, Sapucaí, Abaeté, Sousa Franco, Saldanha Marinho, etc., fulminava Joaquim Nabuco, com sua crítica, a administração das províncias, por elementos estranhos, sem prazo determinado, classificando-os de "beduínos", de "aves de arribação e de rapina", com apetites contìnuamente renovados. Declarava não acreditar que o esfôrço feito ùltimamente pelo govêrno para colocar, para fins eleitorais, homens de certa ordem nas províncias, pudesse elevar o nível das presidências. E dizia:

— Que são os presidentes, em geral? São homens sem independência, nem têm a independência da fortuna, nem a outra única, que a substitui: a independência do caráter. São homens que se encarregam de uma certa missão, que vão às províncias passar certo número de meses, que obtêm estas vilegiaturas ou êsses empregos, e que voltam dêles, distinguindo-se menos ainda pela sua ignorância de tudo que respeita à fisiologia de um Estado, ainda pequeno como é a província, do que pelo desprêzo que afetam pela opinião das regiões que administram. Êles sabem perfeitamente que o telescópio da Boa Vista penetra e alcança com a mesma segurança nos igarapés do Amazonas e nas florestas virgens de Mato Grosso, como nas confeitarias da rua do Ouvidor, e o seu único desejo é merecer a proteção do imperador. Para isso governam as províncias sempre tendo a vista distraída para o poder central, em vez de tê-la fixada nas circunscrições territoriais que lhes foram entregues...

Os conservadores de quando em quando aparteiam o orador. Para Andrade Figueira, sempre rude em suas intervenções, o projeto de Nabuco "é simples patacoada eleitoral". Samuel Mac-Dowell diz que pode citar, no mapa atual do mundo, vários países governados como o Brasil. E Nabuco retruca:

— Pretendo que não há povo nenhum no mundo governado assim. Povo livre, bem entendido, pois não me refiro a êsses grandes sistemas de govêrno despótico, como a China, por exemplo... Digo que o nobre deputado pelo Pará terá de remontar-se a outro planêta para apresentar uma região da vastidão do Brasil, com um sistema de govêrno, que ainda longìnquamente se pareça com o nosso... Seria preciso devassar, com o mesmo telescópio que já descobriu canais em Marte, êsse ou outro planêta...

Adiante, declara Nabuco não saber se para a monarquia é vantajosa ou desvantajosa a organização federal. Mas se inclina a crer que haverá vantagem. Campos Sales, porém, não tem as mesmas ilusões. E aparteia:

— A monarquia havia de opor-se com tôdas as fôrças à federação.

Prudente de Morais vai à tribuna, dias depois, explicar a razão por que os republicanos se tinham abstido de assinar e se abstinham de apoiar o projeto federacionista de Nabuco. Parecia-lhe aquêle projeto inteiramente inexeqüível, porque considerava a federação e a monarquia idéias incompatíveis, antagônicas, inconciliáveis. Só seria possível encontrar, a seu ver, uma via de acesso à federação: e essa via era a República. Faz, nesse sentido, um apêlo a Joaquim Nabuco. Desafia-o a estabelecer com êle, desde já, um pacto:

— Com certeza, isso é que é um sonho (a federação na monarquia), uma utopia irrealizável, e tal é a minha convicção, que não tenho dúvida em propor ao nobre deputado uma transação honrosa para ambos. Se o nobre deputado conseguir neste regime a conversão das províncias em Estados confederados com monarquia, eu deixarei de ser republicano, para ir assentar praça nas fileiras do partido do nobre deputado; mas, em compensação, tenho o direito de pedir ao nobre deputado que, se encontrar nas instituições atuais,

especialmente na coroa onipotente, um obstáculo invencível para a realização do seu sonho patriótico, que nesse dia o nobre deputado venha também assentar praça no Partido Republicano...

Não há dúvida que o paulista Prudente de Morais via o problema com maior realismo e com mais aguda percepção política do que Joaquim Nabuco. Dissolvida por exigência de Cotegipe a Câmara temporária, a representação liberal, apesar daquele projeto, — não aprovado em razão da exigüidade de tempo, — ficou reduzida a menos da têrça parte e não correspondia sequer à metade da representação conservadora, no período de predomínio dos liberais. Cotegipe fizera eleições para organizar uma Câmara que lhe desse vigoroso apoio, e conseguira precisamente 101 deputados. Os republicanos tinham sido inteiramente banidos. Viriam, mais tarde, alguns, por Minas Gerais, mas em restos de mandatos, aproveitando-se de vagas abertas por falecimentos que deixavam distritos sem chefes... Joaquim Nabuco, o federalista, também voltaria, mas só em 1887, numa vaga igualmente imprevista...

* * *

A nomeação do marechal Deodoro para o comando das armas da Província do Rio Grande do Sul foi um dos atos mais infortunados do Barão de Cotegipe. Estivesse Deodoro em qualquer outra província, outro talvez tivesse sido o curso da nossa história política... O destino começara a conspirar contra a monarquia no momento em que o chefe do novo gabinete supôs agir com suma habilidade, colocando-o naquele pôsto, de indiscutível relêvo.

O comandante das armas era a mais alta expressão militar de cada província e o título significa que sua autoridade abrange as fôrças de terra como as de mar. Era, entretanto, subordinado ao presidente da província, dêle recebendo ordens. No regime então vigente, carecedoras as províncias de autonomia, eram os presidentes simples delegados do govêrno imperial e aquela subordinação dirimia conflitos de autoridade que, de outro modo, eventualmente poderiam surgir. Henrique Pereira de Lucena, sem raízes políticas no Rio Grande do Sul, fôra escolhido para o govêrno dessa província.

Não havia lógica nessas escolhas. Homens de Minas Gerais iam governar províncias do Extremo Norte. Homens do Norte iam governar províncias do Extremo Sul. Estadistas houve que passearam por cinco ou seis governos, uns meses aqui, um ano ali, outro acolá, mal se dando conta das peculiaridades e dos problemas de cada região que eram chamados a administrar. Eram "beduínos políticos", na frase de Joaquim Nabuco. Antes do embarque, Lucena foi entender-se com Cotegipe. Queria que o presidente do gabinete lhe desse suas instruções ou seus conselhos. Nesse encontro, Cotegipe lhe fêz esta pergunta:

— Conhece Deodoro?

— Não... Não o conheço.

— Pois procure fazê-lo seu amigo. É o comandante das armas da província e será o primeiro vice-presidente, para substituí-lo no govêrno, quando você voltar.

Tinha o presidente do Conselho opinião formada sôbre Deodoro e queria, visìvelmente, atraí-lo para a sua política. Continuou a louvar as qualidades do novo marechal:

— É um homem de valor. Será o nosso Caxias. Tenho em mente dar-lhe um título, que, naturalmente, será o de Barão de Alagoas (*). E, quando vagar um lugar no Senado, quer nessa, quer em outra pequena província, nós havemos de elegê-lo...

Cumpriu Henrique de Lucena a missão que lhe confiara o chefe do gabinete. Ligou-se sòlidamente a Deodoro, por uma amizade que se prolongaria, inalterável, até à morte do marechal. Por sua insistência, aceitou Deodoro que Cotegipe o fizesse nomear primeiro vice-presidente da província, sem prejuízo de seu pôsto de comandante das armas. Era a primeira vez que o ilustre militar enveredava por outro caminho, que não aquêle que vinha trilhando desde 1843, ao sentar praça no Exército. Já não era apenas militar, sòmente militar. Era, agora, também político.

A aceitação da nomeação fôra mais um gesto de gentileza para com o novo governador, tão insistente no oferecimento, quanto amável no trato pessoal. Não tinha idéia, no entanto,

(*) Informou-nos o general Mário Hermes que lhe foi oferecido também o título de Barão da Coxilha Negra.

de que viesse, um dia, a exercer, de fato, as funções de govêrno. Parecia-lhe que aquilo seria, apenas, uma simples honraria, um título a mais.

Entretanto, quando, em 1886, se inaugura a nova sessão legislativa, o futuro Barão de Lucena, como deputado, que era, deixa Pôrto Alegre e embarca para a Côrte, a fim de ocupar sua cadeira na Assembléia Geral. Não o faz, porém, sem ter primeiro batizado um filho, ao qual Deodoro e Dona Mariana Cecília de Sousa Meireles da Fonseca servem de padrinhos. As contingências colocam, assim, nas mãos de Deodoro, quase sùbitamente, uma soma de poderes com que jamais sonhara. É o novo marechal de campo ao mesmo tempo quartel mestre general, comandante das armas e vice-presidente, em exercício, da Província do Rio Grande do Sul. Tem, agora, cinqüenta e nove anos de idade. A calvície alargou-lhe a fronte, já espaçosa, e a barba cerrada que lhe emoldura o rosto enérgico está quase tôda branca. É uma figura imponente e bizarra, de olhar vivo, agudo, penetrante, revelando determinação em cada gesto e em cada atitude. Cotegipe quer fazer dêle o novo esteio militar da política, o "seu" Caxias, o novo grande general conservador. Mas êste homem voluntarioso se conformará com o papel que lhe foi distribuído, à sua revelia, na comédia política do Império?

Turbulenta no passado, a Província do Rio Grande do Sul está agora pacificada e não oferece grandes dificuldades à administração, mesmo sendo o presidente um novato na arte de governar, como o marechal Deodoro. Êle, porém, vê com certo desagrado que aí também se vai alastrando o republicanismo com que tão fortemente antipatiza. Em Pôrto Alegre, encontra em circulação uma fôlha que se intitula "A Federação", defendendo idéias em tudo por tudo parecidas com as de "A República" e do manifesto de 1870. À frente de "A Federação" está um moço de opiniões extremadas, mas de pena vibrante, que é Júlio de Castilhos. Em tôrno dêle, gravitam outras figuras: Assis Brasil, Ramiro Barcelos, Barros Cassal, etc. Formam a elite republicana local, com a qual Deodoro não busca quaisquer contactos. Antes, êle se retrai, cautelosamente, como um bom conservador. Se lhe dissessem que um dia, — e muito breve —, estaria ligado a êsses turbulentos, certamente estremeceria

de horror, pois se sentia monarquista até à medula, avêsso em tudo por tudo a qualquer idéia que mesmo vagamente pudesse sugerir qualquer coisa de republicano.

* * *

O ministério de Cotegipe caracterizou-se por um esfôrço constante de adaptação dos homens de sua equipe às funções de govêrno que lhes foram destinadas. Raras as pastas que não tiveram dois ou três ministros. Êstes faziam rodízio nas diversas secretarias de Estado, a fim de verificar o presidente do Conselho onde melhores resultados produziam. O Ministério da Marinha teve, sucessivamente, três titulares: Alfredo Chaves, Samuel MacDowell e Carlos Castrioto. O da Justiça, Ribeiro da Luz e MacDowell; o da Agricultura, Antônio Prado e Rodrigo Silva. O da Guerra, nada menos de três. O primeiro, João José de Oliveira Junqueira, exerceu o pôsto até 12 de junho de 1886. O seguinte foi Alfredo Chaves e o último Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

O descontentamento dos militares, em estado latente, começou a transparecer mais vivamente quando, em maio de 1886, logo que se inicia a sessão legislativa, o Visconde de Pelotas faz no Senado um impressionante discurso, que chama para a sua figura a atenção dos seus camaradas. É um libelo contra a incompetência das sucessivas administrações militares, contra a displicência dos ministros da Guerra, dos presidentes do Conselho e do próprio Parlamento, sempre desatento, ou de todo indiferente, às necessidades do Exército. As medidas há tanto tempo reclamadas jamais vinham. Era necessário, mais do que nunca, melhorar as condições dos quartéis, reformar a legislação antiquada pela qual o Exército ainda se regia, colocar em novas bases o recrutamento. Era tão lastimável o estado de coisas reinante, que uma conclusão se impunha, desde logo: a de que não existia pròpriamente um Exército e de que a disciplina era péssima. Passa a demonstrar, com algarismos, aquilo que acabara de afirmar: em 1884, quando o Exército tinha um efetivo de 13.500 homens, tinham passado pelas prisões 7.326 homens!

— Mais de metade do efetivo do Exército estêve na prisão! — exclama o Visconde de Pelotas, diante dos senadores que acolhem a revelação estarrecidos. — E não foram apenas praças de pré. Dêsses, cinqüenta e quatro eram oficiais...

Era de tal natureza a revelação que outro senador pelo Rio Grande do Sul, o liberal Henrique d'Ávila, chega a dizer, em aparte, que sem disciplina não há Exército e que, a existir um Exército assim, melhor seria dissolvê-lo de uma vez....

O Visconde de Pelotas passa a falar do sistema pelo qual eram então completados os efetivos militares. Ninguém queria servir na tropa de linha e, por isso, tinham sido votadas verbas para prêmios aos voluntários e engajados, no total de 998:000$000 (novecentos e noventa e oito contos de réis). Mas de que adiantara? Recebidas a primeira e a segunda prestação, a alguns meses de intervalo, os "voluntários" desertavam. Eram aventureiros, que iam para as fileiras com o plano preconcebido de passar um conto do vigário no Império. Assim que se apanhavam com parte do dinheiro do prêmio no bôlso, desapareciam. No ano de 1885, o número de tais deserções tinha ascendido a 502. Meio milhar de velhacos passara fugazmente pelas fileiras... Exclama o velho militar:

— Veja o Senado quanto dinheiro gasto inùtilmente!

O ministro da Guerra é, ainda, o conselheiro Junqueira(*). Aparteia o orador, para dar explicações. Pelotas, sem dúvida, exagerava. Entretanto, o govêrno estaria atento, no sentido de melhorar as condições do Exército e de zelar pela disciplina. O marechal senador manifesta a sua descrença. O que o novo govêrno está fazendo, em verdade, é remover oficiais, desnecessàriamente, pelo único fato de pertencerem ao Partido Liberal.

— Isto é levar a política ao Exército, o que é um grande mal!

O conselheiro Junqueira tenta desmenti-lo. Não podia o orador atribuir intuitos tão mesquinhos ao novo gabinete.

(*) Antigo magistrado, foi deputado geral e era senador pela Província da Bahia desde o ano de 1873.

Decerto estava Pelotas mal informado, pois o que naquele instante afirmava da tribuna absolutamente não era exato.

— É exato, sim! — retruca o orador, com a maior firmeza.

E desfia um rosário de queixas, citando fatos e nomes:

— Entre muitos fatos citarei êste: o nobre ministro da Guerra removeu do batalhão 12.º que se achava de guarnição na cidade de Rio Pardo, na Província do Rio Grande do Sul, um capitão distinto, oficial carregado de numerosa família, para a Província de Mato Grosso, quando a única falta dêste excelente oficial era pertencer ao Partido Liberal! Fato idêntico deu-se com o capitão Salgado, do mesmo batalhão 12.º, removido para a Bahia justamente quando o govêrno ordenara que todos os oficiais que pertenciam aos corpos do sul a êles se recolhessem. Êste oficial é também muito distinto e nem uma falta havia cometido: foi também vítima da perseguição política. Quer o nobre ministro um Exército político? Creia que seria isso um grande mal. Nos diversos comandos de fronteiras da Província do Rio Grande do Sul achavam-se oficiais distintos, entre outros o bravo general Francisco Antônio Martins, que comandava a fronteira de São Borja e que havia prestado relevantes serviços na guerra do Paraguai; e o brigadeiro honorário Francisco de Lima, que comandava a fronteira de Uruguaiana. Pois o nobre ministro demitiu-os sòmente pelo fato de serem liberais, visto que exerciam perfeitamente as funções daqueles comandos. Também S. Ex.ª exonerou do comando da guarnição da cidade do Rio Grande o brigadeiro Augusto Pacheco, antigo servidor do Estado, brigadeiro n.º 1 do Exército e que, — coisa singular! — ainda não pôde obter a graduação de marechal.

O conselheiro Junqueira voltou a falar, para de novo exculpar o gabinete.

Tinha o nobre Visconde de Pelotas enxergado perseguições políticas onde havia preponderado, apenas, a conveniência do serviço. Atos de significação meramente administrativa eram interpretados tendenciosamente, com o simples intuito de malquistar o gabinete. Êste não politicava. Quem politicava eram os adversários ao fazerem tais explorações. Fôsse como fôsse, o fato é que as palavras do con-

selheiro Junqueira não desfizeram a forte impressão causada pelo discurso de Pelotas.

* * *

Pouco depois de ter assumido o cargo de comandante das armas no Rio Grande do Sul, o nome de Deodoro andou em foco, nos debates parlamentares, como nos jornais da capital do Império. Tinha havido no início de 1886 uma rebelião, logo abortada, contra o presidente do Uruguai, o general Máximo Santos, homem muito combatido e muito odiado (*). Comandara a rebelião, preparada em território argentino, o general J. Arredondo, que, batido, ao investir de Corrientes contra o território uruguaio, passou com os remanescentes de sua fôrça irregular para o Brasil.

Havendo explorações em tôrno do tratamento dispensado ao chefe dos rebeldes, por parte da imprensa oposicionista, o ministro da Guerra resolveu fazer, na Câmara vitalícia, esta solene declaração: "Os audazes invasores que haviam atravessado a fronteira foram derrotados e o general Deodoro, que heròicamente correra até à fronteira, ao encontro do inimigo, conduziu-se gloriosamente. Todos ocupam seus postos e o nobre Sr. Barão de Cotegipe estêve na altura da situação".

. Tal declaração não revela senão falta de senso. O general Arredondo, que chegara ao Rio, entre festas, e fizera logo ambiente na imprensa, enviou a "O País" uma carta em que contestava o ministro e que foi publicada a 14 de maio de 1886. Dissera que atravessara a fronteira para abrigar-se sob o nosso estandarte e não para continuar a luta. Portanto, fizera logo desarmar os seus homens e expedira comunicação ao nosso govêrno, de que desejava ser hóspede. Foi ferino com Deodoro, escrevendo: "Quanto ao *heróico comportamento* do general Deodoro para conosco, cifra-se em ter-nos feito conduzir *presos e desarmados* até Santana, onde teve a glória de enviar-nos, incomunicáveis, para o 4.° Regi-

(*) No mesmo ano, registrou-se um atentado contra a vida do general e em 1887 chegava êle ao Rio de Janeiro, na qualidade de simples desterrado político, tal qual chegara antes o seu adversário.

mento de Cavalaria". A toleima do conselheiro Junqueira, querendo transformar um acontecimento banal num grande feito, cobriu o govêrno de ridículo e atingiu o próprio Deodoro, que, certamente, não exagerara os seus serviços... Cotegipe, em lugar de repreendê-lo, deu-lhe apoio. "O País", em seguida, manifestou-se, em editorial, dizendo: "O chefe do gabinete acha que de fato o general Deodoro cobriu-se de glória, vencendo uns foragidos sem armas, e que penetraram, como hóspedes, no Rio Grande do Sul. Entende S. Ex.ª que o ilustre conselheiro Junqueira disse a verdade histórica, quando, parodiando aquêle episódio do guerreiro manchego, viu hostes de inimigos num rebanho de carneiros. O Sr. presidente do Conselho acredita que é preciso levantar um monumento patriótico e comemorativo da campanha que travou-se na fronteira e na qual conduzimo-nos *gloriosamente*". E, adiante: "Ora, o ilustre ministro da Guerra, lendo a carta do general Arredondo, deve se ter convencido de que tomou novamente por um elmo de Mambrino aquilo que nunca passou de uma bacia de barbeiro". O conselheiro João Alfredo, o "líder taciturno", dessa vez abriu a bôca, para defender o govêrno e louvar Deodoro. Disse que a expressão "audazes", aplicada por Junqueira aos invasores, era uma homenagem a êstes... E que Deodoro concedera uma honra a Arredondo, fazendo acompanhar o general rebelde por uma escolta. Mas, em artigo de 16 de maio, em "O País", Joaquim Nabuco desfecha severo ataque contra o govêrno, referindo-se ao "desconchavo do ministro da Guerra sôbre os *audazes invasores* e a *vitória* do general Deodoro", para ver nesse caso "uma aberração do cavalheirismo nacional".

O fato é que o caso envolveu em tão grande ridículo o conselheiro Junqueira que, poucos dias depois, apresentava êle a sua renúncia e a 12 de junho assumia o cargo o conselheiro Alfredo Chaves, outra escolha pouco inspirada do Barão de Cotegipe... Começara êle sua administração no gabinete de 20 de agôsto de 1885 pelo exercício da pasta da Marinha, criando logo um caso que alcançaria a maior repercussão nos meios navais. O gesto pouco feliz foi a dissolução da esquadra de evoluções, de que um dos mais competentes oficiais, o almirante Barão de Jaceguai, havia sido

nomeado comandante. Ferido em seu amor próprio, Jaceguai tinha enviado ao govêrno o seu pedido de reforma, imediatamente aceito, embora, ao divulgar-se tal notícia, lhe tivessem demonstrado a mais absoluta solidariedade os oficiais de maior relêvo da Armada Brasileira. Era um espalha-brasas, portanto, o homem que Cotegipe escolhera para substituir, na pasta da Guerra, o conselheiro Junqueira.

A propósito daquele incidente, que historia no livro "Artur de Jaceguai", escreve Barbosa Lima Sobrinho: "Organizava o Brasil uma grande esquadra de evoluções, a maior de que se tivera notícia em nossos anais. Nada menos de quatro encouraçados, quatro cruzadores e sete torpedeiras a compunham. E para o seu comando é escolhido o oficial indiscutìvelmente capaz, que maiores títulos e predicados poderia ter para o pôsto — o chefe de Esquadra Silveira da Mota, que acabava de ser agraciado com o título de Barão de Jaceguai. Investido nessas altas funções, que correspondiam à sua vocação e ao seu ideal, Jaceguai inicia seus trabalhos, com a dedicação e o entusiasmo que lhe eram habituais. Mas, de súbito, finda a comissão. Com o mesmo desembaraço com que se criara a esquadra, o govêrno resolve dissolvê-la, no ano imediato, dispensando Jaceguai da função, sem lhe dar maiores explicações. Jaceguai reage com a energia e a veemência que lhe não faltavam nunca, tôda a vez em que eram atingidos os seus brios de homem, ou a sua dignidade de profissional: solicita reforma e o govêrno apressadamente a concede, como se não procurasse outro resultado para a série de atos desencontrados com que fizera e desfizera a grande esquadra de evoluções. E êsses atos comovem tôda a Marinha, que tinha em Jaceguai uma de suas figuras tutelares, um de seus motivos de orgulho e desvanecimento. Todos os grandes homens da Marinha brasileira se reúnem, num abaixo-assinado, em que se pede a Jaceguai que não insista na reforma. E entre os nomes que se juntavam surgiam tôdas as figuras nobres e resplendentes de glórias: o Barão de Ladário, o Barão de Ivinheima, De Lamare, Salgado, Carneiro da Rocha, Custódio de Melo, Wandenkolk, Júlio de Noronha, Saldanha da Gama, Eliezer Tavares, Baltasar da Silveira, Pinto da Luz, Huet Bacelar, Alexandrino de Alencar, os heróis da guerra recente, os

valores novos, que despertavam para o serviço do país. Dizem êles que, embora convencidos de "que são poderosas as razões que levaram V. Ex.ª, a tão extremada resolução, pensam que não bastam para justificar a perda de um de seus chefes de mais prestígio, de mais valor e de mais serviços". Saldanha da Gama, com o ímpeto de seu entusiasmo e a argúcia de sua sensibilidade, encontra, para o momento, palavras precisas e justas: — "Ei-lo, pois, reformado, meu almirante; ei-lo em uma situação em que eu jamais acreditei poder vê-lo em vida. Sempre o figurei na minha imaginação rodeado de uma auréola imarcescível, como a que envolve a fronte do venerando Tamandaré, mas de um Tamandaré de moderna época e dotado ainda de outros requisitos". Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, todos êles condenaram a reforma de Jaceguai. No Conselho Naval, o Barão de Ladário votou contra. Mas o ministério aceitou o pedido de reforma, "aprofundando os agravos", na expressão de Barbosa Lima Sobrinho.

A Alfredo Chaves, como ministro da Guerra, estava reservado um destino ingrato: seria o pára-raios sôbre o qual se descarregariam, em breve, os ressentimentos mal disfarçados dos oficiais ante a indiferença com que eram tratados os interêsses da classe militar. Asa negra do ministério, ofereceria a Cotegipe, com a sua falta de tato, um problema de solução dificílima, conquanto de aparente simplicidade, — e não seria apenas o causador da impopularidade do gabinete conservador organizado pelo velho e experimentado estadista baiano, mas um dos coveiros do próprio Império.

Deodoro, nesse momento, ensaiava os seus primeiros passos como administrador da Província do Rio Grande do Sul (*). Não ficaria nesse pôsto senão uns oito meses, —

(*) Chegara Deodoro a tal posição dez anos depois que seu irmão, o marechal Hermes Ernesto da Fonseca, tivera pôsto idêntico: a presidência da Província de Mato Grosso, neste caso, porém, por nomeação e não por simples substituição do presidente efetivo. O próprio Floriano Peixoto, brigadeiro recente, já tinha sido, por nomeação, presidente de província, embora mais novo que Deodoro. Governara Mato Grosso em 1884, por delegação do gabinete liberal do senador Dantas. Ainda em agôsto de 1886, Deodoro mantinha correspondência com o Conde d'Eu, pedindo ao marido da princesa imperial, em carta cordialíssima, a transferência de um oficial superior seu amigo. A carta, pertencente ao arquivo do Museu Imperial, de Petrópolis, é do seguinte teor: "Gabinete da Presidência. — Província do Rio

dali emergiria como figura de primeiro plano no cenário nacional, desafiador e formidável, pondo em risco a posição do próprio presidente do Conselho.

Grande do Sul. — Senhor. — Venho rogar a V. Alteza a graça de obter a transferência do tenente-coronel Bernardo Vasques para o comando do 3.º Regimento de artilharia a cavalo. — Dois motivos me levam ao pedido, sendo um militar e o outro particular: quanto ao militar, o tenente-coronel Vasques é um dos oficiais mais aptos para a artilharia a cavalo, e quanto ao particular é de todo devido aos sofrimentos de saúde, conseqüentes da localidade, na família dêsse tenente-coronel. — Com o maior respeito submete o pedido à atenção de V. Alteza. Pôrto Alegre, 3 de agôsto de 1886. O súdito fiel e reverente, — Manuel Deodoro da Fonseca".

Surge a "Questão Militar"

O Exército e o Parlamento — O caso Cunha Matos — Simplício Coelho de Resende, defendendo e acusando — O revide e a punição — Discursos de Franco de Sá, Visconde de Pelotas, Henrique d'Ávila e Silveira Martins — O caso Sena Madureira e a intervenção de Deodoro.

Os HOMENS que representavam a monarquia condenaram à morte êsse regime pelas suas próprias mãos, quando começaram a utilizar os postos e o prestígio dos militares em proveito dos partidos em que se confinava a vida política da nação: o Conservador e o Liberal. Os partidos se equivaliam, em sua ausência de conteúdo. Nada mais parecido com um conservador da monarquia do que um liberal daqueles tempos. E vice-versa. Se a substituição de um partido pelo outro, na composição dos gabinetes, deixava de apresentar mudanças substanciais, no tom geral da política e nos rumos da administração pública, produzia, no entanto, modificações profundas nos quadros da vida municipal e provincial, com as derrubadas dos funcionários, a começar pelas autoridades policiais e pelos juízes de paz e com as perseguições e as violências, que não raro degeneravam em verdadeiras chacinas. Ao lado dos delegados e dos juízes de paz, os vigários também desempenhavam um papel saliente na vida política e, mais do que êles, os oficiais do Exército no comando dos destacamentos ou guarnições das províncias, por serem detentores de uma parte da fôrça armada, colocada, não raro, a serviço dos interêsses da facção que se encontrava no poder. Se um oficial estava comprometido ou ligado a elementos de uma situação que caía, a

facção vitoriosa se apressava a exigir do ministro da Guerra a sua transferência para outra província, em benefício de um elemento leal ou neutro, que não comprometeria o prestígio dos chefes regionais recém-instalados no poder. É evidente que tal prática não podia deixar de ser nefasta e perigosa. Por um lado, iam se relaxando as exigências da disciplina e, por outro, acumulavam-se as injustiças e as preterições, gerando um ambiente de descontentamento por parte dos que eram de tal modo atingidos. A deflagração da "questão militar" resultou menos da expressão dos incidentes que aparentemente lhe deram causa do que dos ressentimentos há longo tempo acumulados. Vale assinalar que, surgida a crise, produziu-se um fenômeno dos mais curiosos: o espírito de classe superou as divergências existentes, fomentadas dentro do Exército pelas facções políticas tradicionais, surgindo uma consciência comum, dirigida contra ambas e indo, naturalmente, desembocar no mais novo de todos os partidos: o tímido e ainda vacilante Partido Republicano. Historiemos, porém, a "questão militar", em todos os seus pormenores.

* * *

O início dessa crise foi marcado pelo caso que teve como protagonista o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos. Quem era êste oficial? Um coronel do Exército, com uma brilhante fôlha de serviços, pois participara galhardamente da campanha do Uruguai e da guerra com o Paraguai. Suas promoções, êle as havia merecido por bravura. Fôra comissionado para inspecionar a companhia de infantaria sediada na província do Piauí, onde encontrara graves irregularidades, fazendo severa denúncia contra o capitão Pedro José de Lima, no exercício daquele comando. Alegara Cunha Matos no seu relatório que a escrituração estava mal feita, que no Piauí se negociava escandalosamente com os soldos das praças e, principalmente, com o prêmio aos voluntários e aos engajados. Além disso, tinha havido subtração de fardamento pertencente à companhia. Por isso, fêz carga contra o comandante, capitão Pedro José de Lima, que exercia tal comissão desde o mês de outubro de 1885, pro-

pondo ao ministro da Guerra que fôsse o mesmo submetido a Conselho de Investigação, para a apuração de suas responsabilidades.

Acontece que o capitão Pedro José de Lima era militante do Partido Conservador do Piauí, desde tenente, e acumulara suas funções militares com o exercício de cargos civis, como o de delegado de Polícia numa comarca do interior. Tratando-se de um correligionário seu, o deputado conservador Simplício Coelho de Resende, representante do Piauí, subiu à tribuna da Câmara, a 15 de julho de 1886, para tentar inocentá-lo das acusações formuladas no relatório Cunha Matos. Declarou não apenas que o capitão Pedro José de Lima era inocente de quanto se lhe imputava, mas ainda que o coronel Cunha Matos tinha agido com evidente facciosismo, por ser notòriamente vinculado ao Partido Liberal e ter, desde logo, no Piauí, se ligado aos seus correligionários, os quais tinham naturalmente o desejo de afastar aquêle capitão da província, por não convir sua presença aos interêsses políticos da facção a que pertenciam.

O discurso não teria nada demais se o deputado, no seu zêlo partidário, não tem procurado ferir fundamente o coronel Cunha Matos. O que de pior disse contra êsse oficial foi: 1.°, que acusara o capitão Pedro José de Lima para melhor encobrir as faltas de camaradas envolvidos nos atos desonestos e ligados, como o inspetor Cunha Matos, às hostes liberais, a começar pelo alferes José Miguel Mendes, seu protegido e que logo fizera transferir para a Côrte; 2.°, que Cunha Matos não tinha equilíbrio, agindo leviana e precipitadamente, por motivos meramente partidários. O período mais contundente de seu discurso era êste:

"O coronel Cunha Matos, já identificado com os ódios e com os interêsses partidários dos chefes liberais da capital do Piauí, despeitado e contrariado com a posição assumida pelo capitão Pedro Lima, garantiu, com a leviandade que lhe é própria e de que deu tantas provas pùblicamente em um hotel, na capital da Província, que o capitão Pedro Lima seria retirado dali e comprometido no seu futuro, constando até que sugeriu os meios da aquisição de documentos que pudessem comprometer aquêle capitão, não escrupulizando na escolha dêsses meios, aceitando como documentos falsas

acusações, até o atestado de pessoa implicada, de que o capitão Pedro Lima, como ajudante de ordens da presidência, havia subtraído as atas do Conselho de Investigação, a que havia respondido o alferes Miguel Mendes; e com outros documentos graciosos, partiu do Piauí para esta Côrte, com escala pelo Maranhão, sem completar o desempenho da comissão de que estava incumbido, deixando de ir às Províncias do Pará e Amazonas inspecionar a Fôrça Pública dessas províncias, pretextando moléstia, e desde então, dominado pela idéia de inocentar os verdadeiros criminosos, os verdadeiros dilapidadores do fardamento da Companhia de Infantaria do Piauí, quer fazê-los substituir por um adversário que então comandava essa companhia há três meses e poucos dias apenas". Entendia o orador que, acolhendo a denúncia do coronel Cunha Matos, o ministro da Guerra dava um passo em terreno falso. Alegou que o acusado prestara bons serviços no Paraguai e que não se justificava que o tratassem como a um criminoso, quando devia merecer tôda a estima e consideração.

Embora o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, num aparte lhe afirmasse que, tendo em vista o relatório, não podia ter outro procedimento, senão o de mandar submeter o capitão Pedro José de Lima a Conselho de Investigação, o deputado Simplício Coelho de Resende terminou seu veemente discurso com a apresentação dêste requerimento: "Requeiro ao govêrno, por intermédio do Sr. Ministro da Guerra, cópias dos papéis, informações ou que melhor nome possam ter, que motivaram a ordem pela qual o capitão de infantaria Pedro José de Lima, comandante da Companhia de Infantaria do Piauí, tem de responder a Conselho de Guerra. Sala das Sessões, em 15 de julho de 1886 — Coelho de Resende".

Acusado, por sua vez, o coronel Cunha Matos dirigiu-se, pela imprensa, em têrmos violentos, ao deputado Simplício Coelho de Resende, contestando-lhe as alegações do discurso. Não queria senão defender a verdade, afirmou, pois não desceria a rebater os insultos que da tribuna irresponsável, escorado nas imunidades parlamentares, lhe dirigira o deputado piauiense, naturalmente por ordem de seu constante companheiro de jôgo de cartas no Piauí. Azedou-se a polêmica e

Simplício Coelho de Resende, que, no primeiro discurso, reconhecia em Cunha Matos "talento notável e cultura de espírito bastante desenvolvida", embora "dominado pela paixão partidária", dava a entender agora que o coronel, quando prisioneiro no Paraguai, estivera a sôldo de Francisco Solano Lopez e se prestara até mesmo ao papel indigno de dirigir a artilharia paraguaia contra as fôrças do Império! Tudo ia bem, enquanto deblateravam o deputado e o coronel. Entretanto, Cunha Matos, para afirmar que não lhe cabia a responsabilidade do Conselho de Investigação, declarou que se limitara a fazer um relatório imparcial e que, se houvera êrro, na decisão, fôra do ministro da Guerra. Ora, o regulamento proibia aos militares a discussão de atos dos superiores. Disso prevaleceu-se o ministro Alfredo Chaves para melhorar a posição em que se colocara o seu correligionário Coelho de Resende. Fêz advertir o coronel em ordem do dia da Repartição do Ajudante-General do Exército, nos seguintes têrmos:

"Tendo como foi declarado em aviso de 26 do corrente mês a esta Repartição, o sr. coronel do estado-maior de artilharia Ernesto Augusto da Cunha Matos, ex-inspetor da Companhia de Infantaria da Província do Piauí, em artigo publicado no "Jornal do Comércio", do dia 24 do corrente mês, se dirigido a um dos membros da Câmara dos senhores deputados, que em discurso apreciara a maneira pela qual fôra desempenhada aquela comissão pelo mesmo senhor coronel, procedido de modo inconveniente e contrário a disposições em vigor no Ministério da Guerra; porquanto a linguagem que empregou, sôbre ser atentatória das imunidades inerentes à tribuna parlamentar, é também ofensiva das altas tradições de disciplina e respeito que tanto honram o exército brasileiro; é advertido o mesmo senhor coronel, em execução do disposto no supracitado aviso, pelo seu irregular procedimento, tanto mais que, conforme se acha expresso no mesmo aviso, os oficiais do exército não podem alimentar discussões pela imprensa, ainda mesmo para se justificarem de qualquer acusação, sem prévia licença do Ministério da Guerra, como está determinado no aviso de 26 de dezembro de 1884".

Além da advertência, Cunha Matos foi prêso por dois dias, em sala da Repartição do Ajudante-General, por desacato ao ministro da Guerra.

Essa a origem de tôda a crise que começaria a aluir e acabaria por comprometer definitivamente a estrutura do Império.

* * *

Embora Cunha Matos aceite sem protesto o castigo, melindra-se a oficialidade com os têrmos em que o ministro da Guerra resolvera colocar a questão. Nos meios militares, o ato de Alfredo Chaves tem a mais desfavorável repercussão. Na tribuna da Câmara, como na do Senado, o seu gesto é explorado pelos adversários. A imprensa liberal, como a republicana, igualmente o comentam com azedume. Vai se formando a onda de revolta, entre os militares. O general Câmara assume a defesa do coronel Cunha Matos, como militar e como liberal, que era.

Ao defendê-lo, o Visconde de Pelotas entende que um oficial deve ter sempre o direito de desafrontar seus brios ofendidos. E pede que lhe seja indicado qual o regulamento, ou qual a lei, que o obriga a silenciar diante das afrontas. O senador Henrique d'Ávila secunda as palavras do general Câmara, fazendo carga cerrada contra Alfredo Chaves. Para êle, o ministro não atentara nas obrigações que impõe o sentimento da dignidade de classe. Afirma que o deputado piauiense ofendera o coronel Cunha Matos e fôra, para com êle, injustamente agressivo. Mais, ainda: ofendera Simplício Coelho de Resende ao próprio ministro da Guerra, pondo em dúvida a justeza de seus atos.

Quanto à acusação de que Cunha Matos servira a Lopez, bastaria para fazê-lo calar a sentença proferida pelo marechal Caxias como membro do Supremo Tribunal Militar, sentença que declarara carecerem de fundamento as acusações contra aquêle oficial, que o próprio duque promovera a coronel. E, em seguida: "Mas o honrado ministro, em vez de defender o honrado oficial, defendendo a própria classe militar de que sua excelência é o chefe, preferiu conservar-se mudo, reservando tôda a sua veemência para castigar o oficial, quando êste protestou pela imprensa! É preciso pedir licença até para gemer!"

Êsse discurso, que provocou sensação, foi proferido na sessão de 17 de agôsto. No dia seguinte, o ministro Alfredo Chaves comparecia perante o Senado para defender-se. A sessão dêsse dia, na Câmara vitalícia, foi dedicada quase tôda à "questão militar". No seu discurso, diz o ministro que a parte disciplinar do Exército ainda se rege pela lei de 1773 e que nessa lei é que se fundamenta o aviso expedido em 1869 pelo ministro Rêgo Barros, proibindo que os militares vão à imprensa discutir assuntos militares. Leu também um aviso do ministro Cândido de Oliveira, em 1884, vedando discussões pela imprensa, sem licença prévia do ministro da Guerra, "ainda quando o oficial tenha por fim defender-se". A punição imposta ao coronel Cunha Matos era puramente disciplinar, não envolvendo o mérito de sua polêmica com o deputado Simplício Coelho de Resende. O coronel infringira a disciplina e ao ministro "não assentava bem vir em auxílio do polemista que violentamente se desforçava da agressão".

Não acolhia, contudo, as alegações do deputado, achando que o militar sofrera injúria não fundamentada. Nunca fôra outra a sua opinião e, se fôsse diversa, não quereria ser ministro da Guerra, sabendo que, nas fileiras do Exército, se achava em alto pôsto um traidor da Pátria. Procurando dar um fecho hábil ao seu discurso, diz que o próprio Visconde de Pelotas, em oração anterior, salientara a necessidade de melhorar a disciplina nas fôrças armadas. Entretanto, queria salientar que a estatística lida pelo honrado senador militar se referia a um grande número de pequenas faltas, estando longe de justificar a assertiva do senador Henrique d'Ávila, de que "seria preferível dissolver o Exército a mantê-lo sem disciplina".

Nesse mesmo dia, além de Alfredo Chaves e Henrique d'Ávila, vai também à tribuna Silveira Martins. Encarece a necessidade da disciplina, porque "sem disciplina não há Exército". Pondera, no entanto, que "a disciplina não vai só de baixo para cima, mas também do impulso superior para o inferior; não é só preciso que o subalterno saiba obedecer; é também necessário que o chefe não exorbite dando ordens ilegais e violentas. Além disso, cumpre que, a pretexto da disciplina, não se intente revogar direito tão legítimo e sagrado como o da defesa própria. Assim, o aviso que proíbe ao militar

insultado que se defenda, é exorbitante; mas nem por isso podia desobedecer-lhe o militar submetido às imposições da disciplina".

Parece que o orador vai dar razão ao ministro. Alfredo Chaves sorri, bem impressionado. Mas logo, Silveira Martins começara a atacar a política que se intromete no Exército e a afirmar que a indisciplina tem partido de cima. Faz o Senado inteiro rir, narrando exemplos que mais parecem casos anedóticos. Refere-se, depois, diretamente ao ministro da Guerra, que, numa passagem do seu discurso, declarara não ter aceitado autorização para reformar o Exército por não se achar familiarizado com o assunto. "Neste caso, — martela a voz de Silveira Martins, — não devia ter assumido a pasta; nem pode valer a promessa que sua excelência fêz de estudar a questão, por isso que, sendo ela complexa e difícil, muito bem pode acontecer que ainda para o ano não esteja preparado". Assim, entre risos, o grande tribuno gaúcho deu uma devastadora contribuição ao fogo cerrado do Senado do Império contra Alfredo Chaves.

Ainda não havia serenado a discussão sôbre o caso Cunha Matos quando se divulga a notícia de que o conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, antigo ministro da Guerra no segundo gabinete de Saraiva e então deputado provincial no Rio Grande do Sul, em entendimento com Silveira Martins, acabava de denunciar o marechal Deodoro, pelo crime de prevaricação, ao Supremo Tribunal de Justiça do Império. Segundo a denúncia, o presidente em exercício estaria desviando os dinheiros públicos, em favor de um protegido (*).

* * *

Enquanto se sucedem os debates no Parlamento e na imprensa, tudo fazendo prever que não tardaria o episódio a tornar-se fatigante e a ser finalmente esquecido, sobrevém um fato novo, que o agrava e o reveste de aspectos ainda mais sensacionais. O tenente-coronel Antônio de Sena Madureira,

(*) O leitor encontrará no apêndice as peças essenciais do processo: a denúncia, a contestação, a pronúncia e o acórdão, absolvendo o denunciado.

comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo, na Província do Rio Grande do Sul, deliberadamente resolve também manifestar-se pela imprensa, sem autorização prévia do ministro da Guerra. O artigo sai publicado inicialmente na "A Federação", órgão republicano, dirigido por Júlio de Castilhos, e constitui uma defesa daquele oficial ante acusações que à margem da discussão do caso Cunha Matos lhe tinham sido feitas pelo ex-ministro da Guerra e então senador Franco de Sá. Êste o repreendera, em ordem do dia, e o demitira da Escola de Tiro de Campo Grande, quando no exercício da pasta. Agora, senador vitalício, era chamado de inconsciente. Alfredo Chaves entendeu que, para ser coerente, não podia fazer outra coisa senão punir Sena Madureira como punira Cunha Matos. E foi o que realmente fêz, complicando ainda mais a questão, para a qual Deodoro, como superior de Sena Madureira, não tardaria a ser arrastado...

O Agravamento da Crise

Punição de Sena Madureira — Lavra o descontentamento no Exército — Desobediência de Deodoro — Júlio de Castilhos procura captar-lhe a simpatia — Duelo de cartas e telegramas com o Barão de Cotegipe — "Prefiro ser desagradável pela verdade do que agradável pela mentira".

O ARTIGO DE Sena Madureira terminava com uma frase que era uma carapuça talhada expressamente para envolver a cabeça do ministro da Guerra, Alfredo Chaves: "Poderia retaliar, — mas não o faço — respondendo que nós, velhos soldados, nem sempre tomamos ao sério os generais improvisados que perpassam rápida e obscuramente pelas altas regiões do poder". Só por isso, talvez, foi tal artigo transcrito nos "a pedidos" do "Jornal do Comércio".

Dêle tomando conhecimento, o ministro da Guerra do gabinete Cotegipe ordenou ao ajudante-general do Exército, Visconde da Gávea, que interpelasse Deodoro sôbre se, como comandante das armas da Província do Rio Grande do Sul, havia dado autorização para que Sena Madureira publicasse o artigo em questão. Essa pergunta foi feita em lacônico telegrama transmitido da Côrte a 2 de setembro: "Tenente-coronel Madureira teve licença para publicar artigo "Federação" de 16 de agôsto?" A resposta de Deodoro, datada de 3 de setembro, foi: "Tenente-coronel Madureira não teve licença para publicar artigo 16 de agôsto. Em ofício desta data tratarei da questão".

Entretanto, o ajudante-general julgou respondido plenamente o seu telegrama na primeira frase do que lhe enviara Deodoro. Transmitiu a Alfredo Chaves o inteiro conteúdo da resposta do comandante das armas do Rio Grande do Sul e o

ministro achou desnecessário esperar o ofício, que poderia conter um ponto de vista pessoal do marechal sôbre o caso, mas não fato que pudesse alterar o aspecto fundamental da questão. Assim foi que, em aviso de 4 de setembro, mandou Alfredo Chaves repreender em ordem do dia o comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo, pela publicação do artigo sem autorização superior.

Antes de prosseguir, vale a pena transcrever, desde logo, o ofício em que Deodoro procurava suplementar seu telegrama de 3 de setembro. Era o seguinte: "Exmo. Sr. Visconde da Gávea, ajudante-general do Exército. Em aditamento ao telegrama de hoje, com que respondi ao de vossa excelência, ontem à noite recebido, sôbre o artigo de 16 de agôsto publicado pelo tenente-coronel Antônio de Sena Madureira em "A Federação", devo informar: 1.°, que nenhuma licença houve para tal publicação; 2.°, que os avisos de 4 de outubro de 1859, 27 de agôsto de 1878, 9 de outubro de 1882 e 26 de dezembro de 1884, publicados nas ordens do dia n.° 858, 1418, 1714 e 1937, são referentes a questões quer entre superiores e inferiores, quer entre pares; o aviso de 5 de agôsto do comando das armas, de que trata a ordem do dia n.° 2021, nada inova, recomenda o cumprimento das disposições anteriores; o regulamento disciplinar de 8 de março de 1875, em seus artigos 5, parágrafo 9.°, e 10, trata do assunto; é claro, pois, que os militares não podem nem devem, pela imprensa, tratar de questão alguma que envolva superiores, camaradas e inferiores. Aos membros da Assembléia Geral, salvo aos ministros da Guerra e da Marinha, e os oficiais militares, não têm aplicação os preceitos daqueles avisos; e, portanto, sem responsabilidade em seu ato, o tenente-coronel Madureira, pela publicação do artigo a que se refere o telegrama de vossa excelência, é o que pode alcançar minha fraca inteligência. Na questão ventilada e repetida pelo Exmo. Sr. Senador Franco de Sá, não há, como querem fazer crer, o menor ponto de descortesia ao venerando e muito estimado chefe Visconde da Gávea, a quem com o maior respeito e subida consideração submeto o expedido. Pôrto Alegre, 3 de setembro de 1886 — Manuel Deodoro da Fonseca, marechal de Campo".

Tomava assim Deodoro declaradamente o partido de Sena Madureira, fazendo-lhe a defesa perante o ajudante-general do Exército. Dada a semelhança entre o caso Cunha Matos e o caso Sena Madureira, a atitude de Deodoro parecera ao ministro intempestiva e arrogante. Era preciso pô-lo em seu verdadeiro lugar. E foi a isto que se propôs o infeliz ministro da Guerra.

* * *

Antes de receber o ofício de Deodoro, já o Visconde da Gávea inutilizava os argumentos por êle expendidos, apresentando-lhe um fato consumado: a punição de Sena Madureira. Caberia ao comandante das armas do Rio Grande do Sul transmitir o aviso do ministro da Guerra ao seu subordinado. O aviso era enviado a Deodoro com esta recomendação: "Dando execução a esta ordem, faça vossa excelência sentir que o procedimento do tenente-coronel Sena Madureira é tanto mais repreensível quanto é certo que nesse artigo, em que faz referências inconvenientes a um membro do Parlamento e critica atos da administração de um ex-ministro da Guerra, revelou êle conhecimento da advertência que acabava de ser feita em ordem do dia a outro oficial superior por idêntico motivo".

Deodoro tomou a única atitude coerente que poderia tomar, em razão dos motivos que invocara em seu ofício: recusou-se a transmitir o aviso ao tenente-coronel Sena Madureira, incorrendo, assim, num ato de indisciplina, de franca e aberta desobediência ao ajudante-general do Exército e ao ministro da Guerra. O jornal republicano "A Federação", dirigido por Júlio de Castilhos, de formação positivista, desde logo procura hàbilmente, com raro senso de oportunidade, explorar a situação de incompatibilidade que se ia criando entre os militares e o gabinete de Cotegipe. Defende abertamente Sena Madureira, volta a dar-lhe guarida em suas colunas, procura aproximar-se de Deodoro, converte-se no órgão das insatisfações dos militares. O seu artigo contra o ministro Alfredo Chaves, sob o título "Arbítrio e inépcia", cala fundo no sentimento dos militares. O Visconde de Pelotas, que se encontra ocasionalmente em Pôrto Alegre, toma tam-

bém, com o seu prestígio de grande figura do Exército, a defesa de Sena Madureira, como tomara, no Senado, a de Cunha Matos. Numa carta, enviada à redação de "A Federação", diz: "Como velho soldado dêste Exército tão rico de abnegação, de patriotismo e de valor, venho agradecer à ilustrada redação de "A Federação" as palavras de consideração e de confôrto que dirige ao distinto tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, a quem o atual sr. ministro da Guerra mandou repreender em ordem do dia do comando das armas desta província. O tenente-coronel Madureira é um oficial que faz honra ao Exército brasileiro pela sua bravura, pela sua ilustração, pela sua honradez e pelo seu devotamento ao serviço. Dando testemunho público do aprêço que me merecem suas altas qualidades, e da alta estima em que o tenho, cumprimento mui cordialmente aquela ilustrada redação, que no artigo "Arbítrio e Inépcia" fê-los tão bem realçar. O tenente-coronel Madureira só merece honras e louvores — *Visconde de Pelotas*".

O oficial punido, ao contrário de Cunha Matos, não se conformou com a repreensão ministerial e voltou às colunas de "A Federação", desta vez já discutindo, audaciosamente, o ato de Alfredo Chaves, cujo nome escreve com tôdas as letras. Declara que está disposto a justificar-se perante um Conselho de Guerra. Não, porém, a aceitar uma punição injusta, pois o ministro não citara nenhuma lei que proibisse militares de defender-se quando atacados em sua dignidade.

"Conhecedor da legislação que rege o Exército, — disse no novo artigo, — não me podia sujeitar, como não me sujeito, a imposições menos dignas dos brios, não só da classe militar, como de qualquer outra em que o cidadão se preze de ser honrado". A essa altura, não existem mais o incidente Cunha Matos e o incidente Sena Madureira. Existe a "questão militar". Não são mais dois oficiais que estão em luta com a administração da Guerra. É o Exército que se sente desgostoso e se vai incompatibilizando, cada vez mais, com o gabinete Cotegipe.

"A Federação" anima a rebeldia. Louva Deodoro, porque "com honra para si e para sua nobre classe, não se presta a ser solidário com o govêrno no autoritarismo violento com

que tenta deprimir o Exército e impor-lhe o oprobrioso dever de deixar indefesa a dignidade própria". Começam a agitar-se os oficiais da guarnição do Rio Grande do Sul. Vão a Deodoro pedir-lhe licença para realizar uma reunião em que debateriam o assunto. O marechal ouve, sisudo, e não só lhes dá o assentimento pedido, mas ainda acrescenta, num incitamento ostensivo:

— E fiquem sabendo que eu já estou tiroteando nos postos avançados!

Essa reunião se realizou a 30 de setembro.

* * *

O Barão de Cotegipe estava mal informado da marcha e da gravidade dos acontecimentos. Êle próprio o demonstrou, nesse mesmo dia, no Senado do Império. Foi na sessão de 30 de setembro que o ex-ministro da Guerra, senador Franco de Sá, resolveu fazer uma interpelação a Cotegipe. Tinha lido na imprensa a notícia, sem dúvida grave, de que o presidente em exercício e comandante das armas da Província do Rio Grande do Sul se havia recusado a cumprir um aviso do Ministério da Guerra. Fêz alusão também ao tenente-coronel Madureira, para terminar apresentando um requerimento de informações, com três itens: 1.°, se era exato que o presidente e comandante das armas do Rio Grande do Sul se recusou a cumprir um aviso do Ministério da Guerra; 2.°, se o militar a quem êsse aviso se referia contra êle protestara e pedira a sua demissão da comissão em que estava; 3.°, como o govêrno considerava êsses fatos e que providência tomara ou ia tomar.

Aceito pela mesa o requerimento e pôsto em discussão, pediu a palavra o Barão de Cotegipe, chefe do Gabinete, e assim respondeu item por item: 1.°, não era verdade que o presidente e comandante das armas do Rio Grande do Sul se tivesse recusado a cumprir aviso nenhum do Ministério da Guerra, e por uma razão peremptória: nenhum aviso lhe fôra expedido para que êle estranhasse o procedimento do tenente-coronel Sena Madureira. Fôra isto feito em ordem do dia do Quartel-General, e essa ordem já fôra ou ia

ser transmitida ao comandante das armas, que não poderia deixar de publicá-la. Nem o marechal Deodoro, conhecido por sua ilustração e disciplina, seria capaz de cometer um ato daquela ordem, embora contra o mesmo, depois, entendesse dever representar. 2.°, tinha notícias pelos telegramas publicados nos jornais da Côrte de que o tenente-coronel Madureira protestara e pedira demissão, mas até o momento o govêrno não recebera qualquer requerimento ou representação, qualquer ato, enfim, transmitido pelo comando das armas que viesse confirmar tais notícias. 3.°, quanto às medidas que o govêrno tomou e poderia tomar, ficasse tranqüilo o nobre senador Franco de Sá, porque o govêrno saberia fazer manter a disciplina, quando entendesse que ela devia ser mantida. Apenas, não podia agir com base em simples publicações da imprensa, muitas vêzes exageradas e transmitidas por pessoas interessadas em turvar as águas. Repetia: que o senador se tranqüilizasse, pois que o govêrno não deixaria de empregar as medidas necessárias, se viesse a entender que a disciplina do Exército as estava a reclamar. Diante de tais declarações, o senador Franco de Sá se deu por satisfeito e considerou desnecessário que o Senado perdesse tempo com a continuação da discussão e votação do seu requerimento. Pediu verbalmente a sua retirada e o Senado anuiu.

* * *

Enganava-se o Barão de Cotegipe, no entanto, quanto às disposições de Deodoro. Êste, embora conhecido, como dissera o presidente do Conselho em seu discurso, pela ilustração e disciplina, iria tomar uma atitude frontalmente adversa ao gabinete. A interpelação de Franco de Sá obrigara Cotegipe a dirigir-se pessoalmente a Deodoro, o que fêz em telegrama datado de 2 de outubro. Queria informações precisas sôbre a atitude assumida pelo marechal, de quem quisera fazer o seu Caxias, o seu esteio, o grande general conservador daquela fase do Império. Da resposta de Deodoro, constava êste trecho que não podia deixar dúvidas quanto à conduta que adotara: "Justo e geral sentimento do Exército muito ofendido. Oficiais pediram reunião calma;

aprovei e consenti. Resolveram-se atos de inquestionável direito".

Cotegipe ficou surpreendido com a resposta. Podia ter esperado tudo, menos aquilo. Dirigiu-se outra vez ao marechal, censurando-lhe a afoiteza do procedimento: "Exercendo vossa excelência duplo cargo de presidente da Província e comandante das armas, o que mostra a confiança do govêrno, era prudente não autorizar reuniões e deliberações coletivas, que podem trazer conseqüências imprevistas. A errônea interpretação de atos já existentes, e que em nada ofendem os brios do Exército, que o govêrno é o primeiro a manter como elemento de ordem pública, mostra que há exploração política. Vossa excelência, como o primeiro dos militares da Província, e responsável pela disciplina, podia e pode representar e pedir explicações. Recomendo a vossa excelência, como comandante das armas exercendo a presidência, empregue sua autoridade e influência para pôr têrmo a essa agitação dos espíritos. Aguardo comunicação oficial do ocorrido, cujos pormenores o govêrno ignora".

Não se fêz esperar a resposta de Deodoro, que se mantinha em seu ponto de vista anterior e advogava junto de Cotegipe a causa de seus camaradas: "Não há exploração política, nem exaltação de ânimos. Todos os oficiais generais e outros se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição de os privar de pronta e imediata defesa, e têm para isso sobeja razão. Todos reconhecem, porque são disciplinados, a conveniência da judiciosa proibição de discussões pela imprensa sôbre fatos de qualquer natureza, mesmo particular, que envolvam superiores. Ser, porém, privado e punido por discussões com pessoas alheias à classe e que não estejam revestidas de caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial. Peço a leitura do meu ofício de 3 de setembro ao ajudante-general. Justa é a dor pela imposição com que querem amesquinhar o Exército, sempre subordinado e sempre pronto. Sofre o que tem o calo pisado e não aquêle que pisa. Se, como presidente e comandante das armas, tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão para com a classe também os tenho, porque assim o exige a disciplina, moralidade e o brio dos soldados que defendem a monarquia. Afianço

a vossa excelência que há calma e afiança, também, que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército. A corporação militar da Província deposita em mim, como seu intérprete, suas justas queixas e pede o valimento de vossa excelência".

Sua correspondência com Cotegipe está cheia de rasgos enérgicos. Não parecia um vice-presidente de Província, fàcilmente removível, ou um comandante das armas, na dependência do ministro da Guerra. Falava ao presidente do Conselho como de igual para igual. Faltava-lhe, talvez, estilo. Não lhe faltava, entretanto, audácia e coragem de afirmar. Não era capaz de transigir para manter a posição política.

* * *

Enquanto assim falava Deodoro ao Barão de Cotegipe, os acontecimentos continuavam a se processar, no Rio Grande do Sul, com uma rapidez singular. No dia 1 de outubro, tanto êle como o Visconde de Pelotas tinham aderido inteiramente às deliberações tomadas na reunião de 30 de setembro, com o intuito de desagravar a dignidade do Exército. E, a 4 do mesmo mês, celebrando-se, em Pôrto Alegre, a missa por alma de Osório mandada rezar pela oficialidade, encontraram-se, frente a frente, Pelotas e Deodoro, de há muito desavindos. Fizeram, então, as pazes, dizendo o visconde, ao abraçar o comandante das armas:

— É admirável e honroso o procedimento que tem tido na questão Madureira, que envolve o pundonor e a honra do Exército. O seu procedimento eleva-o muito na consideração dos seus camaradas....

A reconciliação dos dois ilustres generais, separados antes por divergências políticas, Pelotas liberal, Deodoro conservador, constituiu um acontecimento de tal modo expressivo que foi glosado, desde logo, pela imprensa, como uma demonstração de que o espírito de classe estava superando, nos meios militares, tôdas as diferenças de caráter pessoal. Daí por diante, apareceriam ambos sempre juntos, nos episódios ligados à questão militar. Mas não são sòmente

os oficiais que se movimentam. Os elementos civis exploram a crise no interêsse da campanha republicana, compreendendo quão importante é afastar o Exército do gabinete de Cotegipe e da própria monarquia. Júlio de Castilhos, que é o chefe do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, escreve a Deodoro, para dizer-lhe que Saldanha Marinho, primeiro signatário do manifesto de 1870, o incumbira de transmitir-lhe "as mais sinceras felicitações pela atitude nobre e correta que assumira na questão militar que presentemente se debate". Diz associar-se a essa espontânea manifestação e que provavam a sinceridade do seu respeito e de seu aprêço os comentários que, sôbre o assunto, escrevera em "A Federação". Surgem entre ambos relações de amizade, ainda que um tanto cerimoniosas. E dias depois, quando Deodoro manda fazer uma publicação paga no jornal republicano, Júlio de Castilhos diz que "A Federação" se declara contente com a honra da preferência, mas pede licença para devolver a quantia que acompanhara o original. Os republicanos sabem que, muito mais importante, é introduzir, no sulco aberto por aquelas dissensões, a semente do regime preconizado no manifesto de 1870...

* * *

Começam as agitações militares em plena Côrte. A imprensa explora, em telegramas e editoriais, os acontecimentos do Rio Grande do Sul. Ante a atitude assumida por figuras como Deodoro e Pelotas, exalta-se a mocidade militar. Redobram os protestos. O imperador manda chamar Alfredo Chaves ao Paço, para inteirar-se da situação. Declara-lhe o ministro da Guerra que o ambiente da Escola Militar, comandada pelo general Severiano da Fonseca e onde Benjamin Constant era lente de matemática, era de franca sublevação.

— Confesso a Vossa Majestade que só encontro uma solução...

— E essa solução, qual seria, senhor conselheiro?

— O fechamento sumário dessa escola e o desligamento dos seus alunos. Corta-se o mal pela raiz... É como se pode eliminar êsse foco de rebeldia...

— É muito drástico... É muito drástico... Não, senhor; isso eu não aprovo...

— Vossa Majestade me perdoe, mas creio que Vossa Majestade não está alcançando a extensão do perigo...

O velho soberano repetiu:

— Não, senhor... Eu não aprovo...

E ajuntou, certo de que ainda era possível conciliar as coisas:

— Vou mandar chamar o Severiano e tudo se arranja... O senhor há de ver...

Dera Severiano da Fonseca as provas mais ostensivas de sua lealdade à monarquia e à família reinante. Era conhecido o incidente com o Conde d'Eu, na Escola Militar, e a atitude por êle tomada, repreendendo severamente um professor, que se permitira atacar em presença do príncipe consorte a família real dos Orléans, a que êle pertencia. Chamava-se o professor Alfredo Moreira Pinto(*).

No dia 18 de julho de 1882, o marechal Conde d'Eu, que não gozava de muitas simpatias no Exército (não o escondem nem mesmo monarquistas declarados como o Visconde de Taunay), fôra visitar aquêle estabelecimento. Entrara na sala, onde o professor Pinto dava uma aula de história, sôbre o tema "Louis IX e as cruzadas". Mas, com a presença do príncipe, conduz a aula para assunto estranho: "Charles IX e a matança dos huguenotes". Descreve a noite de São Bartolomeu. Tais afirmativas faz que o visitante o interrompe, para retificar informações que lhe pareciam exageradas. Impulsivamente, Alfredo Moreira Pinto dá por finda a aula, vira-lhe as costas e deixa a sala.

No dia seguinte, Severiano passa-lhe, em ofício, como comandante, uma severa repreensão. Declara que foi "bastante desagradável" ao seu comando e a tôda a Escola Militar a dissertação, "parece que propositalmente", de "censura à antiga realeza francesa e, portanto, uma falta de acatamento a Sua Alteza, o Senhor Marechal do Exército Conde d'Eu, membro dessa mesma realeza, o qual se achava na sala de aula, honrando a nossa Escola com sua augusta presença".

(*) Era, como vimos, um dos signatários do manifesto republicano de 1870.

A censura termina com estas palavras incisivas: "Por esta ocasião devo prevenir a V. S. que só se revestirá de prestígio e honrará a Escola quando, sabendo respeitar a quem deve, conseguir captar o respeito de que precisa". Depois de receber tal ofício, o professor só encontra um caminho: o pedido de jubilação.

A imprensa republicana faz alarido, tomando o partido do professor e sustentando que não se pode falsificar a história, nem deturpar o ensino para ser agradável ao príncipe consorte... De qualquer modo, fica a atitude do general Severiano como uma prova a mais de sua lealdade à família imperial. Mais velho que Deodoro, de temperamento bem mais tranqüilo e, por índole, contemporizador, fêz Severiano a promessa de intervir para conter os rapazes. Iria para êle, em breve, o título de nobreza que Cotegipe, em confidência ao Barão de Lucena, tinha prometido conferir a Deodoro, anos antes. Cedo, porém, o general Severiano verificaria a impossibilidade de dominar a impetuosa juventude da Escola Militar...

* * *

Novos incidentes vão surgindo, uns após outros. No Rio de Janeiro, o capitão Gabriel Botafogo e o tenente Alcino Cavalcanti se apressam a convocar um comício de adesão aos camaradas do Sul. São imediatamente presos, por ordem do ministro da Guerra. Mais uma vez a questão repercute no Parlamento. O deputado Coelho Rodrigues interpela o govêrno e o ministro da Guerra afirma não saber ao certo o que se passava no Rio Grande do Sul. O senador Silveira Martins volta à tribuna do Senado, reprovando em discurso a atitude dos militares. Não fêz senão pôr mais lenha na fogueira. Não menos desastrada foi a intervenção do antigo ministro da Guerra e então deputado Cândido de Oliveira.

A 8 de outubro, dirige Cotegipe novo telegrama ao presidente e comandante das armas do Rio Grande do Sul. Fala a Deodoro em tom conciliador: "Tomando em consideração o que vossa excelência expõe no seu telegrama de 4 e o apêlo que no final faz a mim particularmente, o govêrno acaba de resolver que o Conselho Militar apresente com urgên-

cia um projeto de instruções que regule claramente a matéria que tem motivado as reclamações contra o rigor da doutrina dos avisos (aliás antigos), quando os militares tiverem de recorrer à imprensa. Por êste fato, ficam de fato suspensos os ditos avisos, menos na parte que se refere à proibição da discussão pela imprensa entre militares sôbre objetos de serviço. Convém, pois, que vossa excelência faça cessar quaisquer reuniões coletivas de militares, podendo fazer pública a primeira parte dêste telegrama. Confio que a ordem será mantida, como vossa excelência afirma. — Cotegipe".

Com o mesmo espírito conciliador, responde Deodoro, no mesmo dia: "Agradecido e satisfeito telegrama vossa excelência hoje".

Dois dias depois, o chefe do gabinete outra vez telegrafa a Deodoro, nos seguintes têrmos: "Recebi seu telegrama, que muito me satisfez pelo que vossa excelência me comunica. Pessoas inimigas da ordem que procuravam agitar a opinião em proveito próprio ou de suas opiniões políticas, contrariadas pelo efeito da deliberação do govêrno passam telegramas para as províncias, dizendo que há aqui agitação, que a casa do ministro foi atacada, etc. É tudo falso. Apenas os alunos da Escola publicaram uma correspondência contra o deputado Cândido de Oliveira e o senador Gaspar e consta que hoje (dia de saída) fazem uma reunião. Aqui, como aí, militares satisfeitos. — Cotegipe".

O chefe do gabinete procurava conter Deodoro e seus camaradas, sem narrar ao presidente da Província e comandante das armas do Rio Grande do Sul a inteira verdade. A publicação contra o deputado Cândido de Oliveira e o senador Silveira Martins não era, senão, uma moção de desagravo a Deodoro, atacado pelo primeiro na Câmara temporária e pelo segundo na Câmara vitalícia. O protesto contra os dois parlamentares viera a lume nas colunas de "O País", franqueadas aos militares por Quintino Bocaiúva do mesmo modo que as de "A Federação", por Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. Trazia cento e cinqüenta assinaturas, de cadetes e oficiais.

Entre outras coisas, dizia: "À hora em que formulamos êste protesto, sabemos que, no Senado, ataca o general

Deodoro e todo o Exército o senador Gaspar Martins. Sua excelência é um homem de tôdas as épocas. Cerra-fila do Sr. Cândido de Oliveira, não lhe respondemos, porque já sabemos do quanto é capaz quando oposicionista e quando se trata de um inimigo político". E, adiante: "Nos excessos de sua fúria política, sua excelência não é responsável pelo que profere".

No meio de tôda essa balbúrdia, Cotegipe procura equilibrar-se. Consoante prometera a Deodoro, pressiona Alfredo Chaves para que tire o problema da alçada dos "casacas" e o entregue à dos próprios militares. Obedece o ministro e, a 9 de outubro, faz publicar a seguinte nota na imprensa da Côrte: "Ministério dos Negócios da Guerra — Gabinete do Ministro — Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1886 — Suscitando reclamações o modo por que é entendida a doutrina dos avisos de 4 de outubro de 1859, 26 de dezembro de 1884 e 9 de julho de 1885, juntos por cópia, que estabelece regras segundo as quais podem os militares de terra e mar recorrer à imprensa, e convindo que tão importante assunto seja regulamentado clara e positivamente, manda Sua Majestade, o Imperador, por esta Secretaria de Estado, que o Conselho Militar, revendo as disposições dos referidos avisos, apresente com urgência um projeto de instruções que rejam esta matéria. — Alfredo R. Fernandes Chaves". Era tarde, porém, para pôr meia sola em sapato já tão cambaio e desgastado...

* * *

Não se fêz esperar a reação dos militares, já organizados, ante essa publicação. Logo no dia seguinte, realizava-se uma reunião presidida pelo Barão de Jaceguai e na qual surgia, conquistando certa evidência, o major Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Foi êsse lente da Escola Militar e também diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos quem apresentou a moção, aprovada em ambiente de grande entusiasmo, e constante de quatro itens, o primeiro dos quais exprimia completa adesão aos camaradas do Sul. O segundo dizia que o Exército e a Armada lamentavam

que tal conflito tivesse surgido, mas nem por isso deixam de reconhecer que "os avisos expedidos atacaram as mais nobres prerrogativas" da classe militar e feriram a lei fundamental. No terceiro, dizia que os militares esperavam "do venerando Conselho Superior Militar o reconhecimento de seus direitos constitucionais que não se opõem, antes se harmonizam, com a dignidade dessa classe e com a disciplina de que têm dado as mais brilhantes provas". O último era de simples agradecimento à imprensa e ao senador Henriquê d'Ávila pelo seu último discurso, bem como a todos os que faziam justiça aos militares.

Nessa reunião, além de Benjamin Constant, estiveram presentes vários outros oficiais de menor patente, de inclinações fortemente republicanas. A Deodoro foi passado, depois do encerramento dos trabalhos, um telegrama que levou as assinaturas do Barão de Jaceguai, presidente da reunião, e dos secretários da mesa, tenentes José Augusto Vinhais e Jaime Benévolo. Dizia: "Militares de terra e mar, reunidos, aprovam o modo digno, pelo qual os militares do Rio Grande do Sul reclamam o restabelecimento dos seus direitos. Aguardam satisfeitos a solução com que resolver o Conselho Supremo".

A 20 do mesmo mês, surge em "A Federação" nova publicação da oficialidade do Rio Grande do Sul, assinada, desta vez, também por Deodoro e Pelotas, e na qual se lia: "A instituição militar, que existe para a defesa da integridade, da ordem, da honra do pavilhão nacional, não deverá jamais fazer sacrifício de sua própria honra, dos preceitos que a subordinam, da altivez e da nobreza que a caracterizam. Não está em discussão a disciplina. Ninguém precisa aprender quais são o espírito e a letra das ordenações e dos regulamentos disciplinares. O que a classe militar reclama é que se mantenham em tôda a plenitude os seus direitos". Reconhecendo que a questão Madureira era "uma questão de brio, de pundonor e honra da classe", acabavam aderindo ao protesto dos camaradas da côrte, publicado no "O País", no qual havia a repulsa aos discursos de Silveira Martins e Cândido de Oliveira.

Só no fim de outubro, Cotegipe toma conhecimento do ofício que Deodoro lhe enviara com data de 6 do mesmo

mês. O correio era moroso e a correspondência do govêrno central com as províncias sofria considerável atraso. Teve êsse ofício o efeito de uma bomba de retardamento. Irritou Cotegipe e, nesse estado de ânimo, o chefe do gabinete reabriu uma discussão que se achava pràticamente encerrada. Queria êle dar a última palavra...

Com data de 1 de novembro, expediu Cotegipe a seguinte carta, com a nota de "Confidencial": "Ilmo. e Exmo. Sr. Marechal M. Deodoro da Fonseca. — À exceção dos telegramas trocados entre mim e vossa excelência, durante o mês próximo passado, só tive oficialmente a comunicação que em 6 do mesmo mês vossa excelência faz das ocorrências originadas pela execução das ordens existentes sôbre a discussão na imprensa entre militares, ou sôbre objeto de serviço. Vossa Excelência, em o seu ofício, procura justificar os promotores das manifestações coletivas contra a doutrina das referidas ordens e diz-se solidário com o pronunciamento provocado pelo que vossa excelência chama imposição do Sr. Ministro da Guerra sôbre os militares em relação à questão Madureira; mas que se nêle não tomara parte fôra porque os cargos com que o honrou o Govêrno Imperial mandavam que só por si dirigisse a êste as justas queixas dos militares. Não quero apreciar as razões que levaram vossa excelência a colocar-se à testa de tais reclamações para encaminhá-las convenientemente. Apenas observarei que, quaisquer que fôssem as intenções de V. Ex.ª (e estou persuadido que foram as melhores) a gravidade de deliberações tomadas em comum pela fôrça armada é de tal natureza que não pode deixar de influir de modo prejudicial na disciplina do Exército. Hoje protesta-se contra atos da primeira autoridade militar, que é o Ministro da Guerra; amanhã: protestar-se-ia contra os dos chefes, ou sejam generais, ou comandantes de corpos; teremos portanto um exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da nação. Reflita V. Ex.ª e reconhecerá que os generais assumiram uma imensa responsabilidade — provocando ou aprovando tais manifestações. Até onde iriam elas? A circunstância de achar-se V. Ex.ª investido do cargo de Presidente exigia, como V. Ex.ª reconhece, que fôsse V. Ex.ª o intérprete de quaisquer reclamações: e estou que teria a fôrça moral necessária para

conter impaciências. Assim não aconteceu, e eu lastimo que o Govêrno só tivesse o primeiro conhecimento dos fatos por telegramas extra-oficiais, privado assim de dar instruções ao seu delegado, que consentira e aprovara as reuniões militares. Êsse consentimento e essa aprovação foram o rastilho de pólvora que ateou chama a todos os pontos da província e alguns do Império. Quando o General Deodoro revestido da mais alta confiança do Govêrno assim pensa e assim procede, o que não fariam os seus subordinados? A política e especialmente os partidos extremos apossaram-se da questão, e enxergaram no Exército um instrumento a seus planos e paixões. Veja-se qual a côr dos jornais — que mais exaltados se mostram, e V. Ex.ª me dirá se a política tem ou não parte no movimento. Eu, e o gabinete comigo, sentimos que V. Ex.ª a que demos soma de confiança maior do que a qualquer outro funcionário nos criasse tão sérios embaraços. Não obstante, nomeando um presidente — que ora para aí segue, — esperamos que V. Ex.ª o coadjuvará em tudo quanto depender de suas atribuições, e contribuirá para que cesse de uma vez essa agitação, que não pode ser tolerada e muito menos em uma província fronteira, exposta de um momento para outro, a necessitar do emprêgo da fôrça — para sua defesa. Aproveito a ocasião para apresentar a V. Ex.ª os protestos da muita consideração e estima com que sou — De V. Ex.ª, Am.º e at.º, cr.º — Barão de Cotegipe".

Embora o chefe do gabinete lhe tivesse recomendado reflexão, Deodoro não demorou a responder-lhe, o que fêz em carta datada de 16 de novembro. Depois de acusar o recebimento da missiva de Cotegipe, diz estar em dificuldades para bem responder, pois seria necessário transcrevê-la integralmente, a fim de, com precisão, tratar de ponto por ponto e assim justificar o procedimento do Exército. Depois, acrescenta: "O tema em questão é "reuniões indisciplinares — tumultuosas — sediciosas — por parte dos militares". Se bem que houvesse, pelas forçosas e especiais circunstâncias, justo motivo para reuniões assim qualificadas, todavia os militares, por disciplinados e criteriosos, bem patentearam os seguintes atributos característicos dos soldados — união fraternal, ordem, respeito, calma, firmeza e amenidade — e limitaram-se, como lhes cumpria pelo assentimento, a uma

reunião pacífica, sem discussões, com o fim de pedirem providências sôbre os seus direitos. Houve motivo para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem, nem devem, estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplícios, cuja imunidade não os autoriza a dirigir insultos, nem os isenta de precisa e conveniente resposta. E que houve, Exmo. Sr., por causa dêsses insultos dirigidos por êles contra os militares? Por parte do govêrno, permita-me V. Ex.ª dizer, muita consideração aos insultantes, e assim, não só aprovou os insultos, como foi além — ofendeu ainda mais, com pública repreensão, para conhecimento do mundo, a um velho servidor, homem criterioso, homem decente, homem correto e homem distinto, sòmente por satisfação a quem nenhuma autoridade tinha sôbre militares! Achará V. Ex.ª nisso coisa de pouca monta? Não será amesquinhar-se o Exército; tirar-se-lhe o brio, a dignidade e o amor próprio, requisitos êsses sem os quais não haverá soldados, mas sim vis e desprezíveis escravos? Por parte do Exército — uma reunião calma, respeitosa e pacífica pedindo a reparação de direitos violados e da dignidade ofendida. A ferida foi forte, cruel e mortal e com justa razão sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram vítimas. Transcrevo o seguinte trecho da carta de V. Ex.ª — "Hoje protesta-se contra atos da primeira autoridade militar, que é o ministro da Guerra; amanhã protestar-se-á contra os dos chefes, ou sejam generais ou comandantes de corpos, teremos, portanto, um Exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da Nação". Assim parece, Exmo. Sr., em teoria, mas, condicionalmente, não na prática. E por que a sugestão que motivou a matéria dêsse trecho? Por uma coisa que não lhe tem completa aplicação. Pelos repetidos fatos, Exmo. Sr., tendentes à humilhação da classe pelo seu enfraquecimento moral, para o que hoje ofende-se gravemente, sem motivo para isso, a um oficial superior, amanhã ofender-se-á um brigadeiro e depois os da última patente e assim conseguir-se-á aquilo que é notório, que é sabido desde muitos anos. Se ainda vivesse Caxias fatos de tal natureza certamente não se dariam. E o que motivou o castigo a dois oficiais superiores, ambos bem conceituados? A repulsa que fizeram

aos insultos de um deputado e de um senador! Foi o quanto bastou. Não teremos, Exmo. Sr., Exército deliberante e assim incompatível com a liberdade civil da Nação, nem V. Ex.ª quererá Exército desbriado e assim fácil à ação de qualquer especulador para atirá-lo contra a liberdade civil da Nação. Acredito que, pela amizade e dedicação de meus camaradas, teria fôrça moral para conter impaciências; mas também acredito que o meu valimento não seria de tal ordem, nem o govêrno tão condescendente, que com facilidade obtivesse a nulificação dos castigos injustamente infligidos aos dois oficiais. A política não influiu nem interveio na questão — tôda especial e militar — cuja classe nada tem com o que estranhos dizem e escrevem. O Exército é o que sempre foi — leal e subordinado —: não cuida de política e tem em vista, antes de tudo e por tudo, a grandeza da pátria, e o que mais é — quando ela sujeita à sorte das armas. Muito se fala em Exército, em disciplina, em patriotismo; e se bem que, competentemente, disso se trata no parlamento, todavia entre seus membros figuraram, infelizmente, vultos que, sem a faculdade de distinguir simples datas, se metem a questionadores, julgando-se bons censores e melhores legisladores; verdade é que, para maior glória, ficarão seus feitos perpetuados nos respectivos anais. E falam em Exército e em disciplina! Sabe precisamente o que é Exército, o que é disciplina, sòmente aquêle que pertence às suas fileiras; aquêle que comparte de seus duros e rigorosos sacrifícios; aquêle que toma parte ativa em suas glórias; aquêle, enfim, que esquece mãe, mulher e filhos para lembrar-se, dentro das fileiras militares, sòmente da Pátria e que para felicidade dela oferece o corpo ao ferro inimigo. Sabe precisamente o que é disciplina militar sòmente aquêle que, no horrível do combate, tem a responsabilidade — a mais elevada, a mais difícil — a incompreensível — que é a do soldado; e se a êste faltar brio, dignidade e amor pátrio o que restará? Vis e cobardes escravos vergonhosamente surrados! Se a sorte determinar o rebaixamento da classe militar, no dia em que eu desconfiar que na frente de soldados não passarei de um comandante superior da Guarda Nacional — especial — e simples vulto político, quebraria minha espada, e, envergonhado, iria procurar, como meio de vida, a exemplo de

muitos, uma cadeira de deputado para também poder insultar a quem quer que seja. Sou eu o único culpado de tôda questão atualmente levantada, porque se, em março de 1884, quando o Sr. Franco de Sá, assumindo a direção dos Negócios da Guerra, ofendeu brutalmente os oficiais, na ocasião da apresentação, com grosseiras alusões a Apulco de Castro, não tivesse abafado o calor dos oficiais conseqüente da injúria que lhes foi lançada em rosto, privando assim de levar-se a efeito a bem merecida repulsa, certamente êle, no parlamento, não daria motivo para os fatos que hoje tanto incomodam o Exército. Concluindo, Exmo. Sr., direi: é fora de tôda dúvida que os oficiais, ao primeiro insulto, últimamente dado, tiveram resignação tal que foram sopitados seus sentimentos de dor; que calaram-se ao segundo, convictos de que outra reclamação não seria aceita, importaria em baixeza e dariam a mais exuberante prova de que abandonaram o companheiro distinto, o digno irmão, no campo de batalha, onde difícil é a proteção, como o abandonaram na paz, deixando-o só e entregue aos embates da injustiça e da perseguição. E é, Exmo. Sr., o govêrno do Brasil que, às glórias de ter, com o máximo sacrifício de dinheiro e sangue, libertado um povo que gemia por causa da própria inação e tirania de seu chefe, quer hoje juntar o ato inglório de escravizar homens ilustres, — seus concidadãos, — aos destemperos e fatuidades de Simplícios, cujos sentimentos, pelas galas do poder, fizeram explosão, ferindo a quem tinha direito incontestável ao respeito; é, porém, verdade que a farda brasileira do soldado torna-o imérito da paz. Pelo que fica expendido, conhecerá V. Ex.ª que prefiro ser desagradável levado pela verdade do que agradável pela reserva ou mentira: são os sentimentos de quem, com a maior consideração e subido respeito, é — De V. Ex.ª At.º e Ven.or Am.º e Cr.º Obr.º — Deodoro".

Nesse duelo de telegramas e de cartas com o chefe do gabinete, podemos encontrar elementos para o esbôço de um retrato psicológico de Deodoro. Está aí, inteiro, o homem que havia de proclamar a República: altivo, obstinado, incapaz de ceder, de amoldar-se, de transigir, levando o seu espírito de classe além de quaisquer conveniências pessoais ou polí-

ticas. Êle escolhera o seu caminho e conscientemente preferia ser desagradável a ser blandicioso. A capacidade de assumir tal papel, a voluntariedade com que o fazia, eram qualidades que fariam ressaltar sua personalidade e a indicariam, no momento crítico, para executar planos ainda mais ousados.

Frente a Frente com o Imperador

Confissão de fraqueza do govêrno — Deodoro resiste aos apelos — Decisão do Conselho Supremo — Silveira Martins ataca Deodoro — A solução encontrada — Demissão do marechal — A vinda para o Rio de Janeiro — Reunião no Teatro Recreio — Repressão aos alunos da Escola Militar — A visita ao Paço — Um apêlo ao monarca.

A ESSA ALTURA, manifestações das guarnições das diversas províncias se repetiam, em apoio ao ponto de vista de Deodoro. O brigadeiro Augusto Pacheco e o brigadeiro Barão de Batovi (*) exprimiam sua solidariedade ao marechal. O Visconde da Gávea, entre continuar a serviço de Alfredo Chaves e do gabinete Cotegipe, exonera-se também das altas funções de ajudante-general do Exército. Preferia ficar com a sua classe a voltar-se contra ela.

Estava o Barão de Cotegipe sob um fogo cerrado. Só aparecia quem mais acirrasse a discórdia, como os liberais Cândido de Oliveira e Silveira Martins, a pedir contas ao gabinete, a censurar-lhe a complacência.

Silveira Martins, afirmando que Deodoro já estava arrependido do passo que havia dado, tanto que, nesse sentido, escrevera a seu irmão Severiano, provoca violento revide do marechal. "É pura invenção do Exmo. Sr. Gaspar, — diz êle, em "A Federação", — que tendo sòmente por objetivo ofender a minha pessoa, esqueceu-se de que, direta e caluniosamente, mais ainda ofendeu a meu irmão. Sou sobeja-

(*) Manuel da Gama Lôbo d'Eça, que fôra presidente de Mato Grosso e veterano da Guerra do Paraguai. Morreu em 1893, em luta contra Floriano Peixoto, no Paraná. Era, então, marechal de Exército.

mente conhecido por meus camaradas e, por isso, não preciso, Sr. Conselheiro Gaspar, de justificação".

A irritação de Deodoro contra Silveira Martins (*) é tanto maior quanto é certo que êste está por trás do processo que lhe movem, acusando-o de prevaricador. Notificado da aceitação da denúncia, prepara a defesa que apresentará ao Supremo Tribunal de Justiça, acusando, por sua vez, o conselheiro Antônio Eleutério de Camargo de, como militar, ter fugido ao cumprimento do dever, durante a guerra com o Paraguai. O denunciante era, então, membro do Corpo de Engenharia do Exército. Parece-nos interessante frisar êsse acúmulo de circunstâncias: de um lado, em nome da classe militar, um general, que sempre fôra conservador, se incompatibiliza com o gabinete conservador e com o partido a que se ligara. Por outro lado, representantes do Partido Liberal igualmente cavavam fundas incompatibilidades com o Exército, alvejando naquela hora de crise com uma acusação desprimorosa a figura que simbolizava, perante tôda a oficialidade, a própria honra militar ultrajada.

* * *

Com a última carta de Deodoro, recebida nos primeiros dias de dezembro, Cotegipe compreendeu que perdera, definitivamente, o seu Caxias, o seu grande general conservador. Estava Deodoro em campo diametralmente oposto ao seu e, mais ainda, desafiando sua autoridade como ninguém mais ousara desafiá-la. O velho homem de Estado, que, após os setenta anos, enfrentava a maior crise de sua vida pública, não conhecia hesitações. A 5 de dezembro, dirigiu êle a Deodoro sua última comunicação, nos têrmos que se seguem: "Recebi a carta de V. Ex.ª sem data em resposta à que dirigi a V. Ex.ª em 1.º do passado mês. Deixando de parte, por extemporâneas, as razões, com que V. Ex.ª justifica o procedimento oficial que teve na questão qualificada — militar — porque não tenho esperanças de convencê-lo (meu principal fim na correspondência trocada com V. Ex.ª) devo declarar a V. Ex.ª que a divergência entre o pensa-

(*) Além disto, corria que tanto Deodoro como Silveira Martins faziam a côrte a uma filha do falecido Barão do Triunfo (general Andrade Neves), que nessa competição teria aquinhoado com favores preferenciais o ilustre tribuno liberal.

mento do Govêrno e o do seu Delegado de confiança é tão profunda, que nenhum dos dois pode permanecer nessa posição — prejudicial em todo o sentido ao serviço do Estado. Pelo que tenho o pesar de prevenir a V. Ex.ª de que V. Ex.ª é substituído, e virá ocupar o cargo que exercia nesta Côrte. O Sr. Presidente comunicará a V. Ex.ª as disposições do Govêrno para que sejam guardadas as atenções e conveniências devidas à pessoa de V. Ex.ª. A interrupção de nossas relações oficiais em nada prejudicará, espero, as de perfeita estima e consideração, com que sou — De V. Ex.ª — Am.º e at.º e obr.º — *Barão de Cotegipe*".

O presidente nomeado para substituir Deodoro no govêrno do Rio Grande do Sul não se fêz esperar. Chegou quase ao mesmo tempo que essa última carta. Era Miguel Calmon Du Pin e Almeida(*), pertencente a uma família ilustre nos fastos políticos do Império, a do Marquês de Abrantes. Chegando a Pôrto Alegre, apressou-se a tomar posse e a enviar, com ofícios seus, datados de 22 de dezembro, ao marechal Deodoro, os decretos pelos quais o imperador o exonerava do cargo de vice-presidente da Província e de comandante das armas, em ambos os casos com a declaração de que a exoneração fôra por êle pedida.

Serve a dupla dispensa de pretexto para que Deodoro seja festejado pelos seus camaradas e receba novas homenagens da imprensa. Descendo do poder, vindo para a planície, mais ainda com êles se irmanava e melhor poderia bater-se pelos seus pontos de vista. "A Federação", em suas colunas republicanas, exalça-lhe os méritos, escrevendo, entre outras coisas, em editorial: "Todos ainda se recordam das circunstâncias excepcionais em que o marechal Deodoro aceitou o cargo de 1.º magistrado da província, para que se torne preciso lembrar as dificuldades da ocasião e a necessidade de concentrar nas mãos de um só a direção civil e militar da província. Sacrificou ao govêrno central a serenidade de ânimo que o distinguia, o seu zêlo inquebrantável pelo serviço, a sua energia proverbial e quase a justa popularidade de que goza entre os seus camaradas. Mas não podia sacri-

(*) Faleceu pouco tempo depois, no exercício do cargo, em que teve como sucessor o desembargador Bento Luís de Oliveira Lisboa, nomeado a 25 de janeiro de 1887.

ficar os brios e a honra de uma classe de que é uma das mais importantes figuras!" E, adiante: "O marechal Deodoro tem no respeito e admiração que lhe tributam os seus camaradas e os homens de bem de tôdas as classes um pedestal de honra tão elevado, que não lhe alcançam os botes da calúnia nem os do despeito partidário".

Com argúcia psicológica, Júlio de Castilhos e seus companheiros de "A Federação" e do Partido Republicano do Rio Grande do Sul preparavam Deodoro para uma resistência continuada, excitando-lhe os brios, afagando-lhe a vaidade, louvando-lhe os gestos de independência, armando-o cada vez mais em paladino da classe. Deixava de ser um homem para ser um símbolo. E os símbolos não negociam...

* * *

O tenente-coronel Sena Madureira era também homem de rija têmpera. Como o govêrno tivesse mantido a repreensão, pediu demissão do cargo de diretor da Escola de Tiro de Rio Pardo. Não obteve resposta. Alfredo Chaves deixara o pedido de demissão dentro da pasta. Já tinha as mãos ardendo. Aquilo seria mais uma brasa a queimar-lhe as palmas. Dada a demissão, decerto gritariam que requintava na perseguição e na violência. Do Rio Grande do Sul, o tenente-coronel insiste em seu protesto: "Não aceito a punição injusta! Demita-me o govêrno do comando da Escola de Tiro".

Nada. Três, quatro, cinco vêzes seguidas, Sena Madureira renovou o seu pedido de demissão. E o govêrno só na quinta vez a deu, quando já se tornara patente demais sua condescendência e sua fraqueza. O tenente-coronel requer Conselho de Guerra, a fim de que possa fazer justificação de sua atitude. Mas o requerimento não é atendido. O ministro da Guerra não podia aceitar uma situação de tal ordem, submetendo-se a ver seus atos discutidos num Conselho de Guerra.

Deixando o comando da Escola de Tiro de Rio Pardo, Sena Madureira dirigiu-se a Pôrto Alegre, onde chegou a 8 de janeiro de 1887. Foi recebido como verdadeiro herói, hospe-

dando-se, com a família, no palacete do Visconde de Pelotas, onde, à noite, se realizou festiva reunião em sua homenagem. Foi-lhe oferecido luxuoso álbum, contendo as assinaturas dos seus colegas, da guarnição do Rio Grande do Sul, que se haviam solidarizado com sua atitude, a começar pelo senador Pelotas e pelo ex-presidente em exercício, marechal Deodoro. Ao champanha, falou o visconde, que fêz, entre outras, as seguintes declarações:

— O tenente-coronel Madureira é um oficial que faz honra ao Exército pela sua bravura, ilustração, zêlo e devotamento ao serviço. Minha saudação, porém, seria incompleta, se não se dirigisse também à pessoa do general Deodoro, que, por amor à honra de sua classe, não trepidou em incorrer no desagrado do govêrno. Saúdo, portanto, a ambos, com a maior efusão.

Deodoro foi o orador seguinte. Depois de breve alusão ao episódio de que participara, declarou:

— Outra não poderia ser a minha conduta, ligando eu, como ligo, maior importância e aprêço à honra da classe do que à comissão transitória que aceitei do govêrno, mais por dever de militar do que por qualquer outro motivo. Agradecendo o brinde que me foi levantado, ergo a minha taça em honra do ilustre general Visconde de Pelotas.

Sena Madureira encerrou a festa, brindando ao mesmo tempo a Pelotas e a Deodoro, como a dois abnegados e corajosos defensores dos brios militares ofendidos. Dois dias depois, tanto Deodoro como Sena Madureira embarcavam no vapor "Rio Paraná", a caminho da Côrte, onde deviam se apresentar à Repartição do Ajudante-General do Exército.

A essa altura, o Conselho Supremo, convertido sùbitamente em órgão legislativo pelo gabinete Cotegipe, dava o seu parecer, no mesmo sentido em que o haviam dado os militares que protestavam: eram os avisos inconstitucionais e deviam ser condenados.

O ponto de vista do Conselho Supremo foi resumido nas seguintes decisões:

"1.°, que os militares, como todos os cidadãos brasileiros, gozam, pela Constituição, da liberdade de externar, pela imprensa, as suas opiniões, independentemente de censura

prévia; 2.°, que no exercício dêsse direito poderão ser responsabilizados pelos abusos que cometerem; 3.°, que êsses delitos deverão ser julgados no fôro militar ou civil, conforme a categoria a que pertençam; 4.°, que deverão ser considerados delitos militares e, portanto, julgados em jurisdição militar os abusos da imprensa que estão previstos nos regulamentos que regem a disciplina do Exército, sendo que é atentatório da disciplina do Exército, ao decôro que mùtuamente se devem os membros desta corporação, discussão na imprensa entre oficiais, sôbre objeto de serviço militar".

A êsse parecer, levado por Cotegipe ao imperador, após D. Pedro II a sua aprovação, traduzida nas palavras da praxe: "Como parece". Contudo, a questão ainda não estava resolvida. Os avisos não mais seriam aplicados, decidira o govêrno. Mas, que aconteceria com relação às punições levadas a efeito com base nesses mesmos avisos, agora considerados ilegais?

Os militares exigiam a revogação dos atos do ministro da Guerra nêles baseados. E o govêrno não se mexia. As punições continuavam de pé. Foi quando o velho chefe republicano Saldanha Marinho escreveu, na "Revista Federal", um artigo de grande repercussão, sustentando a invalidez daqueles atos. Imediatamente Deodoro, Pelotas e o general Augusto César lhe passaram caloroso telegrama de felicitações e de agradecimentos em nome da classe militar. A essa mensagem, respondeu Saldanha Marinho: "General Deodoro — Cumpri dever. Com satisfação fiz justiça aos que souberam prezar dignidade. Permitam suas excelências os abrace agradecido — Saldanha Marinho". Era mais uma aproximação que se dava, entre os generais que comandavam a crise e os republicanos, desta vez através do venerando homem público, por todos respeitado e que fôra o primeiro a assinar o famoso manifesto de 1870.

É interessante assinalar que, além dos republicanos, havia monarquistas, de índole liberal, que também esposavam a causa dos militares, com o maior ardor, em palavras semelhantes às de Júlio de Castilhos em "A Federação" e de Quintino Bocaiúva em "O País". Não há nenhum exagêro em afirmar-se que a questão militar é o prelúdio do

movimento de 15 de novembro, até pela circunstância de ter reunido, na mesma frente de combate, os homens que, pouco mais de dois anos depois, estariam outra vez juntos para fazer a República. Foi aí que êles fizeram suas identificações, seus primeiros contactos. Quando o ministro da Guerra alegou que não podia deferir o requerimento em que Sena Madureira solicitava fôsse submetido a Conselho de Guerra, para justificar-se, por entender o titular daquela pasta que o deferimento importaria em sujeitá-lo, juntamente com o peticionário, à alçada do tribunal militar, Rui Barbosa põe sua pena a serviço da oficialidade. Mais tarde, hão de se encontrar de novo a espada de Deodoro, a inteligência de Rui, o republicanismo de Quintino, e então o Império desaparecerá da história política do Brasil.

* * *

Dado o rumo que haviam tomado os acontecimentos, era dificílimo reprimir as manifestações dos militares, que pareciam decididos a desafiar ostensivamente o govêrno, na euforia da vitória conquistada com o pronunciamento do Conselho Supremo. Divulgada a notícia da vinda de Deodoro da Fonseca para a Côrte, começaram a ser preparadas expressivas homenagens ao ilustre soldado por seus colegas de farda. O ministro da Guerra entendeu de tomar precauções no sentido de evitar demonstrações capazes de desmoralizar o govêrno. Enviou instruções para que os alunos da Escola Militar ficassem impedidos no quartel, sem poder sair, no dia da chegada de Deodoro. Era a Escola Militar comandada por seu irmão, o marechal de campo Severiano da Fonseca, e êste não quis, ou não teve fôrças para conter os alunos. O fato é que êstes estavam em pêso, no cais, a 26 de janeiro de 1887, quando o ex-comandante das armas do Rio Grande do Sul pisou o chão da Côrte, entre vivas e aclamações dos seus camaradas.

A conseqüência dêsse fato foi a imediata apresentação do pedido de demissão do marechal Severiano do cargo de comandante da Escola. Sua exoneração foi lavrada a 29 do mesmo mês, sendo nomeado para substituí-lo o brigadeiro

Agostinho Marques de Sá. Uma vez no Rio de Janeiro, Deodoro se tornou o centro de tôdas as atenções de seus colegas e não demoraram a ser feitas articulações para o prosseguimento da luta, isto é, no sentido de levar o govêrno a "trancar as notas" dos militares punidos, tornando insubsistentes as punições. A primeira destas reuniões foi promovida no Teatro Recreio, a 2 de fevereiro de 1887, sob a presidência de Deodoro. O convite, publicado na imprensa, estava redigido nos seguintes têrmos: "Reunião militar — São convidados a comparecer amanhã, ao meio-dia, no Teatro Recreio Dramático, todos os oficiais generais e mais oficialidade de terra e mar, presentes na Côrte, a fim de tomar parte na reunião militar anunciada, e que será presidida pelo Sr. marechal de Campo Deodoro da Fonseca, servindo de secretário o tenente-coronel Sena Madureira. Tratar-se-á nessa reunião de interêsses da classe militar".

Estiveram presentes cêrca de duzentos oficiais, entre êstes o general Sérgio Marcondes de Andrade, os coronéis Cunha Matos e José Simeão e o major Benjamin Constant. Deodoro, ao entrar no teatro, recebeu uma estrondosa aclamação. Vários oradores o saudaram, entre êles Benjamin Constant, Serzedelo Correia e o alferes honorário Frederico Severo, êste em nome dos voluntários do 24.º Batalhão, que Deodoro comandara durante a guerra com o Paraguai. Quando, finalmente, falou Deodoro, suas palavras foram por todos ouvidas de pé. Explicou o motivo da reunião e disse que o imperador já tinha anulado os avisos, por serem inconstitucionais e lesivos à dignidade e ao brio dos militares.

— Mas o seu efeito ainda subsiste, — prosseguiu —. A disciplina militar exige o brio e a dignidade da farda do soldado. Sem brio e sem dignidade, o soldado não cumprirá o dever que lhe é impôsto: o dever de sangue!

Depois de pedir a todos ordem, calma e respeito, declarou ter em seu poder o texto de uma moção, que queria submeter à apreciação dos companheiros. Leu a moção, que foi sendo votada, artigo por artigo. O texto aprovado dizia:

"1.º) Os oficiais de mar e terra presentes a esta reunião não julgarão terminado com honra para a classe militar o conflito suscitado entre esta e o govêrno, enquanto perdu-

rarem os efeitos dos avisos inconstitucionais que foram justamente condenados pela Imperial resolução de 3 de novembro último, tomada sob consulta ao venerando Conselho Supremo Militar. 2.º) Pensam também que só a cessação de qualquer medida tendente a perseguir oficiais pelo fato de terem aderido à questão militar poderá acalmar a irritação e o desgôsto que reina nas fileiras do Exército. 3.º) Recorrem, confiantes, à alta justiça do Augusto Chefe da Nação para pôr têrmo ao estado de agitação em que se acha ainda a classe militar, que só provas de resignação e de disciplina até hoje tem dado. 4.º) Resolve dar plenos poderes ao Exmo. Sr. Marechal de Campo Manuel Deodoro da Fonseca, presidente desta reunião, para representá-los junto ao govêrno de Sua Majestade, o Imperador, no sentido de conseguir uma solução completa do conflito, digna do govêrno e da classe militar. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1887".

O Visconde de Pelotas, logo em seguida, realizava uma reunião de militares em sua casa, em Pôrto Alegre, para tomar conhecimento dos têrmos da moção, e nela era resolvido dirigir a Deodoro voto de completa adesão. No mesmo sentido, manifestaram-se outras guarnições.

A imprensa não cessava de advertir o govêrno sôbre os inconvenientes de sua teimosia. A repercussão da moção do Teatro Recreio foi de tal ordem que a "Gazeta da Tarde" não hesitou em proclamar que, naquela noite, tinha ficado o Brasil sem govêrno. Em suas próprias palavras: "Desde que se votou a moção da reunião militar não temos mais govêrno: a moção demitiu o ministério e deixou o imperador a descoberto. O govêrno não devia ter dado lugar à reunião. Corria-lhe o dever de retirar as notas, porque, cessando a causa, desaparece o efeito". Lamentava o editorial que o govêrno não tivesse pensado assim, preferindo assumir uma atitude imprudente. "O País" não perde o ensejo de defender os militares contra o govêrno. É nas suas colunas que encontramos o registro do oferecimento de uma pena de ouro, pelos alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul, a Júlio de Castilhos, paladino da classe em "A Federação". Não passaria em branca nuvem a reunião do Teatro Recreio. Sabia-se que os alunos da Escola Militar tinham comparecido, quase em massa. O brigadeiro Marques de Sá, imediata-

mente, nomeou para proceder a inquérito sôbre o fato uma comissão constituída pelos seguintes oficiais: tenente-coronel Manuel Peixoto Cursino Amarante, major Antônio Ribeiro Guimarães e major Antônio de Melo Tamborim. "O País", imediatamente, inseriu um tópico, comentando a finalidade da comissão, que era a de averiguar quais os rapazes que tinham comparecido à reunião, contrariando as ordens expressas do comando. E declarou que se comprometia a indicar os que não tinham comparecido: dois que estavam de serviço, dois que se achavam doentes e quatro subalternos alunos, que faziam parte da administração. Acrescentava: "Os mais, os outros, acharam que na Escola havia muito calor e foram espairecer no Recreio. Questão de mudança de temperatura, talvez". Em conseqüência do inquérito, nada menos de cinqüenta alferes-alunos foram desligados da Escola Militar.

* * *

No desempenho da delegação que lhe fôra confiada, foi Deodoro a 5 de fevereiro de 1887 apresentar-se ao imperador Pedro II no Paço de São Cristóvão, em sua farda de marechal de campo, com o peito coberto das condecorações que conquistara nos campos do Paraguai. Era a primeira vez que se avistava com o monarca, desde sua partida para o Rio Grande do Sul, em fins de 1885. E, por singular coincidência, precisamente nesse dia 5 de fevereiro era publicada a sua exoneração do cargo de Quartel Mestre General. Pediu Deodoro licença para depor nas mãos do soberano uma carta em que lhe fazia caloroso apêlo em prol da solução da questão militar. Dado o interêsse que apresenta êsse documento, aqui o transcrevemos na íntegra:

"Senhor. — Conceda V. M. Imperial permissão a um dos vossos mais respeitosos amantes e leais súditos, de tomar vossos preciosos momentos em petição de justiça. E não venho só... É, por assim dizer, o Exército todo, tôda a classe militar, que vem por minha voz deprecar a V. M. Imperial. Senhor! Sabe V. M. Imperial da repreensão que foi infligida a um coronel do Exército por uma justa e quiçá

franca resposta a insultantes doestos de um deputado da Nação; e da maneira por que se tratou dêsse assunto no Parlamento, mesmo por parte do Ministério, como que se fazendo proposital alarde em desprestígio do Exército. Sabe também V. M. Imperial da repreensão infligida a outro oficial superior do Exército, chamado a terreiro nessas discussões alimentadas pelo próprio govêrno, que já não se contentava com o desprestígio da classe militar, que a rebaixava ante cidadãos que, não sendo govêrno, não podiam ser considerados superiores hierárquicos de classe alguma, e que não sendo militares, com êles não entendem os preceitos disciplinares sôbre discussões na imprensa entre militares. Sabe V. M. Imperial dessas repreensões injustas, feitas com espalhafato, com publicidade em todos os jornais, e, por conseguinte, tornadas patentes à Nação e ao mundo inteiro, a dois oficiais superiores do Exército. No Parlamento, que representa a Nação, rejubilavam-se, e quase sem imputação, pela irresponsabilidade de que gozam, apraziam-se em molestar e insultar os militares! Senhor, só quem não fôr soldado, só quem não tiver ou não compreender a menor noção do brio e dignidade militar, só quem julgar que a farda do soldado é libré do servilismo e da baixeza, poderá ver, sem corar de vergonha, sem estremecer de indignação, um tal procedimento, que já não é um desacato da autoridade, mas um insulto à classe militar. Coube-me, Senhor, por minha posição especial no Exército nessa ocasião, o dever de solicitar dessa autoridade superior que sobrestivesse seus atos, reconsiderasse suas decisões e resolvesse-as de conformidade com a razão, o direito e bom senso. Essa resolução seria necessária em prol daquela classe. E era de razão e de prudência. O Exército tinha estremecido e ansiava por uma decisão que o libertasse dessa exposição ao menosprêzo público, e que o mostrasse respeitável e respeitado dentro dos limites da lei! E não são exigências de um pretenso pundonor; é a própria disciplina que o exige. A disciplina militar não permite ao soldado receber afrontas e vilipêndios; a disciplina quer no soldado — e isso no mais alto grau — brio, dignidade e honra. A obediência do soldado não vai até o próprio aviltamento; o soldado é obediente, mas não servil; e aquêle a quem não repugnarem atos de baixeza e servilismo não é

digno da farda que veste, farda que é a mesma que V. M. Imperial honra trazendo-a. O govêrno Imperial, Senhor, por um ato de reflexão e justiça, mandou estudar a questão pelo Conselho Supremo Militar, tendo por base avisos do Ministério da Guerra, errôneos ou mal interpretados. A veneranda corporação não vacilou em seu juízo; velhos generais, ainda lhes pulsam nos peitos corações de soldados; veteranos, conservam eterno o fogo sagrado do pundonor militar, aliado à hombridade do cidadão. V. M. Imperial em sua alta justiça concordou com o parecer do venerando tribunal, e mandou executá-lo em data de 3 de novembro do ano passado; mas até hoje, Senhor, o Exército e a Nação esperam essa execução. O Exército receia ser o ludíbrio de uma procrastinação acintosa. Eis porque, Senhor, eu que sou soldado e me honro em sê-lo, mas que, no entretanto, sinto-me, como meus companheiros de armas, vexado, envergonhado, sob o pêso do vilipêndio; desiludido da atenção da autoridade, mas não desenganado, recorro à Vossa Majestade. É, pois, Imperial Senhor, com o mais profundo respeito, que venho em nome do Exército, em nome da classe militar, pedir a V. M. Imperial se digne de atender à questão e resolvê-la com aquela inteireza e justiça que presidem a todos os atos de V. M. Imperial. — Senhor a quem Deus Guarde. — De V. M. Imperial, o mais respeitoso, obediente, leal e amante súdito — Manuel Deodoro da Fonseca. — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1887".

Êsse apêlo, todavia, não teve resposta. D. Pedro II não quis alijar o ministério de Cotegipe. Contemporizou, confiando, decerto, à habilidade de João Maurício Wanderley a descoberta de uma fórmula capaz de resolver a situação criada. Mas o estadista conservador hesitava, enquanto que seu ministro da Guerra, Alfredo Chaves, se obstinava em não ceder às exigências da oficialidade. Eram caprichosos os militares? Também o era o ministro. Enquanto se arrastava a questão, a sorte do Império estava sendo selada...

A Surra de Bacalhau

Joaquim Nabuco e a questão militar — Suas advertências em "O País" — "O espírito militar nasce republicano, e assim como se nasce, assim se fica" — Novo apêlo de Deodoro ao Imperador — Impaciência dos militares — Cotegipe substitui o ministro da Guerra — A fórmula de Silveira Martins — Obstinação de Sena Madureira — "Uns turbulentos que querem fazer a República" — O "Manifesto ao Parlamento e à Nação", redigido pela pena de Rui Barbosa, a pedido do Senador Dantas.

A IRRITANTE QUESTÃO MILITAR, cuja solução final só dependia de um detalhe mesquinho, de uma insignificância, e contudo permanecia insolúvel, num "impasse" que, ao observador atual, parece simplesmente absurdo, foi capitalizada em todos os sentidos: pelos republicanos, para forçar o progresso de suas idéias e ampliar suas ligações no Exército; pelos liberais, como um instrumento de combate à política conservadora; e, finalmente, pelos abolicionistas de todos os matizes, como uma hábil manobra para colocar os militares contra o escravagismo de que o Barão de Cotegipe era uma das expressões mais intransigentes. Se era verdade que a alguns liberais repugnava chegar ao poder através de quarteladas, outros se convertiam, como o senador Henrique d'Ávila, em autênticos paladinos dos militares, tanto na tribuna da Câmara vitalícia como nas colunas da imprensa. Liberal, como Henrique d'Ávila, mas, sobretudo, abolicionista, Joaquim Nabuco desde 1886 ocupava uma das colunas da primeira página de "O País", a convite de Quintino Bocaiúva, — mas parecia desinteressado da questão militar, que se abstinha de comentar. Assim continuou até que se deu a reunião do Teatro Recreio. Passou Nabuco, então, a

tratar do momentoso assunto, do ponto de vista favorável aos militares, mas procurando, desde logo, aliciar-lhes as simpatias para a causa abolicionista. Em artigo que escreveu, a 9 de fevereiro de 1887, sob o título de "Militares e Escravos", exprimia a sua descrença em que se pudesse cultuar a dignidade da pessoa humana em nação em que existia, ainda, o cativeiro. E dizia, referindo-se às manifestações hostis a deputados que tinham votado, em 1885, contra o projeto abolicionista do gabinete Dantas: "Quando alguns deputados foram apupados na rua Direita, gritaram tôdas as rãs do charco escravista que entrávamos em completa anarquia. O Sr. Teixeira Júnior tornou-se o Cícero do novo Catilina, o Sr. Dantas. Hoje, porém, que o Exército é manejado pelo govêrno como uma bomba de dinamite, que o pode fazer saltar; hoje, que a fôrça militar saiu tão completamente das mãos do govêrno que êle só julga poder chamá-la a si por meio de *entrelinhados* (*), quem há por aí que saiba por onde pára o Sr. Teixeira Júnior e, com êle, todos os indignados de 1885? A verdade é quê, desde o primeiro conflito entre o Sr. Alfredo Chaves e o general Deodoro, não temos govêrno, e que no vácuo deixado pela autoridade, todos vemos desenhar-se a sombra das instituições que se precipitam. Se o Exército refletir na diferença de tratamento para com êle e para com os abolicionistas assassinados policialmente é impossível que semelhante contraste não mova a compaixão. De uma coisa êle pode estar convencido: enquanto houver escravidão, não teremos exército nacional, escola de honra e dignidade para tôda a nação". No dia 12 de fevereiro sai um novo artigo de Joaquim Nabuco, "Os dois lados da questão militar", verdadeiramente profético: "Essa relação íntima entre o Exército e a escravidão, em que talvez não fôsse preciso insistir, complica, apesar do govêrno, a chamada *questão militar*. Diz-se que a questão está morta; se está, o govêrno tem mêdo de almas do outro mundo. Os *entrelinhados* lhe parecem cruzes, que não deixam dormir os restos de Deodoro, Madureira, Cunha Matos e tantos outros". E, adiante: "Os dois partidos chamados constitucionais parecem, oficialmente, condenar o Exército. Isso é uma razão bastante

(*) Alusão às publicações governamentais feitas no "Jornal do Comércio", defensor do govêrno do Barão de Cotegipe.

para a monarquia acabar com a malfadada questão militar, demitindo o ministério. Se não o fizer, êle verá o espírito militar, que começa, isto é, o espírito da dignidade militar, ou, por outra, da "nacionalização do Exército", nascer republicano, e como se nasce assim se fica".

A questão militar, nascida nas dobras da campanha abolicionista, acabaria, um dia, desaguando nesta, pelos esforços de homens como Nabuco, Quintino Bocaiúva, João Clapp e tantos outros... Não se satisfazendo com o triunfo parcial já conquistado, os militares queriam levar a vitória da classe às últimas conseqüências. E o faziam com a maior impaciência. Tendo deixado nas mãos do imperador aquêle apêlo, a 5 de fevereiro, sete dias depois, não podendo, por enfêrmo, ir de novo ao Paço, o marechal Deodoro fazia um ajudante de ordens levar ao palácio de São Cristóvão um apêlo ainda mais dramático, no qual pedia que, a não serem atendidos os militares em suas aspirações, lhe fôsse concedida a exoneração do serviço das armas. Dizia essa nova carta, textualmente:

"Senhor! Eis-me ainda e sempre com o mais profundo amor e respeito e a maior lealdade, ante o trono de Vossa Majestade Imperial, deprecando, por mim e por meus companheiros de armas, a justiça que nos falta.

Atendei, Senhor! O que os militares pedem é tão justo e tão pouco: o reparo de uma injustiça que os afronta e vilipendia! A coisa tem tanto de justa como de digna e grave. E não somos só nós, os militares, que o sentimos; o povo também compreende, e como que se associa ao nosso desgôsto.

A coisa é muito séria, Senhor, e sòmente quem, por um lado, não tiver a intuição do brio e do pundonor natural e, por outro lado, não cogitar das conseqüências a advir, poderá encarar descuidoso a tormenta que se anuncia!

Senhor, vosso ministério vos atraiçoa! — pelo menos nesta causa. Eu, nascido e criado, como todos os de minha família, no mais acrisolado devotamento ao Imperador; eu, que me prezo de ser fiel, franco e leal; eu, que altamente confio em Vossa Majestade Imperial; eu espero de Vossa Majestade, justiça, essa justiça que nos nega o secretário de Estado de Vossa Majestade nos negócios da Guerra.

Eu me sinto receoso, pesaroso, de incorrer no desagrado de Vossa Majestade Imperial... Mas, Senhor, a ser negada a justiça que peço, terei vergonha da farda que visto, eu que me orgulho de pertencer ao Exército; e, nesse caso, ser-me-á uma verdadeira graça, Senhor, minha exoneração do serviço.

De Vossa Majestade Imperial, súdito o mais fiel, devotado e reverente — Manuel Deodoro da Fonseca — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1887".

Não poderia ir mais longe do que fôra, na defesa dos seus camaradas. Extremara sua atitude ao ponto de pedir demissão do Exército. E essa demissão lhe teria que ser negada, pois se o imperador a desse estaria cometendo a maior das imprudências. Se os soldados não cediam, tinham que ceder os *casacas*. As providências governamentais, que já tardavam, e muito, são precipitadas. Alfredo Chaves sofre a pressão de Cotegipe e de seus companheiros de gabinete. Compreende, afinal, que não pode continuar no govêrno, inteiramente desprestigiado, sem nenhuma parcela de autoridade sôbre o Exército. Tudo quanto podia fazer era transferir oficiais e corpos de tropa, de um lugar para outro. Mas onde chegavam êsses elementos, as coisas se tornavam piores para o govêrno. Cotegipe, premido pelas circunstâncias, só encontrava o caminho da transigência. Perante os seus correligionários, êle próprio confessaria: — "É muito bom aconselhar "prenda, puna, corte cabeças". Mas, na prática, muitas vêzes nos vemos obrigados a mudar, para não sacrificar interêsses mais altos".

Quando é noticiada a demissão de Alfredo Chaves e a nomeação de Joaquim Delfino Ribeiro da Luz para substituí-lo, exatamente no dia da entrega da segunda carta de Deodoro ao imperador, o marechal exulta. Ainda acamado, vão visitá-lo os amigos e camaradas do Exército e da Marinha. Recebe congratulações das guarnições das províncias. A impressão que se tem é a de que está encerrada de uma vez por tôdas a irritante "questão militar". O próprio Deodoro participa dêsse ponto de vista. Escrevendo a um oficial amigo, o capitão João de Sousa Castelo, membro da comissão militar da guarnição de Pôrto Alegre, a 23 de fevereiro, começa por se desculpar de, por doença, não ter escrito mais cedo. E ajunta: "Melhor resultado não poderíamos ter —

a queda do ministro da Guerra. Mais do que isso só surra de bacalhau. Se caísse todo o Ministério, poderiam atribuir a muitas causas, ao passo que a queda sòmente do ministro da Guerra é bem significativa. Está, portanto, terminada a questão militar, e nada mais há que fazer". Não haveria, mesmo, ou se enganava o marechal? Os fatos demonstram que sim e êle próprio cedo reconheceria o engano.

* * *

O conselheiro Ribeiro da Luz, assumindo interinamente a pasta da Guerra, em que foi, mais tarde, efetivado, fêz constar que mandaria cancelar as punições desde que os oficiais punidos, Cunha Matos e Sena Madureira, requeressem o "trancamento das notas". O próprio marechal Deodoro chegou a considerar essa solução satisfatória. Não deviam os militares continuar a questão, porque, assim, passaria ao terreno dos caprichos. Tal é o depoimento oferecido por Serzedelo Correia. Estava dada uma satisfação ao Exército com a demissão do ministro e a anulação das notas devia ser requerida pelas partes. Era o mesmo o pensamento de Benjamin Constant e foi expresso numa reunião no escritório do advogado Alfredo Sena Madureira, a que estavam presentes o irmão dêste, ex-comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo, e o coronel Cunha Matos. Como o tenente-coronel Sena Madureira reagisse violentamente contra tal solução, Benjamin Constant ponderara:

— Os senhores são uns turbulentos que querem fazer a República! (*) Devem requerer o trancamento das notas.

(*) Depoimento do coronel Cunha Matos em artigo publicado no "Jornal do Comércio" de 1903, e citado por Leôncio Correia em "A Verdade sôbre o 15 de Novembro", nota 14, ao pé da página 166. Essa frase de Benjamin Constant, aparentemente absurda, em tal situação, exprimia, no entanto, sua total adesão à fórmula positivista para a implantação da República. Falando de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, as figuras máximas do positivismo brasileiro, depõe insuspeitamente Lindolfo Xavier, em "Pioneiros e Semeadores" (Cadernos de Memórias – I): "Os dois grandes apóstolos positivistas desejavam que a República fôsse proclamada pelo próprio D. Pedro II, uma vez convencido da necessidade dessa solução, como finalidade inevitável nos destinos do país. E ainda mais: — no caso do monarca não ter essa coragem, aconselhavam êles que se preparasse o terreno para a proclamação da República logo após a morte de D. Pedro II. Mas os acontecimentos se precipitaram, veio a questão militar, etc." Vê-se, assim, que êsse corifeu do positivismo reconhece que a questão militar atuou como elemento dinâmico, por excelência, superando as reservas de ordem sentimental ou humanitária dos discípulos de Augusto Comte, entre os quais Benjamin Constant se incluía...

— Cortem-me a mão, mas eu não requeiro! — foi a resposta de Sena Madureira.

Subsistiu, assim, um elemento de agitação. Sustentavam os oficiais punidos que, se os avisos de que resultara a punição eram inconstitucionais, deviam as notas ser revogadas "ex-officio". Os dias se escoavam sem que as punições fôssem canceladas. Via Deodoro quanto se enganara e escrevia, em março, ao seu amigo, capitão Castelo: "A queda do Chaves me levou a crer que a questão terminasse. O tio João, porém, depois de encolher-se, aparece com perseguições, supondo que estamos em debandada. Fui à imprensa, — "O País" — com uma declaração de que continuamos na mesma atitude e hoje escrevo ao Pelotas, para que faça aí uma reunião aderindo ao procedimento que aqui tivemos".

O tio João, a que se referia a carta, é o Barão de Cotegipe. Quanto à nota divulgada pelo jornal "O País", era esta: "O Sr. Marechal Deodoro da Fonseca autoriza-nos a declarar que na questão militar continua a manter a mesma atitude assumida perante o govêrno imperial. Sua Excelência aguarda o completo restabelecimento da saúde de Sua Majestade, o Imperador, e espera que a referida questão terá o desfecho almejado. Intérprete dos seus camaradas na moção que apresentou a S. M., o Imperador, o marechal Deodoro continua a êles unido nos mesmos sentimentos briosos e no mesmo honroso propósito".

Cotegipe, apesar do que havia afirmado antes, a respeito da posição do ministério, continuava no poder, mesmo sendo notório que os militares estavam desprezando o chefe do gabinete para se dirigirem diretamente ao imperador. Quanto a Ribeiro da Luz, não diferia muito o seu procedimento do que tivera Chaves. A resposta de Pelotas não se faz esperar. Está inteiramente solidário com Deodoro. E declara: "Vi no "O País" a sua declaração, que muito nos satisfaz. Compreendo bem que não podemos mais parar sem que seja resolvida honrosamente a questão, porque isso importaria em recuar, trazendo como conseqüência o nosso aniquilamento moral".

* * *

Ribeiro da Luz vê-se constrangido a seguir pelo mesmo caminho de seu antecessor. Como Alfredo Chaves, também

aplica punições. Há estranheza, como é natural, e o novo ministro tem de responder a interpelações do Senado. Busca justificativas e faz a leitura, na Câmara Alta, de um artigo publicado por um jornal de São Gabriel e transcrito em "A Federação", através de cujas colunas lhe chegara ao conhecimento. Dá êsse artigo notícia de uma reunião militar, realizada em São Gabriel sob a presidência do coronel Cândido Costa e na qual tinha havido um debate sôbre a moção votada na Côrte contra o ministro Alfredo Chaves. Nessa reunião, um major chegara a dizer:

— É inútil apelar para o imperador ou para o ministério! Devemos apelar é para a dinamite!

Essas impaciências dificultavam a solução do problema. Não era possível que o govêrno capitulasse, frouxamente, ante tais manifestações. Os dias iam passando, sem que as punições anteriores fôssem canceladas. Deodoro continuava a ser, na Côrte, o centro de interêsse, o polarizador das atenções dos militares envolvidos na questão. Os companheiros lhe haviam dado a chefia do movimento e queriam que êle tomasse as providências que bem lhe parecessem. Todos estariam solidários com as suas decisões. Mas Deodoro não queria precipitar as coisas.

— Devemos esperar até que chegue o Pelotas. Quando vier, então, decidiremos. Mesmo porque êle é o porta-voz natural da classe no Parlamento...

Como o govêrno tomara a deliberação de trancar o telégrafo aos militares, a correspondência só podia ser feita, agora, pelo Correio, com certo atraso. Do Rio Grande do Sul, em abril, o Visconde de Pelotas, em carta a Deodoro, anuncia o próximo embarque para a Côrte: "Partirei a 10 dêste mês, e se até êsse tempo nada estiver resolvido, como provàvelmente não estará, combinaremos aí no que convier fazer. Se a maioria dos oficiais dessa guarnição não se quiser pronunciar, acompanhando-o, que sofram, então, as conseqüências de sua fraqueza, ficando assim provado que merecem bem o desprêzo com que os vê o govêrno. Penso que, tendo-se dado o primeiro passo, não se pode mais recuar, nem parar, sob pena de ficar o Exército em posição falsa e humilhante, que trará como conseqüência inevitável o seu

completo desprestígio. Os ministros insensatos que têm estado na direção da pasta da Guerra, e infelizmente têm sido muitos, que se compenetrem de uma vez por tôdas de que o Exército tem consciência dos seus direitos e deveres, não podendo, portanto, consentir que o govêrno o confunda com os fâmulos das fazendas de café".

Também Pelotas se mostrava descontente com a escolha do novo ministro da Guerra. E concluía assim essa carta: "Quando êste infeliz país tiver ministros como foram José Clemente, Caxias, Manuel Felizardo e outros, estas cenas não se repetirão. Mas, onde estão êles? Quando aparecerão? Como é triste, meu amigo, êste presente comparado com aquêle passado!"

Chegou Pelotas em princípio de maio, mas, por doente, deixou de comparecer à primeira reunião de militares na casa de Deodoro. Mandou um bilhete justificando a sua ausência e dizendo: "Peço-lhe que declare que estou na mesma posição de sempre. Deliberem, e estou certo de que o farão com todo o critério e energia". A conseqüência dessa reunião foi o lançamento de um manifesto, com as assinaturas de Pelotas e Deodoro. É êste o texto dêsse documento (*), que Rui Barbosa redigiu às carreiras, atendendo a um apêlo de seu chefe, o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas:

"AO PARLAMENTO E À NAÇÃO"

As recentes declarações ministeriais no Senado trazem a questão militar a uma crise, que, impreterìvelmente, exige solução definitiva, imediata e diversa da que a última trans-

(*) Como antes tentara fazer o Barão de Cotegipe, através de Lucena, também o chefe liberal a cujo comando Rui obedecia quis envolver Deodoro, procurando nêle e no exército apoio para demolir a situação conservadora abalada. Em discurso que proferiu no Senado Federal; anos depois, Rui assim fêz a narrativa do episódio: "Dêsse manifesto dos dois generais, Pelotas-Deodoro, me coubera a honra de ser o autor, por incumbência do senador Dantas. Chamado um dia por êle ao Palácio do Catete, residência, então, de seu filho, o conselheiro Rodolfo, recebi daquele chefe liberal, meu chefe a êsse tempo, o encargo de redigir aquêle ato cominatório contra a política do gabinete conservador. O caso era de urgência. O trabalho devia estar concluído em algumas horas, para sair, como saiu, no outro dia, no *País*. Foi nessa eleição da mais íntima confiança, e sob o sêlo da mais delicada responsabilidade, que se batizaram, ao nascer, as minhas relações com o Exército" (Conforme texto transcrito por João Mangabeira, em "Rui, o Estadista da República", 2.ª edição, pág. 283).

formação do gabinete parece querer impor-lhe. Suscitada pelo arbítrio da administração no ato opressivo que mandou repreender, em ordem do dia, um oficial, por haver se defendido com isenção, pela imprensa, de argüições com que o ferira a palavra de um Deputado, dir-se-ia tender para um fim a que todos aplaudimos, quando o Govêrno sujeitou a controvérsia levantada pelo seu êrro ao juízo do Conselho Supremo Militar.

Deixando o caminho normal de consulta ao Conselho de Estado, em cujo seio uma secção especial conhece dos motivos concernentes à guerra, e submetendo os pontos debatidos à apreciação de um tribunal, que emana em sua maioria das nossas fileiras, o Ministério aparentara confiar sem reserva na consciência leal do Exército, e pelas condições extraordinárias dêsse apêlo oferecer a mais ampla satisfação ao direito ofendido.

Oriunda dessa corporação respeitável, a sentença foi qual se esperava da sua competência, da sua independência, da sua firmeza, denegando razão ao ex-Ministro da Guerra, proclamando que a faculdade de defesa pela imprensa, sob a sanção das leis penais, é de direito comum a todos os cidadãos, e que dêsse direito não é lícito privar os oficiais do Exército, sem ofensa da Constituição do Império.

Subscrevendo essa decisão, que provocara, pela declaração formal de que com ela se conformava o Govêrno, induziu o país a crer que a pendência estava finda, e que ao desassombro na confissão do desacêrto se seguiria a lógica da reparação, que o êrro confessado lhe intimava.

Não quis, porém, o Ministro dar êsse exemplo de respeito a si próprio, aos seus atos solenes, aos seus compromissos oficiais; e, pelos publicistas que eram notòriamente, em certas fôlhas, os intérpretes diretos do Gabinete, se fêz saber que a nota da censura aos oficiais não se retiraria, enquanto êstes o não requeressem. Como se à autoridade que de público reconheceu haver lesado a lei numa espécie determinada e correta, não tocasse, por nobreza, por decôro, por justiça estrita, por encargo oficial de suas funções, o dever de reintegrá-la, como ainda se as vítimas da prepotência fôssem mais interessadas nessa restituição do que a própria legalidade exautorada.

Humilhação tal era inadmissível aos nossos brios. O Govêrno sentiu-o, na reprovação geral que acolheu a sua incongruência; e o sacrifício do Ministro da Guerra, exonerado pelos seus colegas, veio outra vez persuadir a Nação de que o Gabinete voltava à estrada legal, tirando francamente do seu ato a conseqüência inevitável.

Mas os meses correram em vão; a moléstia do Imperador, sobressaltando profundamente os brasileiros, veio pôr em todos os ânimos o receio de agravar pelas agitações de um conflito ainda que moral, o melindroso estado de saúde, até que, na Câmara dos Senadores, em sessão de 9 do corrente, o Ministro interino da Guerra, promovido a efetivo no dia seguinte, desenganava a tôdas as esperanças, declarando que o Ministério não se considerava ligado pelo aresto do Supremo Conselho, apesar de lhe haver dado seu beneplácito, que as censuras infligidas aos oficiais eram justa punição das infrações disciplinares e que o conselho de guerra requerido com insistência por um dêsses oficiais em desagravo de sua fé de ofício, maculada pelo Govêrno, nunca lhe seria concedido, porque autorizá-lo equivalia o mesmo que sujeitar o Ministro, com o peticionário, à alçada do tribunal militar.

Princípios tais, inauditos até agora, fariam da boa fama dos oficiais brasileiros simples propriedade do Govêrno, sem haver mais honra militar, que pudesse desafrontar-se de uma nódoa imerecida, quando a parcialidade de um Ministro deliberasse infligir-lhe mancha e recusar-lhe o desagravo judicial.

Sob tais teorias jurídicas não há Exército, nem pode haver Pátria; porque a primeira condição da Pátria é pundonor dos defensores profissionais de sua honra.

O que se agita, portanto, não é uma questão de classe: o aviltamento do Exército envolveria a sociedade e daria triste medida do caráter nacional.

Não é também veleidade de predomínio militar o que nos move; a consciência pública tem certeza de que o Exército brasileiro é a mais estável segurança da paz, da legalidade, da organização civil do Estado. Seja qual fôr a posição a que as circunstâncias nos levem, a segurança indi-

vidual, a tranqüilidade pública, as instituições constitucionais, as tradições livres da Nação encontrarão sempre no Exército um baluarte inexpugnável e em cada peito de soldado uma alma de cidadão.

Mas a jurisprudência do Govêrno exclui da lei o Exército; e dessa proscrição, intolerável porque envolve a nossa vergonha, fôrça é que haja recurso.

Para onde?

A recomposição por que acaba de passar o gabinete, chamando à efetividade na pasta da Guerra o autor das declarações enfáticas de 9 dêste mês, imprimiu ao Govêrno a mais acentuada feição de hostilidade aos brios militares. Ela evidencia que, longe de inspirar-se a destituição do ex-Ministro dessa Secretaria de Estado, no pensamento de rejeitar o Ministério a solidariedade de colaborador nas medidas de reação contra o Exército, longe disso, o que tinha em mente era buscar um reator mais inflexível e redobrar nela, torná-la peremptória, recusando em substância e absolutamente o que até então se inculcara concedido apenas sob a condição de aquiescência nossa a uma caprichosa formalidade. Assim, vem acabar na surprêsa e um desafio à política de tortuosa vacilação, que desde o ano passado ilude a nós e ao país.

Deploramos que a doença inquietadora de Sua Majestade não permita invocar diretamente o Chefe do Estado. Sabe o Exército que o imperador nenhuma responsabilidade constitucional tem. É-lhe grato saber que, nos abusos de que se tratam, não lhe cabe nenhuma responsabilidade real. Mas, em tôda a parte, ainda nos países onde exemplarmente se pratica a monarquia parlamentar, o soberano, se é, como entre nós, um elevado espírito, tem sempre em si, pela sua sabedoria, pela sua experiência acumulada, pela superioridade da sua intuição, pela alta imparcialidade do seu cargo, uma imensa reserva de autoridade moral, de influência persuasiva sôbre o ânimo de seus ministros mais independentes, dos seus conselheiros mais austeros, e não lhe faltam ocasiões como esta de exercê-la, com benfazeja discrição, em proveito da justiça, da liberdade e da lei. Detém-nos, porém, neste momento o zêlo pelos dias de Sua Majestade, o temor

de arriscar a sua preciosa saúde, talvez até a sua existência, pondo em contribuição a atividade, quando a medicina indica o repouso e o povo anseia pelo seu restabelecimento.

Não obstante, não seríamos leais ao Príncipe honrado e patriota, que reina sôbre nós, se pactuássemos com o vilipêndio de uma posição, que nos ludibria, arrancando-nos a dignidade de cidadãos armados, para não nos deixar mais que a subserviência de janízaros.

Não nos resta, pois, senão recorrer para a opinião do país, que desde o princípio esposou a nossa causa, idêntica à dêle, endereçar ao Parlamento êste derradeiro apêlo e protestar que havemos de manter-nos no pôsto de resistência à ilegalidade, que é o nosso dever, do qual nada nos arredará, enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena.

Havemos de ser conseqüentes, como quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra. — *Visconde de Pelotas — Manuel Deodoro da Fonseca*".

Foi tal a estupefação causada pela publicação do manifesto assinado por Pelotas e Deodoro, nas colunas de "O País", — ocupando a terceira e a quarta da primeira página, — que nesse dia a sessão do Senado, apenas aberta, foi suspensa sob o pretexto de não se achar presente o presidente do Conselho. O próprio "O País" registra, em sua edição de 15 de maio: "A política, o Parlamento, os negócios, tudo ficou em estado de suspensão. Como era natural, correram livremente os mais extravagantes boatos". É fácil imaginar-se o caráter dêsses boatos e a extensão que tiveram em momento tão delicado e de tão visível desprestígio para o govêrno.

Tempestade no Senado

Os republicanos em ação — Campos Sales propõe a proclamação da República como a solução da questão militar — Pelotas recusa o alvitre — Prepara-se o novo 7 de abril — A memorável sessão de 18 de maio de 1887 na Câmara vitalícia — Mediação de Silveira Martins e Afonso Celso — João Alfredo indicado para chefiar o gabinete — A missão de Henrique de Lucena e a posição de Deodoro.

Os republicanos não descansavam no seu afã de ligar a questão militar ao movimento em que se empenhavam, ardorosamente, até então com resultados bem precários. Com o intuito de capitalizar as divergências entre o Exército e o govêrno, Campos Sales viera de São Paulo, estabelecer contactos com os descontentes. Na casa de Aristides Lôbo, tivera um encontro com Serzedelo Correia, oficial de tendências republicanas. Pediu-lhe Campos Sales que, com a maior franqueza, falasse ao Visconde de Pelotas sôbre a conveniência de ser desde logo proclamada a República, que seria, a seu ver, corolário natural do movimento militar cuja vitória já se podia antecipar. Serzedelo Correia levara a insinuação ao velho soldado, com o seu desembaraço de moço, mas encontrara resistência da parte de Pelotas. Passando a mão pela barba, ponderou o visconde:

— Isso virá depois...

— Depois, marechal?

— Sim... O que é preciso, por ora, é o concurso de todos os camaradas...

Entretanto, dias mais tarde, numa reunião secreta, no Grande Hotel, onde morava, presentes Deodoro, Benjamin

Constant, Marciano Botelho de Magalhães, Serzedelo Correia e Sena Madureira, Pelotas já ia mais longe. Proclamava, — e Serzedelo Correia disso deu o seu testemunho, — que pelo rumo que tomavam as coisas teriam que acabar pondo a tropa na rua e fazendo a revolução, pois o imperador já não tinha vontade. Depois de um silêncio, Pelotas perguntou quais eram as tendências da Escola Militar. Benjamin Constant, que era o ídolo dos cadetes, assegurou que ela estaria na vanguarda de qualquer movimento que se promovesse.

— E o meu camarada, como pensa? — interrogou Pelotas, voltando-se para Deodoro.

— Se tem de ser amanhã, que seja logo hoje, — respondeu Deodoro sem hesitação. — Estou pronto.

Que revolução seria essa? Uma revolução não para conduzir à proclamação da República, mas à destituição do gabinete de Cotegipe. Que mais era necessário, depois de se terem pôsto de acôrdo? A escolha do dia, a atribuição do comando geral e das tarefas complementares, no movimento que ia deflagrar. Pelotas tinha grande respeito por Pedro II. De modo algum entraria num movimento para derrubá-lo. Nem se pensava nisso naquele instante. Tudo assentado, teve o Visconde o ensejo de fazer uma derradeira ponderação:

— Deixem-me livre o dia de amanhã, para, como soldado e senador, dizer da tribuna do Senado a que perigo se está expondo o govêrno...

* * *

Cotegipe apelara para o deputado Henrique de Lucena, antigo presidente da Província do Rio Grande do Sul, compadre e amigo de Deodoro, no sentido de influenciá-lo a modificar sua atitude. A intervenção de Lucena tinha sido em vão. Mas de novo Cotegipe lhe pediu que fôsse a Deodoro, para outra vez exortá-lo e tentar impedi-lo de dar um passo perigoso. Devia apelar para os seus sentimentos patrióticos, para o seu passado de grande soldado, fazendo-lhe ver a inconveniência de uma perturbação da ordem pública. Lucena declarou sem rebuços que aceitava a missão que Cotegipe

lhe atribuíra, mas desde já avisando ao presidente do Conselho que, se Deodoro lhe fizesse alguma confidência de natureza grave, de modo algum abusaria de sua confiança.

— Compreendo seus escrúpulos. Mesmo assim, quero que vá, — respondeu Cotegipe. — Deve dissuadi-lo de dar um passo perigoso.

Henrique de Lucena não perdeu tempo. Tomou uma carruagem e foi procurar o marechal na Praça 11 de Junho, onde êle então residia. Depois de cumprimentar sua comadre, D. Marianinha, Lucena foi chamado por Deodoro para o seu gabinete. Êste não fêz segrêdo do que se tramava. Abriu uma gaveta e espalhou pela mesa uma porção de fôlhas de papel, rabiscadas com assinaturas que revelavam as mais variadas caligrafias. E exclamou:

— Leia! São adesões de tôdas as guarnições do Brasil, que se põem às minhas ordens e me dão poderes para agir como bem entenda...

Falou francamente ao emissário de Cotegipe: ou o gabinete recuava, ou cairia, porque assim o imporiam os militares. Mas Lucena podia tranqüilizar o seu amigo e correligionário:

— Não precisa ter mêdo ô sr. Barão de Cotegipe. Sua pessoa será por mim garantida. Assumo essa responsabilidade. Nada lhe acontecerá. Pode dizer-lhe...

E, depois de uma pausa:

— Quanto ao Sr. Gaspar Martins, já não digo a mesma coisa...

É que Deodoro não podia perdoar a Silveira Martins as ofensas pessoais que o grande tribuno liberal lhe havia feito, nos excessos da paixão partidária.

Enquanto isso, o Visconde de Pelotas adiava o seu pronunciamento da tribuna do Senado, preferindo, antes, abrir-se com o conselheiro Silveira Martins, a quem Deodoro tanto detestava. Silveira Martins fica aterrado com a revelação: era um novo 7 de abril que se preparava. Ia repetir-se o movimento que em 1831 procurara impor a Pedro I a demissão, em massa, de um gabinete que êle escolhera por lhe ser de confiança e lhe parecer o melhor, — mas que em verdade conduzira à abdicação do imperador, cujo amor

próprio e cujo senso político o levaram a compreender que não podia continuar a reinar quando surgia um poder acima do seu: o dos militares. Não perde tempo o tribuno gaúcho e vai transmitir a Cotegipe a comunicação que lhe fizera, sem reservas, o Visconde de Pelotas. Queria mesmo que o chefe do gabinete tivesse a noção do perigo que corria o govêrno. Cotegipe não podia deixar de estar no Senado, para ouvir o marechal Câmara e para responder-lhe, o melhor que pudesse. E Silveira Martins, embora na oposição, embora sendo um liberal, toma sôbre os ombros o encargo de estender uma ponte ao gabinete conservador, dando-lhe uma oportunidade de salvar-se. É que lhe parecia mais importante do que tudo, naquele momento, a preservação do poder civil. Cotegipe concorda com a fórmula alvitrada. As informações de Silveira Martins vinham completar as de Henrique de Lucena, também alarmantes. Estava num beco sem saída, acuado pelas pontas acutilantes das espadas ilustres de Deodoro e de Pelotas, que tinham por trás dêles, a fortificar-lhes os atos ousados, a maioria maciça da oficialidade do Exército e da Marinha.

* * *

Foi uma sessão memorável, a de 18 de maio de 1887, no Senado do Império. Ao se iniciarem os trabalhos, o senador liberal Henrique d'Ávila falou apresentando um pedido de informações sôbre o "deficit" no orçamento da Guerra e outros assuntos referentes à administração militar. Subiu em seguida à tribuna o Visconde de Pelotas, que exprimiu a sua irritação e a de Deodoro, por não terem podido ir à presença do imperador, então recolhido ao palacete Itamarati, no Alto da Boa Vista, onde começava a apresentar melhoras. No seu entender o imperador estava seqüestrado, era uma espécie de prisioneiro do gabinete, acessível a Cotegipe e ao seu grupo, mas inacessível a todos os demais. Desfiou por algum tempo suas queixas, forçando o chefe do gabinete a ir à tribuna para dar-lhe resposta. Justificou Cotegipe o isolamento do soberano.

— É preciso que, assim como aos particulares livramos dos incômodos de visitas quando o seu estado não lhes

permite recebê-las, poupemo-las a Sua Majestade, que, entretanto, não se recusará a receber quem pedir instantemente para vê-lo; e Sua Majestade receberá com aquela benevolência, talvez em extremo, de que tem dado sempre provas, — declarou Cotegipe, frisando desejar que suas palavras chegassem a todos os ângulos do Império.

O senador Cândido de Oliveira proferiu um discurso, logo em seguida, não constando suas palavras dos "Anais" do Senado. Depreende-se, porém, que fêz afirmativas em apoio do gabinete, mas torcendo os fatos por uma forma que levou Cotegipe a ir pela segunda vez à tribuna. E então o presidente do Conselho justificou a pena aplicada ao coronel Cunha Matos, afirmando que não fôra por ter revidado ao deputado Simplício Coelho de Resende, mas por ter êsse oficial criticado o ministro da Guerra, Alfredo Chaves. Assim, também, quanto ao tenente-coronel Sena Madureira. Sustentou Cotegipe a aplicabilidade da pena com a declaração de que o senador Franco de Sá já não era o chefe de Madureira, mas o fôra quando praticado o ato censurado por êste oficial.

— O tenente-coronel Madureira se referiu, não aos atos do ministro, mas às palavras que o senador Franco de Sá proferiu nesta casa! — aparteou o senador Henrique d'Ávila.

Os senadores liberais tentam encurralar o chefe do gabinete. Cruzam-se os apartes durante todo o discurso de Cotegipe, que procura desembaraçar-se da melhor forma possível das investidas dos adversários. Mostrava-se disposto a não ceder mais do que havia cedido. Contesta os que proclamam subsistir a "questão militar" apenas por um capricho governamental:

— Fala-se em capricho do govêrno. Entretanto, o govêrno não tem outro capricho que o de manter a sua fôrça moral! Depois da resolução de consulta, o govêrno não podia mais aplicar aquela pena, senão nos casos mencionados no parecer. Mas nem por isso ficou *ipso facto* revogado e nulo o que fôra praticado anteriormente. Talvez o govêrno o tivesse feito, se não fôsse a imediata pressão que se pretendeu exercer sôbre o seu ânimo. É isto que se chama capricho!

Embora contestando, Cotegipe confessava que o govêrno era caprichoso. Se não fôsse a pressão, teria cancelado as notas. Havendo pressão, não... Cândido de Oliveira, Henrique d'Ávila, Afonso Celso e outros o aparteiam vivamente. Cotegipe prossegue:

— Dizem os regulamentos militares que uma ordem ilegal, dada por um coronel a um oficial de patente inferior à sua, deve ser cumprida. Depois, é que êste oficial representa contra a ordem recebida. Ora, uma ordem do govêrno, dada em virtude de lei, bem ou mal entendida, não estará nas mesmas circunstâncias em que pode estar uma ordem do superior para o inferior? Fica-lhe mal representar? Não. Em que afeta os brios do Exército uma injustiça feita a um dos seus membros? Então, não haverá ato de injustiça, praticada contra um militar, a respeito do qual o Exército não deva pronunciar-se.

Os adversários o colocam num dilema: se estava de pé a legislação que punia os oficiais quando criticavam seus superiores, o manifesto do Visconde de Pelotas e do marechal Deodoro da Fonseca era um desafio ao govêrno. Cotegipe declara que não teme ameaças. Mas não é essa a declaração que os senadores liberais querem dêle ouvir. O Visconde de Pelotas tinha imunidades como membro do Senado. Mas Deodoro não as tinha. O gabinete punia-o ou não o punia? Em face de um desafio, se limitava a fazer outro desafio?

— Eu não retribuo desafio, nem a mim cabe desafiar — brada Cotegipe. — As minhas palavras não significam outra coisa. O govêrno está em seu pôsto. Se existe ameaça nas expressões do manifesto, eu já disse que não as temia!

— Mas a culpa dos generais é punível! — intervém Cândido de Oliveira.

— Em que artigo do Código Criminal? Será no que trata da liberdade de imprensa? — interroga o chefe do gabinete, fazendo-se de desentendido. — Entende vossa excelência que o nosso nobre colega deve ser submetido a Conselho de Guerra?

Na sua pergunta, excluía Cotegipe, intencionalmente, o segundo signatário, Deodoro, para fixar a responsabilidade apenas no Visconde de Pelotas, acobertado pelas imunidades.

— Ou o govêrno se demite ou sujeita o Sr. general a Conselho de Guerra! — aparteia Henrique d'Ávila.

— Pois não me demito, nem mando sujeitá-lo a Conselho de Guerra!

Com êste rasgo, Cotegipe desce da tribuna, rindo e sob risos dos representantes conservadores. Êsse ar galhofeiro enfureceu o Visconde de Pelotas, impaciente para responder ao chefe do gabinete. Antes, porém, de fazê-lo, teve de esperar que terminasse seu discurso o senador Viriato de Medeiros, que já estava inscrito. Êsse orador começou por dizer que o estado de coisas reinante no Brasil era "pior que o da Turquia" e fêz um veemente apêlo a Cotegipe para que encerrasse a questão.

— Sr. ministro, peço-lhe que mande tirar as notas dêsses oficiais. Com isso, vossa excelência não fará mais do que cumprir a lei. O que desmoraliza êste país é a falta do cumprimento das leis. É ao govêrno, primeiro que todos, que compete o cumprimento do dever. Quando se vê que não cumpre a lei, que é o primeiro a se afastar do cumprimento do dever, os outros, fundando-se nesse mau exemplo, vão além ou acompanham o procedimento do govêrno. E, depois, os ministros vão continuando a expedir decretos, mostrando por êles que a Constituição não vale nada. Não desejo que o nobre ministro continue com êste procedimento. Mande sua excelência retirar estas notas ou mande responder êstes oficiais a Conselho de Guerra, e tudo se acaba logo. Se não o fizer, permita-me que lhe diga que não faz parte de um govêrno, mas de um *desgovêrno*...

Agora, é a vez de Pelotas subir à tribuna. O ar galhofeiro de Cotegipe lhe fornece o mote do seu discurso, um dos mais sensacionais que já ouviu o Senado, no Império ou na República, pelo seu conteúdo e pela autoridade de quem o proferiu em momento de tão grande tensão política e militar. Começou enérgico e vibrante:

— O nobre presidente do Conselho terminou rindo-se, e o seu riso me entristeceu! Estamos atravessando um momento grave e sua excelência não lhe dá importância...

Às primeiras palavras dêsse discurso, Cotegipe já podia ter a certeza de que fôra vão o seu esfôrço para desarmar o

adversário. Pelotas continuava, num tom francamente ameaçador:

— Confiado no seu valor, porque já nos disse que não tem mêdo, deixa-nos cheios de apreensões e de receios. Um de nós dois está inteiramente enganado nesta questão. Declaro, com tôda a franqueza, que queria ser eu o enganado...

Afirma que assume a responsabilidade do manifesto, assinado com Deodoro, com data de 14, e que se despe das imunidades parlamentares, para que o govêrno o submeta a um Conselho de Guerra, se assim o entender. E, no mesmo tom de desafio:

— O nobre presidente do Conselho sabe bem que foi uma revolução que fêz abdicar o Sr. D. Pedro I. E o fato é hoje muito bem aceito.

Contudo, ainda é tempo, no seu entender, para remediar as coisas. Formula o seu derradeiro apêlo:

— Peço encarecidamente ao nobre presidente do Conselho que reconsidere o seu ato, por amor a êste país, não por amor e satisfação a mim, que pouco ou nada valho. Solva esta questão de modo honroso e digno. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar o nobre presidente do Conselho na fôrça armada que tem à sua disposição...

Os senadores se entreolham, atônitos. Não era todos os dias que se pronunciava, no recinto habitualmente calmo da Câmara vitalícia, um discurso tão cheio de ameaças. Os jornalistas anotavam febrilmente em seus blocos de notas as palavras de Pelotas. Entre êsses jornalistas estava Rui Barbosa, que no mesmo ano (*) deu o seu testemunho sôbre o sensacional acontecimento nestas palavras: "... achava-me nas galerias da Câmara vitalícia, no dia em que as palavras calculadas e frias do Visconde de Pelotas, lampejando como a lâmina da sua espada, descoraram com a palidez da agonia as faces do presidente do Conselho, unindo, na mais expressiva das associações de idéias, a atitude do Exército às recordações do 7 de abril; vi os senadores deixarem as suas cadeiras tomados de emoção inexprimível, nessa sessão extra-

(*) Fê-lo em "A abolição no Brasil", conferência popular proferida a 28 de agôsto de 1887, no Teatro Politeama, na capital da Bahia.

ordinária, a mais memoranda nos anais daquela casa, quando a ordem constitucional parecia dissolver-se ali, a olhos vistos, na pessoa do govêrno, que se decompunha sôbre o tapête do Senado, como cadáver na mesa do necrotério".

Cotegipe, no entanto, pregado à sua cadeira, procurava ainda afetar uma tranqüilidade e uma segurança que estava longe de possuir sob aquela atmosfera pesada e opressiva. Pelotas lança a sua última sentença, calculadamente, sob a forma de apêlo, em seguida a tantas ameaças:

— Reconsidere o nobre presidente do Conselho o seu ato, por amor a êste país, e, quem sabe, se por amor às instituições!

Usando do privilégio regimental que lhe cabia como chefe do gabinete, Cotegipe reclama o direito de falar e volta à tribuna, para dar resposta ao marechal Câmara. Não traz, porém, argumentos novos. Bate na mesma tecla anterior: o govêrno exigia apenas a observância de formalidades legais para fazer justiça aos oficiais punidos de acôrdo com os avisos revogados. Exalta-se a uma intervenção de Pelotas e, nesse momento de irritação, procura ferir o adversário:

— Eu poderia replicar ao nobre senador que o govêrno está no seu pôsto e o nobre senador não está no seu!

Em verdade, senador vitalício, o marechal Câmara, então com 63 anos de idade, estava fora das fileiras. Mas não era o único militar no exercício de mandato político e a culpa cabia mais aos partidos, que procuravam atrair os militares e utilizá-los, em seu benefício, do que mesmo a êstes. Cotegipe sente que o rompante não foi hábil. Logo, emenda a mão. Passa a falar do passado de Pelotas, de suas glórias, de seus serviços, de suas responsabilidades. Era vã, contudo, a tentativa de Cotegipe, no sentido de convertê-lo aos seus pontos de vista. O semblante de Pelotas não denunciava senão contrariedade e desgôsto. José Antônio Saraiva, com a sua autoridade de estadista, de antigo chefe do gabinete, é o orador seguinte. Está abalado com o rumo que tomam os acontecimentos. Diz que sempre se absteve de tratar da questão militar. Mas naquele instante não quer deixar de ocupar a tribuna. Faz um apêlo à conciliação. Indaga se realmente não haverá um meio de pôr fim à crise,

conciliando o Exército e o govêrno. E concita Cotegipe e Pelotas, bem como os amigos de ambos, a procurar uma solução para tão assustador conflito. Ouro Prêto também fala, em tom conciliador, e por fim Silveira Martins. Êstes dois vão se oferecer a Cotegipe para mediadores na questão, perguntando-lhe se êle aceitaria. A resposta, depois de breve reflexão, foi esta:

— Aceito, pois sei que não me viriam propor o que não seriam capazes de fazer se, como eu, fôssem govêrno.

Na mesma noite, Afonso Celso de Assis Figueiredo e Silveira Martins foram ao Grande Hotel, discutir com o Visconde de Pelotas o interminável assunto.

Essa articulação entre os monarquistas, a união de conservadores e liberais para encontrar a fórmula harmônica para a solução da crise, não podia ser do agrado dos republicanos, pois que êstes viam desaparecer um elemento de fricção extremamente favorável à causa que defendiam. "O País" bem mostra que não contavam os republicanos senão com a queda do gabinete e o triunfo dos militares sôbre o govêrno. Seria a desmoralização do regime, conveniente aos propósitos dos arautos da idéia em marcha. A 18 de maio, escrevia Quintino Bocaiúva no editorial daquele órgão sob o título de "A Questão Militar": "Com honra não se transige. Se o govêrno não pode ceder em nome das pretendidas prerrogativas de poder governamental, a classe militar também não pode ceder, sem desdouro coletivo para quantos vestiam uma farda que julgavam ser o símbolo do pundonor e da honra. No terreno em que o govêrno colocou a questão, o dilema é fatal: ou o ministério retira-se ou a classe militar aceita a humilhação. A primeira solução é possível; a segunda não o é, porque *o aviltamento da classe militar* envolveria a sociedade inteira e daria triste medida do caráter nacional".

"O País" muito pitorescamente, aliás, chamava então o Barão de Cotegipe de "imperador interino". As revistas de caricatura o mostravam revestido das insígnias da realeza. Depois de tanto insistir naquela tecla, de assim colocar a questão em têrmos de dilema, era de esperar que "O País", refletindo o sentimento do grupo republicano, ficasse des-

concertado com a solução imprevista que começara a ser negociada entre conservadores e liberais. "À hora em que escrevemos, — diz o seu editorial do dia 19, — dizem-nos que alguns senadores liberais *estudam* o projeto de uma intervenção parlamentar, entre o ministério e a classe militar, como o meio decoroso de solver a crise. A concepção parece-nos digna do espírito de rabulice constitucional e parlamentar, que é a essência do govêrno que possuímos".

O Visconde de Pelotas a princípio se mostrou intransigente: o govêrno teria que proceder ao cancelamento das notas "ex-officio". Mas Silveira Martins e Afonso Celso insistiram em que a ordem pública devia ser preservada e que não convinha forçar uma mudança ministerial fora das normas constitucionais. Pelotas não estava ainda desligado de seus compromissos partidários. Era um liberal, que ouvia as ponderações de dois chefes liberais. Gostaria de aceitar uma solução, mas não via o que pudesse ser feito, além daquilo que já tinha sido exigido. Êle e Deodoro se tinham comprometido pùblicamente, em declarações e em manifestos. Não poderiam recuar, porque se desmoralizariam, desmoralizando também o Exército. Dissessem Afonso Celso e Silveira Martins o que, no entender de ambos, poderia ser feito.

— Podia-se fazer um projeto de lei, dando efeito retroativo à imperial resolução de 3 de novembro de 1886, referente ao parecer do Conselho Supremo Militar, favorável aos oficiais em causa...

— É um procedimento moroso — ponderou Pelotas. — E o Exército está impaciente. Não seria êsse um meio de conjurar a crise...

— Proponho, então, que o Senado assuma a responsabilidade que o govêrno não quer assumir. Não sendo o Senado parte na questão, fica-lhe bem intervir para solucioná-la... — sugere Silveira Martins.

— Como poderá intervir o Senado? — pergunta Pelotas.

— Apresentaremos uma moção, convidando ou aconselhando o govêrno a fazer o trancamento das notas. O govêrno, que não tem incidente com o Senado, pode perfeitamente fazê-lo atendendo a uma resolução dos senadores.... E, para o Exército, dará no mesmo...

Pelotas considera satisfatória tal solução. Em verdade, através dela, o Exército ganhava um aliado novo, configurado por uma das casas do Parlamento. Embora dando a entender que atendia ao Senado, o govêrno estava realmente atendendo era aos militares. Restava saber se Cotegipe aceitava tal solução. Era preciso sondá-lo imediatamente, pois o tempo urgia. Afonso Celso foi procurá-lo, mas não o encontrou. Deixou, entretanto, uma carta, explicando as "démarches" empreendidas e pedindo-lhe uma resposta urgente, pois que, às dez da noite, voltaria ao Grande Hotel, para dar uma palavra definitiva a Pelotas.

Cotegipe enviou a resposta exigida por escrito, antes de esgotado o prazo que Afonso Celso lhe fixara. Nessa carta, dizia João Maurício Wanderley: "O ministério aceita o meio lembrado por vossa excelência, mas parece-me que devemos acordar prèviamente nos têrmos da moção; e quem melhor a pode redigir do que vossa excelência? É o que lhe peço". Logo em seguida, compreendendo que tudo importava em um recuo do gabinete, em benefício das imposições dos militares, põe suas reservas, no desejo de salvar as aparências: "Não aprovo que dela se possa concluir que o Senado se constitua procurador para requerer em nome de terceiros. Zelando tanto a dignidade dêste quanto zelo a do govêrno, desejo que a de ambos fique intacta". A velha rapôsa política não estava desatenta às manobras dos republicanos no sentido de capitalizar a crise militar. E acrescenta, no fecho da carta, êste comentário, em tôrno dos editoriais de Quintino Bocaiúva: "Leu o que disse "O País"? É natural que *desaponte* e por isso já de prevenção ataca os partidos e o parlamentarismo. A razão é clara: perde a monção de embarcar a república em *águas revôltas*".

Nessa mesma noite, no Grande Hotel, foi redigida a moção, com a colaboração do marechal Câmara. O texto era êste: "Requeiro que, à vista da imperial resolução de 3 de novembro de 1886, tomada sôbre consulta do Conselho Supremo Militar de 18 de novembro do mesmo ano, o Senado aconselhe o govêrno a fazer cessar os efeitos das penas disciplinares, anteriormente à resolução, impostas a militares por uso indevido da imprensa, fora do caso especificado na consulta do Conselho Supremo como contrário

à disciplina do Exército". Remetido a Cotegipe, emendou êle apenas uma palavra. Em vez de "aconselhe", escreveu "convide". Na mesma ocasião, ficou deliberado que Silveira Martins tomaria a responsabilidade da apresentação da moção.

* * *

Qual o papel de Deodoro nesses acontecimentos? Estava êle acamado, mas nem por isso ficou à margem das deliberações. Seu amigo e compadre, Henrique de Lucena, fôra de novo procurá-lo, em missão especial. Ia, desta vez, em nome do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, para fazer uma sondagem de certa importância. É que êsse político pernambucano era considerado o sucessor natural de Cotegipe, como chefe do gabinete, já a essa altura. No Senado, naquele agitado dia 18 de maio, Cotegipe assim lhe dera a entender. O próprio João Alfredo reconstituiu o diálogo então travado.

— Que tal lhe parece? — perguntara Cotegipe, após o discurso de Pelotas.

— O caso é muito grave. Mas não sem remédio. — fôra a resposta.

— Comigo não creio que possa ter. Com outro, deve ser possível. Prepare-se para o govêrno. Talvez amanhã tenha de ser chamado para o meu lugar...

— Não, não. Vossa excelência e só vossa excelência deve resolver a questão. E há de resolvê-la com o apoio de todos...

O caminho que havia era o da transigência. Reunido o gabinete a maioria entendeu que o ministério devia demitir-se. Uns, raros, hesitavam. O novo ministro da Guerra, Ribeiro da Luz, inteiramente iludido, sustentara a disparatada opinião de que o ministério devia continuar a manter-se inflexível, porque tinha a seu lado a maioria das fôrças armadas. João Alfredo entendia que o gabinete devia ceder, embora a resolução imperial não tivesse efeito retroativo. E foi prevendo a hipótese de ser chamado a formar o

novo gabinete conservador, como resultado da demissão do ministério de Cotegipe, que pediu a Henrique de Lucena que fôsse, de novo, a Deodoro, a fim de procurar saber as suas disposições se lhe coubesse aquêle pôsto com a crise ainda insolúvel. A êle, João Alfredo, não poderiam Cunha Matos e Sena Madureira requerer o trancamento das notas?

— Ao sr. João Alfredo, sim. Poderão requerer. Mas a Cotegipe, nunca — foi a resposta de Deodoro, segundo as revelações feitas por Lucena.

O deputado conservador, deixando Deodoro, foi procurar João Alfredo, que não estava em casa. Assim, entregou a pessoa da família dêste um recado, nos seguintes têrmos: "Alfredo — Dou-te conta da comissão e não te espero porque já é tarde e não sei quando voltarás. O Deodoro assegura que se fores chamado a organizar o gabinete os oficiais requererão o cancelamento das notas, mesmo porque querem provar que o Exército não é indisciplinado e que se se colocou na posição em que se acha, tornando-se incompatível com o atual gabinete, não foi por culpa sua. Assegura ainda que, dada a mudança, o govêrno deverá considerar terminada a questão e poderá contar inteiramente com o Exército. — Lucena".

Tal documento demonstra que o verdadeiro fundamento da questão não repousava no pormenor insignificante a que se haviam apegado os militares: o da exigência do cancelamento das notas "ex-officio". Era um movimento destinado a humilhar o gabinete e desprestigiar principalmente o seu chefe, Barão de Cotegipe. Tanto que, fôsse alijado êste, Deodoro assumia o compromisso de fazer com que os oficiais requeressem o cancelamento das notas, abrindo mão de um ponto de vista defendido com a maior intransigência por êle e por Pelotas. Mas a aceitação da fórmula de Silveira Martins e Afonso Celso ao mesmo tempo por Pelotas e Cotegipe viria salvar a situação do ministério periclitante, prolongando-lhe a existência por mais alguns meses.

O "Senatus-Consulto"

Debate sôbre a moção Silveira Martins — A sessão de 20 de maio no Senado do Império — Franco de Sá, Cândido de Oliveira e Lima Duarte protestam contra a solução alvitrada — Francisco Otaviano, Dantas, Afonso Celso e Taunay a defendem — "Os liberais não querem chegar ao poder apoiados nas baionetas do Exército" — O silêncio de Pelotas — Cotegipe se inclina diante do Senado, prometendo esquecer os nomes dos militares envolvidos na famosa questão.

Só NO DIA 20 de maio foi apresentada, no Senado do Império, a moção de Silveira Martins, encaminhando a solução de antemão aprovada por Pelotas, Deodoro da Fonseca e Cotegipe. É que o dia 19 fôra um feriado de guarda e a Câmara vitalícia não realizara sessão. Apresentando aquêle documento à consideração dos seus pares, frisou o senador liberal, na justificativa, que "a ordem social não tem mais nobre e elevado fim do que a justiça; e não haverá justiça enquanto houver militares que sofram penas por terem exercido direitos que o govêrno reconhece aos seus camaradas". Era, pois, para que se fizesse justiça que mandava à mesa aquela indicação. Para muitos, aquilo vinha como uma surprêsa total. O acalorado debate que então se travou deixou bem clara essa circunstância. O senador Franco de Sá é quem primeiro se manifesta. O ex-ministro da Guerra, pivô da questão, visado como fôra pelo tenente-coronel Sena Madureira em seus artigos, não teve a superioridade de compreender que se tratava de pôr têrmo a uma crise incômoda e que, naquela hora, não deviam prevalecer seus melindres ou rancores pessoais. Começou por provocar, antes de mais nada, uma declaração de Cotegipe, sôbre a aceitação daquela

fórmula. Queria manifestar-se sôbre o assunto, mas só o faria uma vez conhecida a opinião do presidente do Conselho. Cotegipe pede a palavra. Franco de Sá retoma o seu lugar, asseverando que voltará à tribuna logo depois. Cotegipe, no entanto, se limita a dizer:

— Senhor presidente, parece-me que o procedimento do govêrno deve ser o contrário daquele indicado pelo nobre senador. Eu me reservo para fazer as declarações que forem necessárias ou exigidas pelo Senado se o Senado apoiar o requerimento...

— Mas não declara se aceita ou não? — interroga o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas.

Cotegipe tenta esquivar-se à traiçoeira pergunta:

— O que eu estou dizendo é que falarei depois que o Senado se pronunciar.

— Depois do voto do Senado? — volta à carga Dantas.

Cotegipe verifica que não o deixarão em paz se não abordar de frente a questão. O único meio é revelar desde logo que está de acôrdo com a fórmula apresentada:

— Sim. Depois... Nos têrmos em que se acha a indicação, entendo que ela pode ser aprovâda...

Era o sinal da capitulação do ministério. A ala liberal extremada resolve encerrar a questão militar com a derrubada de Cotegipe e de seus companheiros. Aquelas palavras de aceitação da fórmula de Silveira Martins colocavam o gabinete em situação contraditória. Parecia a alguns dos senadores que bastaria um empurrão para atirá-lo no abismo. O senador Domingos José Nogueira Jaguaribe (*) intervém:

— Acho gravíssima a situação. Pelos debates e pela própria indicação, não se trata de matéria como as que nos são ordinàriamente submetidas pela lei e pelo regimento. Trata-se de uma questão extraordinária...

— Falta ao Senado competência, — aparteia o senador Inácio Martins.

Jaguaribe continua. Afirma que não quer ser voz discordante. Acha que, se a paz e a ordem são perturbadas, é porque alguma fôrça estranha surge para fazer pressão.

(*) Futuro Visconde de Jaguaribe, representante do Ceará, nomeado em 1870.

Entretanto, era necessário falar com a maior franqueza. "Pede-se com a espada de Breno que se obtenha do govêrno uma providência que êste, como tem declarado, por sua dignidade não pode dar. Pois bem, senhores: se é esta espada de Breno que pesa sôbre nós e se não existe neste país um Camilo que faça cair esta espada e a substitua pela fôrça da vontade nacional, não serei eu quem perturbe o meio com que se quer obter a paz e a ordem. Lembrarei, porém, o provérbio egípcio: "fazei-me a concessão de um palito e a minha fortuna estará ganha, isto é: cedei-me a largura de um palito e daí em diante contarei conseguir o resto". Prosseguindo, sugere o senador Jaguaribe que a decisão seja tomada em reunião das duas Câmaras, assumindo as responsabilidades da aprovação da indicação tanto os senadores como os deputados, visto tratar-se de medida extraordinária. "Não vejo como o Senado sòzinho possa ter essa competência", acrescenta. Mas o presidente da sessão, que era o senador Cruz Machado, adverte-o de que não está em discussão a competência da Câmara vitalícia. Ao que retruca Jaguaribe:

— Sirvam neste caso as minhas palavras como protesto contra o expediente adotado, que acho ilegal!

Franco de Sá é o orador seguinte. Confessa de início:

— Grande foi o meu pasmo diante da declaração ainda há pouco feita pelo nobre presidente do Conselho de Ministros. E isto porque, no ano passado, negava o sr. Cotegipe ao Senado competência para votar emenda ao projeto de resposta à fala do trono, porque continha matéria política que poderia ser interpretada como voto de desconfiança ao govêrno. Negava então ao Senado o direito de fazer política para solver crises e derrubar ministérios... Mas, hoje, reconhece que o Senado pode sair de sua órbita legislativa...

Prossegue no mesmo tom, implacável, frisando as contradições do presidente do Conselho, que ouve calado e constrangido. Declara Franco de Sá que a indicação de Silveira Martins é mais uma prova de que "estamos em um momento confuso, em que tôdas as idéias se confundem, tôdas as leis se postergam, tôdas as normas se invertem". Relembra as zombarias de Cotegipe no próprio Senado, zombarias que

provocaram hilaridade geral e suscitaram o justo protesto do ilustre marechal Visconde de Pelotas. Então não tomava a sério a questão, não temia a desordem... Tinha a atitude do varão justo, forte e impertérrito, cheio de coragem e firmeza, inabalável e impávido... Mas, de repente, que transformação surpreendente: o presidente do Conselho recua, muda de opinião, agarra-se à última tábua de salvação para ainda poder governar com aparência de fôrça moral! Era manifesta a incoerência. A Câmara vitalícia não podia nem devia intervir. E acrescenta, enérgico:

— O Poder Moderador, não o Senado, é que deve decidir. Protesto contra esta usurpação de funções, embora ditada pela magnanimidade do coração do nobre senador pelo Rio Grande do Sul!

Silveira Martins pela primeira vez o aparteia:

— Fui inspirado no grande interêsse nacional...

— Mas não houve deliberação coletiva da oposição liberal do Senado! — retruca Franco de Sá com veemência.

— É uma proposta apresentada por um senador em seu próprio nome, — afirma Silveira Martins, procurando desviar a censura.

Franco de Sá insiste:

— A iniciativa não cabia à oposição liberal, nem a nenhum dos seus membros!

— Inspirei-me no interêsse público, — repete Silveira Martins.

— É uma usurpação de competência!

O senador maranhense afirma que, apesar da indicação que se debate, a questão há de continuar aberta ou latente. Qualquer dia se levantará novo incidente, porque o descontentamento militar há de subsistir contra o atual gabinete, especialmente contra o ministro da Guerra e o presidente do Conselho.

— Teremos, pois, — acrescenta Franco de Sá, — recorrido a êste expediente extraordinário, estupendo, sem conseguir matar esta questão, tantas vêzes inùtilmente declarada morta!

A fisionomia de Cotegipe exprime ansiedade e contensão. É a mais dura, a mais difícil cartada de sua vida política, que está sendo jogada. Terá de reprimir seus impulsos, evitando apartear, medindo o alcance de suas intervenções e de suas palavras. Adversários generosos lhe estenderam a tábua de salvação, não para preservar o ministério, mas para preservar o regime. Franco de Sá entende, porém, que o regime não está ameaçado, e que o ministério é que não deve permanecer.

— O Senado, com o seu voto, — acrescenta no final de seu discurso, — vai sacrificar o prestígio da autoridade pública ùnicamente para que o nobre presidente do Conselho tenha a satisfação de mostrar que é um govêrno que pode sustentar-se enquanto quiser e que não largará o poder senão quando fôr de sua livre e espontânea vontade... A crise é uma crise ministerial. Não é uma crise nacional. Não é uma crise das instituições!

* * *

O senador Alfredo d'Escragnolle Taunay (*) é o segundo orador a debater a moção de Silveira Martins. Declara que, quando o deputado Simplício Coelho de Resende atacara o coronel Cunha Matos na Câmara, o ministro Alfredo Chaves o aparteara para declarar: "Vossa excelência faz mal afirmando isto. O coronel Cunha Matos é um oficial distinto. Em tempo, responderei". Mas o aparte se perdera no meio do tumulto em que decorrera a sessão, deixando de ser registrado pelos taquígrafos. Tivesse constado do resumo dos debates, talvez a questão militar não tivesse surgido. Declara-se o senador por Santa Catarina solidário com o ponto de vista dos militares, atitude natural em quem fôra, também, militar:

— Acho que a aplicação dos avisos foi demasiado restrita. Um oficial, com efeito, insultado em sua honra, não pode, nem pela lei da natureza, dar tempo a que desça uma licença a fim dêle poder desforçar-se. É o mesmo que receber uma bofetada e ir pedir autorização para repeli-la.

(*) O futuro Visconde de Taunay era um dos senadores mais recentes: fôra nomeado em 1886.

Declara que o tom do discurso de Franco de Sá é acre e impróprio para o momento. Que deseja o senador pelo Maranhão? Provocar uma cisão em seu próprio partido? Colocar o país em circunstâncias ainda mais amargas? Surpreende-se Taunay de que seu colega não avalie a extensão do perigo oriundo da questão militar. E afirma, peremptório:

— De cada vez que fala o meu nobre amigo e outrora chefe, o senhor Visconde de Pelotas, acho que ficam em risco as instituições do país. Não há contestar e sua excelência é o próprio a confessá-lo com tôda a hombridade...

Bastariam estas palavras do autor da "Retirada da Laguna" para demonstrar sob que pressão o Senado estava sendo obrigado a deliberar. Taunay insiste em que seja aprovada a indicação:

— Diante da gravidade da situação, invocar as restrições regimentais é levantar questões bizantinas. Estamos com gente armada às portas, na iminência de um conflito que pode trazer derramamento de sangue brasileiro. E conflito fratricida. Querer prolongar indefinidamente êsse estado de ansiedade é coisa que não compreendo!

— Mas ainda ontem o govêrno dizia que se tratava de uma questão pessoal com dois indivíduos, — aparteia Franco de Sá.

— Que importa? O Senado reconhece que não é!

* * *

Contra o ponto de vista de Taunay, colocando-se ao lado de Franco de Sá, o senador Cândido de Oliveira fala em seguida, frisando, de início, o caráter excepcional da medida. Era uma confissão de que não eram normais aquêles tempos. Feriu também a tecla da usurpação de poderes pelo Senado, em detrimento da Câmara temporária, a única que se ocupava dos assuntos de natureza puramente política. E, além do mais, colocando-se em situação humilhante, de súplica.

— O govêrno poderá conformar-se, — declarou, — mas êsse voto vai feri-lo de morte, não hoje, não amanhã, talvez, — mas com certeza em breves dias. Êsse voto, hoje salvador, há de agarrar-se ao ministério como a túnica de Néssus!

É, portanto, contra a indicação. Mais ponderado, o senador Francisco Otaviano expõe seu ponto de vista favorável. Não se deve mais discutir a questão. Relembra que a arte de dirigir os negócios políticos, na maior parte dos casos, se limita à remoção das dificuldades. Se os senadores percorressem os anais do Parlamento, veriam que nos tempos dos seus maiores as Câmaras davam quotidianamente conselhos aos governos.

— O Senado sabe que quase tôda a minha vida se tem passado na oposição, — declara, — mas nenhum govêrno com justiça dirá que lhe tenho criado embaraços de ordem anárquica.

É dentro dessa orientação que votará, pela aprovação da fórmula encontrada por Silveira Martins:

— Incontestàvelmente, se a questão não se resolver aqui, o govêrno há de ser obrigado a tomar qualquer enérgica providência. Por honra do Brasil, acredito que abafará qualquer movimento militar. Mas há de haver, por fôrça, derramamento de sangue, há de haver vítimas! E, senhores, que se derrame sangue, que se façam vítimas por uma grande questão, compreendo. Mas por uma questão de capricho? Se houver sangue, os vencidos hão de ser oprimidos. Dar-se-ão retaliações. E tudo por quê? Com quê proveito? Para que fim útil e nobre?

— Então, que cedam os caprichosos! — aparteia, pitorescamente, o senador Fernandes da Cunha.

— Sim... Cedam, portanto, os caprichosos, como diz o meu nobre amigo, — arremata, com bom humor, Francisco Otaviano.

* * *

Por uma singularidade do destino, o grande discurso conciliador da memorável sessão de 20 de maio foi o de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o futuro visconde de Ouro Prêto, que, no poder, dois anos depois, levaria o Império à derrocada pela sua intransigência. Contestou a afirmativa de Franco de Sá, de que se tratava, em essência, de uma simples crise ministerial.

— Se assim fôra, adversário intransigente do govêrno, eu não me levantaria para sustentar a moção. Enfileirar-me-ia com os que a combatem. Que poderia seguir-se à exoneração do gabinete, nas circunstâncias presentes? Quem assumiria o poder? Um ministério conservador? Mas isto não resolveria a crise, pois o novo gabinete se encontraria nas mesmas condições do atual. O nobre presidente do Conselho tem sido acompanhado pelos seus correligionários do Senado e da outra Câmara, que assim são solidários em todos os seus atos e compartem a sua responsabilidade na questão. Subiria ao poder a oposição? Caberia a vez ao Partido Liberal? Mas o nobre senador pelo Maranhão, como qualquer outro correligionário judicioso, não há de querer que o seu partido chegue ao poder pelo caminho que lhe abram as espadas e as baionetas do Exército!

É êsse discurso que vai trazer à indicação os votos de quase todos os senadores liberais presentes. Sendo um dos negociadores do acôrdo, Afonso Celso põe tôda a sua eloqüência na defesa daquela fórmula. Exclama, patético:

— Quanto a mim, eu não aceitaria semelhante hipótese. Preferiria o perpétuo ostracismo!

Considera a moção correta e oportuna. "Corretíssima", ajunta Silveira Martins em aparte. Salienta Afonso Celso estar certo de que o govêrno teria meios de esmagar qualquer pronunciamento militar.

— Uma pátria livre, a nação em pêso, jamais tolerará a caudilhagem militar! Estou persuadido de que a vitória final coroará os esforços da autoridade legítima, se esta tiver a energia necessária... Mas esta vitória custará sacrifícios sangrentos. E entendo que, enquanto houver meios de poupar a vida mesmo do mais humilde indivíduo não é lícito arriscá-la. Fazê-lo é uma enormidade!

Trata-se, na sua opinião, de conjurar um desastre, um perigo público. Em primeiro lugar, a só permanência da situação em que o país se encontra há meses é já em si uma anormalidade, que não pode continuar. Vota a moção porque a julga eficaz e patriótica. Vota-a porque, além de remover as dificuldades do momento, contém grande ensinamento político, demonstrando pràticamente que o sistema repre-

sentativo, leal e sinceramente executado, tem elasticidade bastante, recursos suficientes para debelar as crises mais temerosas.

* * *

Silveira Martins entende que é chegado o momento de subir à tribuna para defender a moção. Faz, nesse dia, um dos seus maiores discursos. Começa por proclamar que "na política prática, tudo é relativo".

— As dificuldades não se resolvem, como os problemas de matemática, por princípios absolutos, — declara. — O talento do homem de Estado consiste principalmente na arte, a que aludiu o meu nobre amigo, senador do Rio de Janeiro, Sr. Conselheiro Otaviano, de remover os obstáculos que o embaraçam, adaptando os princípios às necessidades das circunstâncias e aos interêsses dominantes no momento...

Justifica a iniciativa que tomou. E cai a fundo sôbre os adversários da moção, mostrando a fragilidade da argumentação de seus principais opositores, os senadores Franco de Sá e Cândido de Oliveira. Começa pelo primeiro:

— A indicação tem por fim prolongar a vida do gabinete, diz êle. E logo acrescenta: a indicação envolve uma censura ao ministério. Em que fica o nobre senador? Se a indicação é meio de fazer viver o ministério exprime um voto de confiança. Se a indicação envolve uma censura ao ministério, então seria um meio de matá-lo e não de prolongar-lhe a vida. O nobre senador por Minas também afirma que a indicação envolve pungente censura ao ministério, e até mais alguma coisa, — uma usurpação de direitos à Câmara dos Deputados; coisa, porém, incompreensível: o nobre senador afinal entendeu que a moção importa humilhação para o Senado! Assim é que o Senado vai usurpar naturalmente um direito precioso! Engano: o Senado usurpa uma humilhação!

Há risos no recinto e nas galerias. Silveira Martins põe mais uma pitada de cáustico em cima de seus colegas da representação liberal:

— Em contradição consigo mesmo, os nobres senadores afirmam o pró e o contra, e mostram-se tão apaixonados que perdem sua ordinária lucidez de espírito!

Faz um apêlo para que a questão seja encarada acima do partidarismo em que a querem colocar alguns dos liberais presentes:

— Senhores, não é debalde que a Constituição exige que os membros do Senado tenham pelo menos 40 anos de idade! É para que, sôbre a efervescência das paixões, predomine sempre a reflexão que dão os anos; e a experiência dos negócios públicos, que o estudo por si só não dá, pois só se adquire com o tempo, ensine o patriotismo a sacrificar os pequenos interêsses de partido aos grandes interêsses da nação...

Adiante, manifesta-se sôbre a natureza da crise.

— A crise que os nobres senadores denunciaram, se existe, não é de ministério; é de govêrno. Não é de partido; é de instituições. Resolvida que seja, o ministério poderá naturalmente ser substituído por outro, como tem sucedido até hoje, sem abalo social. Mas, derribado o ministério por um pronunciamento militar, que partido assumirá o poder apoiado nas baionetas dos soldados? Um ministério conservador? Seria impossível. Pela tropa seria derrocado, não o ministério do Barão de Cotegipe, mas o Partido Conservador, que o sustenta. Um ministério liberal? Impossível. O liberalismo apóia-se na opinião pública espontânea e esclarecida. Não assalta o poder por pronunciamentos militares. Em qualquer hipótese, seria o govêrno uma usurpação, que as províncias não reconheceriam e em vez da ordem que tem até aqui dominado no Império, começaria o reinado da anarquia... São estas, senhores, as razões ponderosas que me levaram a fundamentar a indicação que eu mandei à mesa...

No mesmo sentido, manifesta-se o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas. Entende o antigo presidente do Conselho que não se tratava de saber o que o Senado estava discutindo, — se era moção, requerimento ou indicação. O que importava era conjurar os perigos existentes. Tratava-se da salvação pública, à qual o Senado, como instituição respeitável, não podia nem devia ser indiferente. E, finalizando:

— O voto, o conselho do Senado, num momento como êste, terá valor a que o govêrno deverá curvar-se!

Era uma grande voz liberal que se fazia ouvir em favor da solução negociada, colocando a questão em têrmos aceitáveis para o gabinete, que se curvaria ao Senado e não aos militares, embora fôsse o Senado simplesmente um advogado espontâneo dêstes. Mas outro liberal, Lima Duarte, vem formar ao lado dos adversários da moção:

— Protesto contra o precedente, que compromete a dignidade de qualquer govêrno!

Só então é que fala Cotegipe, medindo as expressões, pesando as palavras, receoso de provocar novas tempestades. A primeira parte do seu discurso é a simples reconstituição do incidente de 17 de maio com o Visconde de Pelotas. Não o cita nominalmente, referindo-se ao "honrado senador, que é uma alta patente do Exército". Pelotas ouve, em silêncio. Durante tôda a sessão, não profere uma única palavra. Teria assumido o compromisso de não intervir nos debates, deixando aos mediadores a tarefa de fazer triunfar a fórmula salvadora? É bem possível. Sua posição é mais cômoda do que a Cotegipe, que tem a obrigação de justificar seu recuo e de pleitear para o mesmo a aprovação de seus correligionários. Pelotas colocara a questão em ponto em que ao Senado parecera infalível um conflito. A emoção que sentira a respeitável corporação, "que aliás não se abala fàcilmente", provocara a espontânea intervenção conciliatória do senador Saraiva, que propusera um acôrdo entre as duas partes.

— Estas palavras do nobre senador, — prossegue Cotegipe, — pesaram no espírito de alguns dos honrados membros da oposição, os quais se dirigiram a mim, que era uma das partes, assim como, naturalmente, se teriam dirigido ao nobre senador com quem havia eu trocado as expressões que o Senado ouviu, e indagaram de mim se me recusava a algum acôrdo. Respondi que não me recusava a alguma transação que, embora parecesse menos conveniente, contudo ressalvasse a dignidade do govêrno. Que não me importaria de sofrer alguns reparos e censuras, contanto que não se deixasse chegar as coisas ao ponto de haver vencedores e vencidos, o que seria uma calamidade para qualquer dos dois!...

O velho estadista procurava iludir-se com um simples jôgo de palavras. Quaisquer que fôssem as suas expressões, não conseguiriam dissimular a realidade de que o gabinete cedia e os militares impunham o seu ponto de vista. Saíam êstes vencedores. O ministério era vencido. E se inclinava por uma solução que, ainda nesse instante dramático, o próprio chefe do gabinete classificava de "menos conveniente"... Fôra-se a arrogância anterior. A atitude de Cotegipe era, agora, de humildade:

— Aguardei, portanto, a iniciativa dos nobres senadores. Êles, patriótica e desinteressadamente, — meus adversários constantes, presentes e talvez, não, certamente futuros, — apresentaram o quê? O meio da moção que foi sujeita à deliberação do Senado. Pergunto: um ministério qualquer preferiria, caprichosamente, encastelado numa falsa dignidade, porque seria demasiada, arriscar-se a êsses males que tão eloqüentemente descreveram os nobres senadores que me precederam? Não, senhores. Eu prestei a minha aqüiescência. Não considero esta uma questão política, a cujo terreno chamou-a o honrado senador pelo Maranhão.

Ouvido em silêncio até então, Cotegipe começa a ser aparteado, a partir dêsse instante. Franco de Sá insiste em que a questão é política. Cotegipe investe contra êle:

— O ministério, na opinião do nobre senador, não pode sustentar-se; o ministério, sustentando-se por essa forma, falta ao decôro e à dignidade precisa do govêrno. Mas esqueceu-se de que havia dito há pouco: "O Exército ou êstes que dizem representar o Exército não se contentam com que as injustiças sejam reparadas. Querem a retirada do ministério!"

Cruzam-se apartes:

— Ninguém disse isto!

— Disse-o o sr. Franco de Sá! — exclama Cotegipe.

— Não disse!

Não o dissera textualmente, é claro. Cotegipe, com sua agilidade parlamentar, parafraseara, ou, melhor, traduzira e resumira o conteúdo de seu discurso. Lança mão o chefe do gabinete, a essa altura, de um argumento de ordem sentimental:

— As circunstâncias do país são graves, abstraindo mesmo desta questão. Nossa sociedade, como tôdas as do mundo de hoje, contém em seu seio os gérmens da desordem. Não era possível, em uma questão desta ordem, deixar que uma parte da fôrça armada desamparasse o govêrno...

Fala da doença de D. Pedro II. Sendo delicado o estado de saúde do monarca, não devia o ministério levantar certas questões que pudessem agravar-lhe a enfermidade. De suas palavras, transparece a confissão de que o imperador está quase ausente do poder.

— Deve o ministério, nestas circunstâncias, tornar-se intransigente e levar à presença de Sua Majestade não uma solução qualquer, mas a notícia de que correu sangue nas ruas do Rio de Janeiro? Se a violência predominasse, desapareceria o ministério ou sua liberdade ficaria peada. Desde que a fôrça domina, um decreto do monarca nada significa!

Terminando, afirma o presidente do Conselho que não pode ser obstinado, desde que o Senado lhe oferece um meio honroso para solver assunto de tanta gravidade.

— O ministério, se o Senado votar a moção, acederá aos seus conselhos. Não se considera por isso rebaixado. Ao contrário, julgar-me-ia honrado, respeitando o prudente conselho de uma corporação que, pelo seu elevado caráter, não pode dá-los senão muito imparciais. Ainda mais: declaro que, concluída a questão, esqueço-me dos nomes de todos quantos nela tomaram parte, direta ou indiretamente. O govêrno procederá, portanto, no futuro, com a justiça que é devida a todos, regulando sòmente seus atos pela responsabilidade em que incorrer cada um.

* * *

Posta a votos, depois de tão longo debate, a moção foi aprovada. Além de Franco de Sá, Cândido de Oliveira e Lima Duarte, que haviam dado da tribuna opinião desfavorável, também votaram contra três outros senadores: Silveira da Mota, Cristiano Benedito Otôni e o Barão de Maroim. Em declaração de voto, disseram êles que, se era

fundado o receio de sedição militar e se o ministério não tinha fôrças para reprimi-la, devia antes demitir-se, em vez de aceitar o conselho do Senado.

Imediatamente, após a votação da moção de Silveira Martins, foram canceladas as notas das penalidades impostas a Cunha Matos e Sena Madureira. Os militares saíam vitoriosos de sua grande campanha. Entretanto, o triunfo não os dispersou. Haviam adquirido a consciência de sua fôrça, a certeza de que, unidos, poderiam fazer melhor valer os seus direitos e lutar pelas suas aspirações. Iriam, logo em seguida, arregimentar-se num órgão de classe, um clube que constituísse o baluarte de suas reivindicações. Enquanto isso, o gabinete de Cotegipe se arrastaria, desprestigiado, por mais alguns meses, — até março de 1888. O próprio chefe do gabinete tivera de reconhecer que a solução aceita nem por isso o deixara sem alguns arranhões na dignidade...

Deodoro Como Bandeira de Luta

Reação da imprensa à solução da questão — A fundação do Clube Militar — A candidatura a senador — Manifestação da Federação Abolicionista — O resultado e a advertência de Patrocínio — Manifestações da juventude militar a Joaquim Nabuco — Vigoroso protesto de Deodoro, em carta ao Barão de Cotegipe.

A IMPRENSA REPUBLICANA fêz tremendo esfôrço para dissimular a contrariedade que lhe causava a solução da questão militar por meios pacíficos. "O Mequetrefe", na mesma semana, publica na página de abertura os retratos dos dois líderes militares, que haviam impelido a questão até pronunciar-se o Senado. Além dessa homenagem a Pelotas e a Deodoro da Fonseca, a última página da edição é ocupada por uma "charge" impiedosa. Vê-se nela o Visconde de Pelotas de pé, numa atitude altiva, e prosternada a seus pés, humilhantemente, a figura do Barão de Cotegipe, sôbre a qual se exercem as deformações caricaturais mais grotescas e que tem, aos ombros, uma verdadeira rocha, ao pêso da qual se sente esmagado. Nesta rocha, existe a inscrição: "Moção Silveira Martins". Logo no dia seguinte, "O País" assim se manifestara: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade! Terminou ontem finalmente e felizmente a denominada questão militar". Mas quem lhe acompanhe os comentários seguintes, nesse editorial, como no "Tópico do Dia", há de reconhecer que o órgão dirigido por Quintino Bocaiúva sentiu fundo o golpe desfechado nos republicanos pelo expediente de Silveira Martins e seus companheiros do Partido Liberal. "O País" ironiza as atitudes de Cotegipe: "Sua Excelência abriu os braços em gesto expressivo e, como Carlos V, na cena do "Hernani",

proclamou com ênfase e visível sinceridade: *perdono a tutti*. É inútil dizer que essa estranha cena comoveu profundamente a todos os senadores e a quantos assistiam ao solene debate. Para poderem dominar sua emoção e dominados cada um dêles por um sentimento particular, abandonaram o recinto da Câmara o presidente do Senado, sr. Conselheiro Cansansão de Sinimbu, e o Sr. Visconde de Pelotas, — o vencedor glorioso do Aquidabã". Adiante, procura tirar da solução dada à questão militar argumentos contra o govêrno e diz: "Aquêle *senatus-consulto*, que outra coisa não é, foi mais que um conselho impôsto por votação contrária à opinião doutrinal do govêrno: foi ato de poder executivo que o Senado exerceu por abdicação voluntária do ministério". Fôsse como fôsse, estava encerrada a questão militar. Os monarquistas punham-lhe em cima apressadas pás de cal. Mas os republicanos bem gostariam de evitar que ela fôsse enterrada e esquecida. A impressão que se tinha era a de que os militares, satisfeitos e sem ter o que alegar, perderiam a coesão conquistada durante o atrito com o govêrno e se dispersariam, decaindo logo em seguida o prestígio dos seus líderes eventuais. Tal, porém, não se deu. Tinham descoberto os oficiais do Exército alguma coisa em verdade surpreendente: a fôrça de uma classe quando unida e colocada a serviço de um objetivo comum. Em vez de dissolver-se, o agrupamento pugnaz que se opusera ao govêrno na questão militar deliberou, ao contrário, assumir caráter permanente e revestir-se de forma legal. Foi assim que surgiu a idéia da fundação de um Clube de oficiais do Exército, à semelhança de outro, que já existia, o Clube Naval, da oficialidade da Marinha. Divulgam-se as primeiras notícias pela imprensa a 26 de junho de 1887, revelando que a reunião inicial fôra presidida por Deodoro da Fonseca e se realizara na sede do Clube Naval. O título da nova instituição, tal como aparece nessas notícias, seria de Centro Militar. Teria maior amplitude que o Clube Naval, pois congraçaria os militares de terra e de mar. À reunião inicial, estiveram presentes, entre outros, o almirante Barão de Jaceguai, o major Benjamin Constant Botelho de Magalhães e o capitão Serzedelo Correia. Nova reunião se realiza a 4 de julho, para a leitura do anteprojeto dos estatutos, redigido pelo tenente-coronel Sena

Madureira. Vale a pena assinalar que tal movimento se desenvolvia simultâneamente com a realização, na capital do Império, do Congresso Republicano, que se encerraria a 6 de julho, após serem eleitos para a direção nacional do mais novo dos partidos, na qualidade de presidente, o conselheiro Saldanha Marinho, na de vice-presidente Quintino Bocaiúva e, na de secretário, Aristides da Silveira Lôbo. Um manifesto datado de 5 de julho é divulgado, com a reedição de conceitos e críticas do famoso documento de 1870. Como o anterior, exprime idéias liberais. Preocupa-se muito com a liberdade, — da palavra escrita e falada, de consciência, de cultos, do ensino, de reunião, de associação, de propriedade, e prega o sufrágio universal, a abolição de títulos e condecorações. O manifesto trazia tão pouco de novo que o "Diário de Notícias", órgão francamente monarquista, o meteu à bulha com facilidade, afirmando que seus signatários só tinham realmente uma coisa que os distinguia dos liberais e dos conservadores: o desejo de substituir o imperador. E encerrava o editorial com uma exclamação compadecida: "Pobres republicanos que só querem mudar a pessoa do soberano!" Paralelamente ao movimento da oficialidade e à reorganização dos quadros do Partido Republicano, desenvolvia-se o trabalho pertinaz dos abolicionistas. Fôrças esparsas, movimentos de finalidades diversas, com objetivos dessemelhantes, em dado momento se aglutinariam, buscariam uma mesma personalidade, encontrariam em Deodoro um denominador comum.

* * *

Essa conjugação de fôrças se dá quando surge a candidatura de Deodoro a senador do Império. Tal episódio tem significação expressiva e não sabemos como possa ter sido desdenhado pelos que até aqui se ocupam da história da República. A idéia surgiu, no nascente Clube Militar, de uma proposta do capitão Serzedelo Correia. A 12 de maio morrera o senador Brás Nogueira da Costa Gama, Conde de Baependi, representante da Província do Rio de Janeiro e então presidente do Senado. O Partido Conservador organizava, no momento, suas listas de candidatos àquela cadeira

senatorial. Pareceu oportuno ao capitão Serzedelo que os militares transferissem para o campo político o combate que vinham dando ao Partido Conservador e ao gabinete do Barão de Cotegipe. A sugestão para a constituição de uma chapa militar foi muito bem aceita, sendo o nome de Deodoro aclamado como candidato. Benjamin Constant falou logo depois de Serzedelo, fazendo ponderações que lhe pareciam justas:

— Sou, em princípio, a favor da proposta. Mas acho que é necessário ouvir-se, primeiro, o marechal Deodoro, sôbre as idéias que atualmente mais agitam o espírito público... Por exemplo: as da abolição, da autonomia das províncias, do casamento civil, da separação da Igreja e do Estado, da secularização dos cemitérios... Uma vez que esta candidatura não deve ter espírito partidário, deve fundar-se no interêsse coletivo e no exame de problemas tão abandonados... Até hoje, nunca votei. Mas estou disposto a exercer pela primeira vez êsse direito, sufragando um candidato que aceite o programa contido nas idéias que apontei...

Convidado a manifestar-se, declarou o marechal Deodoro:

— Só com grande sacrifício aceitarei a imposição dos meus camaradas. Não é de hoje, mas de há muitos anos, que sou adepto das idéias manifestadas pelo major Dr. Benjamin Constant. Aceito êsse programa e declaro, neste momento, que não estou ligado a partido algum, nem os compreendo, na sua modalidade atual...

A assembléia o aplaudiu calorosamente. Haveria, entre os presentes, quem acreditasse na eleição de Deodoro e na possibilidade de sua escolha, pela princesa regente (*), caso entrasse na lista tríplice? Cotegipe, que, em outros tempos, lhe acenara com um título de barão e uma cadeira do Senado, como um prêmio de docilidade, certamente não permitiria que ao Partido Conservador fôsse arrebatada aquela cadeira. Menos ainda, pelo homem que, juntamente com o Visconde de Pelotas, o fizera sair de combate recente "com a dignidade arranhada". Entretanto, Deodoro parece ter tido algumas ilusões. Tanto assim que ajuntou:

(*) D. Isabel então exercia, pela terceira vez, a regência.

— Cumprirei o meu dever, mas desde já antevejo o dia em que terei de abandonar a cadeira parlamentar, desmoralizada numa como na outra casa do Poder Legislativo!

* * *

Escolhido candidato, quatro dias depois Deodoro, mais refletido, dirigiu aos jornais a seguinte comunicação: "*Eleição senatorial* — Companheiros de armas e amigos exigem de mim a aceitação pública de meus serviços referentes à próxima eleição senatorial pelo Rio de Janeiro. Muito embora esteja convencido de que meus companheiros e amigos não alcançarão, por falta de precisa votação, levar-me ao resultado desejado, todavia a sinceridade do oferecimento obriga-me à manifestação pública de gratidão e ao dever de não recusar a graça com que, cheios de benevolência, me querem honrar — Manuel Deodoro da Fonseca". A atitude dos militares era, pelo menos, incômoda para o Partido Conservador. O Partido Liberal, fora do poder, nulificado, incapaz de uma reação, limitara-se a uma atitude passiva de protesto: a da não apresentação de candidatos. O Partido Republicano fizera a mesma coisa. Não lhe convinha no momento mostrar até onde ia a sua fraqueza ou a sua fôrça. A candidatura de Deodoro é que ia dar a medida, não só de seu próprio prestígio, mas do descontentamento reinante contra o govêrno na terra fluminense. As circunstâncias concorriam para impedir que essa candidatura ficasse circunscrita a um movimento puramente militar. No "O País", de 4 de julho, aparece uma notícia sôbre a aceitação da candidatura pelo marechal que assim termina: "O general Deodoro declarou, então, que não se apresenta filiado a nenhum partido, abraçando sòmente as idéias abolicionistas". Bastou êsse aspecto da candidatura para fazer com que o grande tribuno e jornalista José do Patrocínio se colocasse, com a "Gazeta da Tarde", a seu inteiro serviço. Liderada por Patrocínio e por João Clapp, a Confederação Abolicionista resolve adotá-la e com isto visa, sem dúvida, uma aproximação com a fôrça armada, como um meio de fazer triunfar em futuro próximo a causa dos escravos. Não

tinham os militares vencido o govêrno, obrigado a engolir as espadas do Visconde de Pelotas e de Deodoro da Fonseca? A política de Cotegipe era a dos grandes reacionários e escravagistas daqueles tempos. Na "Gazeta da Tarde", Patrocínio escrevia a 9 de julho de 1887, esta singular profecia: "Não sabemos se a Regente é ou não abolicionista e se ela depois do sr. Barão de Cotegipe chamará, para seguir a prática inglêsa, o sr. Paulino de Sousa, ou o sr. Andrade Figueira. Uma coisa podemos afirmar ao sr. presidente do Conselho: é que a abolição se fará em 1889, quer a Regente queira, quer não, quer seja ministro o sr. Paulino de Sousa, quer outro Charonte qualquer da barca do tráfico". O grande tribuno e jornalista da abolição convocara, para o dia seguinte, 10 de julho, uma grande assembléia popular da Confederação Abolicionista, realizada no Teatro Recreio Dramático, com afluência de público numeroso e entusiástico. No decorrer dessa reunião, José do Patrocínio fêz um de seus magistrais discursos e o encerrou com a leitura da seguinte moção:

"A assembléia popular, reunida no Teatro Recreio Dramático a 10 de julho de 1887, a convite e sob a presidência da Confederação Abolicionista:

Considerando que é uma afronta aos brios de um povo a escravidão mantida criminosamente por uma oligarquia de interessados na permanência dessa ominosa instituição;

Considerando que êsse poder é francamente auxiliado pela maioria dos representantes dos partidos que formam as duas casas do Parlamento, embaraçando e perturbando as aspirações democráticas;

Considerando que urge atacar êsse terrível mal, que tem abalado as crenças populares, levando o desânimo a tôdas as classes;

Resolve a Confederação Abolicionista, como delegação direta desta assembléia, apresentar o nome do glorioso marechal do Exército Manuel Deodoro da Fonseca para ser sufragado nas urnas eleitorais no pleito senatorial de 17 do corrente. A aceitação do nome do ilustre militar por esta assembléia é a expressão e a certeza que ela tem de que é sincera a sua adesão à causa dos escravizados e um protesto contra os que pensam ainda abafar o pensamento libertador".

A moção foi aprovada por aclamações prolongadas e vibrantes. A essas palavras, acrescentou Patrocínio estas outras, na "Gazeta da Tarde" do dia seguinte: "O general Deodoro, para não deixar que o ministério suprimisse a liberdade de seus camaradas, que é constitucionalmente a liberdade de imprensa concedida a todos os cidadãos, resistiu ao govêrno e deu à nossa geração desfibrada um exemplo a seguir. Não teremos fôrças para mandar ao Senado o glorioso general, mas não importa: no pleito eleitoral êle representará o que resta de civismo, de brio e de amor à pátria no eleitorado". A adesão da Confederação Abolicionista vinha tarde, pois que era dada à publicidade seis dias antes do pleito. Não havia tempo para a propaganda e para a organização de comitês eleitorais pró-Deodoro. Contudo, como salienta Patrocínio, o que importava era o caráter de protesto da candidatura e a adesão do marechal à campanha da abolição, através de um compromisso público.

Aos abolicionistas, juntam-se os republicanos, pois "O País" também adota e recomenda a candidatura de Deodoro. Na quarta-feira, 13 de julho, — a eleição ia se realizar no domingo, 17, — escreve "O País": "Camaradas e amigos do general Manuel Deodoro da Fonseca, desejando dar a êste ilustre militar uma prova do aprêço em que têm os seus serviços e alto prestígio no Exército Nacional, deliberaram apresentar a sua candidatura à cadeira do Senado que foi ocupada pelo falecido Conde de Baependi, como representante da Província do Rio de Janeiro. Não é, portanto, uma candidatura que tenha acentuado caráter político ou que represente uma aspiração partidária; é pròpriamente uma candidatura que condensa em si a confiança e a adesão de uma classe importante e que pode exprimir a estimação popular pelo guerreiro ilustre, que é uma das espadas gloriosas do nosso Exército, com a qual, por ações relevantes e longos serviços, conquistou, pôsto a pôsto, a alta posição que ocupa na hierarquia militar. Não teríamos o direito de recomendar aos eleitores do município neutro e da província do Rio de Janeiro a candidatura do general Manuel Deodoro da Fonseca se ela representasse um partido político. No caráter, porém, em que ela se apresenta é nossa opinião que os eleitores fluminenses devem aproveitar o ensejo para fazer

uma demonstração ao mesmo tempo honrosa e patriótica ao Exército Brasileiro, sufragando com os seus votos o nome do bravo soldado que no decurso de sua vida tem dado tantos nobres exemplos de valor, de inteireza, de patriotismo e de inalterável lealdade para com os seus camaradas e para com o país, que se honra de contá-lo no número de seus mais distintos e prestimosos filhos". Alonga-se "O País" em considerações sôbre o pleito, que, sem a candidatura de Deodoro, se limitaria a uma disputa interna, entre os homens do Partido Conservador. Pede para Deodoro os votos dos partidos sem candidatos, isto é, dos liberais e dos republicanos. E conclui: "Se, na ausência de candidatos oficiais, representantes dêstes dois últimos partidos políticos, os eleitores dessas parcialidades convergirem a sua votação sôbre o nome do ilustre general, é de esperar-se seja êle sufragado com grande número de votos, que, representando a abstenção sistemática, representam por isso mesmo um protesto contra a situação dominante que nada mais é do que a expressão do abatimento moral do povo brasileiro".

* * *

A votação de Deodoro da Fonseca foi pequena em tôda a Província do Rio de Janeiro, onde se assentava a máquina do Partido Conservador, mas foi altamente expressiva na Côrte. Tal o resultado apresentado pelas urnas do município neutro que a "Gazeta da Tarde", no dia 18, já o comentava como um sinal dos tempos: "O Sr. presidente do Conselho não pode estar satisfeito com o resultado da eleição de ontem. Não podia ser mais significativa a demonstração de hostilidade de seu próprio partido, que abandonou os candidatos oficiais aos interêsses da escravidão e absteve-se de assumir responsabilidades de uma política sem horizontes patrióticos. O eleitorado do município neutro, por exemplo, é de mais de sete mil eleitores e, no entanto, a chapa do govêrno reuniu apenas mil duzentos e poucos votos para o candidato mais votado. Quer dizer que sòmente uma insig-

nificante minoria entendeu que valia a pena ir às urnas, e isto quando é sabido tratar-se de um eleitorado na sua maioria composto de empregados públicos". Assinala a nota da "Gazeta da Tarde" que a diferença entre Deodoro e Andrade Figueira, no município neutro, é apenas de 300 votos. E entre o marechal e Pereira da Silva de apenas 91. Contudo, a apuração no resto da província estabelecerá uma proporção abertamente favorável ao Partido Conservador. O último boletim dessa apuração, que extraímos das colunas da "Gazeta da Tarde", dá êste resultado: Tomás Coelho, 5.789 votos; Andrade Figueira, 5.688; Pereira da Silva, 5.558; Deodoro da Fonseca, 1.399. São ainda do jornal de Patrocínio estas palavras: "A votação do general Deodoro é um sintoma tão grave que não pode ser levado ao rol das coisas sem valor no círculo governamental". Realmente, não se tratava de acontecimento desdenhável. Tanto mais que a candidatura nascera de um pronunciamento militar e tinha representado a primeira tomada de contacto, no terreno político, entre Benjamin Constant e Deodoro. E, sem dúvida, a impressão que êste deixou no espírito daquele, como homem capaz de expor-se e de aceitar responsabilidades, há de ter sido elemento decisivo no reencontro de ambos, pouco mais de dois anos depois.

Também "O País" comentou o resultado da eleição senatorial como tendo sido uma consagração popular a Deodoro e uma prova do prestígio pessoal por êle conquistado com sua atuação de líder militar e de abolicionista. Nesse comentário, estampado na primeira página da edição de 18 de julho, dizia o matutino orientado por Quintino Bocaiúva que, "se a candidatura dêste cidadão houvesse sido proposta há mais tempo e se por ela houvessem trabalhado as pessoas que a desejavam favorecer, o ilustre cidadão houvera conseguido entrar na lista tríplice apenas pela influência do seu nome". Argumentava "O País" com o fato de que o marechal fôra apresentado ao corpo eleitoral por seus camaradas do Exército e da Armada, que a isso se limitaram. "Não teve por si, — acrescenta, — a apresentação de nenhum partido, nem a recomendação de nenhum político poderoso. Apresentando-se ao eleitorado de uma província essencialmente conservadora e essencialmente escravagista, ao menos

na sua composição oficial, o general Deodoro fêz conhecer prèviamente o caráter de sua candidatura. E êsse caráter era o de uma candidatura francamente abolicionista e aceita e indicada como um protesto contra a política dominante e contra o ministério que a representa". Depois de outras considerações sôbre a exigüidade do prazo decorrido entre a data da apresentação da candidatura e a da realização do pleito, "O País" estampa o total dos votos obtidos por Deodoro e o comenta: "Essa votação, inesperada para muitos, nós a consideramos tão honrosa para o ilustre candidato quanto humilhante e significativa como uma demonstração antiministerial. Em todo o caso, como a candidatura do general Deodoro foi oferecida ao corpo eleitoral pelos seus companheiros de armas, o Exército Brasileiro deve considerar a votação com que foi sufragado o seu digno representante como uma prova da estima e da confiança que lhe inspiram os bravos defensores da honra, da independência e da liberdade dos seus concidadãos". O tom do editorial do "O País" é semelhante ao tom do comentário da "Gazeta da Tarde". Foi redigido esmeradamente, com o deliberado intuito de continuar a atrair os militares para a oposição, para a luta contra os partidos tradicionais da monarquia, para as atitudes de independência política, fora da tutela dos liberais e dos conservadores. A candidatura de Deodoro a senador forjou um elo importante da cadeia de acontecimentos políticos que se iniciou com a sua elevação a primeiro vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul e terminaria por fazer dêle o sucessor imediato do imperador. Como o comentário da "Gazeta da Tarde", o editorial do "O País" tinha enderêço certo: dirigia-se à sensibilidade de Deodoro, visando estimulá-lo a novas lutas e a confortá-lo no momento da derrota. Mas isso ainda não bastava. Sentiram os abolicionistas e republicanos que se fazia mister a realização de uma homenagem pública a Deodoro, a fim de suavizar-lhe a impressão da derrota sofrida no pleito e, ao mesmo tempo, para assegurar à causa da libertação dos escravos tanto os serviços do marechal como, através dêle, os das fôrças armadas.

José do Patrocínio convoca o povo, por meio de um aviso, na "Gazeta da Tarde", para uma concentração cívica, a 18 de julho, no largo de São Francisco, em frente à redação

daquela fôlha, para que dali saísse um préstito para a residência do marechal, então habitando, com a família, uma pequena casa da praça Onze de Junho, hoje desaparecida. Note-se que a convocação era para uma manifestação a Deodoro "pelo seu triunfo nas urnas", pois os partidários da candidatura do marechal consideravam uma vitória o número de sufrágios conquistados pelo ilustre soldado. Cêrca de duas mil pessoas, — segundo o que noticiou a "Gazeta da Tarde" de 19 de julho, — compareceram ao largo de São Francisco, onde uma banda de música tocava marchas vibrantes, atraindo a atenção dos curiosos. Estavam presentes a diretoria da Confederação Abolicionista e de outras instituições ligadas ao movimento pela libertação dos escravos, tôdas com seus estandartes, e comissões de militares e elementos do povo. O préstito, entre vivas a Deodoro, ao Exército, à Marinha, à imprensa e à abolição, saiu do largo de São Francisco pela rua do Teatro, dirigiu-se ao Campo da Aclamação e, aí, fêz uma parada em frente ao quartel do 1.º Regimento, a fim de saudar o Exército. Depois, pela rua Visconde de Itaúna, seguiu para a casa do marechal Deodoro. Eram ali esperados os manifestantes, pois se viam às sacadas muitas senhoras e a casa estava inteiramente cheia de visitas. O marechal apareceu imediatamente ao povo, recebendo nesse momento prolongada aclamação. Vivas ecoavam repetidamente. Foi João Clapp, um dos dirigentes da Confederação Abolicionista, quem primeiro falou.

Relembrou os serviços de Deodoro na campanha do Paraguai. Disse que saudava o herói, o brasileiro intimorato, o bravo militar que conquistara seus postos no fragor das batalhas, arriscando a todo instante a vida. Salientou que um dos resultados da luta fôra a extinção da escravidão, no Paraguai, onde agora só havia homens livres. Frisou o contraste da atitude do Brasil, intervindo no Paraguai para impor a abolição e negando-a, depois, dentro de suas próprias fronteiras. Enalteceu o gesto de Deodoro permitindo o lançamento de sua candidatura contra os escravagistas da reação conservadora.

— Marechal, — acrescentou João Clapp, — o povo fluminense aqui vem para dar-vos o testemunho do maior

aprêço pelo vosso civismo, pela vossa adesão à causa mais nobre da nossa pátria e pelo triunfo que o vosso nome imaculado acaba de obter nas urnas, contra os desejos de um govêrno que só quer a humilhação do povo brasileiro e que considera a escravidão o seu melhor esteio!

O Dr. Campos da Paz, médico ilustre e abolicionista entusiástico, e que, como João Clapp, era também adepto das idéias republicanas, foi o orador seguinte. Também prestou homenagem à bravura e às virtudes militares de Deodoro, passando a historiar como o movimento abolicionista, a princípio desdenhado pelos governos, crescera como uma onda, avassalando tôdas as consciências.

— Hoje, um govêrno retrógrado ainda procura se lhe opor! Mas todos sabem que a escravidão está morta e que não tardará o dia em que desaparecerá do nosso solo essa planta maldita. Já lhe marcamos um prazo fatal, e o ano de 1889 verá a grande aurora da liberdade luzir para todos os brasileiros escravizados. Sim, a escravidão terá que se declarar vencida, pois se contou com a espada do nosso Exército para se impor, deve hoje ter a certeza de que se essa espada voltar a se desembainhar será para se colocar ao lado dos que proclamam a igualdade humana!

É a vez de Deodoro. Vai falar agradecendo, quando cessa o eco dos aplausos tributados a Campos da Paz. Fala pausadamente, sob viva emoção:

— Agradeço a prova de estima que me dão os meus colegas do Exército e da Confederação Abolicionista, representante do povo fluminense. Em meu coração, senhores, ficará gravado êste dia como um dos melhores de minha vida. À dedicação dos meus amigos e do povo, devo a satisfação de ter visto o meu nome laureado de modo tão brilhante nas urnas. Reafirmo, mais uma vez, os meus sentimentos, que são de todos conhecidos, e como homem que conhece o pêso das responsabilidades oficiais, mas só as aceita no terreno da dignidade...

Interrompido a todo instante pelos aplausos, declara Deodoro que era abolicionista, não de hoje, mas dos primeiros tempos de sua vida, tendo sempre concorrido, por todos os meios ao seu alcance, para a obtenção de não pequeno número de cartas de alforria.

— Estou profundamente convencido, — continuou, — de que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada enquanto tiver em seu seio a mancha da escravidão!

De novo agradeceu ao povo o testemunho de aprêço que lhe tributava e declarou que as portas de sua casa estavam abertas para receber todos os amigos que ali se encontravam. O capitão Serzedêlo Correia, nesse momento, assoma a uma das janelas e também discursa, agradecendo, "em nome do Exército", a manifestação do povo a uma das grandes figuras da classe militar que tão bem encarnava o civismo, a honra e o patriotismo. João Clapp ainda uma vez falou, para declarar encerrada a manifestação e pedir ao povo que se dispersasse. O registro que a "Gazeta da Tarde" faz dêsse acontecimento diz: "A multidão, na Praça Onze de Junho, era tão compacta que, por mais de meia hora, ficou interrompido o serviço dos bondes, por não ser possível romper a massa imensa de povo que estacionava em frente à casa do marechal Deodoro. O dia de ontem marca a data em que, definitivamente, os ditames da honra de um povo se consorciaram com o coração dos heróis a quem a Pátria confiou a defesa da honra nacional. Um bravo a êsses beneméritos!".

A partir do momento em que interviera na questão militar, Deodoro deixara de pertencer a si mesmo e ao Partido Conservador. Uma vez convertido em líder de classe, passara a ser também uma bandeira de luta. A aceitação de sua candidatura a senador, as declarações abolicionistas que então fêz, a votação expressiva que recebera, tudo isso contribuíra para dar-lhe estatura, para fazer com que o seu nome, transcendendo os limites da vida militar, projetando-se além do recesso das casernas, adquirisse uma significação e uma ressonância novas. Começava a se tornar um patrimônio comum de todos os que lutavam contra a escravidão, contra a estagnação da vida política brasileira e, por extensão, contra a própria monarquia.

* * *

Convertido em bandeira de luta contra os conservadores e contra o escravagismo, Deodoro não tarda a atritar-se, de novo, com o Barão de Cotegipe. Êsse novo incidente se

relaciona, como o anterior, com a liberdade de opinião dos militares. E envolve, também, a figura de Joaquim Nabuco. O grande tribuno, como deputado liberal, representando a Província de Pernambuco, se convertera no verdadeiro líder parlamentar da abolição, desde a legislatura de 1879–1880. Voltara à Câmara em 1885 com o mesmo ímpeto e agitara, com o vigor de sua eloqüência, o problema que o govêrno conservador gostaria de ver sepultado no mais profundo esquecimento. Joaquim Nabuco, que se batera no sentido de impedir a importação de escravos de outras províncias pela Província do Rio Grande do Sul, sustentando o princípio de que, por estar sua fronteira em associação com os países vizinhos, devia ser habitada apenas por homens livres, conquistara muitas simpatias naquela região, principalmente entre os moços da Escola Militar de Pôrto Alegre. Despojado de mandato parlamentar, Joaquim Nabuco viajara para a Inglaterra, em princípios de 1887, mas regressara, no mesmo ano, e se fizera eleger deputado, em Pernambuco (*). No regresso à Côrte foi recebido triunfalmente pelos seus amigos e admiradores e pelos membros das sociedades abolicionistas. De todos os recantos do país, chegavam-lhe mensagens com expressões de vibrante solidariedade. E, entre essas, uma assinada por um grupo de quarenta e dois alunos da Escola Militar de Pôrto Alegre. Como sempre acontecia, tais mensagens eram dadas à publicidade, na imprensa abolicionista. O telegrama dos cadetes, pelos seus têrmos calorosos, provocou irritação entre os membros do gabinete. E o ministro da Guerra, conselheiro Delfino Ribeiro da Luz, se dirigiu ao comandante daquele estabelecimento, determinando-lhe que fizesse prender disciplinarmente os cadetes e os submetesse a Conselho de Investigação. A punição foi publicada pela imprensa e, mal se divulgara a notícia, Deodoro da Fonseca tomou da pena e, com o mesmo ardor com que assumira a defesa de Sena Madureira, esposou-lhes a causa e escreveu uma carta de protesto ao chefe do gabinete. Foram êstes os têrmos em que o fêz:

"Rio, 27 de setembro de 1887. Exmo. Sr. Conselheiro Barão de Cotegipe. Os diários de ontem dão notícia de que

(*) No capítulo seguinte historiamos as circunstâncias em que se verificou essa eleição.

42 alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul estão presos e respondem a Conselho de Investigação, por terem passado um telegrama de congratulações ao Sr. Nabuco. Nesse telegrama, apenas se fazem conhecidas as crenças políticas de seus autores; não há a menor ofensa ao govêrno. Sòmente espírito partidário mui feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que, permitido a todo o cidadão, não foi ainda proibido ao soldado. Crente de que vossa excelência já estará aborrecido do modo menos digno com que uns tantos supõem melhor servi-lo, ouso esperar que atenderá à minha justa reclamação.

Sou, com a maior consideração e subido respeito, de vossa excelência, atento venerador, amigo, criado obrigado, — *Manuel Deodoro da Fonseca*".

Embora empregando tôdas as formas de cortesia em relação ao chefe do gabinete, Deodoro fustigava, com tôda a vivacidade e energia, o espírito partidário que ditara a punição, qualificado de "baixo" e de "mui feroz". Essa carta, contudo, não era ainda senão a antecipação de outras, ainda mais veementes, que, a propósito da escravidão e do papel do Exército, ia endereçar ainda nesse ano, ao ajudante general do Exército, Visconde da Gávea, e à própria princesa Isabel.

"O Exército não é de Capitães-do-mato"

Evolução da idéia abolicionista — Projetos e leis que prepararam o caminho para o 13 de Maio — As fugas de escravos das fazendas paulistas — Desespêro dos escravagistas — Intrigas entre o Brasil e a Argentina — Manobras para reforçar a unidade do Exército — Joaquim Nabuco derrota o ministro do Império — Um discurso notável O Clube Militar se insurge contra o emprêgo da fôrça armada na repressão aos quilombos — O Visconde da Gávea devolve a papelada Publicação do manifesto pela imprensa — Os conservadores se apoderam da bandeira abolicionista.

A INFLUÊNCIA DA questão militar na abolição não foi estudada pelos nossos historiadores com a atenção que merece. Antes da famosa questão, os militares não podiam participar de uma campanha daquela natureza sem expor-se às iras dos escravagistas e sem incidir na repressão governamental. Escravagistas dominavam o Parlamento e os gabinetes ministeriais. E até entre os republicanos os havia, razão pela qual os manifestos publicados, a começar pelo de 1870, omitiam o assunto, tangenciando medrosamente, pelo temor de provocar cisões... É a questão militar que rompe os diques e faz com que possam, na condição de soldados, participar abertamente de tal campanha. Deodoro, sem imunidades parlamentares, ao contrário de Pelotas, que as tinha, liderara aventurosamente a questão militar, e estava colocado, agora, à testa senão do movimento abolicionista, ao menos dos militares favoráveis à abolição, que eram quase todos.

Antes de apreciar suas novas atitudes em favor da liberdade dos negros, atitudes que o tornaram simpático ao povo, pela repercussão que tiveram, e que o aproximaram de republicanos também abolicionistas, impõe-se a reconstitui-

ção, ainda que a traços rápidos, da evolução da idéia da abolição em nosso país. Quando o nome de Deodoro surge no quadro em que vigorosamente se projeta, era uma idéia velha de mais de um século, pois quem primeiro a agitara pùblicamente, suscitando atenção para tal problema, fôra Manuel da Rocha, advogado na Bahia, que, em 1758, já exigia que se concedesse a liberdade aos filhos de mães escravas, para que, em solo brasileiro, não nascessem senão homens livres. Adotada a medida em Portugal em 15 de janeiro de 1773, não foi, entretanto, estendida ao Brasil. O mesmo apêlo foi renovado, ainda sem êxito, pelo paulista Veloso de Oliveira, em 1810. Ia vencendo êsse ponto de vista em outros países, como na Argentina e no Chile. Proclamada a independência, fundado o Império, a primeira iniciativa seria de José Clemente Pereira, que se distinguiu no episódio do "Fico" e, português de nascimento, foi um grande brasileiro pelo sentimento. No ano de 1826, o deputado José Clemente Pereira, representante da Província do Rio de Janeiro, apresentou um projeto destinado a abolir o tráfico de africanos, a partir do ano de 1840. Tal projeto, porém, deixaria de ter razão de ser, em face das negociações entabuladas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, das quais resultou o convênio firmado a 23 de novembro de 1826, declarando proibido aquêle tráfico. A proibição, entretanto, ficou apenas no papel. Em 1830, o deputado geral pela Bahia, Dr. Antônio Ferreira França, apresenta à Câmara um projeto de extinção gradual da escravatura, segundo o qual ficaria totalmente extinta a 25 de março de 1881. Caindo o projeto renova-o a 16 de junho de 1831, sem lograr resultado. Em 1831, o Parlamento do Império aprovou uma lei(*) na qual eram declarados livres os escravos que entrassem clandestinamente no território ou nos portos do Brasil, vindos de país estrangeiro, e eram igualmente estabelecidas penas para os que transportassem, recebessem ou comprassem como escravos os indivíduos pelo mesmo diploma legal considerados livres. O tráfico constituía, contudo, um rendoso negócio e os navios negreiros continuavam a trazer negros, clandestinamente, aos milhares, para as províncias em que era mais fácil desembarcá-los e obter bom preço pelas novas "peças".

(*) A chamada Lei Feijó resultara de um projeto de Barbacena, apresentado em 1826.

A 8 de junho de 1833, volta Antônio Ferreira França a interessar-se pelo problema, apresentando projeto com a mesma idéia formulada antes por Manuel da Rocha e Veloso de Oliveira: a de que o ventre não transmite a escravidão. E essa generosa idéia é mais uma vez derrotada. O convênio com a Grã-Bretanha ficara no esquecimento. A lei de repressão ao tráfico era letra morta. Servia apenas para mascarar a realidade, salvando as aparências. Por fim, até disto prescindiu o govêrno imperial, que denunciou o convênio firmado por D. Pedro I para a repressão do tráfico. Foi então que a Grã-Bretanha aprovou a famosa lei, conhecida como o "*bill* Aberdeen", de 8 de agôsto de 1845, que autorizava o govêrno inglês a apreender navios negreiros, mesmo já em águas territoriais brasileiras, sujeitando tanto os navios, como os cidadãos do Império, suspeitos de exercerem o tráfico de africanos, à jurisdição dos tribunais britânicos. O gabinete liberal de Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque), então no poder, reagiu através de uma nota de protesto de seu ministro dos Estrangeiros, Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté, entregue ao ministro residente da Grã-Bretanha no Rio. O imperador, tratando do assunto, numa das falas do trono, declarou: "O meu govêrno protestará contra êste ato, dando dêste protesto conhecimento a tôdas as potências amigas. Fiel ao empenho contraído, de pôr têrmo ao tráfico de africanos, não deixará contudo o meu govêrno de defender as prerrogativas da minha coroa e os direitos nacionais. Para tão justos fins, conto com a vossa coadjuvação leal e patriótica". O que, em verdade, defendia o imperador, juntamente com os melindres da nossa soberania, era o tráfico ilegal, que se expandia como o mais florescente dos negócios, como a mais rendosa de tôdas as indústrias. No ano da aprovação do "*bill* Aberdeen", entraram no Brasil 19.453 escravos. No ano seguinte, 50.324. Em 1847, 56.172. Em 1848, 60.000. Em 1849, 54.000. Em 1850, 23.000. Isto, apesar do índice elevado de mortalidade dos negros durante as viagens, em porões infectos, abafados, sem luz e sem ar, dos navios negreiros, e a apreensão eventual pelos inglêses, de uma ou outra embarcação engajada no tráfico de escravos. Sob a pressão da humilhação que nos fôra infligida pela Inglaterra e cedendo à opinião nacional,

desejosa de ver paralisado de uma vez o comércio degradante, o Parlamento aprova em 1850 a lei de Eusébio de Queirós, tornando mais séria a repressão do tráfico. Contudo, só em 1853 essa lei começou a ser realmente executada, rareando as tentativas dos negreiros e cessando, por fim, ante a impraticabilidade da continuação do negócio em bases altamente lucrativas. Já a abolição passara a ser uma realidade em quase tôda a América Latina: México, Chile, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Colômbia, Equador, Argentina, Venezuela, Peru, etc., quando Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, a 17 de maio de 1864, apresenta ao Senado um projeto declarando extinta a escravidão no fim de dez anos, recebendo os senhores de escravos, como indenização, a prestação de serviços, pelos mesmos, durante aquêle decênio. Caiu êsse projeto, que poria têrmo à escravidão em 1874, como caíra antes o de Antônio Ferreira França, que teria abreviado êsse têrmo para 1881.

Em 1871, o gabinete conservador do Visconde do Rio Branco apresenta ao Parlamento o projeto visando à abolição gradual da escravatura. Aprovado na Câmara a 28 de agôsto do mesmo ano e no Senado a 28 de setembro, finalmente vencia a velha tese de que os filhos das escravas deviam nascer livres. Além disto, criava a lei do Visconde do Rio Branco um fundo destinado à libertação de certo número de escravos em cada ano. A prática da compra de cartas de alforria já se achava muito difundida, principalmente pelos esforços dos abolicionistas, e ainda mais iria se tornar, com a freqüente realização de festivais, em teatros, com tal finalidade.

A lei do "ventre livre" não contribuiu para que esmorecesse a campanha abolicionista. Ao contrário, deu-lhe mais fôrça. Deputado pela primeira vez em 1878, Joaquim Nabuco havia de insistir em que fôsse fixada uma data para a abolição total, mas não conseguiria vencer desde logo a resistência dos patriarcas rurais, dos donos de engenhos, dos fazendeiros de café, empenhados em manter o regime de sujeição que lhes garantia o trabalho do braço escravo, a preço vil. Na Câmara dos Deputados, vai surgindo um núcleo de combatentes do abolicionismo, do qual participam, além de Nabuco, Belfort Duarte, Joaquim Serra, Manuel Pedro, José Mariano,

Pedro Beltrão, Sancho de Barros Pimentel, Marcolino Moura, Bulhões Jardim e Jerônimo Sodré. Êste, um tipo bizarro, de gestos teatrais e quixotescos, impressionou fortemente a opinião pública, repudiando a herança que lhe deixara o pai, por só constar de escravos e de bens acumulados com o produto do trabalho de homens escravizados. Os escravos, êle os liberta. O que sobra, emprega na aquisição de cartas de alforria, fazendo retornar aos negros o que dos negros viera. Quando subiu ao poder o gabinete de Paranaguá, êste incluiu entre os objetivos de sua ação a questão servil, pedindo refôrço ao fundo de emancipação, instituição de um impôsto de transmissão sôbre as vendas de escravos e a proibição do tráfico, de uma província para outra. Estas medidas não chegaram a ser votadas e foram renovadas, sob a forma de apêlo ao Parlamento, pelo gabinete de Lafaiete. Queria o liberal mineiro que o impôsto de transmissão na venda de escravos fôsse de quinhentos réis, o que foi considerado ridículo pelos defensores e propagandistas da abolição.

Havia uma feroz reação escravagista, pronta a isolar os que, de início, se dedicavam à defesa de idéias de tal natureza, consideradas, então, radicais e atentatórias ao sagrado direito de propriedade (*). Martinho de Campos, que chefiou um gabinete do Império, organizado em 1882 para fazer face à onda abolicionista, impusera-se à confiança política dos seus pares por ter declarado, com orgulho e empáfia, "escravocrata da gema". Na Câmara, sustentara as opiniões mais desabusadas: "Os abolicionistas são salteadores; mas, para êstes, tenho o meu revólver. A escravidão deve ser mantida, por amor dos próprios escravos". E era um homem que estava filiado ao Partido Liberal, o que mostra a espécie de liberalismo que existia no Brasil nos tempos da monarquia...

Em 1884, o gabinete Dantas apresentara novo projeto, declarando livres os escravos ao atingirem a idade de 60 anos e aumentando, consideràvelmente, o fundo de emancipação. Mas o projeto foi derrubado, votando contra o mesmo 42 conservadores, 16 liberais e 1 republicano e a

(*) Como exemplo desta reação basta citar-se a demissão, por ter participado de manifestações públicas de caráter abolicionista, do diretor do Contencioso da Secretaria do Tesouro Nacional, João Cardoso de Meneses e Sousa, Barão de Paranapiacaba. Demitido em 1886, pelo Barão de Cotegipe, só foi reintegrado em fins de 1888, já depois de feita a abolição, pelo gabinete João Alfredo.

favor 43 liberais e 4 conservadores, — o que mostra singularmente como era confusa a opinião dos partidos sôbre tal problema. Entretanto, a mesma lei, renovada em projeto de Rodolfo Dantas no gabinete liberal de Saraiva, — após a dissolução da Câmara e a realização de novas eleições, acabou sendo aprovada e promulgada já na vigência do gabinete de Cotegipe, a 28 de setembro de 1885. Outras leis complementares foram aprovadas, inclusive a que abolia a pena de açoites, aplicada aos escravos. E renovaram-se projetos que não passaram de tentativas vãs.

Em breve, a onda abolicionista se avolumava, de tal forma, que os escravagistas começavam a se sentir constrangidos. Precisavam, sobretudo, de apoio na imprensa, capaz de enfrentar as penas de José do Patrocínio, Ferreira de Meneses, Ferreira de Araújo, Saldanha Marinho, Joaquim Serra, Joaquim Nabuco e tantos outros combatentes, dedicados de corpo e alma à causa dos escravos. Daí ter-se organizado um grupo de homens de fortuna, vinculados alguns à política e todos com grandes interêsses na manutenção do cativeiro, para fundar um jornal, o "Novidades", que se empenharia em combater a abolição e em satirizar os abolicionistas. Para dirigi-lo, seduziram um dos moços de maior talento, descoberto por José do Patrocínio na modéstia de um emprêgo no Jóquei Clube, mas logo lançado como uma das grandes revelações da imprensa da época: Alcindo Guanabara. Debalde, porém, intentou êle, com o seu jornal, enfrentar o fogo cerrado da imprensa abolicionista. A onda continuava a crescer... Era chique, era bonito, era de bom tom libertar escravos em tôdas as ocasiões festivas: um aniversário, a comemoração de uma data familiar, a chegada de uma figura ilustre. Chega Carlos Gomes à Côrte, depois dos seus primeiros sucessos na Itália, e da manifestação que lhe é feita consta a outorga, pelo maestro, de uma carta de alforria de um escravo, comprada pelos seus admiradores. Nos teatros, realizam-se festivais só com esta finalidade. É uma prova de prestígio das cantoras, das atrizes e dos atôres, libertar escravos, com a ajuda do público que lhes aplaude os talentos.

A 3 de junho de 1887, o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas propõe, em projeto que leva também as assinaturas

de Afonso Celso, Silveira Martins, Franco de Sá, De Lamare, Francisco Otaviano, João Alfredo, Henrique d'Ávila, Lafaiete, Visconde de Pelotas e outros, a extinção total da escravidão aos 31 de dezembro de 1889, prevendo, também, a criação de colônias agrícolas, à margem dos rios navegáveis, das estradas públicas e do litoral, para a educação dos menores e organização do trabalho dos libertos. Os abolicionistas, entretanto, combatem o projeto. Não querem datas fixadas de antemão, mas possíveis de serem alteradas e transferidas para futuro mais distante, sob a pressão dos interessados. O que êles querem é a extinção total e imediata da escravidão. Querem dar-lhe o golpe final e decisivo, porque condenada a desaparecer a longo prazo já estava, desde que, em 1871, fôra aprovada a lei do "ventre livre" e, em 1885, a libertação compulsória dos sexagenários.

Circunstância interessante a assinalar: D. Pedro II supunha popularizar a princesa imperial, herdeira presuntiva do trono, cedendo-lhe a prerrogativa de promulgar as leis que vinham apressar a abolição. Foi sempre D. Isabel quem, como regente, assinou tais leis, mas nem por isso haveria de ocupar o trono. Ao contrário, os barões rurais, os grandes proprietários de terras de lavoura, perderiam o interêsse pela sorte da monarquia que lhes feria a economia e apressava a decadência da classe dominante, sem que o velho regime crescesse nas simpatias do povo e encontrasse novos sustentáculos capazes de assegurar-lhe a continuidade.

* * *

Com o recrudescimento da campanha abolicionista, em 1887, formaram-se, principalmente na Côrte, numerosos quilombos, entre os quais o mais famoso foi o do Leblon, auxiliado financeiramente pelo comerciante português Seixas de Magalhães e formado por negros fugidos das províncias vizinhas, principalmente a de São Paulo e a do Rio de Janeiro.

Nesse ano, produz-se um acontecimento que vem apressar o fim da instituição do cativeiro. Incitados por Antônio

Bento de Sousa e Castro e outros abolicionistas de São Paulo, os escravos das fazendas de café, principalmente as de Campinas, começam a fugir, em massa, transferindo-se para Santos, onde se forma um quilombo de vastas proporções. Os fazendeiros de Campinas enviam uma representação que é lida, da tribuna da Câmara, por Andrade Figueira, pedindo providências enérgicas e prontas, "no sentido de serem entregues a seus "proprietários" os escravos acoitados em Santos".

Tal representação contém 100 assinaturas, das quais 60 de individualidades pertencentes ao Partido Liberal, 25 ao Partido Conservador e 15 ao Partido Republicano... A representação entende que era preciso "restabelecer a legalidade na cidade de Santos, para onde ùltimamente continuam a afluir em número considerável, os foragidos, afrontando dêste modo a lei, o direito de propriedade e o govêrno provincial que parece transigir com os quilombolas, deixando-os transitar livremente". O presidente da Província de São Paulo é veementemente criticado. É preciso que o presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, tome providências imediatas, advertindo-o ou mudando-o, e enviando tropa de linha, fôrças numerosas do Exército, para restaurar a "legalidade" em Santos.

Da Câmara, transporta-se o debate para o Senado do Império. O conselheiro Antônio Prado, convertido à abolição, justifica o presidente da Província e mostra que é inútil tentar manter o cativeiro pela fôrça. "Os meios da intimidação, ou dos castigos imoderados, são meios já gastos, que não podem mais influir no ânimo dos escravos para mantê-los no trabalho", diz o senador paulista. O crime do presidente de São Paulo, no seu entender, fôra apenas o de não querer "transformar-se em capitão-do-mato e distribuir a fôrça pública pelas fazendas, na proporção de talvez um soldado por escravo, a fim de mantê-los no serviço"!

Melhor seria, diz Antônio Prado, que se fizesse desde logo a abolição total. O Barão de Cotegipe, no entanto, vai ao Senado, para dar apoio aos escravagistas, falando no seu "dever de resistência à precipitação com que se pretende resolver esta questão". Acha que os "homens políticos diferem muito dos que só seguem exclusivamente os princípios

humanitários. O velho político conservador tenta justificar a escravidão com a afirmativa de que até a Inglaterra "transporta irlandeses para as suas colônias como escravos"!

Recrudescem os boatos de que fôrças do Exército vão receber ordem de embarque para o combate aos quilombos de Santos. Seria voltar aos tempos de Palmares, da "cabanagem", da "balaiada". Mas os tempos haviam mudado. Tinha o Exército outra mentalidade e tinha também um órgão que podia falar em seu nome: o Clube Militar. Para a modificação daquela mentalidade muito contribuíra o convívio das trincheiras, na guerra do Paraguai. O ensaísta Nelson Werneck Sodré, que é também militar, salienta essa confraternização de negros e brancos nos campos de batalha como uma das causas que fortaleceram o movimento abolicionista, inclusive por ter dado aos homens de côr uma noção de igualdade e um meio de elevá-los socialmente, transferindo-os da condição servil à de homens livres.

"Prometeu-se e concedeu-se tudo ao escravo que partisse para o sul. Espalhou-se a alforria a todos os que foram oferecidos pelos seus proprietários ou foram capturados para os misteres da guerra", escreve o autor de "Panorama do Segundo Império". Fôra a guerra do Paraguai, dêsse modo, um impulso a mais, nos seus efeitos, para a abolição. "Ela, — continua o ensaísta Werneck Sodré, — procede a libertação de milhares de escravos. Ela os eleva na escala social. Diante da morte não há hierarquia social e é freqüente soldados negros se destacarem nos episódios da campanha". Mais adiante, acrescenta que a massa de soldados negros "convivera com os brancos e superara e comandara brancos num instante em que o nivelamento humano era mais fundo e mais forte". Não só fôra a guerra a grande oportunidade da elevação social dos negros, — pois os homens de côr que conseguiam se elevar, até então, não eram negros puros, mas mestiços, em alguns casos guiados pelos pais brancos, — como ainda criara na oficialidade do Exército, quase tôda provinda dos campos do Paraguai, uma aversão profunda à idéia de empregar suas armas, as armas destinadas à defesa da Pátria, na repressão às evasões de elementos de uma raça que, num momento grave, incorporara tantos

dos seus filhos às nossas fôrças armadas. Deodoro, em anotações autobiográficas, a que dera o título de "Declarações" e que foram divulgadas em artigo pelo general Jacques Ourique, antigo chefe de sua Casa Militar, assim fala de seus pendores com relação ao problema servil: "Abolicionista, dei carta de liberdade, sem ônus algum, logo que principiou a propaganda, a duas escravizadas que tinha e, por ocasião de uma manifestação que me foi feita, no comêço de 1887, quando cheguei ao Rio Grande do Sul, disse aos manifestantes — que a fôrça armada tinha a obrigação de ser abolicionista". Entretanto, como adiante veremos, sua atitude não se resumiu apenas nisto.

* * *

Façamos aqui uma pausa, para historiar a tentativa, logo depois de resolvida a questão militar, por parte dos elementos convictamente monarquistas, de desviar a atenção do país das duas campanhas que se desenvolviam no momento com crescente intensidade: a republicana e a abolicionista. Visava a tentativa, com a mobilização dos espíritos para uma nova guerra, — a que se verificaria entre o Brasil e a Argentina — unificar o Exército e impor-lhe uma rígida disciplina. Mandara o gabinete de Cotegipe o engenheiro Guilherme Schüch de Capanema, agraciado seis anos antes com um título de barão, chefiar a comissão de limites do Brasil com aquela República do Prata. Não se limitou o Barão de Capanema, que era lente da Escola Militar e major honorário do Exército, a desempenhar as funções de que fôra incumbido. Resolveu ir mais longe, criando, através de cartas que de lá remeteu e que foram comentadas abertamente na imprensa, um ambiente de alarma e de inquietação, pois fazia crer que o Império seria, em breve, atacado.

Em tudo o Barão de Capanema enxergava propósitos de agressão, planos sinistros contra o Brasil. É de crer que não agisse com o desconhecimento do Barão de Cotegipe e do seu gabinete, pois se o fizesse estaria se colocando, imprudentemente, numa situação falsa, que lhe podia valer a demissão imediata como castigo às indiscrições. De Palmas, onde se

encontrava, mandara o Barão de Capanema cartas ao Visconde de Pelotas, denunciando o perigo argentino. Dirigira-se também ao govêrno, — e o govêrno dera publicidade à sua denúncia! Como se não bastasse, manda cartas também a outras pessoas, inclusive ao coronel Cunha Matos, e é êste quem toma a iniciativa de requerer a Deodoro da Fonseca uma sessão especial do Clube Militar para exame do assunto.

O marechal acede, imediatamente, uma vez que era patriótico o motivo invocado. Cunha Matos lhe dizia estar em jôgo a segurança do Império. Realizou-se a sessão, presidida por Deodoro, a 7 de agôsto de 1887. Estavam presentes numerosos oficiais, entre os quais, além de Cunha Matos, o tenente-coronel Sena Madureira, o major Henrique Valadares, o capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Melo, o capitão Serzedelo Correia, tendo todos êstes participado dos debates. Cunha Matos disse que considerava de seu dever comunicar o teor da carta do Barão de Capanema aos seus companheiros.

— O barão não é um homem vulgar, mas um servidor respeitável do país. É um homem de critério e não um visionário. Êle está apreensivo com as probabilidades de uma guerra com a Confederação Argentina e receia que os resultados nos sejam funestos. Diz que, pelo que tem visto, julga inevitável a guerra e que nós, os oficiais que nos reunimos em sociedade, devemos tratar da reorganização do Exército, porque se a guerra vier e nos encontrar no estado em que nos achamos, apanharemos inevitàvelmente...

Todos se mostraram impressionados e acharam que se devia pedir medidas urgentes de ampliação dos quadros do Exército e melhoria de suas condições materiais. O capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Melo declarou que o Clube Naval ia fazer o mesmo. O Clube Militar apoiara unânimemente a indicação de Cunha Matos, mas a maioria dos oradores responsabilizou o govêrno pelo estado de desorganização em que se achavam o Exército e a Marinha. Estava, porém, criado o ambiente que os conservadores desejavam. E ao se iniciar na Câmara a discussão do orçamento do Império para o ano de 1888, o gabinete insistia sobretudo em

aumentar os gastos militares. Os conservadores distrairiam as atenções dos militares dos assuntos políticos e fariam com que o gabinete aparecesse, mais uma vez, como o defensor, o patrono, o reorganizador das fôrças armadas.

Curioso é o fato de que os militares, e com êles republicanos e abolicionistas, no primeiro impulso, embarcaram precipitadamente na aventura proposta pelo Barão de Capanema e sustentada logo, com um entusiasmo suspeito, pelos mais intransigentes dos conservadores, inclusive por aquêles que estavam mais diretamente ligados ao escravagismo.

Quem repôs as coisas no seu verdadeiro lugar foi um abolicionista de visão larga, o deputado liberal Joaquim Nabuco. Em 1887, estava êle na Inglaterra, onde, perante a famosa Anti-Slavery Society, fôra denunciar, como já fizera antes na Assembléia Geral, as companhias inglêsas de mineração que exploravam o trabalho escravo e se recusavam a pôr em liberdade centenas de homens que de há muito deviam estar livres, pelos próprios têrmos do contrato de transferência da propriedade das jazidas auríferas. Com a nomeação para o gabinete de um dos deputados de Pernambuco, deu-se imprevistamente uma vaga na Câmara, a ser preenchida por eleição no primeiro distrito eleitoral daquela província. Por duas vêzes, na legislatura de 1879–1880, e na de 1885, dissolvida com a ascensão do Barão de Cotegipe ao poder, fôra Nabuco um dos deputados por Pernambuco. Agitara, incessantemente, o problema da abolição, com a eloqüência de sua palavra de grande tribuno. E agora os abolicionistas exigiam o seu imediato regresso da Inglaterra, para empenhar-se em nova campanha, na qual o grande paladino liberal teria de enfrentar o ministro do Império, Manuel do Nascimento Machado Portela. Estava êste seguro de si, convencido de que govêrno não perde eleição. Nabuco, entretanto, graças à campanha que desenvolveu, com a ajuda de José Mariano, outro grande abolicionista, saiu vitorioso. Feita a apuração, promoveram-lhe, em Recife, ao ser conhecido o resultado, uma extraordinária manifestação popular. Embarcou para a Côrte. Em Salvador da Bahia, receberam-no com outra apoteose. Na Côrte, não foram menores as demonstrações populares. Ao seu desembarque, a 29 de

setembro de 1887, os alunos da Escola Naval, embora incorrendo em censura, comparecem incorporados. A sensacional vitória de Nabuco repercute por todo o Brasil. E, como vimos no capítulo anterior, empolgara a mocidade da Escola Militar de Pôrto Alegre.

Reconhecida a legitimidade do seu mandato, a 4 de outubro, Joaquim Nabuco é convidado a prestar juramento e a tomar posse, o que faz no dia imediato. Está na fase final a sessão legislativa e vai ser votado o orçamento do Império. Discute-se, principalmente, a parte concernente às despesas militares. Insurge-se o grande parlamentar contra os preparativos bélicos em que os conservadores insistem. No seu entender, não se pode pensar em aparelhamento militar enquanto a nação estiver dividida em senhores e escravos. Porque tal divisão influi, de forma nociva, na própria organização da defesa nacional.

A escravidão ainda se reflete sôbre o modo por que o govêrno trata o Exército brasileiro, — proclama Nabuco. — O govêrno está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O govêrno está empregando os soldados brasileiros como capitães-do-mato na pega de negros fugidos!

Espicaça o brio dos militares, estabelecendo um confronto entre os deveres dos soldados nas nações livres e o emprêgo da fôrça armada nas nações em que existe o cativeiro:

Há profissão mais alta e mais honrosa do que a do soldado? Há profissão mais baixa e mais degradante do que a de capitão-do-mato?

Prega a solução pacífica das divergências entre as nações do nosso continente, como o antídoto à corrida armamentista, ao acirramento dos ódios, aos processos violentos:

— Se me fôsse permitido, aproveitaria a discussão dêsse crédito para, em vez de despesas de guerra, que só levam alegria ao coração dos fornecedores e dos patoteiros, que naturalmente cercam como aves de rapina a carcaça dos governos desmoralizados, proclamar que devíamos procurar a realização de uma idéia grande e nobre, que uniria tôda a América. Lembraria a instituição do arbitramento para resolver quaisquer questões entre os dois países.

Insiste em que é preciso resolver, sem delongas, o problema do cativeiro:

— O Partido Conservador faria obra mais patriótica se tivesse coragem de encarar a situação do Brasil, interna e externa, como um conjunto de circunstâncias que devem ser consideradas de modo completo. A questão servil está na base da questão militar e se, mantendo a escravidão, corresse o perigo iminente de uma guerra, o Brasil passaria por um grande estremecimento e a escravidão seria abolida ato contínuo...

Para contraste, eis uma amostra do pensamento conservador, expresso nessa mesma sessão por Andrade Figueira, que, entre outras coisas, censura os alunos da Escola Naval, pela quebra da disciplina, comparecendo à manifestação a Nabuco:

— Para que é criado o Exército? Para que é recrutado? Para que é organizado? Para que concorrem os cofres públicos com os soldos e tôdas as vantagens concedidas à classe militar?

Entende o deputado fluminense que é para manter a ordem interna e que a rebelião dos escravos contra os seus senhores deve ser combatida pela tropa de linha:

— Se hoje se prega a indisciplina, querendo fazer crer ao soldado que não deve cumprir a ordem para prender escravos fugidos, amanhã será difícil fazê-lo compreender o dever de defender a pátria e combater o inimigo. É preciso não perturbar a consciência do soldado, mas deixá-lo entregue à disciplina do seu regimento e do seu superior...

O ponto de vista em que se coloca Joaquim Nabuco é adotado por todos os militares abolicionistas. Melhor elucidado, o Clube Militar, que se deixara impressionar tão vivamente pelas denúncias do Barão de Capanema, começa a desinteressar-se da questão da Argentina, para voltar suas baterias contra o escravagismo. O paralelo traçado, por Nabuco, entre os verdadeiros soldados e os capitães-do-mato, tivera um efeito imediato no seio da classe militar, desejosa de elevar-se moralmente, de dignificar-se aos olhos da nação. Tudo isso nos mostra como se entrelaçam, como se fundem,

como se identificam singularmente êstes três acontecimentos de capital significação na vida brasileira em fins do século passado: a questão militar, a abolição e a República (*).

* * *

Em outubro de 1887, realiza o Clube Militar, sob a presidência de Deodoro, memorável reunião para tratar da questão servil. O resultado foi êste: o Exército, em absoluto, não mais se prestaria ao papel que lhe queriam atribuir. Interpretanto o sentimento da classe, Deodoro resolve apresentar à princesa Isabel, então exercendo mais uma vez a Regência, um requerimento de dispensa, encaminhado com um ofício ao Visconde da Gávea, ajudante-general do Exército. Depois de afirmar que era imprudência "opor barreiras à forte corrente abolicionista" e que constitui "injustiça clamorosa o morticínio decretado a homens que buscam a liberdade sem combates nem represálias", declara Deodoro que o seu protesto é motivado pelo "papel menos decoroso e menos digno que se quer dar ao Exército". E prossegue: "O Exército é para guerra leal, na defesa do trono e da Pátria; para outros afazeres que necessitam a fôrça armada, há a polícia, que alistou-se para êsse fim". Afirma que a "pega de negros fugidos pelo Exército, embora fácil e agradável para uns, para outros é repugnante". Dá claramente a entender que haveria sabotagem da oficialidade abolicionista, que tudo faria no sentido de falharem as diligências. "Hoje quer-se a captura e o resultado será a falha". Salvariam os oficiais as aparências. Seria difícil, senão impossível, provar-se a falta cometida. Mas haveria prejuízos: perda de fôrça moral e inconveniência à disciplina. O ofício, traduzido em linguagem direta e concisa, dizia ao ajudante-general: "Não nos dêem

(*) A Rui Barbosa não escaparia a influência militar na abolição. Num artigo intitulado "Dia Máximo" e publicado a 14 de maio de 1888, escreveu êle: "Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora, entre as ameaças de tempestades, como a curva do arco-íris, o sinal da aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então incorreste na desconfiança, nas perseguições: mas no coração das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito inerme, asseguraste laços de fraternidade que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições" (Citado por BATISTA PEREIRA, em *Vultos e Episódios do Brasil*, 2.ª edição, "Brasiliana", págs. 110-111).

tais ordens, porque não as cumpriremos". Deodoro sabia, bem, que o ajudante-general do Exército devia considerar essa manifestação uma impertinência. Tanto assim que lhe faz um apêlo: "Vossa Excelência tenha paciência e aceite o requerimento". Faltou, porém, essa paciência ao Visconde da Gávea, que dobrou o ofício e o requerimento, endereçado à Regente, enviado junto, e devolveu tudo, num rompante, ao presidente do Clube Militar...

O requerimento à princesa regente, assinado por Deodoro na qualidade de presidente do Clube Militar, e que melhor poderia ser qualificado de memorial ou petição, estava redigido nos seguintes têrmos:

"Senhora!

Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênia para dirigir ao Govêrno Imperial um pedido, que é antes uma súplica. Êles todos que são e serão os mais dedicados e mais leais servidores de Sua Majestade, o Imperador, e de sua dinastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, êles que jamais negarão em bem vosso os mais decididos sacrifícios, esperam que o Govêrno Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranqüilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque já viviam cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sôbre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem para conquistá-lo é capaz de tudo: de um momento para outro êle, que dantes era um covarde, torna-se um herói; êle, que dantes era a inércia, se multiplica e se subdivide e, ainda mesmo esmagado pelo pêso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e pura a liberdade. Em todos os tempos, os meios violentos de perseguição, os quais, felizmente, entre nós ainda não foram postos em prática, não produziram nunca o desejado efeito. Debalde milhares

de homens são encerrados em seguras e frias masmorras, onde morrem apertados por falta de luz e de ar; através dessas muralhas as dores gotejam, através dessas grossas paredes os sofrimentos se coam, como através do vidro se coam os raios de luz, para virem contar fora os horrores do martírio!

Debalde milhares de famílias são atiradas aos extensos desertos, e lá, onde vivem liquens e os ventos passam varrendo a superfície dos gelos e beijando as estepes, tudo morre, mas os ódios concentrados de tantos infelizes são trazidos e vêm terminar, às vêzes, no seio dos próprios perseguidores. Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de sua Majestade o Imperador (*), vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sôbre cuja ausência choram lágrimas de saudade, em nome do vosso futuro e do futuro do vosso filho, esperam que o Govêrno Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão, que não deseja o esmagamento do prêto pelo branco nem consentiria também que o prêto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir sua liberdade esmagando o branco.

O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, tranqüilamente, evitando tanto a escravidão como a luta e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vêzes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército brasileiro espera que o Govêrno Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende".

* * *

(*) D. Pedro II tinha embarcado a 30 de junho de 1887, no "Gironde", para a Europa, a fim de tratar-se, gravemente enfêrmo de diabetes e impaludismo. Teve como médicos os Drs. Bouchard, Peter e Brown-Séquard, em Paris, e Charcot, Semmola e De Giovanni, em Milão. Regressou pelo "Congo", em agôsto de 1888, depois da convalescença em Aix-les-Bains.

A linguagem dêsse documento não deve ter desagradado à princesa regente. Mistura de independência e de aulicismo, recusando um serviço ao govêrno mas protestando lealdade ao imperador e à dinastia, figurando a oficialidade a verter lágrimas pela ausência do soberano enfêrmo, exprime franca adesão à corrente abolicionista mas, ao mesmo tempo, mostra como Deodoro e o grupo de militares sob a sua liderança ainda estavam longe de qualquer pensamento republicano. Feriam, ainda, o gabinete, — não o trono. O alvo era ainda Cotegipe, — não o imperador. A imprensa republicana, entretanto, não perderia a nova e preciosa oportunidade de estimular o espírito de independência do Exército, caminho que fatalmente conduziria à queda da monarquia. É conhecida a observação de Quintino Bocaiúva, quando Silva Jardim partia para uma de suas pregações republicanas. Segurando um dos botões da farda do então tenente Lauro Müller, teria dito o grande jornalista: — "Pois é com isto que eu conto fazer a República". Os pronunciamentos repetidos do Exército, — na questão militar, primeiro, e agora na questão servil, — iam encaminhando os acontecimentos no sentido das aspirações do líder republicano. Desmoralizada a instituição do cativeiro, com a recusa das fôrças armadas; e aderindo à campanha abolicionista chefes conservadores como o conselheiro Antônio Prado, antigo ministro da Agricultura e chefe do partido em São Paulo, e o senador João Alfredo Correia de Oliveira, chefe conservador em Pernambuco, precipita-se o desfecho. Os conservadores, que tinham tirado o seu prestígio do predomínio econômico, alicerçado menos na propriedade das terras de lavoura do que na posse da escravaria que as roteava, e sempre haviam sido o elemento da resistência às iniciativas dos legisladores de tendências libertárias, chamavam agora a si, num golpe de estratégia política, a solução do problema. Derrotados pelas circunstâncias, pela fôrça insopitável dos acontecimentos, pretendiam emergir vitoriosos, como os heróis da batalha, com a troca repentina do estandarte sob o qual vinham lutando, para negar e retardar aquilo que, com a ascensão ao poder do gabinete João Alfredo, se apressariam a dar, não num tardio impulso de magnanimidade, mas por simples expediente político. A posição do Clube Militar, — melhor dito, a posição

do Exército, que Deodoro representava inconcussamente, — terá de ser somada pelos historiadores aos fatôres decisivos que determinaram o apressamento da abolição, concertada nos arraiais conservadores como um trunfo decisivo a ser jogado e tramitada a galope no Parlamento do Império, em maio de 1888... Não só arrancavam mais uma vez uma bandeira dos liberais, mas ainda abriam caminho para uma reconciliação com o Exército. Antes, porém, examinemos as circunstâncias em que se verificou a queda de Cotegipe e a ascensão de João Alfredo ao poder.

A Deportação Dissimulada

O incidente Leite Lôbo melindra a Marinha de Guerra — Queda do gabinete de Cotegipe — Ascensão de João Alfredo — Afinal, a abolição — Deodoro no cortejo cívico da imprensa — A "Rosa de Ouro" — A Guarda Negra — Joaquim Nabuco e a campanha federacionista — "Voto de adesão" e "Voto de caridade" — Crise em São Paulo — Sangrento conflito — Demissão de Cardoso de Melo — Necessidade de afastar Deodoro — Pretexto: uma expedição a Mato Grosso — Vantagens oferecidas e recusadas — Conflito entre a Guarda Negra e os republicanos — Demite-se o promotor Sampaio Ferraz.

Como vimos, embora "com a dignidade arranhada", conseguira sobreviver à questão militar o gabinete conservador do Barão de Cotegipe. Entretanto, incidente de menor relêvo, envolvendo também militares, havia de em breve apressar-lhe a queda. A figura central dêsse incidente foi um oficial de Marinha, o capitão-tenente Leite Lôbo, que começara a apresentar sintomas de alienação mental e cuja conduta, por isso mesmo, se tornara um tanto ou quanto inconveniente. Prêso por um alferes do corpo militar da Polícia, foi Leite Lôbo levado para a delegacia do 1.º distrito, onde cruelmente o espancaram, em razão dos protestos que opunha à prisão (*). Tal a barbaridade do espan-

(*) Tal incidente verificou-se na madrugada de 28 de fevereiro de 1888. Foi o capitão-tenente reformado Antônio José Leite Lôbo prêso, à 1 e 30 da madrugada, ao invadir a casa n.º 240 da rua do Hospício. Na delegacia, o alferes da Polícia, Henrique José Rodrigues Batista, não só o fizera espancar brutalmente, como o metera num xadrez comum, ferido, entre bêbados e ladrões. No dia seguinte, o tenente-coronel do Exército Luís de Beaurepaire Rohan, tio do prêso, foi fardado à delegacia do Sacramento, para dali retirá-lo e, sendo maltratado, deu ordem de prisão àquele alferes, por desacato. O capitão-tenente foi removido para a casa de saúde do Dr. Eiras, sendo ali submetido a corpo de delito, sob pressão dos militares. Mas o odiado chefe

camento que o caso suscitou protestos veementes da imprensa e o Clube Naval se reuniu, para examinar o assunto. O resultado dessa reunião não podia deixar de ser uma severa condenação das autoridades policiais e dos seus criminosos métodos de ação. O Clube Militar não deixou passar a oportunidade de manifestar-se, hipotecando sua solidariedade à Marinha de Guerra e fazendo carga contra o govêrno. O príncipe D. Augusto, sobrinho da regente, não pôde, como oficial de Marinha, que era, manter-se alheio à questão. Ficou também solidário com os colegas de farda e se incumbiu, êle próprio, de expor à princesa Isabel a gravidade da situação. O Barão de Cotegipe foi chamado ao Paço e asseverou que o incidente não tinha a expressão que lhe queriam emprestar seus adversários, pois abusos de tal natureza podiam ser praticados por autoridades arbitrárias mesmo sob o mais tolerante dos governos.

A princesa Isabel não concorda com suas explicações (*). Acha que as autoridades têm abusado e que o chefe de Polícia Coelho Bastos, o "Rapa-Côco" (**) deve ser demitido. Cotegipe não concorda. Seria um desprestígio para o gabinete, ceder à pressão dos militares e da imprensa, demitindo um homem de sua inteira confiança.

— A polícia só merece censura pela sua conduta violenta e arbitrária, — responde a princesa. — A presença dêsse homem na administração só pode representar uma perda de fôrça moral, por parte do gabinete. Insisto em sua demissão, senhor barão...

— Nesse caso, — responde Cotegipe, — Vossa Alteza tem as mãos livres para agir como melhor lhe pareça. Dê Vossa Alteza desde logo a demissão do ministério. Estou

---

de Polícia, desembargador João Coelho Bastos, intransigente escravagista, correu em defesa dos seus auxiliares, mandando a corpo de delito também os soldados Biase e Francisco José Ferreira. O fraco ministro da Justiça, Samuel MacDowell, resolveu dar cumprimento à ordem de prisão do alferes, mas os membros do Clube Naval exigiam a expulsão dêsse suboficial das fileiras da Polícia. Só amainou a questão com a queda do gabinete Cotegipe.

(*) Detalhes dêste episódio estão contidos em carta de D. Isabel a D. Pedro II, datada de 14 de março de 1888, existente, em manuscrito, no arquivo do Museu Imperial, de Petrópolis e que vai publicada no apêndice dêste volume.

(**) Assim apelidado porque fazia rapar a cabeça dos escravos fugidos, que mandava apreender e restituir aos donos.

velho e cansado. Servi até o extremo limite de minhas fôrças. Até onde tem sido possível transigir, transigi. Mas, de agora em diante, não transigirei mais...

— Não me resta outra alternativa senão a de agradecer os seus serviços e constituir outro ministério... Vou mandar chamar o sr. João Alfredo...

— É uma excelente escolha. Não vejo outro homem melhor, nem mais capaz...

Terminou, assim, a entrevista entre a regente e o presidente do Conselho. Estava encerrado o domínio de Cotegipe. Mas não estava, ainda, o dos conservadores. Em carta ao pai, enfêrmo na Europa, escrevia a princesa: "Quanto à escolha dos novos ministros, fui eu quem indicou o João Alfredo. Êste foi quem escolheu os outros. Deixei-lhe tôda a liberdade para que pudesse organizar o gabinete como fôsse necessário, à vista da maioria parlamentar". Seria êsse o ministério da abolição, problema em que estava, já então, vivamente interessada a princesa Isabel, — cuja simpatia pelos escravos era conhecida. Exultaram os oficiais com a queda de Cotegipe, visto por todos como o arqui-inimigo da classe.

* * *

João Alfredo reservara para si a pasta da Fazenda, além da presidência do Conselho. O deputado Costa Pereira foi chamado para a pasta da Guerra, o senador Vieira da Silva para a da Marinha, o senador Antônio Prado para a dos Estrangeiros, o deputado Ferreira Viana para a da Justiça e o deputado Rodrigo Silva para a da Agricultura. Três membros da Câmara temporária e quatro da vitalícia formavam êsse gabinete, de breve duração, que seria o penúltimo do Império e o último constituído pelo Partido Conservador. Menos de dois meses depois, levaria João Alfredo à Câmara o projeto de abolição total e definitiva da escravidão em terras do Brasil, cercando-se de incontestável popularidade, no momento em que impulsionou a elaboração e a promulgação dessa lei. Contudo, sendo o seu gabinete uma continuação do gabinete de Cotegipe, não conseguiria fazer

com que desaparecessem os vestígios da fratura havida no sistema dominante com a atitude de hostilidade dos meios militares para com o poder civil. Esforçou-se, no entanto, o novo chefe do gabinete, o mais que pôde, em tal sentido. Pouco depois de feita a abolição, o ministro da Guerra, Tomás Coelho, nomeava o irmão de Deodoro, marechal Severiano Martins da Fonseca, para exercer, interinamente, o mais alto pôsto administrativo do Exército: o de ajudante-general. Era o mesmo oficial que fôra demitido do comando da Escola Militar, por não ter conseguido, em 1887, impedir que os seus alunos comparecessem, em massa, ao desembarque de Deodoro. A interinidade parecia exprimir a intenção do govêrno de pô-lo à prova. Se contivesse Deodoro, em seus impulsos, poderia ser confirmado no cargo em caráter efetivo. E realmente foi confirmado, pois a essa nomeação se seguiram meses de bonança.

A 8 de maio de 1888, o presidente do Conselho, João Alfredo, apresenta à consideração da Câmara dos Deputados o projeto que visa abolir definitivamente o cativeiro no Brasil. Em face das novas disposições da maioria conservadora, teria o projeto governamental sido votado naquele mesmo dia, se não fôsse a exigência do regimento, para que antes recebesse parecer. Nomeia-se, para êste fim, uma comissão especial, enquanto Joaquim Nabuco, com os recursos de sua incomparável eloqüência parlamentar, abre os debates, concitando os deputados a dar todo o apoio à iniciativa do govêrno. Os derradeiros e os mais renitentes partidários da escravidão ensaiam combater o projeto, numa última e desesperada resistência. Andrade Figueira é o primeiro a atacá-lo veementemente, como inoportuno e daninho. Alfredo Chaves, o desastrado ministro da Guerra do gabinete de Cotegipe, também vê na abolição uma ameaça à ordem pública e à organização social. Outros protestos se fazem ouvir. Mas em três dias o projeto é discutido e finalmente aprovado, por 83 votos contra 9, sendo imediatamente remetido ao Senado, onde chega a 11 de maio, sendo votado a 12 e igualmente aprovado, com apenas 5 votos contra. No dia seguinte, 13 de maio de 1888, a princesa Isabel referendava a nova lei, que tomara o número 3.355, em cerimônia festiva,

realizada às 15 horas e 30 minutos, no Paço da Cidade (*). Desde êsse dia e durante mais de uma semana, todo o Rio de Janeiro ficou em festas, a começar pelos teatros, que deram récitas especiais, com as portas franqueadas ao público. Bailes, paradas, passeatas, queima de fogos de artifício, concertos públicos, tudo serviu de motivo às celebrações do grande acontecimento. Seis dias depois, a 19 de maio, realizou-se o desfile cívico promovido pelos órgãos da imprensa da Côrte, cuja contribuição para a causa da abolição fôra inestimável. Tendo início no Campo da Aclamação, êsse desfile percorreu todo o centro da cidade, ao espoucar de foguetes, precedido de uma banda militar. Cada órgão de imprensa tinha uma delegação no cortejo, representando sua direção ou sua redação. E, à frente de tôdas essas personalidades, representativas das letras e do jornalismo, logo depois da banda de música, aparecia a cavalo, ereto, em sua farda de gala, o marechal de campo Manuel Deodoro da Fonseca, aquêle que, na presidência do Clube Militar, sustentara que o Exército não era constituído de submissos capitães-do-mato...

Feita assim a abolição entre festas e aplausos, entre manifestações de entusiasmo da imprensa e torneios de oratória, em que a princesa imperial foi endeusada em todos os tons, parecia que a monarquia ia recuperar o prestígio comprometido. Dois meses após a assinatura da lei de 13 de maio, regressa o imperador da Europa, a bordo do vapor francês "Congo". Um grupo de alunos da Escola Militar, ignorando as observações irônicas da minoria republicana, escala o Pão de Açúcar e lá em cima estende, para que o soberano leia, uma enorme faixa de morim, com a interjeição "SALVE!", em letras de oito metros. O desembarque, no Arsenal de Marinha, é festivo. Bandas militares executam o Hino Nacional. Quando D. Pedro II aparece na escada, na sua sobrecasaca preta, a multidão prorrompe em aplausos:

— Viva D. Pedro! Viva o Imperador!

Outras vozes secundam essas aclamações:

— Viva Dona Isabel! Viva a redentora!

A carruagem imperial, seguida pelos carros dos ministros de Estado e grandes do Império, roda para o Paço Imperial

(*) Em apêndice, neste volume, o leitor encontrará a carta em que a princesa Isabel narra aos pais as emoções dêsse dia.

de São Cristóvão, por entre filas de soldados perfilados, que apresentam armas. Ninguém diria que, pouco mais de um ano depois, viesse o trono a desaparecer e que um imperador tão popular partisse, em silêncio, para o exílio, numa triste e cinzenta madrugada de novembro... Jornalistas monárquicos exaltaram a significação daquela apoteose. "Ovação legítima, espontânea, inesperada, que muito abalou o soberano, dificultando-lhe a serenidade majestática, ao passo que em lágrimas não contidas se banhava o rosto da veneranda imperatriz", escreveu Carlos de Laet. O mesmo acontecimento, comentado por Joaquim Nabuco, servia de pretexto a que afirmasse que "a missão da monarquia, no Brasil, não tem par na história das dinastias". Logo depois, no mês de setembro, uma cerimônia expressiva converte a herdeira presuntiva do trono imperial em centro das atenções gerais. Na Catedral Metropolitana, tôda a côrte reunida, presentes os imperadores, os altos dignitários da Igreja Católica, recebe a princesa a "Rosa de Ouro", que lhe enviara o Papa Leão XIII, em homenagem a quem referendara as leis que haviam pôsto fim à escravidão em terras do Brasil. D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará e orador notável, faz o discurso de saudação, que é, todo, um hino de exaltação e de louvor à princesa. O presidente do Conselho, João Alfredo, e seu ministro da Justiça, Ferreira Viana, resolvem tirar partido político da abolição em favor do trono. E, com a ajuda de José do Patrocínio, (*) organizam, — procurando dar a entender que se trata de uma associação espontânea de homens de côr, gratos à princesa Isabel — a famosa Guarda Negra, defensora da monarquia e destinada, principalmente, a impedir que decorram normalmente os comícios republicanos. Muitos dos homens da Guarda Negra são capoeiras, desordeiros notórios, agora armados de "petrópolis", — grossos cacêtes, — faca, navalha e garrucha, sob as vistas complacentes da Polícia, senão mesmo por ela protegidos e esti-

(*) As reuniões preliminares para a organização da Guarda Negra se realizaram na redação do jornal que José do Patrocínio dirigia, "A Cidade do Rio". Essa milícia suplementar, que prometia "morrer pela princesa", era, ao que se dizia, financiada pela verba secreta da polícia, donde afirmar Rui Barbosa que fôra "sancionada pela regente como uma instituição do Estado". Patrocínio, de republicano, passara a monarquista, logo após a abolição... E Ferreira Viana, o ministro da Justiça, antes um crítico severo da monarquia e do *César caricato*, agora que chegara a ministro se reconciliava com o imperador a quem antes tanto atacara...

mulados. Onde se anunciasse uma reunião republicana, aí estaria a Guarda Negra, para perturbá-la, atacando, dispersando, intimidando os curiosos que se reunissem para ouvir falar bonito ou por solidariedade aos que atacassem a monarquia.

* * *

Feita a abolição, Joaquim Nabuco compreendera que sua atividade parlamentar perderia o relêvo, o brilho, a significação, se não tomasse, desde logo, outra bandeira em suas mãos. Não poderia dormir sôbre os louros da vitória conquistada a 13 de maio. Recebe incitamento da imprensa, — inclusive da "Revista Ilustrada", — para que agite e defenda o projeto de federação, que apresentara na sua rápida passagem pela Câmara em 1885, já no crepúsculo do domínio liberal. O projeto já estava arquivado, pois, dissolvida a legislatura, passara a ser um papel inútil... Renova-o Nabuco e, apresentando-o, profere longo e interessante discurso, pretendendo provar que era perfeitamente exeqüível a idéia da federação, dentro do próprio regime monárquico (*). Não via as incompatibilidades fundamentais que alguns denunciavam e que, sobretudo, os republicanos timbravam em acentuar, sem querer ceder aos liberais o privilégio de realizar o que só lhes parecia consentâneo com a democracia popular. De comêço, salientou Nabuco a aceitação que o projeto anterior havia tido nas províncias, principalmente a de Minas Gerais, a da Bahia, a de Goiás. Explica que, entre os liberais, existe unanimidade em tôrno da idéia, só havendo uma divergência quanto à forma: uns entendiam que a federação poderia ser instituída por lei ordinária, outros que sòmente através de reforma da Constituição do Império. O temor, de que participa Nabuco, é o de que, feita a reforma descentralizadora sem Constituinte, outra assembléia ordinária, em momento de pânico ou de reação política, tente destruí-la. Lourenço de Albuquerque, em aparte, declara não ter êsse receio. Mas o orador retruca:

(*) "Anais da Câmara dos Deputados do Império", sessão de 8 de agôsto de 1888.

— Já vimos, por um simples telegrama, um ministério liberal suspender o Ato Adicional; não era de estranhar que uma legislatura conservadora desfizesse, por lei ordinária, o que outra tivesse feito por sua exclusiva competência...

Sabe Nabuco que o principal escolho do seu projeto é a oposição que há de encontrar nos conservadores do Senado. Contudo, sustenta que a federação não pode ser feita senão por meio de uma reforma constitucional:

— Há uma razão que prevalece em meu espírito, uma razão política, para pedir a Constituinte. A objeção principal que leva alguns dos meus ilustres amigos a não aceitar a adoção pura e simples da reforma constitucional, é a oposição que se prevê à Constituinte da parte do elemento conservador do Senado. Mas, senhor presidente, cedo ou tarde a democracia há de achar-se em luta aberta com o Senado e é melhor que essa luta se trave antes de têrmos capitulado, como escapamos de capitular, quando quiserem dar ao Senado até o próprio poder constituinte.

Estimulado pelos "apoiados" que recebera de muitos deputados, Joaquim Nabuco continuou a combater a Câmara vitalícia:

— O poder constituinte, aquêle que reside na nação, não se comunica de forma alguma a uma instituição como o Senado, verdadeira estratificação de camadas sucessivas, depositadas por gerações diferentes, sem homogeneidade política, sem relação alguma com o estado crescente da sociedade...

Ninguém poderia retratar melhor o Senado do Império. Combatendo a centralização do poder, combatendo a vitaliciedade do Senado, na verdade os liberais faziam duras restrições ao regime e, querendo liberalizar a monarquia, serviam inconscientemente aos desígnios republicanos. Eram, em muitos casos, os batedores do caminho, os vanguardeiros do movimento que haveria de liquidar o Império. Joaquim Nabuco, porém, defendia a federação com a maior pureza de sentimentos, na convicção firme de que seria possível, com boa vontade, fundir as duas idéias: monarquia e autonomia provincial. Lembrou que, em 1841, já havia Silvestre Pinheiro Ferreira, "um estadista que não é suspeito ao Partido Conservador", redigido um documento que qua-

lificou de precioso e que não era senão um projeto de divisão do Brasil em cinco monarquias confederadas, escrito sob a forma de carta ao imperador.

— Profundamente monarquista, — declara Nabuco, — Silvestre Pinheiro entendia que, com os príncipes da casa reinante no Brasil se poderia fundar, como posteriormente fêz a Alemanha, confederando suas monarquias sob a direção suprema do representante do Império, cinco monarquias correspondentes às cinco grandes regiões em que se divide naturalmente o Brasil...

Observa Pedro Luís Soares de Sousa que, "hoje, êle encontraria pessoal de sobra para isso". Mas Joaquim Nabuco não quer desenterrar ou ressuscitar êsse velho projeto. E eis que exclama, da tribuna da Câmara:

— Eu não venho propor que se fundem monarquias subordinadas à direção do govêrno central. Pelo contrário. O que venho propor é a criação de repúblicas, como hão de ser os diferentes Estados confederados do Brasil, unidos pelo laço nacional da monarquia.

O exemplo que encontra e de que lança mão, em seu discurso, é o dos Estados Unidos, sem atentar em que não havia, aí, hibridismo: todo o poder, estadual e federal, provinha do povo. Sustentando a necessidade da criação de repúblicas estaduais, Joaquim Nabuco na verdade feria, pela extensão lógica do seu raciocínio, a própria monarquia, embora isso não estivesse em suas intenções. Não há como dissimular a contradição em que cai, quando tenta repelir a organização republicana no plano nacional:

— Ora, eu pretendo e digo que apenas com o laço monárquico entre elas, as províncias do Império teriam muito maior proteção e muito maior garantia para o desenvolvimento da sua autonomia, do que se fôssem organizadas sob a forma republicana, porque necessàriamente pelas lutas e pelas competições provinciais a república tenderia a ser unitária, a república seria mesmo sustentada, para ser unitária, por todos os elementos liberais do país e, se não fôsse por êstes, sê-lo-ia pelos elementos reacionários. Em qualquer dos casos seria uma séria e grande ameaça ou de confiscação da autonomia local ou de desmembramento da comunhão...

O que aí fica basta para dar uma idéia de como Nabuco conduzia a questão. Êle entende que a monarquia deve fazer a federação porque sua "obra tem sido inconscientemente, em parte, mas em parte também com imenso sacrifício próprio, uma obra nacional por excelência". Em primeiro lugar, fizera a independência; em segundo lugar, no reinado de D. Pedro II, a unificação do povo brasileiro; em terceiro, a abolição, o que queria dizer "a igualdade das duas raças vinculadas ao nosso solo". E, solenemente:

— A monarquia matou o colonialismo; matou depois o separatismo, o particularismo; matou o escravismo...

— E há de matar-se a si própria! — exclama o deputado João Penido, já com um pé no Partido Republicano.

Um largo riso acolheu o aparte do deputado mineiro... Já estava o discurso de Nabuco quase no fim. O que acontecera em 1885 ia se repetir com o projeto de 1888, apresentado nos mesmos têrmos. A legislatura tocaria ao têrmo sem que tivesse sido votado.

* * *

Em outubro de 1887, sob a impressão das notícias referentes à moléstia do imperador, em cuja cura pouca gente acreditava, um membro da Câmara Municipal de São Borja propõe que se aprove uma moção, sugerindo a realização de um plebiscito nacional para decidir quanto à conveniência da sucessão, no trono, "de uma mulher obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro". Aprovada por unanimidade, em janeiro de 1888, depois de inflamados debates, foi comentada com os mais vivos aplausos pelos elementos republicanos quer da Província do Rio Grande do Sul, quer de São Paulo ou da Côrte. Não demoraram a surgir pronunciamentos semelhantes, em várias outras câmaras municipais, as quais, a princípio, se dirigiram, como a de São Borja, às assembléias provinciais e, mais tarde, à própria Assembléia Geral do Império. Entre essas, viriam a se manifestar as câmaras de São Simão, Campinas, São Vicente, São João da Boa Vista e Limeira,

na Província de São Paulo; Ouro Fino, Aiuroca e Curvelo, em Minas Gerais; Resende e Barra do Piraí, na Província do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, o conselheiro Rodrigues Alves, que assumira a presidência da província ainda sob o govêrno de Cotegipe, tentara reagir, mandando submeter a processo os vereadores, sem lograr nenhum êxito; pois a justiça não considerou subversivas as simples propostas para a realização de um plebiscito. João Alfredo, ao ser interpelado, sôbre tais manifestações, pelo deputado João Penido, fêz um longo discurso na sessão de 26 de junho de 1888, no qual declarou:

— Senhores, esta república é um desabafo dos desgostosos, a explosão dos espíritos impacientes e aterrados, que vêem na mudança da forma de govêrno um remédio a males, cujas proporções exageram. Mas, se a revolução vier, invencível e triunfante, pergunto ao nobre deputado: que há de fazer o govêrno? Que providências há de tomar? Não consentir na manifestação da livre opinião? Não é possível; o govêrno não o faria, e o nobre deputado não o consentiria. Impedir a livre organização de clubes e sociedades dentro da lei? Também o nobre deputado não aprovaria, e não há de querer que o govêrno o faça. Levantar o Exército, chamar as reservas às armas, para combater-se uma república em embrião? É melhor dizermos que cresça e apareça... Depois ver-se-á com quem temos de cruzar as nossas armas, ou de ajustar as nossas contas...

— *Deixar correr o marfim* é o programa do govêrno, — aparteia o deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior.

Cresça e apareça passou a ser, por algum tempo, o "slogan" dos anti-republicanos, colhido nesse discurso de João Alfredo... No dia seguinte, na coluna que assinava no "O País", Joaquim Nabuco levantava uma tese curiosa: a de que a princesa Isabel não estivera pròpriamente na regência do trono, mas no exercício de uma ditadura... "Não se iludam os poderes públicos, — escrevia o deputado pernambucano. — A princesa imperial, no 13 de maio de 1888, abdicou a monarquia ditatorial, abdicou a monarquia tradicional, e investiu-se precisamente na ditadura popular, que

há de durar enquanto ela fôr leal ao povo, cuja fôrça há de vencer os que hoje o têm esmagado"...

* * *

Deodoro ia se desligando dos partidos tradicionais do Império, sem se desligar da idéia da monarquia, que ambos representavam, gravitando um e outro em tôrno do trono e dos favores do soberano. Conservava, intacta, sua fidelidade ao imperador, apesar de todos os atritos com os gabinetes e malgrado as turras com os ministros da Guerra. O sobrinho, Clodoaldo, filho de Pedro Paulino, então aluno da Escola Militar de Pôrto Alegre, no seu entusiasmo, tomava atitudes um tanto atrevidas e se correspondia com o tio ilustre, confessando-se inteiramente republicano. Era uma provocação, sem a menor dúvida. Se Deodoro o encorajasse, faria loucuras, agiria com precipitação ainda maior. Não era isso, porém, o que se dava. Do tio não vinham senão palavras de reprovação. E de reprovação violenta e desabrida, o que mostra quão longe êle estava de aceitar as idéias abertamente pregadas desde o famoso manifesto de 1870.

Em fins de 1888, teve a oficialidade do 13.º Batalhão de Infantaria, aquartelado em Pôrto Alegre, a singular idéia de apelar para a população, a fim de que a mesma contribuísse financeiramente para a compra de um grande e rico álbum, o qual, contendo as assinaturas de quantos quisessem fazer donativos, seria enviado aos imperadores como um "voto de adesão".

Era uma manifestação de oficiais monarquistas que vinham quebrar a linha de severidade que o Exército mantinha desde o início da "questão militar". Publicado o apêlo da oficialidade do 13.º Batalhão de Infantaria a 10 de setembro, dois dias depois "A Federação", de Pôrto Alegre, divulgava uma caricatura do mesmo apêlo, sob o título de "Voto de Caridade". Eram os alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul que apelavam para a população no sentido de que todos contribuíssem com um donativo para a manutenção das obras pias dirigidas pelo padre Cacique de Barros. As quantias seriam depositadas na Caixa Econômica, em

nome do padre, ficando encarregados de recebê-las os alunos Clodoaldo da Fonseca e João Maria Macalão. Além dêstes, assinavam a gaiata paródia os alunos Aristides Sampaio e Inácio Camargo. Clodoaldo apressou-se a remeter ao tio exemplares dos jornais gaúchos, "O Mercantil" e "A Federação", com o apêlo feito pelos oficiais do 13.º Batalhão de Infantaria e a macaqueação dos alunos da Escola Militar. Com certeza julgou que Deodoro, muito ressentido com o rumo que tomara a "questão militar", ficaria contente, vendo em tal coisa um desagravo.

Na sua resposta, porém, Deodoro assim se manifestou sôbre o incidente: "O "Voto de Adesão" do 13.º Batalhão de Infantaria é um verdadeiro e refinado disparate; se isso seria em corpo da Guarda Nacional da roça, quanto mais em um corpo de primeira linha! O "Voto de Caridade" foi uma ofensa e um insulto a camaradas, a superiores, a uma corporação militar. Quem tem tanto brio como tu não deve ferir os brios de outrem". Em seguida, passava a comentar, do seu ponto de vista, os ardores republicanos do sobrinho: "República, no Brasil, é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. Quem quer República, quer que o Brasil seja dos Gaspares, Cotegipe, Paulino de Sousa, etc. Os brasileiros estão e estarão muito mal educados para "republicanos"; o único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela".

Antes de chegar-lhe às mãos essa carta, enviada do Rio de Janeiro a 30 de setembro de 1888, Clodoaldo remetia a Deodoro nova missiva, com os mesmos entusiasmos juvenis pelo movimento republicano, que tomava corpo no Rio Grande do Sul. Dizia que a idéia do "Voto de Caridade" merecera muitos aplausos e que havia muita gente disposta a ajudar o asilo do padre Cacique de Barros. Isso abrandou um pouco as reservas de Deodoro, quanto ao incidente, pois escreveu, em resposta: "Estimo que o "Auxílio" prospere e que passe a má impressão do seu princípio, que foi péssimo, pela referência de ocasião".

Continuava, porém, a manter a mesma severidade em relação às tendências republicanas do sobrinho. Renovava o conselho anterior, nestes têrmos: "Não te mêtas em questões republicanas, porquanto República, no Brasil, e desgraça

completa é a mesma coisa; os brasileiros nunca se prepararam para isso, porque sempre lhes faltará educação e respeito para isso. Nem todos são homens da têmpera do grande Júlio de Castilhos, a quem darás lembranças e apresentarás os meus respeitos".

Deodoro ainda não tinha, como se vê, a mais leve inclinação pelo regime que se pretendia fundar, em substituição à monarquia. Nos quartéis, crepitava, porém, a chama do republicanismo, contagiando alunos da Escola Militar e a oficialidade jovem. Não tardariam a verificar-se novos incidentes, indicativos dêsse estado de espírito. A 3 de novembro de 1888, Tomás Coelho resolve, no desempenho de suas atribuições de ministro da Guerra, fazer uma visita de inspeção à Escola Militar, então localizada à Praia Vermelha. Avisados com antecedência, alguns alunos que comandavam pelotões combinam entre si desacatar o ministro, recusando-se a apresentar-lhe armas e dando vivas à República. Entretanto, os conjurados deixam de cumprir a palavra, tomados de timidez ante o comandante da Escola, general José Clarindo de Queirós, o ministro Tomás Coelho e sua comitiva. Revoltado com a quebra do compromisso espontâneamente assumido pelos demais, um aluno tira o sabre que trazia à cintura, tenta parti-lo de encontro ao joelho e, não o conseguindo, atira-o ao chão, entre invectivas dirigidas aos companheiros, cuja defecção o indignara. Há um rumor na comitiva. Não poderia passar despercebida ao ministro atitude tão escandalosa. O general Clarindo indulgentemente explica a Tomás Coelho:

—Êste moço tem estudado demais... Anda muito nervoso...

Chamava-se o moço rebelde Euclides da Cunha. Desligado da Escola Militar, seria remetido à Fortaleza de Santa Cruz, onde ficaria prêso durante um mês. O incidente não teve outras conseqüências. Mas serve para demonstrar o estado de espírito reinante na Escola Militar. Nesse mesmo mês, isto é, a 22 de novembro, verifica-se em São Paulo um incidente rumoroso, com as características de uma verdadeira crise. O chefe da Polícia paulista, bacharel José Joaquim Cardoso de Melo Júnior, foi o responsável pela deflagração do incidente, ao fazer com que seus agentes invadissem

o Quartel do 17.º Batalhão de Infantaria, sem autorização do seu comandante, para lá dentro prenderem soldados acusados da provocação de distúrbios. O comandante daquela unidade, major Honorato Cândido Ferreira Caldas, revidou à intromissão. Estabeleceu-se tremendo conflito entre fôrças da Polícia e fôrças do Exército. A imprensa acolheu os protestos de Honorato Caldas e de sua oficialidade, principalmente "A Província de São Paulo", de tendência nìtidamente republicana (*). O ministro da Guerra tomou, desde logo, a providência de remover o 17.º Batalhão de Infantaria para a Côrte. Tal medida, que vinha prestigiar o chefe de Polícia Cardoso de Melo Júnior, repercutiu desfavoràvelmente em São Paulo e foi explorada ao máximo pelos republicanos. Promoveram êstes manifestações populares àquele corpo militar e aos seus oficiais, em praça pública, fazendo exaltados discursos, entre outros oradores, Campos Sales, Bernardino de Campos e Rangel Pestana.

A exaltação popular foi tamanha que grupos numerosos saíram do comício para assaltar o Palácio da Presidência da Província, o que deu lugar a novo conflito, com mortos e feridos. O ministro Tomás Coelho, recebendo tão graves notícias, ficou preocupadíssimo. Tão preocupado que foi esperar o 17.º Batalhão de Infantaria no Realengo, a fim de dar-lhe, dêsse modo, uma prova de interêsse e de aprêço, capaz de minorar os efeitos desfavoráveis de sua intervenção inicial no assunto. Em face dêsses acontecimentos, a atitude de Deodoro chegou a dar a impressão de transigente. É que, de uma parte, o irmão exercia o pôsto de ajudante-general do Exército, a segunda autoridade, depois do ministro da Guerra. Por outro lado, suas relações pessoais com João Alfredo eram excelentes. Abolicionista, Deodoro fôra um dos generais que, meses antes, a 26 de junho, tinham festejado João Alfredo, comparecendo ao banquete que lhe ofereceram, no salão do Cassino Fluminense. Além de membros do corpo diplomático e dos ministros de Estado, tinham comparecido 66 deputados, 8 senadores, os generais Deodoro, Clarindo de Queirós, Beaurepaire Rohan, Miranda Reis e alguns almirantes, como Ladário e Jaceguai. Considerado o fato

(*) Com a República, mudou de nome, passando a ser "O Estado de São Paulo".

de que se tratava de uma situação conservadora, prolongamento da que o Barão de Cotegipe chefiara, era grande, sem dúvida, o prestígio de João Alfredo, parecendo caminhar para o esquecimento a famosa "questão militar". A "Revista Ilustrada", ao surgir o caso de São Paulo, apresentara em sua capa a figura de Deodoro apertando a mão de João Alfredo com esta legenda: "os ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS — Cremos que o govêrno e o Exército, colocados como se acham sôbre o terreno liso e seguro do patriotismo, hão de encontrar, para os últimos acontecimentos, uma solução que seja digna de ambos". O govêrno, porém, parecia querer contemporizar e Deodoro, sob a pressão dos colegas de farda, convocou extraordinàriamente o Clube Militar. A reunião se realizou a 29 de novembro, precisamente uma semana depois dos graves acontecimentos de São Paulo. O Clube Naval enviou uma comissão, que o representou oficialmente, em retribuição ao gesto de solidariedade do Clube Militar no incidente do capitão-tenente Leite Lôbo. A linguagem que Deodoro fala, nesse momento, é a da ponderação:

— Posso assegurar aos meus camaradas, — declara, — que o senhor conselheiro ministro da Guerra e o ajudante-general do Exército tomam o maior interêsse pelo 17.º Batalhão de Infantaria.

Tal declaração, porém, não basta. O major Henrique Valadares propõe que o Clube Militar se manifeste através da seguinte moção: "O Clube Militar, aderindo ao protesto firmado pela briosa oficialidade do 17.º Batalhão de Infantaria, em conseqüência do conflito provocado no interior do quartel do dito batalhão, pelo chefe de Polícia da Província de São Paulo, bacharel José Joaquim Cardoso de Melo Júnior, confia no patriotismo do govêrno para que dê uma solução honrosa aos brios da classe militar". Ficou nisto a intervenção do Clube Militar. A 30 de novembro, o marechal Severiano Martins da Fonseca, como ajudante-general do Exército, dirigiu minuciosa exposição ao ministro Tomás Coelho e lhe fêz ver a impossibilidade de ser mantido Cardoso de Melo Júnior como chefe de Polícia de São Paulo. Como tardassem as providências do govêrno, o irmão de Deodoro ausentou-se do seu pôsto, pedindo exoneração. Foi demitido, finalmente, o chefe de Polícia, por decreto de 1.º de dezembro e com a

nota de "a bem do serviço público", exigência partida da oficialidade. Assim, ficou encerrado o episódio que, — na frase de Tomás Coelho, — "as intrigas e mexericos dos noveleiros estavam explorando como "a nova questão militar".

* * *

O nome de Deodoro, sua personalidade, sua figura de líder militar, seu prestígio incontestável nas classes armadas, eram um centro de constantes explorações políticas. Para êle convergiam os descontentes, os que tinham reclamações a veicular ou reivindicações a satisfazer. Quando se dão os acontecimentos de São Paulo, incide Deodoro nas cogitações de Tomás Coelho para comandante das armas de Mato Grosso. O ofício, que o convida para aquêle pôsto, leva a data de 30 de novembro. Seria uma deportação dissimulada. Na distante província, longe do ambiente da Côrte e do Clube Militar, Deodoro perderia a expressão e se tornaria, em pouco, figura apagada, talvez de pronto esquecida pelos mesmos que agora o incensavam e aplaudiam cada um de seus gestos afirmativos e desassombrados. Quintino Bocaiúva, ao comentar a notícia, n'"O País", declara que o grande soldado vai "ficar às ordens do presidente da Província". É quanto basta para susceptibilizar Deodoro. Tanto mais que seu irmão, João Severiano da Fonseca, o adverte por escrito de que isso é um plano para anulá-lo. Afastado Deodoro para Mato Grosso, o ajudante-general Severiano Martins da Fonseca seria forçado a pedir demissão, "em vista das desfeitas que lhe farão", ou a teria sêcamente, "como uma satisfação aos bacharéis", — aos *casacas*. Termina essa advertência com êste conselho: "Não embarque sem instruções por escrito; não embarque sem a nomeação independente do presidente. É uma questão de tudo ou nada; ou você continuará com o respeito, simpatias e admiração do povo, e o futuro é seu, ou bigodeado, como uma criança, e será completamente abandonado". O pretexto ministerial para o envio de uma personalidade do destaque de Deodoro para Mato Grosso é o rompimento de relações entre o Paraguai e a Bolívia com a perspectiva de uma luta que

talvez importasse em violação do nosso território por algum dos beligerantes. É uma hipótese remota, mas que serve aos propósitos da política conservadora. Deodoro compreende perfeitamente que querem é desterrá-lo. E faz exigências, a fim de tornar difícil a aceitação do novo pôsto.

Com data de 10 de dezembro, dirige êle o seguinte ofício ao ministro da Guerra:

"Ilmo. Sr. Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida. — Propôs-me V. Ex.ª para o cargo de comandante das armas da Mato Grosso, e eu desejo corresponder com o maior interêsse à delicadeza e cavalheirismo com que V. Ex.ª me tem tratado, e mais ainda dar-lhe provas de aprêço pelo interêsse e dedicação que tem mostrado pela corporação a que pertenço, e acho de dever apresentar-lhe estas considerações:

Presentemente que as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia estão em litígio armado, que pode trazer como conseqüência a intervenção da Argentina, por causa do território do Chaco, e complicações com aquela província por invasão de território, o comando das armas de Mato Grosso assume outra importância que ora não tem, por isso que, tendo de operar, será obrigado a fazê-lo quase independente do govêrno central, por ficar quase completamente separado da Côrte.

Êsse comando, em circunstâncias normais, até agora tem sido exercido por coronéis e tenentes-coronéis, quase sempre cumulativamente com a presidência da província; não parece bem que em circunstâncias extraordinárias o seja por um marechal sem a presidência.

Nestas circunstâncias, em que sua responsabilidade se enormiza, é de todo o interêsse que haja acumulação.

No primeiro caso é um comando somenos e sem importância, muito aquém da minha posição e com a agravante de ser quase conjuntivamente com a nomeação de outro presidente, jovem inteligente e criterioso e meu afeiçoado (*), mas a quem terei de ficar subordinado e dependente.

(*) Refere-se ao presidente Antônio Herculano de Sousa Bandeira, que só se empossou a 6 de fevereiro de 1889, sendo substituído no mesmo ano, ao ascenderem os liberais ao poder.

No segundo caso, o de fôrças em observação ou operações, longe ou completamente separado da Côrte, o presidente nem sempre é um socorro, antes sempre um tropêço.

Ainda, dado o caso de necessidade dêsse comando de fôrças no Rio Grande e no Paraná; e então, o comando de Mato Grosso será uma espécie de destacamento, um corpo avançado operando isoladamente como já o fêz na guerra do Paraguai e de importância tão pequena, relativamente, que seus comandantes foram sempre coronéis; e isso em circunstâncias muito mais graves, pois iam combater duas invasões e conquistas — as do Rio Paraguai e as do território de Miranda.

E, nesse caso, vou tirar a 16 brigadeiros o direito dêsse comando; e eu não quisera roubar-lhes ocasiões de aparecer.

Entretanto, sr. conselheiro, para corresponder aos intuitos e bons desejos de V. Ex.ª, aceitarei tal cargo cumulativamente com a administração da província e poderes para organizar 3 brigadas, que tantas são necessárias para, uma em Nioac ou Miranda, guardar a fronteira do Apa; outra em Cáceres para guardar a fronteira aberta da Corixa, e a terceira, que será também apoio ou suporte, em Corumbá, guardando o rio e a fronteira de Sudoeste.

Não convirá que essas brigadas sejam, desde sua origem, comandadas pelos comandantes de corpos e sim por seus chefes de direito.

No segundo caso apresentado, criadas as fôrças de observação ou operações no Sul, essas comissões que sem dúvida alguma são de maior importância que as de Mato Grosso, deverão ser exercidas por generais superiores meus; o contrário, como V. Ex.ª bem o pode avaliar, me desautorará. Nessas circunstâncias satisfarei ao zeloso empenho, de V. Ex.ª, sem abatimento moral de minha parte, indo eu para o Sul e para Mato Grosso um dos nossos 16 brigadeiros.

E aproveito a ocasião para assinar-me de V. Ex.ª am.º af.º e criado obr.º — *Manuel Deodoro da Fonseca*, marechal de campo".

Tomás Coelho responde a Deodoro, afirmando que a nomeação será para comandante de "tôdas as fôrças militares em observação na Província de Mato Grosso" e, con-

comitantemente, comandante das armas, para o fim de reorganizar as fôrças militares existentes, naquela região. Teria de levar, da Côrte, o 1.º e 7.º Batalhão de Infantaria, transferidos para Corumbá, e mais um contingente do Batalhão de Engenheiros, com 52 praças, e um piquête de cavalaria, de 30 praças. Sob o seu comando ficaria a flotilha da Marinha, que era chefiada pelo capitão-de-fragata José Nolasco da Fontoura Pereira da Cunha. Além das unidades que levava, encontraria Deodoro em Mato Grosso o 8.º, o 19.º e o 20.º Batalhão de Infantaria e um corpo de cavalaria. Em Corumbá devia estacionar uma brigada, sob o comando de um dos brigadeiros. Dava-lhe ainda a responsabilidade de fazer construir aquartelamentos e instalar uma linha telegráfica entre Corumbá e Cuiabá, pondo à sua disposição, para tanto, o tenente-coronel de engenheiros Alfredo Ernesto Jacques Ourique. Outras linhas telegráficas deviam também ser estudadas. Cumulado, assim, de responsabilidades, Deodoro devia achar que a missão era de fato importante. Aceitou-a, obediente, embora não tivesse o ministro da Guerra levado em consideração o seu pedido, de que não queria ficar submetido à autoridade do presidente de Mato Grosso. Quando êle se apresenta para receber instruções, Tomás Coelho procura dourar a pílula, com o oferecimento de vantagens pecuniárias. Dissesse Deodoro qual a quantia de que precisava, para seguir para Mato Grosso. A resposta foi a mais digna:

— Minha família sou eu e a minha mulher. Basta o meu sôldo.

Insistiu Tomás Coelho. Era grande a distância. Pela tabela então em vigor, apenas pelo cargo de comandante das armas, excluídas as vantagens de alimentação, sua e da espôsa, como dos animais de sua montada, teria direito a três contos de réis. Atendendo às duplas funções de que ia investido, o ministro arbitrou, à revelia de Deodoro, a ajuda de custo em quatro contos de réis. A viagem, como nos tempos da guerra do Paraguai, continuava a ser feita por Montevidéu e Buenos Aires, subindo o rio da Prata e, em seguida, o rio Paraguai, até alcançar Mato Grosso. Mais tarde, Deodoro seria, apesar de sua conduta, acusado pelo Visconde de Ouro Prêto de ter sangrado o Tesouro, que "com sacrifício considerável proporcionara mando e comissões ren-

dosas aos mais irrequietos e turbulentos" dos militares. Um artigo anônimo, sob o título "A curvatura da espada", lançava ao marechal de campo, ainda em viagem, as piores injúrias: era um vendido, um acomodado, que encontrara o seu preço e, assim, encolhido e cabisbaixo, marchava para a fronteira, de bôlso cheio, renegando as bravas atitudes de outrora... Esqueciam-se os detratores de Deodoro de que fôra o próprio govêrno que inventara a expedição a Mato Grosso e de que êle recusara o pôsto e as vantagens que lhe haviam sido oferecidas.

Resistira até onde lhe fôra possível resistir. Mas o dever militar tinha imposições que não podiam ser afastadas sem um motivo plausível, sem uma razão válida e forte. Vira-se constrangido a partir, — êsse constrangimento deve ter sido criado em grande parte pela posição do irmão Severiano, como ajudante-general do Exército, a quem sacrificaria por um gesto de desobediência, — e partira. A 21 de dezembro, assumia o comando das fôrças que teria de levar da Côrte e a 27 do mesmo mês embarcava para Mato Grosso.

O ano da abolição se encerrava com um dos grandes abolicionistas a caminho do destêrro... E, na capital do Império, os últimos dias de 1888 são tão turbulentos quanto aquêles dias de convulsão da campanha contra o "impôsto do vintém". A já famosa Guarda Negra, animada pelo entusiasmo jornalístico de José do Patrocínio e pelas verbas secretas da Polícia, numa tentativa de intimidação aos propagandistas da República, encenou uma de suas principais proezas, na tarde de 30 de dezembro.

Nessa data, Silva Jardim, o mais destemido e ardoroso tribuno republicano, realizaria uma conferência doutrinária, na Sociedade Francesa de Ginástica, na Travessa da Barreira (*). Estava a reunião marcada para o meio-dia, e já às 11 horas havia elementos da Guarda Negra que se con-

(*) Hoje Rua Silva Jardim, em homenagem ao conferencista daquele dia. Antônio Silva Jardim era de formação positivista, como Benjamin Constant. A princípio, positivista ortodoxo, qualidade em que participou da fundação do grupo dessa doutrina em São Paulo, rompeu, depois, com os sectários de Comte, afirmando, embora, que não renegava nenhuma de suas teorias. Era pela ação imediata contra a monarquia. Dizia: "Não sou um teórico, e sim um prático, pois vi que era preciso entrar na política; reservo-me o direito de aplicar a doutrina à situação atual de nosso país, realizando-a quanto posso pessoalmente. Não tenho preocupações filosóficas nem religiosas". O rompimento de Silva Jardim com a ortodoxia positivista

centravam no Largo do Rossio, em atitudes ameaçadoras, munidos de cacêtes e outras armas. Quando, depois de ter sido saudado por Lopes Trovão, começou Silva Jardim a falar, alguns insultos de baixo calão se fizeram ouvir, do lado de fora, e logo, como que obedecendo a um comando, os grupos turbulentos começaram a gritar: "Morra Silva Jardim! Morra Lopes Trovão!"

Em pouco, estabelecia-se verdadeiro conflito, do qual resultaram injúrias físicas em vários cidadãos pacatos, agredidos pelos capoeiras e caceteiros da Guarda Negra. A custo, os republicanos conseguiram fechar as portas e janelas, permanecendo entrincheirados na Sociedade Francesa de Ginástica, sob o cêrco dos assaltantes. Reagem os republicanos a bala, mantendo-se a luta, em que houve mortos e feridos, durante cêrca de duas horas. Medeiros e Albuquerque, que estava presente, disse que os republicanos atiravam contra os assaltantes sem visar um indivíduo, pessoalmente, mas a massa cerrada de facínoras. Medeiros escreveu, em "Quando eu era vivo": "Por acaso, na antevéspera, eu soubera que a polícia estava promovendo uma grande reunião da Guarda Negra para atacar os republicanos, quando estivessem no *meeting*. O lugar em que se achava o clube era tal que a Guarda Negra podia fàcilmente tomar a saída das duas extremidades da travessa. Prevenido por um empregado da polícia, publiquei o fato no "Novidades". Alcindo Guanabara aí fazia então propaganda republicana. A prevenção foi útil. Eu levara mesmo duas caixas de balas e um excelente Smith and Wesson. No meio da conferência, esta foi interrompida pela Guarda Negra. Fecharam-se as portas. Começou um tiroteio do clube contra os negros. Silva Jardim parou de falar, mas ficou firme na tribuna. Em vão o concitaram a que ao menos saísse dela, porque, se a porta cedesse, seria fatalmente atingido. Mas êle sorria, teimoso, e dizia apenas: — "Eu não posso sair. Ainda não acabei. Como

se deu quando Miguel Lemos impugnou o seu comparecimento, anunciado prèviamente, a um banquete em honra de Quintino Bocaiúva, de quem, mais tarde, seria inimigo. Primeiro, divergira frontalmente dêste, condenando a exploração da questão militar, que lhe parecia perigosa. Mais tarde, elementos de tendência positivista lançaram, em 1888, um manifesto pregando a "ditadura republicana", por êle endossado, e que provocou severas críticas do Partido Republicano, com o qual veio a romper abertamente. Ver GEORGE C. A. BOEHRER, *Da Monarquia à República*, págs. 232-235.

é que vocês querem que eu saia?" E ficou até o fim. Felizmente, a polícia não ousara armar os pretos com armas de fogo. Dera-lhes apenas cacêtes e navalhas. O fogo que do clube se fêz contra êles matou — e não podia deixar de matar muitos, cujos cadáveres a polícia escondeu. Basta dizer que a Travessa da Barreira estava literalmente apinhada de uma turbamulta ululante e sanguinária. Atirando contra ela, mesmo ao acaso, sem fazer pontaria alguma, era impossível não acertar em alguém. Eu estava no primeiro andar com Francisco Fajardo e Sebastião Barroso. Foi mesmo aí que os conheci. Muitos anos depois Fajardo lembrava ainda a regularidade da nossa tarefa durante êsse tempo. Carregávamos os revólveres, entreabríamos uma fresta na janela e pondo apenas o braço de fora, descarregávamos os cinco tiros do barrilete. Feito isso, nova carregação, nova descarga. Descarga ao acaso, contra a multidão compacta e cada vez mais furiosa. Esta situação durava já havia três quartos de hora, quando a polícia achou que era demais fingir que não via o que se estava passando a dois passos de distância da sua sede. E mandou por fim um delegado, que era o então major Valadão, depois senador, general e várias vêzes presidente de Sergipe. Valadão ofereceu a proteção da polícia aos que quisessem sair com êle para a rua do Lavradio. Silva Jardim, em dois ou três minutos, concluiu o seu discurso e respondeu ao comissário da polícia que êle costumava, quando acabava suas conferências, ir diretamente, a pé, para a rua do Ouvidor. Não via razão para alterar o seu programa". E assim fêz, ao contrário de Lopes Trovão, que aceitou a proteção da polícia. Contudo, as autoridades policiais tomaram precauções a respeito da saída do conferencista. É ainda Medeiros e Albuquerque quem depõe: "A polícia tinha aberto um espaço entre a multidão ululante dos negros e o nosso grupinho. Os negros brandiam cacêtes e navalhas: "Mata! Mata! Viva a Princesa Isabel!" Em certa ocasião, êles forçaram quase a fila dos soldados. Mas um oficial de polícia, que estava a cavalo, e que se chamava, se bem me lembro, Franca Amaral, cai-lhes em cima, a pano de espada, e os dispersou". Tudo acabou redundando numa inútil e estúpida chacina dos elementos da Guarda Negra, no fim de tudo ainda espaldeirados pela polícia que os empresara... André

Rebouças registra, em seu "Diário e Notas Autobiográficas", que o imperador censurou veementemente o ministro Ferreira Viana, logo depois demitido da pasta da Justiça, onde foi substiuído pelo conselheiro Rosa e Silva. Entretanto, a condenação de Ferreira Viana não foi total. João Alfredo acomodou as coisas para que êle continuasse a fazer parte do gabinete, no exercício da pasta do Império. Na Sociedade Francesa de Ginástica estava também, naquele agitado 30 de dezembro, o bacharel Joaquim Sampaio Ferraz, que, desde o ano de 1883, exercia o cargo de promotor público na Côrte. Inclinado ao republicanismo, Sampaio Ferraz valeu-se da oportunidade para lavrar enérgico protesto e demitir-se da função que exercia no ministério público, aliás com raro zêlo e competência. No dia 1.º de janeiro de 1889, a imprensa ainda comentava os sucessos da Travessa da Barreira, "licença à arruaça mercenária e boçal para se embebedar em entusiasmo pelo rei e anavalhar a pele dos democratas", na frase cáustica de Rui... Nesse mesmo dia, Deodoro estava com seus comandados na cidade do Rio Grande, onde expedia a "Ordem do Dia n.º 1 do Comando das Fôrças de Observação da Província de Mato Grosso, Quartel General em Trânsito". Assim iniciava êle o ano que seria decisivo em sua vida, como na vida do Império e da República...

Deodoro em Mato Grosso

Viagem atribulada — Conversas Republicanas — Desgostos do marechal — Morte de Severiano, o Barão de quinze dias — A rumorosa questão dos Loyos — Rui Barbosa assume a direção do "Diário de Notícias" — A "água em seis dias"— O Congresso do Partido Liberal — "Federação, com a monarquia, ou sem ela e contra ela" — Rui em dissidência — Queda do ministério João Alfredo — Surge o ministério fatal — Rui recusa uma pasta de ministro — Ouro Prêto e seus companheiros perante a Câmara — Sessão tempestuosa — Rebelião de Cesário Alvim — A profecia do Padre João Manuel — Vivas à República — Resposta de Ouro Prêto — Os ministros das pastas militares — A escolha de Floriano Peixoto para tenente-general do Exército.

NÃO FOI SEM ATRIBULAÇÕES a viagem de Deodoro para o novo pôsto, em Mato Grosso. Por ocasião de sua partida, o estado sanitário da Côrte, constantemente assolada pela febre amarela e pela peste bubônica, não era dos melhores. E tanto o Uruguai como a Argentina estavam adotando medidas rigorosas com os navios procedentes do Brasil. Se os passageiros desembarcassem no território daquelas Repúblicas teriam de resignar-se a um período de quarentena, desembarcando também tôda a carga, para que os navios sofressem rigorosa desinfecção. Deodoro não concordou com tais exigências e deu ordem para que a viagem prosseguisse, sem escala por Montevidéu e Buenos Aires. Assim, a 30 de janeiro de 1889, chegava êle a Corumbá, assumindo imediatamente o comando das fôrças de terra e mar.

Enquanto permanecia Deodoro no seu destêrro, a ação do Clube Militar se tornava quase nula, por falta de opor-

tunidade para novas manifestações. Benjamin Constant, que era o vice-presidente, assumira a presidência, na ausência de Deodoro, e essa circunstância deve ter contribuído para que o Clube Militar perdesse alguma coisa do seu prestígio e de sua repercussão. Os oficiais generais se retraíam, porque Benjamin, conquanto professor estimadíssimo pelos alunos da Escola Militar, não tinha grandes ligações dentro do Exército e não era mais que um tenente-coronel de graduação recente. Êste, doente, acaba deixando a Côrte, para buscar melhoras numa prolongada estação de cura em Lambari. Em razão dos rumores de que Deodoro se acomodara, alguns oficiais que haviam tido decisiva participação na questão militar confraternizavam com os velhos políticos monarquistas, inclusive com os que mais tinham hostilizado o marechal. Foi com sincero pesar que o comandante das fôrças de observação em Mato Grosso recebeu a notícia de que seu amigo de tempos idos, o capitão João de Sousa Castelo, promovido a major, prestava homenagem pública, em Pôrto Alegre, ao senador Silveira Martins e ao conselheiro Eleutério de Camargo, que o denunciara como dilapidador dos dinheiros da Província do Rio Grande do Sul. Logo no início do ano, desaparece um dos mais decididos combatentes da resistência militar, Antônio de Sena Madureira, que fêz quanto pôde para apressar o advento da República. Em Mato Grosso, Deodoro dá sinais de desgôsto e de insatisfação com o rumo dos acontecimentos. Compreende, então, mais do que nunca, que o verdadeiro propósito da missão que lhe confiara o ministro da Guerra não fôra, senão, o seu afastamento da Côrte, onde sua presença parecia inconveniente. Em Mato Grosso, estão sob o seu comando alguns oficiais que são declaradamente republicanos. Entre êstes, o capitão Febrônio de Brito, cujo nome teria repercussão nacional alguns anos mais tarde, por ocasião da campanha de Canudos. Também republicanos exaltados eram o tenente Eduardo Augusto da Silva e o Dr. João Sequeira, auditor de guerra. Em conversas particulares, externavam-se êles, abertamente, sôbre suas convicções. Deodoro ouvia e silenciava. Agora, já não dava conselhos, como os que dera, antes, a seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca. Não lhes dizia como outrora que "república no Brasil é coisa impossível,

porque será verdadeira desgraça". Os oficiais procuravam convencê-lo de que era o homem providencial, capaz de realizar, com o apoio do Exército, a transição da monarquia para a República. Talvez já lhe sorrisse ìntimamente a idéia, mas não se definia. Estava ainda prêso por alguns laços de que, aos poucos, iria se desvencilhando...

* * *

O conselheiro Tomás Coelho, enquanto afastava o marechal Deodoro da Fonseca da capital do Império, centro das agitações militares, procurava meios de reconquistar, para o Partido Conservador e para a monarquia, as simpatias, quando menos, de uma parte da oficialidade ressentida. Os abolicionistas já deviam estar contentes com a simples lei da abolição. Mas — e os outros? Pensando nestes, elaborou um decreto reformando o ensino militar e criando um estabelecimento destinado a educar, gratuitamente, os filhos dos oficiais da ativa, reformados ou honorários, tanto do Exército como da Marinha. Recebendo, primeiramente, o título de Pritaneu Militar, êsse instituto, por decreto de 9 de março de 1889, passou a chamar-se Imperial Colégio Militar. Foi instalado na antiga residência do Barão de Mesquita, à rua São Francisco Xavier, cedida ao govêrno imperial por aquêle riquíssimo capitalista e homem de negócios. Dirigido pelo coronel graduado Antônio Vicente Ribeiro Guimarães, o Imperial Colégio Militar inaugurou suas aulas a 6 de maio de 1889, com apenas quarenta e quatro alunos. É interessante assinalar que, entre os professôres recém-nomeados, figurava o Dr. João Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro. Se a fundação do Colégio Militar tinha, inequìvocamente, o objetivo de amaciar a rebeldia dos oficiais de terra e mar, em geral, a nomeação do Dr. João Severiano da Fonseca, sem dúvida alguma, se destinava, particularmente, a conquistar, quando não o líder intransigente da "questão militar", ao meños as simpatias de outros membros da grei dos Fonseca, ficando, na pior das hipóteses, cindida a ilustre família de militares. Vinha um pouco tarde, no entanto, a lembrança do conselheiro Tomás Coelho. O domínio do Partido Con-

servador estava chegando ao seu fim. Mais um mês e os liberais estariam de volta ao poder. No gabinete futuro, não haveria um ministro da Guerra tão maneiroso, tão conciliador. Quando haveria necessidade de um autêntico Cincinato, surgiria, apenas, um Cincinato Quebra-Louça, desastrado como o da comédia de Macedo...

* * *

Às 7 horas da manhã do dia 19 de março de 1889, — pouco mais de um mês depois da morte do Barão de Cotegipe (*), — desaparecia, sùbitamente, na Côrte, o marechal Severiano Martins da Fonseca. Morreu pouco depois de ter recebido do imperador mais um prêmio de sua lealdade à monarquia. Conselheiro de Guerra do imperador, veador da imperatriz Teresa Cristina, comendador das ordens de Cristo e de Aviz, oficial das ordens da Rosa e do Cruzeiro, tinha sido agraciado, no dia 2 de março de 1889, com o título de Barão de Alagoas. Não barão, pura e simplesmente, mas barão "com grandeza". Era, pois, um dos grandes do Império. Foi barão apenas dezessete dias... A dedicação de Severiano ao imperador e à dinastia de Bragança sempre tinha sido um elemento de coerção para Deodoro, que tinha pelo segundo irmão uma quase idolatria. Feriu-o, por isso, fundamente a morte do Barão de Alagoas e, ao chegar-lhe a notícia, tombou desacordado, como se um colapso o tivesse fulminado. Reanimando-se, exclamou para os circunstantes:

— Morreu a única pessoa que ainda podia me conter!

Pouco tempo depois, querendo levantar-lhe o moral, os oficiais seus subordinados resolvem prestar-lhe uma homenagem, tomando como pretexto a passagem do primeiro aniversário da abolição. O tenente Eduardo Augusto da Silva é o orador oficial. Salienta o papel de Deodoro e do Clube Militar na abolição, com a recusa, pelo Exército, de capturar negros fugidos em São Paulo. Afirma que a oficialidade continua a ter nêle o seu líder:

(*) João Maurício Wanderley finou-se a 13 de fevereiro de 1889. Foi deputado em quatro legislaturas, ministro de Estado oito vêzes, senador desde 1856 e presidiu o Senado no período de 1882 a 1885. Além de chefe do gabinete conservador, foi também presidente do Banco do Brasil.

— Não só o Exército, mas todo o país, têm a atenção fixada em vossa excelência, senhor marechal, porque vêem na sua pessoa o salvador da dignidade do Exército, bem como o salvador da Pátria!

Deodoro se comove com essas expressões de solidariedade. Responde aos manifestantes com um discurso sibilino. Termina com a declaração:

— Agora, nada mais me detém. E aquêles que me julgam prêso se enganam. Estou prêso em teias de aranha, das quais sem esfôrço poderei libertar-me.

Libertar-se para quê? Até onde iriam, então, os seus planos?

* * *

O ministério João Alfredo enfrenta dias difíceis, na Câmara como no Senado. Tendo feito a abolição, esvaziara-se, perdera o conteúdo. Além do mais, desencadeava-se contra o presidente do Conselho uma campanha tenaz, envolvendo a sua própria reputação de homem de Estado, sob a suspeita de proteger um grupo financeiro privilegiado, o dos Loyos, cujo chefe era o sogro de um dos filhos do presidente do Conselho e que venciam concorrências e mais concorrências, levantavam empréstimos, obtinham favores e concessões em várias das províncias. Era o contrato da iluminação a gás em Manaus, com a derrota do concorrente que fornecera proposta 45% mais barata. Era a concessão para a instalação de três engenhos centrais em Pernambuco, com garantia de juros de 6%, e ainda com a construção da estrada de ferro de Goiana a Nazaré, pelo govêrno, para uso dos Loyos. Era o contrato das obras do melhoramento do pôrto de Recife. Era o contrato para a construção do mercado público de Fortaleza. Era o contrato com o govêrno do Império para a introdução, no Brasil, de 100.000 imigrantes. Eram os empréstimos, de 8.600 contos, negociado com a Província de Pernambuco, e de 10.000 contos, com a Província de Minas Gerais. Discursos contendo acusações terríveis foram proferidos no Senado contra João Alfredo por Inácio Martins e Ouro Prêto, como na Câmara por Lourenço de Albuquerque

e outros. As transações com Manuel Loyo, José da Silva Loyo Júnior e o cunhado dêste, que lhes servia de testa-de-ferro, Manuel Amorim Leão, e os capitalistas Henry Bournay & Co., foram fustigadas com veemência. Parecia inconcebível que, depois de tudo isso, o gabinete continuasse de pé.

"O ministério, — exclamara no Senado o representante mineiro Inácio Martins, — preferiu conservar-se no poder e, em vez de entrar na larga estrada das reformas, enveredou pelo tortuoso caminho do filhotismo. Então, e desde logo, foi êle afetado por uma moléstia grave e fatal, e que o público já qualificou de *"loysmo"*: era a desmarcada proteção aos parentes e aos afins". Depois de tudo isso, João Alfredo ia ao Senado e passava por cima das acusações, como se pulasse sôbre uma fogueira. Era como se não as tivessem feito.

Quanto às concessões tidas como abusivas, limitava-se a dizer: "Concessões! Mas o que impede que o govêrno as faça, no que é pròpriamente o desenvolvimento prático dos grandes princípios da nossa constituição, a bem da união, a bem da integridade do império, nosso principal objetivo?" E, adiante, procurava colocar-se a cavaleiro das acusações simplesmente ignorando-as: "Tenho, graças a Deus, certeza de que ninguém há de apontar um só indivíduo junto a mim ou à minha sombra que tenha podido construir ou reconstruir fortunas tão depressa adquiridas como desbaratadas em lances arriscados. Tenho a fé mais robusta em que hão de cair uma por uma tôdas as acusações, para as quais, quando as ouço fora dêste recinto, tenho a mesma serenidade com que contemplo de qualquer dos pontos elevados da cidade a ressaca de nossa baía. Se neste recinto estas acusações aparecerem, comprometo-me a aniquilá-las uma por uma, e estou certo de que jamais serei na consciência pública confundido com os que têm a probidade suspeitada ou prejudicada. Perante a nação, que me conhece, sairei tão limpo e tão puro como aquêle que mais o fôr. Declaro ao Senado, a que me honro de pertencer, que o mais humilde de seus membros é e sempre será digno de ombrear com qualquer dêles".

Embora João Alfredo assim colocasse altivamente a questão, a verdade é que, principalmente depois que Ferreira Viana, ministro do Império, deixou de dar respostas precisas

ao requerimento de informações do senador Inácio Martins, a honra do ministério foi arrastada na lama pelos parlamentares da oposição, pelos jornais liberais e republicanos, como pela língua do povo. O ministério estava condenado e não apenas em conseqüência do "imenso clamor" suscitado por tão rumorosa questão (*).

* * *

Nos primeiros dias de março de 1889, ainda no poder o gabinete João Alfredo, muda de direção o "Diário de Notícias", que o Barão de Canindé vende a um grupo constituído por Antônio Azeredo, Seixas Magalhães (rico comerciante de espírito humanitário, protetor de escravos fugidos em suas propriedades do Leblon) e Luís de Andrade. Tem êsse grupo, ao realizar a transação, o propósito de entregar a direção do grande órgão a Rui Barbosa, que perdera em 1885 o mandato de deputado, e na última eleição fôra, de novo, esmagado pela máquina compressora do Partido Conservador. Rui Barbosa, que, assim, se vira privado de dar o seu voto à lei da abolição, pela qual tanto trabalhara, já gozava do melhor conceito como intelectual e político. Estreara no Parlamento fazendo discursos longos e áridos, obra de estudioso, sem vibração e sem interêsse dramático, donde serem freqüentes na imprensa humorística as alusões ao seu pouco mérito oratório. Chamavam-no até o Sr.

(*) João Alfredo de Oliveira, que, em verdade, morreu pobre e se viu obrigado a suspender as despesas com os estudos da filha mais nova, antes que esta os completasse, ainda no seu testamento, datado de 1 de fevereiro de 1895, assim se defendia das increpações a êle feitas na questão dos Loyos: "Grande e profunda foi, portanto, a minha surprêsa quando no gabinete a que presidia vi erguer-se imenso clamor contra mim a propósito de atos, que não eram ilegais, nem lesivos à Fazenda Pública, livremente praticados por ministros como os conselheiros Antônio Prado e Rodrigo Silva, ou por presidentes de Províncias, como o conselheiro Gonçalves Ferreira, de cuja probidade e independência não duvidavam os próprios adversários, que, com lógica especial, violentamente me argüiam pelo que êles fizeram, sem outra razão mais, — eis aqui tôda a minha culpa, — que a de não me ter arrogado o arbítrio de suspender ao sogro de um dos meus filhos, comerciante de antiga e honrada firma, o seu direito, já dantes exercido, de contratar, sem auxílio ou favor de minha parte, serviços públicos em condições comuns e mediante concorrência aberta para todos dentro e fora do país; arbítrio que de mais a mais envolveria a indelicada exorbitância de tornar eu extensiva a administradores insuspeitos e maiores de tôda exceção uma incompatibilidade moral que êles não reconheciam e que em rigor só para a minha pessoa se poderia deduzir daquela afinidade". ("Um grande exemplo — A vida de um brasileiro ilustre (João Alfredo Correia de Oliveira) — seu testamento e suas últimas palavras", Papelaria Americana, Rio, 1919).

Ruim Barbosa... Mas, aos poucos, o jovem deputado, — outro "fanadinho", diria dêle Zacarias, se o tivesse enfrentado alguma vez... — foi crescendo na estima e na admiração dos seus pares, com a extraordinária capacidade de trabalho, a cultura e a seriedade com que se devotava às suas funções. O parecer magistral e extenso que dera ao projeto Rodolfo Dantas, sôbre a libertação dos sexagenários, converteu-se, em 1884, no pedestal de sua fama. Considerado, até então, uma espécie de satélite político do senador Manuel Pinto de Sousa Dantas, Rui Barbosa, convertido em jornalista, ia voar com as suas próprias asas, em magníficos remígios. Não conheceu até hoje a nossa imprensa política uma ação tão intensa, tão corajosa, tão ousada, nem tão oportuna, no seu alcance imediato, quanto a de Rui Barbosa, atrevido demolidor de gabinetes, investindo, primeiro, contra João Alfredo e, em seguida, contra o sucessor dêste, Visconde de Ouro Prêto (*). De início, desfecha, com violência, a campanha da *água em seis dias*, tendo encontrado quase miraculosamente na ousadia de Paulo de Frontin um meio airoso de sair-se dos apuros em que se ia colocando (**). Escreve páginas de um vigor excepcional contra o "loysmo" que corroía o gabinete da abolição, e já nessa época a incomparável Cassandra jornalística, com uma lucidez extraordinária, faz destas profecias: "O gabinete não se dissolverá pelos *loyos;* êstes é que, pelo contrário, o salvarão, dissolvendo o parlamento. Então a monarquia vestirá as fardas dos ministros enlameados para declarar a guerra civil à nação. Venha, pois, essa dissolução, que será o berço da República". Ou, então, — "Ou a Monarquia faz a Federação, ou os federalistas farão a República". Rui Barbosa tem palavras de louvor aos ataques que, no Senado, Ouro Prêto desfecha contra João Alfredo, o festeiro da "igrejola de São Loyo", bem como às invectivas do deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior. De certo modo, é êle quem prepara jornalìsticamente a ascensão dos liberais ao poder, com Ouro Prêto. Mas antes disso, era já Rui Barbosa um dissidente, no Partido Liberal.

(*) Afonso Celso de Assis Figueiredo foi agraciado com êsse título a 13 de junho de 1888.

(**) Sôbre êste episódio, ver em nosso livro *O Império em chinelos* o capítulo intitulado "Rui Barbosa, herói da *água em seis dias*".

O liberalismo de Ouro Prêto era um liberalismo mitigado. Liberalismo de visconde recente, ansioso por uma mais íntima aproximação com o trono. Em maio de 1889, o Partido Liberal realiza o seu Congresso, no Rio de Janeiro. Os liberais paulistas, na sua reunião para a escolha de delegados e debate dos assuntos que interessavam ao Congresso, tinham aprovado uma indicação, com a qual logo Rui se pôs de acôrdo, abrasado de radicalismo e de ardor pelo ideal federalista: "A Federação, com a coroa, ou sem a coroa e a despeito dela". Defendendo essa tese, Rui desdobra a questão, em artigo de 2 de maio, para perguntar: *"E se a monarquia não quiser?"* A conclusão é lógica: "Se a monarquia não quiser as reformas radicais, o Partido Liberal resolver-se-á em partido republicano: eis a solução liberal. Pois o Partido Liberal terá retrogradado atrás de 1869? Certamente, se se recusar a subscrever esta fórmula, de reforma com ou contra a monarquia, que não é senão a equivalente da senha de 1869: *reforma ou revolução*". Para Rui, parece inadmissível "que o Partido Liberal se aproxime do imperialismo, à medida que a nação se aproxime da República". Suas idéias são rejeitadas no Congresso Liberal, assinando Rui um voto em separado, com mais dezoito membros do partido. Contudo, ao ser chamado ao poder, Ouro Prêto tenta pacificá-lo, convidando-o para uma pasta. Rui recusa, com intransigência, alegando escrúpulos de consciência, em face mesmo de suas divergências doutrinárias. De então por diante, a cada dia, vai insensìvelmente se aproximando do movimento republicano, que parecia já lhe haver invadido o coração, antes de dominar-lhe a cabeça... Com Deodoro, que é ainda monarquista, como Rui é ainda liberal, vai acontecer precisamente a mesma coisa...

* * *

Dias antes da queda de João Alfredo, a questão da expedição confiada a Deodoro — que Rui chamaria francamente "as deportações para Mato Grosso" — repercutira no Senado do Império, onde o senador Henrique d'Ávila fizera um longo discurso de crítica ao gabinete João Alfredo, mostrando a inutilidade da manutenção daquela tropa junto

à fronteira paraguaio-boliviana. Afirmou que não havia motivo grave que exigisse tais cautelas e terminou apresentando um requerimento de informações, com quatorze itens, nos quais perguntava, entre outras coisas: qual o motivo que determinou o govêrno á enviar uma fôrça sob o comando de Deodoro à Província de Mato Grosso e quais as instruções que dera ao marechal com referência a essa expedição militar? O requerimento ficou sem resposta, pois, apresentado a 22 de maio, poucos dias depois João Alfredo apresentava a sua demissão. E mais uma vez resolveu o imperador renovar o velho jôgo da reversão das situações políticas, como um meio de aliviar a tensão ambiente. Mas com êsse procedimento iria desgostar fundamente o Partido Conservador. Mesmo a dissidência conservadora que, orientada por Paulino de Sousa, combatia o govêrno de João Alfredo, não escondeu o seu descontentamento, porque queria a queda do gabinete e não a queda do partido. Sôbre as conseqüências dessa mudança, escreveu Campos Sales, em "Da Propaganda à Presidência", que não poderiam ser mais desastrosas. Nota que o senador Paulino, "eminente político e autorizado chefe da dissidência conservadora", se queixava, como se haviam queixado os liberais em 1868, de que se tinha operado, *sem ponte e por motivos velados*, a passágem do poder para os adversários. Era o arremêdo de parlamentarismo, ou parlamentarismo às avessas, de cima para baixo, que se praticara durante todo o Império... Comenta Campos Sales: "No desespêro de salvar-se do naufrágio iminente, a própria monarquia ia assim agravando os perigos que a cercavam. Desgostando o Partido Conservador, forte pela sua disciplina, pelo prestígio de seus chefes e de suas tradições, o trono abalava um dos seus mais seguros sustentáculos, ao mesmo tempo que preparava poderosa aliança para os seus adversários. Os acontecimentos posteriores vieram confirmá-lo" (*). O imperador não se detivera diante de quaisquer considerações. É que, naquele momento, estava firmemente convencido de que os liberais seriam capazes de promover as reformas que os conservadores adiavam e que, uma vez realizadas, constituiriam obstáculos ao progresso da idéia republicana.

(*) Obra citada, págs. 34 e 35.

Queriam a liberdade de cultos e o casamento civil? Pois que a monarquia levasse a efeito tais propósitos. Eram estas velhas idéias do imperador Pedro II, que, muito antes de terem os republicanos sustentado tal necessidade, achava que, sem o casamento civil, seria difícil incentivar a imigração européia para o Império, pois muitos dos imigrantes não eram católicos e, assim, deixando de casar nos templos da igreja oficial, deviam poder fazê-lo perante as autoridades civis. Pretendia-se reformar o Senado, suprimindo-lhe a vitaliciedade? A monarquia poderia atender a tal aspiração, que em nada a feria, ou diminuía. Mas a Federação, que era a "bête noire", não... Seria uma Federação "sui-generis", submetida, como as listas do Senado, ao "lápis fatídico". Voltando-se o imperador para o Partido Liberal, convida o senador José Antônio Saraiva para organizar o gabinete. Êste se escusa e o imperador recorre a Ouro Prêto. A 7 de junho, Ouro Prêto inicia a tarefa organizatória e, a 11, apresenta o novo gabinete à Câmara temporária, numa sessão tumultuosa, agitada, que ficou histórica. O ministério que seria o trigésimo sexto e o último do Império estava assim constituído: pasta do Império, Franklin Dória, Barão de Loreto; Justiça, senador Cândido de Oliveira; Guerra, marechal Rufino Enéias Galvão, Visconde de Maracaju; Marinha, almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário; Estrangeiros, deputado José Francisco Diana; Agricultura, Comércio e Obras Públicas, deputado Lourenço de Albuquerque. O Visconde de Ouro Prêto reservou, para si, a pasta da Fazenda. Queria ter a responsabilidade de realizar, êle próprio, a reforma bancária, em moldes que lhe pareciam os mais indicados.

No Senado do Império, a apresentação do programa do novo chefe do gabinete decorreu normalmente, em ambiente pacífico e ordeiro, muito embora o Visconde de Ouro Prêto, que era um dos senadores, fôsse levar-lhe a notícia de que um dos seus objetivos, no domínio político, era o de tirar àquela Câmara o caráter vitalício, passando os seus representantes a ser eleitos de então por diante por limitado espaço de tempo, exatamente como os deputados. Como quem lá já estava com mandato vitalício ficaria, só num espaço de vinte anos, senão mais, estaria o antigo Senado do Império

inteiramente renovado. Perante os seus pares, o novo presidente do Conselho anunciou desta forma o seu programa:

1) Alargamento do direito de voto, mantido o alistamento vigente, e considerando-se como prova de renda legal o fato de saber o cidadão ler e escrever, com as únicas restrições da exigência do exercício de qualquer profissão lícita e do gôzo dos direitos civis e políticos; ampliação dos distritos eleitorais; 2) Plena autonomia dos municípios e das províncias, servindo como base essencial da reforma a eleição dos administradores municipais e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes de província, recaindo sôbre lista organizada pelo voto dos cidadãos alistados; a lei prescreveria o tempo de serviço dêsses funcionários, os casos em que poderiam ser suspensos ou demitidos e da intervenção do poder central para salvaguarda dos interêsses nacionais que possam perigar; 3) Efetividade das garantias já concedidas por lei ao direito de reunião; 4) Liberdade de culto e seus consectários, medidas aconselhadas pela necessidade de assimilação, na família brasileira, dos elementos estranhos, provenientes da imigração, que convém fomentar em maior escala; 5) Temporariedade do Senado; 6) Reforma do conselho de Estado, tirando-lhe todo o caráter político; 7) Liberdade de ensino e de aperfeiçoamento; 8) Máxima redução possível dos direitos de exportação; 9) Lei de terras, que facilite a sua aquisição, respeitado o direito do proprietário; 10) Redução de fretes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação, de acôrdo com um plano prèviamente assentado; 11) Finalmente, animar e promover a criação de estabelecimentos de crédito, que proporcionem ao comércio, às indústrias e, especialmente, à lavoura, os recursos de que carecem.

Depois de enunciar êsse programa, no qual estavam consignadas pelo menos duas das aspirações dos republicanos, — a temporariedade do Senado e a liberdade de cultos, — o Visconde de Ouro Prêto acrescentou:

— Disse ao imperador que não me era dado aceitar o poder senão para executar êsse programa, como homem de partido, que sou, pois o que aí está é o próprio programa liberal...

Na Câmara dos Deputados, porém, a apresentação do novo gabinete transcorreu de modo bem diferente. A grande maioria conservadora recebeu mal o Visconde de Ouro Prêto. O ambiente era de agitação, de franca hostilidade, traduzida por um rumor surdo, pelos comentários de desagrado. A impressão geral era a de que seria desde logo forçada a crise: ou a Câmara derrubava o ministério ou o ministério dissolvia a Câmara. Não havia ilusões. "Estamos despedidos!" — fôra a exclamação do deputado conservador Gomes de Castro.

Entretanto, o debate que se travou não feriu apenas o gabinete. Feriu a própria monarquia. Foi no meio de quase um tumulto que o Visconde de Ouro Prêto ergueu a voz para anunciar o programa que já dera a conhecer na Câmara Alta. Quando se referiu à temporariedade do Senado, cruzaram-se os apartes:

— Por aí é que devia começar! Devia ser a primeira das reformas!

— Se vossas excelências prometerem me ajudar, contem comigo, — responde Ouro Prêto.

Mas a voz conservadora de Pedro Luís Soares de Sousa faz uma intervenção que é uma profecia:

— É o começo da República...

— Não! — contesta vigorosamente Ouro Prêto. — É a inutilização da República! Sob a monarquia constitucional representativa, podemos obter, com maior facilidade e segurança, a mais ampla liberdade...

Trocam-se numerosos apartes. O presidente é obrigado a fazer soar os tímpanos para restabelecer a ordem nos trabalhos. E, quando Ouro Prêto acaba de fazer o discurso em que apresenta o programa do novo govêrno, a impressão reinante é a de que os conservadores abrirão imediatamente as baterias contra o ministério. Mas foi das próprias fileiras liberais que começou o fogo cerrado contra o gabinete. O deputado por Minas Gerais, José Cesário de Faria Alvim, pede a palavra (*). Espera-se que, sendo um liberal, defenda o ministério, colocando-se ao lado de Ouro Prêto.

(*) Cesário Alvim agira menos por firme convicção doutrinária que por fundo ressentimento político. Tivera D. Pedro II como seu hóspede, durante a última visita imperial a Minas Gerais. Ficara profundamente magoado com o monarca, não lhe perdoando a impugnação do seu nome para senador vitalício, principalmente

Entretanto, para a surprêsa de todos, é quem lidera o ataque. Declara estar doente e afirma que é com sacrifício físico que está participando da sessão. Entendera, porém, que não devia estar ausente e que era aquela a ocasião mais oportuna, para fazer a declaração que tinha em vista. Queria declarar que, a partir daquele momento, não serviria mais ao Partido Liberal. E prossegue:

— Tendo arvorado o estandarte da Federação e não devendo voltar à minha província com outro programa, senão com aquêle, sem o qual o país corre grande perigo, entendo do meu dever passar a fronteira da monarquia e abraçar sinceramente, abnegadamente, a causa republicana, que será a causa de todo o país!

O discurso do deputado mineiro e sua imprevista adesão à causa republicana têm o efeito de uma bomba. Cresce o tumulto. Aumenta o rumor no recinto. E uma voz nova e ainda mais desabusada se faz ouvir. É a do padre João Manuel de Carvalho (*), que fôra, outrora; um conservador extremado e dirigira o jornal "A Nação", mas também se desiludira e se voltava contra o trono e contra o imperador. Seu discurso é feito ora em tom sério, ora em tom jocoso. Às vêzes, impressiona pela veemência das apóstrofes. E às vêzes faz espoucar o riso nas galerias como no plenário.

— Diante desta dissolução dos partidos, que se estagnaram e se perderam, diante da anarquia e da desmoralização em que se acham as instituições com que nossos pais procuraram felicitar-nos, não há espírito, por mais indiferente, que não entristeça contemplando os males, as ruínas e as misérias

quando, na quinta e na sexta vez em que fôra votado na lista tríplice, furara a chapa conservadora. O imperador, em 1888, nomeara para o Senado os conservadores Manuel José Soares, simples e obscuro homem de negócios, e o Barão de Santa Helena, rico fazendeiro. O pretexto para o rompimento, entretanto, foi o de seu velho companheiro da "Reforma", Visconde de Ouro Prêto, com quem já estava inimizado, ter traído o ideal da Federação, sustentado pelos liberais progressistas.

(*) O padre João Manuel de Carvalho, deputado pela Província do Rio Grande do Norte nas legislaturas de 1872–1875 e 1886–1889, cedo se desencantou da República. O predomínio dos positivistas, a separação entre a Igreja e o Estado, a lei do casamento civil, a lei eleitoral de 1890 tornando os padres incompatíveis com o exercício de mandatos legislativos, tudo isso fêz com que logo renegasse o novo credo. Abandonando a política, foi ser vigário em Amparo, no Estado de São Paulo, e escreveu no "Correio Amparense" artigos devastadores, em que criticou com violência Deodoro, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e, sobretudo, Floriano Peixoto. Em 1894, reuniu êsses e outros artigos no volume "Reminiscências sôbre vultos e fatos do Império e da República". Morreu em fins de maio de 1899.

da pátria, que é a única sacrificada aos erros, às ambições, aos caprichos e vaidades daqueles a quem têm sido confiados os seus destinos...

Prossegue, no mesmo tom, causticando os velhos partidos e seus abusos, o marasmo da vida política da nação, — e quando Ouro Prêto pretende intervir, aparteando-o, esfuzia de verve e emprega as armas do riso contra o novo chefe do gabinete. Diz que êle realizara o sonho de tôda a sua vida. Mas, logo, profetiza a pouca duração do novo ministério:

— O nobre presidente do Conselho sente-se satisfeito...

— Não, senhor — aparteia Ouro Prêto.

— ... por ver a sua ambição realizada. Sua excelência apresenta-se ao Parlamento muito lampeiro, muito ancho e cheio de si, radiante de júbilo e felicidade...

— Não, engana-se, — intervém o novo chefe do gabinete.

— ... supondo-se, sem dúvida, um triunfador...

— Suponho-me uma vítima, — observa o visconde.

— Mas como se engana sua excelência! — prossegue o padre deputado. — A sua vitória é uma verdadeira vitória de Pirro! Pouco importa que sua excelência apareça armado em guerra, procurando intimidar-nos com as carrancas das duas pastas militares!

A alusão à escolha de Ladário para a Marinha e de Maracaju para a Guerra provoca o riso no recinto. Ouro Prêto acha prudente não continuar a apartear, agora que o orador assume um tom francamente desrespeitoso. E João Manuel continua, — e nisto proclama uma verdade que os dias futuros viriam comprovar:

— O ministro da Guerra é apenas um espantalho para intimidar a República. Porque, em verdade, é um homem bom, pacato e inofensivo...

Outro frouxo de riso sublinha a irreverência do deputado de sotaina. Refere-se, agora, ao ministro da Marinha:

— Quanto a Ladário, com suas glórias, não creio que se preste a servir de terror...

Reassume, agora, o tom sério e grave do início do discurso. Declara que a monarquia já cumprira o seu destino,

dera o que tivera que dar, estava superada, como superados estavam os partidos em que ela durante mais de meio século se esteara.

— E não tardará muito, senhor presidente, — prossegue o orador, com voz tonitruante, gestos largos e enérgicos, — não tardará muito que neste vastíssimo território, e no meio das instituições que se desmoronam, se faça ouvir uma voz nascida, espontânea, do coração do povo, repercutindo em todos os ângulos dêste grande país, penetrando, mesmo, no seio das florestas virgens, bradando, enérgica, patriótica, intrèpidamente — Abaixo a monarquia! Viva a República!

O rasgo de audácia do orador deixa estatelados, ao mesmo tempo, liberais e conservadores. Reboam protestos indignados. "Não apoiados!" de monarquistas convictos se alteiam de alguns setores do recinto, misturados com aplausos e exclamações das galerias. O ambiente é de tempestade. E eletriza quando a figura imponente de Ouro Prêto se ergue para dar resposta ao insólito discurso republicano.

— Abaixo a monarquia, não!

Há uma pausa, imposta ao orador, ao mesmo tempo, pelo sentido dramático do seu discurso e pelo vozerio da sala.

— Não e não! — prossegue o chefe do gabinete. — É sob a monarquia que temos obtido a liberdade de que gozamos e que outros países nos invejam. E podemos mantê-la com amplitude suficiente para satisfazer às aspirações do povo mais brioso.

Nova interrupção. Novo tumulto. À pequena fração republicana, juntam-se as vozes de conservadores decididos a apressar a crise.

— Viva a monarquia, sim! — grita Ouro Prêto, tentando dominar a procela. — Forma de govêrno que a imensa maioria da nação abraça; e a única, a única que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza!

E prossegue, no mesmo tom, o seu discurso, entrecortado ora de aplausos, ora de protestos, fazendo a apologia do regime em nome do qual passava a exercer funções de govêrno. Nem assim as agitações cessaram. Com sua autoridade e a sua flama de grande orador, sobe à tribuna, em seguida, Joaquim Nabuco, aureolado pelos recentes triunfos da cam-

panha abolicionista, que tanta popularidade lhe dera. Defende a monarquia e o gabinete. E tenta explicar o novo surto republicano como uma reação do escravagismo:

— O grosso das fôrças republicanas, — declara Nabuco, — vem do descontentamento causado pela abolição. Foram as leis de 28 de setembro de 1871 e de 13 de maio que fizeram surgir do solo as legiões que hoje avançam contra a monarquia. Com semelhante origem, não creio numa república popular...

Concede, entretanto, que exista no país uma consciência republicana. Mas o argumento que encontra para combater a transformação do regime é ainda a velha alegação da inoportunidade.

— É possível, — continua, — que a nação tenha concebido a idéia republicana a 13 de maio. Isso é, porém, uma razão para não forçar o parto prematuro. É preciso respeitar o período necessário a tôda gestação viável...

Para os monarquistas extremados, êsse período jamais terminaria. A idéia da República seria sempre respeitável, mas prematura... Nem mesmo a eloqüência de Nabuco consegue dominar o rebelde auditório. Registra o Visconde de Taunay no seu diário: "Falou o Nabuco, não conseguindo efeito oratório. Aspecto revolucionário da Câmara". O bispo D. Antônio de Macedo Costa, que estava presente, assim resumiu as suas impressões: "Acabo de assistir a uma sessão da Convenção". O corolário de tôda aquela agitação havia de ser, como foi, a inevitável moção de desconfiança ao novo gabinete.

Apresentou-a o deputado Gomes de Castro, nos têrmos habituais: "Moção — A Câmara dos Deputados, informada do programa do gabinete, recusa-lhe a sua confiança. 11 de junho de 1889 — Gomes de Castro". Posta em votação, foi aprovada por 79 votos contra 20.

Logo, a 17 de junho, o novo ministério faz publicar o decreto de dissolução da Câmara. É a décima segunda vez que a Câmara temporária é dissolvida em razão de um conflito com o executivo. Novas eleições terão de ser realizadas e dessas eleições deveria depender a permanência, ou não, do gabinete no poder.

A reação da imprensa republicana não se faz esperar. Aquelas manifestações, em pleno Parlamento do Império, encorajam demonstrações de tôda a sorte. Quintino Bocaiúva escreve, n'"O País":

"A República Federativá Brasileira será, porque deve ser. Tôda a solução do problema se acha circunscrita pela vida do soberano atual. Se D. Pedro II entrevê os acontecimentos pelo prisma da intuição filosófica que lhe atribuem, êle é o primeiro, como filho da pátria, a aplaudir do fundo da sua consciência êste despertar viril do povo generoso e grande que o sustentou na orfandade, e que no decorrer da sua longa vida soube sempre testemunhar-lhe afeição e respeito, apesar dos erros da sua política, e dos maus resultados da instituição fatal que êle representa".

O "Diário de Notícias", orientado pela pena vigorosa de Rui Barbosa, faz esta profecia: "Os acontecimentos precipitam-se para a república, mais depressa do que se despenhavam para a abolição. A Federação era o preservativo. Retardando-o, o gabinete atual está destinado a ser provàvelmente o eliminador do terceiro reinado, o derradeiro ministério da monarquia". Linguagem mais franca que a dêsses dois jornais não seria possível.

* * *

Para a administração militar, escolhera Ouro Prêto ministros militares, com o que julgara proceder avisadamente.

O visconde de Maracaju, ministro da Guerra, prestara na guerra do Paraguai os mais relevantes serviços. Com êle contara Caxias, para a construção de caminhos e pontes de emergência, que possibilitaram o avanço do exército imperial através dos rios do Chaco. Em 23 dias, sua fôrça construíra cinco pontes e abrira onze quilômetros de estrada. Engenheiro militar, Rufino Enéias Gustavo Galvão era também um bravo combatente. Estivera presente à rendição de Paisandu e de Uruguaiana. Barão em 1874, fôra agraciado com o título de visconde em 1883. Era comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Aviz, dignitário da Ordem do Cruzeiro e veador da imperatriz. Em farda de gala, surgia imponente, com o peito constelado de condecorações.

Para a pasta da Marinha, escolhera o chefe de esquadra José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, que servira também na guerra do Paraguai e fôra então promovido, por atos de bravura, a capitão-de-mar-e-guerra. No comando do navio de guerra "Silvado", ao lado de Inhaúma, bombardeara a fortaleza de Angostura e forçara a sua passagem, sob as balas inimigas. Vinculando-se à política liberal, exercera a presidência da Província do Pará e viera para a Câmara vitalícia como representante da Província do Amazonas. Sua presença, no gabinete, assinalava a representação, ao mesmo tempo, do Senado e da Marinha de Guerra.

Para o cargo de ajudante-general do Exército, Ouro Prêto e Maracaju puseram-se de acôrdo na escolha de Floriano Peixoto, outro soldado ilustre, veterano também da guerra do Paraguai, em que muito se distinguira, e vinculado, tradicionalmente, ao Partido Liberal. Como Deodoro, também fizera a campanha contra Lopez de fio a pavio. Voltara tenente-coronel. De saúde precária, em 1881 estivera durante sete meses ausente das fileiras, em Alagoas, em tratamento. De agôsto de 1884 a agôsto de 1885, exercera a presidência da Província de Mato Grosso, cumulativamente com o comando das armas. Novamente adoece e vai para Alagoas, aguardar ordens do govêrno imperial. E ali fica, de fins de 1885 a meados de 1888, quando se apresenta e obtém, ainda, três meses mais de licença, para tratamento de saúde. Estava, assim, ausente da Côrte e da caserna, quando se processaram os acontecimentos da "questão militar". Embarca para a Côrte, no último navio de novembro de 1888, mas só se apresenta para o serviço a 31 de janeiro de 1889. A 10 de junho é nomeado para exercer, interinamente, o cargo de ajudante-general e logo no mês seguinte é promovido a marechal de campo. Em agôsto, é incluído entre os grandes dignitários da Ordem da Rosa, em atenção a seus serviços militares. É mais uma condecoração que vai juntar às que já possui, uma delas o grau de comendador de Aviz, que lhe fôra conferido a 10 de maio de 1889. Voltando às fileiras após uma longa ausência, fôra recebido como um filho pródigo.

Punham o visconde de Ouro Prêto e o visconde de Maracaju tôda a sua confiança em Floriano Peixoto. Mas o novo marechal de campo era já um descrente da monarquia

e das soluções que pudessem ser oferecidas aos problemas nacionais pelos velhos partidos, em que o trono se apoiava e que, por sua vez, dêle tiravam o seu prestígio. Encerrada que fôra a "questão militar", escrevia Floriano Peixoto, de Alagoas, a um dos seus amigos, o tenente-coronel João Neiva de Figueiredo: "Vi a solução da questão da classe, excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por êste pobre país e, portanto, a necessidade da *ditadura militar* para expurgá-la. Como liberal, que sou, não posso querer para o meu país o govêrno da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que êle é que sabe purificar o sangue do corpo social, que como o nosso está corrompido". (*) Quem assim pensava, em 1887, não podia, em 1889, morrer de entusiasmo pela monarquia, embora tendo recebido dela, nesse ano, a promoção a marechal de campo, a nomeação para ajudante-general interino e três altas condecorações. Realista, frio, cauto, Floriano Peixoto tirava do velho regime os proventos que êste lhe oferecia, servindo-o, porém, sem fervor e sem entusiasmo. Quando as circunstâncias exigissem um pronunciamento decisivo, a convicção íntima, externada em sua correspondência privada dois anos antes, e o espírito de classe, de que estava imbuído, o colocariam ao lado não da monarquia, mas dos que forcejavam por derrubá-la.

(*) Tobias Monteiro divulgou esta carta em "Pesquisas e Depoimentos" mas com êrro de revisão alterou-lhe a data. Saiu como sendo de 10 de julho de 1889, em vez de 1887.

Clima de Insurreição na Capital do Império

Os novos presidentes das Províncias — Nomeação de Cunha Matos e Silveira Martins, para presidir Mato Grosso e Rio Grande do Sul — Incidentes na Marinha — O Barão de "Alarido" e as despesas da viagem do "Almirante Barroso" — A subscrição de "O País" em favor do capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Melo — Protesto do Clube Naval — Viajam juntos para o Norte o Conde d'Eu e Silva Jardim — A manifestação de 14 de julho, dissolvida pela polícia e pela Guarda Negra — O atentado de Adriano do Vale — Edital de Basson Osório, proibindo reuniões políticas e porte de armas — Comentários de Saldanha Marinho, Aristides Lôbo, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva — Manifestações de solidariedade ao imperador — Atitude de Floriano Peixoto — A entrevista de Antônio Prado — D. Pedro II quer montar uma ópera...

Enquanto Deodoro permanecia no seu destêrro de Mato Grosso, os acontecimentos se precipitavam, vertiginosamente, na capital do Império. Um dos primeiros atos do novo govêrno é a nomeação dos presidentes de Província. A derrubada é geral, como sempre acontecia. Para o Amazonas, é nomeado o Barão de Solimões (Manuel Francisco Machado) em substituição do conservador Joaquim de Oliveira Machado. No Pará, o conservador Miguel José de Almeida Pernambuco cede o lugar a Antônio José Ferreira Braga, substituído mais tarde por Silvino Cavalcanti de Albuquerque. Para o Maranhão, é nomeado o liberal Pedro da Cunha Beltrão (mais tarde substituído por Tito de Matos) como sucessor do conservador José Moreira Alves da Silva. Para o Piauí, de onde sai Raimundo José Vieira da Silva, vai Teófilo Fernandes dos Santos (mais tarde substituído por José Mariano Lustosa do Amaral). Para o Ceará, cujo

presidente conservador, Caio Prado, morrera no exercício do cargo, foi nomeado o senador Henrique d'Ávila, mais tarde substituído por Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim. Para o Rio Grande do Norte, em substituição ao conservador José Marcelino Rosa e Silva, fôra nomeado o liberal Fausto Barreto (mais tarde substituído por Manuel Joaquim de Albuquerque Lins). Na Paraíba, o conservador Pedro Francisco Correia de Oliveira cedeu o lugar a Francisco Luís da Gama Rosa. Em Pernambuco, o conservador Inocêncio Marques de Araújo Góis foi substituído pelo liberal Manuel Alves de Araújo (mais tarde desalojado em favor de seu correligionário Segismundo Antônio Gonçalves). Em Alagoas, Aristides Milton tomou o caminho do ostracismo, passando o govêrno ao escolhido de Ouro Prêto, Manuel Vítor Fernandes de Barros (mais tarde substituído por Pedro Ribeiro Moreira). Do govêrno de Sergipe foi retirado o conservador Francisco de Paula Prestes Pimentel, em favor de Jerônimo Sodré Pereira, que deixara um nome nas tradições parlamentares, como deputado. No Espírito Santo, onde o conservador Henrique de Ataíde Lôbo Moscoso também falecera no exercício do cargo, estando o poder nas mãos do primeiro vice-presidente, foi empossado o liberal José Caetano Rodrigues Horta. Na Província do Rio de Janeiro, de onde saiu o conservador José Bento de Araújo, colocou o Visconde de Ouro Prêto o seu próprio irmão, Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Do govêrno de Minas Gerais, foi retirado o conservador Antônio Gonçalves Ferreira, em proveito de João Batista dos Santos, Barão de Ibituruna (no mês de agôsto elevado a "visconde com grandeza"). Em São Paulo, demitido o Barão de Jaguara, ali colocado pela situação conservadora, fôra nomeado José Vieira Couto de Magalhães, homem ilustre, brigadeiro do Exército, sertanista de valor e autor de importantes obras sôbre o Oeste brasileiro e as nossas populações indígenas. Em Goiás, Elísio Firmo Martins, que não chegara a esquentar o lugar, era substituído, depois de um mês e pouco de govêrno, pelo liberal Eduardo Augusto Montandon. No Paraná, Balbino Cândido da Cunha, conservador, foi sucedido por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, da facção liberal. Em Santa Catarina, Augusto Fausto de Sousa foi substituído por Luís Alves Leite de Oliveira

Belo. No Rio Grande do Sul, Joaquim Galdino Pimentel foi substituído pelo senador Gaspar da Silveira Martins. E em Mato Grosso, Antônio Herculano de Sousa Bandeira, que inaugurara seu govêrno em fevereiro de 1889, foi substituído pelo coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, que ali já fôra candidato a deputado, sem sucesso, e que não era outro senão o oficial que se tornara, com Sena Madureira, um dos pivôs da questão militar. Eram êsses os homens em cujas mãos iam perecer os destinos da monarquia, com êles partilhados pela confiança do ministério fatal. Duas nomeações foram particularmente irritantes para o marechal Deodoro: a de Silveira Martins, seu detestado inimigo, para o Rio Grande do Sul, e a de Cunha Matos, para Mato Grosso. Diferente, porém, foi o ponto de vista de Rui, no momento, sôbre esta última nomeação. Não percebera logo que importava numa diminuição para Deodoro. E a 7 de julho, dia da partida de Cunha Matos para a distante província, escrevia no "Diário de Notícias" um artigo sôbre êsse "ilustre oficial do nosso Exército" e sua missão, elogiando-o sem qualquer reserva, embora dizendo "esperar do seu patriotismo que não vá S. Ex.ª à província só para fazer eleições, descuidando-se dos seus altos interêsses".

Nomeações como a de Cunha Matos e a de Couto de Magalhães não significavam aproximação com o Exército, por parte de Ouro Prêto, mas a simples premiação de dedicações políticas. Antes de ver, em ambos, as fardas que êles vestiam, via os correligionários, com serviços prestados ao Partido Liberal. Não faltavam motivos de indisposição com o govêrno entre as tropas de terra. Na Marinha, já desgostada, no govêrno de Cotegipe, com a desconsideração ao almirante Barão de Jaceguai, destituído, sem qualquer explicação, do comando da esquadra de evoluções, não demoram a surgir incidentes, de pequena expressão, logo magnificados, no entanto, pelo jornalismo político. Começou com a atitude de Ouro Prêto, exigindo continência de alguns cadetes, que à sua passagem não o teriam saudado. Teria o ministro *excelso* pedido os nomes dêles, para puni-los. Ouro Prêto desmentiu a notícia. Declarou ser inverídica. Ninguém deu crédito ao desmentido. E a história foi repetida tantas vêzes que ficou de pé...

Além de procurar indispor a Marinha com o presidente do Conselho, a imprensa de oposição fêz o possível para indispô-la, ao mesmo tempo, com o titular da pasta, o Barão de Ladário. José da Costa Azevedo, oficial de valor, herói da guerra com o Paraguai, era considerado em extremo orgulhoso, emproado, cheio de si. Deram-lhe os inimigos o apelido de José Pimpão, ou Zé Pimpão, rima fácil para pavão, na versalhada humorística de algumas fôlhas. Mais, ainda: extraíram, de seu título nobiliárquico, um anagrama debochativo. Era o Barão de *Alarido*, em vez de Ladário. Dizem que estava sempre a resmungar, a fazer exigências aos subordinados... As meticulosidades de Ladário é que deram causa ao incidente com o comandante do cruzador "Almirante Barroso", o então capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Melo. Nomeado para comandar aquela belonave numa viagem de instrução ao redor do mundo, tinha êste oficial, sob suas ordens, o segundo tenente Augusto Leopoldo de Saxe Coburgo Gotha, que, à sua passagem pelo Chile, recebeu homenagens, como membro, que era, da família imperial. Chegara o presidente José Manuel Balmaceda, do Chile, a pôr à disposição do jovem segundo tenente o ilustre general Valdivieso, do Exército Chileno! Custódio José de Melo, porém, agradeceu e se opôs a isto, alegando que ali não estava um príncipe imperial, mas um oficial subalterno da Armada, igual a quaisquer outros. Tantas, porém, foram as cortesias, paradas, *lunchs* e outras amabilidades do govêrno e do povo chileno à tripulação do "Almirante Barroso" que, ao fim de sua permanência, Custódio José de Melo resolveu retribuir essas gentilezas com um grande espetáculo pirotécnico, no cais de Valparaíso, aparecendo, no instante final, em letras de fogo, a legenda: "Ao povo chileno, o Brasil agradecido". Custara tudo 4:341$660 réis, quantia que o capitão-de-mar-e-guerra fêz pagar pelos cofres do "Almirante Barroso", incluídas as despesas da festa a bordo, uma *matinée* dançante que durou das onze horas da manhã às sete da noite, com a presença de todo o ministério e da alta sociedade chilena. Custódio José de Melo oficiou ao govêrno, comunicando os gastos, e foi surpreendido com a decisão drástica do ministro da Marinha, que mandara descontar aquela quantia dos seus vencimentos. O ministro liberal

exprimia, no rigor de sua atitude, uma censura ao oficial que recebera a importante comissão do govêrno conservador decaído. A imprensa, em sua quase totalidade, ficou a favor de Custódio, contra Ladário. Divulgado o aviso ministerial, a 22 de junho de 1889, "O País" imediatamente abriu uma subscrição, para indenizar o comandante do "Almirante Barroso" da importância que o ministro queria ressarcir. No "Diário de Notícias", Rui Barbosa pediu para ser inscrito como contribuinte. Constou que o imperador, envergonhado, resolvera pagar de seu bôlso os quatro contos e pouco, da despesa com os fogos e o baile. E Ladário foi muito censurado, principalmente porque importava o seu gesto numa descortesia aos chilenos. O ministro explicou-se, pelo "Jornal do Comércio", dizendo: — "No caso vertente, o comandante do navio deveria ter levado as despesas à conta de *gastos de representação*, para os quais tem uma verba, e não considerar essas despesas como extraordinárias, para o que não estava autorizado; eis a questão". A estas razões, respondeu Rui: "Questão de *lana caprina*, se a isto se reduz! Porquanto, desde que o govêrno admita a plausibilidade da despesa, o êrro de verba na sua inscrição não interessa à essência do fato: apenas legitimaria a revisão das contas, a fim de se levar a um capítulo o que indevidamente se escriturara noutro". O Clube Naval se reúne, para protestar contra o ato do ministro. O articulista do "Diário de Notícias" diz que "o honrado Barão de Ladário nunca se julgou obrigado a dar contas do destino, que deu o capitão-de-mar-e-guerra José da Costa Azevedo às ajudas de custo para *representação* que recebeu, como comandante da corveta "Niterói", em viagem de instrução à Europa e depois aos Estados Unidos", em 1875 e 1876. Acrescenta: "Entretanto, o comandante da "Niterói", além dos seus vencimentos em país estrangeiro, percebia a gratificação mensal de 200$000". Termina por dizer que o ministro tem "o ânimo turbado de prevenções pessoais, ou desforras longamente incubadas". É tal a pressão da imprensa que o ministro se vê forçado a declarar que nada tinha contra o Chile, povo a quem muito prezava. Mas não recua do seu propósito, razão pela qual a imprensa continua a manter em suas colunas a subscrição em favor de Custódio José de

Melo (*). A "Vida Fluminense" mostra Ladário, tentando limpar, no chão do cais, a mancha causada pelo seu aviso ministerial, e acompanha a caricatura destas quadras jocosas:

"No quadro da simpatia
Entre uma e outra nação,
Alarido *fêz um dia*
Enorme e negro borrão.

Mas corrido, envergonhado,
Busca hoje, com tal presteza,
Fazer um quadro aceiado
Daquela indelicadeza.

P'ra o que... Vejam... Não descansa...
Ei-lo aí, muito empenhado
A ver se apaga a lembrança
De que andou mal avisado...

Impossível, pois por mais
Que trabalhe e emende a mão,
Hão de as côres nacionais
Ressentir-se do borrão..."

As penas de Rui, de Quintino Bocaiúva e outros jornalistas fizeram de Custódio José de Melo, oficial de excelente fé de ofício, mas sem projeção especial em sua classe, uma figura popular e prestigiosa. Tão popular e prestigiosa ia se tornando quanto Ladário, — o José Pimpão, Barão do Alarido, ia se afundando na impopularidade e no ridículo, elaborado com os maiores requintes pelas baterias implacáveis da imprensa de oposição.

* * *

(*) Com a proclamação da República, foi cancelado o ato do Barão de Ladário, sendo entregue o resultado da subscrição de "O País" a casas de caridade. Estava o "Almirante Barroso" em Ceilão, quando Custódio recebeu a notícia da proclamação da República, da reforma de Ladário e da decisão de Wandenkolk. de fazer desembarcar o príncipe D. Augusto, que ficou em Colombo.

Uma série de incidentes, aparentemente diminutos, contribuíra para aumentar o clima já quase insurrecional, em que se encontrava a capital do Império. Logo no dia imediato à posse do gabinete Ouro Prêto, partira para o Norte, no navio "Alagoas", o príncipe-consorte, Conde d'Eu, talvez a conselho do novo chefe do govêrno. Era uma viagem política, através da qual o marido da herdeira do trono, sempre ligado aos liberais, procuraria popularizar-se e preparar-se para o papel que, por certo, esperava desempenhar no terceiro reinado, — o de governar através da espôsa. Ao anunciar-se a viagem do príncipe, Silva Jardim teve um gesto de ousadia: reservou passagem, para si, no mesmo navio. Ia cobrir exatamente o mesmo itinerário. Onde parasse o príncipe, para falar ou receber homenagens, aí também Silva Jardim excitaria os sentimentos republicanos, em comícios, ou em conferências, contando menos com a organização partidária que com o sentimento espontâneo de curiosidade do povo e com o ardor da mocidade das escolas. Para aumentar o contraste, o Conde d'Eu era quase um gigante, alto, esguio, mas com uma elocução defeituosa, arrastando os "rr" de tal modo que o chamavam quase sempre "o herói de Perrrrribebuí", ao passo que Silva Jardim era um pigmeu, com uma voz sonora, cheia, quente, bem modulada, capaz de produzir arrebatamento no auditório. Foi uma competição pitoresca, — e mais pitoresca, ainda, pelas repercussões que teve na imprensa. Para os jornais de tendência monarquista, como "A Tribuna Liberal", o príncipe recebia manifestações retumbantes, apesar dos esforços em contrário dos agitadores republicanos, e popularizava a dinastia, recebido nos braços do povo. Para os jornais republicanos, Silva Jardim era aclamado pelas multidões, ao passo que o príncipe fazia figura insignificante, passando despercebido se não fôsse a preocupação dos círculos oficiais das províncias em exagerar as homenagens que por dever lhe prestavam. Na "Revista Ilustrada", o lápis ágil de Pereira Neto mostrou os dois, percorrendo o Brasil de bicicleta, o conde com uma coroa sob a cartola e Silva Jardim com um barrete frígio sôbre o chapéu. A um canto da página, Ouro Prêto lia gostosamente os telegramas, achando que o seu favorito "ia na ponta". Sob a caricatura do Conde d'Eu, lia-se esta quadrinha:

"Por mais que eu queira não posso
Desviar-me do Jardim.
Que diabo fiz eu a êle
Para andar atrás de mim?"

E sob a caricatura de Silva Jardim esta outra:

"Hei de segui-lo, já disse,
Custe lá o que custar;
Entre balas e tumultos
A República hei de achar".

Felizmente para ambos quase não houve incidentes desagradáveis, na dupla excursão. Apenas, em Pernambuco, José Mariano, o antigo e ardoroso abolicionista, incitou o povo a dar mostras de desagrado a Silva Jardim, havendo então ligeiro conflito, e em Manaus os moços do Clube Republicano local foram ao encontro do Conde d'Eu, para oferecer-lhe um folheto, contendo o programa republicano, que o príncipe recebeu, um tanto desconcertado, mas sem protesto...

Enquanto se realizava a singular competição monárquico-republicana, através do Brasil, na capital do Império o ambiente era bem mais acalorado e explosivo. O Barão do Rio Apa era elevado a comandante da Guarda Nacional, cujo quartel fôra instalado à Rua da Lapa, 79, e galardoado com a polpuda, — para a época, — gratificação mensal de 200$000. Na mesma oportunidade, anunciava-se a adesão do Barão de Avelar ao movimento republicano. E tudo era pretexto para manifestações hostis ao govêrno e à monarquia. É curioso, sem dúvida, o fato de que a "Marselhesa" se convertera numa espécie de hino dos republicanos brasileiros, tocado ou cantado habitualmente nas reuniões de caráter antimonarquista. Do mesmo modo, o dia 14 de julho, data da queda da Bastilha, recebeu, em 1889, uma consagração especial, talvez porque, entre outras significações, tivesse a de haver marcado o início da queda da dinastia francesa dos Orléans, de que o Conde d'Eu era um representante no Brasil. Os

republicanos, com a franca adesão da mocidade acadêmica (*), resolveram festejá-la de maneira espetacular. As festas comemorativas do dia 14 de julho teriam duas partes distintas: uma em recinto fechado, sob a forma de sessão comemorativa; outra a céu aberto, com as características de ruidosa passeata, com estandarte republicano à frente e ao som da "Marselhesa". A sessão, realizada no clube recreativo "Congresso Brasileiro", em razão da recusa do teatro oficial, — o Teatro de D. Pedro II, — que Lopes Trovão maliciosamente pleiteara, talvez apenas para poder publicar a negativa, foi muito concorrida e animada. Aberta por Lopes Trovão, que logo em seguida convidou Quintino Bocaiúva para presidi-la, teve uma série de oradores inflamados e brilhantes, entre os quais Ciro Azevedo, Sampaio Ferraz, Erico Coelho, Simões Lopes e outros. Em nome de seus colegas, falou também um aluno da Escola de Minas de Ouro Prêto, o jovem Pandiá Calógeras, sem embargo de ser seu pai um fiel monarquista e amigo pessoal do imperador... Depois da sessão, realiza-se a passeata, que tem à frente os alunos da Escola Politécnica, com o estandarte do Clube Republicano. Cêrca de quatrocentas pessoas, na maioria estudantes, seguem, cantando a "Marselhesa", pela Rua do Ouvidor e, ao chegarem ao trecho vizinho à redação do "Diário de Notícias", entre Uruguaiana e Gonçalves Dias, surge no encalço dos manifestantes a polícia, dirigida pessoalmente pelo delegado Bernardino Ferreira da Silva. O chefe de Polícia, conselheiro José Basson de Miranda Osório, havia dado ordens terminantes para que fôsse dissolvida a manifestação. Além dos agentes, um piquête de cavalaria fecha uma das saídas da rua e os elementos mais perigosos da Guarda Negra investem contra os republicanos. A maioria foge desordenadamente. Mas alguns reagem, usando armas de fogo. Um dos estudantes, Tito Correia Lopes, tomba ferido.

Outros enveredam pelas portas das casas comerciais, procurando abrigo, tentando escapar às patas dos cavalos. Alguns militares jovens, alunos da Escola Militar, dão nesse momento apoio aos estudantes, empunhando suas armas e

(*) Franklin Dória, Barão de Loreto, viu-se forçado a baixar um decreto, dispensando os estudantes do juramento de fidelidade à monarquia e à Igreja, em face da recusa de muitos diplomados a prestá-lo.

disparando contra a polícia. São os alferes-alunos Tasso Fragoso, José Bevilaqua, Aníbal Cardoso, Saturnino Cardoso e vários outros que, estabelecida a confusão, conseguem desaparecer do local do conflito sem que os atacantes tenham podido sequer identificá-los. Ficam tombados, no chão, os feridos na escaramuça: além de Tito Correia Lopes, J. de Freitas, baleado no braço; Brás Remígio Monteiro, baleado na perna direita; José Joaquim de Lemos, ferido a bala na perna; Pedro Justo de Sousa, ferido a bala no ombro direito; o menor Aristides ferido a bala no pé; Avelino Ribeiro, golpeado a navalha por um membro da Guarda Negra; e Américo da Silva, baleado num pé. Além disto, fêz a polícia cêrca de dez prisões de manifestantes que eram portadores de armas. O depoimento de um dos feridos, Brás Remígio Monteiro, foi tomado nos seguintes têrmos: "Disse ser brasileiro, casado, de 30 anos de idade, negociante e morador à Rua dos Inválidos n.º 93, e que foi ferido por um tiro de revólver na perna esquerda; declarou que, estando a tomar café, no Café Brasil, ouviu quando davam gritos de "Viva a República!" e, chegando à porta, deu êle com tôdas as fôrças um "Viva a Monarquia!", sendo nessa ocasião agredido por alunos da Escola Militar, e agarrando-o, um dêles disse para os companheiros: "Mata êsse diabo!" — recebendo na ocasião o ferimento que apresenta".

A reação da maior parte da imprensa a êsse episódio foi imediata e vigorosa. Rui denunciou a sobrevivência da ominosa Guarda Negra, criada durante o govêrno João Alfredo, assim como a inteligência das autoridades com a capangagem, e dizia que "o imperador deve estar satisfeito com os seus homens, o Conde d'Eu exultante com os seus liberais, a princesa extasiada nos salvadores da sua herança, e a metrópole imperial desvanecida nesse quadro oficial da sua civilização de cacête e navalha". E, concluindo: "Sempre a mesma triste comédia da selvageria propagada pelo govêrno, para dar à monarquia a segurança do seu aulicismo. Mudam-se os partidos no poder, mas a monarquia não muda nas suas tradições. A sua senilidade, porém, já cheira a decomposição cadavérica. Estava reservada ao Partido Liberal a triste missão de servir-lhe de coveiro". Em "O País", como no "Correio do Povo", há a mesma indignação.

Não resta dúvida que os acontecimentos de 14 de julho influíram para o episódio do dia 15, o do atentado contra o imperador. Foi uma resposta aos fatos da véspera, dada por um rapazola de imaginação exaltada, leitor, sem dúvida, de tantas expressões veementes. Tranqüilo e seguro de si, o imperador fôra, com a imperatriz, ao Teatro Santana, ouvir o concêrto dado na noite do dia 15 pela violinista Giulietta Dionesi. Ao fim do concêrto, seguidos de seus camaristas, D. Pedro II e D. Teresa Cristina deixam o teatro e tomam a carruagem imperial, que os aguardava, em frente. Eis que alguém, irrompendo dentre os curiosos, se adianta e dá um "Viva a República!". Há um princípio de tumulto. Cai ao chão uma senhora e o indivíduo que dera o grito embarafusta pelo meio do povo. Adiante, quando a carruagem, fustigados os animais pelo cocheiro, já vai virando a esquina, ouve-se um tiro. E a polícia prende, quando se abrigava na Maison Moderne, o autor da façanha, Adriano Augusto do Vale, de vinte anos de idade, de nacionalidade portuguêsa, caixeiro da casa comercial de Ferreira & Cia., à Rua Teófilo Otôni, n.° 119, onde morava, segundo declara ao ser qualificado. Estivera Adriano bebendo em companhia de amigos, nas proximidades do teatro, antes de praticar a façanha. No primeiro momento, tôda a imprensa republicana reprova o atentado e parece afetada, sentimentalmente, por uma crise de que se beneficiaria o imperador. Entretanto, logo depois, começa a retrair-se. É que o govêrno não só procurava capitalizar ao máximo tão insignificante incidente, como ainda quer dar-lhe uma origem republicana, convertendo o rapazelho alcoolizado num sicário infamemente peitado pelos inimigos da monarquia para eliminar o velho imperador. Na Maison Moderne, estavam dois moços, notòriamente conhecidos por suas tendências republicanas. Fôra ali que Adriano, conforme depusera, bebera absinto, antes de sair para dar o viva e o tiro para o ar. Em seu poder, encontrara a polícia dois revólveres, um grande, que alegou ter comprado por 16$000, para seu uso, e outro menor, que disse ter recebido, momentos antes, das mãos de Pardal Mallet.

Ao se verem responsabilizados pelo episódio, os republicanos prontamente reagiram através de sua imprensa, passando a qualificar tudo aquilo de farsa engendrada pela

própria polícia! A monarquia procura tirar todo o proveito político possível da crise emocional que o episódio desperta. Enchem-se as páginas dos jornais de telegramas de congratulações ao imperador, por ter saído ileso do "louco atentado", como diz a linguagem dos monarquistas. A família imperial, que se achava então na Tijuca, desce para o Paço da cidade, a fim de receber as manifestações de aprêço. Há missas congratulatórias em todo o Império, em Paris (*), em Lisboa...

Enquanto isso, surge, com mão de ferro, a repressão à propaganda republicana, anunciada no edital que o chefe de Polícia fizera divulgar pela imprensa, no dia 17 de julho. Dizia êsse edital: "O Dr. José Basson de Miranda Osório, chefe de Polícia da Côrte, etc., etc., — Faz saber a todos que o presente edital virem ou dêle notícia tiverem, que serão processados pelo crime do artigo 90 do Código Criminal os indivíduos que nas praças, ruas ou outros lugares públicos ou em presença de autoridades derem *vivas à república, morras à monarquia, vivas ao partido republicano* ou proferirem gritos e frases igualmente sediciosas. Da mesma sorte serão punidos com as penas do art. 297 do citado código aquêles que forem encontrados com armas proibidas, sem que para uso delas tenham licença legìtimamente concedida. Finalmente, serão dissolvidos, pela forma legal, os ajuntamentos e reuniões em lugares públicos que tiverem por fim promover a realização dos atos compreendidos nos arts. 285, 286, 287, 293 e 294 do Código Criminal. Do que, para constar, se expede o presente, que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Côrte, 17 de julho de 1889. — O chefe de Polícia: *José Basson de Miranda Osório*". Assim, de golpe, suprimia a polícia o direito de reunião, desarticulando a propaganda antimonarquista, e desarmava os republicanos, inermes diante das hordas da Guarda Negra.

Saldanha Marinho, pelas colunas do "Correio do Povo", assim se exprimiu, com sua autoridade de patriarca da propaganda republicana: "A farsa ignóbil posta em ação para, lisonjeando inùtilmente o imperador, comprometer o Partido Republicano e justificar a perseguição que vai ser desen-

(*) Ã de Paris compareceu, oficialmente, o cônsul de Portugal, Eça de Queirós, que tanto ironizara D. Pedro II em "Uma Campanha Alegre"...

volvida, e descomunalmente, não pode iludir a ninguém que reflita sôbre a situação do país e atenda aos fatos ocorridos. Os fundamentos do edital da polícia, para impossibilitar reuniões políticas ou quaisquer outras (pois que nenhuma é excetuada), não resistem à menor análise, e nem podem ser considerados ao menos sérios. Levam, ao contrário, aos espíritos a convicção de que tudo não passou de um plano assentado pelo govêrno para aniquilar o Partido Republicano, e com verdadeira insídia".

Aristides Lôbo escrevia vigoroso artigo, publicado simultâneamente em vários jornais, inclusive "O País", no qual dizia, sob o título de "O Grito Sedicioso": "Tudo isso foi calculado. Felizmente, ninguém se iludiu com a farsa do govêrno áulico e no próprio estrangeiro ela foi julgada. O que acaba de ocorrer, tome nota o país, é uma lição e uma formidável advertência. Quando um govêrno entra por caminhos semelhantes, quando na alta governação do Estado se encontram espíritos tão subalternos, tudo é lícito recear e temer. A segurança do chefe de Estado não está nas homenagens de contrabando, impostas pela disciplina, como na Escola Militar e nas repartições públicas, vencendo-se as relutâncias ou removendo-as em nome do arbítrio; porque neste país, como talvez não se faça na própria Rússia, os servidores do Estado não prestam sòmente os seus serviços à nação, precisam ir além; pois dêles se exige que hipotequem as suas crenças, vendam suas consciências, ao ponto de entrarem, quer queiram, quer não, nas comédias repugnantes das zumbaias inúteis e talvez prejudiciais aos homens que governam".

Pardal Mallet, em "a pedido", protesta contra a ligação de seu nome ao de Adriano do Vale, atribuindo à polícia "essa infâmia". Rui Barbosa, no longo artigo de 20 de julho, no "Diário de Notícias", referindo-se "aos limites que o govêrno quer impor ao direito de reunião mediante o edital do dia 17", declara: "Êsse ato encerra o mais grave dos erros, além de importar num aleive aos sentimentos populares, pela relação que implìcitamente estabelece entre o atentado Vale e as inocentes manifestações republicanas, contra as quais se fulminam essas ameaças contraproducentes". O liberal dissidente diz adiante: "Não há que errar, pois: o que está

funcionando é o arrôcho eleitoral". Antes, demonstrara que um incidente de tal ordem não podia justificar medidas de exceção, historiando a enorme série de atentados, bem mais graves, contra a rainha Vitória, sem que a Inglaterra tivesse conhecido formas de opressão. Depois, sustenta que é lícito a qualquer cidadão fazer o que o edital proíbe em seu primeiro parágrafo: "Os vivas à República são uma forma natural, decente, pacífica, da expressão do pensamento. Eliminá-los é mutilar a palavra pública, assim como autorizar as reuniões populares, vedando-lhes a palavra, é aviltar a nação, destruindo um órgão de solidariedade essencial, onde quer que o povo não fôr um estúpido rebanho. O código comina penas à sedição, aos movimentos sediciosos, às organizações sediciosas, às tentativas sediciosas. E o debate oral, ou escrito, nas ruas, ou no jornalismo, não sai dessas fronteiras, dentro das quais a legalidade o santifica".

O edital, na frase de Rui, não passa de um "jôgo infantil de disparates". Sustenta que "a República é uma opinião constitucional, absolutamente legítima nas raias da carta de 1824, que autoriza a reforma das nossas instituições desde os fundamentos até o fastígio, sem a mínima distinção a favor da monarquia". Afirma, vigorosamente, com o pêso de sua opinião de jurista e antigo parlamentar: "A discussão da monarquia, a condenação da monarquia, a extinção da monarquia, são idéias tão lícitas, e que tanto direito legal têm à proteção das autoridades nacionais quanto a defesa, a apologia, a glorificação do trono. A Constituição põe os destinos do Estado nas mãos da soberania popular, e confere a esta o arbítrio de imprimir ao govêrno a forma de sua escolha, consagra evidentemente, nos limites mais amplos, a liberdade de palavra, de reunião, de propaganda, a favor da realeza, ou contra ela". Nesse momento, dá a impressão de ser destoante a voz de Quintino Bocaiúva, que escreve um longo artigo, n'"O País", para dizer que o edital da polícia deve ser fielmente acatado. Mas a sua concordância é apenas uma aparência, um pretexto irônico para escrever, no título do artigo, em letras fortes, "VIVA A REPÚBLICA!" No final, do mesmo modo, diz achar compreensível que a polícia proíba que se diga: "VIVA A REPÚBLICA". A malícia popular des-

cobre a intenção de transgredir a ordem da polícia e a edição de "O País" ràpidamente se esgota... (*)

O govêrno, continuando a procurar tirar proveito da crise emocional que o episódio despertara, promove no Teatro D. Pedro II um grande espetáculo em homenagem ao soberano, no qual será encenada uma ópera. A escolha não é muito feliz, pois que se trata do "Rigoletto", cujo conteúdo é eminentemente republicano... Rui Barbosa faz notar logo que o imperador vai se divertir, num camarote, vendo a versão lírica de "Le roi s'amuse", de Vítor Hugo... O espetáculo é solene e a noite é de grande vibração. Executado o Hino Nacional, sobe o almirante Jaceguai a uma cadeira e grita: "Viva Sua Majestade, o Imperador!" E o teatro inteiro corresponde com uma ovação. Floriano Peixoto, nessa hora de grandes expansões, representa a voz da prudência, advertindo o chefe de Polícia, José Basson de Miranda Osório: "O nosso imperador, bem que venerado, deve ser vigiado de perto por certo número de amigos de tôda confiança, que façam frustrar todo e qualquer desacato. Sei que V. Ex.ª tomará tôdas as medidas precisas, mas eu quisera secundá-lo com um pequeno, mas forte contingente, que entender-se-á com as autoridades de serviço. Se aceita êsse concurso peço que a começar de hoje remeta-me um bilhete de cadeira e duas entradas gerais tôdas as vêzes que Sua Majestade tenha de assistir a representações teatrais. Com V. Ex.ª irá entender-se o meu delegado. De V. Ex.ª sempre amigo velho e obrigado. — *Floriano Peixoto*". A impressão que Floriano dava era a de que estava atento e disposto a servir ao ministério e à monarquia. Manifestações dessa natureza contribuíam para manter as ilusões de Maracaju, que, por sua vez, fazia com que Ouro Prêto se mantivesse iludido, quanto à intransigente dedicação esperada do novo marechal de campo e ajudante-general interino.

* * *

(*) Nem todos os republicanos interpretaram favorâvelmente o artigo de Quintino. Medeiros e Albuquerque, pessoa insuspeita, escreveu nas suas memórias, publicadas sob o título de "Quando eu era vivo": "De fato, quando apareceu o artigo de Quintino sôbre os vivas à República e caiu sôbre todos nós um grande desânimo, eu tive a estranha idéia de naturalizar-me cidadão otomano. Deixaria de me interessar pela política do Brasil e seria um súdito dos sultões da Turquia..."

O estado de espírito da época podia ser traduzido, em meados de 1889, pela soma de parcelas da opinião nacional que, diversificadas na aparência, tendiam, no entanto, para o mesmo fim. De uma parte, os conservadores a pregar a falência do regime, sempre que não estavam no poder, que a qualquer custo desejavam; de outra parte, os fazendeiros, antigos donos de escravos, voltados contra a monarquia, por lhes ter arrebatado a mão-de-obra a preço vil e atribuindo a lei de 13 de maio à pressão da princesa imperial, desejosa de popularizar-se; doutra, os militares ressentidos, renovando pretextos para evitar a reconciliação com o poder civil e explodindo, a cada instante, em novas manifestações de hostilidade a êste; e, ainda, os próprios liberais dissidentes, como Rui Barbosa, acusando o gabinete de seu próprio partido, mostrando que o imperador, "*the poor old man*", "um caso de caduquez", de estado senil, já não governava e a êste substituíra o conselho dos áulicos; e, finalmente, a minoria republicana, ativa, vigilante, tenaz, em crescente progresso, procurando tirar partido de todos os atritos e cisões. A imprensa republicana se compunha, então, de 74 jornais, 20 nas províncias do Norte e 54 nas do Sul. Crescera, após a abolição, o número de clubes republicanos, que somavam, à época, 237. Dêstes, 204 estavam localizados em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os 33 restantes nas províncias do Norte, especialmente em Pernambuco, de tradições republicanas que vinham de 1817. Não se podia dizer que já existisse uma consciência republicana firmemente estabelecida no Brasil. Mas haveria uma consciência monarquista? Quando se fêz a independência, a adoção da monarquia, com as características de um império constitucional, fôra mais um expediente para apressá-la do que fruto de uma aspiração nacional. A tôdas aquelas parcelas podia agregar-se, ainda, um sentimento de forte antipatia pelo príncipe consorte, o Conde d'Eu, em quem o povo via um estrangeiro que poderia, através da espôsa, reger os destinos do Brasil. A guerra do Paraguai e alguns incidentes, como a Questão Christie, tinham feito vibrar intensamente a corda do nacionalismo brasileiro. Havia então ambiente para a eclosão de um surto de jacobinismo, como o que surgiria no govêrno de Floriano, — não para admitir-se um

terceiro reinado sob a tutela de um príncipe estrangeiro. Esta é, já então, a impressão de muitos dos estadistas do Império que entre si discutiam o assunto. Cotegipe antecipara-se aos fatos em 1888, numa frase à princesa Isabel: "Vossa Alteza libertou os escravos, mas sacrificou o trono". Desaparecera do rol dos vivos antes de se cumprir a profecia. Mas outro conservador, o conselheiro Antônio Prado, a 22 de junho de 1889, veicula abertamente a idéia da incorporação dos seus correligionários ao movimento republicano, em entrevista à "Gazeta da Tarde". Afirma: "Os dias da monarquia estão contados. Os conservadores devem tomar a peito fazer a transição para a República, sem abalos, nem efusão de sangue". A entrevista causa sensação. Afinal, um conservador de alta responsabilidade na vida pública do país, uma figura que ainda há pouco participara de um ministério, ousara dizer em voz alta o que tantos dos seus próprios correligionários sussurravam em confidências! Taunay confessa em seu diário que a entrevista "reproduz exatamente tudo quanto êste me dissera no dia 19, no ponto dos bondes, esquina da Rua do Ouvidor". O imperador continuava ensimesmado, ausente, apático, desinteressado da própria sorte e da de sua dinastia. O problema que ainda conseguia então empolgá-lo era o de vencer as dificuldades existentes para que fôsse afinal montada num dos teatros de Côrte a ópera "Lo Schiavo" (*), de seu protegido, o maestro Carlos Gomes...

(*) Com efeito, essa ópera, cujo libreto era do Visconde de Taunay e fôra vertido para o italiano por Rodolfo Parravicini, foi cantada pela primeira vez no Imperial Teatro de D. Pedro II a 7 de setembro de 1889. Mas o imperador não compareceu ao espetáculo, por ter morrido na véspera um seu parente, o príncipe D. Augusto, irmão do rei de Portugal. Foi, porém, à terceira récita, a 2 de outubro, quando, em seu camarote, condecorou o compositor com a Ordem da Rosa.

APÊNDICE

AO VOLUME I

Cartas da Princesa Isabel Sôbre a Queda do Gabinete Cotegipe e o Dia da Abolição

Quando da queda do gabinete chefiado pelo Barão de Cotegipe, escreveu a regente:

14 de março de 1888 — São Cristóvão.

Meus queridos e bons pais.

Acabamos de beber a sua saúde. De manhã viemos de Petrópolis diretamente para o Paço da Cidade, aí nos vestimos de grande gala, houve cortejo e um pequeno despacho e viemos para aqui, donde ainda sairemos à noite para a inauguração da Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios.

Mil e mil saudades!...

Suas cartas nos deram muita alegria, e a idéia da vinda em julho!!! Por aqui as saúdes também vão muito bem.

Quanto ao Ministério terão sabido pelos jornais o que houve. Os últimos tumultos muito me entristeceram. Há tempos minhas idéias divergiam das do Ministério, sentia que o Govêrno perdia muita fôrça moral, já alguma coisa neste sentido dissera, há bastantes semanas; agora, com mais firmeza e por escrito, censurando ao mesmo tempo a polícia em grande parte do que houve; a polícia, ou antes, a atitude tomada pelas autoridades policiais há já algum tempo. Minha declaração da perda da fôrça moral, e de que insistia pela demissão do Chefe de Polícia deu em resultado a queda do Ministério. Não me arrependo do que fiz. Mais tarde ou mais cedo o teria feito; confesso que uma surda irritação se apoderara de mim, e em consciência não devia continuar com um Ministério, quando eu, por mim mesma, sentia e estava convencida de que êle não preenchia as aspirações do país nas circunstâncias atuais. Deus me ajude e que a questão da emancipação dê breve o último passo que tanto desejo ver chegar. Há muito a fazer, mas isso antes de tudo.

Mariquinhas me deu há muitos dias a carta junto para Mamãe; breve lhe agradecerá a que mamãe lhe escreveu ùltimamente, que chegou antes de ontem, e lhe fêz, como sempre, tanto prazer!

Falar em alguns nomes só, tratando-se de pessoas que se interessam vivamente por meus pais, seria uma injustiça. É um côro geral; entretanto o Garcez tanto me pediu hoje que lhes beijasse as mãos pelo dia que não devo deixar de fazê-lo.

Quanto à escolha dos novos Ministros fui em quem indicou o João Alfredo. Êste foi quem escolheu os outros. Deixei-lhe tôda a liberdade para que pudesse organizar o Gabinete como fôsse necessário, a vista da maioria parlamentar.

Vão os jornaizinhos dos meninos. O "Correio Imperial" do Luís não é a prova definitiva, mas mando-a por causa do dia. Mais tarde irão dois exemplares mais perfeitos do mesmo.

Adeus, meus queridos e bons pais, minha carta é acabada depois da visita ao Liceu. A Biblioteca já tem uns 3.000 volumes. Estou na salinha de Mamãe, com a janela aberta e gozando de bom fresco.

Aceitem mil abraços saudosíssimos de ambos, e deitem em todos sua bênção. Sua filhinha que tanto os ama

ISABEL, CONDESSA D'EU.

* * *

No próprio dia da abolição da escravatura, a princesa Isabel, regente do trono, escreveu aos pais, que se encontravam em Milão, D. Pedro II gravemente enfêrmo e D. Teresa Cristina ao pé dêle, assistindo-o em sua doença. A carta é a seguinte:

13 de maio de 1888 — Petrópolis

Meus queridos e bons pais.

Não sabendo por qual começar hoje: Mamãe por ter tanto sofrido êstes dias; Papai pelo dia que é, escrevo a ambos juntamente.

É de minha cama que o faço, sentindo necessidade de esticar-me depois de muitas noites curtas, dias aziagos e excitações de todos os gêneros. O dia de trás-ontem foi um dia de amargura para mim e direi para todos os Brasileiros e outras pessoas que os amam. Graças a Deus desde ontem respiramos um pouco e hoje de manhã as notícias sôbre Papai eram muito tranqüilizadoras. Também foi com o coração mais aliviado que perto de uma hora da tarde partimos para o Rio a fim de eu assinar a grande lei, cuja maior glória cabe a Papai que há tantos anos esforça-se para um tal fim. Eu também fiz alguma coisa e confesso que estou bem contente de também ter trabalhado para idéia tão humanitária e grandiosa. A maneira pela qual tudo se passou honra nossa pátria e tanto maior júbilo me causa. Os nossos autógrafos da lei e o decreto foram assinados às 3 e meia em público na sala que precede a grande do trono passada a arranjar depois de sua partida. O Paço (mesmo as salas) e o largo estavam cheios de gente, e havia grande entusiasmo, foi uma festa grandiosa, mas o coração

apertava-se-me lembrando que Papai aí não se achava! Discursos, vivas, flôres, nada faltou, só a todos faltava saber Papai bom e poder tributar-lhe todo o nosso amor e gratidão. Às 4 e ½ embarcávamos de novo e em Petrópolis novas demonstrações nos esperavam, todos estando também contentes com as notícias de demanhã de Papai. Chuvas de flôres, senhoras e cavalheiros armados de lanternas chinesas, foguetes, vivas. Queriam puxar meu carro, mas eu não quis e propus antes vir a pé com todos da estação. Assim o fizemos, entramos no Paço para abraçarmos os meninos e continuamos até a Igreja do mesmo feitio que viemos da estação. Um bando de ex-escravos fazia parte do préstito armados de archotes. Choviscava e mesmo choveu, mas nessas ocasiões não se faz caso de nada. Na Igreja tivemos nosso Mês de Maria sempre precedido do têrço dito em intenção de Papai e de Mamãe. Não são as orações que tem faltado; por tôda a parte se reza e se manda rezar, e esta manhã, nas Irmãs, tivemos uma Comunhão por intenção de Papai. Comungamos nós dois e umas quarenta senhoras.

Boas noites, queridos, queridíssimos!!!

Saudades e mais saudades!!!

16 de maio — Tudo está em festa pela lei, coincidindo com estas as melhoras de Papai. Já estivemos hoje no Paço da Cidade para receber comissões e a uma missa na Igreja do Rosário mandada dizer pela Irmandade dos pretinhos por intenção de Papai. Reina entusiasmo grande por tôda a parte.

Adeus meus queridos e bons pais, aceitem mil abraços e beijos saudosíssimos e deitem-nos sua bênção.

Sua filhinha que tanto os ama

ISABEL, CONDESSA D'EU.

(Cópias de GUILHERME AULER).

Deodoro Perante o Supremo Tribunal de Justiça do Império

PROCESSO DE RESPONSABILIDADE N.º 222

DENUNCIANTE: O conselheiro Antônio Eleutério de Camargo.

DENUNCIADO: O marechal Manuel Deodoro da Fonseca, 1.º vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

DENÚNCIA A FL. 3

Senhor — Perante V. M. Imperial, e no uso do direito que a Constituição do Império no art. 179 § 3.º, e o Código do Processo Criminal no art. 150 lhe conferem, vem o conselheiro Antônio Eleutério de Camargo denunciar o marechal Deodoro da Fonseca, 1.º vice-presidente desta província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atualmente em exercício, pelo procedimento criminoso de ter desviado dinheiro da fazenda provincial para favorecer interêsse meramente privado, contra expressa, terminante e literal disposição da lei.

A assembléia desta província imprimindo em suas leis o cunho dos mais salutares princípios de justiça e de administração, de acôrdo com as idéias admitidas na legislação dos países mais adiantados no direito público administrativo, consagrou o direito à aposentadoria, para os empregados provinciais, procurando porém o legislador evitar abusos, que desvirtuassem a lei, feita em proveito ùnicamente dos empregados que se achassem no caso de merecer o favor legal nela concedido.

Foi assim que, para impedir acumulações de aposentadorias e o caso de, por má aplicação da lei, no sentido de favor pessoal, ser o aposentado provincial nomeado para emprêgo geral, acumulando os vencimentos da aposentadoria, com os de emprêgo do serviço ativo, caso que a lei não deve admitir, considerando o empregado incapaz

para o serviço da província, e capaz para o serviço do Estado, a assembléia rio-grandense fêz esta restrição na sua lei de aposentadorias: § 6.º do art. 1.º da Lei n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857:

"Nenhum empregado poderá perceber ordenados de duas aposentadorias, nem continuar a exercer o mesmo ou outro emprêgo depois de aposentado" (Doc. n.º 1).

Esta disposição foi algum tempo depois reproduzida, e de modo muito mais explícito e categórico pelo art. 47 da Lei n.º 882 de 5 de maio de 1873 nos seguintes têrmos:

"Fica proibido, na forma do § 6.º do art. 1.º da Lei n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857, o pagamento de vencimentos a empregados provinciais aposentados que exercem outros empregos públicos." (Doc. n.º 2)

Esta disposição legislativa interpretou a anterior da Lei de 1857, já citada, estabelecendo a regra da boa razão, da justiça, do zêlo pelos dinheiros públicos, da moralidade administrativa, que não devem considerar a aposentadoria senão como indenização ou recompensa, ao empregado que consumiu o tempo da vida ativa, a energia das faculdades e que pela idade avançada, enfermidades, invalidez tem direito de repouso, libertado da miséria até que pela morte cesse o sacrifício que com êle faz a sociedade.

Mas aproveitar uma aposentadoria para o empregado habilitar-se, no exercício ativo de outro emprêgo público, a alcançar segundo, acumulando depois os vencimentos de ambos seria uma aberração dos bons princípios, que nenhuma legislação séria poderia admitir.

Por fôrça das leis citadas foram suspensos os vencimentos que percebia na qualidade de subdiretor aposentado da diretoria da fazenda provincial Luís Ferreira de Abreu, pelo fato de ter sido o mesmo nomeado para o cargo de pagador da tesouraria de fazenda geral desta província (Doc. n.º 3). Êste empregado pelas funções que exerceu de imediato ao chefe da fazenda provincial, devia conhecer as Leis que vigoravam, e que o impediam de aceitar emprêgo geral, se pretendesse ordenados de sua aposentadoria provincial.

Com o fim de conseguir que fôsse esclarecido aquilo que não podia ser mais claro e positivo, mas que as sofisticações do seu interêsse particular lhe faziam ver ambíguo e duvidoso, apresentou o dito Luís Ferreira de Abreu, conjuntamente com Gustavo César Viana, empregado aposentado da secretaria do govêrno provincial, depois nomeado pelo govêrno geral secretário da repartição de polícia desta província, uma representação à assembléia provincial, em março de 1877 (Doc. n.º 4)

A comissão de justiça pronunciando-se sôbre a dita representação deu o parecer e formulou o projeto rejeitado em primeira discussão em sessão de 13 de abril de 1877 (Doc. cit.).

À sabedoria de V. M. Imperial não passará decerto desapercebido o imenso valor lógico e jurídico desta importante circunstância.

O projeto proposto para a interpretação da lei foi rejeitado logo em primeira discussão (Doc. cit.) o que mostra a firmeza com que o legislador sustentava a boa doutrina, que os reclamantes desejavam ver revogada em seu proveito pessoal.

Convém ponderar que o projeto rejeitado não deferia a petição e menos reconhecia o direito dos peticionários a receberem o ordenado que haviam pedido, pois só se referia ao caso do empregado poder acumular as vantagens das aposentadorias geral e provincial (Doc. cit.)

Desta forma raras vêzes, nos domínios da legislação, um assunto qualquer terá atingido a tão elevado grau de clareza e evidência.

Insistindo em sua infundada pretensão, apresentou Luís Ferreira de Abreu segunda representação à assembléia legislativa provincial, em 1885, pedindo a interpretação da lei n.º 882 de 5 de março de 1873, com referência à de n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857, e que se lhe mandasse pagar os vencimentos de aposentado provincial, que havia perdido, por fôrça daquelas leis, visto ter sido nomeado e ter tomado posse do cargo de pagador da tesouraria geral. (Doc. n.º 5)

Presente o requerimento à assembléia, apresentou a comissão de justiça um parecer com duas conclusões: a primeira propondo que a petição fôsse enviada à comissão de orçamento para resolver, visto faltar para isso competência à de justiça; o projeto, resolvendo o caso de duas aposentadorias. (Doc. cit.)

A primeira conclusão relativa ao pagamento requerido não foi discutida nem votada, o projeto ficou dependente das três discussões estabelecidas no regimento interno da assembléia provincial (Doc. cit.), e por conseqüência não pode produzir o menor efeito jurídico.

Luís Ferreira de Abreu entendeu que podia dispensar solução da assembléia provincial, único poder competente para dá-la, e resolveu recorrer ao govêrno da província apresentando em 3 de fevereiro do corrente ano um requerimento ao ex-presidente desembargador Henrique Pereira de Lucena.

Êsse requerimento (Doc. n.º 6) indo a informar à diretoria provincial de fazenda, segundo consta, aí estêve retido até assumir a administração da província o atual primeiro vice-presidente, a quem foi afinal submetido.

Os precedentes da questão, a moralidade do govêrno, a solução da assembléia provincial em 1877 sôbre a matéria, e nem um resultado em 1885 perante a mesma assembléia, a expressa disposição da lei, nada disso impediu o marechal Manuel Deodoro da Fonseca de mandar criminosamente entregar a Luís Ferreira de Abreu a quantia de 15:700$366 (Docs. n.º 7 e 8), que êsse indivíduo estava privado de receber por disposição de lei em pleno vigor, mandando mais — que se continuasse a pagar, os seus ordenados, de aposentado provincial, da data do despacho em diante!

Nunca, Senhor, se viu mais ousada violação de lei, nem maior desprêzo pelas prerrogativas de um poder constitucional como é o da

assembléia provincial, nem mais desdém pelos princípios de honra e moralidade na administração pública, nem igual audácia em dar aos dinheiros públicos destino vedado pela lei!

O denunciante, Senhor, não pode deixar de cumprir o seu dever de cidadão diante de fato tão revoltante, procurando defender os grandes princípios de liberdade e de administração, como os que servem de base às leis fundamentais do Estado.

Para mais agravar o ato criminoso do vice-presidente aí está (Doc. n.º 6) o requerimento de Luís Ferreira de Abreu todo baseado em falsas alegações, como a de ter tido interpretação autêntica, em seu favor, a lei que o priva dos ordenados de aposentado provincial, interpretação que até hoje a assembléia não deu!

Não podia, Senhor, ter classificação regular a despesa de ..... 15:700$366 não prevista, não autorizada, e até privada, que se fizesse.

Acresce que está a província sem orçamento votado pelo poder competente e sob o regímen arbitrário de um orçamento caduco prorrogado por ato do govêrno provincial, situação anormal que tem servido de debates nas duas casas do parlamento.

Acresce ainda que, conforme se depreende do ofício constante do Doc. n.º 7, os pareceres do diretor geral, e subdiretor da fazenda provincial, foram contrários à pretensão de Luís Ferreira de Abreu, não se podendo supor outra coisa do zêlo e honradez com que êsses funcionários cumprem seus deveres.

Não pode o denunciante, Senhor, apresentar essa prova, porque o vice-presidente ocultou os pareceres, negando as certidões requeridas (Doc. n.º 9) contra as ordens do govêrno geral, constantes dos avisos de 2 de setembro de 1833, de 1.º de julho de 1838, expedido pelo ministro do império Bernardo Pereira de Vasconcelos ao presidente da província do Espírito Santo; êste, estabelecendo o dever dos presidentes, de mandarem passar certidões de tudo aquilo que não envolver matéria de segrêdo, ou comprometimento alhêio; aquêle estabelecendo a doutrina de que as autoridades não podem negar certidões dos atos públicos desde que lhes sejam solicitadas, porque não é compatível com as instituições dos países livres onde a publicidade é uma necessidade, negá-las, doutrina que foi ratificada pelo aviso de 28 de setembro de 1865, e decisão n.º 692, de 8 de outubro de 1878.

A razão do indeferimento do requerimento do denunciante pedindo certidão dos pareceres (Doc. n.º 9) do chefe da secção da diretoria da fazenda provincial, subdiretor, procurador fiscal, diretor geral, chefe de secção e diretor geral da secretaria do govêrno, não pode ser outra senão o propósito do denunciado de ocultar a circunstância agravante do seu ato em sentido contrário às informações dêsses auxiliares da administração, fiscais dos interêsses da província, guardas legais dos seus cofres.

O denunciante está profundamente convencido e certo, que se o denunciado houvesse, como era de sua honra e dever, mandado passar as certidões requeridas, teria prova de como o ato do denunciado foi

filho da sua única vontade, não lhe podendo servir de atenuante o parecer do procurador fiscal, já habituado a aconselhar, em documentos oficiais, a violação das leis, e porque tal parecer, se é exato o que afirma o denunciado em seu despacho quando diz que de acôrdo com êle mandou fazer o pagamento, é contrário ao espírito e letra da lei, não tem além disso fôrça deliberativa, não sendo o presidente obrigado a segui-lo, e seu efeito desaparece diante do ato do presidente, que é o responsável.

Do exposto é concludente que o denunciado praticou o crime previsto no art. 129, § § 1.° e 2.° do Cód. Crim., procedendo contra a literal disposição das leis e infringindo-as. E nem se diga que o denunciado, procedendo contra a expressa disposição da lei, não fizesse por afeição ou contemplação, porque, quer na situação conservadora até 1878, quer na liberal decaída em 1885, quer na primeira administração efetiva do desembargador Henrique Pereira de Lucena, não conseguiu Luís Ferreira de Abreu o seu intento.

Ressalta a imoralidade do ato pela circunstância de ter o peticionário pertencido ao partido liberal até o tempo em que a decisão da assembléia provincial, em unanimidade representando êsse partido, foi contrária à sua pretensão; desenganado o peticionário, alistou-se no partido conservador, esperando o resultado que agora alcançou!

Diante de tão flagrante delito duvidar da punição de prevaricador seria irrogar à justiça e retidão com que V. M. Imperial costuma sempre proceder a mais clamorosa injúria.

O denunciante tem fé, Senhor, que o Cód. Crim. não será letra morta, principalmente para a alta administração do país, e que um fato de tanta gravidade não ficará impune.

E quando mesmo não se considerasse provado o segundo elemento constitutivo do § 1.° do art. 129 do Cód. Crim., ainda assim o denunciado não pode escapar da sanção penal, porquanto aí está expressa disposição do art. 160 do citado Cód. Crim. impondo penas severas aos que julgam ou procedem contra lei expressa.

O denunciante, Senhor, sente a responsabilidade moral em que incorre com a posição que, pela gravidade do fato, é obrigado a assumir; não cedeu a nenhum sentimento de ordem pessoal, mas cumpre, inspirado pelo patriotismo, um rigoroso dever cívico.

Representante da província, em sua assembléia, quer sustentar suas prerrogativas, zelar e defender sua fazenda e seus direitos.

Nenhum sentimento hostil anima o denunciante contra o denunciado. Se, quando ministro de estado, o denunciante distinguiu o denunciado, pela nomeação que teve do govêrno para segundo cargo da alta administração da guerra, julgando-o com qualidades, que agora, na administração civil mostrá não possuir; com igual isenção de espírito, em nome das leis violadas e dos dinheiros públicos da sua província, criminosamente desviados dos seus cofres em proveito particular, pede à justiça de V. M. Imperial a sua punição.

A responsabilidade pelo crime que o denunciado praticou, revestido das circunstâncias indicadas, e que mais agravam, *ofensivas* à moral e aos princípios da verdadeira liberdade, é patente, e deve ser tornada efetiva em bem da ordem pública, que não pode deixar de ficar abalada desde que a sociedade convencer-se que não é real a responsabilidade dos altos funcionários do Estado.

E, se é verdadeiro o princípio de que os funcionários não devem ficar sem defesa no exercício público de seus poderes; igualmente exato deve ser o que garante ao cidadão sua iniciativa e ação contra os crimes e delitos dos funcionários.

O marquês de São Vicente diz na sua obra *Direito Público Brasileiro* referindo-se à responsabilidade dos ministros:

"A irresponsabilidade aniquilaria tôda ordem e garantias públicas, estabeleceria uma completa escravidão política e administrativa; não forneceria recurso senão o único das revoluções".

A lei criando a competência de V. M. Imperial para julgar os delitos dos funcionários de foros privilegiados, procurou a garantia de um julgamento imparcial pela ilustração, independência, ordem jerárquica, e posição inacessível à ação de nenhum outro poder estranho ao em que se acha V. M. Imperial.

Nestes têrmos, provado como está, que o marechal de campo Manuel Deodoro da Fonseca, primeiro vice-presidente desta província, em exercício do cargo, procedeu por afeição ou contemplação contra a literal disposição da lei, ou contra lei expressa, para que seja o mesmo punido, vem o denunciante apresentar a V. M. Imperial esta denúncia e pede que recebida autoada, jurada, se prossiga nos têrmos legais da formação da culpa, e assim espera deferimento.

E. R. M.

Pôrto Alegre, 21 de julho de 1886 — *Antônio Eleutério de Camargo.*

RESPOSTA DO DENUNCIADO A FL. 47

Ao Supremo Tribunal de Justiça o conselheiro Antônio Eleutério de Camargo deu a presente denúncia por haver eu, na qualidade de vice-presidente em exercício, desviado dinheiros da fazenda provincial para favorecer interêsses meramente privados contra expressa, terminante e literal disposição de lei (textual).

Baseia sua denúncia no fato de ter-se mandado pagar ao subdiretor da fazenda provincial Luís Ferreira de Abreu a quantia correspondente aos seus vencimentos de aposentado, que lhe eram devidos desde que passou a exercer o cargo de pagador da tesouraria geral de fazenda. Remetido pela presidência desta província, em ofício n.º 2692 de 3 do corrente mês, o traslado do respectivo processo para, dentro de 15 dias, o denunciado responder, vem êle, perante o egrégio e colendo tribunal, apresentar em têrmos a questão até final.

Luís Ferreira de Abreu, pagador da tesouraria de fazenda, pediu pagamento dos vencimentos de sua aposentadoria, concedida no cargo de subdiretor da fazenda provincial, os quais lhe foram glosados desde o 1.º de setembro de 1873, data em que entrou no exercício das funções de pagador em vista do disposto no art. 47 da lei n.º 882 de 5 de maio de 1873.

Diz o art. 47: "Fica proibido, na forma do § 6.º do art. 1.º da lei n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857, o pagamento dos vencimentos a empregados provinciais aposentados que exercerem outros empregos públicos."

Diz o § 6.º do art. 1.º da lei provincial n.º 355: "Nenhum empregado poderá perceber ordenado de duas aposentadorias, nem continuar a exercer o mesmo ou outro emprêgo depois de aposentado".

Entendendo Alves que essa disposição de lei refere-se a empregados provinciais e municipais, e não pode ser ampliada aos empregos gerais, recorreu à assembléia provincial para que desse uma interpretação autêntica.

Parecer da Comissão de justiça da assembléia provincial:

"A comissão de justiça civil examinou a matéria da petição que à assembléia dirigiu Luís Ferreira de Abreu, pedindo que se interprete a lei n.º 882 de 5 de maio de 1873 com referência à de n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857, visto como se torna necessário para firmar a inteligência das mesmas leis, e que se lhe mande pagar os vencimentos desde 1.º de setembro de 1873.

Considerando a comissão que a lei n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857 estabeleceu o modo e condições da aposentadoria, jubilação ou reforma dos empregados públicos provinciais e municipais, e bem assim os casos em que, embora dadas as condições legais, os ditos empregados não têm o direito a essas vantagens;

Considerando que a disposição do § 6.º, art. 1.º da lei n.º 355, proibindo que o empregado público exerça o mesmo ou outro emprêgo depois de aposentado, ou que prevaleçam os vencimentos correspondentes às duas aposentadorias, refere-se visìvelmente a emprêgo provincial ou municipal, e à aposentadoria da mesma natureza;

Considerando que, permitindo o art. 4.º da dita lei que o empregado geral aposentado exerça emprêgo provincial, e até dá-lhe o direito a ser aposentado pela província, depois de o ser pelo Estado, e que nenhuma razão possa estabelecer tão grande desigualdade entre os empregados gerais e provinciais, quando remunerados pela província;

Considerando ainda que o art. 47 da lei n.º 882 de 5 de maio de 1873 não inovou e nem explicou a disposição do § 6.º do art. 1.º da outra lei citada; e convindo determinar-se a verdadeira inteligência dessas leis por uma interpretação autêntica, a comissão é de parecer que se envie a petição do suplicante à comissão de orçamento para resolver a sua segunda parte, para a qual falta-lhe competência, e se adote o seguinte.

Projeto de resolução n.º 95:

A assembléia legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul resolve:

Art. 1. — As disposições do § 6.º, art. 1.º da lei n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857 e art. 47 da lei n.º 882 de 5 de maio de 1873 ficam entendidas do seguinte modo:

§ 1.º — O empregado provincial ou municipal, depois de aposentado, em qualquer dêsses empregos, não poderá exercer o mesmo ou outro emprêgo provincial ou municipal.

§ 2.º — O empregado provincial ou municipal que, depois de aposentado em seu emprêgo, o fôr também em emprêgo geral, poderá acumular as vantagens de ambas as aposentadorias, porém nunca poderá ser aposentado em dois empregos provinciais ou municipais e nem em um provincial e outro municipal.

Art. 2.º — Fica dêste modo interpretada a disposição de que trata o art. e revogadas as disposições em contrário.

Sala das comissões, em 7 de novembro de 1885. — *Severino Prestes — Arsênio Marques — Antero d'Ávila.*"

A diretoria provincial informou contra a pretensão de Abreu por ser contrária às disposições das leis n.ºs 355 e 88 de 13 de fevereiro de 1857 e 5 de maio de 1873: assim também o subdiretor.

O Dr. procurador fiscal, examinando a questão, declarou que, em face da disposição em vigor, justa era a pretensão de Abreu; e que, tendo o poder competente para interpretar as leis, cuja inteligência obstava o pagamento reclamado, já se expressado, desfazendo dúvidas e fixando o verdadeiro sentido das leis citadas, líquido estava o direito de Abreu para haver da tesouraria provincial os ordenados que lhe foram suspensos; de acôrdo a secretaria do govêrno.

Assim, pois, e tendo em vista que os vencimentos do aposentado, por serviços prestados, constituem um direito que não se pode negar a quem legal e legìtimamente adquiriu; que os direitos adquiridos e sancionados pelo poder competente devem ser respeitados; que uma comissão de jurisconsultos, autorizada por sua competência e de cujo juízo, particular ou oficialmente manifestado, não me era lícito duvidar, determinou a verdadeira inteligência das disposições do § 6.º art. 1.º da lei n.º 355 de 13 de fevereiro de 1857 e art. 47 da lei n.º 882 de 5 de maio de 1873, o que consta do último dos seus considerandos para formular o projeto de resolução apresentado em 7 de novembro de 1885 à assembléia provincial; que o Dr. procurador fiscal é competente para com suas luzes, orientar a administração, máxime quando está entregue a indivíduos, como o denunciado, menos habilitados na matéria; que, se pelo segundo emprêgo cabia ao nomeado vencimentos superiores aos de sua aposentadoria; respeitados êstes como me parecia dever, e não permitindo maior quantia a pagar pela acumulação, justo seria

que se abonasse a diferença para a totalidade daqueles, e neste caso a repartição competente devia então ter pedido esclarecimentos a respeito; que assim me parecia ser, porque êsse empregado aposentado e ao mesmo tempo exercendo outro cargo, sendo dêste demitido, não perderia pelo fato dessa demissão o direito ao prêmio que legal e legìtimamente adquiriu e lhe foi concedido, salvo se, por faculdade de lei, tivesse prèviamente desistido de tal direito pela opção das vantagens do novo cargo; resolvi, por ato de 28 de junho do corrente ano, mandar pagar os vencimentos reclamados.

Do arrazoado do conselheiro Camargo consta:

1.º) Que o procedimento do denunciado foi para favorecer interêsse meramente privado contra a expressa, terminante e literal disposição de lei.

2.º) Que Abreu devia conhecer as leis que vigoravam e que o impediam de aceitar emprêgo geral se pretendesse continuar a receber os ordenados de sua aposentadoria provincial.

3.º) Que para a denúncia não cedeu a nenhum sentimento de ordem pessoal mas sim que, inspirado pelo patriotismo, cumpriu um rigoroso dever cívico.

4.º) Que nenhum sentimento hostil animou o denunciante contra o denunciado.

5.º) Que o denunciado ocultou os pareceres dados pelo diretor geral e subdiretor da fazenda provincial, negando assim as certidões requeridas, o que segundo diz o denunciante, é contrário às disposições dos avisos de 2 de setembro de 1833, 10 de julho de 1833, 28 de setembro de 1865 e 8 de outubro de 1878.

6.º) Que o ato do denunciado foi por afeição ou contemplação, ou contra lei expressa.

7.º) O seguinte trecho:

"Êsse requerimento, indo a informar à diretoria da fazenda provincial, segundo consta, ali estêve retido até assumir a administração da província o atual 1.º vice-presidente, a quem, afinal, foi submetido".

8.º) Outro trecho:

"Ressalta a imoralidade do ato pela circunstância de ter o peticionário pertencido ao partido liberal até o tempo em que a decisão da assembléia provincial, em unanimidade, representando êsse partido, foi contrária à sua pretensão; desenganado o peticionário, alistou-se no partido conservador, esperando o resultado que agora alcançou"!

Anteponho o 8.º ponto na resposta, porque a êle se prende a denúncia.

Conquanto em sua forma nada tenha êle com a matéria, todavia, pelo fundo bem expressivo em política mostra que sòmente por causa desta foi o conselheiro Camargo levado a denunciar-me.

Quanto ao 1.º ponto — confesso que não posso conhecer o sentido da proposição quanto ao favor a interêsse, meramente privado.

Quanto ao 2.º — Não é certamente o indivíduo o responsável pela sua nomeação: se a obteve do poder competente e aceitou, nada mais natural do que entrar em exercício e gozar dos benefícios a que ela dá direito. Não foi o denunciante quem o nomeou.

Quanto ao 3.º e 4.º — Pura e sã consciência do conselheiro Camargo!

E tanto assim que não duvidou em afirmar que, para sua denúncia, não influíram questões políticas e a mútua malquerença que existe entre denunciante e denunciado!

Inspirado pelo patriotismo! Santo Deus! diz isso aquêle que, como militar em serviço ativo, esqueceu-se da pátria na ocasião em que ela atrozmente insultada exigia o serviço de seus filhos!

E êle, soldado, fugiu ao serviço, ao passo que simples paisanos, uns — chefes de família, outros — filhos únicos de viúva, e outros — moços ainda imberbes, corriam apressuradamente a defendê-la!

E o que seria dela se, então, todos seus filhos tivessem o patriotismo do conselheiro Camargo!

E é êsse o homem que em questão sujeita a um colendo tribunal vem relembrar o quanto aviltou o sacrossanto sentimento da pátria!

Quanto ao 5.º — apêlo vão! Os avisos de 2 de setembro de 1833, de n.os 498 a 504 na coleção de decisões do govêrno, não tratam da matéria; e o de 10 de junho de 1838 não favorece ao denunciante, que sabe perfeitamente mesmo porque já exerceu o cargo de ministro e secretário de Estado, quais as matérias que constituem segrêdo de secretaria; o de 28 de setembro de 1865, que na coleção está sob n.º 447, também não se presta ao apêlo; finalmente o de 8 de outubro de 1878 é inteiramente contrário ao denunciante e favorável ao denunciado.

Quanto ao 6.º — Por afeição? Tal não há, porque nem me é dado conhecer pessoalmente o empregado Abreu.

Por contemplação? sim, porém contemplação do direito.

Quanto ao 7.º — Apenas direi: Encerra em si alguma causa oculta que sòmente ao denunciante e ao diretor da fazenda provincial cabe esclarecer.

Os motivos para o ato do pagamento e as considerações sôbre os pontos mais notáveis da denúncia são os que ficam aqui submetidos ao Egrégio e Colendo Tribunal.

Pôrto Alegre, 4 de dezembro de 1886 — *O marechal de campo, Manuel Deodoro da Fonseca.*

SENTENÇA DO SUPREMO TRIBUNAL

Vistos êstes autos de denúncia por crime de responsabilidade de emprêgo público. Denunciante o conselheiro Antônio Eleutério de Camargo. Denunciado o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, como vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: sor-

teados três ministros dêste Supremo Tribunal de Justiça, e ouvido o relatório dos autos: julgam procedente a denúncia, e obrigam o denunciado a livramento como incurso no art. 160 do Cód. Crim., porquanto o denunciado por sua ordem de 28 de junho de 1886 (Doc. n.º 7, fls. 24) mandou pagar a Luís Ferreira de Abreu, subdiretor aposentado da diretoria da fazenda provincial, o qual entrou no exercício do emprêgo de pagador da tesouraria geral da fazenda em 29 de janeiro de 1873, desde êsse dia, os ordenados de aposentado que tinham sido suspensos por ordem do presidente da província em data de 1 de fevereiro de 1873.

Por tal ordem do denunciado, êle procedeu contra a expressa disposição do art. 47 da lei n.º 882 de 5 de maio de 1873 da assembléia provincial a qual lei proíbe o pagamento de vencimentos a empregados provinciais aposentados que exercem outro emprêgo público.

Seja o nome do denunciado lançado no rol dos culpados.

Façam-se as intimações e comunicações necessárias.

Dê-se vista dos autos ao conselheiro procurador da coroa, soberania e fazenda nacional, e promotor da justiça, para oferecer o libelo acusatório.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1887 — *Sayão Lobato*, presidente. — *J. B. Gonçalves Campos*, relator sem voto — *Barbosa de Almeida* — *Gouveia* — *Andrade Pinto*, vencido;

Considerei sem base jurídica a denúncia, não adotando a classificação criminal da pronúncia, por falta do respectivo elemento sôbre *lei expressa*.

A lei provincial de 1873, aplicada ao caso, não compreende *expressamente* os empregos públicos *gerais*, como é o da hipótese denunciada, na sua proibição do pagamento de vencimentos a empregados provinciais aposentados, que exercem outros empregos públicos. Ao contrário: se não exclui de seu preceito os empregos gerais, ao menos deixa isso indeterminado em sua letra, tornando-a dependente de interpretação: 1.º, porque distinguindo-se, em relação à competência do legislador provincial, os empregos públicos ou provinciais e gerais, a frase genérica da citada lei, sem explícita referência a uns e outros, deixa subsistente tal distinção, para aplicar-se sòmente aos provinciais daquela competência; 2.º, porque essa lei trata de vencimentos provinciais, aos quais também se limita à mesma competência, e não têm tal natureza os dos empregos gerais, e assim pode-se entender — que a êstes não se refere a proibida acumulação com as dos empregados provinciais aposentados; 3.º, porque, com sua expressa remissão e aderência à anterior lei, também provincial, de 1857, em cuja declarada conformidade estatuiu a sua proibição, a de 1873 está sujeita ao sentido desta outra, que trata sòmente de empregos públicos *provinciais*, proibindo a percepção dos ordenados de duas aposentadorias, e aos aposentados a continuação do mesmo emprêgo ou o exercício de qualquer outro depois da aposen-

tadoria; e 4.°, porque, a pendência de um projeto interpretativo da respectiva assembléia provincial, para excluir da inteligência da lei de 1873 os empregos gerais, como pode ser depois adotado como lei, autoriza a dúvida sôbre aquela lei, como não expressa.

PROCESSO DE RESPONSABILIDADE N.° 222

DENUNCIANTE: O conselheiro Antônio Eleutério de Camargo.

DENUNCIADO: O marechal Manuel Deodoro da Fonseca, 1.° vice-presidente da província do Rio Grande do Sul.

Sentença

Vistos e relatados êstes autos de responsabilidade de empregado público entre partes, autora a justiça e réu o vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, marechal Deodoro da Fonseca: Não se vencendo a preliminar proposta de remeter-se o processo à assembléia da província, na conformidade e para o fim do disposto no art. 11, §6.° do Ato Adicional.

Julgam não provado o libelo acusatório, enquanto argúi, que o acusado incorreu na pena do art. 160 do Cód. Crim. pelo fato de ter mandado restituir a Luís Ferreira de Abreu, empregado aposentado no lugar de subdiretor da diretoria da fazenda provincial os ordenados dêsse lugar, tendo êste aposentado passado a servir o emprêgo de pagador da tesouraria geral; e que assim o vice-presidente acusado procedeu contra a proibição expressa da lei provincial n.° 882 de 5 de maio de 1873.

E julgam não provada a argüição, porquanto esta lei não é expressa para abranger na sua proibição o empregado provincial aposentado que passa a servir emprêgo geral. Portanto, absolvem o vice-presidente do crime de que é acusado. Pague a municipalidade as custas.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1887. — *Sayão Lobato*, presidente. — *Barão de Jary*, relator sem voto. — *Magalhães Castro*. — *Tavares Bastos*. — *F. Marianni*. — *Bandeira Duarte*. — *Silva Guimarães*. — *Sampaio*. — *Brito Guerra*. — *Faria*.

(Transcrito de "O Direito", ano XV, 1887 — Vol. 42.° págs. 240 a 496, e vol. 44.°, págs. 34-35).

O desembargador Joaquim **Nunes Machado**, um dos líderes da revolta praieira e autor do projeto de nacionalização do comércio a varejo. O deputado da ala radical do Partido Liberal em Pernambuco morreu de armas nas mãos, no combate da Soledade, a 2 de fevereiro de 1849, em que Deodoro da **Fonseca** teve o seu batismo de fogo.

1.—Cala-te, amor de mãe! quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado.
Amor da patria, vivido, elevado,
Só tu na solidão serás comigo!

2.—O dever é maior do que o perigo;
Pede-te a patria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

3.—E's o setimo, o ultimo. Minh'alma
Vai toda ahi, comvosco repartida,
E eu dou-a de olhos seccos, fria e calma.

4.—Oh! não te assuste o horror da marcia lida;
Colhe no vasto campo a melhor palma:
Ou morte honrada ou gloriosa vida.

D. Rosa Maria Paulina da Fonseca e seus sete filhos em armas — Homenagem da "A Semana Ilustrada" à viuva do tenente-coronel Manuel Mendes da Fonseca e aos seus sete filhos em armas. O sonêto, anônimo, composto por um dos redatores da publicação, procurou interpretar os sentimentos da matrona heróica, a quem, equivocadamente, têm sido atribuidos tais versos. E', provàvelmente, de Machado de Assis.

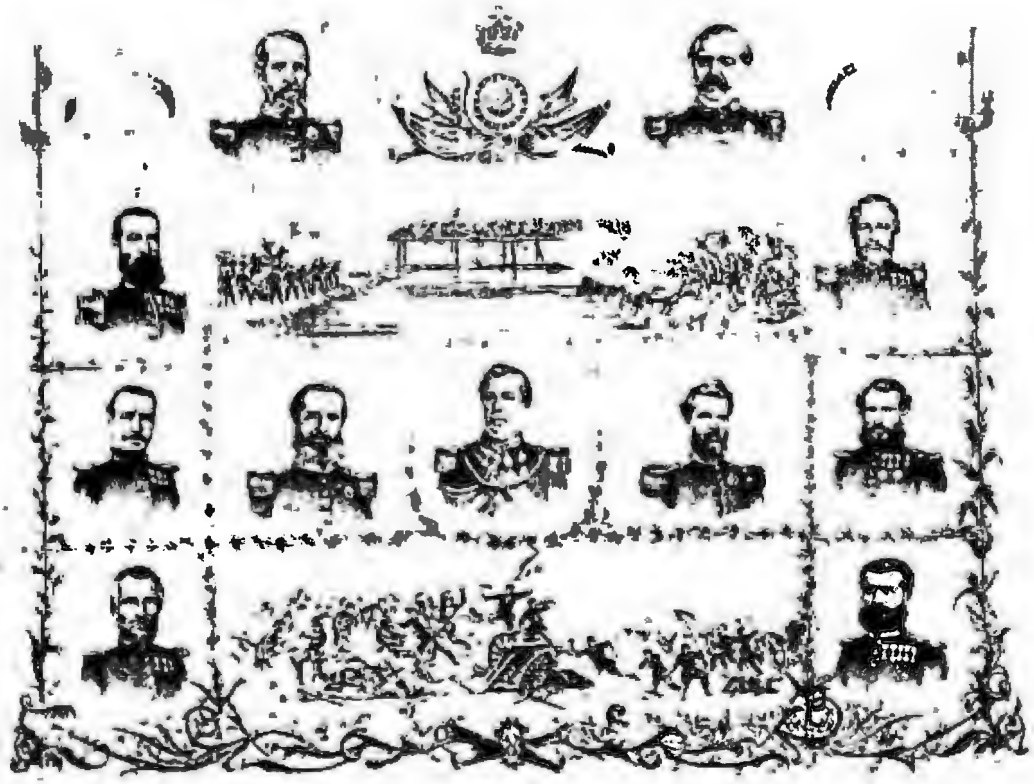
Deus, a patria, o monarcha, a nossa gloria!

Alegoria da "Semana Ilustrada" à nomeação do então Marquês de Caxias e do Visconde de Inhaúma, o primeiro, em substituição a Osório, para o comando geral das fôrças de terra, e o segundo, em substituição a Tamandaré para o comando geral das fôrças navais.

Reconstituição da cena do atentado contra o general Venancio Flores, em Montevidéu. A morte do caudilho uruguaio coincidiu com a ausência do general Bartolômé Mitre, presidente da Argentina, da frente de operações, recaindo então quase sòmente sôbre o Brasil a responsabilidade da guerra iniciada pela Tríplice Aliança. (Desenho de Ângelo Agostini, em "Vida Fluminense").

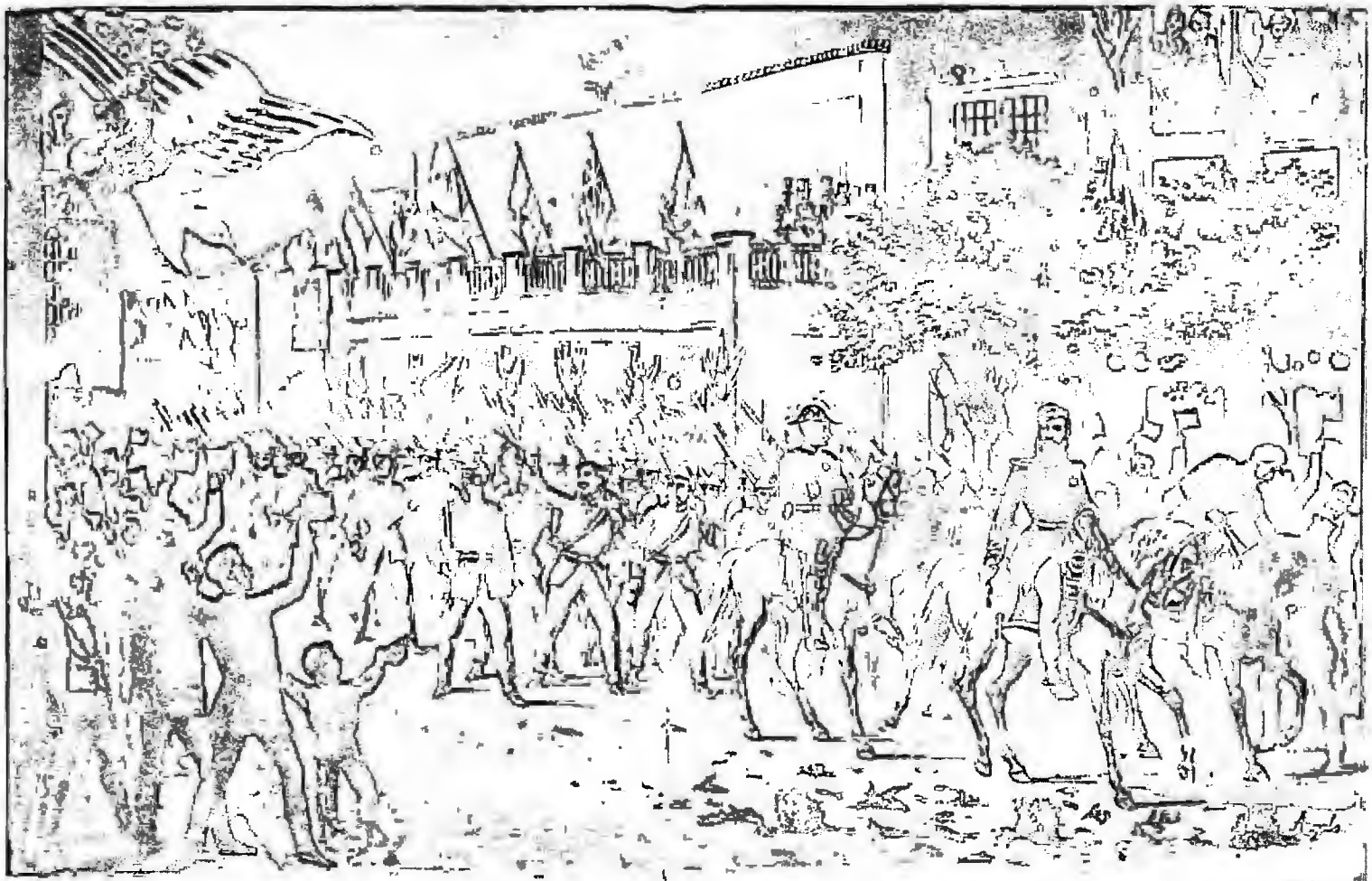
Zacarias de Góis e Vasconcelos, derrubado do poder em conseqüência de suas divergências com Caxias e do incidente da escolha de Tôrres Homem como senador. Caminhando, ressentido, para o ostracismo, o Partido Liberal lançaria, em 1869, o manifesto com o grito "Reforma ou revolução!" e sua ala avançada se converteria em Partido Republicano...

Alegoria da "Semana Ilustrada", ao iniciar-se a ofensiva dos exércitos aliados, sob o comando do então Marquês de Caxias, rumo à capital do Paraguai, levando de vencida as fôrças de Solano Lopez.



OS HEROES DO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 1868.

Estampa distribuída aos assinantes pela revista ilustrada "Vida Fluminense", celebrando os heróis de Itororó. Em cima, ladeando as armas do Império, estão o Barão do Triunfo e o Marquês do Herval; logo abaixo, ladeando a vista da batalha, Fernando Machado de Sousa e Gurjão; no plano seguinte, José Ferreira de Azevedo, Visconde de Itaparica, Caxias, Mena Barreto, Deodoro da Fonseca e, embaixo, ladeando outra cena de combate, Hermes da Fonseca e Eduardo Emiliano da Fonseca. Coleção da Biblioteca Nacional.



ENTRADA TRIUMPHAL DOS VOLUNTARIOS DA PÁTRIA NA TARDE DE 23 DE FEVEREIRO DE 1870

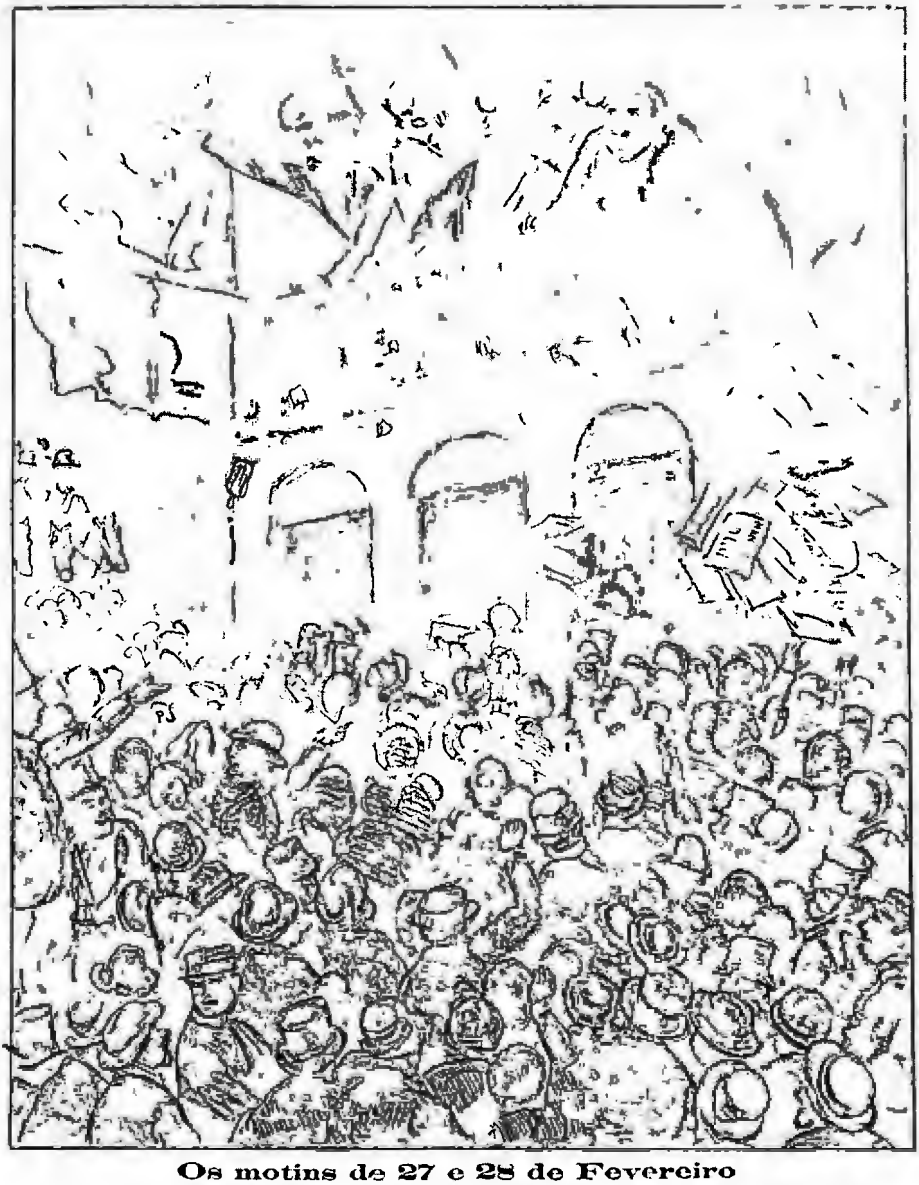
Angelo Agostini, na "Vida Fluminense", reconstitui a chegada, ao Rio de Janeiro, dos primeiros contingentes dos Voluntários da Pátria, a 23 de fevereiro de 1870, quando as fôrças sob o comando do marechal Conde d'Eu continuavam a perseguir Solano Lopez através das brenhas da cordilheira paraguaia.

Página de propaganda abolicionista da "Vida Fluminense". Mostra um herói negro que regressa, livre e condecorado, da frente de batalha, onde servira à pátria, e encontra seus irmãos atados ao pelourinho, sob o relho que um escravo empunha sob as ordens implacáveis de um feitor... O desenho é de Ângelo Agostini.

O Primeiro signatário do Manifesto Republicano — Joaquim Saldanha Marinho, vereador no município neutro (o da Côrte), deputado em várias legislaturas, presidente das províncias de Minas Gerais e São Paulo e, finalmente, senador da República. Foi o primeiro signatário do manifesto republicano de 1870. Retrato publicado na capa da revista "O Ganganelli" (seu pseudônimo nos artigos anticlericais).

Quintino Bocaiúva, um dos diretores de "A República", foi o sucessor de Saldanha Marinho na direção do Partido Republicano. Mais tarde, editorialista político de "O País", viria a ter grande influência na preparação dos acontecimentos que conduziriam à revolução de 15 de novembro. Foi, sem contestação, a figura civil mais importante da conspiração.

Esta curiosa caricatura é uma das poucas "charges" visivelmente monarquistas e de fundo eminentemente anti-republicano, publicadas em nossa imprensa. Desenhou-a Faria, um dos ilustradores da "Vida Fluminense", em 1873. O Visconde do Rio Branco, lépido e saltitante, faz fosquinhas ao horrendo monstro, de carantonha facinorosa e armado até aos dentes, que simboliza a República... A cena é à porta do órgão dirigido por Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Francisco Cunha.



Os motins de 27 e 28 de Fevereiro

E pur se muove! *(Bardo de Galileo)*. E deixa-los fallal-os, que elles callarão-se hão-se *(Trad. do cidadão Amadeo)*

Era tamanha a algazarra,
era tal a confusão,
que só pesquei, á desgarra,
este aranzel: « Cidadão!...
« concidadãos!... a noticia!...
« o dever!... a opinião!...
« que desaforo!... policia!...
« viva!... morra!... abaixo!... á mão!...
« acima!... trepa!... não trepa!...
« progresso!... batata!... ao chão!...
« democracia!... cu's breca!...
« monarchia! lei!... patrão!...
« povo!... heróes!... canalha!... pulhas!...
« Brasil!... manifestação!
« ordem!... desordem! patrulhas!
« vidros!... vinho!... queijo! pão!

ram-tam-pião, tampião tampião!... carne secca com feijão!

Como a "Semana Ilustrada" viu as manifestações contra "A República", em 1873. Na fachada do jornal antimonarquista aparecem, entre outros, Quintino Bocaiúva (com o braço direito erguido), Saldanha Marinho (ao centro) e Luís Barbosa da Silva (o gordo).

"A República" assistida pelos liberais de "A Reforma". Nesta curiosa caricatura da "Semana Ilustrada", aparece a fôlha republicana, agonizante depois dos ataques de 27 e 28 de fevereiro de 1873, com o conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo tentando reanimá-la. À porta estão Joaquim Nabuco e Cesário Alvim, que então pontificavam em "A Reforma". Era o periodo da aliança entre os republicanos e os liberais, sob a bandeira comum da Federação.

Esta caricatura que mostra o imperador como uma galinha, chocando os ovos senatoriais, é muito curiosa, não só por sua irreverência para com o imperador, como pela crítica a Cristiano Otôni. Tendo sido êsse ex-deputado liberal o terceiro signatário do manifesto republicano de 1870, foi "recuperado", juntamente com Lafaiete Rodrigues Pereira, pelo habilíssimo Sinimbu. "O Mequetrefe", de tendências republicanas, mostra-o como um abôrto, dentro do frasco... Saiu a caricatura na edição de 3 de maio de 1879, — e na verdade a primeira eleição foi anulada, realizando-se uma segunda e só vindo o ex-republicano a tomar posse de sua cadeira no Senado a 8 de maio de 1880....

Como um papagaio, recitando inconscientemente a "fala do trono", que lhe davam para ler, é que a "Revista Ilustrada" apresenta, nesta "charge", o imperador, D. Pedro II, por ocasião da abertura das Câmaras...

O propagandista da República, Lopes Trovão, insuflando as agitações populares que culminariam no "motim do vintém". Esta caricatura de "O Mequetrefe" mostra a dissolução do comício de 30 de outubro de 1879, na Praça da Constituição, "pela capangagem da polícia".

Esta caricatura de "O Mequetrefe", dando a Martinho de Campos um aspecto simiesco, é uma das muitas que satirizaram o "escravocrata da gema", quando êle assumiu a chefia de um efêmero gabinete liberal. A caricatura o acusa de querer macaquear Gladstone e Disraeli, os famosos políticos ingleses. Foi publicada a 11 de março de 1882.

Anno 8 — Rio de Janeiro 1885 — N° 331

Revista Illustrada

CORTE — Anno 18$000 — Semestre 9$000 — Trimestre 5$000

Publicada por Angelo Agostini.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas á Rua de Gonçalves Dias N° 86 1° Andar

PROVINCIAS — Anno 20$000 — Semestre 11$000 — Avulso $500

Sua Ex.ª Carlos Affonso, 2° conde de Lippe, ministro da guerra e general em chefe do futuro exercito brasileiro, depois das reformas que elle pretende fazer ao general. Ao menos esses não escrevem, não falham e nem resolvem

"Charge" da "Revista Ilustrada" contra o ministro da Guerra, Carlos Afonso de Assis Figueiredo, que é apresentado, após o caso Frias Vilar, como um novo Conde de Lippe, no comando de um exército de carneiros montados em vacas...

"Charge" de "O Mequetrefe", de 10 de abril de 1884, sôbre a conversão de Lafaiete à monarquia, absolvendo-o D. Pedro II, sob o burel de frade, dos pecados republicanos... A cruel caricatura, que exagera o defeito físico do grande jurisconsulto, apresentando-o muito mais vesgo do que era na realidade, põe-lhe nas meninas dos olhos as figuras de dois grandes banqueiros, cujos negócios a irreverente publicação insinua estarem sendo protegidos pelo govêrno.

Caricatura de "O Mequetrefe", mostrando o conselheiro Lafaiete, no seu Liceu, ministrando ao senador Franco de Sá as primeiras noções do curso prático para ministro da Guerra. Era o terceiro ministro da Guerra, em nove meses. O primeiro, Rodrigues Júnior, saira depois do atentado contra Apulco de Castro e Franco de Sá sucedera a Afonso Pena, gestor interino da pasta, apenas para ficar envolvido na questão militar, com a repreensão a Sena Madureira. A caricatura saiu a 20 de maio de 1884.

Rio de Janeiro 11-84 Nº 378

Revista Illustrada

CORTE
Anno 16$000
Semestre 8$000
Trimestre 5$000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 68 1º ANDAR

PROVINCIAS
Anno 20$000
Semestre 11$000
Avulso $500

O movimento abolicionista no Rio de Janeiro, em 1884, após a libertação dos escravos no Ceará, adquire grande relêvo. A Confederação abolicionista, segundo Ângelo Agostini, arrebata o penacho do poder ao gabinete Lafaiete, começando o movimento em praças e ruas do Rio de Janeiro. Essa Confederação algum tempo depois condecoraria Deodoro pelos seus esforços na libertação dos escravos.

Homenagem da "Revista Ilustrada" ao jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, o "Dragão do Mar", a cuja atitude resoluta, como líder de classe, se deveu a cessação do tráfico de escravos para o Sul. A recepção dêste herói abolicionista na Escola de Tiro de Campo Grande, quando de sua vinda ao Rio, seria uma das causas principais da questão militar, que abalou o Império e encaminhou a solução republicana

Livre!

Alegoria da "Revista Ilustrada", em página dupla, exaltando os feitos dos abolicionistas cearenses e, em particular, do jangadeiro Nascimento, o Dragão do Mar, que aparece ao leme da jangada. Não permitindo a atracação de navios o pôrto do Ceará, os escravos tinham de ser embarcados em jangadas, a fim de serem postos a bordo das embarcações que os levavam para outras províncias, em que eram vendidos. Os donos não tinham, assim, prejuízo com a abolição parcial que ia sendo feita na província. O "Dragão do Mar" fêz cessar êsse tráfico desumano.

Como a "Revista Ilustrada" reconstituiu o atentado contra Apulco de Castro, diretor do "Corsário", à porta da Chefatura de Polícia (vê-se, à janela, o ocupante do cargo, desembargador Belarmino), por um grupo de militares à paisana. Em conseqüência das violentas críticas ao govêrno, foi sacrificado o ministro da Guerra do gabinete de Lafaiete, conselheiro Rodrigues Júnior, o que abriu caminho para a nomeação, mais tarde, do senador Franco de Sá para êsse cargo. O imperador teve atitude censurável, indo visitar, logo depois do atentado, a unidade de onde tinham saído os autores do massacre do odiado verrineiro.

Caricatura da "Revista Ilustrada", que mostra o demissionário Lafaiete, em libré palaciana, introduzindo junto ao imperador os principais vultos da política liberal, para a escolha de seu sucessor: os dois primeiros, os senadores José Antônio Saraiva e Manuel Pinto de Sousa Dantas, exerceram a presidência do Conselho, antes de ser entregue o poder aos conservadores, através do Barão de Cotegipe

Em 1884, logo após a libertação dos escravos no Ceará, foi também extinto o cativeiro na Provincia do Rio Grande do Sul. A figura da abolição é representada, nessa alegoria, com um barrete republicano. Era a época em que, na capital do Império, o jangadeiro Nascimento era festejado e os escravagistas viam com crescente irritação o desenvolvimento da propaganda abolicionista.

Joaquim Nabuco vence a eleição no Recife, num triunfo incontestável contra o escravagista Saraiva mediante aplicação da lei eleitoral que êste mesmo apresentara, e graças à votação do 5.º distrito de Pernambuco pode voltar à pregação abolicionista na Câmara dos Deputados. Caricatura de "O Mequetrefe", publicada a 10 de junho de 1885.

REVISTA ILLUSTRADA

CORTE
16$000
9$000
5$000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 50, SOBRADO.

PROVINCIAS
Anno 20$000
Semestre 11$000
Avulso $500

Fazendo de novo no Parlamento o seu legitimo deputado do 1º e 3º districto, a bravia Provincia de Pernambuco dá uma tremenda lição aos negreiros da camara [illegible]

Pelo braço da Província de Pernambuco, de látego em punho, Joaquim Nabuco entra novamente no Parlamento para contrariedade de Saraiva e dos escravagistas que êle conseguira eleger para mudar a face da representação nacional, constituída durante o gabinete Dantas por fôrças perfeitamente equilibradas: 50% de elementos abolicionistas, 50% de escravocratas.

Anno 14. Rio de Janeiro 1889. Nº 356

Revista Illustrada

CORTE
Anno 16$000
Semestre 9$000
Trimestre 5$000

Publicada por Angelo Agostini.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas a Rua de Gonçalves Dias Nº 50 Sobrado.

PROVINCIAS
Anno 20$000
Semestre 11$000
Avulso 1$000

O Sr. Barão de Cotegipe,
fallecido a 13 do corrente. Homenagem da "Revista Illustrada".

João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, o adversário tenaz da abolição e chefe do gabinete conservador que enfrentou os dias difíceis da questão militar. Desenho publicado por ocasião de sua morte, a 13 de fevereiro de 1889.

O marechal de campo Manoel Deodoro da Fonseca, à época em que exercia interinamente a presidência da Provincia do Rio Grande do Sul e assumiu caráter excepcionalmente grave a chamada "questão militar". Vê-se que foi esta sua fotografia que serviu de modêlo para a capa de "O Mequetrefe", em que aparece ao lado do Visconde de Pelotas".

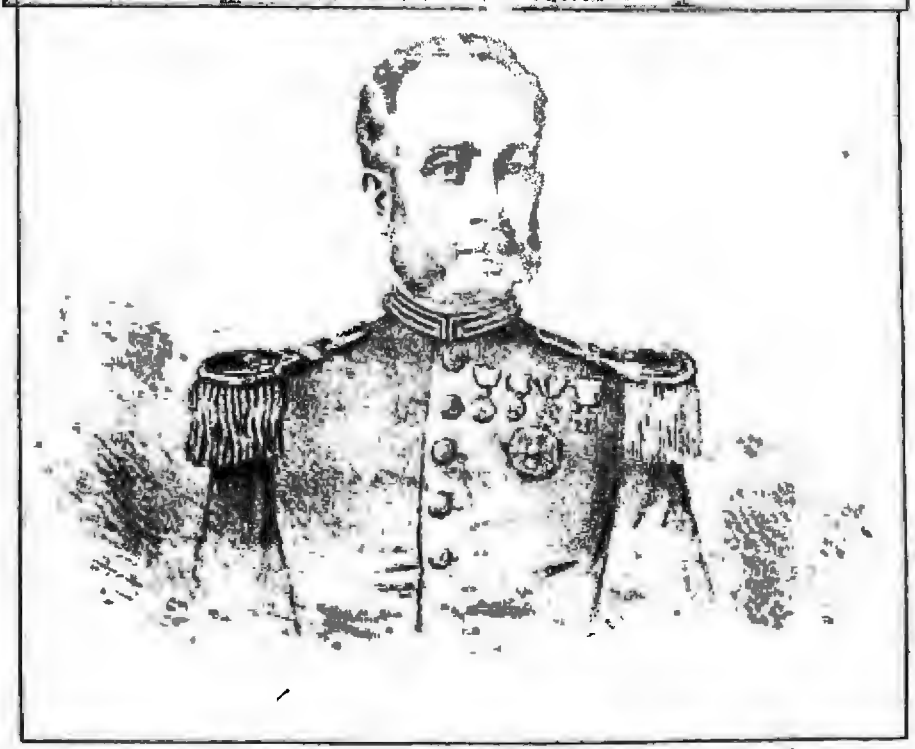
Anno 14 — Rio de Janeiro, 1889 — N° 534

Revista Illustrada

CORTE — Anno 16$000 — Semestre 8$000 — Trimestre 5$000

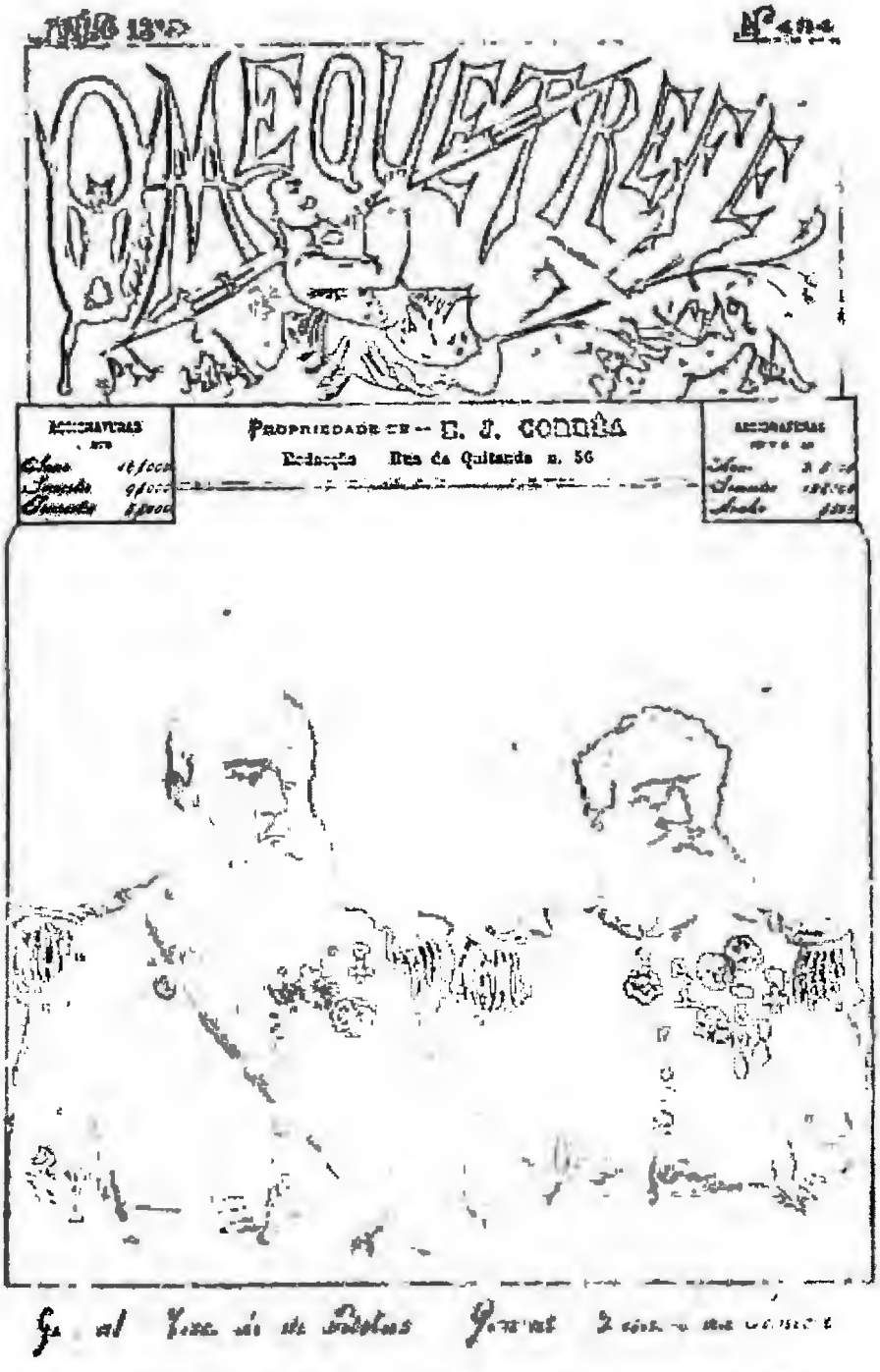
Publicada por Angelo Agostini
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas á Rua de Gonçalves Dias N° 50, Sobrado

PROVINCIAS — Anno 20$000 — Semestre 11$000 — Avulso 1$000



O Tenente-Coronel do Estado maior de 1ª classe Senna Madureira, fallecido no dia 28 de Janeiro.

O tenente-coronel Antônio Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, onde se realizou a festa em homenagem ao jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, o Dragão do Mar. Repreendido, então, por Franco de Sá, ministro da Guerra, o episódio adquiriu singular relêvo no curso da "questão militar". Morrendo a 28 de janeiro de 1889, recebeu êle muitas homenagens da imprensa, inclusive esta.



Os líderes da Questão Militar — Quando o Visconde de Pelotas e o presidente em exercício da Província do Rio Grande do Sul, Deodoro da Fonseca, fizeram as pazes, em Pôrto Alegre, passando a liberar juntos sôbre a "questão militar", a importância de tal acontecimento não passou despercebida à revista "O Mequetrefe", que assim juntou, numa homenagem, os dois ilustres generais.

A questão militar identificou a oficialidade descontente com os elementos civis que liderariam o movimento de 15 de novembro. Se Rui Barbosa redigiu o manifesto Pelotas-Deodoro, Quintino Bocaiúva, em "O País", foi enérgico paladino da causa dos militares. O "Mequetrefe" assim o apresenta enfrentando o ministro Alfredo Chaves, que tem por espada a "disciplina" e usa botas de "avisos"... O Exército é um passarinho engaiolado (Edição de 10 de agôsto de 1886).

Anno 7 — Rio de Janeiro 1882. — N. 309

Revista Illustrada

CORTE
Anno 16$000
Semestre 9$000
Trimestre 5$000

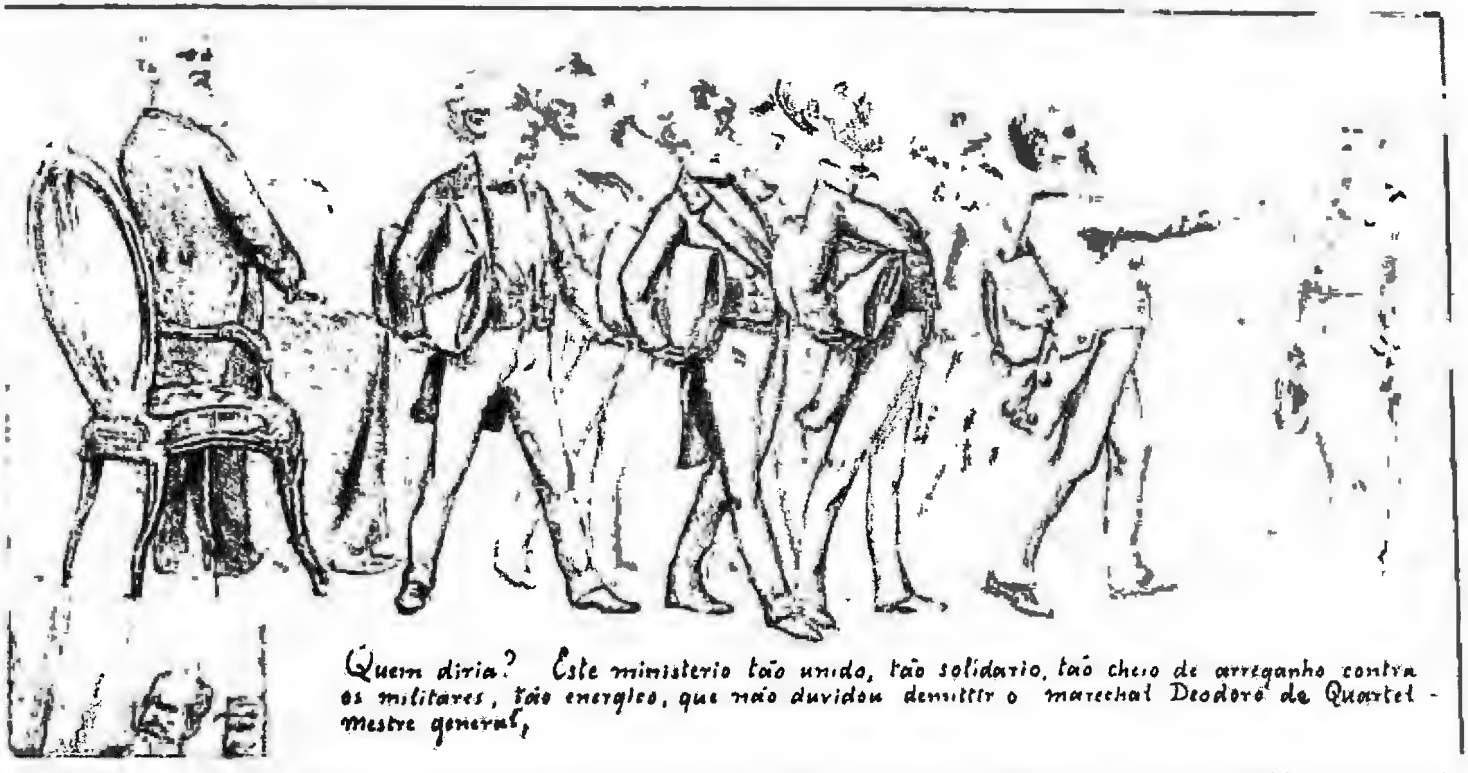
Publicada por Angelo Agostini.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
á Rua de Gonçalves Dias, N. 66, 1º Andar.

PROVINCIAS
Anno 20$000
Semestre 11$000
Avulso $500

Precaução que aconselhamos á S. A. o Sr Conde d'Eu quando tiver de visitar escolas. Se S. A. imitasse o seu Augusto e Imperial Sogro, não teria nunca occasião de contestar factos historicos.

Página de caricatura contra o Conde d'Eu e o imperador, a propósito do incidente com o professor Moreira Pinto. O caricaturista aconselha o príncipe consorte a arrolhar a bôca, ou a cochilar, como o soberano...

. politica !



O Ministério de Cotegipe demite o marechal Deodoro da Fonseca das funções de quartel-mestre-general, como represália contra a atitude que êle tomara, em defesa de Sana Madureira e de Cunha Matos... Esta caricatura da "Revista Ilustrada" tem uma seqüência na página seguinte.

As reuniões militares não perturbaram, felizmente, o classico socego desta heroica e leal cidade; o que nos permitte sahir á rua sem risco de vida.

As espadas dos bravos defensores da patria conservam-se embainhadas, as espingardas desengatilhadas e os animos...

animos serenos! é que é o diabo!... Fica em branco.

Cochichavá-se sobre a... do Cons° Alfredo Chaves... resto do minis...

ficou de repente, possuido de tal panico, que o ministro da guerra, vendo-se só em campo resolveu atirar com a pasta e deixar tão cobardes companheiros.

Esta é a seqüência da página anterior: Deodoro a mão à espada, reagindo, e o ministério se esconde debaixo da mesa do imperador deixando sòzinho o ministro da Guerra, conselheiro Alfredo Chaves, que é sacrificado, numa tentativa de pacificação dos militares ofendidos...

Caricatura de Deodoro, na "Revista Ilustrada", no período agudo da questão militar. A popular publicação o pinta como um homem terrível, ameaçador, de olhar fuzilante, e que espalhava o pânico nos meios políticos conservadores. .

A sombra de Deodoro e Pelotas na parede apavora Cotegipe e seus companheiros de ministério. Caricatura publicada em "O Mequetrefe", a 20 de maio de 1887, quando a questão militar estava no período agudo.

Tomo II — Rio de Janeiro 1896 — N° 450

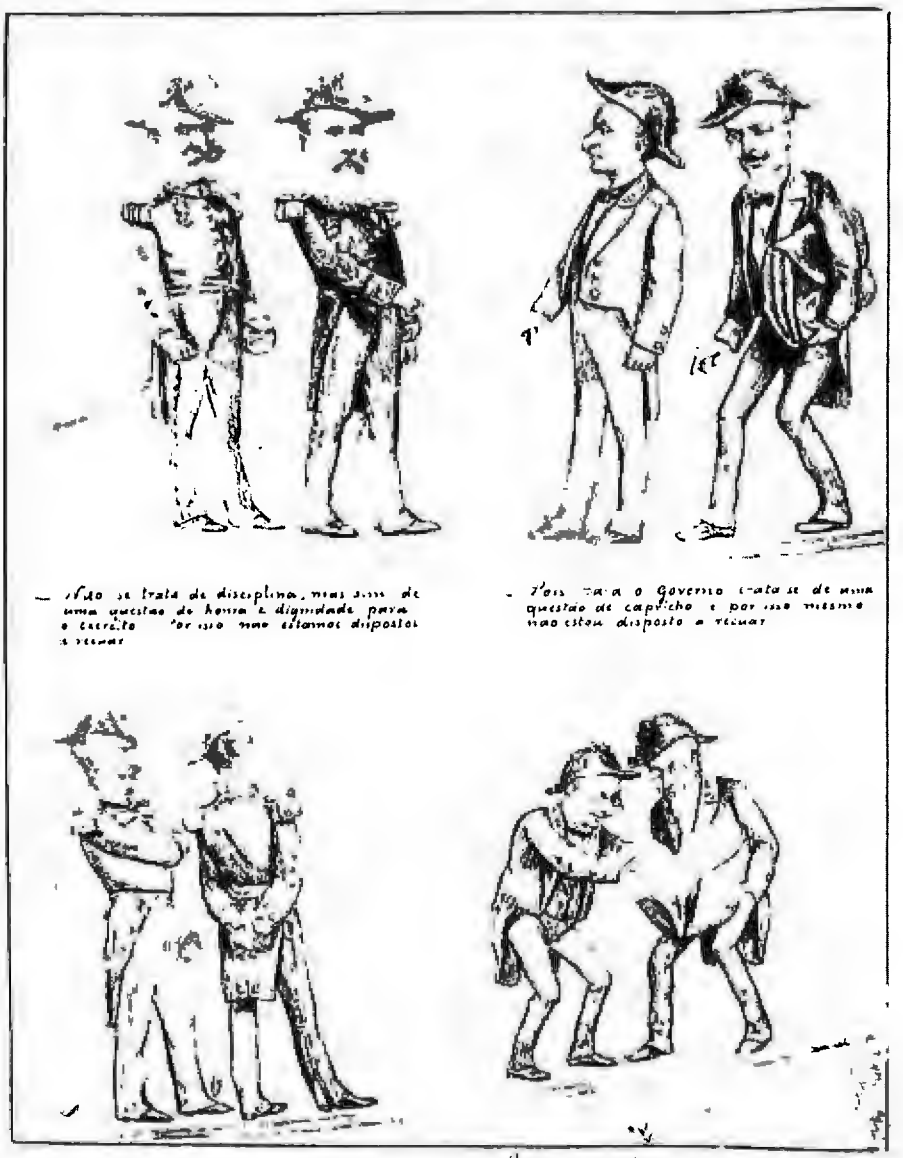
REVISTA ILLUSTRADA

CORTE — Anno 16$000 — Semestre 8$000 — Trimestre 4$000

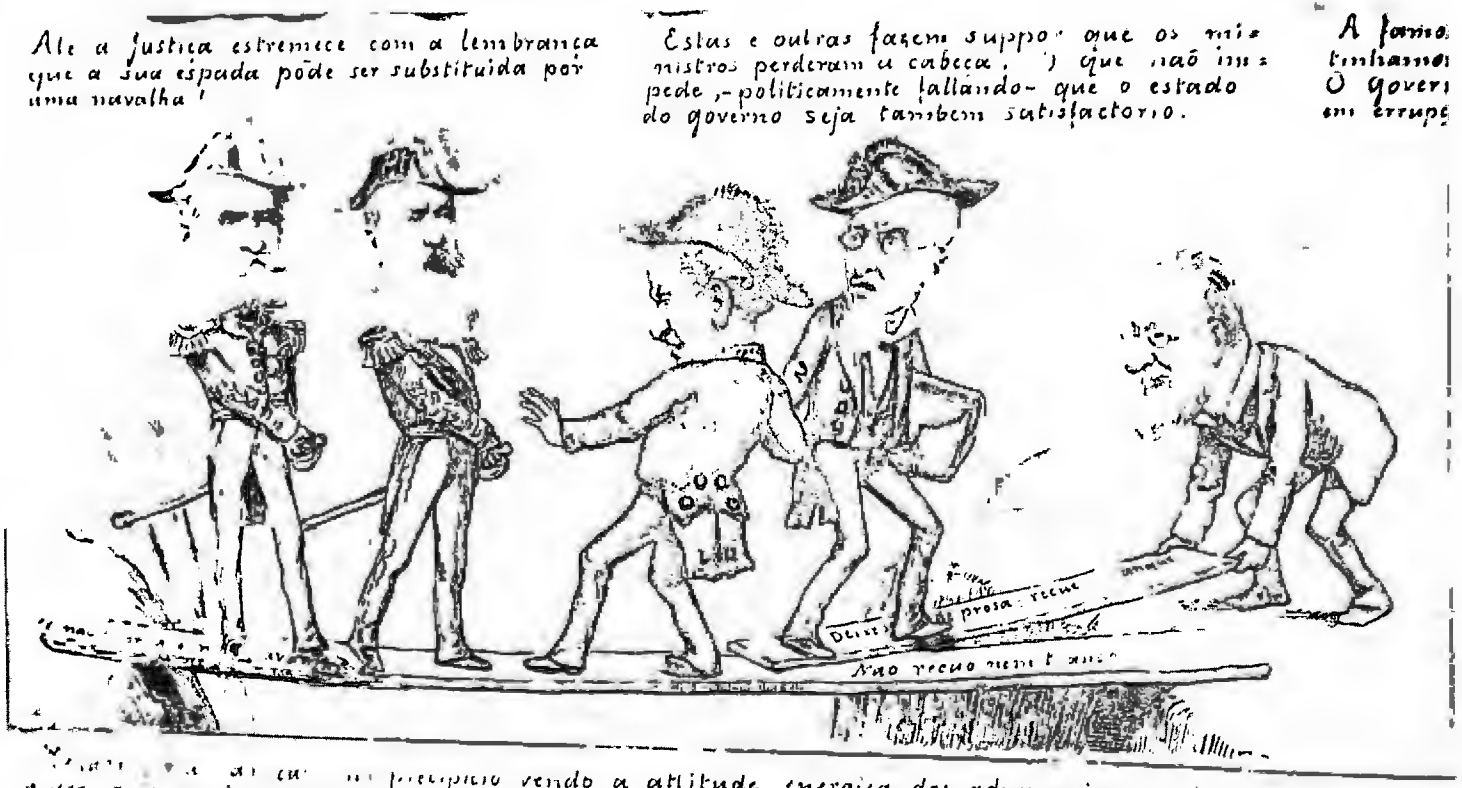
PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas á Rua de Gonçalves Dias N° 50, Sobrado

PROVINCIAS — Anno 20$000 — Semestre 11$000 — Avulso 1$000

As revistas ilustradas da época são um precioso documentário gráfico da "questão militar", com a qual vivamente se preocuparam. A famosa publicação de Angelo Agostini assim fixou o momento em que o ministro da Guerra, conselheiro Alfredo Chaves, acossado pelos oficiais, ofereceu a sua rendição, deixando o ministério conservador do Barão de Cotegipe.



A simpatia dos caricaturistas, à época da questão militar, era dirigida aos dois ilustres generais que tinham assumido a liderança da oficialidade e a defesa dos brios do Exército. Aqui vemos, em cenas da "Revista Ilustrada", Pelotas e Deodoro enfrentando Cotegipe e o sucessor de Alfredo Chaves, conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Cotegipe pede a papelada ao ministro, para resolver o caso com um discurso que os adversários não agüentarão. . Pegariam no sono, amoleceriam, fatigados, e cairiam...



Uma das mais expressivas caricaturas sôbre a questão militar: mão na espada, Pelotas e Deodoro enfrentam Cotegipe e o seu ministro da Guerra, o conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, dizendo que "se não tranca as notas avançamos"; Silveira Martins, estendendo ao gabinete conservador a tábua de salvação, aconselha: "deixe-se de prosa; recue e tranque". É uma luta sôbre um abismo...

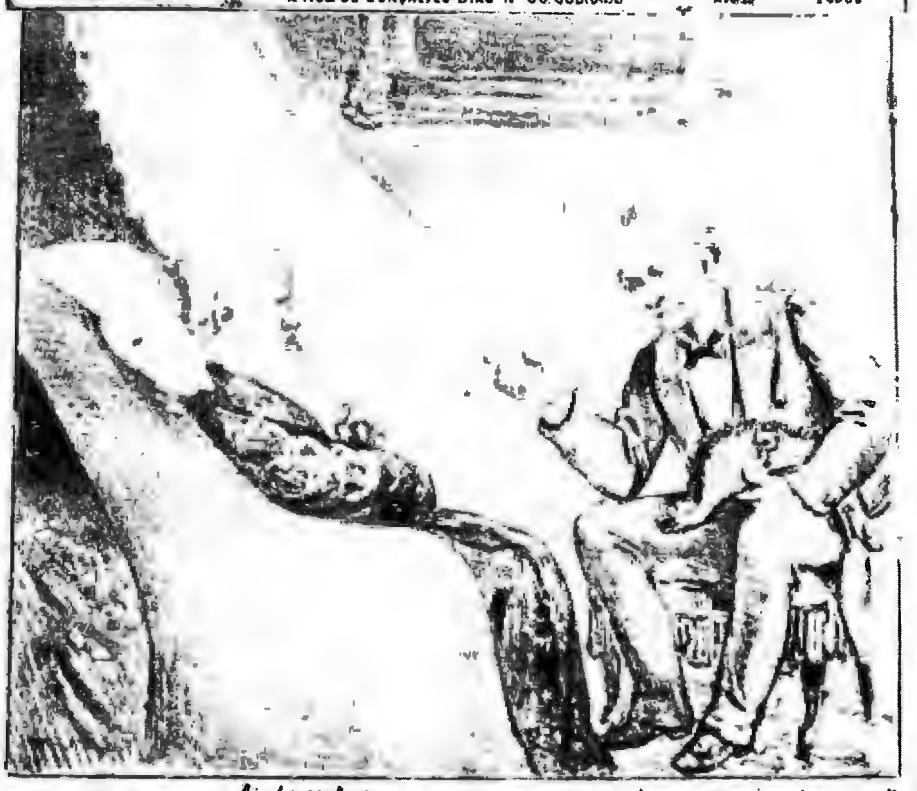
Anno 12 — Rio de Janeiro 1887 — N. 457

Revista Illustrada

CORTE — Anno [illegible] — Semestre [illegible] — Trimestre [illegible]

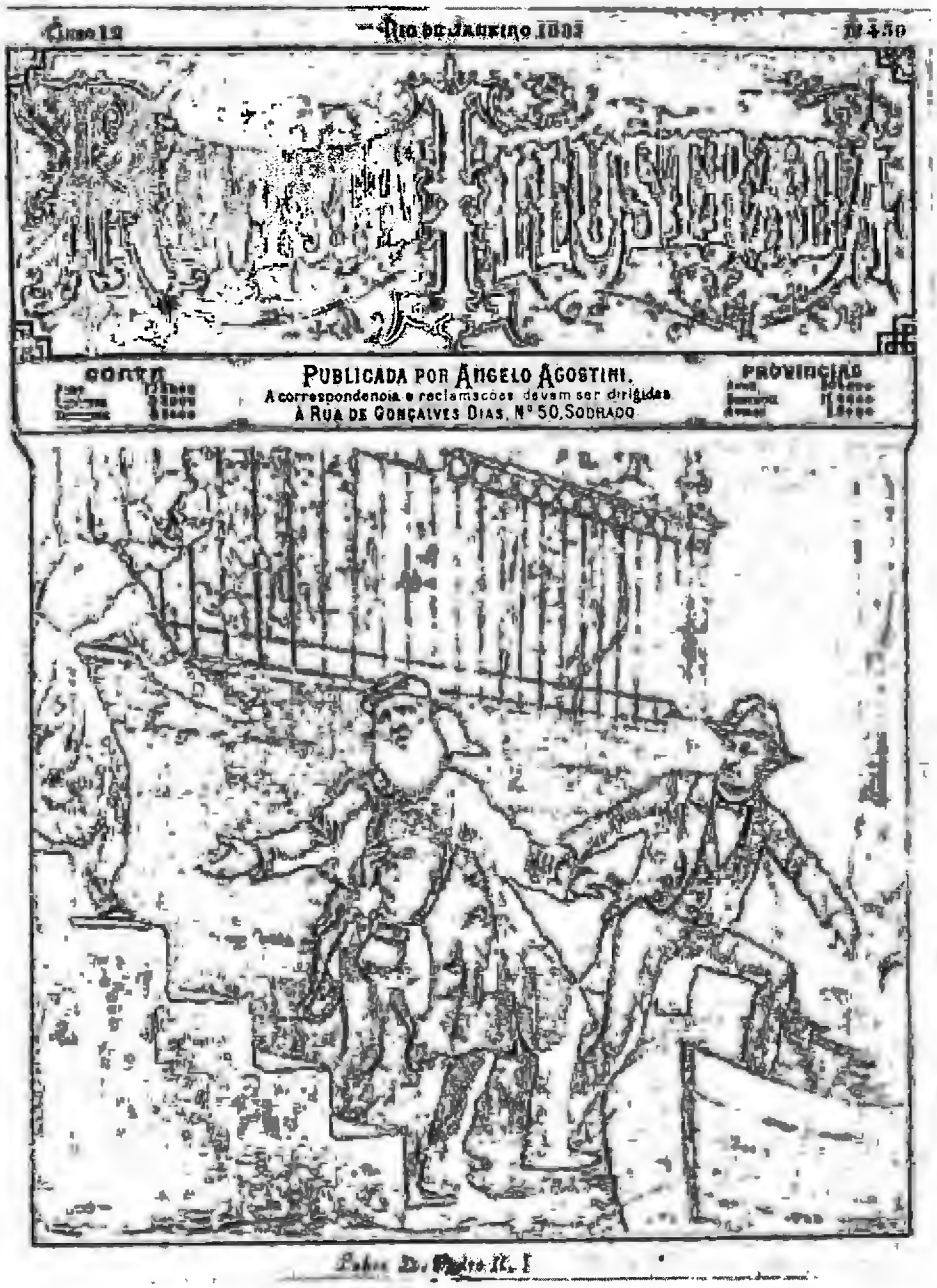
PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS N° 50. SOBRADO

PROVINCIAS — Anno [illegible] — Semestre [illegible] — Avulso [illegible]



— Ainda conto com a maioria, mas, é possivel que a questão militar a volte contra mim. Neste caso, como o estado de saude de V. M., apezar de satisfactorio, não permitte grandes preoccupações politicas, virei pedir-lhe a dissolução.
— Mas, porque não chamou o Junqueira para a pasta da Guerra? Ele goza de sympathia no exercito.
— Terceira, honra de ponderar a V. M. que o Junqueira tambem está doente.
— Já sei, já sei. Mas... antes de tomar uma resolução, convem consultar o Bom Retiro.

A intenção desta caricatura é demonstrar que o imperador não estava regulando bem. Em conversa com o Barão de Cotegipe sôbre a questão militar, o imperador sugere a nomeação, para a pasta da Guerra, do conselheiro Junqueira, que teria simpatia nos meios militares. Cotegipe impugna a indicação, porque o velho senador estava *também* doente... D. Pedro responde que já sabe, mas acha conveniente o presidente do Conselho consultar o Visconde do Bom Retiro... falecido em 1886! Hoje, parece uma sutileza, mas, na época, tal fato estava bem vivo na memória de todos.....



O imperador, doente de impaludismo e diabetes, na época da questão militar, era freqüentemente apontado como um simples instrumento nas mãos do Barão de Cotegipe. Dizia-se que o imperador estava com as faculdades mentais afetadas pela enfermidade. E esta página da "Revista Ilustrada" não tem outro sentido. Cotegipe, arrastando-o, obriga-o a partir para o exterior... O escaler o levaria a bordo do "Gironde"... Nesse navio não partiria um homem, mas uma sombra. "Um esquife", escreveu Quintino Bocaiúva, em editorial de "O País".

Anno 12 — Rio de Janeiro 1887 — N° 574

Revista Illustrada

CORTE — Anno 15$000, Semestre 8$000, Trimestre 4$000

Publicada por Angelo Agostini.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A Rua de Gonçalves Dias, N° 50, Sobrado.

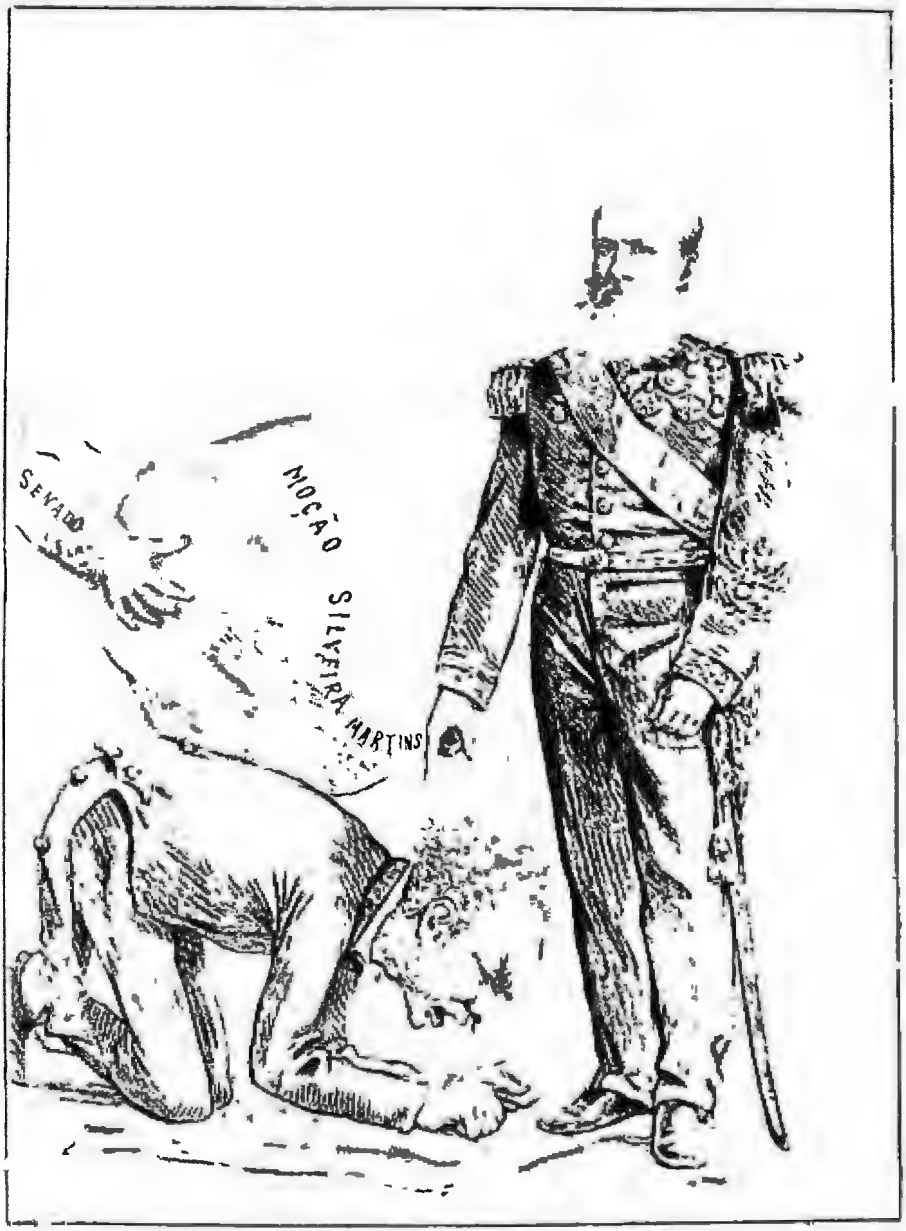
PROVINCIAS — Anno 20$000, Semestre 11$000, Avulso 1$000

... Rio 210 dia 2 de Dezembro de 1887. (A procuração?..)

A imprensa oposicionista buscava todos os pretextos para impopularizar o Barão de Cotegipe. Enquanto D. Pedro II procurava melhorar sua saúde na Europa, a "Revista Ilustrada" o apresentava como um usurpador das prerrogativas imperiais, dando a mão a beijar no dia do aniversário do velho monarca... A questão militar havia passado, mas a queda de Cotegipe estava próxima...

Joaquim Nabuco repete em 1887 a façanha de 1885, derrotando em Pernambuco o ministro conservador Manuel do Nascimento Machado Portela, um dos membros da "junta do coice", a parte mais reacionária do seu partido. O ministro aparece estatelado na arena da competição, enquanto Nabuco chega galhardamente ao vencedor.

Questão militar



Ao pêso da moção de Silveira Martins no Senado do Império, o Barão de Cotegipe se prosterna aos pés do Visconde de Pelotas, um dos líderes do Exército na questão militar. Caricatura de "O Mequetrefe", publicada a 20 de maio de 1887.

O gabinete de Cotegipe cede lugar ao de João Alfredo Correia de Oliveira. Atrás do político pernambucano, que sobraça a pasta da Fazenda, fazem fila Ferreira Viana, ministro da justiça; Tomás Coelho, ministro da Guerra; Rodrigo Silva da Agricultura; Antônio Prado, ministro dos Negócios Estrangeiros; José Fernandes Costa Pereira Júnior, ministro do Império; e Luís Antônio Vieira da Silva, ministro da Marinha. A "Revista Ilustrada" diz que "o atual gabinete vem cheio de boas tenções e muito abolicionismo".

Anno 13 — Rio de Janeiro 1888 — Nº 305

Revista Illustrada

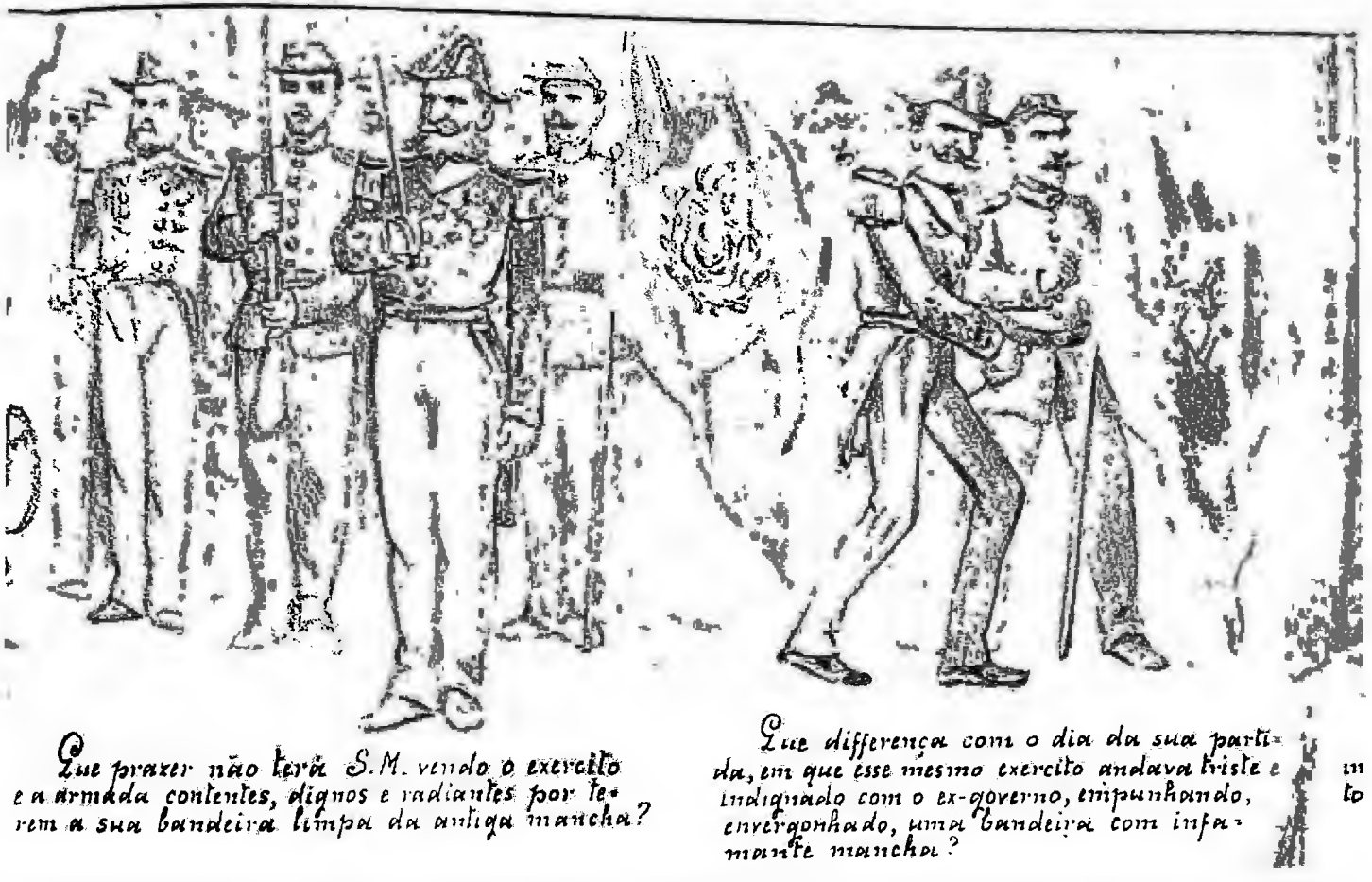
CORTE
Anno 15$000
Semestre 9$000
Trimestre 5$000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A Rua de Gonçalves Dias Nº 50 Sobrado

PROVINCIAS
Anno 20$000
Semestre 11$000
Avulso 1$000

Coelho Bastos, o chefe de Polícia de Cotegipe, apelidado o "rapa-côco", porque fazia rapar a cabeça dos escravos fugidos, ao apreendê-los, tornou-se tão impopular que, quando caiu após o incidente Leite Lôbo, a imprensa reclamou sua prisão numa "solitária", ao menos por vinte e quatro horas.. A "Revista Ilustrada" diz que, se dependesse dela, Coelho Bastos iria para o calabouço.

Joaquim Nabuco, vitoriado pelo povo como o campeão do abolicionismo no Parlamento do Império, — como mostra a caricatura, — logo em seguida empunharia a bandeira da Federação desenvolvendo forte campanha contra a política centralizadora "que pacificava as províncias com as constantes mudanças de govêrnos, quase sempre destinados, tão sòmente, a fazer as eleições, comprimindo o eleitorado em benefício dos que estavam no poder".



Numa página dupla alusiva ao regresso do imperador, em 1888, sob o ministério João Alfredo, a "Revista Ilustrada" apresentava como um dos fatos agradáveis a reconciliação do Exército, a cuja frente se encontrava Deodoro, com a bandeira da Monarquia. Mas estava prestes a surgir o incidente Honorato Caldas-Cardoso de Melo Júnior, em São Paulo, que daria como resultado a mal disfarçada deportação do marechal para Mato Grosso...

Affonso Celso.

Numa tribuna esculpida os actos dos adversarios e na outra prega boas reformas.

Afonso Celso de Assis Figueiredo, em caricatura da "Revista Ilustrada", pouco tempo antes de sua elevação a Visconde de Ouro Prêto. Era um oposicionista vigoroso, mas ainda não havia conseguido abater o prestigio de João Alfredo, contra quem tomaria partido, veemente, na critica ao "loysmo".

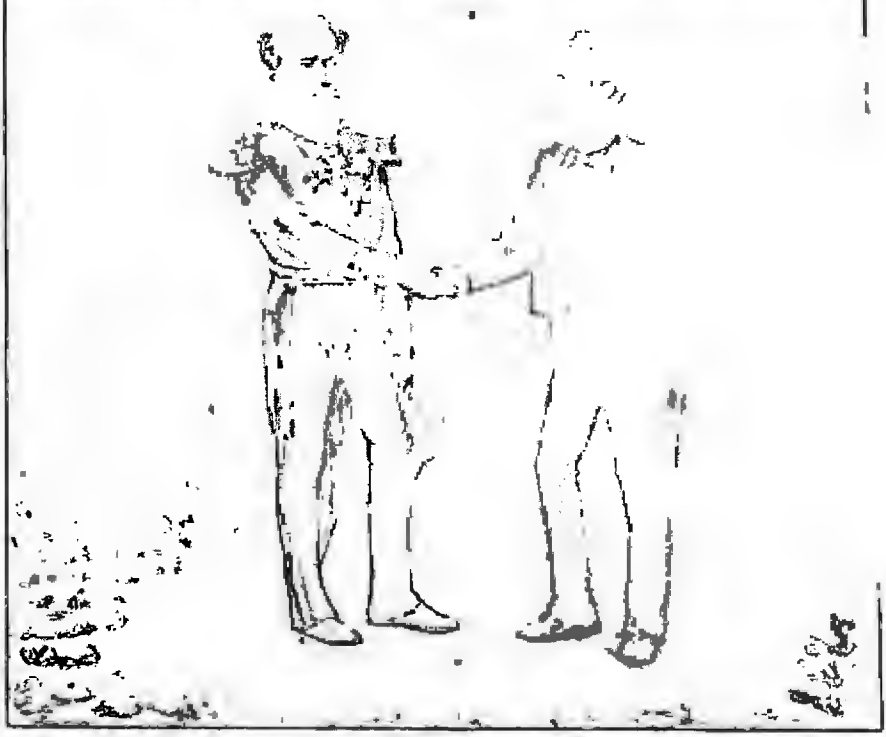
Anno 13 — Rio de Janeiro 1888. — Nº 525

REVISTA ILLUSTRADA

CORTE — Anno 18$000 — Semestre 9$000 — Trimestre 5$000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 50, SOBRADO

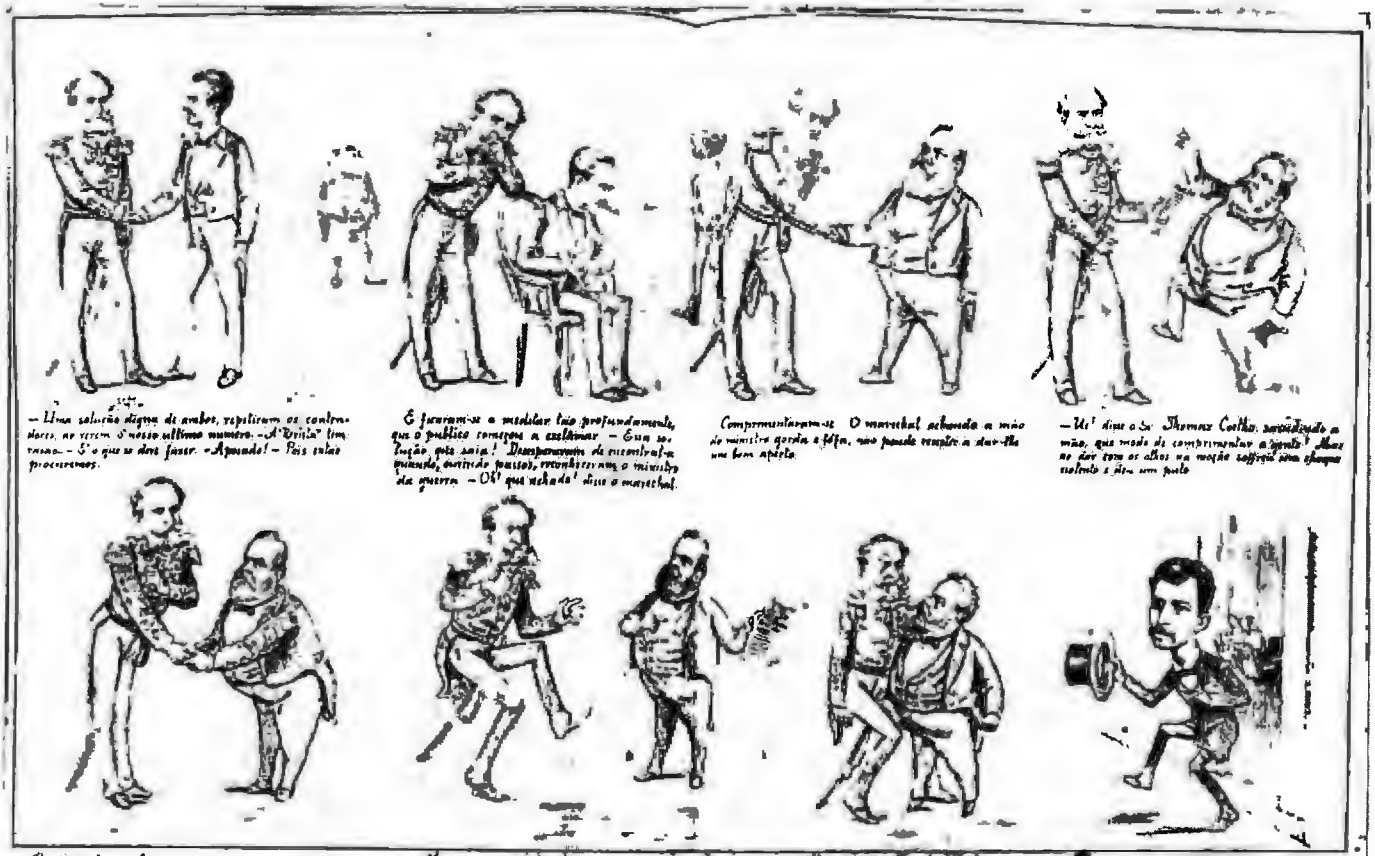
PROVINCIAS — Anno 20$000 — Semestre 11$000 — Avulso 1$000



Os ultimos acontecimentos

Cremos que o governo e o exercito, collocados como se acham sobre o terreno liso e seguro do patriotismo, hão de encontrar, para os ultimos acontecimentos, uma solução que seja digna de ambos.

Capa da "Revista Ilustrada", mostrando Deodoro ao apertar a mão do presidente do Conselho, senador João Alfredo Corrêa de Oliveira. Dias antes participara Deodoro de um banquete em honra do chefe conservador pernambucano e a revista de Ângelo Agostini parecia considerar essas boas relações entre dois abolicionistas susceptíveis de evitar nova crise militar, com base no incidente Cardoso de Melo Junior, em São Paulo.



Esta página da "Revista Ilustrada" é curiosíssima: 1.º quadro, a capa do número anterior, com Deodoro e João Alfredo apertando-se as mãos: 2.º, ambos pensam numa solução, quando aparece o ministro da Guerra, Tomás Coelho: 3.º, o o marechal *aperta* a mão do ministro; 4.º, — e faz Tomás Coelho pular, com a moção do Clube Militar; 5.º, o ministro *aperta*, por sua vez, a mão de Deodoro; 6.º, — e faz o marechal pular, com o ofício convidando-o a ir para... Mato Grosso!; 7.º, Deodoro e Tomás Coelho atritam-se, beligerantemente; 8.º, Cardoso de Melo Júnior é empurrado para fora da chefia de Polícia de São Paulo... Perfeita síntese dos acontecimentos...

Rio de Janeiro 1888

Revista Illustrada

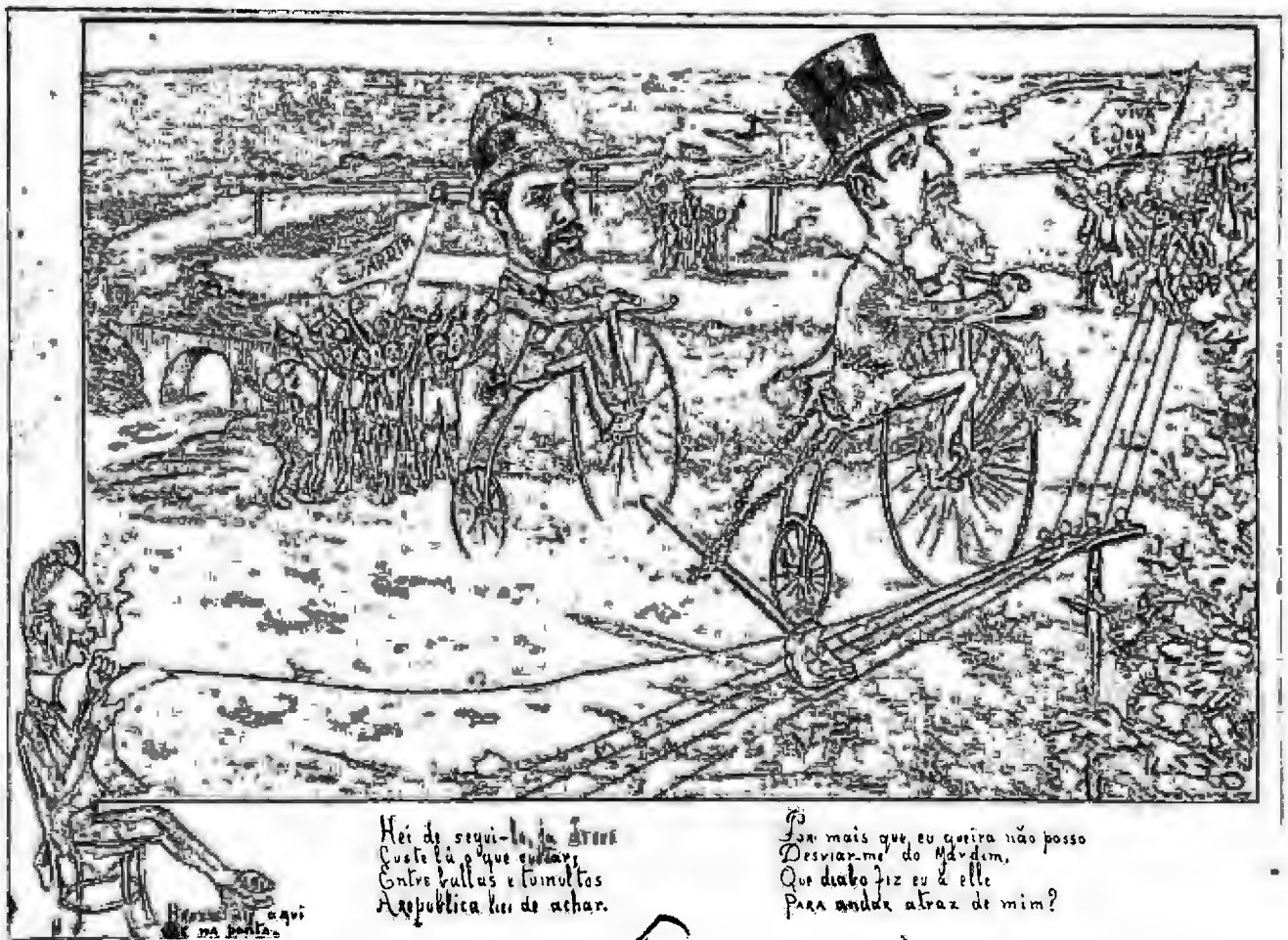
CORTE — PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI — PROVINCIAS

A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas a Rua de Gonçalves Dias N° 50 Sobrado

Lopes Trovão, que estivera em Paris, algum tempo, como correspondente de jornais cariocas, regressou ao Brasil no ano de 1888, para retomar a propaganda republicana. Foi quem apresentou Silva Jardim na famosa conferência da tarde de 30 de dezembro daquele ano, que a Guarda Negra tentou dissolver, disso resultando sangrento conflito, com mortos e feridos.

João Manoel, o deputado que vivou a república — Caricatura do padre João Manoel de Carvalho, antigo deputado conservador pelo Rio Grande do Norte, que rompeu com a monarquia e gritou "Viva a República!" na sessão de apresentação do ministério Ouro Prêto.

Para ser ministro de D. Pedro II, o Visconde de Ouro Preto rasga o programa do Partido Liberal. Ambos aparecem, na caricatura, cercados de baionetas. O presidente do Conselho calca aos pés a Federação. Na legenda, irônica, o imperador alude à escolha, "muito feliz", dos ministros militares, mas acrescenta: "Conte comigo e... segure-se!. ."

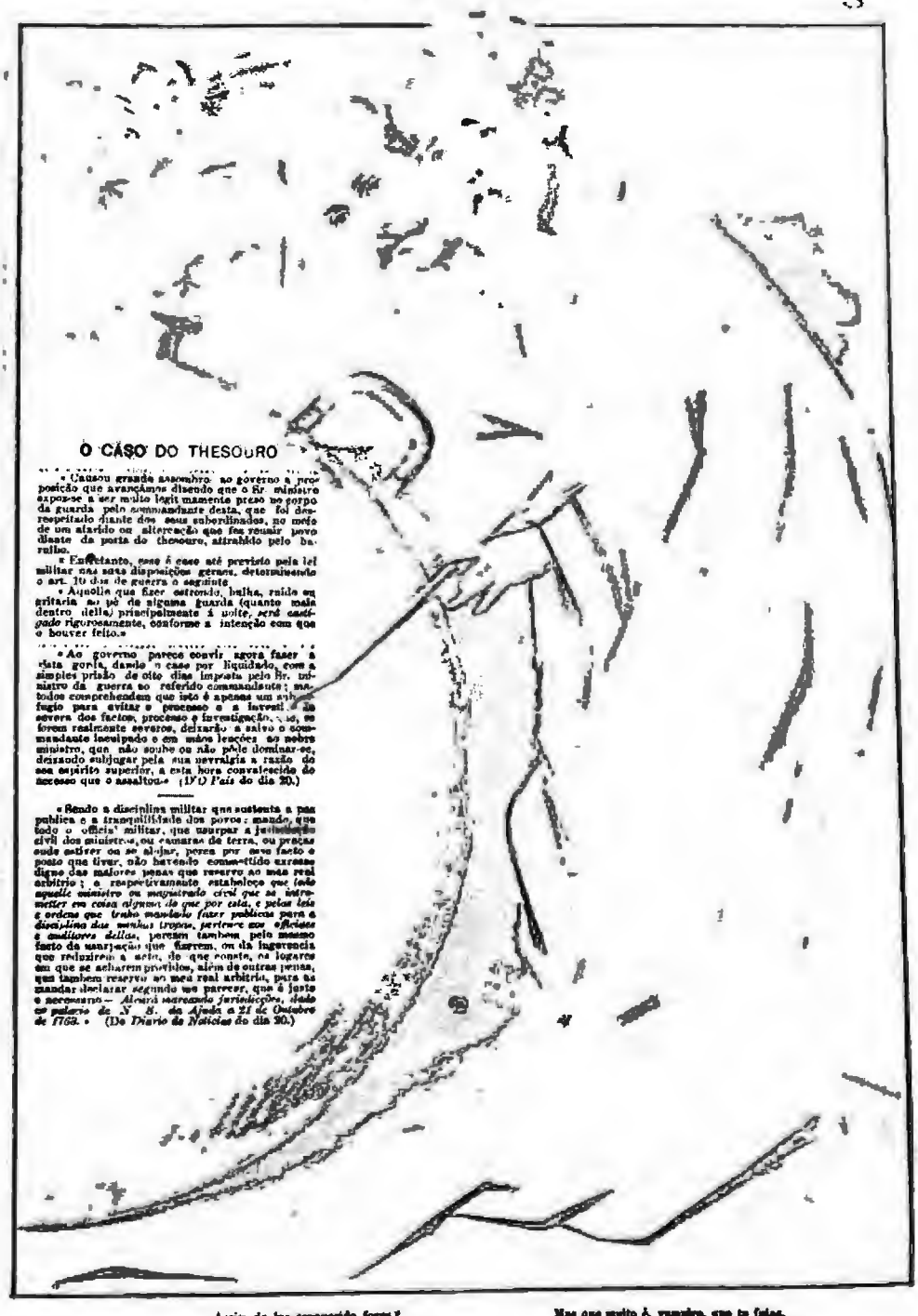


A competição entre o Conde d'Eu e Silva Jardim, através do Norte do Brasil, o primeiro em propaganda da monarquia e preparando o terceiro reinado, o segundo fazendo tudo ao seu alcance para conquistar prosélitos em sua campanha contra o trono. No canto da página, o Visconde de Ouro Prêto lê, deliciado, os telegramas que contam os êxitos do Conde d'Eu.

— Não vos aproximeis de mim! Vossas mãos ainda tintas do sangue dos escravos manchariam as minhas vestes! Retirai-vos, eu não vos quero.

A marcha dos escravagistas descontentes com a monarquia para as fileiras republicanas é o objeto desta alegoria da "Revista Ilustrada". A bandeira que os antigos senhores de escravos conduzem exprime um movimento que chegou a se esboçar, sob o "slogan" de "Indenização ou República!" Nela se lê: "Abaixo a monarquia abolicionista — Viva a República com indenização". **Mas a figura simbólica da República os repele, dizendo que êles trazem as mãos ainda tintas de sangue dos escravos...**

Capa da "Vida Fluminense", em que aparece o Barão de Alarido (Ladário), tentando desfazer a má impressão causada pelo seu ato, ao mandar descontar dos vencimentos do capitão de mar-e-guerra Custódio José de Melo os 4:341$660 réis, gastos com os fogos queimados em Valparaíso e com o baile oferecido à sociedade chilena.



Caricatura da "Vida Fluminense", mostrando Rui e Quintino Bocaiúva, unidos na defesa do tenente Pedro Carolino e no combate ao govêrno de Ouro Prêto, apresentando sob a forma de um morcego. Na coluna ao lado, apareciam excertos dos artigos dos dois jornalistas, o republicano notório e o liberal dissidente.

Rio 22 Janeiro 1887 Nº 541

ILLUSTRADA

CORTE PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI. PROVINCIAS
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS Nº 50, SOBRADO

O general Barão de Alagoas.

O general Severiano Martins da Fonseca, tenente-general do Exército, falecido quinze dias depois de ter sido feito Barão de Alagoas. Ao morrer êsse irmão, Deodoro disse que havia desaparecido a única pessoa que ainda poderia segurá-lo...